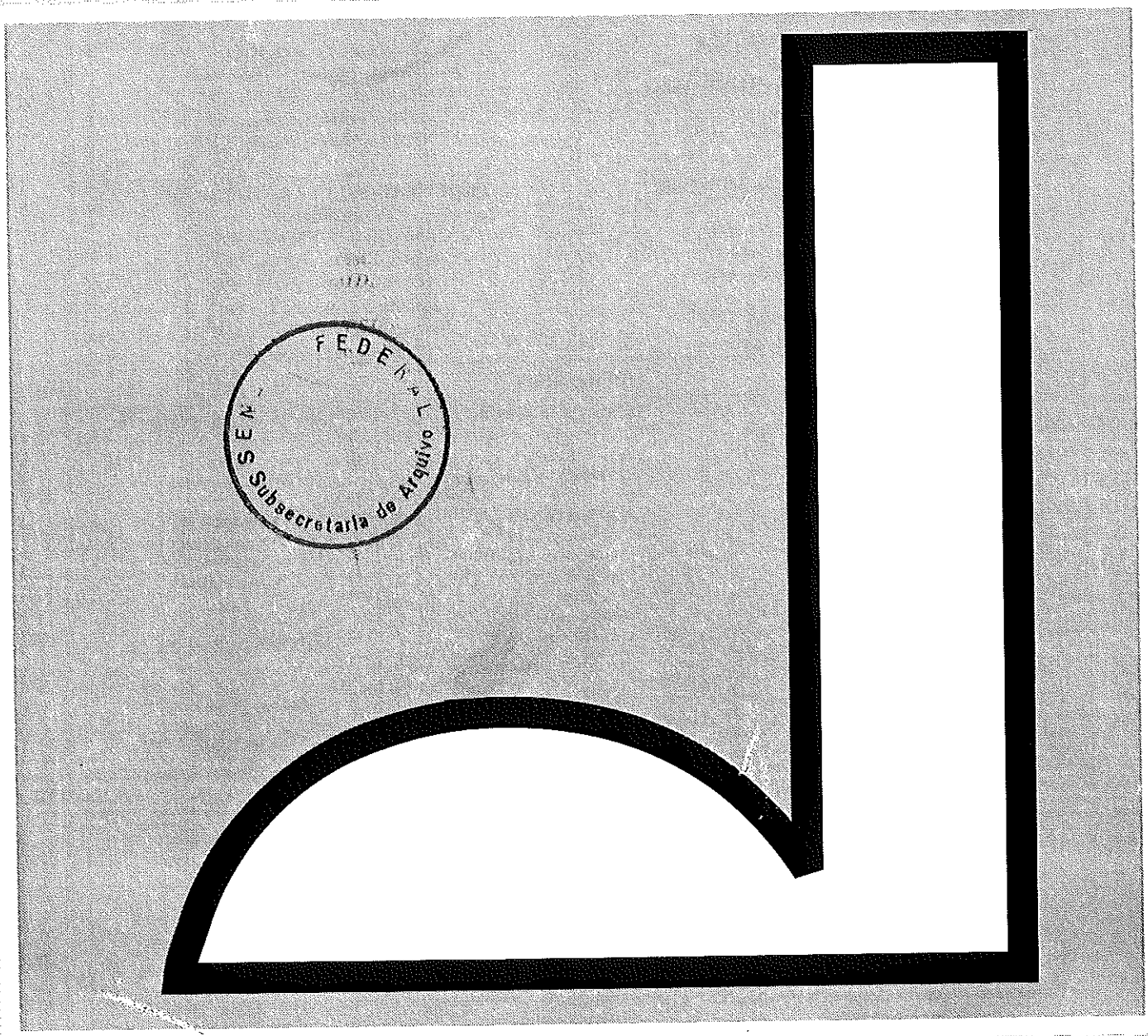
Brasil 500
SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2000 – CN QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001". (MENSAGEM Nº 790, DE 2000 – CN Nº 1.224/2000, NA ORIGEM).

VOLUME I

ANO LV - SUP. AO Nº 133 SÁBADO, 2 DE SETEMBRO DE 2000 BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA
1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN
2º Vice-Presidente
Ademir Andrade – PSB – PA
1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB
2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Nabor Júnior – PMDB – AC
4º Secretário
Casildo Maldaner – PMDB – SC

Suplentes de Secretário
1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP
2º Lúdio Coelho – PSDB – MS
3º Jonas Pinheiro – PFL – MT
4º Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor(1)
Romeu Tuma – PFL – SP
Corregedores Substitutos(1)
Ramez Tebet – PMDB – MS
Vago
Lúcio Alcântara – PSDB – CE
(1) Reeleitos em 2-4-97

PROCURADORIA PARLAMENTAR
Procuradores(2)
Amir Lando – PMDB – RO
Ramez Tebet - PMDB - MS
Alberto Silva - PMDB - PI
Djalma Bessa – PFL – BA
Bernardo Cabral - PFL - AM
(2) Designação: 30-6-99

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
José Roberto Arruda

Vice-Líderes
Romero Jucá
Moreira Mendes

LIDERANÇA DO PFL - 21

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos (3)
Mozarildo Cavalcanti
Vago
Vago

(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins

LIDERANÇA DO PMDB - 26

Líder
Jader Barbalho

Vice-Líderes
José Alencar
Iris Rezende
Amir Lando
Ramez Tebet
Gilberto Mestrinho
Renan Calheiros
Agnelo Alves
Vago

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10

Líder
Heloísa Helena

Vice-Líderes
Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha
Jefferson Péres

LIDERANÇA DO PSDB - 14

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Pedro Piva
Romero Jucá
Vago

LIDERANÇA DO PPB – 2

Líder
Leomar Quintanilha

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Paulo Hartung

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PSB – 3

Líder
Roberto Saturnino

Vice-Líder
Vago

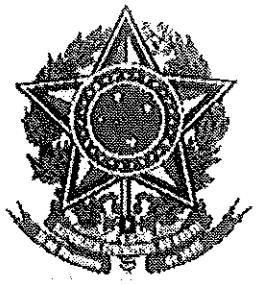
LIDERANÇA DO PTB - 1
Líder
Arlindo Porto

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Claudionor Moura Nunes
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Júllo Werner Pedrosa
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Márcia Maria Corrêa de Azevedo
Diretora da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2001

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Texto do Projeto de Lei
Quadros Orçamentários Consolidados
(exceto Programas de Governo)
Legislação da Receita e da Despesa

VOLUME I

Brasília, DF
2000

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
SOF – SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União : exercício financeiro 2001,
Projeto de Lei. – Brasília: Imprensa Nacional, 2000.
6v.

Conteúdo: v. 1 Texto de projeto de lei, quadros orçamentários consolidados (exceto de programas de governo), legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos projetos de governo – v. 3 Detalhamento da programação: órgãos do poder legislativo, órgãos do poder judiciário, Ministério Público Federal (encargos, transferências, refinanciamentos e operações oficiais de crédito) -- v. 4 Detalhamento da programação: órgãos do poder executivo, Presidência da República, ministérios (exceto Ministério da Educação) – v. 5 Detalhamento da programação (Ministério da Educação) -- v. 6 Orçamento de investimentos.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2001. I. Título.

CDU: 336.121.3(81)"2001"
CDD: 351.72205

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MINISTRO DE ESTADO
Martus Antônio Rodrigues Tavares
SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Guilherme Gomes Dias
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS
Otacílio Caldeira Junior

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL
Waldemar Gioni
SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL ADJUNTO
Paulo Sérgio Oliveira Passos
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO
Fabiano Garcia Côre
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E GESTÃO DE SISTEMAS
Odilon Antônio Tavares de Almeida
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO
Célia Corrêa
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ECONÔMICOS
Faustino Barbosa Lins Filho
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Ariosto Antunes Culau
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA
Vânia Amaral Chaves
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS
João Bernardo de Azevedo Bringel
CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA
Hélio Martins Tollini

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República	*Fernando Henrique Cardoso*
Vice-Presidência da República	*Marco Antônio de Oliveira Maciel*
Secretaria-Geral da Presidência da República	*Aloysio Nunes Ferreira*
Casa Civil da Presidência da República	*Pedro Pullen Parente*
Casa Militar	*Alberto Mendes Cardoso*
Advocacia-Geral da União	*Gilmar Ferreira Mendes*
Secretaria de Comunicação de Governo	*Angelo Andrea Matarazzo*
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	*Ovídio Antônio de Ângelis*
Ministro da Justiça	*José Gregori*
Ministro da Defesa	*Geraldo Magela da Cruz Quintão*
Ministro das Relações Exteriores	*Luiz Felipe Palmeira Lampreia*
Ministro da Fazenda	*Pedro Sampaio Malan*
Ministro da Agricultura e do Abastecimento	*Marcus Vinicius Pratini de Moraes*
Ministro da Educação	*Paulo Renato Souza*
Ministro da Saúde	*José Serra*
Ministro do Trabalho e Emprego	*Francisco Oswaldo Neves Dornelles*
Ministro da Previdência e Assistência Social	*Waldeck Vieira Ornélas*
Ministro das Comunicações	*João Pimenta da Veiga Filho*
Ministro dos Transportes	*Eliseu Lemos Padilha*
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	*Alcides Lopes Tápias*
Ministro de Minas e Energia	*Rodolpho Tourinho Neto*
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão	*Martus Antônio Rodrigues Tavares*
Ministro da Ciência e Tecnologia	*Ronaldo Mota Sardenberg*
Ministro do Meio Ambiente	*José Sarney Filho*
Ministro da Cultura	*Francisco Correa Weffort*
Ministro do Desenvolvimento Agrário	*Raul Belens Jungmann Pinto*
Ministro do Esporte e Turismo	*Carlos Melles*
Ministro da Integração Nacional	*Fernando Luiz Gonçalves Bezerra*

SUMÁRIO GERAL

VOLUME I - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
- Mensagem
- Texto do Projeto de Lei Orçamentária
- Quadros Orçamentários Consolidados
- Legislação da Receita e da Despesa

VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO
- Poder Legislativo
- Poder Judiciário
- Ministério Público
- Poder Executivo

VOLUME III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES
- Órgãos do Poder Legislativo
- Órgãos do Poder Judiciário
- Ministério Público da União
- Órgãos do Poder Executivo
  - Encargos Financeiros da União
  - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
  - Operações Oficiais de Crédito
  - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
  - Reserva de Contingência

VOLUME IV - DETALHAMENTO DAS AÇÕES
- Órgãos do Poder Executivo
  - Presidência da República e Ministérios - (exceto MEC)

VOLUME V - DETALHAMENTO DAS AÇÕES
- Órgãos do Poder Executivo - Ministério da Educação

VOLUME VI - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
- Quadros Orçamentários Consolidados
- Detalhamento da Programação
- Detalhamento das Ações

VOLUME I
Projeto de Lei Orçamentária

ÍNDICE

VOLUME I
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem 3
Texto do Projeto de Lei Orçamentária 5
Quadros Orçamentários Consolidados 27
Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica 29
Quadro 1 - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica 31
Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica 33
Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica 35
Evolução da Receita do Tesouro Nacional 37
Quadro 2 - Evolução da Receita do Tesouro Nacional 39
Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 41
Quadro 3 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 43
Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 45
Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 47
Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal 57
Quadro 4B - Demonstrativo da Receita do Orçamento da Seguridade Social 67
Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Nacional Diretamente Arrecadados por Órgão 71
Quadro 5 - Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Nacional Diretamente Arrecadados por Órgão 73
Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária 79
Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária 81
Evolução da Despesa do Tesouro Nacional 129
Quadro 7 - Evolução da Despesa do Tesouro Nacional 131
Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Grupo de Despesa 133
Quadro 8 - Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Categoria Econômica e Grupo de Despesa 135
Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão 137
Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão 139
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função, Subfunção e Programa 179
Quadro 10 - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção 181
Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção 185
Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa 199
Demonstrativo das Fontes de Recursos por Grupo de Despesa 209
Quadro 11 - Demonstrativo das Fontes de Recursos por Grupo de Despesa 211
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - (CF Art. 212) 215
Quadro 12 - Demonstrativo de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212) 217
Quadro 12 A - Demonstrativo da Despesa na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212) por Programa, Fonte e Órgão 218
Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212) 219
Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região 277
Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região 279
Legislação da Receita e da Despesa 289
Legislação da Receita 291
Legislação da Despesa 312

Mensagem

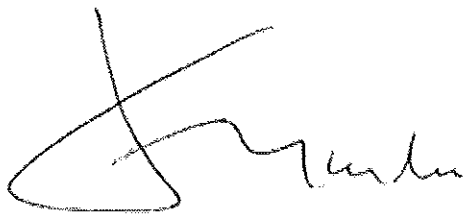
Mensagem nº 1.224

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º, da Constituição, e no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O projeto compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União detém a maioria do capital social com direito a voto. O projeto anexo foi elaborado de acordo com a Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (LDO - 2001), que fixou as diretrizes orçamentárias para 2001, e em conformidade com a Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, que dispõe sobre o Plano Plurianual relativo ao período 2000-2003 (PPA).

Brasília, 31 de agosto de 2000.



CONJUNTURA E POLÍTICA SOCIOECONÔMICA

Cenário Macroeconômico e Política Social

O contexto econômico em que a Proposta Orçamentária de 2001 está sendo apresentada contrasta radicalmente com o de anos anteriores. O País encontra-se no limiar de uma nova etapa de seu desenvolvimento. Essa perspectiva deriva do amplo conjunto de mudanças implementadas nos últimos anos, tanto no campo econômico propriamente dito quanto no terreno institucional. Em particular, as reformas operadas no próprio setor público têm permitido avançar na direção de um novo regime fiscal, peça-chave de um novo arcabouço de política econômica. Nesse novo regime, a preocupação central passa a ser o equilíbrio dinâmico das contas públicas, e a alocação de recursos limitados, segundo prioridades definidas juntamente com o Congresso Nacional, o instrumento de sua consecução.

A introdução do regime de câmbio flutuante no início de 1999 permitiu remover as restrições do balanço de pagamentos que se manifestaram com o agravamento das condições externas após a crise asiática. Os efeitos positivos da mudança cambial foram logo sentidos em 1999: o déficit em conta corrente foi reduzido de US$ 33,6 bilhões, em 1998, para US$ 24,4 bilhões, em 1999, o mesmo nível que se espera também para este ano. Além disso, este déficit foi amplamente coberto pela entrada do investimento externo direto, que atingiu o nível recorde de US$ 30 bilhões em 1999, devendo ficar pouco abaixo disto em 2000, a despeito de um volume bem menor de ingressos associados a privatizações. O resultado da balança comercial passou de um déficit de US$ 6,6 bilhões em 1998 para um superávit acumulado próximo a US$ 1 bilhão no primeiro semestre de 2000, indicando que os ganhos de produtividade acumulados na década, a desvalorização cambial do ano passado e o crescimento da economia mundial estão surtindo o efeito desejado sobre as contas externas brasileiras.

Com a mudança no regime de câmbio, a política monetária ganhou maior liberdade, passando a orientar-se pelos efeitos do nível de atividade e do câmbio sobre a taxa de inflação, em lugar de ser determinada, como no arranjo anterior, pela necessidade de viabilizar o fluxo de recursos externos necessário à sustentação da taxa de câmbio. A política monetária tornou-se, assim, um elemento-chave para a coordenação de expectativas, sendo esta a razão fundamental para a adoção do regime de metas inflacionárias.

Nos próximos anos, além do compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio, o Governo pretende continuar a orientar a política monetária para assegurar a consecução das metas inflacionárias. Desde julho de 1999, foi instituído o regime formal de metas de inflação, tendo sido fixadas as metas anuais para o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) em 6% neste ano, 4%

em 2001 e 3,5% em 2002, admitida a variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo, de forma a acomodar variações sazonais ou episódicas.

O comportamento recente da inflação revela a eficácia do novo regime. No primeiro semestre do ano, os índices de preços ao consumidor registraram as taxas mais baixas de suas respectivas séries. O aspecto mais importante é que esse desempenho seguiu-se a um período de fortes pressões no segundo semestre do ano passado. Isso revela um grau inédito de flexibilidade de preços relativos: aumentos localizados, decorrentes de alterações nas condições de oferta, são absorvidos sem uma elevação permanente do ritmo de crescimento dos preços.

Diante desse quadro de inflação em queda e tranqüilidade no *front* externo, a trajetória da economia passou a ser de retomada do crescimento. Passado o choque inicial produzido pela mudança do regime cambial, a expansão do Produto Interno Bruto - PIB foi crescente, contrariando as expectativas — formadas a partir da experiência de outros países que haviam passado por mudanças semelhantes — de forte retração da atividade econômica. De fato, ao contrário de projeções que apontavam para uma queda de até 4% do PIB, a economia brasileira cresceu 1% em 1999. No primeiro semestre deste ano, o PIB cresceu 3,8%, destacando-se o comportamento da indústria, com expansão de 5%, já como reflexo do novo regime cambial. Para o ano 2000, espera-se um crescimento de 4% para o PIB e de 5,3% para a indústria, respectivamente.

O crescimento econômico tem se apoiado na expansão do consumo de bens duráveis, do investimento e das exportações. No primeiro caso, a redução das taxas de juros, o esforço específico do Banco Central para diminuir os *spreads* cobrados pelo sistema financeiro em suas operações e a queda dos índices de inadimplência no comércio têm resultado em aumento do crédito, em especial para pessoas físicas. Seu volume praticamente dobrou em junho deste ano em relação a junho de 1999. Apesar da rápida expansão dos empréstimos ao setor privado, o grau de endividamento do setor privado na economia brasileira ainda é muito baixo, tanto para famílias quanto para empresas.

A expansão acelerada do crédito não deve dar margem a preocupações. Em um contexto de estabilidade macroeconômica e de supervisão adequada por parte do Banco Central, em que se incluem os critérios recentemente implementados de classificação de risco e de provisionamento contra perdas, o crescimento do crédito doméstico representa uma importante fonte de estímulo à demanda.

Em relação ao investimento, a perspectiva de crescimento sustentado e as demandas setoriais em expansão têm levado à retomada de projetos de ampliação da capacidade produtiva e

de provisão de serviços nas áreas de telecomunicações, transportes e energia. Em diversos segmentos da indústria, particularmente naqueles que produzem bens de capital e intermediários, a utilização da capacidade instalada aproxima-se de seu limite. A taxa de investimento já começou a recuperar-se frente à queda observada no ano passado, esperando-se que retorne este ano aos patamares observados antes da crise da Ásia - acima de 20% do PIB. Esse aumento do investimento, por seu turno, tende a consolidar os enormes ganhos de produtividade obtidos ao longo dos últimos anos em resposta à abertura comercial, à privatização e à desregulamentação da economia.

O Brasil está preparado para enfrentar o desafio dos novos investimentos. Para tanto, elaborou o Plano Plurianual para o período 2000-2003, denominado Avança Brasil, já aprovado pelo Congresso Nacional, que prevê recursos orçamentários da ordem de R$ 779,2 bilhões, aí incluídos os gastos da Previdência Social (R$ 283,1 bilhões), os investimentos das empresas estatais (R$ 117,6 bilhões), as aplicações de Agências Oficiais de Crédito e fundos públicos federais (R$ 124,5 bilhões) e os recursos das parcerias com o setor privado e Governos Estaduais (R$ 115,4 bilhões). Na área social, os programas envolvem a aplicação de R$ 496 bilhões nos próximos quatro anos. O objetivo é o aumento do nível educacional da população, a melhoria das condições de moradia e de saneamento, a ampliação do atendimento à saúde, a garantia de mais segurança nas cidades brasileiras e o crescimento da oferta de emprego. Na área de infra-estrutura econômica, o Avança Brasil prevê investimentos de R$ 209,8 bilhões no mesmo período, com destaque para os setores de energia e transportes. Os projetos envolvem a construção ou recuperação de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas e termelétricas e linhas de transmissão de energia, idealizados de forma integrada para permitir a eliminação de gargalos ao desenvolvimento nacional. São empreendimentos que representam importantes oportunidades de investimento para o setor privado nacional e o estrangeiro.

As exportações, beneficiadas com a mudança de preços relativos e os ganhos auferidos de competitividade, continuam sua trajetória de crescimento verificada desde o segundo semestre do ano passado, reduzindo a necessidade externa de financiamento. As quantidades exportadas de produtos manufaturados apresentaram crescimento de 25% na primeira metade deste ano, respondendo, no caso da indústria automobilística, por mais de 1/3 do aumento da produção. Para o total das exportações, a situação é um pouco menos favorável diante dos preços ainda deprimidos das principais *commodities* exportadas pelo Brasil no mercado internacional. O desempenho da balança comercial, apesar da melhora contínua, ainda reflete este choque negativo dos termos de troca, para o qual colaborou também o aumento dos preços do petróleo.

O cenário externo chegou a apresentar momentos de forte instabilidade no primeiro semestre, mas tem evoluído segundo uma trajetória bem mais suave desde então. Ainda que não se possa descartar completamente a possibilidade de novas turbulências, a perspectiva é de uma desaceleração gradual da economia norte-americana, que seria compensada por uma aceleração do crescimento na Europa e na Ásia. Desse modo, os fluxos de comércio continuariam em expansão e a trajetória de recuperação dos fluxos de recursos para países emergentes seria pouco afetada. A recente troca de títulos da dívida externa soberana renegociada (os *Bradies)* por novos títulos de 40 anos de prazo é um marco do ponto de vista da percepção de risco em relação ao Brasil. O único foco ainda significativo de incertezas reside no comportamento esperado para os preços do petróleo no mercado internacional.

Em vista do aumento da demanda e dos níveis de produção, o emprego voltou a crescer. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, registrou-se aumento de 650 mil postos de trabalho. Na indústria, foram criados 80 mil postos de trabalho no primeiro semestre, após quedas praticamente contínuas desde o início da década, período em que, em média, foram eliminados 150 mil postos de trabalho ao ano no setor. Os efeitos desse aumento da ocupação sobre a taxa de desemprego não se têm mostrado mais vigorosos devido ao crescimento da taxa de participação — fenômeno derivado da própria melhora das condições no mercado de trabalho, que acaba por atrair de volta pessoas que dele haviam se afastado, deixando de buscar trabalho pelo desalento. Há também evidências de que estaria voltando a crescer o grau de formalização das relações de trabalho: dos 650 mil postos de trabalho criados, 15% referem-se a posições com carteira assinada, o equivalente a 95 mil postos de trabalho na média do semestre. No período 1992-1999, a média da variação de postos de trabalho com carteira assinada foi de 80 mil.

Produção, demanda e emprego começam, portanto, a realimentar-se mutuamente em um mecanismo virtuoso que aponta para taxas de crescimento mais elevadas nos próximos anos. A política econômica, por seu turno, tem reagido de modo a garantir a sustentação desse processo mediante novas reduções da taxa de juros, consistentes com os avanços da política fiscal e tranqüilidade no *front* externo. Dessa forma, também a política econômica passa a exibir um círculo virtuoso: o ajuste fiscal sinaliza com a sustentabilidade da dívida pública a longo prazo, permitindo uma redução dos juros e maior crescimento econômico, que se combinam para gerar uma menor necessidade de superávits primários para uma mesma trajetória da relação dívida/PIB. Nesse contexto é que foi possível redefinir a meta de superávit primário do Governo Central para 2001 (de 2,6% para 2,25% do PIB) e definir uma meta para 2002 para o setor público consolidado bastante austera, mas menor do que a do ano anterior.

O ajuste das contas públicas, particularmente após 1998, representou um passo crucial na construção de sólidos alicerces para a recuperação do crescimento. É este ajuste que garante, em última instância, a consolidação da estabilização monetária, base para o crescimento sustentado e para a melhoria progressiva das condições de vida da população brasileira. O cumprimento rigoroso das metas fiscais e as mudanças estruturais que vêm sendo obtidas, com o indispensável apoio do Congresso Nacional, são elementos decisivos para o ambiente de retomada do desenvolvimento brasileiro, que já começou a se manifestar. Estes elementos tendem a aumentar a confiança no Real, favorecem a queda da taxa de juros doméstica e o aumento da poupança interna, por meio da redução da necessidade de financiamento do setor público.

O firme compromisso demonstrado pelo Governo Brasileiro com o cumprimento de metas fiscais ambiciosas tem sido o principal responsável pela mudança no quadro macroeconômico. Desde o final de 1998, todas as metas estabelecidas no Programa de Estabilidade Fiscal foram atingidas. Passamos de um déficit primário do setor público consolidado de 1,2 % do PIB, nos 12 meses encerrados em setembro de 1998, para um superávit de 3,6% do PIB, para os 12 meses encerrados em junho de 2000.

Essa dinâmica positiva tem se manifestado também na administração da dívida pública. A redução de incertezas tem permitido não apenas a redução das taxas de juros, mas também um alongamento de prazos e recomposição do perfil dos títulos públicos, com gradual aumento da participação dos papéis prefixados. A participação desses títulos no total da dívida mobiliária aumentou de 8%, em junho do ano passado, para 14% em junho último. Tiveram sua participação reduzida nesse processo tanto os papéis cambiais (de 24% para 20,6%), como os indexados à taxa de juros (de 64% para 55%), reduzindo-se, portanto, a exposição da dívida do Tesouro Nacional a possíveis flutuações das taxas de juros e do câmbio.

A continuidade desse processo a curto prazo depende apenas da consolidação das políticas já em vigor. A médio prazo, no entanto, será preciso aumentar ainda mais o investimento e a poupança doméstica. A atual trajetória de ajuste fiscal deverá liberar um montante de poupança equivalente a cerca de 5% do PIB, que vinha sendo utilizado para financiar o desequilíbrio das contas públicas. É preciso garantir que esse ajuste seja permanente, substituindo mecanismos transitórios — nem sempre os mais adequados, mas que refletem o elevado grau de rigidez hoje existente na alocação do gasto público — por outros, de caráter mais estrutural.

Os recursos reais liberados pela queda do déficit público, contudo, estarão em parte compensando a redução da poupança externa, de modo que também a poupança privada deverá crescer para garantir um financiamento equilibrado do investimento. O crescimento da renda certamente contribuirá para esse aumento, mas talvez o efeito seja insuficiente. É preciso portanto,

avançar na busca de novos mecanismos que estimulem a formação de poupança privada, dentre os quais destacam-se a reforma tributária, o estímulo ao mercado de capitais proporcionado pela aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas e os novos avanços na reforma do sistema previdenciário, notadamente no que diz respeito à previdência pública e à expansão do sistema de previdência complementar.

Recentemente, avanços significativos foram conquistados na construção de um ajuste fiscal mais permanente. Na área da previdência, um avanço fundamental foi a votação da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, que altera a regra de cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), instituindo o fator previdenciário. Esta nova regra torna o benefício a ser recebido dependente do montante de contribuições realizadas, da idade ao se aposentar e da expectativa de duração do benefício. Dessa forma, introduziram-se critérios atuariais no cálculo do benefício, garantindo a estabilização, a médio prazo, do déficit do regime geral do INSS, ao redor de 1% do PIB. É importante lembrar que, sem esta alteração, a trajetória deste déficit seria crescente.

Na área da previdência pública também ocorreram mudanças importantes, especialmente a chamada lei do emprego público, que permite a contratação de novos servidores através da Consolidação das Leis do Trabalho. Este é um passo importante para, em conjunto com projetos de previdência complementar ainda em exame no Congresso Nacional, permitir a eliminação do déficit do sistema de previdência pública a longo prazo.

A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Responsabilidade Fiscal é um fato que se reveste da maior importância para o Brasil. Ao estabelecer, de forma clara e transparente, um conjunto de regras, limites e sanções a serem observadas por todos os entes nas três esferas do setor público, a lei representa uma contribuição fundamental para uma mudança no regime fiscal do País, ajudando a combater alguns dos determinantes estruturais do desajuste nas contas públicas, a principal fonte do desequilíbrio macroeconômico brasileiro nas últimas décadas.

Após a estabilização trazida pelo Plano Real, novas e importantes mudanças ocorreram na direção da eliminação de fontes estruturais do desequilíbrio fiscal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias passou a estabelecer a partir de 1999 metas fiscais anuais. No corrente ano, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, passou a incorporar também metas fiscais trienais, reforçando o avanço na institucionalização do compromisso com o equilíbrio e a boa gestão das contas públicas. Do lado das práticas orçamentárias, a estabilidade de preços proporcionada pelo Plano Real permitiu, entre outras coisas, que a lei orçamentária fosse transformada em um instrumento importante de debate de prioridades e de transparência no

manejo das contas públicas. Há ainda muito a avançar, mas não devemos subestimar o avanço logrado até agora.

Os Orçamentos da União para o ano de 2001 refletem com fidelidade todas estas transformações. Eles se apoiam em parâmetros macroeconômicos razoavelmente convergentes com expectativas de analistas: crescimento do PIB nominal de 10,6%, com crescimento real de 4,5%, inflação ponta a ponta de 4%, juros básicos declinantes para um nível de 14,2% no acumulado do ano. Estes parâmetros, apresentados em detalhe mais à frente, são bastante próximos do que vem sendo apontado como consenso de mercado.

Tal como ocorreu em propostas de anos anteriores, a presente Proposta Orçamentária terá parte de sua execução orçamentária dependente da aprovação de medidas legislativas. Os principais fatores a condicionar a execução orçamentária são a receita proveniente da Proposta de Emenda Constitucional que estabelece a contribuição previdenciária de servidores inativos, PEC nº 136/1999, ainda pendente de aprovação pelo Poder Legislativo; a Proposta de Emenda Constitucional instituindo o Fundo da Pobreza (PEC nº 249/2000), uma iniciativa do Congresso Nacional aprovada no Senado e que se encontra tramitando na Câmara; e a flexibilização da vinculação dos *royalties* do petróleo, proposta mediante projeto de lei já encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso.

As duas propostas de emenda à Constituição mencionadas são iniciativas tomadas já há bastante tempo e que não estão diretamente associadas à elaboração do Orçamento da União para 2001. Nesse sentido, e dadas as características particulares destas iniciativas, é cabível afirmar que o Orçamento 2001 é o primeiro, em vários anos, que não exigiu elevação da carga tributária para viabilizar o volume de gastos governamentais previsto.

É preciso reconhecer ainda que a execução orçamentária em 2001 estará condicionada, em maior grau que no ano anterior, ao desempenho da arrecadação de concessões e da chamada conta petróleo. No caso da receita de concessões, o aumento previsto decorre da concentração, em 2001, da arrecadação da concessão das chamadas bandas C, D e E da telefonia celular, cuja licitação deverá ter lugar ainda em 2000.

Quanto à Parcela de Preço Específica (PPE), o valor previsto para a arrecadação em 2001 é consistente com um cenário de moderada redução do preço médio internacional do petróleo no próximo ano. A acentuada volatilidade observada recentemente neste mercado pode sugerir uma dependência excessiva de uma fonte com elevado grau de incerteza. Entretanto, se eventualmente a expectativa de redução do preço internacional do petróleo não se confirmar, a perda de arrecadação da PPE é compensada pelo melhor resultado das estatais, já que a Petrobras tem sua

remuneração definida pelo preço internacional do combustível. As flutuações deste último são, portanto, virtualmente neutras do ponto de vista do setor público consolidado, sendo possível compensar os resultados do Governo Central e das estatais federais. Foi exatamente isso que ocorreu em 2000, e é também o que está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001, que, em seu art. 18, § 1º, estabelece que durante a execução dos orçamentos, poderá haver compensação de eventual frustração da meta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por excedente do resultado apurado das empresas estatais.

Como já mencionado, o excelente desempenho fiscal nos últimos anos, consubstanciado no estrito cumprimento das metas fiscais ao longo de sete trimestres consecutivos, permitiu que fosse revista a meta de superávit primário fixada para 2001, de 3,35% do PIB, para 3,0% do PIB. Esta redução abre espaço para, mantida a carga tributária, e sem abrir mão do compromisso com a austeridade fiscal, ampliar a ênfase nos gastos sociais do Orçamento da União. Os cerca de R$ 4 bilhões que foram liberados com a revisão da meta de 2001 vão ajudar a financiar novos programas de saúde e educação, o Plano Nacional de Segurança já anunciado pelo Governo e o Programa de Combate à Pobreza, conhecido como IDH-14.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

PRINCIPAIS PROGRAMAS DE GOVERNO

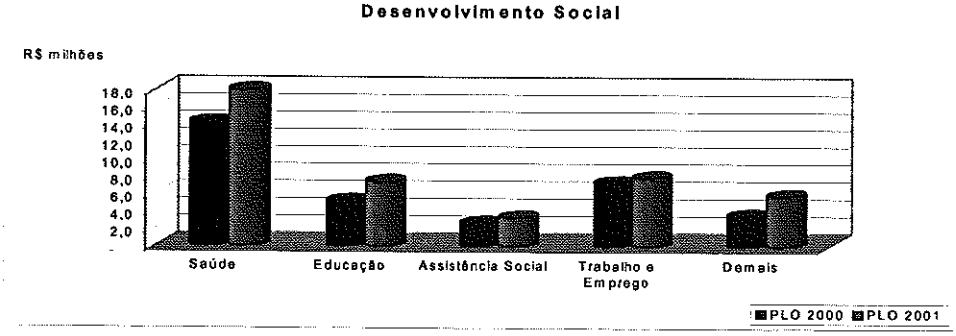
Os recursos foram alocados em conformidade com os objetivos pré-estabelecidos no Plano Plurianual 2000-2003, conferindo prioridade aos programas voltados para o desenvolvimento social e àqueles que contribuem para estruturar o desenvolvimento em torno dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. São especialmente por meio desses programas que o Governo Federal promove o atendimento das demandas sociais e o desenvolvimento da infra-estrutura econômica , no intuito de melhorar as condições de vida da população brasileira e proporcionar a base para o crescimento sustentado da atividade produtiva.

Política de Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social é a área contemplada com a maior destinação de recursos na Proposta Orçamentária para o exercício de 2001 (R$ 42,3 bilhões), representando 54,1% sobre o total de gastos.

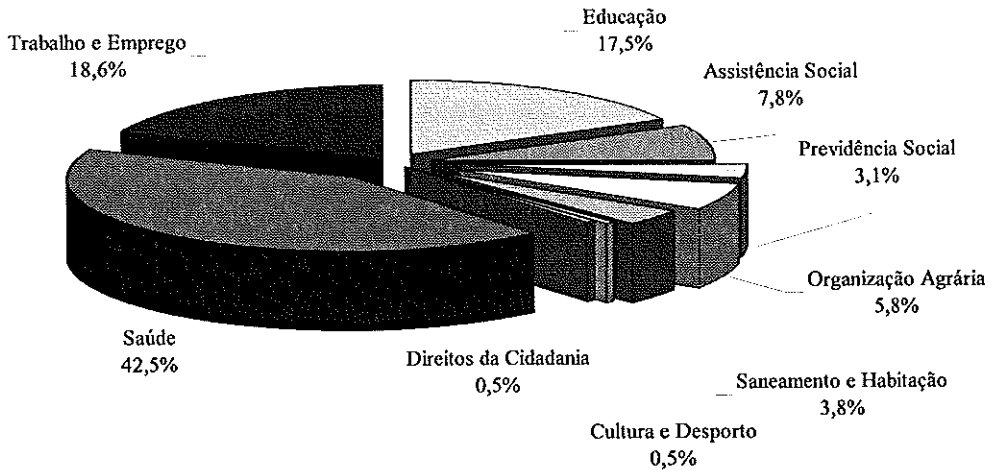
DESENVOLVIMENTO SOCIAL — R$ milhões

Discriminação	PLO 2000	PLO 2001
Saúde	14.249,0	17.979,4
Trabalho e Emprego	7.295,3	7.882,4
Educação	5.186,2	7.405,0
Assistência Social	2.654,4	3.283,7
Previdência Social	930,6	1.311,1
Organização Agrária	1.881,1	2.459,9
Saneamento e Habitação	456,7	1.599,8
Cultura e Desporto	122,9	225,4
Direitos da Cidadania	113,3	207,2
Total	**32.889,6**	**42.353,9**



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Desenvolvimento Social



Como inovação, o Governo Federal estabeleceu, em complemento ao conjunto de programas e ações voltados para o atendimento de demandas sociais, dois planos especiais objetivando melhorar as condições de vida das populações mais carentes, por meio da alocação de recursos do Tesouro Nacional e da utilização parcial dos recursos previstos no "Fundo de Combate à Pobreza", Proposta de Emenda Constitucional em tramitação no Congresso Nacional. Para a alocação espacial dos recursos nos programas prioritários, foi utilizado, como critério de referência, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, de ampla aceitação internacional como indicador síntese do grau de desenvolvimento social das populações.

A utilização desse índice serviu de base para a priorização das ações nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento sócioeconômico, por meio do Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano – PADH, que concentrará sua atenção nos 14 Estados com os menores IDH e o Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes – PISM, que será voltado a minimizar os

"bolsões de pobreza" em microrregiões com IDH abaixo de 0,5, existentes nos Estados mais desenvolvidos.

A síntese da programação objeto dos citados Planos, que passam a integrar os programas de governo, tem a seguinte distribuição:

Plano de apoio aos Estados com Menor Desenvolvimento Humano

Identificador PADH	R$ milhões PLO 2001
Alfabetização Solidária	46,4
Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Educação de Jovens e Adultos	190,6
Apoio ao Ensino Médio	436,7
Garantia de Renda Mínima	1.031,1
Erradicação do Trabalho Infantil	203,1
Água na Escola	38,6
Saneamento/Redução da Mortalidade Infantil	1.158,9
Saúde da Família/Agentes Comunitários de Saúde	543,7
Redução da Mortalidade Materna e Neonatal	123,0
Infra-Estrutura Turística - PRODETUR II	60,0
Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF - Infra-Estrutura	132,8
Energia das Pequenas Comunidades	61,5
PRONAGER (Geração de Emprego e Renda)	7,5
Desenvolvimento do Estado de Tocantins	100,0
TOTAL	**4.133,8**

Transferências Diretas de Renda

As transferências diretas de renda constituem instrumento pelo qual o Governo Federal promove a sua redistribuição, propiciando a subsistência e o desenvolvimento do indivíduo e da família, assegurando a dignidade e reduzindo as desigualdades sociais e de oportunidade. Dentre as despesas com estas características, destacam-se os Benefícios de

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, a Bolsa Criança-Cidadã e a Jornada Escolar Ampliada, a Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócioeducativas, o Seguro Desemprego, o Abono Salarial e a Bolsa de Qualificação Profissional, que foram contemplados com R$ 9,1 bilhões.

Transferências de Renda a Pessoas R$ milhões

Ações	PLO 2001	Atendimento
Seguro-Desemprego e Bolsa de Qualificação	4.388,5	Trabalhador = 4.320,5 mil
Benefício de Prestação Continuada da LOAS	2.440,7	Pessoas = 1.297,7 mil
Participação em Programas de Renda Mínima	1.228,6	Famílias = 4.333,4 mil
Abono Salarial do PIS/PASEP	739,2	Trabalhador = 5.185,7 mil
Jornada Escolar Ampliada	117,8	Criança/Adolescente = 541,8 mil
Bolsa Criança-Cidadã	154,9	Criança/Adolescente = 541,8 mil
Total	**9.069,7**	

Em virtude do aumento da expectativa de vida da população brasileira, conjugado com situações de pobreza existentes no País, a demanda por assistência social da populacão idosa continuará crescente, exigindo recursos anuais adicionais no âmbito da LOAS, cujos benefícios atingirão R$ 2,4 bilhões, quando acrescidos aos das pessoas portadoras de deficiências. No que se refere a estas últimas, serão também assegurados os direitos e combatida a discriminação, mediante ações complementares de habilitação e reabilitação.

Diversos estudos têm constatado que o trabalho infantil, embora elemento importante da composição da renda familiar, é o maior limitador do desenvolvimento escolar das crianças de baixa renda. Por este motivo, o Governo Federal, com a participação dos Municípios, passou a desenvolver ações que, ao propiciar uma renda às famílias em troca da freqüência da criança à escola, possibilitarão a eliminação desse desequilíbrio social. Estas ações são a *Bolsa Criança-Cidadã*, com dotação de R$ 155,0 milhões, *a Jornada Escolar Ampliada,* que contará com R$ 117,8 milhões *e a Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócioeducativas,* com dotação de R$ 1,2 bilhão.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

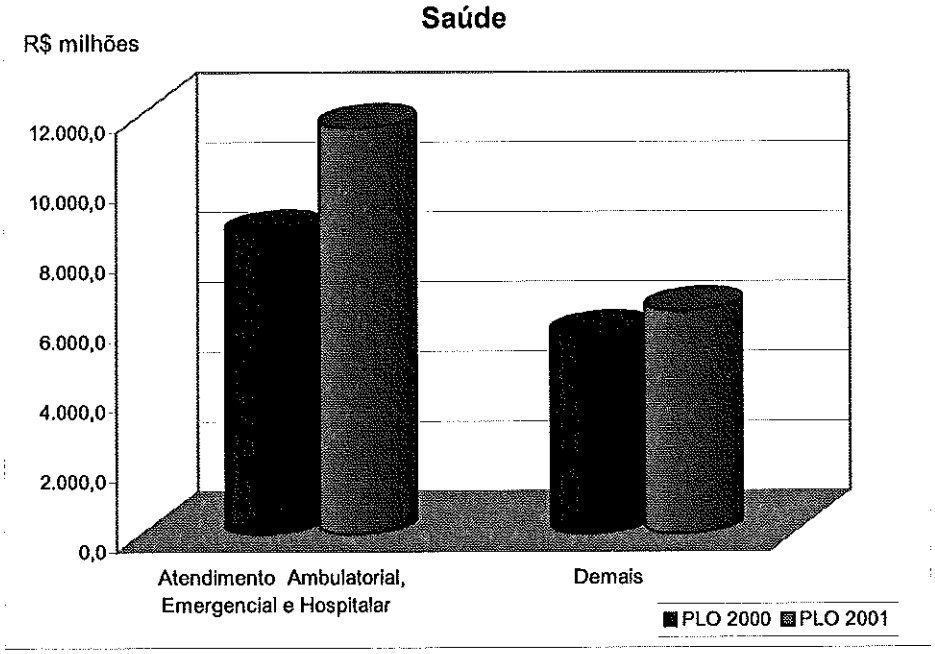
No que se refere ao trabalhador, a Proposta Orçamentária prevê gastos de R$ 4,4 bilhões para o pagamento do Seguro-Desemprego ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, e R$ 739,2 milhões para o pagamento do Abono Salarial aos trabalhadores formais que recebem até dois salários mínimos.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

SAÚDE

As ações e serviços de saúde terão dotação de R$ 18 bilhões, representando um aumento substancial de recursos, que possibilitará a ampliação e a melhoria do atendimento à população.

SAÚDE		R$ milhões
Principais Programas	PLO 2000	PLO 2001
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	8.565,3	11.613,2
Demais	5.683,7	6.366,2
Total	**14.249,0**	**17.979,4**



A cada ano, o Governo vem buscando incrementar os valores destinados à Saúde, bem como tornar o gasto mais produtivo nesta área. O Projeto de Emenda Constitucional nº 86, de 1999, consolida essa tendência, assegurando recursos mínimos crescentes para a Saúde, tanto no âmbito da União como no dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Ao programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar foram destinados recursos da ordem de R$ 11,6 bilhões, com a finalidade de promover o acesso

eqüitativo e universal da população ao Sistema Único de Saúde, mediante as ações no regime de gestão plena e na rede conveniada.

A reorganização da prática assistencial em novas bases e critérios, com atenção centrada na família, entendida e percebida a partir de seu ambiente físico e social, em substituição ao modelo tradicional de assistência, orientado para a cura de doenças e no hospital, é o principal foco do programa Saúde da Família. Com uma estratégia que dá prioridade às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família, dos recém-nascidos aos idosos, sadios ou doentes, de forma integral e contínua, o Saúde da Família prevê a aplicação de R$ 2,8 bilhões.

Desses recursos, R$ 1,8 bilhão é previsto para o *Piso de Atenção Básica dos Municípios em Regime de Gestão Plena-PAB*. Esse piso é o mecanismo do Sistema Único de Saúde que complementa o sistema de pagamento por produção, privilegiando a atenção integral à saúde. Com a nova sistemática, os Municípios recebem um montante *per capita*, previamente fixado, e a administração local assume a responsabilidade dos serviços de consultas médicas gerais, exames de pré-natal, planejamento familiar, vacinação, higiene bucal e outros. Até março de 2000, 98% dos Municípios, correspondentes à 93% da população, já estavam habilitados no PAB.

O *Piso de Atenção Básica Variável Saúde da Família*, no âmbito do programa Saúde da Família contará com R$ 970,0 milhões. A primeira etapa de sua implantação se iniciou em 91, com o programa de *Agentes Comunitários de Saúde*. A partir de 1994, começaram a ser formadas as primeiras unidades do programa de *Saúde da Família*, incorporando e ampliando a atuação dos agentes comunitários de saúde. O programa iniciado em 1994, com somente 328 equipes, atendeu 1,1 milhão de pessoas. No início deste ano já contava com 6.000 equipes e espera-se encerrar este exercício com 10.500 equipes. Para o ano de 2001, a estimativa é de que estejam implantadas 17.000 para atender 59 milhões de habitantes.

O Governo Federal demonstra grande preocupação com o avanço das doenças sexualmente transmissíveis, em especial com a *Síndrome da Imunodeficiência Adquirida* –

AIDS. O resultado da prioridade atribuída às ações que combatem tais problemas é o recente reconhecimento internacional do sucesso do Brasil no combate à AIDS, bem como a exportação e doação de tecnologia de medicamentos.

Em relação à AIDS, a meta é manter a relação de incidência de 12,3/100.000 habitantes até 2003. Para tanto, o programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e da AIDS aplicará R$ 595,5 milhões, com incremento de 24,6%. No programa, destacam-se a distribuição de medicamentos para 131.400 pacientes, correspondente à aplicação de R$ 515,5 milhões e à distribuição de 350 milhões de preservativos masculinos e femininos, além de 2,5 milhões de testes para DST e HIV.

A Assistência Farmacêutica está garantida com a aplicação prevista de R$ 363,7 milhões. Compatível com o princípio de descentralização do Sistema Único de Saúde – SUS, foi instituído o *Incentivo Financeiro para Assistência Farmacêutica Básica – Farmácia Básica*. Tal incentivo repassa recursos previamente definidos na relação de R$ 1,00/habitante/ano, possibilitando aos Municípios a aquisição direta de medicamentos básicos. De forma complementar, a aquisição de medicamentos estratégicos prevê a aplicação de R$ 122,4 milhões para o tratamento de leishmaniose, esquistossomose, filariose, tracoma e outros agravos. Fato importante de ressaltar é o apoio a ser dado à modernização e adequação de laboratórios farmacêuticos públicos, no valor de R$ 20 milhões.

O programa Qualidade e Eficiência do SUS, que tem por objetivo dotar de maior eficiência os serviços prestados aos usuários do SUS, deverá contar com o montante de R$ 466,3 milhões, valor esse superior em 29,3% ao previsto na Proposta Orçamentária de 2000. Destacam-se as ações relativas à Implantação do Cartão Nacional de Saúde e ao Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS.

As doenças endêmicas do país serão eliminadas mediante a detecção precoce de fatores de risco à população, combate a surtos e epidemias, reduzindo a morbimortalidade por leishmaniose, malária, esquistossomose, tracoma, doença de Chagas, peste, filariose,

bócio, febre amarela e dengue, com destinação de R$ 650,9 milhões ao programa Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores. Dentre as ações, assinala-se a implantação, no corrente exercício, do *Incentivo Financeiro para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis,* no valor global de R$ 533,5 milhões, repassado aos Estados e Municípios, mediante critérios territoriais, epidemiológicos e populacionais.

Para fortalecer o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, suas ações foram descentralizadas para Estados e Municípios, aumentando a capacidade de detectar precocemente fatores de risco à população, surtos e epidemias, além de desencadear, de forma tempestiva, as medidas adequadas para prevenir e controlar doenças e outros agravos, reduzindo danos e aumentando o nível de saúde da população. Estima-se que, até o final do corrente exercício, todos os Estados e Municípios estarão habilitados, garantindo a cobertura integral da população brasileira.

Os programas Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços e Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras prevêem a aplicação de R$ 124,7 milhões, objetivando garantir a qualidade dos produtos e serviços ofertados à população, bem como o controle dos portos, aeroportos e fronteiras, evitando a entrada e disseminação de doenças transmissíveis no País.

A principal ação é a do *Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados para as Ações de Vigilância Sanitária,* que transfere a responsabilidade para Estados e Municípios das ações básicas de educação, fiscalização e controle sanitário, com repasse de recursos da ordem de R$ 65 milhões, baseado em critério per capita. Destacam-se, ainda, a regulação, registro, informação, educação e fiscalização quanto aos medicamentos genéricos a fim de garantir segurança, melhoria da qualidade e preços mais acessíveis à população.

O programa Saúde Suplementar prevê recursos da ordem R$ 27,2 milhões, visando garantir a promoção da defesa do interesse público na assistência à saúde, mediante a regulação, fiscalização e monitoramento das operadoras de planos privados e sua relação com prestadores e consumidores, aumentando a competitividade e eficiência do mercado de

planos privados de saúde e promovendo uma maior transparência na relação entre os usuários e as empresas.

O programa Alimentação Saudável foi contemplado com R$ 176 milhões, objetivando reduzir e controlar a desnutrição em geral e as carências nutricionais específicas de diversos ciclos de vida, além de promover a orientação alimentar e nutricional e incentivar a prática do aleitamento materno. Valendo-se do *Incentivo Financeiro de Combate às Carências Nutricionais,* serão transferidos R$ 167 milhões a Estados e Municípios, possibilitando o atendimento de 928.000 crianças.

O programa Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis, no montante de R$ 214,7 milhões, visa a promover a prevenção dessas doenças por meio de ações de aquisição de imunobiológicos para utilização em vacinação de rotina e campanhas de vacinação.

Com o intuito de elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população e dinamizar o mercado de trabalho no setor saúde, está sendo desenvolvido em todo o território nacional o programa *Profissionalização da Enfermagem – PROFAE,* com recursos da ordem de R$ 99,7 milhões, que se destinam à qualificação de profissionais, à estruturação e modernização de escolas técnicas de saúde e à formação pedagógica de docentes na área de enfermagem.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Educação

A Proposta Orçamentária da Educação para o ano 2001 é de R$ 7,4 bilhões, excluindo-se as transferências aos Estados e ao Distrito Federal da cota-parte do salário-educação.

EDUCAÇÃO R$ milhões

Principais Programas	PLO 2000	PLO 2001
Toda Criança na Escola	1.957	3.956
Desenvolvimento do Ensino de Graduação	1.722	1.478
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	510	514
Desenvolvimento da Educação Profissional	279	320
Desenvolvimento do Ensino Médio	34	520
Escola de Qualidade para Todos	480	71
Hospitais de Ensino	87	86
Demais	118	458
Total	**5.186**	**7.405**

O Governo Federal vem cumprindo sua função supletiva na Educação, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais, dada a sua importância social. Assim, aportes substanciais de recursos são destinados às ações de Ensino Fundamental e Médio, de forma a complementar o exercício das prioridades constitucionais atribuídas aos Estados e aos Municípios.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ensino Fundamental

O ensino fundamental continua a merecer atenção especial do Governo Federal. Ações nesse sentido já resultaram em uma taxa de atendimento escolar de 96% da população de 7 a 14 anos e serão contempladas com R$ 4 bilhões, sendo R$ 3,96 bilhões no programa Toda Criança na Escola e R$ 71,4 milhões no programa Escola de Qualidade para Todos

O programa Toda Criança na Escola visa a universalizar o atendimento do ensino fundamental, com ações de suporte educacional capazes de contribuir para que o aluno tenha condições de freqüentar a escola e ter acesso ao aprendizado, contribuindo para a redução da evasão e conseqüente estabilização do fluxo escolar.

Para a concretização desses objetivos, o primeiro passo é minimizar as condições sócioeconômicas adversas, às quais estão submetidos os alunos. Dentre as condições restritivas que afetam a freqüência, salientam-se as relacionadas com o trabalho infantil, a carência nutricional e a dificuldade de locomoção.

Com a finalidade de enfrentar a restrição ocasionada pela necessidade de complementação de renda das famílias carentes, traçou-se a ação de *Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócioeducativas*, relevante para garantir o acesso dessas crianças ao ensino fundamental. Essa ação será implementada por meio do subsídio à renda familiar, condicionado à permanência das crianças na escola, com dotação de R$ 1.228,5 milhões, beneficiando 4,3 milhões de famílias.

A carência nutricional será combatida por intermédio da *Alimentação Escolar*, para a qual o Governo Federal contribuirá com R$ 920,3 milhões. A merenda vem a cada ano aprimorando o seu cardápio, com refeições que têm procurado respeitar os hábitos alimentares de cada localidade Os recursos são transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, tendo como base o censo escolar do ano anterior, ficando estes responsáveis pelo atendimento de 37,7 milhões de alunos.

Por sua vez, o problema de acesso do aluno à escola, devido à dificuldade de locomoção, será minimizado pela ação de *Transporte Escolar*. Para tanto, foram destinados R$ 39,2 milhões, com a aquisição de 1.177 veículos, especialmente para atender ao aluno que reside no meio rural.

O segundo ponto a ser enfocado é a melhoria da infra-estrutura escolar pública, a ser atendida pelo *Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA*, no valor de R$ 120 milhões, o qual dará continuidade aos investimentos na construção de unidades de ensino, compra de equipamentos escolares, capacitação de professores e gestão do sistema educacional.

Como ação supletiva ao FUNDESCOLA serão transferidos recursos financeiros a serem geridos diretamente pelas escolas. A ação *Dinheiro Direto na Escola* conta com dotação de R$ 327,2 milhões, que garante a manutenção e a melhoria dessas escolas, beneficiando 33,5 milhões de alunos.

Não obstante as melhorias a serem desenvolvidas na infra-estrutura de ensino, existe a preocupação de se aprimorar o processo de alocação de recursos públicos neste nível de ensino e sua gestão. Com esse propósito, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14/96. A Proposta Orçamentária para 2001 prevê a complementação da União no valor de R$ 675,4 milhões para essa finalidade.

Por sua vez, o aspecto didático também está sendo contemplado. Foram alocados R$ 508,3 milhões para a *Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores*. Tal dotação possibilitará a distribuição de 125,7 milhões de exemplares. Cabe ressaltar que foram distribuídos, nos últimos cinco anos, 500 milhões de livros didáticos, os quais foram sendo entregues nas escolas de todo o Brasil antes do início do ano letivo. Além disso, a atual política de reutilização de livros, por três anos consecutivos, reflete a preocupação com o bom uso dos recursos públicos.

O enfoque cultural é atendido pela ação *Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental*, que tem como objetivo a distribuição de obras

literárias juvenis e infantis, abordando temas sobre formação histórica, econômica e cultural do País, além de obras de referência como enciclopédias e dicionários às escolas de ensino fundamental da rede pública. As obras literárias distribuídas servirão de subsídio para incentivar a leitura e a conseqüente formação da consciência crítica dos alunos e dos professores, além de serem disponibilizadas à comunidade em geral. Em 2001 a meta é distribuir 20.000 módulos (conjuntos de obras pedagogicamente selecionadas, compostos por 2 globos, 1 atlas histórico e 215 livros), ao custo de R$ 28,2 milhões.

A ação de *Assistência Médica e Odontológica a Alunos do Ensino Fundamental* contará com R$ 16,1 milhões, com vistas a propiciar especial atenção à saúde das crianças matriculadas no ensino público fundamental.

O programa Escola de Qualidade para Todos, mediante a democratização do acesso a novas tecnologias de suporte à formação educacional, proporcionará a melhoria da qualidade do ensino fundamental público. O foco é o desenvolvimento do aluno, seu preparo para a cidadania e o trabalho, por meio da aquisição de competências educacionais.

Dentre as ações que se destinam a viabilizar as novas formas de educação, destacam-se as que permitem o uso das novas tecnologias de informação, que contarão com R$ 37,5 milhões. Com esses recursos terá prosseguimento a implantação de 1.667 núcleos de tecnologia educacional, possibilitando aos alunos e professores das escolas públicas acesso a essas tecnologias, inclusive à Internet, fator diferencial para o aprendizado no século XXI.

Outro grupo importante de ações nesse programa é o relacionado à *Educação a Distância*, por intermédio da TV Escola, que irá formar, capacitar e atualizar professores das escolas públicas de ensino fundamental. Essas ações, para as quais o Governo reservou R$ 17,5 milhões, permitem a produção ou aquisição de 4.668 horas de programas educacionais para a televisão, sua veiculação e o aparelhamento de 400 escolas para a recepção e utilização deste material audio-visual, além da distribuição de 4,9 milhões de exemplares de material impresso de apoio e capacitação de 15,1 mil profissionais.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ensino médio

A ampliação da oferta e a melhoria da qualidade do ensino fundamental provocaram a queda da repetência e do abandono escolar. Como conseqüência, está ocorrendo significativa expansão de matrículas no Ensino Médio, que registrou um incremento de 57,3% no período de 1994 a 1998, correspondente a um crescimento médio de 11,5% ao ano. Outro fator que contribui para esse incremento é o novo padrão de exigências do mundo produtivo, que traz de volta à escola um contingente populacional dela afastado.

Para atender a essa crescente demanda, o programa Desenvolvimento do Ensino Médio contará com R$ 520,4 milhões, destinados à ampliação da oferta de vagas. No âmbito do referido programa, destacam-se as ações *Expansão e Melhoria da Rede Escolar,* para adequá-la à nova realidade, e *Implementação da Reforma do Ensino Médio,* voltada para a monitorização e a avaliação de seu desempenho.

Ensino profissional

A conjuntura atual da globalização da economia está exigindo melhoria da qualificação profissional da população como fator para o crescimento do País. Objetivando satisfazer essa crescente demanda por níveis mais elevados de qualificação, serão destinados R$ 320 milhões para o programa Desenvolvimento da Educação Profissional, a fim de enfatizar a integração entre a educação e o trabalho, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Os desafios estão relacionados aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas. Com isso, surgem também novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais. O principal objetivo desse programa é a reestruturação da rede de escolas técnicas e agrotécnicas federais, de modo a aproximá-las do setor produtivo e a permitir a articulação com outros agentes participantes da política de educação profissional. Dentre as ações assinalam-se a *Implementação da Reforma da Educação Profissional, Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional,* com meta de 30 centros implantados, e

Instrumental para Ensino e Pesquisa destinado aos Centros de Educação Profissional, equipando 35 centros escolares, que contarão com R$ 173 milhões, visando a melhorar e ampliar a infra-estrutura e modernizar laboratórios.

Ensino superior

O ensino superior estará contemplado na Proposta Orçamentária com recursos da ordem de R$ 2,1 bilhões, alocados nos programas Desenvolvimento do Ensino de Graduação, Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação, Extensão Universitária e Hospitais de Ensino.

O Governo Federal reservou R$ 719,7 milhões para ações voltadas ao funcionamento de instituições federais de ensino superior, destinando, ainda, R$ 20,5 milhões para a *Construção e Ampliação de Bens Imóveis.*

Dentre as ações que contribuirão para ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino de graduação, destaca-se a concessão de crédito educativo, importante instrumento de acesso de estudantes carentes à universidade, viabilizado por intermédio do *Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES.* Esse Fundo contará com R$ 590,3 milhões no próximo ano, financiando até 70% das mensalidades escolares de 165 mil estudantes. Continuará existindo o antigo *Crédito Educativo* para os alunos atendidos nessa modalidade até 1999 e que não optem pelo novo mecanismo, com recursos previstos em R$ 92 milhões no ano 2001 para manter o serviço prestado a 30 mil estudantes.

O Ensino de Pós-Graduação receberá um aporte de R$ 514,2 milhões. A maior parte – R$ 390,3 milhões – será destinada à concessão de bolsas de estudo no Brasil e no exterior. O restante vai garantir o funcionamento dos cursos, além de outras ações.

Foram programados recursos no montante de R$ 36,5 milhões para a promoção e o aperfeiçoamento da Extensão Universitária, mediante a realização de eventos culturais e científicos, prestação de serviços sociais à comunidade e cursos de extensão universitária.

Estatísticas e Avaliações Educacionais

A avaliação das políticas continuará contando com subsídios fornecidos pelo programa de Estatísticas e Avaliações Educacionais, o qual foi contemplado com dotação de R$ 76,3 milhões.

No âmbito do referido programa, cabe ressaltar as seguintes ações: o Censo Escolar; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB; o Sistema Integrado de Informação Educacional – SIED; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; o Exame Nacional de Cursos de Graduação – PROVÃO e o Censo do Ensino Superior

O *Censo Escolar,* realizado anualmente pelo Ministério da Educação, tem por objetivo a produção de dados e informações estatístico-educacionais para subsidiar o planejamento e a gestão da educação brasileira pelas esferas governamentais, e disporá de R$ 7,8 milhões.

O *Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM* foi contemplado na Proposta Orçamentária com R$ 28,3 milhões, possibilitando que cada aluno possa realizar sua auto-avaliação e orientar melhor suas escolhas futuras, tanto em direção ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos, servindo como modalidade alternativa ou complementar de ingresso nos cursos profissionalizantes e no ensino superior.

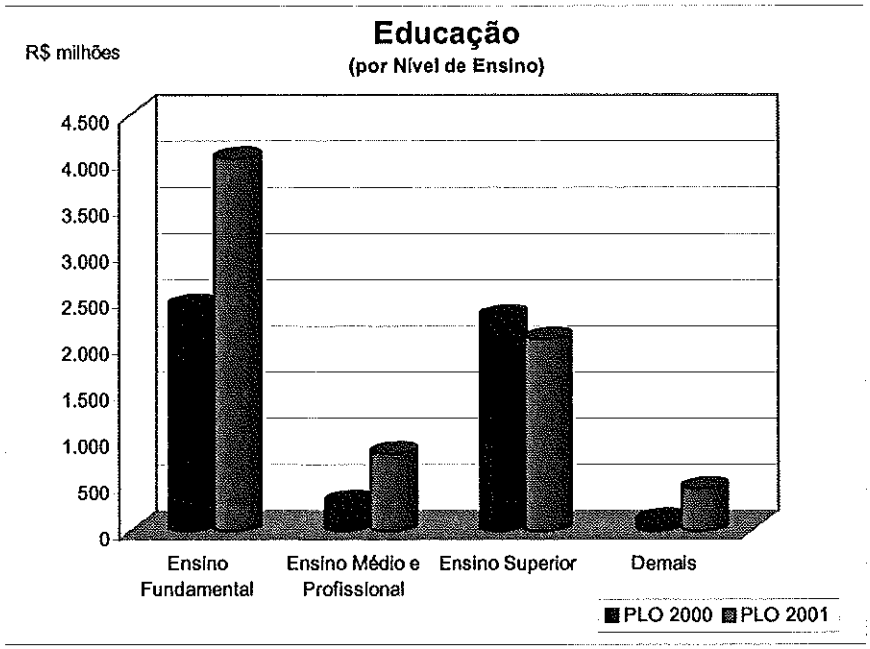
O *Exame Nacional de Cursos de Graduação – PROVÃO,* com recursos de R$ 19,6 milhões, destina-se a complementar as avaliações do ensino de graduação, objetivando alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para o aprimoramento dos cursos de graduação. O Provão tem-se revelado um valioso instrumento de classificação das instituições de ensino, permitindo ao estudante escolher os cursos melhor avaliados.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

O *Censo do Ensino Superior* receberá aporte de R$ 3,4 milhões para levantamentos de dados e informações estatísticas, junto às instituições públicas e privadas de ensino superior, possibilitando a monitorização dos cursos ministrados. A coleta abrangerá cerca de 1.100 instituições, 2.300.000 alunos, 7.200 cursos e 827 mantenedoras.

EDUCAÇÃO R$ milhões

Nível de Ensino	PLO 2000	PLO 2001
Ensino Fundamental	2.437	4.028
Ensino Médio e Profissional	313	840
Ensino Superior	2.319	2.079
Demais	118	458
Total	**5.186**	**7.405**



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência social está contemplada com recursos globais de R$ 3,3 milhões destinados ao atendimento da população mais carente da sociedade:

ASSISTÊNCIA SOCIAL		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	1.363,7	1.682,0
Valorização e Saúde do Idoso	565,9	954,3
Atenção à Criança	470,0	279,1
Erradicação do Trabalho Infantil	115,2	300,3
Cesta de Alimentos	100,6	-
Demais	39,00	67,89
Total	**2.654,4**	**3.283,7**

Serão aplicados R$ 2.440,7 milhões no pagamento de benefícios de prestação continuada da LOAS, atendendo ao total de 1.298 mil pessoas, sendo 456 mil idosos e 842 mil pessoas portadoras de deficiência.

A assistência a crianças carentes de até seis anos em creches e pré-escolas será garantida pelo programa Atenção à Criança, para o qual a Proposta Orçamentária prevê dotação de R$ 279,1 milhões, dos quais R$ 261,2 milhões para o atendimento em creches, em parceria com Estados e Municípios.

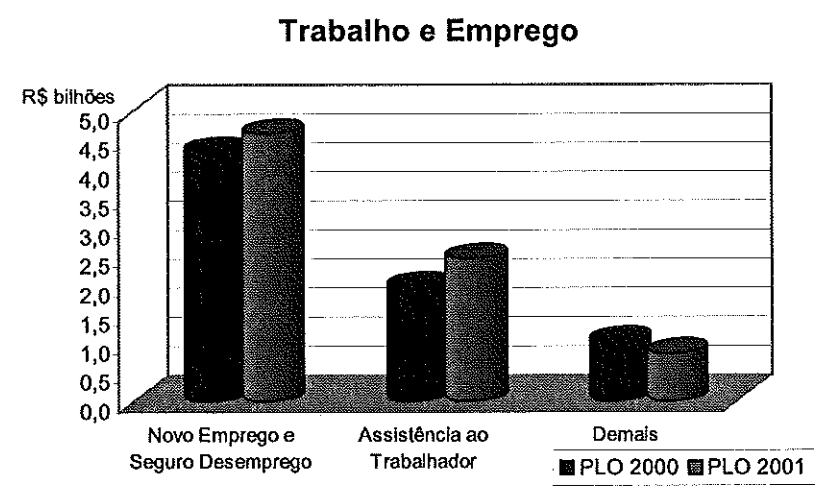
O programa Erradicação do Trabalho Infantil, que conta com R$ 300,3 milhões, reafirma seu compromisso com esse problema nacional, contribuindo para uma estratégia maior de enfrentamento à pobreza, por intermédio de ações que eliminem as práticas perigosas e insalubres do trabalho infantil e assegurem a permanência das crianças e adolescentes na escola. Para essa finalidade, *a Bolsa Criança-Cidadã*, no valor de R$ 159,4 milhões, e a *Jornada Escolar Ampliada*, com R$ 117,7 milhões, tornarão viáveis a permanência de 541 mil crianças e adolescentes na escola.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

TRABALHO E EMPREGO

A geração e expansão do emprego, o aumento da empregabilidade e a proteção social dos trabalhadores constituem-se prioridades do Governo Federal.

TRABALHO E EMPREGO		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Novo Emprego e Seguro Desemprego	4.301,0	4.606,8
Assistência ao Trabalhador	1.965,7	2.454,6
Qualificação Profissional	497,5	497,5
Demais	531,1	323,6
Total	**7.295,3**	**7.882,4**



Ao programa **Qualificação Profissional do Trabalhador** foram destinados R$ 497,5 milhões, para reduzir os riscos de desemprego e subemprego e elevar sua produtividade e renda, beneficiando 2,9 milhões de pessoas, por intermédio dos "Planos Estaduais de Qualificação" e o restante mediante parcerias com 24 entidades, incluindo as

centrais sindicais, entidades patronais, organizações governamentais e não-governamentais e organismos internacionais.

Objetivando assegurar o cumprimento dos direitos do trabalhador e estimular a negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregadores, o programa **Trabalho Legal** foi contemplado com recursos da ordem de R$ 194,8 milhões, de modo a possibilitar a realização de 410 mil fiscalizações de obrigações trabalhistas e da arrecadação do FGTS.

Dentro desta mesma linha de atuação, o programa **Trabalho Seguro e Saudável**, cujo objetivo é reduzir a incidência de acidentes e de doenças decorrentes do trabalho, conta com recursos de R$ 30,3 milhões direcionados, prioritariamente, para ações de prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

Com dotação estimada de R$ 4.606,8 milhões, o **Programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego** objetiva proporcionar proteção social ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, bem como sua recolocação em posto de trabalho compatível com suas habilidades. A proteção social, representada pelo *Pagamento do Seguro-Desemprego* e *pela Concessão da Bolsa de Qualificação Profissional*, deverá absorver recursos da ordem de R$ 4.365,9 milhões. Quanto ao objetivo de recolocação dos trabalhadores desempregados, a ação de *Captação de Vagas e Colocação do Trabalhador no Mercado de Trabalho* terá recursos de R$ 85,3 milhões, com expectativa de beneficiar 764 mil trabalhadores.

A proteção social ao trabalhador também será promovida por intermédio do programa **Assistência ao Trabalhador**, com recursos de R$ 2,4 bilhões, que garantirão o *Pagamento do Abono Salarial* aos trabalhadores formais que percebem até 2 salários mínimos mensais, proporcionando uma renda suplementar ao trabalhador beneficiado.

A transferência de 40% dos recursos oriundos da arrecadação da Contribuição do PIS/PASEP para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no

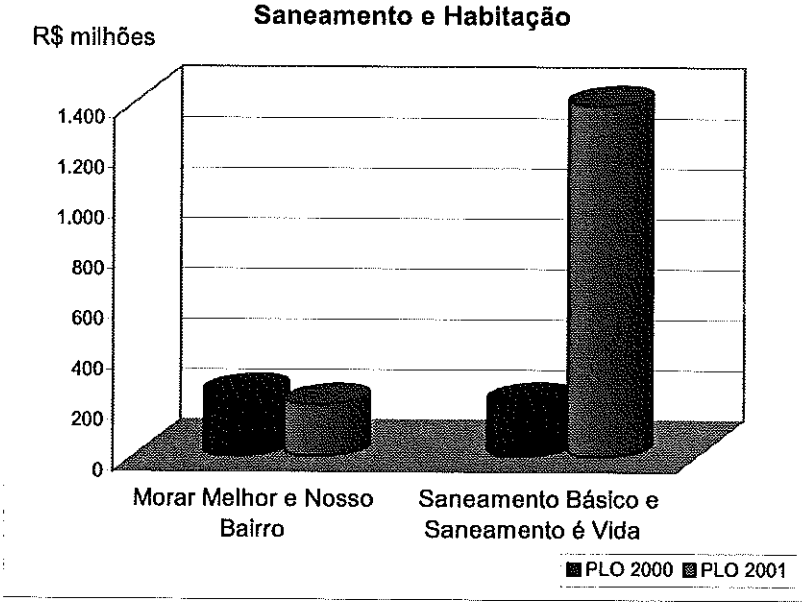
valor de R$ 3,3 bilhões, possibilitará o financiamento de investimentos produtivos que resultarão na geração de empregos e renda.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

SANEAMENTO, HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA

A Proposta Orçamentária destinou R$ 1,6 bilhão para habitação, saneamento e infra-estrutura urbana. Além disso, serão utilizados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, vinculados à Caixa Econômica Federal, para financiar a compra da casa própria e a melhoria das condições de vida nas áreas mais carentes.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Morar Melhor e Nosso Bairro	244	205
Saneamento Básico e Saneamento é Vida	212	1.391
Demais	1	4
Total	**457**	**1.600**



Apoiada nos princípios da Política de Desenvolvimento Urbano Nacional, a Política Nacional de Habitação tem por objetivos principais a universalização do acesso à moradia

adequada e à melhoria das habitações existentes, a regularização dos assentamentos e a promoção do acesso à terra urbana.

De igual importância, e como serviço essencial, o saneamento básico constitui responsabilidade do poder público, executado por agentes públicos ou privados. Em qualquer caso, é fundamental a presença do Estado para seu fomento, regulação e controle. Nesse sentido, o Governo trabalha no desenvolvimento do setor com vistas a tornar comum os serviços de abastecimento de água, coleta, tratamento e destinação final dos esgotos sanitários e dos resíduos sólidos.

Face à dimensão dos desafios sociais das pequenas, médias e grandes cidades e às condições de vida em assentamentos informais, particularmente nas favelas e áreas insalubres, a política urbana e de saneamento básico privilegiou a alocação de recursos nos programas Nosso Bairro e Morar Melhor.

Ao programa Nosso Bairro foram alocados R$ 82,1 milhões, distribuídos em três ações voltadas ao apoio técnico e financeiro a Estados e Municípios na elaboração de projetos de saneamento; à urbanização de áreas subnormais; e à implantação, ampliação e/ou melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento e destinação final de resíduos sólidos. A execução dessas ações beneficiará cerca de 23 mil famílias, que serão atendidas, no nível da demanda essencial, estimulando a obediência a padrões de qualidade compatíveis com a manutenção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e o atendimento adequado dos direitos dos cidadãos

Direcionados à melhoria das condições de moradia da população mais carente, o programa Morar Melhor beneficiará 138 mil famílias e permitirá a volta à escola de 338 mil crianças que hoje sobrevivem da coleta de lixo nas grandes cidades, na medida em que suas famílias terão prioridade de emprego nas usinas destinadas ao tratamento de resíduos sólidos, contando, para tanto, com dotação de R$ 122,6 milhões.

A implantação de redes de abastecimento de água e de esgoto é o objetivo dos programas Saneamento Básico e Saneamento é Vida, para os quais foram reservados R$ 1,4 bilhões.

O Programa Saneamento Básico contempla ações desenvolvidas com critérios epidemiológicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde, à prevenção e ao controle de doenças e agravos, visando à redução da mortalidade infantil. Cabe ressaltar que este programa será significativamente ampliado, passando a contar com R$ 1,3 bilhão, em virtude da incorporação dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza, sendo R$ 1 bilhão destinado às ações de saneamento básico nos Estados contidos nas prioridades do IDH-14 e R$ 50 milhões às microrregiões com IDH abaixo de 0,5.

Cultura e Desporto

Para assegurar os direitos culturais do cidadão, criar instrumentos e mecanismos que possibilitem o apoio à criação cultural e artística, o acesso aos bens culturais e a distribuição destes, a proteção, a preservação e a difusão do patrimônio cultural brasileiro, foram destinados R$ 225,4 milhões para a Cultura e o Desporto.

CULTURA E DESPORTO		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Esporte Solid. e Esporte Direito de Todos	28,3	86,5
Brasil Patr. Cult. e Monumenta	15,1	42,3
Música e Artes Cênicas	17,9	11,2
Livro Aberto	14,5	11,9
Cinema. Som e Vídeo	12,8	11,1
Produção e Difusão Cultural	10,2	26,0
Brasil Potência Esportiva	9,8	20,4
Demais	14,2	15,9
Total	**122,9**	**225,4**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Os programas Brasil Patrimônio Cultural e Monumenta – Preservação do Patrimônio Histórico, cujos objetivos são conservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro e preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, contam com recursos de R$ 42,3 milhões.

A atuação junto aos museus, no âmbito do programa Museu Memória e Futuro, com dotação de R$ 9,8 milhões, terá seu foco de atuação voltado para revitalizar os museus da União, proporcionando condições para a sua sustentabilidade.

O programa Produção e Difusão Cultural, contemplado com R$ 25,5 milhões, vai permitir, entre outras ações, a implantação, reforma e modernização de espaços culturais, o fomento a projetos de difusão cultural e a promoção e intercâmbio de eventos culturais no País e no exterior.

O apoio federal à produção audiovisual será viabilizado pelo programa Cinema, Som e Vídeo, que disporá de R$ 11,1 milhões, enquanto o programa Música e Artes Cênicas, com dotação de R$ 11,2 milhões, permitirá o aumento da produção e a difusão dessas artes, principalmente mediante o fomento a projetos em tais áreas.

Outro destaque é o programa Livro Aberto, para o qual são destinados R$ 11,9 milhões, cuja finalidade é estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, por intermédio de ações como a sua implantação em cada Município, e fomentar projetos culturais na área do livro e da leitura.

O reconhecimento da importância e preservação da Cultura Afro-Brasileira são destacados no orçamento com a dotação de R$ 3,8 milhões, destinados fundamentalmente à demarcação e à titulação de áreas remanescentes de quilombos.

Em relação à área do Desporto, vale salientar a importância da prática desportiva como instrumento de bem-estar social e de promoção da qualidade de vida. Para tanto, destacam-se os programas Esporte Solidário, Esporte Direito de Todos e Brasil Potência Esportiva, que terão recursos de R$ 106,9 milhões. O primeiro visa a contribuir

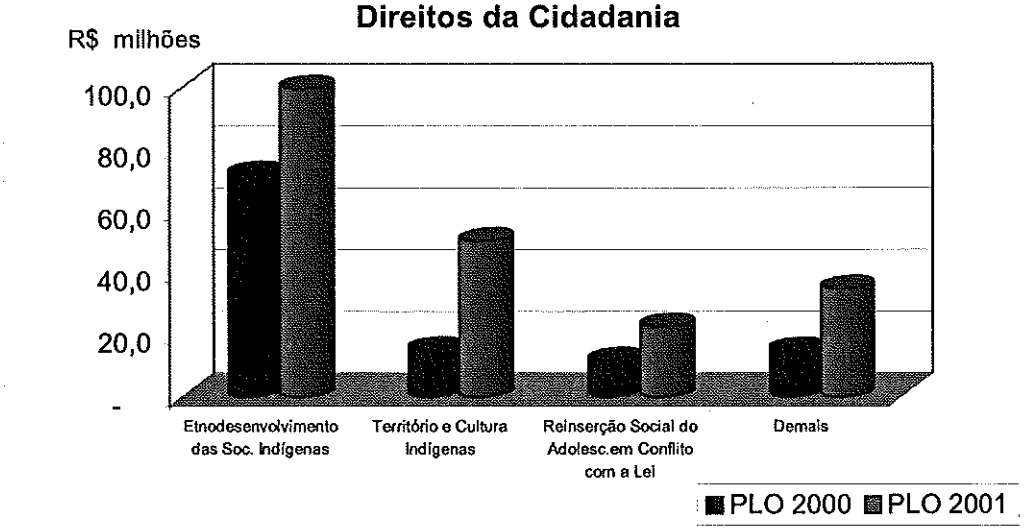
para a redução da exclusão social de jovens carentes de 7 a 24 anos, com ênfase nas ações de funcionamento e implantação de núcleos de esporte em comunidades carentes. O segundo objetiva a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania por meio da ampliação da prática esportiva. O último tem por finalidade melhorar o desempenho de atletas de rendimento, inclusive de pessoas portadoras de deficiência, promovendo a imagem do País interna e externamente.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

DIREITOS DA CIDADANIA

A cidadania está relacionada à garantia dos direitos humanos, da criança, do adolescente, da mulher, das pessoas portadoras de deficiência, dos índios e das minorias. Para assegurá-los, foram consignados R$ 207,2 milhões.

DIREITOS DA CIDADANIA		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas	71,7	99,5
Território e Cultura Indígenas	15,1	50,3
Reinserção Social do Adolesc.em Conflito com a Lei	11,5	22,7
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	5,1	6,3
Demais	9,8	28,5
Total	**113,3**	**207,2**



Respeitada a diversidade étnica de cada sociedade indígena, a política desse setor procura melhorar a qualidade de vida dessas comunidades, mediante o atendimento das necessidades básicas dos índios, seja no deslocamento para o tratamento de saúde e outras questões ligadas à sua sobrevivência, seja no apoio, acompanhamento e assessoramento técnico ou na implantação de projetos produtivos. Tais ações são desenvolvidas no âmbito

do programa Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas, que recebeu significativo incremento, resultando em R$ 99,5 milhões na presente proposta.

Para reduzir o alto índice de conflitos existentes e solucionar o problema fundiário, o programa Território e Cultura Indígenas recebeu recursos da ordem de R$ 50,3 milhões, destinados à regularização de terras indígenas, à indenização a ocupantes de terras já demarcadas e ao resguardo dessas comunidades.

Para assegurar o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor e zelar pelas relações de consumo serão destinados R$ 2,9 milhões ao programa Defesa dos Direitos do Consumidor. Merece destaque a ação de Apoio a Órgãos e Entidades de Defesa dos Direitos Difusos que, por meio de convênios com entidades públicas e privadas, busca a reparação dos danos causados ao consumidor, ao meio ambiente e a outros interesses difusos e coletivos.

Integradas ao Plano Nacional de Segurança Pública, estão sendo desenvolvidas ações nos programas Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, Direitos Humanos – Direito de Todos e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre elas, vale ressaltar a implantação de serviço civil voluntário, a criação de delegacias especializadas para menores infratores, bem como o apoio a projetos voltados ao resgate da cidadania, a serem desenvolvidos principalmente junto às comunidades carentes residentes nas periferias das regiões metropolitanas.

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

O compromisso assumido de assentar em lotes próprios 360 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, no período de 1995 a 1999, não só foi plenamente cumprido, como superou em 3,5% o quantitativo projetado. Nesse período, foram assentadas 372.866 famílias e criados mais de 2.400 assentamentos rurais. Para 2000, considerando-se os instrumentos de desapropriação e o Banco da Terra, está previsto o assentamento de, no

mínimo, 65 mil famílias, sem contar aquelas que serão assentadas por meio de ações de regularização fundiária.

Para 2001, o Governo sinaliza como meta prioritária o assentamento de 75 mil novas famílias, sendo 37 mil em terras que serão desapropriadas, 12 mil atendidas no segmento combate à pobreza rural e 26 mil beneficiadas pelo Banco da Terra, além de tratar da questão da emancipação dos assentamentos rurais existentes, beneficiando, assim, outras 27 mil famílias.

Objetivando promover o desenvolvimento rural sustentável, alcançando um salto de qualidade na reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar, sem, no entanto, abrir mão da eficiência e racionalidade na alocação dos recursos públicos, exigidos por toda a sociedade brasileira, o Governo aposta na continuidade do programa Novo Mundo Rural, que cria condições de maior efetividade para as ações de redistribuição dos recursos fundiários e de investimentos na infra-estrutura social e produtiva dos assentamentos. Além disso trata de sua integração junto às comunidades locais, bem como da prestação de assistência técnica e capacitação ao trabalhador assentado e ao agricultor familiar.

No que diz respeito ao programa Novo Mundo Rural – Assentamento de Trabalhadores Rurais, foram destinados R$ 633,4 milhões para *aquisição de terras*, sendo R$ 365 milhões para *desapropriações* e R$ 268,4 milhões para compra via *Banco da Terra*, nos quais estão incluídos R$ 80 milhões para o segmento combate à pobreza rural, além de recursos no valor de R$ 175,5 milhões destinados ao *financiamento de instalação dos assentados* e R$ 3,3 milhões para *titulação dos imóveis*.

Os programas Novo Mundo Rural – Consolidação da Infra-Estrutura em Assentamentos Rurais e Emancipação de Assentamentos Rurais contarão com R$ 342,9 milhões para a *concessão de financiamentos* - a fundo perdido e reembolsáveis - por meio do *Cédula da Terra e do Banco da Terra*, para a realização de *obras de implantação de redes de abastecimento de água e eletrificação rural*, para a *construção e recuperação de estradas vicinais* e para a *assistência técnica e capacitação a assentados*.

Essa nova concepção tem como objetivo básico inserir o trabalhador rural sem terra no segmento da agricultura familiar, dando ao seu empreendimento viabilidade produtiva e econômica.

Esse conjunto de ações, aliadas ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que permitirá a alfabetização de trabalhadores assentados, reflete o êxito do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Dentro da nova concepção de organização agrária, o fortalecimento da agricultura familiar vem tendo papel fundamental. O Programa Agricultura Familiar – PRONAF, que pretende elevar a renda dos produtores familiares, permitindo a fixação de suas famílias no campo, contará com R$ 1.246,6 milhões, sendo R$ 1.014,4 milhões para financiamento produtivo e equalização de juros sobre os empréstimos concedidos ao setor; R$ 40,2 milhões destinados ao cooperativismo, associativismo, assistência técnica e à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias em produção e conservação de alimentos; e R$ 192 milhões para aplicação em projetos de infra-estrutura e serviços em mais de 1.400 Municípios, atendendo, prioritariamente, àqueles com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Microrregiões Carentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Política de Desenvolvimento Econômico

SETOR PRODUTIVO

AGRICULTURA

As ações voltadas para o setor agropecuário objetivam não só a garantia de abastecimento interno de alimentos e a adequada distribuição, como também a elevação da produtividade, de modo a promover o aumento da competitividade no mercado internacional.

AGRICULTURA		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Produção e Abastecimento Alimentar	2.350,7	3.380,0
Desenvolvimento da Economia Cafeeira	745,0	896,0
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	26,7	31,4
Desenvolvimento da Fruticultura	28,9	24,3
Controle de Fronteiras para Proteção Agropecuária	17,3	16,3
Qualidade de Insumos Agrícolas e Pecuários	5,0	8,3
Erradicação da Febre Aftosa	16,0	16,4
Produção de Borracha Natural	43,4	43,4
Demais	169,0	160,3
Total	**3.401,9**	**4.576,4**

De forma a assegurar a qualidade de insumos, agroprodutos e agrosserviços produzidos no País, foram destinados R$ 103,2 milhões para a continuidade e o aperfeiçoamento da Política Nacional de Defesa e Segurança Agropecuária. Com isso, pretende-se gerar condições de maior competitividade para o setor, reduzindo custos e beneficiando toda a cadeia produtiva da agroindústria brasileira, além de garantir ao consumidor final alta qualidade dos produtos. Dentro desta política, destacam-se os programas Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, Controle de Fronteiras para Proteção Agropecuária e Qualidade de Insumos Agrícolas e

Pecuários, cada um deles contendo importantes ações de *fiscalização, vigilância e inspeção de produtos de origem vegetal e animal.*

Especificamente para a manutenção das áreas livres de febre aftosa e a eliminação dos focos da doença no restante do território nacional, foram alocados R$ 16,4 milhões para o programa de Erradicação da Febre Aftosa. A *fiscalização das vacinas, o controle do trânsito de animais e a promoção de campanhas informativas* constituem-se os principais instrumentos para o alcance das metas de erradicação, beneficiando diretamente agroindústrias do setor pecuário, exportadores e consumidores finais.

A criação de zonas livres de febre aftosa e seu reconhecimento internacional são condições indispensáveis para que o Brasil conquiste com mais facilidade novos mercados, podendo gerar um incremento nas exportações tanto da carne "*in natura*", quanto da industrializada.

Com o objetivo de elevar a produtividade das mais diversas áreas que compõem o extenso setor agropecuário nacional, tais como a bovinocultura, a suinocultura, a olericultura, a citricultura, entre outras, o Governo conta com programas específicos para cada uma delas, contendo ações voltadas para o *desenvolvimento de novas tecnologias.* Para tanto, estão programados R$ 100,9 milhões para o próximo exercício, de modo a possibilitar a consecução do macroobjetivo de aumentar a competitividade do agronegócio nacional.

Quanto ao setor cafeeiro, especificamente, o Governo dispõe do programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira para elevar a produtividade do setor e sustentar a renda do agronegócio do café. Para isto, disponibilizará aos cafeicultores linhas de *financiamento para a produção e a comercialização* no valor total de R$ 896 milhões, além de outras ações para o desenvolvimento do setor, como a realização de *pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias* voltadas para o incremento da produção e da produtividade da cafeicultura.

Ainda no segmento agrícola, o programa Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, com ação específica para abrigar contratos a serem assinados até 31 de dezembro de 2000 atenderá a cerca de 140 cooperativas e demandará desembolsos da ordem de R$ 450,0 milhões no exercício fiscal de 2001.

As ações ligadas à produção alimentar e à política de garantia de preços mínimos contarão para o próximo exercício com recursos da ordem de R$ 1,1 bilhão, constantes do programa Produção e Abastecimento Alimentar. Há previsão de que o Governo adquira aproximadamente 3,9 milhões de toneladas de alimentos para atender aos objetivos de garantia de abastecimento e eliminação de riscos aos produtores, decorrentes de oscilações de preços.

COMÉRCIO EXTERIOR

A obtenção de superávits comerciais mediante a expansão das exportações constitui-se um dos principais objetivos da política econômica no curto prazo, sendo também fator fundamental para o crescimento sustentado do País. Para isto, o Governo conta com vários programas, dentre eles o Financiamento às Exportações, cujo principal mecanismo de incentivo é o PROEX, que conta com R$ 989,7 milhões para financiamento e R$ 1.221,4 milhões para equalização de taxas de juros. Além disso, o Fundo de Garantia à Exportação - FGE e o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, com R$ 22,0 milhões e R$ 20,0 milhões, respectivamente, visam a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação.

Quanto aos demais programas, merecem menção o Desenvolvimento do Setor Exportador, importante para a divulgação de produtos e serviços nacionais no exterior; Cultura Exportadora, que conta com ações voltadas à capacitação de profissionais ligados ao comércio exterior; e Defesa Comercial, cujo papel vem se tornando cada vez mais importante, tendo em vista o crescimento das disputas comerciais nos fóruns

internacionais. Para 2001, constam R$ 22,1 milhões para o primeiro programa; R$ 3,2 milhões para o segundo e R$ 1,7 milhão para o último.

Cabe ressaltar, ainda, como política de incentivo ao comércio exterior, o ressarcimento feito pela União aos Estados pela não-incidência do ICMS aos produtos destinados ao mercado externo, estabelecido pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), alterada pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000. Para este ressarcimento, estão previstos R$ 3.023,5 milhões, calculados conforme determina o art. 31 da referida Lei.

TURISMO

Considerado importante instrumento em termos de alavancagem da economia de um país, a indústria do Turismo proporciona crescimento econômico-social, possibilita a expansão do mercado de trabalho, e propicia uma distribuição de renda mais equitativa.

Com o intuito de consolidar o futuro da indústria nacional de turismo, o Governo alocou R$ 42,4 milhões para dar continuidade ao programa Turismo – A Indústria do Novo Milênio, por meio das ações de *profissionalização, promoção e divulgação* das potencialidades do setor, no País e exterior.

No âmbito da Política Nacional do Turismo, o programa Municipalização do Turismo, com recursos da ordem R$ 39,9 milhões, tem como objetivo desenvolver o turismo sustentável local, tanto em cidades turísticas já conhecidas, como em pequenos Municípios com vocação turística, ainda não explorada.

Ao programa Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste foram consignados R$ 60 milhões, referentes a investimentos em infra-estrutura turística na região, no âmbito do *PRODETUR II*. Isto evidencia claramente a prioridade da política de investimentos voltada para a melhoria da infra-estrutura turística da região, fornecendo-lhe a base para dinamizar uma de suas maiores vocações econômicas.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

INDÚSTRIA

Com vistas a promover o aumento da competitividade da indústria nacional, estimulando a reestruturação produtiva, está prevista a continuidade do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, que conta com R$ 2,6 milhões no exercício de 2001. Vale destacar também os programas Metrologia e Qualidade Industrial, com R$ 95,9 milhões, e Design Brasil com R$ 1,6 milhão, importantes instrumentos para a elevação da qualidade do produto nacional, além do programa Propriedade Intelectual, com R$ 18,0 milhões, que busca a garantia do direito e o reconhecimento da propriedade de marcas e patentes, incentivando com isso o processo de inovação.

Em relação a financiamentos ao setor industrial, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento, serão disponibilizados R$ 562,3 milhões, sendo R$ 456,5 milhões para o programa Modernização e Melhoria da Produtividade Industrial; R$ 40,7 milhões para o Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas e R$ 87,1 milhões para a Inovação para Competitividade.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

A área de ciência, tecnologia e informação foi contemplada com R$ 1,8 bilhão na Proposta Orçamentária, superior em mais de R$ 700 milhões ao Projeto de Lei de 2000, o que reflete a alta prioridade estabelecida para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO — R$ milhões

	PLO 2000	PLO 2001
Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	404,9	427,9
Inovação para Competitividade	144,9	424,5
Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico	102,5	262,8
Sociedade da Informação - INTERNET II	49,9	101,4
Biotecnologia e Recursos Genéticos - GENOMA	33,5	64,0
Climatologia, Meteorologia e Hidrologia	73,4	132,6
Nacional de Atividades Espaciais	57,6	146,8
Demais	216,1	266,1
	1.083	**1.826**

O programa Sociedade da Informação - Internet II receberá recursos da ordem de R$ 101,4 milhões e tem por objetivo inserir o País no novo paradigma tecnológico, por meio de implantação de novas infra-estruturas de rede de informação, apoio, desenvolvimento e pesquisa de tecnologia em informática e implantação de laboratórios. Dessa forma, ao incrementar o inter-relacionamento da pesquisa acadêmica e de outros setores da sociedade com as novas tecnologias da informação, o programa propicia a aceleração e difusão do conhecimento.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais conta com recursos no valor de R$ 146,8 milhões. Dentre suas ações, destaca-se a *Participação do Brasil na Estação Espacial Internacional*, que representa o reconhecimento do potencial tecnológico do País

nessa área. O projeto de *implantação da infra-estrutura para a base de Alcântara* também assume caráter estratégico, devido, sobretudo, a excelente posição geográfica, o que favorece o uso comercial no lançamento de satélites nacionais e internacionais. Cabe ainda ressaltar o projeto de *desenvolvimento de veículos lançadores de satélite*, resultado da experiência no desenvolvimento da tecnologia dos foguetes de sondagem. Com essas iniciativas será possível ao Brasil se integrar ao seleto grupo de países detentores de tecnologia espacial.

O programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - GENOMA, que totaliza R$ 64 milhões, contempla ações em áreas que vão desde a preservação de espécies, passando por mapeamento genético, até agronegócios e saúde. Em 2001, serão iniciadas novas ações com ênfase para a *implantação do laboratório nacional de pesquisa em biologia molecular, a implantação de rede nacional de pesquisa relacionada ao mapeamento genético e a implantação de laboratórios nacionais de bioinformática.*

Quanto ao programa de Climatologia, Meteorologia e Hidrologia, estão previstos recursos da ordem de R$ 132,6 milhões, com destaque para a implantação da Agência Nacional de Meteorologia – ANAMET, que irá disciplinar a atuação de cada um dos diversos institutos de meteorologia e elaborar uma política de âmbito nacional nesta área. Além da criação da Agência, serão realizados investimentos que possibilitarão previsões climáticas mais precisas e com maior antecedência, permitindo, entre outros benefícios, a antecipação de fenômenos climáticos adversos e a conseqüente redução dos riscos associados à produção agrícola e outras atividades econômicas.

A pesquisa e o desenvolvimento de áreas consideradas prioritárias, incentivando a Inovação para a Competitividade, serão alavancados com recursos adicionais provenientes da criação dos seguintes fundos setoriais: da Energia Elétrica, dos Recursos Hídricos e Minerais, Espacial e dos Transportes Terrestres. Estão também previstos recursos para a criação do Fundo Setorial de Informática e para o Fundo Setorial Universidade-Empresa.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

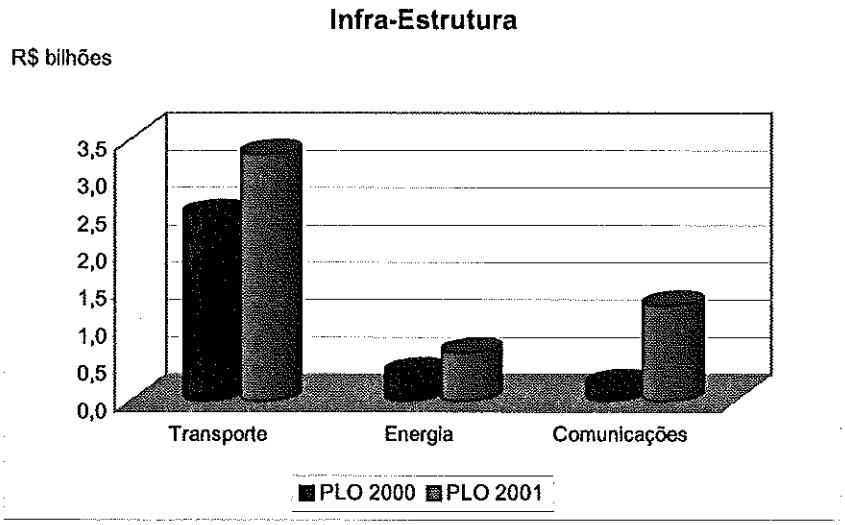
O fundo setorial do Petróleo, que já opera desde 1999, contará com R$ 151,1 milhões, destinados a ações de *capacitação de recursos humanos, ampliação da capacidade computacional e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento*, voltadas para área de pesquisa no aproveitamento do petróleo e do gás natural.

Com vistas à implementação e recuperação da infra-estrutura - equipamentos e instalações – das instituições públicas de ensino superior, estão sendo previstos recursos da ordem de R$ 138,6 milhões, principal componente do programa Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

INFRA-ESTRUTURA

INFRA-ESTRUTURA		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Transporte	2.492,3	3.295,9
Energia	371,2	640,5
Comunicações	214,8	1.273,6
Outros	11,4	11,3
Total	**3.089,7**	**5.221,3**



Transportes

Os recursos previstos para a Área de Transportes, na presente Proposta Orçamentária alcançam R$ 3,3 bilhões. Desse montante, R$ 1,3 bilhão está alocado na estruturação dos Corredores de Transporte, abrangendo todo o território nacional, interligando rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, possibilitando a redução dos custos do transporte de cargas e de passageiros, e atendendo às demandas identificadas de acordo com as peculiaridades de cada região.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Os investimentos previstos, distribuídos entre os principais programas, são especificados a seguir.

TRANSPORTES R$ milhões

Principais Programas	PLO 2000	PLO2001
Corredor Leste	136,7	265,9
Corredor Transmetropolitano	201,2	208,2
Corredor Mercosul	279,9	266,4
Corredor Nordeste	128,2	177,5
Corredor Oeste Norte	37,0	115,4
Corredor Araguaia-Tocantins	142,6	225,2
Corredor Fronteira Norte	21,2	43,5
Manutenção da Malha Rodoviária	600,3	603,2
Manutenção de Rodovias em Gestão Terceirizada	147,5	150,0
Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	360,7	560,8
Demais	437,2	679,8
TOTAL	**2.492,3**	**3.295,9**

Os Corredores de Transporte são fruto do estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, cujos benefícios a serem auferidos pelo País dependem de projetos de infra-estrutura econômica, com destaque para aqueles ligados à área de transportes.

Os eixos do Nordeste compreendem o Corredor São Francisco, que envolve a região ao longo do rio São Francisco, abrangendo o norte de Minas Gerais e os Estados da Bahia e Sergipe, e o Corredor Nordeste, que envolve os demais Estados, à exceção da região ao longo dos rios Araguaia e Tocantins.

Para aproveitar o potencial turístico do litoral nordestino, serão destinados R$ 40,0 milhões a fim de adequar a BR-101, principal via de acesso aos diversos pontos turísticos. A necessidade de uma infra-estrutura portuária que permita o desenho de novas rotas para o escoamento da produção em direção ao mercado externo é o objetivo dos investimentos destinados a modernização do Porto de SUAPE (R$ 17,8 milhões) e implantação do Porto de Pecém (R$ 31,0 milhões). Por outro lado, a construção da Ferrovia Transnordestina (R$

10,0 milhões) pretende criar uma opção multimodal de transporte, interiorizando o desenvolvimento da região.

O Corredor Mercosul integra o eixo do Sul, formado pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O desafio de encontrar a melhor forma de aproveitar sua proximidade com os grandes mercados dos países do Cone Sul, elevando a competitividade dos setores industriais e agro-industriais, com redução dos custos de transporte, é o alvo dos projetos desse Corredor, que tem como principais obras a ampliação dos molhes e a dragagem do Porto de Rio Grande (R$ 44 milhões), a adequação de trechos das BRs-101 e 116 (R$ 121,3 milhões) e adequação do contorno leste de Curitiba (R$ 26 milhões).

No Corredor Transmetropolitano, que abrange o Estado de São Paulo e parte do Triângulo Mineiro, as principais ações objetivam, principalmente, o aproveitamento das vantagens de um desenvolvimento consolidado, diante das oportunidades que se abrem à integração internacional, em especial na esfera do Mercosul. Nesse contexto, a adequação das BRs-116 e 381 (R$ 120,6 milhões), em São Paulo, visam concretizar tal intento. O descongestionamento da área metropolitana da grande São Paulo, com reflexos na circulação de cargas e passageiros entre os Estados do Sul e Sudeste e o restante do País, é o objetivo principal da construção do RODOANEL (R$ 65 milhões).

Com o propósito de impulsionar a expansão da malha multimodal de transportes, oferecendo alternativas para o escoamento da produção do Cerrado, o Corredor Araguaia-Tocantins insere-se nesse contexto, buscando criar rotas econômicas voltadas para a exportação, e favorecendo o desenvolvimento intra-regional. Os destaques nesse Corredor são as seguintes obras: construção das Eclusas de Tucuruí (R$ 100 milhões); implantação das hidrovias do Araguaia-Tocantins, da Ilha de Marajó e do Capim (R$ 27 milhões); construção da Ferrovia Norte-Sul (R$ 33 milhões); e adequação das BRs-060 no Distrito Federal e no Estado de Goiás (R$ 36 milhões), esta última com ampliação da capacidade de trecho saturado, no intuito de reduzir o número de acidentes.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

O Corredor Fronteira Norte, que inclui os Estados do Acre, Amapá e Roraima, e o Corredor Oeste-Norte, envolvendo parte dos Estados do Pará, do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, requerem investimentos estratégicos orientados para a construção de infra-estrutura e suporte ao desenvolvimento da região.

No Corredor Fronteira Norte, os principais empreendimentos são a pavimentação das BR-156/AP (R$ 20 milhões) e BR-401/RR (R$ 15 milhões), que objetivam retirar a região do isolamento, proporcionando vias de acesso, sobretudo aos países do Caribe, até então inexistente.

Dentro do mesmo propósito e favorecendo a abertura de novas fronteiras agrícolas, estão os investimentos do Corredor Oeste-Norte. A pavimentação da BR-230 (R$ 66 milhões), conhecida como Transamazônica, proporcionará o acesso contínuo à região abrangida, normalmente impedido por via terrestre durante o período das chuvas. Consolidando o desenvolvimento de regiões antes inóspitas, estão incluídas, também, as pavimentações das rodovias BR-163/PA (R$ 34 milhões) e BR-364/MT (R$ 10 milhões).

O Corredor Leste engloba parte do sul do Estado de Goiás, os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e centro de Minas Gerais. Essa região, que tem apresentado crescimento e desenvolvimento intensos nos últimos anos, apresenta, entre as suas demandas, a possibilidade de inserção competitiva em outros mercados, e em especial no Mercosul. Seus destaques são a adequação da BR-153/GO (R$ 40 milhões) e a conclusão da duplicação da BR-381/MG (R$ 154,2 milhões), que reduzirão o custo de transporte, otimizando o escoamento da produção.

A inserção definitiva do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, como rota alternativa para exportações brasileiras, deve ser consolidado, tendo o projeto de construção do acesso rodoviário ao Porto (R$ 25 milhões), a intenção de corroborar com tal proposta.

O programa Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros objetiva proporcionar transporte com qualidade, segurança e eficiência para a locomoção da população de baixa renda em regiões metropolitanas de diversas capitais, atendendo a uma

demanda que perfaz 1,5 milhão de passageiros/dia. Seus principais destaques são a implantação dos sistemas de Salvador (R$ 95,7 milhões), Recife (R$ 107,3 milhões) e Belo Horizonte (R$ 84,3 milhões), construção do sistema de Fortaleza (R$ R$ 107 milhões), e a expansão do sistema de trens urbanos de Porto Alegre (R$ 39,4 milhões), visando a transferir os sistemas para os respectivos governos locais, uma vez saneados e equilibrados econômica e financeiramente.

No programa de Manutenção da Malha Rodoviária, com um total de R$ 603,2 milhões, as principais ações a serem desenvolvidas são a *Restauração de Rodovias* (R$ 354,8 milhões), cujo objetivo é restabelecer as condições originais de trafegabilidade e segurança, com a conseqüente redução dos custos operacionais dos veículos e do número de acidentes; a *Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial* (R$ 206,6 milhões), que tem por finalidade manter os segmentos rodoviários, proporcionando aumento de sua vida útil; e a Manutenção e Operação de Pátios e Postos de Pesagem (R$ 26,8 milhões), com o intuito de evitar o excesso de cargas sobre o pavimento asfáltico, como forma de manutenção preventiva.

Merecem destaque, ainda, o programa Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada, com o montante de R$ 150 milhões, que consiste na nova modalidade de restauração e conservação de rodovias mediante contratos de gestão terceirizada; e o programa de Segurança nas Rodovias Federais, compreendendo as ações de *Manutenção da Sinalização Rodoviária* (R$ 35,3 milhões) e *Eliminação de Pontos Críticos* (R$ 32,4 milhões), com vistas à redução do índice de acidentes nas rodovias federais.

O programa Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária prevê recursos de R$ 204,4 milhões destinados à expansão e modernização de aeroportos. Merecem destaque os aeroportos de Salvador e Recife, totalizando R$ 44,9 milhões, cujos investimentos permitirão o incremento do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros na região, complementando as ações desenvolvidas na área do Turismo.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Energia

O atendimento da demanda por energia elétrica em pequenas comunidades rurais será intensificado por meio do programa Energia das Pequenas Comunidades, o qual contará com recursos da ordem de R$ 71,4 milhões. Dentre suas ações destaca-se o projeto *Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional*, com previsão de recursos de R$ 67,4 milhões, o que possibilitará oferecer eletricidade para mais 7.500 comunidades, mediante a utilização de fontes renováveis de energia.

Para a geração de energia nuclear serão destinados R$ 131,2 milhões, no âmbito do programa Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia, o que permitirá o aumento da produção de combustível para usinas nucleares e a conseqüente redução de sua importação.

O crescimento da participação do setor privado na prestação dos serviços públicos está exigindo uma intensificação das ações das agências responsáveis pela regulação e fiscalização dos setores de energia elétrica e do petróleo.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL será a executora do programa Qualidade do Serviço de Energia Elétrica, voltado para a fiscalização das concessionárias de distribuição e centrais geradoras. Para tanto, terá recursos de R$ 53,9 milhões no ano 2001.

A Agência Nacional do Petróleo – ANP intensificará as ações de fiscalização da atuação das distribuidoras de derivados de petróleo e álcool, por meio do programa Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível, que disporá de R$ 66,8 milhões no próximo exercício.

Além disso, objetivando garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, derivados de petróleo e gás natural em todo o território nacional, a ANP

dará continuidade ao programa Abastecimento de Petróleo e Derivados, com recursos previstos de R$ 269,2 milhões. Dentre suas principais ações destaca-se o projeto *Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural*, que contará com R$ 195,2 milhões para levantamento e avaliação do potencial de produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras, visando à identificação de blocos para futura exploração.

Comunicações

Com a mudança do papel do Estado de fornecedor direto para agente regulador dos serviços de telecomunicações, tornou-se necessária a criação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para reestruturar e regular esse setor no Brasil. Inicialmente, o objetivo precípuo era o desenvolvimento de um novo modelo institucional e a criação de condições para a exploração dos serviços de telecomunicações em regime de competição.

No exercício da sua função reguladora, por intermédio do programa Qualidade dos Serviços de Telecomunicações, com dotação de R$ 147,7 milhões, a ANATEL deverá garantir a qualidade, a eficiência e o cumprimento das obrigações contratuais e das normas que regem a exploração dos serviços de telecomunicações. Nesse sentido, serão instalados escritórios regionais nos Estados, *ampliados e modernizados postos de radioescuta,* visando à melhoria das atividades de fiscalização.

Além de garantir a prestação de serviços de telecomunicações, o Governo, por meio do programa Universalização dos Serviços de Telecomunicações, promoverá a universalização da oferta desses serviços a toda a população. Assim, mediante a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, no valor de R$ 1,3 bilhão, será possível atender a localidades rurais ou com menos de 100 habitantes, áreas remotas e de fronteira, de interesse estratégico, deficientes visuais, bem

como implantar acessos de utilização de serviços de redes digitais de informação, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, saúde e bibliotecas.

GESTÃO AMBIENTAL

Na área de Gestão Ambiental, vale ressaltar as áreas recursos hídricos e meio ambiente, que tem como principais programas os relacionados abaixo:

GESTÃO AMBIENTAL		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Proágua-Infra-Estrutura e Proágua-Gestão	286,0	394,5
Irrigação e Drenagem	244,5	265,0
Transposição de Águas do Rio São Francisco	40,0	300,0
Águas do Brasil e Pantanal	51,5	70,9
Qualidade Ambiental	29,0	94,9
Educação Ambiental	4,4	6,8
Demais	436,4	657,9
Total	**1.091,7**	**1.790,0**

Recursos Hídricos

Com relação aos recursos hídricos, as ações do Governo Federal serão norteadas para a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, especialmente na região Nordeste, bem como para a despoluição dos corpos d'água em bacias hidrográficas, sobretudo daquelas localizadas nas regiões Sudoeste e Sul do País, propiciando o desenvolvimento econômico sustentável. Para isso, existem os programas Proágua Infra-Estrutura, Transposição das Águas do São Francisco, Irrigação e Drenagem, Águas do Brasil e Proágua Gestão, com recursos de R$ 1 bilhão.

Criado em 1996, o Proágua Infra-Estrutura tem as suas ações direcionadas a garantir a água potável para as populações, especialmente as rurais, de diversos Estados, por intermédio da disponibilização de infra-estrutura hídrica básica. Suas principais ações

estão voltadas para *estudos, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, dessalinização de água, estudos para transposição de águas de bacias hidrográficas* e *água para o semi-árido nordestino*. Para o desenvolvimento de tais ações estão sendo alocados R$ 248,1 milhões.

Para o início das obras da Transposição das Águas do Rio São Francisco, foram reservados R$ 300 milhões. Esse empreendimento possibilitará o uso racional da disponibilidade de água da região, na medida em que, ao garantir o seu fluxo nos períodos de estiagem, permite a redução do estoque de água a ser reservado para possíveis futuras secas. Assim, concluída a transposição, os efeitos das secas serão amenizados e o abastecimento hídrico será regularizado, situação indispensável ao desenvolvimento sustentável do semi-árido nordestino.

No intuito de desenvolver a agricultura irrigada, foram destinados R$ 265 milhões ao programa Irrigação e Drenagem. O programa comporta ações de *execução de obras, compra de equipamentos e emancipação rural* de uma área de cerca de 36.679,93 hectares dos perímetros irrigados, mediante *regularização fundiária, assistência técnica e extensão rural, organização e capacitação da população rural e apoio à produção.*

Contribuir para a melhoria da qualidade da água e garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade e seu uso racional são objetivos dos programas Águas do Brasil e Proágua Gestão, que contam com R$ 39,3 milhões e R$ 97,9 milhões, respectivamente. Para isso, são desenvolvidas ações de *despoluição de bacias hidrográficas, proteção e recuperação de corpos d'água* e *implantação de sistema de gerenciamento de recursos hídricos.*

Meio Ambiente

A visão sistêmica do meio ambiente está presente basicamente nos programas de Qualidade Ambiental, Educação Ambiental e Pantanal, os quais têm por finalidade

a ampliação da oferta de água de boa qualidade, com promoção do seu uso racional, bem assim com incentivo a atividades econômicas compatíveis com o ecossistema.

Os programas Qualidade Ambiental e Educação Ambiental visam à melhoria da qualidade do meio ambiente pelo monitoramento e conscientização dos problemas ambientais e pela capacitação da coletividade para resolvê-los, por meio da difusão de práticas ambientais sustentáveis. Nesse sentido, foram destinados recursos de R$ 6,9 milhões para o desenvolvimento das ações de *melhoria da qualidade do ar* e *proteção da atmosfera*, para *informações sobre a qualidade do ar* e *implantação de pólos de difusão*.

O programa Pantanal, dotado com R$ 29,1 milhões, tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Rio Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema, por intermédio da execução de ações de *ampliação e melhoria de sistemas de esgotamento sanitário*, *gerenciamento de recursos faunísticos*, *promoção do ecoturismo* e *assistência técnica aos produtores rurais da planície pantaneira*.

SEGURANÇA E DEFESA

Segurança Pública

Para o Estado garantir a segurança pública, os direitos do cidadão e a redução da violência, são necessárias ações de governo integradas. Nesse sentido, o Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, dotado com recursos de aproximadamente R$ 900 milhões, prevê a adoção de ações concretas no âmbito do Governo Federal e de cooperação com Estados, Distrito Federal e sociedade civil.

Tal Plano vem aperfeiçoar o sistema de segurança pública nacional, por meio de ações de modernização, ampliação e qualificação das forças policiais e de assistência

social, de incentivo ao esporte, de garantia dos direitos da criança e do adolescente e de direitos humanos, de modo a reprimir e prevenir o crime e a reduzir a impunidade, proporcionando ao cidadão brasileiro um ambiente de tranqüilidade e de confiança nas instituições públicas.

No tocante às medidas sob responsabilidade do Governo, destacam-se as relacionadas aos programas Combate ao Crime Organizado e Modernização da Polícia Federal, com previsão de recursos da ordem de R$ 183,3 milhões, destinados, principalmente, ao reaparelhamento da Polícia Federal. Estas ações visam a melhor aparelhar a Polícia Federal no combate ao crime organizado e ao narcotráfico, reconhecidos como as principais causas do aumento da criminalidade no País. Além disso, o programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas está sendo intensificado com a alocação de R$ 10 milhões, permitindo que o Estado garanta a vida de testemunhas e de pessoas vítimas de crimes, condição indispensável ao combate à impunidade no País.

O programa Segurança do Cidadão, com recursos previstos em R$ 500 milhões, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, criado no ano 2000, apoiará financeiramente o reaparelhamento, a reestruturação e a qualificação das polícias estaduais, incentivando o patrulhamento integrado em áreas críticas e o desenvolvimento de estratégias comunitárias para o enfrentamento da violência

No programa Reestruturação do Sistema Penitenciário, em especial, para a ampliação do sistema prisional federal e estadual, foram reservados R$ 137,4 milhões, com vistas à redução do atual déficit prisional, bem como à melhoria das condições de guarda, de forma a proporcionar um cumprimento de pena mais digno e humano.

Complementarmente, o Plano Nacional de Segurança Pública estabelece ações preventivas de caráter social, nas principais regiões metropolitanas, envolvendo a participação integrada dos Governos Federal e Estadual, com especial atenção ao esporte e lazer, à assistência social, à requalificação profissional, aos direitos da criança e do adolescente e aos direitos humanos, envolvendo recursos no valor de R$ 80 milhões.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

SEGURANÇA PÚBLICA		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Educação e Segurança no Trânsito	135,6	145,7
Reestruturação do Sistema Penitenciário	103,7	166,4
Combate ao Crime Organizado	67,1	31,1
Modernização da Polícia Federal	48,1	152,2
Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçada	1	10
Segurança do Cidadão	4	518
Demais	125,0	180,1
Total	**484,4**	**1.204,1**

Defesa Nacional

A proteção da Amazônia Legal contra atividades ilícitas e pressões ambientais será uma das principais ações do Governo na área da Defesa Nacional. Nesse sentido, destaca-se o programa Proteção da Amazônia, com recursos de R$ 165,2 milhões, destinados à continuidade da implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM.

O referido programa prevê a instalação de equipamentos em sítios operacionais, compra, reforma e adaptação de aeronaves utilizadas na vigilância da região e construção de unidades físicas do SIVAM/SIPAM.

Para o exercício de 2001, está prevista a entrada em operação de 21 sítios operacionais já implantados pelo SIVAM, destacando-se os Centros Regionais de Vigilância de Manaus e de Porto Velho. Uma vez implantados, os sítios operacionais passarão a ser operados pelo SIPAM, que coleta informações a serem utilizadas não somente no controle do espaço aéreo e fronteiras terrestres da Amazônia, mas, sobretudo, no uso dos recursos hídricos e da biodiversidade, bem como no monitoramento e controle de queimadas e desmatamentos e no combate ao contrabando e narcotráfico.

Os programas de Reaparelhamento e Adequação da Aeronáutica, Exército e Marinha, totalizando recursos da ordem de R$ 713 milhões, e destinados a prover os

meios adequados ao desempenho de suas missões constitucionais assumem papel relevante. Neste contexto, a Força Aérea Brasileira estará recebendo recursos de R$ 386 milhões, consignados à aquisição, modernização e revitalização de aeronaves.

No campo da pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de emprego militar, o programa Tecnologia de Uso Aeroespacial foi contemplado com R$ 117,9 milhões, ressaltando-se nele a continuidade do projeto *do caça-bombardeiro e de reconhecimento leve AMX*, com recursos de R$ 100,3 milhões.

DEFESA NACIONAL		R$ milhões
Principais Programas	**PLO 2000**	**PLO 2001**
Adestramento e Oper. Militares (Ex., Mar. e Aeron.)	991,7	1.094,3
Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo	245,0	301,5
Serviço de Saúde (Ex., Mar. E Aeron.)	257,1	210,9
Reaparelhamento e Adequação (Ex. Mar. Aeron.)	376,7	713,1
Tecnologia de Uso Aeroespacial	122,2	117,9
Demais		
Total	**2.321,1**	**2.875,1**

Poderes Judiciário e Legislativo e Ministério Público da União

A Proposta Orçamentária dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União para 2001 foi dotada com R$ 1,9 bilhão.

No âmbito do Poder Judiciário, destacam-se os projetos de informatização e implantação de redes de informática de alta velocidade no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e na Justiça Federal, que possibilitarão a interligação futura da Justiça à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Advocacia-Geral da União, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Caixa Econômica Federal - CEF, com a finalidade de propiciar transparência e celeridade à prestação jurisdicional e permitir o

acesso tempestivo dos cidadãos às informações, atendendo ao objetivo de democratização da Justiça, além de tornar mais ágil a arrecadação da dívida ativa da União.

Verificam-se ainda os acréscimos de despesas previstos na Justiça Federal, decorrentes da implantação de Varas Federais e de Execução Fiscal, conforme previsto nas Leis nºs 9.642, de 27 de maio de 1998, 9.664, de 19 de junho de 1998, e 9.788, de 19 de fevereiro de 1999. Até 1999, foram instaladas 115 varas, estando previstas 14 para 2000 e 59 em 2001, com o conseqüente impacto nas despesas de Pessoal e Custeio. Além disso, em decorrência das Leis nºs 9.967 e 9.968, ambas de 10 de maio de 2000, todos os Tribunais Regionais Federais foram reestruturados, com reflexos nas despesas de manutenção e de benefícios aos servidores. No âmbito da Justiça do Trabalho, as dotações orçamentárias foram recompostas ao nível da execução de 1998, a fim de corrigir distorção em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário. Acrescente-se a isso a previsão de realização de concurso público para o atendimento da crescente demanda de causas nessa esfera da Justiça.

Em cumprimento ao disposto no art. 100, § 1º, da Constituição e no art. 20 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, o Poder Judiciário encaminhou ao Poder Executivo a listagem dos débitos relativos aos Precatórios Judiciários, apresentados até 1º de julho, data em que seus valores foram atualizados, para que seja incluída no orçamento das entidades de direito público a verba necessária ao seu pagamento.

A dotação consignada na Proposta Orçamentária para 2001 é de R$ 2,2 bilhões, sendo considerados os efeitos da recém-aprovada Emenda Constitucional que dispõe sobre a matéria. A referida Emenda tem por objetivo aliviar a Justiça, reduzindo o número de ações decorrentes de correção monetária, na medida em que os precatórios serão liquidados pelo seu valor atualizado na data do pagamento. Outra inovação contida na Emenda, e aqui considerada, é o parcelamento de precatórios, que decorram de sentenças ajuizadas até dezembro de 1999, em prestações anuais iguais e sucessivas no prazo de dez anos. São excepcionalizados os débitos de natureza alimentícia e de pequeno valor que deverão ser pagos quando do trânsito em julgado. Em relação aos débitos de pequeno valor, a Proposta

Orçamentária prevê Reserva de Contingência, no valor de R$ 100,0 milhões, para possibilitar o seu atendimento imediato.

Quanto ao Poder Legislativo, aponta-se relevante o projeto da Rede Interlegis, para o qual estão destinados R$ 12,7 milhões, com vistas à implantação da rede que permitirá a formação de uma comunidade virtual do Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal. Tal projeto é de fundamental importância para o aumento da eficiência e competência das Casas Legislativas, bem como para a promoção da participação da sociedade nos processos legislativos locais.

Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central para 2001

O Governo Central vem, continuamente, obtendo superávites primários expressivos. Este comportamento fiscal vem reafirmar a austeridade na gestão dos recursos públicos, evitando a elevação do endividamento e consolidando a credibilidade das finanças públicas federais, ponto fundamental para a elevação de investimentos no País.

A obtenção do resultado primário, evidenciada no demonstrativo abaixo, está pautada em maior eficiência na arrecadação de tributos, bem como em uma maior economicidade e racionalidade no momento da geração de gastos públicos.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

Discriminação	1999		2000 - Reprog.		2001 - PLO	
	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB
I. Receita	**211,2**	**21,47**	**233,8**	**20,70**	**268,9**	**21,51**
1. Tributária/Contribuições Sociais	141,7	14,41	160,5	14,21	176,9	14,15
2. Arrecadação Líquida da Previdência	49,1	4,99	55,8	4,94	62,6	5,01
3. Concessões	9,2	0,93	5,2	0,46	8,7	0,69
4. Dividendos	1,8	0,18	1,8	0,16	2,4	0,19
5. Parcela de Preço Específica	2,4	0,24	0,8	0,07	6,5	0,52
6. Cota Parte de Compensações Financeiras	1,8	0,19	3,3	0,29	4,6	0,36
7. Receita Própria	5,2	0,53	6,4	0,57	7,3	0,59
II. Transferências Constitucionais e Legais	**32,6**	**3,32**	**35,5**	**3,14**	**39,7**	**3,18**
III. Despesa	**157,1**	**16,0**	**174,8**	**15,48**	**201,1**	**16,09**
1. Pessoal e Encargos Sociais	49,8	5,06	55,0	4,87	59,2	4,74
2. Benefícios da Previdência	58,4	5,94	65,7	5,81	72,8	5,82
3. Despesas Não-Discricionárias	13,8	1,41	15,5	1,37	18,6	1,49
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza					2,3	0,19
Reserva de Contingência					1,6	0,13
Demais Despesas Não-Discricionárias	13,8	1,41	15,5	1,37	14,6	1,17
5. Despesas Discricionárias	35,0	3,56	38,7	3,43	50,5	4,04
Legislativo/Judiciário/MPU	1,7	0,17	1,7	0,15	2,0	0,16
Poder Executivo	33,3	3,39	37,0	3,28	48,5	3,88
IV. Resultado Primário (I-II-III)	**21,5**	**2,18**	**23,5**	**2,08**	**28,1**	**2,25**
V. Juros Líquidos	**87,7**	**8,92**	**46,7**	**4,13**	**45,4**	**3,64**
VI. Resultado Nominal (IV-V)	**-66,2**	**-6,73**	**-23,2**	**-2,05**	**-17,3**	**-1,39**
MEMORANDO:						
Resultado dos Sistemas de Aposentadoria	**-30,3**	**-3,08**	**-31,7**	**-2,81**	**-31,2**	**-2,50**
1. Resultado das Contas com a Previdência Privada	-9,3	-0,95	-9,9	-0,88	-10,2	-0,81
Arrecadação Líquida INSS	49,1	4,99	55,8	4,94	62,6	5,01
(-) Benefícios	58,4	5,94	65,7	5,81	72,8	5,82
2. Resultado das Contas com Servidores Inativos	-20,9	-2,13	-21,8	-1,9	-21,1	-1,7
Contr.Seg.Social Servidores	3,1	0,32	3,4	0,3	5,1	0,4
(-) Despesa com Inativos	24,1	2,45	25,2	2,2	26,1	2,1

Graças à austeridade da política fiscal, tem sido possível reduzir as taxas de juros, resultando, conseqüentemente, na obtenção de resultados nominais já bastante reduzidos.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

METODOLOGIA

O cálculo das Necessidades de Financiamento do Governo Central – NFGC é baseado em metodologia consagrada internacionalmente como referência para avaliação de políticas fiscais.

Os valores apresentados encontram-se em Reais bilhões correntes, sendo que o principal indicador econômico utilizado para as estimativas, especialmente dos itens de receita, é o crescimento nominal do PIB, para 2001, de 10,6% (com crescimento real de 4,5%).

Para a apuração do resultado primário, são consideradas apenas as receitas não-financeiras, excluindo-se as provenientes de privatização e as obtidas junto ao mercado financeiro. Estão inclusas nas receitas não-financeiras aquelas condicionadas à aprovação de dispositivos legais.

A seguir apresenta-se a composição de cada item do grupo Receita:

"Tributárias / Contribuições Sociais": incluem todos os impostos e contribuições sociais arrecadados pela União, assim como outras contribuições e taxas administradas pela Secretaria da Receita Federal, com exceção feita àquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da Federação, que se encontram na rubrica Receita Própria.

"Arrecadação Líquida da Previdência": compõe-se da arrecadação bruta da Previdência, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do sistema "S".

"Concessões": compõem-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, especialmente nos setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica.

"Dividendos": consideram-se todos os pagamentos efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

"Parcela de Preço Específica": corresponde à amortização da dívida da União para com a Petrobrás, cujos saldos mensais são calculados com base na diferença entre os preços de faturamento e realização nas refinarias produtoras, menos os custos de frete das empresas distribuidoras.

"Cota-Parte de Compensações Financeiras": compreende as parcelas recebidas em decorrência da exploração de petróleo, xisto ou gás, de recursos minerais e de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil.

"Receita Própria": engloba todas as receitas que são arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de um serviço direto à população, bem como os recursos de doações e convênios.

Do lado das despesas, para apuração do resultado primário, leva-se em conta apenas os gastos não-financeiros, que excluem os juros e amortizações da dívida pública, assim como as despesas que geram créditos da União junto a terceiros, as chamadas despesas financeiras. Estas despesas representam mera troca de ativos, gerando para o Governo um direito junto a outras instituições ou setores econômicos, não causando, portanto, nenhuma pressão fiscal para o ente da Federação.

Assim como ocorre do lado das receitas, as despesas custeadas por receitas condicionadas à aprovação de dispositivos legais estão computadas como primárias. Ressalta-se que se considera como despesa não-financeira o valor equivalente a 1% da receita corrente líquida, conforme determinação do art. 18, § 2º, inciso I, da LDO-2001.

A seguir apresenta-se a composição de cada item dos grupos Transferências e Despesa:

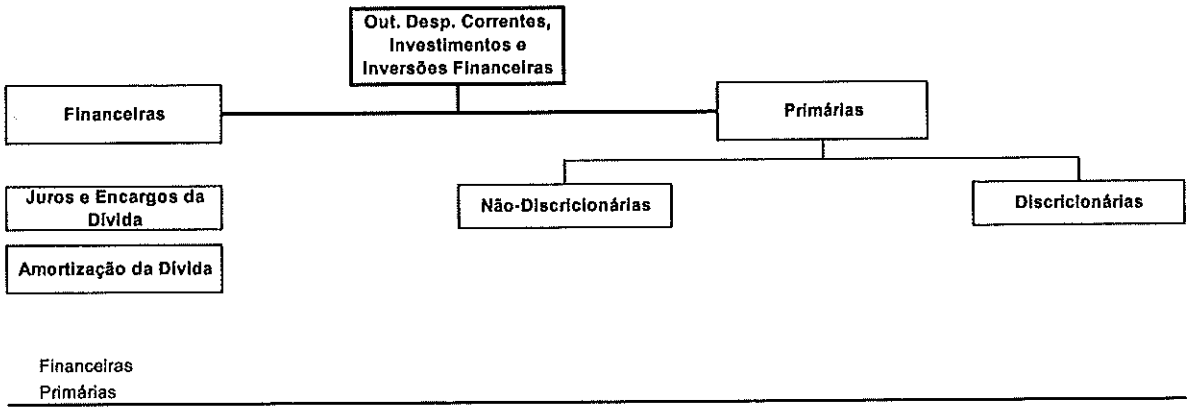
"Transferências Constitucionais e Legais": integram esta rubrica o FPE, o FPM, o IPI Exportação, o IOF ouro, o ITR, o salário-educação, as compensações financeiras e as receitas de concurso de prognósticos transferidos aos Estados e Municípios.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

"Pessoal e Encargos Sociais": estão incluídos os dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período.

"Benefícios Previdenciários": englobam as aposentadorias e auxílios devidos pelo INSS e o programa de Renda Mensal Vitalícia. A parcela do "Fundo da Pobreza" refere-se àquela pendente de programação para o próximo exercício.

Excluindo-se as transferências constitucionais, os benefícios da previdência e as despesas financeiras do somatório dos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", obtém-se o valor das chamadas ***"outras despesas correntes e de capital primárias"***. Tais despesas, por sua vez, encontram-se divididas em dois grandes grupos: "despesas não-discricionárias" e "despesas



discricionárias".

"Demais Despesas Não-Discricionárias": compreendem subsídios e subvenções no âmbito de operações oficiais de crédito e do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, benefícios assistenciais da LOAS, Abono Salarial e Seguro Desemprego, a complementação do Fundef, sentenças judicias do grupo de despesa "outras despesas correntes" e o repasse aos Estados estipulado pelas Leis Complementares nºs 87, de 1996, e 102, de 2000.

"Legislativo, Judiciário e MPU": contém as despesas dos respectivos Poderes.

"Discricionárias do Poder Executivo": as demais despesas de custeio e capital do Executivo encontram-se nesta rubrica.

Em cada um dos itens de Despesa, estima-se um *float,* já embutido nos valores apresentados, correspondente à diferença entre os valores orçados, por competência, e a previsão de pagamento efetivo, por caixa. Na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais, leva-se em consideração a variação da folha salarial do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2000 e 2001. Em Benefícios da Previdência o *float* corresponde à diferença das folhas do mês de dezembro de 2000 e 2001, que são efetuados em janeiro do ano seguinte. Está embutido também um *float* em transferências, decorrente principalmente da previsão de pagamento maior de incentivos fiscais atrasados. Por princípio, na elaboração orçamentária, assume-se que o *float* de despesas discricionárias seja nulo.

Para a apuração do resultado nominal, acrescentam-se as despesas líquidas totais com os juros nominais da dívida pública ao resultado primário. Estas despesas são apuradas pelo regime de competência. Na prática, correspondem ao componente financeiro do resultado fiscal.

A responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais será do Banco Central do Brasil, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

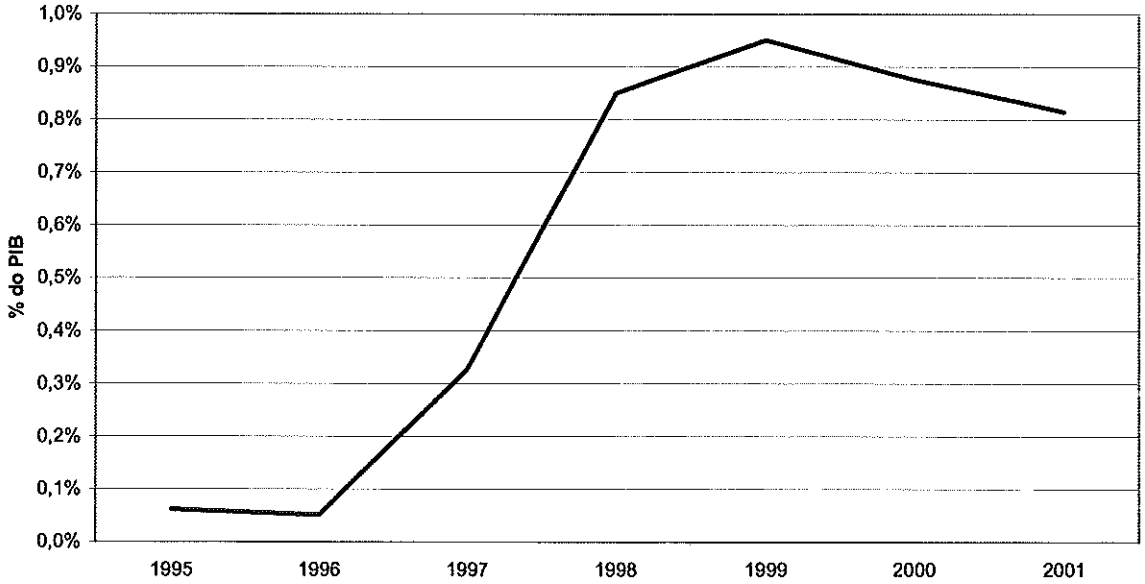
Sistemas Previdenciários

Com as reformas constitucionais e legais, o déficit do sistema previdenciário do setor privado, o chamado Regime Geral da Previdência Social (RGPS), caminha para a estabilização, reduzindo seu crescimento após acentuada aceleração no período 1996-99. Diversos fatores ajudam a explicar este cenário, muito mais favorável que em anos anteriores. Do lado da concessão dos benefícios, destaca-se o fim da aposentadoria proporcional e a alteração de regras das aposentadorias especiais que implicaram o aumento

na idade média da aposentadoria por tempo de contribuição. Cumpre lembrar, que a médio prazo teremos ainda o efeito da adoção do fator previdenciário sobre a concessão de benefícios, contribuindo para a sustentabilidade do regime. No lado da arrecadação ressalta-se a recente recuperação do mercado formal de trabalho, ensejado pelo crescimento da economia, além de mudanças legais que viabilizaram o aumento da arrecadação.

Para 2001 estima-se um déficit, no conceito caixa, da ordem de R$ 10,2 bilhões, 2,8% inferior ao estimado para o exercício de 2000, considerando valores reais. Em pontos percentuais do PIB estima-se uma queda do déficit em 2000 e 2001. Considerando as altas taxas de crescimento do déficit observadas nos últimos anos, evidencia-se o êxito das políticas adotadas neste setor nos últimos anos.

DÉFICIT DO SISTEMA INSS - % do PIB
(até 1999 realizado, 2000/2001 projetado)



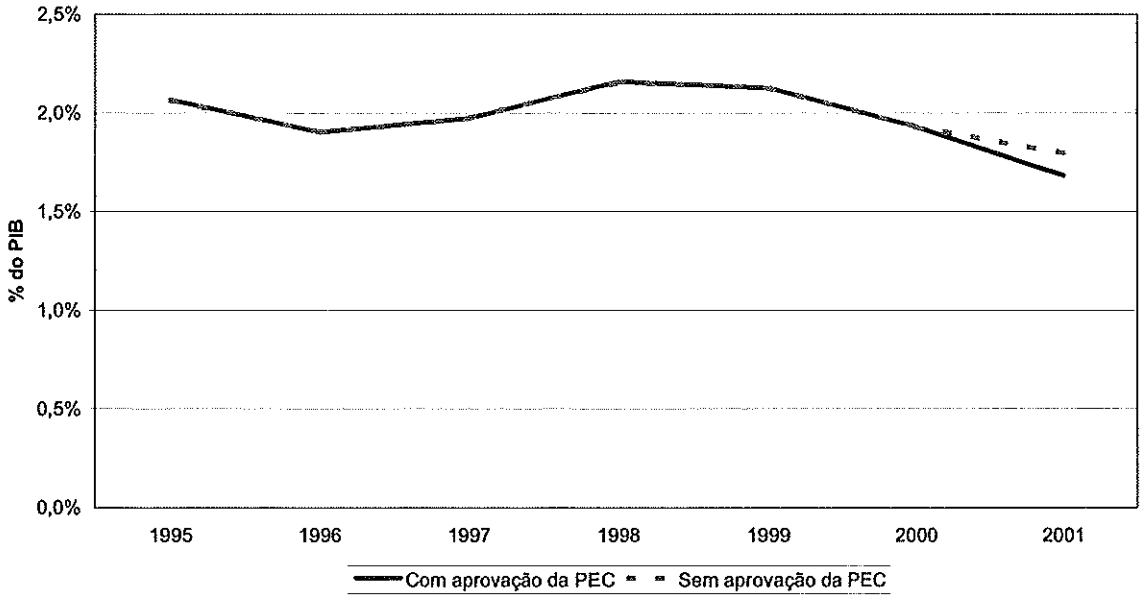
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

O sistema de previdência pública do Governo Central apresenta, hoje, uma necessidade de financiamento de cerca de 2% do PIB. Apesar de não ter havido um aumento expressivo nos últimos anos, o nível atual do déficit é alto, representando uma sobrecarga para a sociedade. Assim, o Governo tem tomado medidas no sentido de diminuir o desequilíbrio financeiro da previdência do setor público. A aprovação da Lei do Emprego Público, Lei 9962, de 2000, é um importante avanço neste sentido. Ao permitir que os servidores admitidos no serviço público federal tenham sua relação trabalhista governada por contratos do setor privado, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), esta Lei representa uma diminuição das obrigações de longo prazo relativas ao pagamento de benefícios, na medida em que os benefícios a serem pagos a esses servidores no momento de sua aposentadoria estarão limitados ao teto do RGPS. Deve-se ressaltar ainda o Projeto de Lei Complementar 09/99, que institui regras para a previdência complementar dos servidores públicos. Estas medidas, ao reduzirem as obrigações futuras com benefícios, contribuem para a diminuição do déficit previdenciário no longo prazo.

As duas medidas acima, ao terem impacto apenas sobre as novas admissões, não contribuem para a redução do déficit previdenciário no curto prazo. Assim, com o objetivo de diminuir o desequilíbrio financeiro do sistema nos próximos anos, está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Emenda à Constituição 136, de 1999, que institui cobrança de contribuição dos servidores inativos. A arrecadação prevista para o próximo ano, caso aprovada, está estimada em R$ 1,4 bilhão. A não aprovação da referida PEC poderá prejudicar não só a redução do crescimento do déficit previdenciário, como implicará um corte em despesas discricionárias, no montante daquela arrecadação, de forma a assegurar a obtenção do superávit primário pretendido.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

DÉFICIT DO SISTEMA PÚBLICO PREVIDENCIÁRIO - % DO PIB
(até 1999 realizado, 2000/2001 projetado)



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

PRINCIPAIS AGREGADOS DE RECEITA

Receitas

O total das receitas orçamentárias previstas para o exercício de 2001 monta ao valor de R$ 938,1 bilhões, conforme apresentado na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

R$ bilhões

Discriminação	1999	%PIB	2000	%PIB	2001	%PIB
I - Receitas Não-Financeiras	**211,2**	**21,47**	**233,8**	**20,70**	**268,9**	**21,51**
Receita Tributária/Contribuições	141,7	14,41	160,5	14,21	176,9	14,15
Receita Administrada pela SRF	137,4	13,98	154,2	13,65	171,2	13,69
Imposto s/ Importações-II	7,9	0,80	8,1	0,72	8,6	0,69
Imposto s/ Produtos Industrializados-IPI	16,1	1,64	17,6	1,56	19,7	1,57
. Não Condicionada					19,5	1,56
. Condicionada					0,2	0,02
Imposto de Renda	47,5	4,83	49,6	4,39	53,8	4,30
Incentivos Fiscais (Finor, Finan e Funres)	-0,8	-0,08	-1,0	-0,08	-0,9	-0,07
Imposto s/ Operações Financeiras-IOF	4,9	0,50	3,0	0,26	3,2	0,26
Contribuição Prov. s/ Movimentação Financeira-CPMF	8,0	0,81	13,9	1,23	15,9	1,27
. Não Condicionada					13,7	1,10
. Condicionada					2,1	0,17
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	32,1	3,26	38,6	3,41	42,9	3,43
Contribuição p/ PIS/PASEP	9,8	0,99	9,8	0,87	10,8	0,86
Contribuição Social s/ Lucro Líquido-CSLL	7,3	0,74	9,3	0,82	9,7	0,78
Contribuição p/ Plano de Seg. Social do Servidor	3,1	0,32	3,4	0,30	5,1	0,41
. Não Condicionada					3,7	0,30
. Condicionada					1,4	0,11
Outros Impostos e Contribuições	1,7	0,17	2,0	0,18	2,4	0,19
Demais Receitas	1,9	0,19	3,6	0,31	2,8	0,22
Contribuição do Salário Educação	2,3	0,24	2,8	0,25	2,9	0,24
Receita de Concessões	9,2	0,93	5,2	0,46	8,7	0,69
Parcela de Preço Específica dos Combustíveis	2,4	0,24	0,8	0,07	6,5	0,52
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1,8	0,19	3,3	0,29	4,6	0,36
Receita Líquida da Previdência	49,1	4,99	55,8	4,94	62,6	5,01
Participações e Dividendos	1,8	0,18	1,8	0,16	2,4	0,19
Receita Própria	5,2	0,53	6,4	0,57	7,3	0,59
II - Receitas Financeiras	**404,6**	**41,15**	**749,4**	**66,32**	**669,2**	**53,55**
Rolagem da Dívida	234,0	23,80	644,0	57,00	539,5	43,17
Emissão de Títulos do Tesouro Nacional	115,9	11,79	51,5	4,56	76,1	6,09
Participações	0,0	0,00	0,3	0,02	0,3	0,02
Receita Própria	10,0	1,02	12,1	1,07	6,5	0,52
Ingressos	5,2	0,53	4,9	0,44	6,3	0,51
Títulos da Dívida Agrária	0,4	0,04	0,4	0,03	0,3	0,02
Privatizações	4,2	0,43	5,0	0,44	11,3	0,90
Encargos Financeiros da União e Operações Crédito	34,9	3,55	31,2	2,76	29,0	2,32
Total (I + II)	**615,8**	**62,62**	**983,2**	**87,02**	**938,1**	**75,06**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Conforme observado, as receitas federais encontram-se divididas em dois grandes grupos: as receitas financeiras e as não-financeiras. As receitas financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado fiscal, sendo derivadas de aplicações no mercado financeiro e de privatizações, bem como da rolagem e emissão de títulos. As receitas não-financeiras, por sua vez, são aquelas decorrentes da atividade fiscal do Governo, incluindo, entre outras, as receitas tributárias e de contribuições sociais e aquelas condicionadas à aprovação de dispositivos legais.

Receitas Financeiras

O total das receitas financeiras previstas para 2001 apresenta uma redução nominal de 10,7% em relação ao exercício de 2000. Por outro lado, destaca-se o crescimento nominal previsto de 125% nas receitas de privatização, conforme estabelecido no PND (Programa Nacional de Desestatização), com ênfase no setor elétrico.

As receitas de Operações Oficiais de Crédito apresentam um decréscimo nominal de 4,2% em 2001 em relação a 2000. Parte dessa queda deve-se à redução prevista nas amortizações de empréstimos diversos.

Os Títulos da Dívida Agrária (TDA) sofrem uma queda de 20% em 2001 quando comparados ao ano anterior. Esse resultado deriva, basicamente, da criação do Banco da Terra que utiliza outras modalidades de financiamento para a aquisição de terra.

Receitas Não-Financeiras

As projeções das receitas federais não-financeiras apontam para um razoável aumento nominal no exercício de 2001 em relação ao total reprogramado para 2000. A variação nominal observada é fortemente influenciada pela continuidade do crescimento

econômico - variação real do PIB de 4,5% em 2001 - e pela variação média do nível de preços de 5,9% entre os dois períodos, com base no IGP-DI. Estima-se um crescimento nominal de 10,2% para as receitas tributárias e de contribuições sociais, consideradas as receitas condicionadas à aprovação de dispositivos legais. Caso as receitas condicionadas não venham a se concretizar, o crescimento nominal das receitas tributárias e de contribuições sociais será de 7,9% em relação a 2000. Os demais itens das receitas não-financeiras, por sua vez, apresentam um significativo aumento nominal de 25,5% em relação a 2000, sendo a Parcela de Preço Específica responsável por boa parte desta elevação.

A seguir, destaca-se a metodologia utilizada na projeção dos principais itens das receitas não-financeiras:

O Imposto de Importação - II apresenta um crescimento nominal de 6,4% em relação a 2000, influenciado pelo incremento na demanda por produtos estrangeiros, devido, basicamente, ao crescimento econômico esperado para o próximo exercício. Cabe ressaltar que está sendo providenciada alteração do Decreto nº 2.624, de 12 de junho de 1998, com a finalidade de manter a alíquota atual incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, evitando a perda de R$ 0,4 bilhão de receita.

A arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI terá um crescimento nominal, desconsiderando-se a receita condicionada, de 10,6% em relação ao exercício de 2000. Destaca-se o efeito do art. 8º da MP nº 1.994, de 2000, que restabelece a equalização de alíquotas, ou seja, a tributação da diferença entre o valor da importação de veículos e o valor de venda ao consumidor pela fábrica. Verifica-se, no entanto, uma queda, como porcentagem do PIB, em relação a 1999, justificada, em parte, pela redução nas médias de faturamento dos setores de fumo, bebida e indústria de transformação. Outro fator de decréscimo do valor real desta receita refere-se ao IPI-Vinculado à Importação, que corresponde a quase 25% do total deste imposto. Esta parcela depende, basicamente, da taxa de câmbio, para a qual utilizou-se como parâmetro de projeção para 2001 uma taxa de câmbio média mensal de R$/US$ 1,82.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

A arrecadação do Imposto de Renda- IR, para 2001, está estimada em R$ 53,8 bilhões, equivalentes a 4,3% do PIB. A estimativa de crescimento nominal desse imposto é de 8,4% em relação ao corrente exercício, destacando-se o IR-Pessoa Jurídica com uma elevação de 15,6%, devida, principalmente, às expectativas de aumento dos lucros das empresas decorrente do aquecimento da atividade econômica. Por outro lado, estima-se uma redução nominal na arrecadação do IRRF – Capital, originado de aplicações financeiras, de cerca de 4% em relação a 2000, em consequência da queda nas taxas de juros.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foi estimada em R$ 42,9 bilhões para 2001, equivalentes a 3,4 % do PIB. O crescimento nominal em relação ao ano 2000 é de 11,3%, explicado, em grande parte, pelo incremento no faturamento das empresas. Além disso, cabe ressaltar que o recolhimento devido no setor de combustíveis passou a ser efetuado diretamente na refinaria, o que influenciará, de forma expressiva, a arrecadação desta contribuição.

Com relação à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, desconsiderando a parcela condicionada, a previsão de arrecadação é de R$ 13,7 bilhões, apresentando, quando comparada a 2000, uma queda em termos de participação em relação ao PIB. A redução do valor real deve-se ao fato de que em 2001 a alíquota a vigorar durante todo o exercício financeiro é de 0,30%, enquanto que em 2000 está prevista a incidência de duas alíquotas distintas, quais sejam, 0,38%, no período de janeiro a julho, e de 0,30% para o restante do ano.

As estimativas para 2001 da Contribuição para o Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP apontam para um crescimento nominal de 9,7% em relação a 2000. Assim como ocorre na arrecadação da COFINS, parte deste aumento deve ser atribuído à mudança na sistemática de recolhimento da contribuição devida no setor de combustíveis. Outro fator que explica este crescimento é a elevação das receitas auferidas pelas entidades de direito privado, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. Também há

que se considerar que as fundações públicas passam a contribuir para essa rubrica com 1% da folha de pagamentos, conforme rege a Medida Provisória nº 2.037-20, de 28 de julho de 2000.

No que se refere às receitas de Concessões e Permissões, o ingresso proveniente da expansão do setor de telecomunicações, com a concessão da telefonia móvel pessoal na freqüência de 1,8 Ghz, bandas C, D e E, estimado em R$ 5,8 bilhões, somado aos valores a receber das empresas espelhos (banda B) de R$ 2,0 bilhões, terão impacto significativo no crescimento dessa receita em relação ao exercício em curso.

Outra fonte de elevação da arrecadação está no crescimento previsto dos Dividendos, que deve ocorrer em face do aumento da lucratividade das empresas estatais, uma vez considerado o cenário de crescimento do PIB previsto para os anos de 2000 e 2001, além do elevado preço do petróleo no mercado internacional durante o ano de 2000, que contribuiu diretamente para o bom desempenho da Petrobrás. Assim, as empresas que deverão apresentar os maiores resultados são a Petrobrás e o BNDES, as quais deverão responder por 63% do total de dividendos.

Quanto à Parcela de Preço Específica - PPE, estima-se uma arrecadação em 2001, da ordem de R$ 6,5 bilhões, superior ao que se espera arrecadar em 2000, e mesmo em relação ao previsto no Projeto de Lei do Orçamento 2000, R$ 3,5 bilhões. Como se sabe, a forte elevação do preço do petróleo ao longo do corrente ano foi responsável pela frustração da receita prevista. Para 2001, apesar das dificuldades associadas à forte volatilidade observada no mercado internacional de petróleo nos últimos meses, espera-se uma redução do preço médio do petróleo, para um patamar em torno de US$ 24,60 por barril. Considerando o reajuste de combustíveis efetuado em julho, uma taxa de câmbio de R$/US$ 1,82 e este preço médio, obtém-se a previsão de arrecadação da PPE para 2001.

No que tange às Compensações Financeiras, a previsão de arrecadação dos *royalties* de petróleo e da utilização dos recursos hídricos e minerais totalizam R$ 4,6 bilhões, onde estão incluídos os respectivos valores a serem transferidos para Estados e Municípios. O crescimento nominal de R$ 1,3 bilhão em relação à reestimativa de 2000,

aponta para um cenário de bom desempenho do setor energético, especialmente para a exploração e produção de petróleo e derivados, devido à perspectiva do início da prospecção dos 21 blocos licitados em 2000. Entretanto, há que se considerar a instabilidade dessas receitas, principalmente por sofrerem influências de variáveis exógenas, como taxa de câmbio e preço internacional do barril do petróleo.

No que diz respeito aos Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados que transitam pelo Tesouro Nacional, destacam-se a Taxa Fistel e as Receitas de Participações do Seguro – DPVAT, que, juntas, representam cerca de 36% do total dos recursos dessa rubrica. Já com relação ao restante, ou seja, aos recursos diretamente arrecadados que não transitam pelo Tesouro Nacional, sublinham-se as Contribuições ao Fundo de Saúde, o Adicional de Contribuição da Previdência, os Serviços de Processamentos de Dados, os Serviços Administrativos, a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea, e a Restituição de Contribuição de Previdência Complementar que, somados, representam 44% do total desse item. As estimativas das receitas diretamente arrecadadas são de R$ 7,3 bilhões, o que significa um crescimento de R$ 0,9 bilhão em relação aos valores reestimados para o exercício em curso, ou seja, um incremento nominal de 13,7%.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

RECEITAS CONDICIONADAS

O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício 2001 estima um montante de R$ 3,7 bilhões condicionado à aprovação de dispositivos legais em tramitação no Congresso Nacional. Este montante representa 2,1% do total das receitas tributárias e de contribuições.

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social dos Servidores ativos, inativos e pensionistas apresenta uma receita condicionada de R$ 1,4 bilhão, equivalentes a 0,11% do PIB. Esta arrecadação está sujeita à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 136/99 pelo Congresso Nacional, que institui o pagamento desta contribuição pelos servidores inativos e pensionistas.

Outra Proposta de Emenda Constitucional, em tramitação naquela Casa e já aprovada no Senado, institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (PEC nº 249/2000), criando um adicional de 5 pontos percentuais sobre o IPI fumo e bebida – R$ 0,2 bilhão - e elevando a alíquota sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF em 0,08 pontos percentuais, gerando um montante adicional de R$ 3,7 bilhões. Deste último total, esta proposta incorpora o valor de R$ 2,1 bilhões, na hipótese de que a nova alíquota entre em vigor a partir de junho de 2001.

Transferências Constitucionais e Legais

As transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios previstas para 2001 apresentam o montante de R$ 39,5 bilhões, estando incluído neste valor um float negativo de R$ 0,2 bilhão, em decorrência de valores adicionais a serem repassados ao Finor, Finam e Funres.

Do montante estimado para 2001, a transferência da Cota-Parte de Compensações Financeiras apresenta uma elevação de 54,5%. As transferências do IR e do IPI para o FPE, FPM e IPI exportação, por sua vez, apresentam um crescimento nominal de 7,8% quando comparado ao ano 2000, resultado, basicamente, da aplicação dos indicadores econômicos sobre os valores de 2000. Ressalta-se o fato de que a parcela do adicional de IPI sobre produtos supérfluos vinculada ao Fundo da Pobreza não compõe a base de cálculo para as transferências do IPI, conforme determina a PEC que institui o referido Fundo.

Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF

O estoque apurado da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi, de R$ 510,1 bilhões, dos quais R$ 392,6 bilhões em mercado e R$ 117,5 bilhões na carteira do Banco Central, serve de base para estimar que em dezembro de 2000 este valor chegará a R$ 559,0 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL	R$ bilhões
Estoque em dezembro de 2000	510,1
(+) Emissões líquidas jul-dez/2000	6,7
(+) Emissões especiais jul-dez/2000	7,2
(+) Juros nominais por competência (jul-dez/2000)	35,0
Estoque em dezembro de 2000	559,0

Das emissões especiais, R$ 4,0 bilhões ocorrerão no âmbito do Programa de Privatização, Extinção e Saneamento dos Bancos Estaduais - PROES, R$ 1,4 bilhão referem-se a emissões para refinanciamento de dívidas dos Estados e Municípios e R$ 1,8 bilhão no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e NTN-C.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL	R$ bilhões
Estoque em dezembo de 2000	559,0
(+) Emissões líquidas em 2001	-12,1
(+) Emissões especiais em 2001	61,7
(+) Cancelamento de NTN-H em 2001[1]	-2,2
(+) Juros nominais por competência	93,4
Estoque em dezembro de 2001	**699,8**

(1) O cancelamento da NTN-H será decorrente da securitização do saldo da Conta Petróleo, programada para ocorrer em 2001

Ao final do exercício de 2001, esse estoque deverá atingir R$ 699,8 bilhões. Essa variação de R$ 140,8 bilhões em relação a 2000 pode ser explicada, essencialmente, por emissões especiais de R$ 61,7 bilhões e pela estimativa de apropriação de juros nominais pelo critério de competência da ordem de R$ 93,4 bilhões, conforme evidencia o demonstrativo a seguir:

As emissões especiais, no valor de R$ 61,7 bilhões, no exercício fiscal de 2001, decorrem dos seguintes fatores:

a) emissão de títulos de curto prazo do Tesouro Nacional para cobertura do resultado negativo apresentado pelo Banco Central em 1999, atualizado monetariamente conforme estabelece o artigo 7º da Lei Complementar n.º 101/00-LRF, no valor de R$ 15,5 bilhões;

b) emissão de R$ 41,5 bilhões, com a finalidade de dotar o Banco Central de uma carteira de títulos, em patamares e composição considerados adequados à execução da política monetária, tendo em vista a entrada em vigor, em maio de 2002, da proibição contida na Lei de Responsabilidade Fiscal de emissão de títulos por parte daquela autarquia; e,

c) emissões de R$ 4,7 bilhões de NTN-C e NTN-I, estas vinculadas ao PROEX.

Os juros nominais pelo critério de competência, foram estimados em R$ 80,0 bilhões para 2000, tomando-se como referência um custo médio anualizado de cerca de 15,6%. O valor estimado nesta rubrica para 2001 (R$ 93,4 bilhões) pode ser atribuído à

variação projetada do estoque médio, a despeito da redução do custo médio de financiamento para algo em torno de 14,8%.

As emissões líquidas negativas de R$ 12,1 bilhões ressaltadas no demonstrativo acima representam a utilização do resultado primário para abatimento da dívida bruta. Dessa forma, de uma necessidade orçamentária total prevista para efetuar as despesas DPMFi no exercício de 2001 igual a R$ 612 bilhões, serão emitidos R$ 599,9 bilhões, sendo a diferença coberta por uma parte do superávit primário alcançado no período. O restante do superávit primário previsto, bem como a receitas de privatização auferidas em 2001, contribuirão para a redução da dívida líquida, ao mesmo tempo que propiciam maior flexibilidade na administração da dívida.

No ano de 2000, estima-se que as emissões financeiras por oferta pública totalizarão R$ 352,8 bilhões. A estratégia de emissão que está sendo utilizada para rolagem da dívida pública, considerando os diversos títulos emitidos, perfazem um prazo médio ponderado de emissão de 17,5 meses (11,6 em 1999), para as emissões realizadas para o mercado, e 13,6 meses (12,9 em 1999), para os títulos emitidos para a carteira do Banco Central. O alongamento no prazo médio de emissão no ano de 2000 deve-se, principalmente, à melhora no cenário macroeconômico doméstico a partir do segundo semestre de 1999.

Em 2001, projeta-se que essas emissões alcancem R$ 599,9 bilhões, com prazo médio ponderado de 13,35 meses para as emissões em mercado e 3,96 meses para as emissões realizadas para o Banco Central. A redução do prazo médio de emissão em mercado em relação a 2000 se deve à substituição de parte dos títulos pós-fixados por prefixados. Tal estratégia é de fundamental importância, pois que os títulos prefixados estão menos sujeitos às oscilações do mercado e, consequentemente, às alterações na taxa de juros, apresentando, assim, um risco financeiro ao emissor substancialmente inferior àqueles indexados, principalmente os corrigidos pela Taxa Média Selic. Quanto à diminuição do prazo médio de emissão para o Banco Central, justifica-se pela colocação de títulos de prazos curtos, considerados pela aquela autarquia como mais indicados à condução da política monetária.

O efeito desses dados já se faz sentir na Proposta Orçamentária de 2001, cotejada com o orçamento de 2000, conforme segue:

R$ bilhões

	PLO 2000	PLO 2001	%
Resgate da DPMFi[1]	112,8	94,5	-16,2
Encargos	61,5	51,7	-15,9
Principal	51,3	42,8	-16,5
Refinanciamento da DPMFi	625,8	519,5	-16,9

(1) Inclui TDA

Cumpre aqui ressaltar, no entanto, que o cenário econômico, quando da elaboração da Proposta Orçamentária de 2000, ainda refletia os desafios enfrentados pela economia brasileira após a mudança do regime cambial. Tal fato refletiu-se nas hipóteses empregadas à época para a programação de emissão de títulos, entre as quais o prazo médio de emissão de 6,01 meses, bem inferior ao que está sendo efetivamente realizado em 2000 e ao previsto para 2001.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA

Relativamente à dívida externa de responsabilidade da União, esta deverá chegar ao final de 2001 mantendo-se praticamente no mesmo patamar previsto para o final do corrente exercício, estimando-se o ingresso de recursos externos, sob a forma de novos empréstimos e novas captações, em montante equivalente às amortizações que serão realizadas no período.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Dívida	Estoque			
Externa	31.12.1999	30.06.2000	31.12.2000	31.12.2001
Contratual	19,4	20,6	20,6	19,7
Mobiliária	88,9	94	99,1	102,6
Total	**108,3**	**114,6**	**119,7**	**122,3**

Cotação Dólar/Real - Boletim 1084

No que diz respeito à atuação do Brasil no mercado financeiro internacional, pretende-se dar continuidade à estratégia que vem sendo implementada com sucesso nos últimos anos. Referida estratégia tem por objetivos básicos, além do alongamento de prazos e redução de custos, o estabelecimento de uma curva de referência para títulos brasileiros nos principais mercados financeiros, em especial o mercado europeu e de dólar americano, tomando-se por base a autorização concedida pelo Senado Federal (Resolução n.º 57/95, com as alterações introduzidas pelas Resoluções n.º 51/97 e 23/99).

É também intenção dar continuidade ao processo de substituição da dívida externa reestruturada por papéis mais simples e convencionais, ao amparo da Resolução n.º 69/96, do Senado Federal, aproveitando-se oportunidades que permitam alcançar os objetivos anteriormente mencionados. Novos aportes financeiros por parte dos organismos multilaterais também poderão ocorrer, objetivando consolidar as reformas estruturais recentemente implementadas.

ORÇAMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS

O Orçamento de Investimento para 2001 foi elaborado em conformidade com as disposições do art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, contemplando as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Nos termos da Lei nº 9.995, de 2000 (LDO/2001), não estão consideradas as empresas que recebem transferências do Tesouro para a cobertura de dispêndios correntes, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Para 2001, o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais prevê gastos no montante de R$ 13,8 bilhões. Os investimentos previstos para 2001 apresentam crescimento de 34,5% em relação ao limite autorizado para 2000 e de 52,7% em relação ao realizado em 1999.

O significativo aumento nos dispêndios com investimentos é resultante do esforço do Governo Federal em reduzir o nível de endividamento líquido das empresas estatais federais ocorrido nos últimos anos, o que está, nesta oportunidade, possibilitando destinar maiores parcelas de recursos próprios gerados pelas empresas para a expansão de suas capacidades produtivas, em lugar de pagamento de serviço da dívida. Assim, além de mantida a meta fiscal de geração de resultados primários superavitários, as empresas estatais federais passam a executar seus objetivos básicos de expansão e melhoria dos bens e serviços ofertados, em especial nas áreas de energia elétrica, produção de petróleo e derivados, bem como no setor financeiro.

O Orçamento inclui os investimentos de 68 empresas estatais federais, sendo 53 do setor produtivo e 15 do setor financeiro, nas quais a União detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto. Além do universo constante do Orçamento de 2000, ingressaram empresas recentemente federalizadas, como a CEASA/MG, a CASEMG/MG, o Banco do Estado do Maranhão e suas subsidiárias e o Banco do Estado do Piauí. A expectativa do Governo, no entanto, é de que essas empresas permaneçam sob controle federal apenas durante o período de tempo necessário para que se façam os ajustes indispensáveis para que se viabilize suas transferências para o controle privado.

Para definir a efetiva capacidade de investimento das empresas, as fontes de recursos de cada uma foram avaliadas e compatibilizadas com seus dispêndios globais e com as metas de desempenho fixadas para o Governo Federal, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal. Os

programas e atividades propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a possibilidade de utilização de recursos a definir ou a aplicação de empréstimos de curto prazo para investimentos, inclusive mediante o artifício de elevação do nível de endividamento vencido junto a empreiteiros e fornecedores. Desta forma, o volume de recursos estimado é plenamente compatível com as metas de desempenho para o setor público como um todo.

Os gastos globais estão assim distribuídos:

Discriminação	**Valor R$ bilhões**	**Participação %**
Empresas do Setor Produtivo	12,2	88,4
Instituições Financeiras	1,6	11,6
Total	13,8	100,0

As fontes de financiamento dos investimentos estão discriminadas a seguir:

Discriminação	**Valor R$ bilhões**	**Participação %**
Geração Própria	6,7	48,6
Aumento do Patrimônio Líquido		
Tesouro Nacional	0,1	0,7
Controladora	0,6	4,3
Oper. de Crédito de Longo Prazo	5,2	37,7
Outros Rec. de Longo Prazo	1,2	8,7
Total	**13,8**	**100,0**

Os investimentos das empresas estatais propostos para o próximo exercício destinam-se, basicamente, ao prosseguimento de projetos em andamento e estão voltados, principalmente, à expansão e à melhoria da capacidade produtiva para atendimento da demanda, em especial na área de infra-estrutura, conforme a seguir discriminado:

Discriminação	Valor R$ blhões	Participação %
Energia	9,8	71,0
Comércio e Serviços	2,4	17,4
Transporte	0,9	6,5
Comunicações	0,5	3,6
Demais funções	0,2	1,5
Total	**13,8**	**100,0**

Os investimentos propostos para o setor de energia apresentam incremento de aproximadamente 30,0%, em relação ao limite aprovado para o corrente ano, e visam atender à demanda de energia elétrica e de derivados de petróleo.

Setor Elétrico

Com uma taxa de crescimento médio anual de 4,7%, prevista para o consumo total de energia elétrica na próxima década, e de 5,3% para o ano de 2001, o setor elétrico tem procurado minimizar os riscos do déficit energético, assegurando a adequada expansão da sua capacidade instalada para atendimento a esse crescente mercado consumidor. Os investimentos totais das empresas integrantes do Grupo ELETROBRÁS, previstos para o ano 2001, passam a refletir a magnitude desse crescimento, atingindo o montante de R$ 3,2 bilhões.

Na alocação dos recursos, merecem prioridade as obras mais urgentes de geração e transmissão de energia, cabendo destacar as seguintes:

Programa Energia na Rede Sudeste

construção de Usina Termelétrica na área do RJ/ES, com uma capacidade instalada prevista de 500 MW, permitindo criar-se reserva de capacidade ao sistema termonuclear de Angra dos Reis;

reabilitação e otimização dos sistemas de geração e transmissão, objetivando, principalmente, a modernização e revitalização das usinas em operação, incluindo as obras de

segurança na UHE de Mascarenhas de Moraes – 478 MW (SP), repotencialização da UTE de Campos – 32 MW (RJ), modernização da UHE de Furnas – 1.312 MW (MG), além da participação no empreendimento da UTE Macaé – 500 MW (RJ);

implantação do sistema de transmissão do RJ/ES, compreendendo as obras de conclusão da LT São José/Magé, com 34 km de extensão, em 138 kV, circuito duplo, as ampliações nas subestações Vitória (225 MVA) e Campos (220 MVAR de compensação reativa), além das obras necessárias à integração das térmicas Norte Fluminense e Macaé;

recuperação da UTE Santa Cruz – 1.125 MW (RJ), com a implantação do sistema de ciclo combinado;

implantação do sistema de transmissão no Rio de Janeiro, compreendendo as obras necessárias para escoamento da energia proveniente da interligação Sul-Sudeste para os centros de carga do Rio de Janeiro; e

complementação das obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra II, com 1.309 MW de capacidade.

Programa Energia no Eixo Sul

complementação do sistema de transmissão de ITAIPU (PR) a São Paulo (SP), com a conclusão da linha de transmissão Itaberá-Tijuco Preto III, em 750 kV, com 313 km de extensão, e ampliação da capacidade das subestações associadas a esse sistema, totalizando 1.500 MVA;

construção da linha de transmissão Itajaí-Blumenau (SC), com 36 km de extensão, na tensão de 230 kV, envolvendo a ampliação da subestação Blumenau – 672 MVA (SC) e a implantação da SE Itajaí – 300 MVA (SC); e

ampliação das subestações Londrina – 672 MVA (PR), Campos Novos – 672 MVA (SC) e Passo Fundo – 150 MVA (RS).

Programa Energia nos Eixos do Centro-Oeste

continuidade das obras de construção da UHE Manso – 210 MW (MT); e

implantação de sistema de transmissão em Mato Grosso, com 345 km e 12 subestações associadas.

Programa Energia nos Eixos do Nordeste

continuidade das obras de implantação de sistema de transmissão no Nordeste, com 2.833 km de linhas de transmissão, 58 subestações, totalizando 6.889 MVA;

continuidade das obras no sistema de transmissão Xingó-PE, envolvendo 6 subestações com uma ampliação total na capacidade de transformação de 940 MVA;

continuidade das obras no sistema de transmissão Xingó-CE, envolvendo 5 subestações com uma ampliação total na capacidade de transformação de 1.133 MVA; e

continuidade das obras de implantação do sistema de transmissão associado à UHE de Tucuruí no Maranhão e subestações associadas.

Programa Integração Elétrica Norte-Sul

continuidade das obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, 2ª etapa, de 4.245 MW para 8.370 MW.

Programa Energia no Eixo Madeira-Amazonas

continuidade das obras de implantação do sistema de transmissão Acre-Rondônia e subestações associadas; e

continuidade das obras de implantação do sistema de transmissão associado à UHE de Tucuruí no Pará e subestações associadas.

Programa Luz no Campo

Cumpre destacar, no âmbito das empresas distribuidoras Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE, Companhia Energética do Piauí – CEPISA e Companhia Energética de Alagoas – CEAL, as obras previstas para a área da eletrificação rural, que possibilitarão a ligação de 33.500 novos consumidores rurais, através da construção de 8.900 km de redes e instalação de um total de 17.250 transformadores de distribuição, perfazendo uma potência instalada de 122 MVA.

Petróleo e Derivados

Maior empresa brasileira, a PETROBRÁS vem obtendo aumentos expressivos de reservas e produção de petróleo nos últimos anos. A produção de óleo bruto alcançou a marca de 1.206 mil barris/dia no primeiro semestre de 2000, contra 693 mil barris/dia em 1994, enquanto que a produção de gás natural atingiu 35,4 milhões de metros cúbicos/dia, contra 21 milhões de metros cúbicos/dia em 1994. No período de 1994 a 1999 suas reservas totais de petróleo e gás natural no país registraram aumento de 62%.

Para o exercício de 2001, os investimentos diretos propostos pelas empresas do Grupo PETROBRÁS atingem R$ 8,3 bilhões, em consonância com o Plano Plurianual para o período de 2000/2003 e com o Planejamento Estratégico da Companhia. Os principais programas contemplados com recursos são:

Programas	Valor R$ bilhões	Participação %
Oferta de Petróleo e Gás Natural	4,2	50,6
Atuação Internacional na Área de Petróleo	1,4	16,9
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	0,8	9,6
Refino de Petróleo	0,7	8,4
Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural	0,4	4,8
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo	0,2	2,4
Distribuição de Derivados, Gás Natural e Álcool	0,2	2,4
Demais Programas	0,4	4,8
Total	**8,3**	**100,0**

A PETROBRÁS "holding" aplicará R$ 5,5 bilhões em investimentos diretos, destinados à exploração e ao desenvolvimento da produção de petróleo (72,6%), refino (12,3%), transporte (3,8%), pesquisa e desenvolvimento (3,5%) e outras atividades (7,8%).

Os investimentos das demais empresas integrantes do Grupo totalizam R$ 2,8 bilhões, destacando-se: R$ 0,8 bilhão em atividades de exploração de petróleo, distribuição de derivados e refino no exterior; R$ 0,8 bilhão em aquisição ou formação de ativos de exploração e desenvolvimento da produção no exterior para aplicação, via afretamento, em projetos no Brasil; R$ 0,2 bilhão em atividades de distribuição de derivados no país; e R$ 1,0 bilhão em atividades de transporte no país, dos quais R$ 0,6 bilhão relativos à transferência de navios da PETROBRÁS

para a TRANSPETRO, R$ 0,2 bilhão no Gasoduto Bolívia-Brasil e R$ 0,2 bilhão às demais atividades das empresas.

Esses investimentos permitirão ao Grupo PETROBRÁS, em 2001, produzir 1.420 mil barris/dia de petróleo no país e disponibilizar maior volume de gás natural ao mercado interno, contribuindo significativamente na busca da auto-suficiência energética brasileira; ampliar sua atuação no mercado internacional de petróleo e derivados; e melhorar sua perfomance operacional, principalmente no que diz respeito às questões de segurança operacional e proteção ambiental.

Demais setores

Para as empresas atuantes nos demais setores, estão previstos investimentos da ordem de R$ 2,3 bilhões. Desse total, são destinados: R$ 1,5 bilhão às instituições financeiras federais, com o objetivo de assegurar-lhes adequado nível de competição em seu mercado, dentro dos Programas Investimento de Instituições Financeiras em Infra-estrutura Operacional e Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio; R$ 0,5 bilhão para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dos quais R$ 0,4 bilhão destina-se ao Programa Serviços Postais, com vistas a assegurar a melhoria dos seus serviços; R$ 0,1 bilhão para a INFRAERO, sendo que dessa soma são reservados R$ 75,6 milhões ao Programa Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária, objetivando a melhoria dos aeroportos nacionais, e R$ 0,2 bilhão ao Programa Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo e a investimentos das demais empresas estatais.

AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Para o exercício de 2001, as agências financeiras oficiais de fomento reservam R$ 36,0 bilhões para operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais. O resultado representa um aumento do fluxo líquido das operações de crédito para o próximo ano, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Os recursos alocados, entretanto, representam uma indicação, uma vez que os

volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do governo federal.

Do total definido para operações de crédito, o valor de R$ 4,8 bilhões refere-se a transferências realizadas entre as empresas integrantes do Grupo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Daí resulta um volume de R$ 31,2 bilhões para a concessão de crédito.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2001. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado ao setor privado, para financiar os setores habitacional, industrial, rural, comercial e de serviços. Obedecidas as limitações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos estados e dos municípios.

Em conformidade com o art. 8°, § 3°, Inciso XXXVI, da LDO/2001, dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, setor da economia, unidade da federação, fonte e participação percentual dos tomadores – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares.

OBRAS IRREGULARES
Obras Pendentes de Medidas Saneadoras

A Lei Orçamentária para 1997 representou um marco no controle dos gastos referentes a obras com indícios de irregularidades. Por intermédio do art. 5º, § 1º, daquela Lei, o Legislativo, no uso da competência de fiscalização que lhe foi conferida pela Constituição, condicionou a execução das dotações relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades, indicadas em processos já apreciados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, à adoção de medidas saneadoras, que seriam comunicadas ao Congresso Nacional. A Lei Orçamentária para 1998, contendo dispositivo com semelhante propósito, vedou a execução de obras e serviços cuja gestão possuía irregularidades indicadas em processos apreciados pelo TCU, até que o Poder Executivo comunicasse formalmente ao Congresso Nacional as medidas saneadoras que tivesse tomado acerca de tais irregularidades.

Posteriormente, a Lei Orçamentária para 1999 determinou a mesma vedação de execução para tais obras, que só poderia ser suspensa por meio de autorização da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Dando seqüência ao aprimoramento do disciplinamento legal quanto à matéria, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000, em seu art. 92, § 1º, estabeleceu que a lei orçamentária anual poderia contemplar subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades, ficando a execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à aprovação da Comissão Mista e do Congresso Nacional,. Essa proibição foi mantida na Lei Orçamentária para 2000 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001, em seu art. 86..z

Como se pode constatar, evoluíram, de forma progressiva, as exigências para a execução de obras com indícios de irregularidades graves, que passaram da comunicação formal das medidas saneadoras ao Congresso Nacional, nos exercícios de 1997 e 1998, à autorização prévia da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em 1999, e à apreciação da referida Comissão e do Congresso Nacional, no ano de 2000.

A vigilância e o controle sobre esse tipo de obra são assuntos do mais alto interesse de toda a sociedade e, portanto, merecedores de atenção especial por parte do Governo. Assim, como medida acautelatória, foi determinada a exclusão da Proposta Orçamentária para o próximo exercício de todas as obras em relação as quais existam indícios de irregularidades não sanadas e que sejam do conhecimento do Poder Executivo.

O Anexo I lista as obras, em número de 20, as quais, apesar da identificação de demanda de recursos, estão sendo excluídas da proposta orçamentária em razão da existência de indícios de

irregularidades. Este Anexo não pretende ser exaustivo, na medida em que o Congresso Nacional poderá identificar outras obras com indícios de irregularidades, além daquelas constantes das Leis Orçamentárias de 1997 a 2000, que serviram de base para a presente exclusão da Proposta Orçamentária. Assim, este anexo constitui a contribuição inicial do Poder Executivo ao trabalho que o Legislativo desenvolverá nos próximos meses, no cumprimento de seu papel de órgão fiscalizador, ao apreciar o Orçamento da União para 2001, com o assessoramento do Tribunal de Contas da União.

Com o objetivo de não prejudicar a retomada desses empreendimentos, na hipótese de que as medidas saneadoras ocorram durante a tramitação da Proposta Orçamentária no Congresso Nacional, ou mesmo no decorrer do horizonte temporal de execução a que se refere o orçamento ora proposto, foram constituídas, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias afetados, reservas denominadas "Recursos para a Retomada da Execução de Obras e Serviços". Estas reservas permitem incluir no Orçamento da União as obras referidas no Anexo I, após aprovadas pelo Poder Legislativo as respectivas medidas saneadoras.

Estão registradas, adicionalmente, nos Anexos II e III desta Mensagem, a lista de obras incluídas na proposta orçamentária, originalmente enquadradas na vedação constante do § 1º do art. 5º da Lei nº 9.969, de 2000 (Lei Orçamentária), mas liberadas para execução através de Decreto Legislativo.

No anexo II, estão listadas as obras que receberam autorização para execução mediante decretos legislativos específicos.

No anexo III, estão listadas as obras que tiveram execução liberada em virtude do Decreto Legislativo nº 5 de 2000-CN. Tal liberação decorreu do entendimento de que o objetivo do citado art.5º da Lei Orçamentária para 2000 não era proibir a execução de dotações orçamentárias, mas o de impedir a execução de contratos considerados com indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Por essa razão, o citado Decreto Legislativo autorizou a execução parcial dessas dotações , limitada aos contratos regulares, sujeitando ao TCU o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos liberados.

ANEXOS I, II e III

MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2001

Anexo I

Obras não Incluídas na Proposta Orçamentária por Indícios de Irregularidades

UNIDADE	NOME DA AÇÃO		PL - 2001
Tribunal Superior do Trabalho			***21.428.945***
37470000	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília - DF		21.428.945
Ministério dos Transportes			***1.000.000***
04960001	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca	No Estado do Rio Grande do Norte	1.000.000
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem			***12.600.000***
57030001	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco	BR-116/BA - Euclides da Cunha - Ibó	5.800.000
57090017	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR-163/MT-Santa Helena-Divisa MT/PA		1.300.000
57100013	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor	BR-235/TO -Divisa TO/MA - Divisa TO/PA	1.000.000
57280001	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste	BR-101/PE - Prazeres - Cabo	3.500.000
57310003	Adequação de Anel Rodoviário no Corredor Leste	BR-393/116/RJ - em Volta Redonda	1.000.000
Ministério da Integração Nacional			***2.081.000***
18360053	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Projeto Salango no Estado do Maranhão	1.581.000
18360059	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Projeto Jacarecica no Estado de Sergipe	500.000

UNIDADE	NOME DA AÇÃO		PL - 2001
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco			***1.102.111***
18360009	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	No Estado de Sergipe	742.932
18540053	Emancipação de Perímetros de Irrigação	Perímetro de Irrigação Propriá no Estado de	359.179
Departamento Nacional de Obras contra as Secas			***102.343.787***
18360025	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo no Estado do Maranhão	2.612.000
18360029	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos no Estado do Piauí	2.257.977
18360031	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Platos de Guadalupe no Estado do Piauí	3.114.810
18510103	Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica	Açude Jenipapo no Estado do Piauí	8.200.000
18510115	Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica	Barragem do Castanhão no Estado do ceará	54.000.000
18510117	Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica	Barragem Santa Cruz do Apodi no Estado do Rio Grande do Norte	11.959.000
18510123	Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica	Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco	20.000.000
28200007	Manutenção da Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Platos de Guadalupe no Estado do Piauí	100.000
28200013	Manutenção da Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo no Estado do Maranhão	100.000
Total geral			**140.555.843**

2/2

Anexo II

Obras Incluídas na Proposta Orçamentária Após Adoção de Medidas Saneadoras Referendadas por Decreto Legislativo Específico

UNIDADE		NOME DA AÇÃO		PL - 2001
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem				***12.000.000***
	57030007	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco	BR-342/MG - Araçuaí - Salinas	4.000.000
			Decreto Legistativo Específico (1999/2000) DL 08/99	
	57060001	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste	BR-070/MT - Cáceres - Fronteira com a Bolívia	5.000.000
			Decreto Legistativo Específico (1999/2000) DL 04/2000	
	57110005	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte	BR-317/AC - Brasiléia - Assis Brasil	1.500.000
			Decreto Legistativo Específico (1999/2000) DL 03/2000	
	57150001	Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte	BR-364/AC - em Rio Branco	1.500.000
			Decreto Legistativo Específico (1999/2000) DL 01/2000	
Companhia Brasileira de Trens Urbanos				***107.340.000***
	57540001	Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Recife	Do Metrô - Trecho Recife - Cajueiro Seco com Melhoramentos na Linha Sul	62.500.000
			Decreto Legistativo Específico (1999/2000) DL 09/2000	
	57540003	Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Recife	Trecho TIP - Timbi	44.840.000
			Decreto Legistativo Específico (1999/2000) DL 10/2000	
Total geral				**119.340.000**

Anexo III

Obras Incluídas na Proposta Orçamentária Após Adoção de Medidas Saneadoras Referendadas pelo Decreto Legislativo nº 5, de 2000

UNIDADE	NOME DA AÇÃO		PL - 2001
Fundo Penitenciário Nacional			***7.490.882***
18440041	Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais	No Estado de São Paulo	7.490.882
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem			***198.854.000***
57090001	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte	BR-163/PA - Divisa MT/PA - Santarém	34.000.000
57100025	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor	BR-135/MA - Colinas - Orozimbo	700.000
57300001	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor	BR-060/GO - Divisa DF/GO - Entroncamento BR-153/GO	10.000.000
57420001	Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste	BR-381/MG - Divisa SP/MG - Belo Horizonte	154.154.000
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco			***260.745***
18560005	Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis	No Estado da Bahia	260.745
Departamento Nacional de Obras contra as Secas			***16.292.037***
18360037	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas no Estado do Ceará	14.200.000
18360039	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Perímetro de Irrigação Araras Norte no Estado do Ceará	1.354.800
18360043	Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum	Irrigação em Serra Talhada no Estado de Pernambuco	737.237
Total geral			**222.897.664**

1 / 1

ANEXO IV

MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2001

(Art. 18, § 2°, IV da LDO/2001)

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – Programação 2001

EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL

NECESSIDADE FINANCIAMENTO LÍQUIDO – NEFIL (acima da linha)

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (LDO), art. 18, § 2º, IV

O desempenho das empresas estatais federais, apurado segundo o conceito de Necessidade de Financiamento Líquido, baseia-se em metodologia aceita internacionalmente pelas principais instituições governamentais e financeiras. Para a apuração desse resultado, não são considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas Petrobrás Internacional S.A. - BRASPETRO, Braspetro Oil Services Company - BRASOIL, Fronape International Company - FIC e Petrobrás International Finance Company – PIFCO, do Grupo PETROBRÁS, que, por atuarem exclusivamente no exterior, seus dispêndios não afetam os agregados macroeconômicos internos, bem como das instituições financeiras estatais, uma vez que, pela metodologia adotada, o nível de endividamento desse segmento de governo não é incluído no total da dívida líquida, face à sua característica de agente financeiro. Entretanto, considera os dados das empresas que, devido às suas características específicas, não realizam investimentos.

Conforme Quadro Anexo, os valores utilizados para o cálculo do resultado das empresas estatais, para 2001, encontram-se expressos em milhões de reais correntes e em percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). Os principais indicadores econômicos utilizados foram:

- crescimento real do PIB: 4,5%;
- IGP-DI acumulado no ano: 4,0%; e
- Tarifas e preços dos bens/serviços: os valores praticados em julho/2000.

Para o próximo exercício, estima-se que as empresas estatais deverão gerar superávit primário de R$ 1.304 milhões, equivalentes a 0,10% do PIB, ou seja, em montante compatível com o limite fixado no caput do art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001.

Para o cálculo do resultado das empresas estatais, são consideradas apenas as receitas genuínas arrecadadas, excluindo-se as provenientes de privatização e de aplicações no mercado financeiro, sob ótica do *regime de caixa*. Além disso, o cálculo do resultado primário exclui as receitas e despesas financeiras.

Considerando que as receitas e despesas do Programa de Dispêndios Globais – PDG das estatais são expressas segundo o *regime de competência*, isto é, quando de seus registros contábeis, para chegar-se aos resultados operacional e primário, que são expressos em termos financeiros, utiliza-se da rubrica "*ajuste de competência/caixa*", onde são identificadas as variações do "*Contas a Receber*" e do "*Contas a Pagar*"

A obtenção do resultado primário das estatais está pautada, principalmente, na receita da venda de bens e serviços, cabendo ressaltar que, para a estimativa para 2001, foram considerados os preços vigentes em julho do corrente ano, ou seja, não está considerada qualquer hipótese de elevação nas tarifas e nos preços dos bens/serviços ofertados pelas estatais.

Do total das receitas com a venda de bens e serviços estimadas para 2001, R$ 90.155 milhões, o Grupo PETROBRÁS é responsável por 79% (R$ 70.776 milhões), seguido pelo Grupo ELETROBRÁS, com R$ 12.153 milhões de receitas.

As demais receitas não operacionais decorrem, basicamente, de transferências de bens patrimoniais para outras empresas, fora do programa de desestatização; da alienação de valores mobiliários; de aluguéis; e outras. Nesta rubrica, merece destaque a estimativa de ingresso de recursos para a PETROBRÁS "*holding*", decorrente da conclusão de negócios relacionados a "Projects Finances".

As outras receitas referem-se aos ingressos de aportes de capital, exclusive pela União, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos. Nesta rubrica, destacam-se as receitas arrecadadas pela ELETROBRÁS *"holding"* vinculadas à "Reserva Global de Reversão – RGR", no montante aproximado de R$ 1.100 milhões. A baixa transferência de recursos pelo Tesouro Nacional às empresas estatais, no montante de R$ 91 milhões, que correspondente a apenas 0,10% do total das receitas não onerosas estimadas para o conjunto das empresas estatais no próximo ano, decorre da política do Governo Federal de priorizar seus recursos para programas de cunho social.

Os gastos estimados com "Pessoal e Encargos Sociais" estão compatíveis com os valores previstos para o corrente ano, indicando que, em uma situação de economia estabilizada, somente deverão ser repassados para os trabalhadores os efetivos ganhos de produtividade, evitando-se a concessão de reajustes lineares com base em dados de crescimento dos preços em geral.

A rubrica "Materiais e Produtos" indica a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, material de consumo e outros. Do total previsto nessa rubrica para 2001, de R$ 18.749 milhões, o Grupo PETROBRÁS é responsável por R$ 12.950 milhões (69%), que destinam-se, principalmente, à aquisição de petróleo e derivados no mercado externo, para complementar a produção interna, com o objetivo de atender à demanda. O Grupo ELETROBRÁS, por sua vez, deverá gastar cerca de R$ 5.481 milhões, em decorrência, principalmente, da aquisição da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional.

Os dispêndios com "Serviços de Terceiros" resultam da contratação de serviços técnicos, administrativos e operacionais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. O Grupo PETROBRÁS deverá despender cerca de R$ 4.428 milhões, que representam aproximadamente 60% do total estimado de gastos - R$ 7.386 milhões. A maior parte desses dispêndios está vinculada à manutenção de equipamentos, especialmente de exploração e produção de petróleo nas plataformas marítimas.

Do total previsto para "Tributos e Encargos Parafiscais", R$ 37.859 milhões, cerca de 93% (R$ 35.354 milhões) são de responsabilidade do Grupo PETROBRÁS, em função da previsão de recolhimento de tributos incidentes sobre a venda de combustíveis e outras receitas operacionais; sobre rendimentos financeiros; bem como em decorrência da estimativa das transferências para o Tesouro Nacional de recursos vinculados à denominada "Parcela de Preço Específica - PPE".

Nos "Demais Dispêndios Correntes", destaca-se o pagamento de *"royalties"* pelos Grupos PETROBRÁS e ELETROBRÁS, nos valores de R$ 3,6 milhões e de R$ 0,2 milhões, respectivamente, e de aluguéis de plataformas e outras instalações.

O valor dos investimentos, no montante de R$ 10.592 milhões, difere do total consignado no Orçamento de Investimento, uma vez que, conforme já mencionado anteriormente, para o cálculo do desempenho das empresas estatais, segundo o conceito de Necessidade de Financiamento Líquido (acima da linha), não são considerados os dispêndios das empresas BRASPETRO, BRASOIL, PIFCO e FIC, do Grupo PETROBRÁS, bem como das instituições financeiras.

Comparativamente ao limite fixado para o corrente ano, o Orçamento de Investimento proposto para 2001 apresenta incremento de 34%. Este desempenho é resultado de maior responsabilidade na gestão dos recursos públicos ocorrida nos últimos anos, evitando-se o acréscimo no endividamento e buscando rígida administração dos gastos correntes. Com isso, mesmo após atendida a meta de superávit primário fixada, houve possibilidade de aumentar os investimentos destinados à elevação e melhoria da qualidade dos bens/serviços públicos ofertados pelas empresas estatais.

Na rubrica "Outros Dispêndios de Capital", estão incluídas provisões para pagamento de dividendos (R$ 2.476 milhões), inversões financeiras em outras empresas (R$ 1.392 milhões), bem como as operações de *"Projects Finances"* da PETROBRÁS (R$ 1.050 milhões).

O valor referente à "Amortização da Conta Petróleo" corresponde à baixa de títulos emitidos pelo Governo Federal para lastrear o saldo da referida obrigação da União para com a PETROBRÁS. Apesar de ocorrer ingresso de recursos livres no caixa da PETROBRÁS, essa operação é subtraída do resultado primário das estatais, uma vez que o pagamento da dívida é vinculada à baixa de disponibilidades em igual montante. Esse valor corresponde tão somente ao saldo da dívida das denominadas Contas Petróleo, Derivados e Álcool. Após a liquidação desse compromisso, os recursos adicionais arrecadados por conta da Parcela de Preço Específica serão transferidos para o Tesouro Nacional.

EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG - Exercício de 2001

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO - NEFIL (acima da linha)
Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (LDO), art. 18, § 2º, IV

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	**100.123**	**7,91**
- Operacionais	91.879	7,26
. Venda de Bens/serviços	90.155	7,12
. Demais Operacionais	1.724	0,14
- Financeiras	3.511	0,28
- Demais Não Operacionais	3.275	0,26
- Outras Receitas	1.367	0,11
- Transferências do Tesouro Nacional	91	0,01
II - DESPESAS TOTAIS	**97.004**	**7,66**
- Pessoal e Encargos Sociais	6.405	0,51
- Encargos Financeiros	2.290	0,18
- Outros Custeios	72.798	5,75
- Materiais e Produtos	18.749	1,48
- Serviços de Terceiros	7.386	0,58
- Tributos e Encargos Parafiscais	37.859	2,99
- Demais Custeios	8.804	0,70
- Investimentos	10.592	0,84
- Outros Dispêndios de Capital	4.919	0,39
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	**(249)**	**(0,02)**
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	599	0,05
- Var. de Contas a Receber (vincendo)	6	0,00
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	(842)	(0,07)
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	**2.870**	**0,23**
V - Correção Monetária	(27)	(0,01)
VI - RESULTADO OPERACIONAL (IV + V)	**2.843**	**0,22**
VII - Juros Líquidos (Despesa - Receita)	(353)	(0,03)
VIII - RESULTADO PRIMÁRIO (VI + VII)	**2.490**	**0,19**
IX - Amortização da Conta Petróleo	1.186	0,09
X - RESULTADO PRIMÁRIO LÍQUIDO (VIII - IX)	**1.304**	**0,10**

OBS.: Valores positivos = superávit

22000 Ministério da Agricultura e do Abastecimento
22208 Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.200.000	RECEITAS	19.615.756
INVESTIMENTOS	2.200.000	RECEITA OPERACIONAL	10.375.396
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	9.240.360
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	16.948.952	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.973.703	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	10.975.249		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	19.615.756
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	9
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-1.024.800
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	557.987
TOTAL DOS USOS	19.148.952	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	19.148.952

22000 Ministério da Agricultura e do Abastecimento
22209 Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.200.000	RECEITAS	14.925.000
INVESTIMENTOS	1.200.000	RECEITA OPERACIONAL	14.000.000
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	925.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	13.319.594	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.765.091	INTERNOS	
JUROS E OUTROS		EXTERNOS	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.554.503	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	14.925.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-151.575
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-12.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-241.831
TOTAL DOS USOS	14.519.594	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	14.519.594

22000 Ministério da Agricultura e do Abastecimento
22212 Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.326.596	RECEITAS	59.944.189
INVESTIMENTOS	3.326.596	RECEITA OPERACIONAL	57.120.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.824.189
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	55.447.366	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.004.751	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	34.442.615		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	59.944.189
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.170.227
TOTAL DOS USOS	58.773.962	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	58.773.962

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
24202 Financiadora de Estudos e Projetos

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	146.474.095	RECEITA	149.416.000
INVESTIMENTOS	6.477.800	RECEITA OPERACIONAL	149.416.000
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	139.996.295	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	118.817.261	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.594.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	47.222.236	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	38.001.025	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	150.000.000
		INTERNOS	150.000.000
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	150.000.000
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	150.000.000
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	265.291.356	TOTAL DAS FONTES	449.416.000
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	209.285.807	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	14.959.428
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	10.201.735
TOTAL DOS USOS	474.577.163	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	474.577.163

25000 Ministério da Fazenda
25202 Banco da Amazônia S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	38.902.214	RECEITA	695.816.201
INVESTIMENTOS	19.044.034	RECEITA OPERACIONAL	692.722.392
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.093.809
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	14.706.984		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.151.196	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	531.522.374	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	146.450.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	207.779.920	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	177.292.454	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	418.464.596
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	268.571.744
		INTERNOS	268.571.744
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	375.196.222
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	291.874.026
		DEPÓSITOS A PRAZO	83.322.196
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	570.424.588	TOTAL DAS FONTES	1.758.048.763
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	1.266.287.222	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	106.654.602
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-27.991.555
TOTAL DOS USOS	1.836.711.810	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.836.711.810

25000 Ministério da Fazenda
25210 Banco do Nordeste do Brasil S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 16, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	682.632.801	RECEITA	1.802.097.890
INVESTIMENTOS	41.204.660	RECEITA OPERACIONAL	1.799.650.152
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.447.738
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	622.584.379	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.843.762	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.959.688.003	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	239.890.594	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	1.418.795.901	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	301.001.508	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	1.255.393.789
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	2.201.811.640
		INTERNOS	1.210.000.000
		EXTERNOS	991.811.640
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	999.135.100
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	9.000.000
		DEPÓSITOS A PRAZO	90.135.100
		DEMAIS FONTES	900.000.000
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.642.320.804	TOTAL DAS FONTES	6.258.438.419
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	3.436.920.261	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	1.725.594
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-180.786.815
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-136.133
TOTAL DOS USOS	6.079.241.065	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	6.079.241.065

25000 Ministério da Fazenda
25211 Casa da Moeda do Brasil

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	36.300.000	RECEITAS	204.620.000
INVESTIMENTOS	27.000.000	RECEITA OPERACIONAL	203.500.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.120.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	5.800.000		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.500.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	6.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	171.801.972	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	12.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.878.342	INTERNOS	
		EXTERNOS	12.000.000
JUROS E OUTROS	1.071.748		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	114.851.882		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	222.620.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-14.651.592
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-36.156
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	169.720
TOTAL DOS USOS	208.101.972	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	208.101.972

25000 Ministério da Fazenda
25215 IRB - Brasil Resseguros S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	75.915.239	RECEITA	1.698.865.449
INVESTIMENTOS	3.501.787	RECEITA OPERACIONAL	1.641.927.914
INVERSÕES FINANCEIRAS	19.925.002	RECEITA NÃO OPERACIONAL	56.937.535
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	52.488.450	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.505.859.534	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.000.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	1.500.000	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.450.359.534	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.581.774.773	TOTAL DAS FONTES	1.698.865.449
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-64.144.049
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-52.946.627
TOTAL DOS USOS	1.581.774.773	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.581.774.773

25000 Ministério da Fazenda
25220 Caixa Econômica Federal

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	692.629.221	RECEITA	19.102.783.099
INVESTIMENTOS	405.996.326	RECEITA OPERACIONAL	18.937.077.505
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	165.705.594
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	124.718.039		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	161.914.856	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	18.455.124.083	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.090.130.001	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	12.226.688.215	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	3.138.305.867	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	2.093.004.679
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	230.000.000
		DEPÓSITOS A PRAZO	1.863.004.679
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	19.147.753.304	TOTAL DAS FONTES	21.195.787.778
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	5.760.109.788	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	3.723.525.313
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-11.449.999
TOTAL DOS USOS	24.907.863.092	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	24.907.863.092

25000 Ministério da Fazenda
25228 BB - Administradora de Cartões de Crédito S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	46.356.446	RECEITAS	566.083.731
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	508.179.114
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	57.904.617
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	46.356.446	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	465.305.531	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.466.015	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	449.839.516		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	566.083.731
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	18.831.198
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-73.252.952
TOTAL DOS USOS	511.661.977	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	511.661.977

25000 Ministério da Fazenda
25229 BB - Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	12.709.000	RECEITAS	228.393.444
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	215.717.657
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	12.675.787
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	12.709.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	215.016.056	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.431.375	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	206.584.681		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	228.393.444
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-7.924.824
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	7.256.436
TOTAL DOS USOS	227.725.056	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	227.725.056

25000 Ministério da Fazenda
25230 COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.000.000	RECEITAS	260.321.399
INVESTIMENTOS	7.000.000	RECEITA OPERACIONAL	260.000.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	321.399
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	6.000.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	190.478.871	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.772.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	1.400.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	173.306.871		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	260.321.399
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	30.000.000
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-47.181.851
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-39.660.677
TOTAL DOS USOS	203.478.871	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	203.478.871

25000 Ministério da Fazenda
25234 Banco do Brasil S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.409.643.533	RECEITA	20.125.383.694
INVESTIMENTOS	906.379.944	RECEITA OPERACIONAL	20.032.232.136
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	93.151.558
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	507.213.438
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.764.288.208		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	738.975.381	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	18.205.707.405	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	100.812.716
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.215.028.031	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	406.400.722
JUROS E OUTROS	8.982.871.886	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	4.007.807.488	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	418.464.596
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	3.815.435.501
		INTERNOS	1.383.027.501
		EXTERNOS	2.432.408.000
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	3.965.683.644
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	7.744.591
		DEPÓSITOS A PRAZO	3.754.798.839
		DEMAIS FONTES	203.140.214
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	23.615.350.938	TOTAL DAS FONTES	28.832.180.873
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	2.711.779.668	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	2.029.071.201
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-5.421.819.733
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	887.698.265
TOTAL DOS USOS	26.327.130.606	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	26.327.130.606

25000 Ministério da Fazenda
25235 BB - Banco de Investimento S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	182.387.404	RECEITA	400.429.250
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	400.429.250
INVERSÕES FINANCEIRAS	132.500.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	49.887.404	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	343.700.071	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	724.726	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	255.771.127	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	87.204.218	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	526.268.558
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	526.176.420
		DEMAIS FONTES	92.138
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	526.087.475	TOTAL DAS FONTES	926.697.808
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-400.609.469
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-864
TOTAL DOS USOS	526.087.475	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	526.087.475

25000 Ministério da Fazenda
25236 BB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	42.809.353	RECEITA	655.131.804
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	655.131.804
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	42.809.353	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	600.285.627	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.457.920	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	5.966.350	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	579.861.357	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	643.094.980	TOTAL DAS FONTES	655.131.804
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	9.154.828
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	4.072.387
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-25.264.039
TOTAL DOS USOS	643.094.980	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	643.094.980

25000 Ministério da Fazenda
25237 BB - FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	113.998.045	RECEITA	1.738.215.900
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	1.738.215.900
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	113.998.045	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.618.941.891	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.128.720	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	669.550.745	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	946.262.426	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	644.553.839
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	644.553.839
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.732.939.936	TOTAL DAS FONTES	2.382.769.739
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	751.136.430	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	45.312.647
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	55.985.660
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	8.320
TOTAL DOS USOS	2.484.076.366	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	2.484.076.366

25000 Ministério da Fazenda
25238 BB - LEASING S.A. - Arrendamento Mercantil

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	306.779.002	RECEITA	165.093.520
INVESTIMENTOS	241.835.000	RECEITA OPERACIONAL	154.719.040
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	10.374.480
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	34.940.523		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	30.003.479	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	128.721.430	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.559.640	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	52.035.720	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	194.987.709
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	74.126.070	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	49.957.993
		INTERNOS	15.251.447
		EXTERNOS	34.706.546
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	45.811.320
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	45.811.320
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	435.500.432	TOTAL DAS FONTES	455.850.542
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-20.349.439
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-671
TOTAL DOS USOS	435.500.432	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	435.500.432

25000 Ministério da Fazenda
25245 BB - Leasing Company Limited

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITA	10.044.151
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	10.044.151
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	21.672.851	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	21.066.707	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	606.144	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	42.194.189
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	42.194.189
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	21.672.851	TOTAL DAS FONTES	52.238.340
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-30.565.489
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	
TOTAL DOS USOS	21.672.851	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	21.672.851

25000 Ministério da Fazenda
25246 BBTUR - Viagens e Turismo Ltda

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	572.700	RECEITAS	41.076.747
INVESTIMENTOS	572.700	RECEITA OPERACIONAL	40.282.626
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	794.121
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	33.194.138	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.433.186	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	1.824.768		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	18.936.184		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	41.076.747
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-7.309.909
TOTAL DOS USOS	33.766.838	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	33.766.838

25000 Ministério da Fazenda
25247 Brasilian American Merchant Bank

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITA	493.985.534
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	493.985.534
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	346.860.845	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	346.458.785	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46.315.340
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	402.060	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	4.434.600.968
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	198.951.625
		DEPÓSITOS A PRAZO	4.235.649.343
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	346.860.845	TOTAL DAS FONTES	4.974.901.842
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-5.082.870.828
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	454.829.831
TOTAL DOS USOS	346.860.845	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	346.860.845

25000 Ministério da Fazenda
25249 Banco do Estado de São Paulo S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	444.751.976	RECEITA	5.187.358.631
INVESTIMENTOS	115.424.228	RECEITA OPERACIONAL	5.175.137.065
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	12.221.566
INVERSÕES FINANCEIRAS	25.100.000		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	124.276.424		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	179.951.324	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.868.377.944	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.288.200.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	998.849.986	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.581.327.958	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	314.688.642
		INTERNOS	214.500.000
		EXTERNOS	100.188.642
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	1.397.589.960
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	432.349.394
		DEPÓSITOS A PRAZO	965.240.566
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.313.129.920	TOTAL DAS FONTES	6.899.637.233
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	1.225.822.403	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	149.510.441
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-1.489.675.979
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-20.519.372
TOTAL DOS USOS	5.538.952.323	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	5.538.952.323

25000 Ministério da Fazenda
25250 BANESPA S.A. Arrendamento Mercantil

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	300.600.000	RECEITA	320.388.198
INVESTIMENTOS	300.600.000	RECEITA OPERACIONAL	320.148.198
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	240.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	37.374.595	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.120	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	10.320	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	37.312.155	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	337.974.595	TOTAL DAS FONTES	320.388.198
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-200.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	17.786.397
TOTAL DOS USOS	337.974.595	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	337.974.595

25000 Ministério da Fazenda
25251 BANESPA S.A. Corretora de Câmbio e Títulos

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	53.814.598	RECEITA	149.099.478
INVESTIMENTOS	820.900	RECEITA OPERACIONAL	149.099.478
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	52.993.698	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	79.028.587	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.003.440	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS		RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	61.025.147	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	132.843.185	TOTAL DAS FONTES	149.099.478
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-28.311.611
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	12.055.318
TOTAL DOS USOS	132.843.185	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	132.843.185

25000 Ministério da Fazenda
25252 BANESPA S.A. Serviços Técnicos e Administrativos

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	60.210.000	RECEITAS	157.926.446
INVESTIMENTOS	210.000	RECEITA OPERACIONAL	79.476.765
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	78.449.681
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	60.000.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	92.830.615	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.768.408	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	34.062.207		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	157.926.446
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	7.738.157
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-12.630.010
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	6.022
TOTAL DOS USOS	153.040.615	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	153.040.615

25000 Ministério da Fazenda
25253 BANESPA S.A. Corretora de Seguros

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.425.834	RECEITAS	160.362.560
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	140.400.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	19.962.560
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	16.425.834	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	85.343.226	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.208.900	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	74.134.326		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	160.362.560
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-44.338.800
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-3.061.600
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-9.193.100
TOTAL DOS USOS	103.769.060	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	103.769.060

25000 Ministério da Fazenda
25254 BANESPA S.A. Administradora de Cartões de Crédito e Serviços

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	29.095.000	RECEITAS	115.635.000
INVESTIMENTOS	3.095.000	RECEITA OPERACIONAL	85.531.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	30.104.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	26.000.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	84.745.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	84.745.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	115.635.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	2.637.962
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-4.432.962
TOTAL DOS USOS	113.840.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	113.840.000

25000 Ministério da Fazenda
25257 Banco do Estado do Ceará S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	29.427.326	RECEITA	194.282.895
INVESTIMENTOS	11.077.584	RECEITA OPERACIONAL	193.547.687
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	735.208
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	18.349.742		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	170.429.584	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.231.440	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	86.264.900	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	40.933.244	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	37.025.105
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	5.629.969
		DEPÓSITOS A PRAZO	16.234.395
		DEMAIS FONTES	15.160.741
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	199.856.910	TOTAL DAS FONTES	231.308.000
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	5.595.337	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-25.855.753
TOTAL DOS USOS	205.452.247	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	205.452.247

25000 Ministério da Fazenda
25258 Banco do Estado de Goiás S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.516.486	RECEITA	378.544.600
INVESTIMENTOS	6.835.199	RECEITA OPERACIONAL	377.268.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.276.600
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.681.287	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	366.170.633	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.780.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	183.158.633	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	101.232.000	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	18.000.000
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	15.000.000
		DEPÓSITOS A PRAZO	3.000.000
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	376.687.119	TOTAL DAS FONTES	396.544.600
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	10.000.000	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-2.900.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-6.957.481
TOTAL DOS USOS	386.687.119	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	386.687.119

25000 Ministério da Fazenda
25259 BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITA	2.537.912
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	2.537.912
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.453.143	TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS ESTATAIS	
JUROS E OUTROS		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.453.143	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
		TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.453.143	TOTAL DAS FONTES	2.537.912
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-7.511
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.077.258
TOTAL DOS USOS	1.453.143	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.453.143

25000 Ministério da Fazenda
25260 BEG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITA	9.001.200
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	9.001.200
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.562.600	TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.600	OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS		RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	7.518.000	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	7.562.600	TOTAL DAS FONTES	9.001.200
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-180.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.258.600
TOTAL DOS USOS	7.562.600	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	7.562.600

25000 Ministério da Fazenda
25261 Sistema de Processamento de Dados, Planejamento e Administração de Cartão de Crédito Ltda.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITAS	6.200.000
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	6.200.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.409.450	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	5.214.450		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	6.200.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.424.502
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	345.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.560.052
TOTAL DOS USOS	5.409.450	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	5.409.450

25000 Ministério da Fazenda
25262 Bando do Estado do Amazonas S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	12.385.000	RECEITA	118.078.000
INVESTIMENTOS	6.500.000	RECEITA OPERACIONAL	117.600.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	478.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	5.885.000		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	91.908.214	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.599.619	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	14.546.000	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	44.762.595	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	5.761.000
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	-3.360.000
		DEPÓSITOS A PRAZO	13.104.000
		DEMAIS FONTES	-3.983.000
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	104.293.214	TOTAL DAS FONTES	123.839.000
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	31.410.000	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	13.794.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.9[illegible]86
TOTAL DOS USOS	135.703.214	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	135.7[illegible]4

25000 Ministério da Fazenda
25266 Banco do Estado do Piauí S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.136.040	RECEITA	30.918.678
INVESTIMENTOS	1.069.888	RECEITA OPERACIONAL	30.904.278
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	14.400
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	4.055.579		
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.573	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	27.062.566	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.334.502	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	7.262.265	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	8.465.799	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	649.538
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	-66.820
		DEPÓSITOS A PRAZO	1.115.174
		DEMAIS FONTES	-398.816
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	32.198.606	TOTAL DAS FONTES	31.568.216
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	971.607	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	267.646
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.334.351
TOTAL DOS USOS	33.170.213	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	33.170.213

25000 Ministério da Fazenda
25267 Banco do Estado do Maranhão S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.630.000	RECEITA	106.170.000
INVESTIMENTOS	7.080.000	RECEITA OPERACIONAL	105.820.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	350.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	460.000		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.090.000		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	143.770.000	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.800.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	53.600.000	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	61.370.000	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS	
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	9.000.000
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	5.000.000
		DEPÓSITOS A PRAZO	4.000.000
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	154.400.000	TOTAL DAS FONTES	115.170.000
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	16.620.000	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-4.990.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	60.840.000
TOTAL DOS USOS	171.020.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	171.020.000

25000 Ministério da Fazenda
25268 BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	221.000	RECEITA	729.300
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	729.300
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	221.000	TESOURO	
DISPÊNDIOS CORRENTES	512.680	TESOURO - DIRETO TESOURO - CONTROLADORA CONTROLADORA	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	326.450	OUTRAS ESTATAIS DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS		RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	186.230	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
		INTERNOS EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES DEPÓSITOS À VISTA DEPÓSITOS A PRAZO DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	733.680	TOTAL DAS FONTES	729.300
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	4.380
TOTAL DOS USOS	733.680	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	733.680

25000 Ministério da Fazenda
25269 BEM Serviços Gerais Ltda

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	460.000	RECEITAS	1.100.000
INVESTIMENTOS	460.000	RECEITA OPERACIONAL	1.100.000
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	460.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	460.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.078.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	207.000	INTERNOS	
JUROS E OUTROS		EXTERNOS	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	871.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	1.560.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	60.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-82.000
TOTAL DOS USOS	1.538.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.538.000

25000 Ministério da Fazenda
25270 BEM Vigilância e Transporte de Valores S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	625.000	RECEITAS	5.984.000
INVESTIMENTOS	165.000	RECEITA OPERACIONAL	5.980.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	4.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	460.000		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	460.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	460.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.855.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.221.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	3.634.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	6.444.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	115.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-79.000
TOTAL DOS USOS	6.480.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	6.480.000

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
28234 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.631.515.084	RECEITA	14.273.045.852
INVESTIMENTOS	24.989.984	RECEITA OPERACIONAL	13.397.985.852
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	875.060.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	4.406.525.100	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	200.000.000	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.920.134.029	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	196.535.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	3.345.338.466	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	378.260.563	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	6.053.576.000
		INTERNOS	
		EXTERNOS	6.053.576.000
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	4.624.074.000
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	4.624.074.000
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	8.551.649.113	TOTAL DAS FONTES	24.950.695.852
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	16.792.625.772	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-10.945.174
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	404.524.207
TOTAL DOS USOS	25.344.274.885	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	25.344.274.885

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
28235 Agência Especial de Financiamento Industrial

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.400.092.800	RECEITA	3.907.065.640
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	3.836.265.640
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	70.800.000
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	2.290.092.800		
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	110.000.000	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.420.415.068	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.200.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	1.272.960.300	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	131.254.768	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	3.705.823.051
		INTERNOS	3.705.823.051
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	3.820.507.868	TOTAL DAS FONTES	7.612.888.691
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	3.790.584.240	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-1.796.583
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	
TOTAL DOS USOS	7.611.092.108	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	7.611.092.108

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
28236 BNDES - Participações S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.586.926.300	RECEITA	4.655.838.875
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	4.625.838.875
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.000.000.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	30.000.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	2.736.926.300	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.850.000.000	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.301.226.511	CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.120.000	DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
JUROS E OUTROS	577.180.500	RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	685.926.011	TESOURO - RECEB. CRÉDITOS DIVERSOS	
		RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	6.240.110.596
		INTERNOS	6.240.110.596
		EXTERNOS	
		DEMAIS OBRIGAÇÕES	
		DEBÊNTURES	
		DEPÓSITOS À VISTA	
		DEPÓSITOS A PRAZO	
		DEMAIS FONTES	
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	10.888.152.811	TOTAL DAS FONTES	10.895.949.471
APLICAÇÕES SUJEITAS APROV. CMN	1.438.875	VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-6.357.785
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	
TOTAL DOS USOS	10.889.591.686	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	10.889.591.686

32000 Ministério de Minas e Energia
32201 Centro de Pesquisas de Energia Elétrica

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	14.876.000	RECEITAS	72.363.000
INVESTIMENTOS	10.000.000	RECEITA OPERACIONAL	65.363.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	7.000.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	4.876.000		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	56.887.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.870.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	71.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	19.946.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	72.363.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-703.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	103.000
TOTAL DOS USOS	71.763.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	71.763.000

32000 Ministério de Minas e Energia
32204 Eletrobrás Termonuclear S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	452.132.630	RECEITAS	695.397.519
INVESTIMENTOS	314.630.342	RECEITA OPERACIONAL	695.397.519
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	137.502.288		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	296.564.889	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	85.100.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	54.886.731		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	81.410.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	156.578.158		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	81.410.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	776.807.519
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-1.087.926
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-27.022.074
TOTAL DOS USOS	748.697.519	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	748.697.519

32000 Ministério de Minas e Energia
32223 Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.735.485.441	RECEITAS	2.418.132.623
INVESTIMENTOS	357.246.900	RECEITA OPERACIONAL	14.000.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.404.132.623
INVERSÕES FINANCEIRAS	140.470.931		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	587.200.600		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.650.567.010	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	1.586.089.362
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.105.202.389	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	272.144.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.003.397	INTERNOS	150.000.000
		EXTERNOS	122.144.000
JUROS E OUTROS	532.986.900		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.163.249.500
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	502.212.092		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	1.121.249.500
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	42.000.000
		TOTAL DAS FONTES	5.439.615.485
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-358.554.208
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-293.828.053
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	53.454.606
TOTAL DOS USOS	4.840.687.830	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	4.840.687.830

32000 Ministério de Minas e Energia
32224 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	840.912.312	RECEITAS	1.185.421.656
INVESTIMENTOS	650.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.149.319.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	36.102.656
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	190.912.312		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	976.089.967	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	35.204.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	157.911.847	INTERNOS	35.204.000
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	318.160.675		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	469.264.100
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	500.017.445		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	469.264.100
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	1.689.889.756
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	60.850.350
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	55.730.688
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	10.531.485
TOTAL DOS USOS	1.817.002.279	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.817.002.279

32000 Ministério de Minas e Energia
32225 Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	166.708.240	RECEITAS	1.086.170.908
INVESTIMENTOS	140.421.530	RECEITA OPERACIONAL	1.039.442.315
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	46.728.593
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	10.325.710		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.961.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	961.606.195	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.239.946	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	3.244.907		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	20.000.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	884.121.342		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	20.000.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	1.106.170.908
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	12.450.032
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-10.003.378
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	19.696.873
TOTAL DOS USOS	1.128.314.435	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.128.314.435

32000 Ministério de Minas e Energia
32226 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.272.624.271	RECEITAS	2.183.065.713
INVESTIMENTOS	509.601.817	RECEITA OPERACIONAL	2.152.118.853
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	30.946.860
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	705.997.196		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	57.025.258	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	5.465.858
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.395.698.465	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	197.652.958	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	522.321.397		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	391.313.482
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	675.724.110	DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	391.313.482
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	2.579.845.053
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	33.851.901
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-7.706.156
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	62.331.938
TOTAL DOS USOS	2.668.322.736	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	2.668.322.736

32000 Ministério de Minas e Energia
32228 Furnas Centrais Elétricas S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.417.841.299	RECEITAS	7.218.265.406
INVESTIMENTOS	980.798.299	RECEITA OPERACIONAL	7.000.434.100
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	217.831.306
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	187.043.000		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	250.000.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	20.340.390
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.045.680.497	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	100.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	243.366.711	INTERNOS	100.000.000
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	137.590.892		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	40.497.500
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	5.664.722.894		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	40.497.500
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	7.379.103.296
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	67.306.945
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	17.111.555
TOTAL DOS USOS	7.463.521.796	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	7.463.521.796

32000 Ministério de Minas e Energia
32230 Petróleo Brasileiro S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.078.788.789	RECEITAS	67.641.851.178
INVESTIMENTOS	5.480.575.400	RECEITA OPERACIONAL	63.670.455.412
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.971.395.766
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.404.930.640		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.264.892.487		
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.928.390.262	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	8.077.296.507
DISPÊNDIOS CORRENTES	56.413.675.128	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	3.719.088.310
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.081.699.585	INTERNOS	
		EXTERNOS	3.719.088.310
JUROS E OUTROS	1.154.782.044		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	53.177.193.499		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	79.438.235.995
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	-2.869.951.755
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-401.247.350
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-110.370.836
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.564.202.137
TOTAL DOS USOS	74.492.463.917	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	74.492.463.917

32000 Ministério de Minas e Energia
32232 Braspetro Oil Services Company

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.587.109.878	RECEITAS	8.251.102.891
INVESTIMENTOS	867.884.451	RECEITA OPERACIONAL	8.220.781.931
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	30.320.960
INVERSÕES FINANCEIRAS	9.000.000		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	53.094.820
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	655.562.427		
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	54.663.000	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	53.094.820
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	304.270.657
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.779.893.254	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	482.289.827
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.500.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	482.289.827
JUROS E OUTROS	526.727.201		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	364.420.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	7.247.666.053	DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	364.420.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	9.455.178.195
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-88.175.063
TOTAL DOS USOS	9.367.003.132	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	9.367.003.132

32000 Ministério de Minas e Energia
32238 Indústria Carboquímica Catarinense S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITAS	
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.444.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.400	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.204.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.402.600		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	6.204.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	6.204.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	240.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	
TOTAL DOS USOS	6.444.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	6.444.000

32000 Ministério de Minas e Energia
32239 Petrobrás Distribuidora S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	453.276.000	RECEITAS	20.276.727.000
INVESTIMENTOS	240.275.000	RECEITA OPERACIONAL	20.158.767.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	117.960.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	42.000.000		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	171.001.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	19.810.211.880	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	570.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	224.850.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	570.000.000
JUROS E OUTROS	117.552.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	130.000.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	19.467.809.880		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	130.000.000
		TOTAL DAS FONTES	20.976.727.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-76.448.520
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-636.790.600
TOTAL DOS USOS	20.263.487.880	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	20.263.487.880

32000 Ministério de Minas e Energia
32240 Petrobrás Gás S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	169.578.530	RECEITAS	131.808.541
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	131.808.541
INVERSÕES FINANCEIRAS	151.325.000	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	153.325.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	5.198.038		
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.055.492	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	153.325.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	149.604.762	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.716.102	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	59.651.077		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	66.000.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	70.237.583	DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	66.000.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	351.133.541
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	36.760.267
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-65.157.464
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-3.553.052
TOTAL DOS USOS	319.183.292	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	319.183.292

32000 Ministério de Minas e Energia
32239 Petrobrás Distribuidora S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	453.276.000	RECEITAS	20.276.727.000
INVESTIMENTOS	240.275.000	RECEITA OPERACIONAL	20.158.767.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	117.960.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	42.000.000		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	171.001.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	19.810.211.880	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	570.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	224.850.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	570.000.000
JUROS E OUTROS	117.552.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	130.000.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	19.467.809.880		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	130.000.000
		TOTAL DAS FONTES	20.976.727.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-76.448.520
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-636.790.600
TOTAL DOS USOS	20.263.487.880	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	20.263.487.880

32000 Ministério de Minas e Energia
32240 Petrobrás Gás S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	169.578.530	RECEITAS	131.808.541
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS	151.325.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	131.808.541
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	5.198.038	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	153.325.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.055.492	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	153.325.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	149.604.762	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.716.102	INTERNOS	
JUROS E OUTROS	59.651.077	EXTERNOS	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	70.237.583	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	66.000.000
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	66.000.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	351.133.541
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	36.760.267
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-65.157.464
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-3.553.052
TOTAL DOS USOS	319.183.292	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	319.183.292

32000 Ministério de Minas e Energia
32241 Petrobrás Internacional S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	549.784.703	RECEITAS	678.896.239
INVESTIMENTOS	130.280.150	RECEITA OPERACIONAL	673.429.939
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	5.466.300
INVERSÕES FINANCEIRAS	53.094.820		
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	53.094.820
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.989.733		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	364.420.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	53.094.820
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	255.629.698	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	15.127.074		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	54.663.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	240.502.624		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	54.663.000
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	786.654.059
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	18.760.342
TOTAL DOS USOS	805.414.401	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	805.414.401

32000 Ministério de Minas e Energia
32242 Petrobrás Química S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	226.825.000	RECEITAS	678.000.000
INVESTIMENTOS	125.000	RECEITA OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS	57.700.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	678.000.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	169.000.000	TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	207.679.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.181.000	INTERNOS	
JUROS E OUTROS		EXTERNOS	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	197.498.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	678.000.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	208.894.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-466.000.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	13.610.000
TOTAL DOS USOS	434.504.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	434.504.000

32000 Ministério de Minas e Energia
32264 LIGHT Participações S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	50.000	RECEITAS	4.266.536
INVESTIMENTOS	50.000	RECEITA OPERACIONAL	63.647
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	4.202.889
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	16.470.931
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	16.470.931
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	10.531.159	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.643.135	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	8.888.024		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	20.737.467
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-8.998.121
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.158.187
TOTAL DOS USOS	10.581.159	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	10.581.159

32000 Ministério de Minas e Energia
32267 Companhia de Eletricidade do Acre

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	21.958.464	RECEITAS	92.020.241
INVESTIMENTOS	18.600.000	RECEITA OPERACIONAL	84.420.241
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	7.600.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.358.464	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	77.624.868	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.702.129	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	1.743.219		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	66.179.520	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	11.949.907
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	11.949.907
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	103.970.148
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.669.184
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-6.056.000
TOTAL DOS USOS	99.583.332	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	99.583.332

32000 Ministério de Minas e Energia
32268 Companhia Energética de Alagoas

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	57.654.183	RECEITAS	273.985.931
INVESTIMENTOS	25.000.000	RECEITA OPERACIONAL	273.985.931
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	4.000.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	32.654.183		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	4.000.000
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	287.301.481	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.313.781	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	7.887.693		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	60.292.782
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	235.100.007		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	60.292.782
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	338.278.713
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	6.964.571
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	221.728
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-509.348
TOTAL DOS USOS	344.955.664	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	344.955.664

32000 Ministério de Minas e Energia
32269 Companhia Energética do Piauí

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	73.065.804	RECEITAS	274.256.785
INVESTIMENTOS	52.302.000	RECEITA OPERACIONAL	274.256.785
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	20.763.804	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	243.114.145	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.006.000	INTERNOS	
JUROS E OUTROS	14.339.356	EXTERNOS	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	199.768.789	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	46.000.000
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	46.000.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	320.256.785
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-9.282.218
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-646.689
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	5.852.071
TOTAL DOS USOS	316.179.949	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	316.179.949

32000 Ministério de Minas e Energia
32270 Centrais Elétricas de Rondônia S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	50.511.528	RECEITAS	247.757.858
INVESTIMENTOS	25.000.000	RECEITA OPERACIONAL	247.432.858
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	325.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	25.511.528		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	283.388.158	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.147.676	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	21.461.532		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	16.800.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	229.778.950		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	16.800.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	264.557.858
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	60.245.579
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	10.228.678
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.132.429
TOTAL DOS USOS	333.899.686	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	333.899.686

32000 Ministério de Minas e Energia
32271 Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	194.387.688	RECEITAS	369.745.705
INVESTIMENTOS	158.196.897	RECEITA OPERACIONAL	330.727.924
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	39.017.781
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	36.190.791		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	319.280.697	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	16.601.444
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.539.720	INTERNOS	16.601.444
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	226.306.095		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	70.434.882		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	386.347.149
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-14.835.546
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	71.609.793
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	70.546.989
TOTAL DOS USOS	513.668.385	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	513.668.385

32000 Ministério de Minas e Energia
32272 Boa Vista Energia S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.798.344	RECEITAS	41.266.773
INVESTIMENTOS	10.000.000	RECEITA OPERACIONAL	41.249.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	17.773
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	798.344		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	63.104.823	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.681.997	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	1.080.189		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	28.434.654
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	56.342.637		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	28.434.654
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	69.701.427
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	3.121.551
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	1.080.189
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	
TOTAL DOS USOS	73.903.167	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	73.903.167

32000 Ministério de Minas e Energia
32273 Manaus Energia S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	72.389.970	RECEITAS	318.757.882
INVESTIMENTOS	22.000.000	RECEITA OPERACIONAL	317.778.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	979.882
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	50.389.970		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	343.748.411	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.814.218	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	38.984.795		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	28.615.585
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	278.949.398		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	28.615.585
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	347.373.467
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	47.068.504
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	13.905.577
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	7.790.833
TOTAL DOS USOS	416.138.381	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	416.138.381

32000 Ministério de Minas e Energia
32274 Petrobrás Transporte S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	847.242.827	RECEITAS	1.488.850.494
INVESTIMENTOS	756.891.600	RECEITA OPERACIONAL	1.438.560.381
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	50.290.113
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	234.668.816
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	90.351.227	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	234.668.816
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.161.558.249	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	374.269.334
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	219.256.331	INTERNOS	374.269.334
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	5.633.094		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	936.668.824		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	2.097.788.644
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	192.615.450
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-281.603.018
TOTAL DOS USOS	2.008.801.076	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	2.008.801.076

32000 Ministério de Minas e Energia
32275 Fronape International Company

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITAS	41.874.295
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	41.822.311
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	51.984
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	39.856.331	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	39.856.331	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	41.874.295
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.017.964
TOTAL DOS USOS	39.856.331	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	39.856.331

32000 Ministério de Minas e Energia
32276 Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	47.013.684	RECEITAS	215.101.500
INVESTIMENTOS	27.000.000	RECEITA OPERACIONAL	211.501.500
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.600.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	20.013.684		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	169.320.716	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.736.400	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	5.186.316		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	138.398.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	215.101.500
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	2.288.721
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-350.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-705.821
TOTAL DOS USOS	216.334.400	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	216.334.400

32000 Ministério de Minas e Energia
32277 Companhia Energética do Amazonas

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	25.000.000	RECEITAS	111.935.000
INVESTIMENTOS	25.000.000	RECEITA OPERACIONAL	111.935.000
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECEITA NÃO OPERACIONAL	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	137.765.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.268.000	INTERNOS	
JUROS E OUTROS		EXTERNOS	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	117.497.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	54.889.000
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	54.889.000
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	166.824.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-4.000.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-59.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	
TOTAL DOS USOS	162.765.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	162.765.000

32000 Ministério de Minas e Energia
32278 Petrobrás International Finance Company

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.665.767.578	RECEITAS	8.681.629.153
INVESTIMENTOS	623.158.200	RECEITA OPERACIONAL	8.049.951.606
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	631.677.547
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	8.042.609.378		
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	8.242.105.864	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	583.072.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		INTERNOS	583.072.000
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	161.122.258		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	7.036.390.262
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	8.080.983.606		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	7.036.390.262
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	16.301.091.415
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	578.645.938
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-19.970.517
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	45.794.497
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	2.312.109
TOTAL DOS USOS	16.907.873.442	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	16.907.873.442

33000 Ministério da Previdência e Assistência Social
33202 Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	55.000.000	RECEITAS	458.000.000
INVESTIMENTOS	55.000.000	RECEITA OPERACIONAL	450.000.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	8.000.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	403.000.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	146.000.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	257.000.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	458.000.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	7.638.131
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-5.413.032
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.225.099
TOTAL DOS USOS	458.000.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	458.000.000

36000 Ministério da Saúde
36208 Hospital Cristo Redentor S. A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.000.000	RECEITAS	68.700.822
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	68.587.134
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	113.688
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	66.107.536	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.644.452	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	856.104		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	20.606.980		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	68.700.822
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-245.923
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	856.104
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.203.467
TOTAL DOS USOS	68.107.536	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	68.107.536

36000 Ministério da Saúde
36209 Hospital Fêmina S. A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.000.000	RECEITAS	35.700.616
INVESTIMENTOS	1.000.000	RECEITA OPERACIONAL	35.670.076
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	30.540
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	33.745.424	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.332.072	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	417.204		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	7.996.148	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	35.700.616
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-909.389
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	417.204
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-463.007
TOTAL DOS USOS	34.745.424	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	34.745.424

36000 Ministério da Saúde
36210 Hospital Nossa Senhora da Conceição S. A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.000.000	RECEITAS	250.470.466
INVESTIMENTOS	7.000.000	RECEITA OPERACIONAL	249.856.054
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	614.412
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	239.319.179	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	185.566.503	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	3.660.324		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	50.092.352		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	250.470.466
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-2.630.736
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	3.660.324
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-5.180.875
TOTAL DOS USOS	246.319.179	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	246.319.179

39000 Ministério dos Transportes
39210 Companhia Docas do Ceará

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	21.030.000	RECEITAS	29.097.281
INVESTIMENTOS	19.930.000	RECEITA OPERACIONAL	22.298.041
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	6.799.240
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	500.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	500.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.100.000	TESOURO - DIRETO	500.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	21.915.130	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.433.991	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	12.481.139		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	29.597.281
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	6.400.370
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-5.325.240
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	12.272.719
TOTAL DOS USOS	42.945.130	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	42.945.130

39000 Ministério dos Transportes
39211 Companhia Docas do Espírito Santo

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.043.546	RECEITAS	37.040.558
INVESTIMENTOS	6.420.000	RECEITA OPERACIONAL	29.607.225
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	7.433.333
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	1.300.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.623.546		
		TESOURO	1.300.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	1.300.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	26.191.986	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	1.803.922
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.271.700	INTERNOS	1.803.922
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	13.920.286		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	40.144.480
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-1.541.656
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.367.292
TOTAL DOS USOS	36.235.532	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	36.235.532

39000 Ministério dos Transportes
39212 Companhia das Docas do Estado da Bahia

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.000.000	RECEITAS	35.250.000
INVESTIMENTOS	7.000.000	RECEITA OPERACIONAL	28.500.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	6.750.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	1.000.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	1.000.000
		TESOURO - DIRETO	1.000.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	29.230.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.000.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.230.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	36.250.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.399.392
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.419.392
TOTAL DOS USOS	36.230.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	36.230.000

39000 Ministério dos Transportes
39213 Companhia Docas do Estado de São Paulo

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	24.237.550	RECEITAS	219.762.304
INVESTIMENTOS	20.929.600	RECEITA OPERACIONAL	219.753.593
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	8.711
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	5.000.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.307.950		
		TESOURO	5.000.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	5.000.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	201.149.245	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.092.344	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	3.918.960		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	8.430.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	118.137.941		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	8.430.000
		TOTAL DAS FONTES	233.192.304
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	5.493.306
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-13.298.815
TOTAL DOS USOS	225.386.795	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	225.386.795

39000 Ministério dos Transportes
39214 Companhia Docas do Maranhão

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.400.000	RECEITAS	23.000.000
INVESTIMENTOS	13.400.000	RECEITA OPERACIONAL	19.050.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.950.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	3.700.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	3.700.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	3.700.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	26.000.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.630.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	12.370.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	26.700.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.300.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	11.400.000
TOTAL DOS USOS	39.400.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	39.400.000

39000 Ministério dos Transportes
39215 Companhia Docas do Pará

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.400.000	RECEITAS	29.903.936
INVESTIMENTOS	5.400.000	RECEITA OPERACIONAL	26.900.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.003.936
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	2.200.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	2.200.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	2.200.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	23.203.180	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.415.364	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	13.787.816		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	32.103.936
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-341.479
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-3.159.277
TOTAL DOS USOS	28.603.180	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	28.603.180

39000 Ministério dos Transportes
39216 Companhia Docas do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	17.219.837	RECEITAS	79.509.923
INVESTIMENTOS	16.525.000	RECEITA OPERACIONAL	39.947.234
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	39.562.689
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	694.837	RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	14.125.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	14.125.000
		TESOURO - DIRETO	14.125.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	75.947.320	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.700.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	1.787.010		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	24.460.310	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	93.634.923
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-1.149.613
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	681.847
TOTAL DOS USOS	93.167.157	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	93.167.157

39000 Ministério dos Transportes
39217 Companhia Docas do Rio Grande do Norte

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.664.909	RECEITAS	38.989.296
INVESTIMENTOS	8.664.909	RECEITA OPERACIONAL	32.497.909
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	6.491.387
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	7.500.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	7.500.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	7.500.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	35.489.860	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.191.540	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.298.320		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	46.489.296
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	141.951
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.476.478
TOTAL DOS USOS	44.154.769	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	44.154.769

41000 Ministério das Comunicações
41201 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	520.000.000	RECEITAS	3.923.000.000
INVESTIMENTOS	450.000.000	RECEITA OPERACIONAL	3.800.000.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	123.000.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	70.000.000	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.220.584.300	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	250.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.502.314.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	250.000.000
JUROS E OUTROS	30.000.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.688.270.300		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	4.173.000.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-197.624.157
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	5.000.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-239.791.543
TOTAL DOS USOS	3.740.584.300	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	3.740.584.300

41000 Ministério das Comunicações
41202 Telecomunicações Brasileiras S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITAS	51.800.102
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	31.864
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	51.768.238
INVERSÕES FINANCEIRAS		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	38.428.866	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	416.748	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	300.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	37.712.118		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	51.800.102
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-35.697.298
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-8.598.756
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	30.924.818
TOTAL DOS USOS	38.428.866	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	38.428.866

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
47211 Rede Ferroviária Federal S.A. (Em Liquidação)

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	46.139.513	RECEITAS	415.984.000
INVESTIMENTOS	1.500.000	RECEITA OPERACIONAL	
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	415.984.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	35.220.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL	28.462.513		
		TESOURO	35.220.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	16.177.000	TESOURO - DIRETO	35.220.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	468.239.652	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.777.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS	375.000		
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	400.087.652		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	451.204.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	66.044.010
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.868.845
TOTAL DOS USOS	514.379.165	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	514.379.165

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
47212 Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. (Em Liquidação)

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	60.000	RECEITAS	4.815.000
INVESTIMENTOS	60.000	RECEITA OPERACIONAL	2.400.000
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.415.000
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.740.000	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.695.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	3.045.000		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	4.815.000
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	240.000
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-255.000
TOTAL DOS USOS	4.800.000	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	4.800.000

52000 Ministério da Defesa
52212 Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	156.056.819	RECEITAS	1.283.230.068
INVESTIMENTOS	118.708.727	RECEITA OPERACIONAL	1.255.255.127
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	27.974.941
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	37.348.092	TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.161.067.266	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319.148.000	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	60.400.159
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	841.919.266		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	60.400.159
		TOTAL DAS FONTES	1.343.630.227
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	80.225.906
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	-14.396.462
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-92.335.586
TOTAL DOS USOS	1.317.124.085	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	1.317.124.085

52000 Ministério da Defesa
52221 Indústria de Material Bélico do Brasil

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.960.000	RECEITAS	40.779.716
INVESTIMENTOS	5.960.000	RECEITA OPERACIONAL	39.603.440
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.176.276
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	20.000.000
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
		TESOURO	20.000.000
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO - DIRETO	20.000.000
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	46.878.358	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.801.321	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	30.077.037		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	60.779.716
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	13.287.963
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-21.229.321
TOTAL DOS USOS	52.838.358	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	52.838.358

52000 Ministério da Defesa
52231 Empresa Gerencial de Projetos Navais

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES - 2001 - PROGRAMADO

LDO ART. 18, § 2º, INCISO IV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL		RECEITAS	62.113.428
INVESTIMENTOS		RECEITA OPERACIONAL	55.848.176
		RECEITA NÃO OPERACIONAL	6.265.252
INVERSÕES FINANCEIRAS			
		RECURSOS P/AUMENTO DO PATR. LÍQUIDO	
AMORTIZAÇÕES - PRINCIPAL			
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL		TESOURO	
		TESOURO - DIRETO	
		TESOURO - CONTROLADORA	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS RECURSOS P/AUMENTO DO PL	
		RETORNO DE APLICAÇÕES FINANC. LP	
DISPÊNDIOS CORRENTES	59.056.027	RECURSOS DE EMP. E FINANC. LP	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.249.120	INTERNOS	
		EXTERNOS	
JUROS E OUTROS			
		OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	19.806.907		
		DEBÊNTURES	
		CONTROLADORA	
		OUTRAS ESTATAIS	
		DEMAIS FONTES	
		TOTAL DAS FONTES	62.113.428
		VAR. OBRIG. EMPRÉST. CURTO PRAZO	
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-956.547
		AJUSTES RECEITAS E DESPESAS FINANC.	
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.100.854
TOTAL DOS USOS	59.056.027	TOTAL LÍQUIDO DOS RECURSOS	59.056.027

Texto do Projeto de Lei Orçamentária

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2000 - CN

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

TÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA
DA RECEITA TOTAL

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada em R$ 938.134.572.736,00 (novecentos e trinta e oito bilhões, cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e seis reais), sendo, em observância ao disposto no art. 53 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, desdobrada em:

I - R$ 266.626.799.061,00 (duzentos e sessenta e seis bilhões, seiscentos e vinte e seis milhões, setecentos e noventa e nove mil, sessenta e um reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as receitas de que trata o inciso III deste artigo;

II - R$ 131.973.902.495,00 (cento e trinta e um bilhões, novecentos e setenta e três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) do Orçamento da Seguridade Social; e

III - R$ 539.533.871.180,00 (quinhentos e trinta e nove bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e oitenta reais), correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária.

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminada em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
1 - RECEITAS DO TESOURO	**390.732.080.921**
1.1 - RECEITAS CORRENTES	**274.976.434.690**
Receita Tributária	83.188.742.736
Receita de Contribuições	155.304.643.776
Receita Patrimonial	11.976.627.245
Receita Agropecuária	2.413.000
Receita Industrial	110.559.764
Receita de Serviços	9.418.905.936
Transferências Correntes	151.924.957
Outras Receitas Correntes	14.822.617.276
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	**115.755.646.231**
Operações de Crédito Internas	76.501.571.691
Operações de Crédito Externas	5.383.604.044
Alienação de Bens	14.329.466.444
Amortização de Empréstimos	10.527.116.237
Transferências de Capital	41.154.688
Outras Receitas de Capital	8.972.733.127
2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	**7.868.620.635**
2.1 - RECEITAS CORRENTES	5.321.720.846
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.546.899.789
TOTAL (exclusive Refinanciamento da Dívida Pública Federal)	**398.600.701.556**
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	**539.533.871.180**
Operações de Crédito Internas	539.533.871.180
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal	539.533.871.180

CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I

Da Despesa Total

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$ 938.134.572.736,00 (novecentos e trinta e oito bilhões, cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e seis reais), desdobrada, em observância ao disposto no art. 53 da Lei nº 9.995, de 2000, nos seguintes agregados:

I - R$ 258.675.398.818,00 (duzentos e cinqüenta e oito bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezoito reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "a", deste artigo;

II - R$ 139.925.302.738,00 (cento e trinta e nove bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, trezentos e dois mil, setecentos e trinta e oito reais) do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "b"; e

III - R$ 539.533.871.180,00 (quinhentos e trinta e nove bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e oitenta reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária, sendo:

a) R$ 539.335.861.878,00 (quinhentos e trinta e nove bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais) constantes do Orçamento Fiscal; e

b) R$ 198.009.302,00 (cento e noventa e oito milhões, nove mil, trezentos e dois reais) constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo para o Orçamento da Seguridade Social, parcela de R$ 8.149.409.545,00 (oito bilhões, cento e quarenta e nove milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

Seção II

Da Distribuição da Despesa por Órgãos

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos no presente Título, observada a programação constante do Detalhamento das Ações, em anexo, apresenta, por órgão, o desdobramento de que trata o Quadro I, anexo a esta Lei.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta Lei, mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada órgão ou entidade.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subtítulo, até o limite de trinta por cento de seu valor total, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que não ultrapasse o equivalente a trinta por cento do valor total de cada subtítulo objeto da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência; e

c) de excesso de arrecadação de receitas vinculadas ou diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

II - até o limite de quarenta por cento das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subtítulo objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subtítulo;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

a) o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo, ou com esta finalidade em outra unidade orçamentária e na "Reserva de Contingência - Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor";

b) amortização e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essas finalidades;

c) o cumprimento do disposto no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

d) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder; e

e) o refinanciamento da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e dos fundos e recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 2.010-35, de 25 de agosto de 2000, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, para atender às mesmas ações em execução em 2000, observados os saldos orçamentários dos respectivos subtítulos, aprovados no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;

d) doações; e

e) saldo dos recursos legalmente vinculados a finalidade específica, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e

V - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de:

a) excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

b) superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2000, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

c) superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso anterior, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2000, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964; e

d) excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

§ 1º Não poderão ser utilizados para os fins do inciso anterior, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais e legais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º A autorização de que trata o inciso anterior, "alínea b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

§ 3º Os limites de que tratam o inciso I e respectiva alínea "a" deste artigo poderão ser ampliados para cinqüenta por cento do valor total do subtítulo, quando o remanejamento ocorrer no âmbito do mesmo programa.

Art. 7º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 1964, destinados:

a) a transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;

b) aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

c) ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do § 1º do art. 239, da Constituição.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Art. 8º É o Poder Executivo autorizado a emitir até 12.729.200 (doze milhões, setecentos e vinte e nove mil e duzentos) Títulos da Dívida Agrária, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a cinco anos, para atender ao programa de Reforma Agrária no exercício, nos termos do que dispõe o art. 184 da Constituição.

TÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO I

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 9º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante de anexo a esta Lei, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é fixada em R$ 13.770.767.452,00 (treze bilhões, setecentos e setenta milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e dois reais), com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	6.726.596
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.477.800
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	450.000.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	124.668.727
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	24.989.984
MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.566.037.250
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	11.427.037.586
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	1.560.000
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	55.000.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	10.000.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	98.269.509
TOTAL	**13.770.767.452**

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 10. As fontes de receita, para cobertura da despesa fixada no artigo anterior, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos destinados ao aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito, internas e externas, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita, são estimadas com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
RECURSOS PRÓPRIOS	**6.716.429.896**
Geração Própria	6.716.429.896
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**649.583.000**
Tesouro	40.185.000
Controladora	609.398.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	**5.188.850.137**
Internas	725.472.000
Externas	4.463.378.137
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	**1.215.904.419**
Controladora	1.169.100.419
Outras Fontes	46.804.000
TOTAL	**13.770.767.452**

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 11. É o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares para cada subtítulo até o limite:

a) de trinta por cento do respectivo valor, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa; e

b) do saldo dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional em 2000 e não utilizados pela correspondente empresa, para atender às mesmas ações em execução, aprovadas naquele exercício;

II - realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estiver relacionada com empresas estatais, previstas nesta Lei.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. São publicados, em anexo a esta Lei:

I - o Quadro II, contendo o demonstrativo de que trata o art. 8º, § 11, da Lei nº 9.995, de 2000;

II - o Quadro III, contendo o demonstrativo de que trata o art. 62 da Lei nº 9.995, de 2000;

III - o Quadro IV, contendo o demonstrativo a que se refere o art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

IV - os quadros orçamentários consolidados a que se refere o art. 8º, § 1º, incisos I a XIV, da Lei nº 9.995, de 2000.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de agosto de 2000.

QUADRO I - Quadro da Distribuição da Despesa por Órgão

R$ 1,00

Discriminação	*Tesouro* (A)	*Outras Fontes* (B)	*Total* C = (A+B)	(%) *C/D*	*C/E*	*C/F*	*C/G*
CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.492.242.999		1.492.242.999	0,41	0,38	0,36	0,16
SENADO FEDERAL	965.469.019		965.469.019	0,27	0,25	0,24	0,10
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	412.331.000		412.331.000	0,11	0,10	0,10	0,04
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	157.920.796		157.920.796	0,04	0,04	0,04	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	282.585.723		282.585.723	0,08	0,07	0,07	0,03
JUSTIÇA FEDERAL	2.607.993.856		2.607.993.856	0,72	0,66	0,64	0,28
JUSTIÇA MILITAR	105.472.000		105.472.000	0,03	0,03	0,03	0,01
JUSTIÇA ELEITORAL	1.227.063.000		1.227.063.000	0,34	0,31	0,30	0,13
JUSTIÇA DO TRABALHO	4.387.922.568		4.387.922.568	1,22	1,11	1,07	0,47
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	361.901.000		361.901.000	0,10	0,09	0,09	0,04
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.142.854.538	13.142.460	1.155.996.998	0,32	0,29	0,28	0,12
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	2.733.486.314	2.139.526.000	4.873.012.314	1,35	1,24	1,19	0,52
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.347.120.865	173.937.909	2.521.058.774	0,70	0,64	0,62	0,27
MINISTÉRIO DA FAZENDA	10.068.832.656	1.754.248.381	11.823.081.037	3,28	3,00	2,89	1,26
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	14.792.240.751	631.554.476	15.423.795.227	4,28	3,91	3,77	1,64
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	159.422.148	920.138.312	1.079.560.460	0,30	0,27	0,26	0,12
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	3.787.815.157	1.682.024	3.789.497.181	1,05	0,96	0,93	0,40
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	1.074.650.305	48.111.286	1.122.761.591	0,31	0,28	0,27	0,12
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	81.730.186.537	124.493.197	81.854.679.734	22,72	20,78	20,01	8,73
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	813.259.591		813.259.591	0,23	0,21	0,20	0,09
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	809.044.062	220.000	809.264.062	0,22	0,21	0,20	0,09
MINISTÉRIO DA SAÚDE	24.795.969.529	66.661.837	24.862.631.366	6,90	6,31	6,08	2,65
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (EXCLUSIVE O DISPOSTO NO ARTIGO 239 PARÁGRAFO 1 DA CONSTITUIÇÃO)	7.252.087.242	377.460	7.252.464.702	2,01	1,84	1,77	0,77
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (EXCLUSIVE FUNDO DA MARINHA MERCANTE)	5.507.183.809	166.159.523	5.673.343.332	1,57	1,44	1,39	0,60
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2.024.935.513	45.323.000	2.070.258.513	0,57	0,53	0,51	0,22
MINISTÉRIO DA CULTURA	248.241.709	3.933.621	252.175.330	0,07	0,06	0,06	0,03
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	981.543.053	70.459.380	1.052.002.433	0,29	0,27	0,26	0,11
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	1.441.217.894	4.031.466	1.445.249.360	0,40	0,37	0,35	0,15
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.624.465.843	222.565.000	1.847.030.843	0,51	0,47	0,45	0,20
MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	358.453.136	19.132.481	377.585.617	0,10	0,10	0,09	0,04
MINISTÉRIO DA DEFESA	18.631.822.785	1.410.536.242	20.042.359.027	5,56	5,09	4,90	2,14
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (EXCLUSIVE FUNDOS CONSTITUCIONAIS)	2.027.197.130	52.386.580	2.079.583.710	0,58	0,53	0,51	0,22
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	140.446.270.665		140.446.270.665	38,98	35,65	34,34	14,97
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	12.272.810.070		12.272.810.070	3,41	3,12	3,00	1,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.318.839.590		3.318.839.590	0,92	0,84	0,81	0,35
SUBTOTAL (D)	**352.390.852.853**	**7.868.620.635**	**360.259.473.488**	**100,00**	**91,44**	**88,08**	**38,40**
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	33.724.672.025		33.724.672.025		8,56	8,25	3,59
SUBTOTAL (E)	**386.115.524.878**	**7.868.620.635**	**393.984.145.513**		**100,00**	**96,32**	**42,00**
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (FUNDOS CONSTITUCIONAIS)	2.092.322.982		2.092.322.982			0,51	0,22
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 239 PARÁGRAFO 1 DA CONSTITUIÇÃO)	3.336.353.615		3.336.353.615			0,82	0,36
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (FUNDO DA MARINHA MERCANTE)	625.355.853		625.355.853			0,15	0,07
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	8.992.235.475		8.992.235.475			2,20	0,96
SUBTOTAL (F)	**401.161.792.803**	**7.868.620.635**	**409.030.413.438**			**100,00**	**43,60**
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	529.104.159.298		529.104.159.298				56,40
T O T A L (G)	**930.265.952.101**	**7.868.620.635**	**938.134.572.736**				**100,00**

QUADRO II

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO, DE QUE TRATA O ART. 8º, § 11, DA LEI Nº 9.995, DE 2000

O § 11 do art. 8º da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO para 2001), prevê que "o projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2001, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais".

2. A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), apesar de não haver uma definição específica do conceito na referida Lei. Entretanto, o art. 17 da LRF, ao estabelecer os requisitos para a efetivação de despesas de caráter continuado, auxilia a compreensão da natureza do problema, a saber: a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de vigência e nos dois subseqüentes; b) origem dos recursos para o seu custeio; c) comprovação de que a despesa não afeta as metas fiscais estabelecidas na LDO; e d) compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

3. O quadro em anexo apresenta as fontes de aumento permanente de receita e de redução permanente de despesa. De acordo com o § 3º do art. 17 da LRF, aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Entende-se como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante tributário a ser arrecadado. Assim, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária.

4. O aumento na base de cálculo em 2001 é estimado em R$ 4,8 bilhões, em virtude da expectativa de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB de 4,5%. A metodologia de estimação utilizada buscou isolar o efeito de variação das quantidades sobre a receita administrada líquida prevista, deduzindo-se os efeitos da variação de preços e das alterações na legislação tributária. Foram excluídos os tributos baseados na propriedade e os benefícios previdenciários, além de terem sido deduzidas as transferências constitucionais vinculadas a este aumento de receita.

5. Do valor bruto previsto como margem de expansão, há que se considerar os valores referentes a aumentos de despesas já comprometidos, notadamente na área de pessoal. Eles dizem respeito a concursos e correção de curva de carreira. Para 2001, estes valores estão discriminados abaixo:

- Concursos = R$ 615.884.087,00
- Curva de Carreira = R$ 1.366.378.512,00
- Total = R$ 1.982.262.599,00

6. Cumpre lembrar, no entanto, que o aumento total das despesas em 2001 e nos anos seguintes é limitado, adicionalmente, pela meta de superávit primário do Governo Central, definida de acordo com a LDO - 2001. Dito de outro modo, a margem de expansão não está disponível para a efetivação de gastos adicionais aos já programados no Projeto de Lei do Orçamento para 2001.

Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Lei Complementar nº 101, art. 4º, § 2º, inciso V)				
Discriminação			2001	
			Bilhões de R$	% Receita Corrente Líquida
1. Aumento Permanente da Receita			**4,8**	**3%**
	1.1	Proposta de Alteração na Legislação Tributária	-	-
	1.2	Ampliação da Base de Cálculo	4,8	3%
		1.2.1 - Estimativa do crescimento do PIB	4,8	3%
2. Redução Permanente da Despesa			-	-
	2.1	Redução da Base de Cálculo	-	-
	2.2	Redução do Valor Real	-	-
	2.3	Extinção da Despesa	-	-
TOTAL			**4,8**	**3%**

QUADRO III

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 62 DA LEI Nº 9.995, DE 2000, PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO

1 - PODER LEGISLATIVO

I – preenchimento de cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.995, de 2000.

II – **Câmara dos Deputados**:

a) provimento, mediante concurso público, de 295 cargos, sendo 106 de nível médio e 189 de nível superior para as carreiras de Técnico e Analista Legislativo;

b) implantação do Plano de Carreira dos servidores, conforme Resolução nº 28, de 1998, da Câmara;

c) instituição de equiparação de pensões do extinto IPC com os demais pensionistas, de acordo com o Projeto de Resolução nº 01, de 1999; e

d) implantação da reestruturação de funções comissionadas, conforme previsto em projeto de Ato da Mesa.

III – **Tribunal de Contas da União**:

a) provimento, mediante concurso público, de 60 cargos na carreira de Analista de Finanças e Controle Externo; e

b) implantação do Plano de Carreira dos servidores, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.208, de 1999.

2 - PODER JUDICIÁRIO

I – preenchimento de cargos comissionados vagos, constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.995, de 2000.

II – **Supremo Tribunal Federal**:

a) contratação de até 286 servidores para provimento de cargos, por intermédio de concurso público.

III – **Justiça Federal**:

a) contratação de até 3.513 servidores, por meio de concurso público, sendo 319 para preenchimento de cargos vagos, 1.925 em virtude da criação de juizados especiais e novas varas e 1.269 em decorrência da reestruturação ocorrida nos Tribunais Regionais Federais.

IV – **Justiça Eleitoral**:

a) provimento de até 703 cargos, sendo 139 juízes, 79 promotores, 46 escrivães, 67 chefes de cartório e 372 outros servidores.

V – **Justiça do Trabalho**:

a) contratação de até 941 servidores para provimento de cargos, mediante concurso público.

VI – **Justiça do Distrito Federal e Territórios**:

a) contratação de até 364 servidores mediante concurso público, sendo 28 juízes, 140 analistas e 196 técnicos, em função da instalação de 28 novos Juizados Especiais;

b) criação de até 140 funções comissionadas, sendo 28 (FC-09), 56 (FC-05), 28 (FC-03) e 28 (FC-01) para os novos Juizados Especiais.

3 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

I – preenchimento de cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.995, de 2000; e

II – término da implementação do Plano de Carreira dos servidores deste órgão.

4 - PODER EXECUTIVO

I – preenchimento de cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o caput do art. 56 da Lei nº 9.995, de 2000.

II – **Gabinete da Presidência da República**:

a) contratação, mediante concurso público, de até 131 empregados na Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – RADIOBRÁS.

III – **Ministério da Agricultura e Abastecimento**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 250 cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária.

IV – **Ministério da Ciência e Tecnologia**:

a) preenchimento de 96 vagas para cargos diversos de nível médio e de nível superior na Indústrias Nucleares do Brasil – INB;

b) preenchimento de 21 vagas para cargos diversos na Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP.

V – **Ministério da Fazenda**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 324 cargos de Auditor Fiscal da Receita Federal;

b) provimento, mediante concurso público, de até 850 cargos de Técnico da Receita Federal;

c) provimento, mediante concurso público, de até 200 cargos de Analista de Finanças e Controle;

d) provimento, mediante concurso público, de até 105 cargos de Técnico de Finanças e Controle;

e) provimento, mediante concurso público, de até 20 cargos de Analista na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

f) provimento, mediante concurso público, de até 17 cargos de Inspetor na CVM;

g) provimento, mediante concurso público, de até 7 cargos de Procurador Federal na CVM;

h) provimento, mediante concurso público, de até 8 cargos de Analista-Técnico na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

i) provimento, mediante concurso público, de até 7 cargos de Procurador Federal na SUSEP; e

j) provimento, mediante concurso público, de até 250 cargos de Analistas e Técnicos no Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

VI – **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 60 cargos de Analista de Comércio Exterior.

VII – **Ministério da Justiça**:

a) criação no Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal de 2.000 cargos na Carreira Policial Federal, discriminados da seguinte forma: 400 cargos para Delegado de Polícia Federal, 160 cargos para Perito Criminal Federal, 600 cargos para Escrivão de Polícia Federal e 840 cargos para Agente de Polícia Federal;

b) provimento, mediante concurso público, de 420 cargos no âmbito da Administração direta; e

c) criação de 69 cargos em comissão no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, conforme Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

VIII – **Ministério de Minas e Energia**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 657 cargos vagos na Agência Nacional do Petróleo – ANP, de acordo com a Lei nº 9.986, de 2000; e

b) provimento, mediante concurso público, de até 325 cargos vagos na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de acordo com a Lei nº 9.986, de 2000.

IX – **Ministério da Previdência e Assistência Social**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 150 cargos vagos de Auditor Fiscal da Previdência Social.

X – **Ministério da Saúde**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 724 cargos vagos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVS, de acordo com a Lei nº 9.986, de 2000; e

b) provimento, mediante concurso público, de até 515 cargos vagos na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de acordo com a Lei nº 9.986, de 2000.

XI – **Ministério do Trabalho e Emprego**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 100 cargos vagos de Auditor Fiscal do Trabalho.

XII – **Ministério dos Transportes**:

a) contratação de até 314 empregados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, mediante concurso público; e

b) contratação, por concurso público, de 5 empregados pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB.

XIII – **Ministério das Comunicações**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 1.496 cargos vagos na Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, de acordo com a Lei nº 9.986, de 2000.

XIV – **Ministério do Meio Ambiente**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 1.200 cargos de nível superior e intermediário no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

XV – **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**:

a) provimento, mediante concurso público, de até 90 cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

b) provimento, mediante concurso público, de até 60 cargos de Analista de Planejamento e Orçamento.

c) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Pesquisador na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

d) provimento, mediante concurso público, de até 220 cargos de Tecnologista no IBGE;

e) provimento, mediante concurso público, de até 84 cargos de Analista no IBGE; e

f) provimento, mediante concurso público, de até 8 cargos de Procurador Federal no IBGE.

QUADRO IV

DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE ENTRE A PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E O ANEXO DE METAS FISCAIS DA LEI Nº 9.995, DE 25 DE JULHO DE 2000 (LDO-2001)

(Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

R$ milhões médios de 2001

Discriminação	METAS FISCAIS LDO-2001		PROJETO DA LOA - 2001	
	Valor (a)	% PIB	Valor (b)	DIFERENÇA (b) - (a)
I. RECEITA TOTAL	269.123,0	21,53	268.893,2	- 229,8
II. DESPESA TOTAL	241.002,2	19,28	240.772,3	- 229,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	28.120,8	2,25	28.120,8	-
IV. RESULTADO NOMINAL	- 17.200,0	-1,38	- 17.300,0	-100,0
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	360.900,0	27,85	360.900,0	-

Quadros Orçamentários Consolidados

Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

Quadro 1 - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso V. (Lei 4320, de 1964, Art. 2º, §1º, Inciso II, Anexo I)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Receita			*Despesa*		
Especificação	*Parcial*	*Total*	*Especificação*	*Parcial*	*Total*
Receitas Correntes		280.298.155.536	**Despesas Correntes**		310.813.889.197
Receita Tributária	*83.222.866.022*		*Pessoal e Encargos Sociais*	*59.569.590.767*	
Receita de Contribuições	*155.715.552.148*		*Juros e Encargos da Dívida*	*67.801.502.466*	
Receita Patrimonial	*12.756.554.660*		*Outras Despesas Correntes*	*183.442.795.964*	
Receita Agropecuária	*35.160.775*				
Receita Industrial	*331.940.694*				
Receita de Serviços	*12.633.465.414*				
Transferências Correntes	*236.550.725*				
Outras Receitas Correntes	*15.366.065.098*				
Déficit do Orçamento Corrente		30.515.733.661			
Total		**310.813.889.197**	Total		310.813.889.197
			Déficit do Orçamento Corrente		30.515.733.661
Receitas de Capital		657.836.417.200	**Despesas de Capital**		621.199.224.482
Operações de Crédito	*622.352.717.915*		*Investimentos*	*12.129.781.584*	
Alienação de Bens	*15.524.024.757*		*Inversões Financeiras*	*14.574.227.023*	
Amortização de Empréstimos	*10.941.130.513*		*Amortização da Dívida*	*594.495.215.875*	
Transferência de Capital	*41.654.688*				
Outras Receitas de Capital	*8.976.889.327*				
			Reserva de Contingência		6.121.459.057
			Reserva de Contingência - Fiscal	*3.218.839.590*	
			Recursos Próprios e Vinculados	*2.802.619.467*	
			Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	*100.000.000*	
Total		657.836.417.200	Total		657.836.417.200

Resumo

Receitas Correntes		280.298.155.536	Despesas Correntes	310.813.889.197
Receitas de Capital		657.836.417.200	Despesas de Capital	621.199.224.482
			Reserva de Contingência	6.121.459.057
	Total	938.134.572.736	**Total**	938.134.572.736

Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso V. (Lei 4320, de 1964, Art. 2º, §1º, Inciso II, Anexo I)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Receita			*Despesa*		
Especificação	*Parcial*	*Total*	*Especificação*	*Parcial*	*Total*
Receitas Correntes		148.336.051.814	**Despesas Correntes**		176.526.555.323
Receita Tributária	*83.094.866.022*		*Pessoal e Encargos Sociais*	*29.495.509.910*	
Receita de Contribuições	*25.877.952.169*		*Juros e Encargos da Dívida*	*67.634.043.287*	
Receita Patrimonial	*12.219.055.508*		*Outras Despesas Correntes*	*79.397.002.126*	
Receita Agropecuária	*35.160.775*				
Receita Industrial	*287.970.694*				
Receita de Serviços	*12.056.680.669*				
Transferências Correntes	*234.611.725*				
Outras Receitas Correntes	*14.529.754.252*				
Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal		28.190.503.509			
Total		176.526.555.323	Total		176.526.555.323
			Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal		28.190.503.509
Receitas de Capital		657.824.618.427	**Despesas de Capital**		615.363.246.316
Operações de Crédito	*622.352.717.915*		*Investimentos*	*9.893.012.687*	
Alienação de Bens	*15.512.425.984*		*Inversões Financeiras*	*11.176.451.408*	
Amortização de Empréstimos	*10.941.130.513*		*Amortização da Dívida*	*594.293.782.221*	
Transferência de Capital	*41.654.688*				
Outras Receitas de Capital	*8.976.689.327*				
			Transferência para o Orçamento da Seguridade Social		8.149.409.545
			Reserva de Contingência		6.121.459.057
			Reserva de Contingência - Fiscal	*3.218.839.590*	
			Recursos Próprios e Vinculados	*2.802.619.467*	
			Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	*100.000.000*	
Total		657.824.618.427	Total		657.824.618.427

Resumo

Receitas Correntes		148.336.051.814	Despesas Correntes		176.526.555.323
Receitas de Capital		657.824.618.427	Despesas de Capital		615.363.246.316
			Transferência para o Orçamento da Seguridade Social		8.149.409.545
			Reserva de Contingência		6.121.459.057
	Total	**806.160.670.241**		**Total**	**806.160.670.241**

Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso V. (Lei 4320, de 1964, Art. 2º, §1º, Inciso II, Anexo I)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Receita			*Despesa*		
Especificação	*Parcial*	*Total*	*Especificação*	*Parcial*	*Total*
Receitas Correntes		**131.962.103.722**	**Despesas Correntes**		134.287.333.874
Receita Tributária	*128.000.000*		*Pessoal e Encargos Sociais*	*30.074.080.857*	
Receita de Contribuições	*129.837.599.979*		*Juros e Encargos da Dívida*	*167.459.179*	
Receita Patrimonial	*537.499.152*		*Outras Despesas Correntes*	*104.045.793.838*	
Receita Industrial	*43.970.000*				
Receita de Serviços	*576.784.745*				
Transferências Correntes	*1.939.000*				
Outras Receitas Correntes	*836.310.846*				
Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social		2.325.230.152			
Total		134.287.333.874	Total		134.287.333.874
			Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social		2.325.230.152
Receitas de Capital		11.798.773	**Despesas de Capital**		5.835.978.166
Alienação de Bens	*11.598.773*		*Investimentos*	*2.236.768.897*	
Outras Receitas de Capital	*200.000*		*Inversões Financeiras*	*3.397.775.615*	
			Amortização da Dívida	*201.433.654*	
Transferências do Orçamento Fiscal		8.149.409.545			
Total		8.161.208.318	Total		8.161.208.318

Resumo

Receitas Correntes	131.962.103.722	Despesas Correntes	134.287.333.874
Receitas de Capital	11.798.773	Despesas de Capital	5.835.978.166
Transferências do Orçamento Fiscal	8.149.409.545		
Total	**140.123.312.040**	**Total**	**140.123.312.040**

Evolução da Receita do Tesouro Nacional

Quadro 2 - Evolução da Receita do Tesouro Nacional

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso I

Valores Correntes

Categoria Econômica, Fonte, Imposto e Contribuição	*Execução 1997*	*Execução 1998*	*Execução 1999*	*Orçamento (LEI) 2000*	*Revisão do Orçamento 2000*	*Orçamento 2001*
RECEITAS CORRENTES	159.379.814.130	196.943.906.541	216.562.684.809	244.676.691.435	246.642.535.632	274.976.434.690
RECEITA TRIBUTARIA	59.197.019.618	67.432.389.062	73.393.018.995	77.344.706.008	76.430.672.076	83.188.742.736
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	*5.102.600.000*	*6.490.935.459*	*7.806.243.861*	*8.196.915.690*	*8.039.556.619*	*8.565.142.199*
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	*2.900.000*	*1.388.967*	*830.202*	*2.635.365*	*762.016*	*837.006*
IMPOSTO SOBRE A RENDA	*33.123.800.000*	*40.748.539.379*	*43.705.750.640*	*43.065.603.653*	*46.720.640.447*	*50.385.994.244*
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	*246.100.000*	*208.236.615*	*244.633.809*	*251.817.887*	*287.878.129*	*319.337.998*
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	*16.339.200.000*	*15.632.958.972*	*15.880.977.197*	*20.323.090.568*	*17.384.898.335*	*19.397.424.350*
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	*3.768.100.000*	*3.514.361.584*	*4.841.662.510*	*4.539.920.329*	*2.924.852.053*	*3.217.489.945*
IMPOSTO PROVISÓRIO S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA						
IMPOSTO SOBRE COMBUSTIVEIS						
OUTROS TRIBUTOS	*614.319.618*	*835.968.086*	*912.920.776*	*964.722.516*	*1.072.084.477*	*1.302.516.994*
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	92.133.638.058	93.341.175.854	112.624.853.596	138.062.313.767	136.925.994.026	155.304.643.775
CONTRIBUIÇÃO EMPREG. TRAB. P/ SEG. SOCIAL	*44.148.000.000*	*46.640.974.000*	*47.758.575.913*	*52.983.000.000*	*55.560.000.000*	*62.590.818.903*
CONTRIBUIÇÃO FINANC. SEG. SOCIAL	*18.386.000.000*	*17.726.083.378*	*30.929.450.403*	*37.126.229.245*	*37.414.135.250*	*41.399.349.453*
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	*2.637.013.577*	*2.459.813.642*	*2.388.175.790*	*2.435.550.000*	*2.776.100.000*	*2.946.800.382*
CONTRIBUIÇÃO P/ PROGRAMAS PIS/PASEP	*7.266.300.000*	*7.116.982.236*	*9.474.849.562*	*9.353.106.137*	*9.337.814.691*	*10.426.105.048*
CONTRIBUIÇÃO S/ LUCRO PESSOAS JURIDICAS	*7.222.800.000*	*6.775.201.146*	*6.773.224.348*	*6.899.658.565*	*8.757.444.141*	*9.082.270.619*
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIN E PROTERRA	*654.800.000*	*481.248.826*	*377.311.017*	*543.650.336*	*459.816.256*	*518.027.496*
CONTRIBUIÇÃO S/ REC. CONC. PROGNOSTICOS	*306.016.628*	*378.427.597*	*516.584.165*	*375.000.000*	*563.538.939*	*556.780.458*
CONTRIBUIÇÃO S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	*6.907.800.000*	*8.112.784.158*	*7.948.588.844*	*18.022.640.144*	*13.878.706.359*	*15.841.440.804*
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	*4.604.907.853*	*3.649.660.871*	*6.458.093.554*	*10.323.479.340*	*8.178.438.390*	*11.943.050.612*
RECEITA PATRIMONIAL	2.442.384.662	12.907.027.176	6.921.122.947	8.056.829.268	10.520.326.086	11.976.627.245
RECEITA AGROPECUARIA	17.131.796	20.837.768	37.107.589	8.420.600	15.746.541	2.413.000
RECEITA INDUSTRIAL	55.749.337	62.924.479	145.340.031	76.058.000	86.238.052	110.559.764
RECEITA DE SERVIÇOS	3.316.511.991	11.675.183.209	12.958.667.662	11.458.097.358	12.566.969.643	9.418.905.936
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.588.979	113.753.103	788.409.801	124.878.576	84.834.233	151.924.957
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.197.789.689	11.390.615.890	9.694.164.188	9.545.387.858	10.011.754.975	14.822.617.277
RECEITAS DE CAPITAL	223.226.830.083	295.709.246.358	385.429.425.296	760.246.197.386	761.483.680.518	655.289.517.411
OPERAÇÕES DE CREDITO	209.325.388.572	279.971.442.656	355.046.246.817	700.235.997.326	700.214.812.994	621.419.046.915
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	*207.835.389.797*	*277.804.322.841*	*349.913.541.562*	*696.055.333.754*	*696.034.149.422*	*616.035.442.871*
OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS	*1.489.998.775*	*2.167.119.815*	*5.132.705.255*	*4.180.663.572*	*4.180.663.572*	*5.383.604.044*
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	10.156.526.360	5.788.187.481	12.659.684.615	11.017.773.775	11.603.245.077	10.527.116.237
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.744.915.151	9.949.616.221	17.723.493.864	48.992.426.285	49.665.622.447	23.343.354.259
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	*3.765*	*6.788*	*201.445*	*3.227.502*	*3.227.502*	
REMUNERAÇÃO DISPON. TESOURO NACIONAL	*3.744.911.386*	*9.949.609.433*	*16.752.729.494*	*26.915.724.983*	*26.915.724.983*	*8.972.483.000*
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL			*970.562.925*	*22.073.473.800*	*22.746.669.962*	*14.370.871.259*
Total	382.606.644.213	492.653.152.899	601.992.110.105	1.004.922.888.821	1.008.126.216.150	930.265.952.101

Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 3 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso III

R$ 1,00

Total	*Código*	*Categoria Econômica e Fonte*	*Recursos de Todas as Fontes*		
			Total	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*
	1.0. 0.0.00.00	Receitas Correntes	280.298.155.536	274.976.434.690	5.321.720.846
	1.1. 0.0.00.00	**Receita Tributaria**	83.222.866.022	83.188.742.736	34.123.286
	1.2. 0.0.00.00	**Receita de Contribuições**	155.715.552.148	155.304.643.776	410.908.372
	1.3. 0.0.00.00	**Receita Patrimonial**	12.756.554.660	11.976.627.245	779.927.415
	1.4. 0.0.00.00	**Receita Agropecuaria**	35.160.775	2.413.000	32.747.775
	1.5. 0.0.00.00	**Receita Industrial**	331.940.694	110.559.764	221.380.930
938.134.572.736	1.6. 0.0.00.00	**Receita de Serviços**	12.633.465.414	9.418.905.936	3.214.559.478
	1.7. 0.0.00.00	**Transferencias Correntes**	236.550.725	151.924.957	84.625.768
	1.9. 0.0.00.00	**Outras Receitas Correntes**	15.366.065.098	14.822.617.276	543.447.822
	2.0. 0.0.00.00	Receitas de Capital	657.836.417.200	655.289.517.411	2.546.899.789
	2.1. 0.0.00.00	**Operações de Credito**	622.352.717.915	621.419.046.915	933.671.000
	2.2. 0.0.00.00	**Alienação de Bens**	15.524.024.757	14.329.466.444	1.194.558.313
	2.3. 0.0.00.00	**Amortização de Emprestimos**	10.941.130.513	10.527.116.237	414.014.276
	2.4. 0.0.00.00	**Transferencias de Capital**	41.654.688	41.154.688	500.000
	2.5. 0.0.00.00	**Outras Receitas de Capital**	8.976.889.327	8.972.733.127	4.156.200
		Total	938.134.572.736	*930.265.952.101*	*7.868.620.635*

Código	*Categoria Econômica e Fonte*	*Fiscal*			*Seguridade Social*		
		Total	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*	*Total*	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*
1.0. 0.0.00.00	Receitas Correntes	148.336.051.814	143.590.943.721	4.745.108.093	131.962.103.722	131.385.490.969	576.612.753
1.1. 0.0.00.00	**Receita Tributaria**	83.094.866.022	83.060.742.736	34.123.286	128.000.000	128.000.000	
1.2. 0.0.00.00	**Receita de Contribuições**	25.877.952.169	25.804.748.664	73.203.505	129.837.599.979	129.499.895.112	337.704.867
1.3. 0.0.00.00	**Receita Patrimonial**	12.219.055.508	11.449.452.833	769.602.675	537.499.152	527.174.412	10.324.740
1.4. 0.0.00.00	**Receita Agropecuaria**	35.160.775	2.413.000	32.747.775			
1.5. 0.0.00.00	**Receita Industrial**	287.970.694	110.559.764	177.410.930	43.970.000		43.970.000
1.6. 0.0.00.00	**Receita de Serviços**	12.056.680.669	8.995.885.583	3.060.795.086	576.784.745	423.020.353	153.764.392
1.7. 0.0.00.00	**Transferencias Correntes**	234.611.725	151.924.957	82.686.768	1.939.000		1.939.000
1.9. 0.0.00.00	**Outras Receitas Correntes**	14.529.754.252	14.015.216.184	514.538.068	836.310.846	807.401.092	28.909.754
2.0. 0.0.00.00	Receitas de Capital	657.824.618.427	655.289.517.411	2.535.101.016	11.798.773		11.798.773
2.1. 0.0.00.00	**Operações de Credito**	622.352.717.915	621.419.046.915	933.671.000			
2.2. 0.0.00.00	**Alienação de Bens**	15.512.425.984	14.329.466.444	1.182.959.540	11.598.773		11.598.773
2.3. 0.0.00.00	**Amortização de Emprestimos**	10.941.130.513	10.527.116.237	414.014.276			
2.4. 0.0.00.00	**Transferencias de Capital**	41.654.688	41.154.688	500.000			
2.5. 0.0.00.00	**Outras Receitas de Capital**	8.976.689.327	8.972.733.127	3.956.200	200.000		200.000
	Total	806.160.670.241	*798.880.461.132*	*7.280.209.109*	131.973.902.495	*131.385.490.969*	*588.411.526*

Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos de Todas as Fontes: Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes: Rec. de Outras Fontes
1.0.0.0. 00.00	**Receitas Correntes**	**280.298.155.536**	**274.976.434.690**	**5.321.720.846**
1.1.0.0. 00.00	**Receita Tributaria**	**83.222.866.022**	**83.188.742.736**	**34.123.286**
1.1.1.0. 00.00	***Impostos***	***81.886.225.742***	***81.886.225.742***	
1.1.1.1. 00.00	Impostos Sobre o Comercio Exterior	8.565.979.207	8.565.979.207	
1.1.1.1. 01.00	*Imposto Sobre a Importação*	*8.565.142.201*	*8.565.142.201*	
1.1.1.1. 02.00	*Imposto Sobre a Exportação*	*837.006*	*837.006*	
1.1.1.2. 00.00	Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda	50.705.332.242	50.705.332.242	
1.1.1.2. 01.00	*Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural*	*319.337.998*	*319.337.998*	
1.1.1.2. 04.00	*Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Adicional*	*50.385.994.244*	*50.385.994.244*	
1.1.1.2. 04.01	*Pessoas Fisicas*	*3.644.327.546*	*3.644.327.546*	
1.1.1.2. 04.02	*Pessoas Juridicas*	*16.095.735.287*	*16.095.735.287*	
1.1.1.2. 04.03	*Retido na Fonte*	*30.645.931.411*	*30.645.931.411*	
1.1.1.3. 00.00	Impostos Sobre a Produção e a Circulação	22.614.914.293	22.614.914.293	
1.1.1.3. 01.00	*Imposto Sobre Produtos Industrializados*	*19.397.424.350*	*19.397.424.350*	
1.1.1.3. 01.01	*Produtos do Fumo*	*2.213.671.762*	*2.213.671.762*	
1.1.1.3. 01.09	*Outros Produtos*	*17.183.752.588*	*17.183.752.588*	
1.1.1.3. 03.00	*Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários*	*3.217.489.943*	*3.217.489.943*	
1.1.1.3. 03.01	*IOF - Comercialização do Ouro*	*1.064.477*	*1.064.477*	
1.1.1.3. 03.09	*IOF - Demais Operações*	*3.216.425.466*	*3.216.425.466*	
1.1.2.0. 00.00	***Taxas***	***1.336.640.280***	***1.302.516.994***	***34.123.286***
1.1.2.1. 00.00	Taxas Pelo Exercicio do Poder de Policia	1.098.997.854	1.082.064.568	16.933.286
1.1.2.1. 01.00	*Emolumentos e Taxas de Mineração*	*10.441.286*		*10.441.286*
1.1.2.1. 02.00	*Taxas de Fiscalização das Telecomunicações*	*508.764.527*	*508.764.527*	
1.1.2.1. 03.00	*Emolumentos de Controle e Fiscalização Sobre Produtos e Insumos Quimicos*	*3.300.000*	*3.300.000*	
1.1.2.1. 04.00	*Taxas do Departamento de Policia Federal*	*32.325.741*	*32.325.741*	
1.1.2.1. 05.00	*Taxas de Migração*	*67.023.357*	*67.023.357*	
1.1.2.1. 10.00	*Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos - TLC*	*2.892.000*		*2.892.000*
1.1.2.1. 13.00	*Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados Pelo Ministério do Exercito*	*3.600.000*		*3.600.000*
1.1.2.1. 14.00	*Taxa de Fiscalização dos Mercados de Titulos e Valores Mobiliarios*	*53.480.496*	*53.480.496*	
1.1.2.1. 15.00	*Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdencia Privada Aberta*	*33.439.077*	*33.439.077*	
1.1.2.1. 16.00	*Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Eletrica*	*139.731.370*	*139.731.370*	
1.1.2.1. 17.00	*Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária*	*78.000.000*	*78.000.000*	
1.1.2.1. 20.00	*Taxa de Saúde Suplementar*	*50.000.000*	*50.000.000*	
1.1.2.1. 21.00	*Taxa de Fiscalização Ambiental*	*116.000.000*	*116.000.000*	
1.1.2.2. 00.00	Taxas Pela Prestação de Serviços	237.642.426	220.452.426	17.190.000
1.1.2.2. 01.00	*Emolumentos Consulares*	*48.000.000*	*48.000.000*	
1.1.2.2. 08.00	*Custas Judiciais*	*103.025.088*	*103.025.088*	
1.1.2.2. 11.00	*Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX*	*65.500.000*	*65.500.000*	

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Recursos de Todas as Fontes		
		Total	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.1.2.2. 15.00	*Taxa Militar*	*1.971.338*	*1.971.338*	
1.1.2.2. 19.00	*Taxa de Classificação de Produtos Vegetais*	*1.956.000*	*1.956.000*	
1.1.2.2. 21.00	*Taxas de Serviços Cadastrais - Incra*	*17.190.000*		*17.190.000*
1.2.0.0. 00.00	**Receita de Contribuições**	**155.715.552.148**	**155.304.643.776**	**410.908.372**
1.2.1.0. 00.00	Contribuições Sociais	149.325.131.599	148.914.223.227	410.908.372
1.2.1.0. 01.00	*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS*	*41.399.349.453*	*41.399.349.453*	
1.2.1.0. 02.00	*Contribuição do Salario-Educação*	*2.946.800.382*	*2.946.800.382*	
1.2.1.0. 04.00	*Cota-parte da Contribuição Sindical*	*90.832.241*	*90.832.241*	
1.2.1.0. 05.00	*Contribuição para o Ensino Aeroviario*	*39.250.959*	*39.250.959*	
1.2.1.0. 06.00	*Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Maritimo*	*24.605.249*	*24.605.249*	
1.2.1.0. 07.00	*Contribuição para o Fundo de Saude*	*212.803.131*	*42.560.626*	*170.242.505*
1.2.1.0. 08.00	*Contribuição da Renda Liquida de Concursos de Prognosticos para a Seguridade Social*	*556.780.458*	*556.780.458*	
1.2.1.0. 09.00	*Contribuição Sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais*	*8.375.659*	*8.375.659*	
1.2.1.0. 10.00	*Contribuição Sobre os Premios de Concursos de Prognosticos*	*24.820.966*	*24.820.966*	
1.2.1.0. 11.00	*Contribuição e Adicional Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*115.935.644*	*115.935.644*	
1.2.1.0. 11.01	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*11.917.240*	*11.917.240*	
1.2.1.0. 11.02	*Contribuição do Adicional a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*104.018.404*	*104.018.404*	
1.2.1.0. 12.00	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Funpen*	*72.799.325*	*72.799.325*	
1.2.1.0. 13.00	*Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Ou Transm. De Valores e de Cred. E Dir. De Nat. Financeira*	*15.841.440.804*	*15.841.440.804*	
1.2.1.0. 14.00	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos e Premios Prescritos*	*312.075.270*	*312.075.270*	
1.2.1.0. 15.00	*Contribuições para o Custeio de Pensões Militares*	*309.764.763*	*309.764.763*	
1.2.1.0. 16.00	*Renda Liquida da Loteria Federal Instantânea*	*18.847.761*	*18.847.761*	
1.2.1.0. 29.00	*Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor*	*4.906.481.380*	*4.906.481.380*	
1.2.1.0. 30.00	*Contribuições dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social*	*62.590.818.903*	*62.590.818.903*	
1.2.1.0. 31.00	*Contribuição ao Programa de Ensino Fundamental*	*50.000.000*	*10.000.000*	*40.000.000*
1.2.1.0. 32.00	*Contribuições Rurais*	*294.272.334*	*94.167.467*	*200.104.867*
1.2.1.0. 32.01	*Contribuição Industrial Rural*	*55.964.000*	*17.908.800*	*38.055.200*
1.2.1.0. 32.03	*Adicional a Contribuição Previdenciaria*	*238.308.334*	*76.258.667*	*162.049.667*
1.2.1.0. 37.00	*Contribuições para os Programas de Integração Soc. E de Formação do Patrimonio do Servidor Publico-pis/pasep*	*10.426.105.048*	*10.426.105.048*	
1.2.1.0. 38.00	*Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Juridicas*	*9.082.270.619*	*9.082.270.619*	
1.2.1.0. 99.00	*Outras Contribuições Sociais*	*701.250*	*140.250*	*561.000*
1.2.2.0. 00.00	Contribuições Economicas	6.390.420.549	6.390.420.549	
1.2.2.0. 01.00	*Contribuição para o Programa de Integração Nacional - Pin*	*306.275.230*	*306.275.230*	
1.2.2.0. 02.00	*Contribuição para o Prog. De Redist. De Terras e de Estimulo a Agroind. Do Norte e do Nord. - Proterra*	*211.752.266*	*211.752.266*	
1.2.2.0. 03.00	*Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização*	*366.641.152*	*366.641.152*	
1.2.2.0. 03.02	*Lojas Francas, Entrepostos Aduaneiros e Depositos Alfandegados*	*366.641.152*	*366.641.152*	
1.2.2.0. 05.00	*Contribuição Sobre Apostas em Competições Hipicas*	*608.000*	*608.000*	

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos de Todas as Fontes: Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes: Rec. de Outras Fontes
1.2.2.0. 06.00	*Contribuição para o Desenvolvimento da Industria Cinematografica Nacional*	*3.667.527*	*3.667.527*	
1.2.2.0. 07.00	*Cota-parte dos Preços de Realização dos Combustiveis Automotivos*	*27.570.049*	*27.570.049*	
1.2.2.0. 16.00	*Adicional Sobre as Tarifas de Passagens Aereas Domesticas*	*123.217.202*	*123.217.202*	
1.2.2.0. 18.00	*Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante*	*453.840.289*	*453.840.289*	
1.2.2.0. 22.00	*Cota-parte de Compensacoes Financeiras*	*4.200.948.834*	*4.200.948.834*	
1.2.2.0. 22.01	*Utilização de Recursos Hidricos*	*610.909.985*	*610.909.985*	
1.2.2.0. 22.02	*Exploração de Recursos Minerais*	*170.000.000*	*170.000.000*	
1.2.2.0. 22.03	*Royalties Pela Produção de Petroleo Ou Gas Natural*	*1.073.383.724*	*1.073.383.724*	
1.2.2.0. 22.04	*Royalties Excedentes Pela Produção de Petroleo Ou Gas Natural*	*977.129.199*	*977.129.199*	
1.2.2.0. 22.05	*Participacao Especial Pela Producao de Petroleo Ou Gas Natural*	*1.369.525.926*	*1.369.525.926*	
1.2.2.0. 24.00	*Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica*	*100.000.000*	*100.000.000*	
1.2.2.0. 25.00	*Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia*	*240.000.000*	*240.000.000*	
1.2.2.0. 26.00	*Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações*	*300.000.000*	*300.000.000*	
1.2.2.0. 27.00	*Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática*	*55.000.000*	*55.000.000*	
1.2.2.0. 99.00	*Outras Contribuições Economicas*	*900.000*	*900.000*	
1.3.0.0. 00.00	**Receita Patrimonial**	**12.756.554.660**	**11.976.627.245**	**779.927.415**
1.3.1.0. 00.00	***Receitas Imobiliarias***	***233.611.397***	***77.514.957***	***156.096.440***
1.3.1.1. 00.00	Alugueis	30.550.457	758.228	29.792.229
1.3.1.2. 00.00	Arrendamentos	72.997.314		72.997.314
1.3.1.3. 00.00	Foros	24.137.439	24.137.439	
1.3.1.4. 00.00	Laudemios	50.386.529	50.386.529	
1.3.1.5. 00.00	Taxa de Ocupação de Imoveis	46.523.058	2.232.761	44.290.297
1.3.1.9. 00.00	Outras Receitas Imobiliarias	9.016.600		9.016.600
1.3.2.0. 00.00	***Receitas de Valores Mobiliarios***	***3.858.028.140***	***3.260.325.645***	***597.702.495***
1.3.2.1. 00.00	Juros de Titulos de Renda	1.147.719.077	561.641.596	586.077.481
1.3.2.2. 00.00	Dividendos	2.368.783.965	2.368.583.965	200.000
1.3.2.5. 00.00	Remuneração de Depositos Bancarios	12.483.055	1.063.684	11.419.371
1.3.2.6. 00.00	Remuneração de Depositos Especiais	319.641.003	319.635.360	5.643
1.3.2.7. 00.00	Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	9.401.040	9.401.040	
1.3.3.0. 00.00	***Receita de Concessões e Permissões***	***8.637.170.471***	***8.637.170.471***	
1.3.3.1. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações	8.006.434.882	8.006.434.882	
1.3.3.2. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	25.000.000	25.000.000	
1.3.3.3. 00.00	Receita de Outorga de Serviços de Transporte Ferroviario	11.017.920	11.017.920	
1.3.3.4. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petroleo e Gas Natural	555.259.069	555.259.069	
1.3.3.4. 01.00	*Bonus de Assinatura de Contrato de Concessão*	*468.259.069*	*468.259.069*	
1.3.3.4. 02.00	*Pagamento Pela Retenção de Area para Exploração Ou Produção*	*87.000.000*	*87.000.000*	
1.3.3.6. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Transportes Rodoviario Interestadual e Internacional Passageiros	13.888.080	13.888.080	
1.3.3.8. 00.00	Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização	25.000.000	25.000.000	

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.3.3.9. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Energia Elétrica	570.520	570.520	
1.3.9.0. 00.00	***Outras Receitas Patrimoniais***	***27.744.652***	***1.616.172***	***26.128.480***
1.4.0.0. 00.00	**Receita Agropecuaria**	**35.160.775**	**2.413.000**	**32.747.775**
1.4.1.0. 00.00	***Receita da Produção Vegetal***	***24.905.182***	***2.100.000***	***22.805.182***
1.4.2.0. 00.00	***Receita da Produção Animal e Derivados***	***8.822.882***	***200.000***	***8.622.882***
1.4.9.0. 00.00	***Outras Receitas Agropecuarias***	***1.432.711***	***113.000***	***1.319.711***
1.5.0.0. 00.00	**Receita Industrial**	**331.940.694**	**110.559.764**	**221.380.930**
1.5.2.0. 00.00	Receita da Industria de Transformação	330.940.694	110.559.764	220.380.930
1.5.2.0. 20.00	*Receita da Industria Quimica*	*18.352.460*		*18.352.460*
1.5.2.0. 21.00	*Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios*	*84.483.145*		*84.483.145*
1.5.2.0. 26.00	*Receita da Industria de Produtos Alimentares*	*2.663.452*		*2.663.452*
1.5.2.0. 29.00	*Receita da Industria Editorial e Grafica*	*111.862.697*	*110.485.364*	*1.377.333*
1.5.2.0. 99.00	*Outras Receitas da Industria de Transformação*	*113.578.940*	*74.400*	*113.504.540*
1.5.3.0. 00.00	***Receita da Industria de Construção***	***1.000.000***		***1.000.000***
1.6.0.0. 00.00	Receita de Serviços	12.633.465.414	9.418.905.936	3.214.559.478
1.6.0.0. 01.00	*Serviços Comerciais*	*67.962.727*	*30.763.289*	*37.199.438*
1.6.0.0. 01.01	*Serviços de Comercialização de Medicamentos*	*213.262*		*213.262*
1.6.0.0. 01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*11.373.459*	*262.390*	*11.111.069*
1.6.0.0. 01.03	*Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuarios*	*19.024.799*		*19.024.799*
1.6.0.0. 01.06	*Serviços de Comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informatica*	*3.466.456*	*3.466.456*	
1.6.0.0. 01.07	*Receita de Utilização de Posições Orbitais*	*27.000.000*	*27.000.000*	
1.6.0.0. 01.99	*Outros Serviços Comerciais*	*6.884.751*	*34.443*	*6.850.308*
1.6.0.0. 02.00	*Serviços Financeiros*	*9.661.530.357*	*8.818.647.807*	*842.882.550*
1.6.0.0. 02.01	*Juros de Emprestimos*	*8.393.921.929*	*8.311.437.454*	*82.484.475*
1.6.0.0. 02.03	*Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais*	*85.039.807*	*84.190.000*	*849.807*
1.6.0.0. 02.06	*Remuneração Sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Economico*	*423.020.353*	*423.020.353*	
1.6.0.0. 02.09	*Outras Operacoes de Autoridade Monetaria*	*757.752.068*		*757.752.068*
1.6.0.0. 02.99	*Outros Serviços Financeiros*	*1.796.200*		*1.796.200*
1.6.0.0. 03.00	*Serviços de Transporte*	*66.998.148*		*66.998.148*
1.6.0.0. 03.01	*Serviços de Transporte Rodoviario*	*72.936*		*72.936*
1.6.0.0. 03.02	*Serviços de Transporte Ferroviario*	*60.560.312*		*60.560.312*
1.6.0.0. 03.03	*Serviços de Transporte Hidroviario*	*564.900*		*564.900*
1.6.0.0. 03.04	*Serviços de Transporte Aereo*	*5.800.000*		*5.800.000*
1.6.0.0. 04.00	*Serviços de Comunicação*	*12.784.927*		*12.784.927*
1.6.0.0. 05.00	*Serviços de Saude*	*93.930.956*	*13.380.000*	*80.550.956*
1.6.0.0. 05.01	*Serviços Hospitalares*	*91.300.832*	*13.380.000*	*77.920.832*
1.6.0.0. 05.99	*Outros Serviços de Saude*	*2.630.124*		*2.630.124*
1.6.0.0. 07.00	*Serviços de Armazenagem*	*26.096.000*	*57.000*	*26.039.000*

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º [illegible] Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Recursos de Todas as Fontes		
		Total	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.6.0.0. 08.00	*Serviços de Processamento de Dados*	574.790.374	18.862.989	555.927.385
1.6.0.0. 10.00	*Serviços de Informações Estatisticas*	10.460.987	10.441.227	19.760
1.6.0.0. 11.00	*Serviços de Metrologia*	97.838.378	1.842.132	95.996.246
1.6.0.0. 11.01	*Metrologia Legal e Certificatoria Delegada*	84.014.983		84.014.983
1.6.0.0. 11.02	*Metrologia Cientifica e Industrial*	1.965.246	579.000	1.386.246
1.6.0.0. 11.03	*Metrologia Legal*	5.286.165		5.286.165
1.6.0.0. 11.04	*Certificação de Produtos e Serviços*	5.980.064	1.263.132	4.716.932
1.6.0.0. 11.05	*Informação Tecnologica*	591.920		591.920
1.6.0.0. 12.00	*Serviços Tecnologicos*	10.497.590	3.728.600	6.768.990
1.6.0.0. 13.00	*Serviços Administrativos*	267.428.030	23.525.417	243.902.613
1.6.0.0. 14.00	*Serviços de Inspeção e Fiscalização*	18.208.596		18.208.596
1.6.0.0. 15.00	*Serviços de Meteorologia*	165.000	165.000	
1.6.0.0. 16.00	*Serviços Educacionais*	91.901.288	14.715.000	77.186.288
1.6.0.0. 17.00	*Serviços Agropecuarios*	1.017.187	70.000	947.187
1.6.0.0. 18.00	*Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação*	11.744.106		11.744.106
1.6.0.0. 19.00	*Serviços Recreativos e Culturais*	14.795.807	1.264.702	13.531.105
1.6.0.0. 20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	128.811.514	2.107.642	126.703.872
1.6.0.0. 21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	12.369.161	35.000	12.334.161
1.6.0.0. 22.00	*Serviços de Estudos e Pesquisas*	41.363.566	541.900	40.821.666
1.6.0.0. 23.00	*Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferencias de Tecnologia*	83.849.617		83.849.617
1.6.0.0. 23.02	*Serviços de Registro de Marcas*	80.946.617		80.946.617
1.6.0.0. 23.03	*Serviços de Registro de Transferência de Tecnologia*	2.903.000		2.903.000
1.6.0.0. 24.00	*Serviços de Registro do Comercio*	4.774.324	4.774.324	
1.6.0.0. 25.00	*Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas*	16.541.430		16.541.430
1.6.0.0. 26.00	*Serviços de Fornecimento de Agua*	6.710.064		6.710.064
1.6.0.0. 27.00	*Serviços de Perfuração e Instalação de Poços*	194.008		194.008
1.6.0.0. 28.00	*Serviços de Geoprocessamento*	46.152		46.152
1.6.0.0. 29.00	*Serviços de Cadastramento de Fornecedores*	2.877.509	2.877.509	
1.6.0.0. 30.00	*Tarifa de Utilização de Farois*	50.468.398	50.468.398	
1.6.0.0. 31.00	*Tarifa e Adicional Sobre Tarifa Aeroportuaria*	160.762.343		160.762.343
1.6.0.0. 31.02	*Adicional Sobre Tarifa Aeroportuaria*	160.762.343		160.762.343
1.6.0.0. 32.00	*Serviços de Internamento de Mercadorias*	130.383.367		130.383.367
1.6.0.0. 33.00	*Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxilios a Navegação Aerea em Rota*	334.400.000		334.400.000
1.6.0.0. 34.00	*Serviços de Regulamentação e Exploração dos Serviços de Telecomunicações, no Regime Privado*	1.000.000		1.000.000
1.6.0.0. 35.00	*Serviços de Compensação de Variações Salariais*	415.338.000	415.338.000	
1.6.0.0. 36.00	*Prestacao de Servicos Pelo Banco Central do Brasil*	81.000.000		81.000.000
1.6.0.0. 37.00	*Operacoes de Cambio*	69.793.973		69.793.973
1.6.0.0. 38.00	*Operacoes em Moeda Estrangeira*	3.000.000		3.000.000

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Recursos de Todas as Fontes		
		Total	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.6.0.0. 99.00	*Outros Serviços*	*61.631.530*	*5.300.000*	*56.331.530*
1.7.0.0. 00.00	**Transferencias Correntes**	**236.550.725**	**151.924.957**	**84.625.768**
1.7.1.0. 00.00	***Transferencias Intragovernamentais***	***1.099.995***	***1.099.995***	
1.7.1.1. 00.00	Transferencias da União	1.099.995	1.099.995	
1.7.1.1. 01.00	*Transferencias de Recursos do Tesouro Nacional*	*1.099.995*	*1.099.995*	
1.7.1.1. 01.99	*Transferencia de Outros Recursos do Tesouro Nacional*	*1.099.995*	*1.099.995*	
1.7.3.0. 00.00	***Transferencias de Instituições Privadas***	***36.579.638***	***21.450.638***	***15.129.000***
1.7.4.0. 00.00	***Transferencias do Exterior***	***108.734.324***	***104.474.324***	***4.260.000***
1.7.5.0. 00.00	***Transferencias de Pessoas***	***15.000***		***15.000***
1.7.6.0. 00.00	***Transferencias de Convenios***	***90.121.768***	***24.900.000***	***65.221.768***
1.7.6.1. 00.00	Transferencias de Convenios da União e de Suas Entidades	24.250.000	14.250.000	10.000.000
1.7.6.2. 00.00	Transferencias de Convenios dos Estados e do Distrito Federal e Suas Entidades	56.283.768	7.950.000	48.333.768
1.7.6.3. 00.00	Transferencias de Convenios dos Municipios e de Suas Entidades	9.578.000	2.700.000	6.878.000
1.7.6.4. 00.00	Transferencias de Convenios de Instituições Privadas	10.000		10.000
1.9.0.0. 00.00	**Outras Receitas Correntes**	**15.366.065.098**	**14.822.617.276**	**543.447.822**
1.9.1.0. 00.00	***Multas e Juros de Mora***	***5.093.158.275***	***5.041.433.446***	***51.724.829***
1.9.1.1. 00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.192.855.928	2.192.855.928	
1.9.1.1. 01.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Importação*	*57.016.110*	*57.016.110*	
1.9.1.1. 02.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza*	*1.814.734.730*	*1.814.734.730*	
1.9.1.1. 02.01	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Fisicas*	*128.137.210*	*128.137.210*	
1.9.1.1. 02.02	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Juridicas*	*615.423.243*	*615.423.243*	
1.9.1.1. 02.03	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda Retido nas Fontes*	*1.071.174.277*	*1.071.174.277*	
1.9.1.1. 03.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre Produtos Industrializados*	*255.137.589*	*255.137.589*	
1.9.1.1. 04.00	*Multa e Juros de Mora do Imp. Sobre Operações de Credito Cambio e Seguro,ou Relativas a Tit. Ou Val. Mobil.*	*23.353.954*	*23.353.954*	
1.9.1.1. 07.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre Exportação*	*175.616*	*175.616*	
1.9.1.1. 08.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural*	*37.292.929*	*37.292.929*	
1.9.1.1. 31.00	*Multa e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações*	*5.145.000*	*5.145.000*	
1.9.1.2. 00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	2.536.527.326	2.536.527.326	
1.9.1.2. 01.00	*Multa e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS*	*1.525.761.026*	*1.525.761.026*	
1.9.1.2. 07.00	*Multas e Juros de Mora da Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Financeira - CPMF*	*12.650.589*	*12.650.589*	
1.9.1.2. 31.00	*Multa e Juros de Mora das Contrib P/ os Prog de Integr. Social e de Form. Do Patr. Serv. Publico-PIS/PASEP*	*331.635.380*	*331.635.380*	
1.9.1.2. 32.00	*Multa e Juros de Mora da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Juridicas - CSLL*	*666.480.331*	*666.480.331*	
1.9.1.8. 00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	90.004.396	81.761.048	8.243.348
1.9.1.9. 00.00	Multas de Outras Origens	273.770.625	230.289.144	43.481.481
1.9.1.9. 01.00	*Multas Previstas na Legislação de Metrologia*	*11.393.872*		*11.393.872*
1.9.1.9. 06.00	*Multas do Codigo Eleitoral e Leis Conexas*	*5.631.868*	*5.631.868*	

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI, (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos de Todas as Fontes Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.9.1.9. 08.00	*Multas Previstas na Lei do Serviço Militar*	*3.638.386*	*3.638.386*	
1.9.1.9. 09.00	*Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações*	*5.000.000*	*5.000.000*	
1.9.1.9. 13.00	*Multas Previstas na Legislação Sobre Lubrificantes e Combustiveis*	*2.000.000*	*2.000.000*	
1.9.1.9. 15.00	*Multas Previstas na Legislação de Transito*	*201.110.000*	*193.110.000*	*8.000.000*
1.9.1.9. 18.00	*Multas de Alugeis*	*1.700*		*1.700*
1.9.1.9. 19.00	*Multas de Arrendamentos*	*15.000*		*15.000*
1.9.1.9. 26.00	*Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos*	*1.440.000*	*1.440.000*	
1.9.1.9. 27.00	*Multas e Juros Previstos em Contratos*	*1.637.681*	*1.637.681*	
1.9.1.9. 28.00	*Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviario Interestadual e Internacional de Passageiros e Cargas*	*1.551.276*	*1.551.276*	
1.9.1.9. 99.00	*Outras Multas*	*40.350.842*	*16.279.933*	*24.070.909*
1.9.2.0. 00.00	***Indenizações e Restituições***	***1.245.694.489***	***824.293.958***	***421.400.531***
1.9.2.1. 00.00	Indenizações	497.123.069	360.740.670	136.382.399
1.9.2.1. 01.00	*Utilização de Recursos Hidricos Tratado de Itaipu*	*360.687.101*	*360.687.101*	
1.9.2.1. 01.01	*Utilização de Recursos Hidricos Tratado de Itaipu Parcelas Vincendas*	*295.122.122*	*295.122.122*	
1.9.2.1. 01.02	*Utilização de Recursos Hidricos Tratado de Itaipu Parcelas Vencidas*	*65.564.979*	*65.564.979*	
1.9.2.1. 09.00	*Outras Indenizações*	*136.435.968*	*53.569*	*136.382.399*
1.9.2.2. 00.00	Restituições	748.571.420	463.553.288	285.018.132
1.9.2.2. 01.00	*Restituição de Convenio*	*19.803.284*	*10.613.284*	*9.190.000*
1.9.2.2. 02.00	*Restituição de Beneficios Não Desembolsados*	*180.000.000*	*180.000.000*	
1.9.2.2. 03.00	*Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares*	*239.099.999*		*239.099.999*
1.9.2.2. 99.00	*Outras Restituições*	*309.668.137*	*272.940.004*	*36.728.133*
1.9.3.0. 00.00	***Receita da Divida Ativa***	***172.624.419***	***171.331.111***	***1.293.308***
1.9.3.1. 00.00	Receita da Divida Ativa Tributaria	171.331.111	171.331.111	
1.9.3.1. 01.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Quaisquer Natureza*	*155.274.880*	*155.274.880*	
1.9.3.1. 01.01	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Fisicas*	*23.316.531*	*23.316.531*	
1.9.3.1. 01.02	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Juridicas*	*117.896.483*	*117.896.483*	
1.9.3.1. 01.03	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda Retido nas Fontes*	*14.061.866*	*14.061.866*	
1.9.3.1. 02.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre Produtos Industrializados*	*10.736.605*	*10.736.605*	
1.9.3.1. 03.00	*Receita da Divida Ativa do Imp. S/oper. De Credito,cambio e Seguro, Ou Relativas a Titulos Ou Valores Mobiliar*	*254.611*	*254.611*	
1.9.3.1. 04.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural*	*2.695.518*	*2.695.518*	
1.9.3.1. 05.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Importação*	*2.333.856*	*2.333.856*	
1.9.3.1. 06.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre Exportação*	*35.641*	*35.641*	
1.9.3.2. 00.00	Receita da Divida Ativa Não Tributaria	1.293.308		1.293.308
1.9.9.0. 00.00	Receitas Diversas	8.854.587.915	8.785.558.761	69.029.154
1.9.9.0. 02.00	*Receita de Honorarios de Advogados*	*181.858.410*	*181.855.321*	*3.089*
1.9.9.0. 03.00	*Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos*	*17.510.506*	*15.866.606*	*1.643.900*

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.9.9.0. 04.00	*Produto de Depositos Abandonados (dinheiro E/ou Objetos de Valor)*	*10.441.922*	*10.441.922*	
1.9.9.0. 06.00	*Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Pela Industria Cinematografica*	*1.065.000*		*1.065.000*
1.9.9.0. 16.00	*Receita de Participação do Seguro - Dpvat - Sistema Nacional de Transito*	*652.900.000*	*652.900.000*	
1.9.9.0. 17.00	*Receita Decorrente da Conta Petroleo, Derivados e Alcool*	*6.500.000.000*	*6.500.000.000*	
1.9.9.0. 99.00	*Outras Receitas*	*1.490.812.077*	*1.424.494.912*	*66.317.165*
2.0.0.0. 00.00	**Receitas de Capital**	**657.836.417.200**	**655.289.517.411**	**2.546.899.789**
2.1.0.0. 00.00	**Operações de Credito**	**622.352.717.915**	**621.419.046.915**	**933.671.000**
2.1.1.0. 00.00	***Operações de Credito Internas***	***616.959.113.871***	***616.035.442.871***	***923.671.000***
2.1.1.1. 00.00	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	615.902.242.871	615.902.242.871	
2.1.1.1. 01.00	*Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Divida Pública Federal*	*539.533.871.180*	*539.533.871.180*	
2.1.1.1. 02.00	*Titulos da Divida Agraria - Tda*	*280.000.000*	*280.000.000*	
2.1.1.1. 03.00	*Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações*	*76.088.371.691*	*76.088.371.691*	
2.1.1.9. 00.00	Outras Operações de Credito Internas	1.056.871.000	133.200.000	923.671.000
2.1.2.0. 00.00	***Operações de Credito Externas***	***5.393.604.044***	***5.383.604.044***	***10.000.000***
2.1.2.9. 00.00	Outras Operações de Credito Externas	5.393.604.044	5.383.604.044	10.000.000
2.2.0.0. 00.00	**Alienação de Bens**	**15.524.024.757**	**14.329.466.444**	**1.194.558.313**
2.2.1.0. 00.00	***Alienação de Bens Moveis***	***15.420.367.908***	***14.301.138.522***	***1.119.229.386***
2.2.1.1. 00.00	Alienação de Titulos Mobiliarios	14.175.489.638	14.158.781.880	16.707.758
2.2.1.2. 00.00	Alienação de Estoques	565.855.000	10.000.000	555.855.000
2.2.1.2. 01.00	*Alienação de Estoques Reguladores Vinculados a Politica de Garantia de Preços Minimos-pgpm*	*165.222.000*		*165.222.000*
2.2.1.2. 02.00	*Alienação de Estoques Estrategicos Vinculados a Politica de Garantia de Preços Minimos-pgpm*	*219.017.000*		*219.017.000*
2.2.1.2. 03.00	*Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais*	*171.616.000*		*171.616.000*
2.2.1.2. 05.00	*Alienação de Estoques por Atacado*	*10.000.000*	*10.000.000*	
2.2.1.3. 00.00	Receita de Equalização	539.432.000		539.432.000
2.2.1.3. 01.00	*Execução da Pgpm e Sustentação de Preços de Mercado- Equalização de Preços*	*539.432.000*		*539.432.000*
2.2.1.9. 00.00	Alienação de Outros Bens Moveis	139.591.270	132.356.642	7.234.628
2.2.2.0. 00.00	***Alienação de Bens Imoveis***	***103.656.849***	***28.327.922***	***75.328.927***
2.2.2.1. 00.00	Alienação de Imoveis Rurais para Colonização e Reforma Agraria	15.375.000	15.210.000	165.000
2.2.2.9. 00.00	Alienação de Outros Bens Imoveis	88.281.849	13.117.922	75.163.927
2.3.0.0. 00.00	Amortização de Emprestimos	10.941.130.513	10.527.116.237	414.014.276
2.3.0.0. 10.00	*Amortização de Emprestimos - Bea/bib*	*13.608.162*	*13.608.162*	
2.3.0.0. 30.00	*Amortização de Emprestimos - Estados e Municipios*	*4.528.790.434*	*4.528.790.434*	
2.3.0.0. 40.00	*Amortização de Emprestimos - Refinanciamento de Dividas de Medi0 e Longo Prazos*	*337.852.654*	*337.852.654*	
2.3.0.0. 50.00	*Amortização de Emprestimos - Pooc*	*1.290.708.000*	*1.290.708.000*	
2.3.0.0. 60.00	*Amortização de Emprestimos - Refinanciamento de Dividas do Clube de Paris*	*165.345.733*	*165.345.733*	
2.3.0.0. 70.00	*Outras Amortizacoes de Emprestimos*	*678.302.000*	*678.302.000*	
2.3.0.0. 70.02	*Amortizacao de Emprestimos - em Contrato*	*678.302.000*	*678.302.000*	
2.3.0.0. 99.00	*Amortização de Emprestimos Diversos*	*3.926.523.530*	*3.512.509.254*	*414.014.276*

Quadro 4 - Demonstrativo da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	*Especificação*		*Recursos de Todas as Fontes*		
			Total	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*
2.4.0.0. 00.00	**Transferencias de Capital**		**41.654.688**	**41.154.688**	**500.000**
2.4.4.0. 00.00	***Transferencias do Exterior***		***14.604.688***	***14.104.688***	***500.000***
2.4.6.0. 00.00	***Transferencias de Outras Instituições Públicas***		***350.000***	***350.000***	
2.4.7.0. 00.00	***Transferencias de Convenios***		***26.700.000***	***26.700.000***	
2.4.7.1. 00.00	Transferencias de Convenios da União e de Suas Entidades		18.200.000	18.200.000	
2.4.7.2. 00.00	Transferencias de Convenios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades		5.550.000	5.550.000	
2.4.7.3. 00.00	Transferencias de Convenios dos Municipios e de Suas Entidades		2.950.000	2.950.000	
2.5.0.0. 00.00	**Outras Receitas de Capital**		**8.976.889.327**	**8.972.733.127**	**4.156.200**
2.5.4.0. 00.00	***Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional***		***8.972.483.000***	***8.972.483.000***	
2.5.9.0. 00.00	***Outras Receitas***		***4.406.327***	***250.127***	***4.156.200***
		Total	938.134.572.736	*930.265.952.101*	*7.868.620.635*

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8°, §1°, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2°, §1°, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.0.0.0. 00.00	**Receitas Correntes**	148.336.051.814	143.590.943.721	4.745.108.093
1.1.0.0. 00.00	**Receita Tributaria**	**83.094.866.022**	**83.060.742.736**	**34.123.286**
1.1.1.0. 00.00	***Impostos***	***81.886.225.742***	***81.886.225.742***	
1.1.1.1. 00.00	Impostos Sobre o Comercio Exterior	8.565.979.207	8.565.979.207	
1.1.1.1. 01.00	*Imposto Sobre a Importação*	*8.565.142.201*	*8.565.142.201*	
1.1.1.1. 02.00	*Imposto Sobre a Exportação*	*837.006*	*837.006*	
1.1.1.2. 00.00	Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda	50.705.332.242	50.705.332.242	
1.1.1.2. 01.00	*Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural*	*319.337.998*	*319.337.998*	
1.1.1.2. 04.00	*Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Adicional*	*50.385.994.244*	*50.385.994.244*	
1.1.1.2. 04.01	*Pessoas Fisicas*	*3.644.327.546*	*3.644.327.546*	
1.1.1.2. 04.02	*Pessoas Jurídicas*	*16.095.735.287*	*16.095.735.287*	
1.1.1.2. 04.03	*Retido na Fonte*	*30.645.931.411*	*30.645.931.411*	
1.1.1.3. 00.00	Impostos Sobre a Produção e a Circulação	22.614.914.293	22.614.914.293	
1.1.1.3. 01.00	*Imposto Sobre Produtos Industrializados*	*19.397.424.350*	*19.397.424.350*	
1.1.1.3. 01.01	*Produtos do Fumo*	*2.213.671.762*	*2.213.671.762*	
1.1.1.3. 01.09	*Outros Produtos*	*17.183.752.588*	*17.183.752.588*	
1.1.1.3. 03.00	*Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários*	*3.217.489.943*	*3.217.489.943*	
1.1.1.3. 03.01	*IOF - Comercialização do Ouro*	*1.064.477*	*1.064.477*	
1.1.1.3. 03.09	*IOF - Demais Operações*	*3.216.425.466*	*3.216.425.466*	
1.1.2.0. 00.00	***Taxas***	***1.208.640.280***	***1.174.516.994***	***34.123.286***
1.1.2.1. 00.00	Taxas Pelo Exercicio do Poder de Policia	970.997.854	954.064.568	16.933.286
1.1.2.1. 01.00	*Emolumentos e Taxas de Mineração*	*10.441.286*		*10.441.286*
1.1.2.1. 02.00	*Taxas de Fiscalização das Telecomunicações*	*508.764.527*	*508.764.527*	
1.1.2.1. 03.00	*Emolumentos de Controle e Fiscalização Sobre Produtos e Insumos Quimicos*	*3.300.000*	*3.300.000*	
1.1.2.1. 04.00	*Taxas do Departamento de Policia Federal*	*32.325.741*	*32.325.741*	
1.1.2.1. 05.00	*Taxas de Migração*	*67.023.357*	*67.023.357*	
1.1.2.1. 10.00	*Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos - TLC*	*2.892.000*		*2.892.000*
1.1.2.1. 13.00	*Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados Pelo Ministério do Exercito*	*3.600.000*		*3.600.000*
1.1.2.1. 14.00	*Taxa de Fiscalização dos Mercados de Titulos e Valores Mobiliarios*	*53.480.496*	*53.480.496*	
1.1.2.1. 15.00	*Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdencia Privada Aberta*	*33.439.077*	*33.439.077*	
1.1.2.1. 16.00	*Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Eletrica*	*139.731.370*	*139.731.370*	
1.1.2.1. 21.00	*Taxa de Fiscalização Ambiental*	*116.000.000*	*116.000.000*	
1.1.2.2. 00.00	Taxas Pela Prestação de Serviços	237.642.426	220.452.426	17.190.000
1.1.2.2. 01.00	*Emolumentos Consulares*	*48.000.000*	*48.000.000*	
1.1.2.2. 08.00	*Custas Judiciais*	*103.025.088*	*103.025.088*	
1.1.2.2. 11.00	*Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX*	*65.500.000*	*65.500.000*	
1.1.2.2. 15.00	*Taxa Militar*	*1.971.338*	*1.971.338*	
1.1.2.2. 19.00	*Taxa de Classificação de Produtos Vegetais*	*1.956.000*	*1.956.000*	

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.1.2.2. 21.00	*Taxas de Serviços Cadastrais - Incra*	*17.190.000*		*17.190.000*
1.2.0.0. 00.00	**Receita de Contribuições**	**25.877.952.169**	**25.804.748.664**	**73.203.505**
1.2.1.0. 00.00	Contribuições Sociais	19.487.531.620	19.414.328.115	73.203.505
1.2.1.0. 01.00	*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS*	*8.279.869.891*	*8.279.869.891*	
1.2.1.0. 02.00	*Contribuição do Salario-Educação*	*2.946.800.382*	*2.946.800.382*	
1.2.1.0. 04.00	*Cota-parte da Contribuição Sindical*	*18.166.448*	*18.166.448*	
1.2.1.0. 05.00	*Contribuição para o Ensino Aeroviario*	*39.250.959*	*39.250.959*	
1.2.1.0. 06.00	*Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo*	*24.605.249*	*24.605.249*	
1.2.1.0. 07.00	*Contribuição para o Fundo de Saude*	*75.203.131*	*42.560.626*	*32.642.505*
1.2.1.0. 08.00	*Contribuição da Renda Liquida de Concursos de Prognosticos para a Seguridade Social*	*111.356.092*	*111.356.092*	
1.2.1.0. 09.00	*Contribuição Sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais*	*8.375.659*	*8.375.659*	
1.2.1.0. 10.00	*Contribuição Sobre os Premios de Concursos de Prognosticos*	*24.820.966*	*24.820.966*	
1.2.1.0. 11.00	*Contribuição e Adicional Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*23.187.129*	*23.187.129*	
1.2.1.0. 11.01	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*2.383.448*	*2.383.448*	
1.2.1.0. 11.02	*Contribuição do Adicional a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*20.803.681*	*20.803.681*	
1.2.1.0. 12.00	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Funpen*	*72.799.325*	*72.799.325*	
1.2.1.0. 13.00	*Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Ou Transm. De Valores e de Cred. E Dir. De Nat. Financeira*	*2.742.431.703*	*2.742.431.703*	
1.2.1.0. 14.00	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos e Premios Prescritos*	*62.415.054*	*62.415.054*	
1.2.1.0. 15.00	*Contribuições para o Custeio de Pensões Militares*	*61.952.953*	*61.952.953*	
1.2.1.0. 16.00	*Renda Liquida da Loteria Federal Instantânea*	*3.769.552*	*3.769.552*	
1.2.1.0. 29.00	*Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor*	*981.296.276*	*981.296.276*	
1.2.1.0. 31.00	*Contribuição ao Programa de Ensino Fundamental*	*50.000.000*	*10.000.000*	*40.000.000*
1.2.1.0. 32.00	*Contribuições Rurais*	*58.854.467*	*58.854.467*	
1.2.1.0. 32.01	*Contribuição Industrial Rural*	*11.192.800*	*11.192.800*	
1.2.1.0. 32.03	*Adicional a Contribuição Previdenciaria*	*47.661.667*	*47.661.667*	
1.2.1.0. 37.00	*Contribuições para os Programas de Integração Soc. E de Formação do Patrimonio do Servidor Publico-pis/pasep*	*2.085.221.010*	*2.085.221.010*	
1.2.1.0. 38.00	*Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Juridicas*	*1.816.454.124*	*1.816.454.124*	
1.2.1.0. 99.00	*Outras Contribuições Sociais*	*701.250*	*140.250*	*561.000*
1.2.2.0. 00.00	Contribuições Economicas	6.390.420.549	6.390.420.549	
1.2.2.0. 01.00	*Contribuição para o Programa de Integração Nacional - Pin*	*306.275.230*	*306.275.230*	
1.2.2.0. 02.00	*Contribuição para o Prog. De Redist. De Terras e de Estimulo a Agroind. Do Norte e do Nord. - Proterra*	*211.752.266*	*211.752.266*	
1.2.2.0. 03.00	*Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização*	*366.641.152*	*366.641.152*	
1.2.2.0. 03.02	*Lojas Francas, Entrepostos Aduaneiros e Depositos Alfandegados*	*366.641.152*	*366.641.152*	
1.2.2.0. 05.00	*Contribuição Sobre Apostas em Competições Hipicas*	*608.000*	*608.000*	
1.2.2.0. 06.00	*Contribuição para o Desenvolvimento da Industria Cinematografica Nacional*	*3.667.527*	*3.667.527*	
1.2.2.0. 07.00	*Cota-parte dos Preços de Realização dos Combustiveis Automotivos*	*27.570.049*	*27.570.049*	
1.2.2.0. 16.00	*Adicional Sobre as Tarifas de Passagens Aereas Domesticas*	*123.217.202*	*123.217.202*	

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos de Todas as Fontes Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.2.2.0. 18.00	*Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante*	*453.840.289*	*453.840.289*	
1.2.2.0. 22.00	*Cota-parte de Compensacoes Financeiras*	*4.200.948.834*	*4.200.948.834*	
1.2.2.0. 22.01	*Utilização de Recursos Hidricos*	*610.909.985*	*610.909.985*	
1.2.2.0. 22.02	*Exploração de Recursos Minerais*	*170.000.000*	*170.000.000*	
1.2.2.0. 22.03	*Royalties Pela Produção de Petroleo Ou Gas Natural*	*1.073.383.724*	*1.073.383.724*	
1.2.2.0. 22.04	*Royalties Excedentes Pela Produção de Petroleo Ou Gas Natural*	*977.129.199*	*977.129.199*	
1.2.2.0. 22.05	*Participacao Especial Pela Producao de Petroleo Ou Gas Natural*	*1.369.525.926*	*1.369.525.926*	
1.2.2.0. 24.00	*Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica*	*100.000.000*	*100.000.000*	
1.2.2.0. 25.00	*Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia*	*240.000.000*	*240.000.000*	
1.2.2.0. 26.00	*Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações*	*300.000.000*	*300.000.000*	
1.2.2.0. 27.00	*Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática*	*55.000.000*	*55.000.000*	
1.2.2.0. 99.00	*Outras Contribuições Economicas*	*900.000*	*900.000*	
1.3.0.0. 00.00	**Receita Patrimonial**	**12.219.055.508**	**11.449.452.833**	**769.602.675**
1.3.1.0. 00.00	***Receitas Imobiliarias***	***230.286.657***	***77.514.957***	***152.771.700***
1.3.1.1. 00.00	Alugueis	27.473.457	758.228	26.715.229
1.3.1.2. 00.00	Arrendamentos	72.997.314		72.997.314
1.3.1.3. 00.00	Foros	24.137.439	24.137.439	
1.3.1.4. 00.00	Laudemios	50.386.529	50.386.529	
1.3.1.5. 00.00	Taxa de Ocupação de Imoveis	46.275.318	2.232.761	44.042.557
1.3.1.9. 00.00	Outras Receitas Imobiliarias	9.016.600		9.016.600
1.3.2.0. 00.00	***Receitas de Valores Mobiliarios***	***3.324.569.900***	***2.733.867.405***	***590.702.495***
1.3.2.1. 00.00	Juros de Titulos de Renda	948.497.237	364.219.756	584.277.481
1.3.2.2. 00.00	Dividendos	2.368.583.965	2.368.583.965	
1.3.2.5. 00.00	Remuneração de Depositos Bancarios	7.483.055	1.063.684	6.419.371
1.3.2.6. 00.00	Remuneração de Depositos Especiais	5.643		5.643
1.3.3.0. 00.00	***Receita de Concessões e Permissões***	***8.637.170.471***	***8.637.170.471***	
1.3.3.1. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações	8.006.434.882	8.006.434.882	
1.3.3.2. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	25.000.000	25.000.000	
1.3.3.3. 00.00	Receita de Outorga de Serviços de Transporte Ferroviario	11.017.920	11.017.920	
1.3.3.4. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petroleo e Gas Natural	555.259.069	555.259.069	
1.3.3.4. 01.00	*Bonus de Assinatura de Contrato de Concessão*	*468.259.069*	*468.259.069*	
1.3.3.4. 02.00	*Pagamento Pela Retenção de Area para Exploração Ou Produção*	*87.000.000*	*87.000.000*	
1.3.3.6. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Transportes Rodoviario Interestadual e Internacional Passageiros	13.888.080	13.888.080	
1.3.3.8. 00.00	Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização	25.000.000	25.000.000	
1.3.3.9. 00.00	Receita de Outorga dos Serviços de Energia Elétrica	570.520	570.520	
1.3.9.0. 00.00	***Outras Receitas Patrimoniais***	***27.028.480***	***900.000***	***26.128.480***
1.4.0.0. 00.00	**Receita Agropecuaria**	**35.160.775**	**2.413.000**	**32.747.775**
1.4.1.0. 00.00	***Receita da Produção Vegetal***	***24.905.182***	***2.100.000***	***22.805.182***

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.4.2.0. 00.00	***Receita da Produção Animal e Derivados***	***8.822.882***	***200.000***	***8.622.882***
1.4.9.0. 00.00	***Outras Receitas Agropecuarias***	***1.432.711***	***113.000***	***1.319.711***
1.5.0.0. 00.00	**Receita Industrial**	**287.970.694**	**110.559.764**	**177.410.930**
1.5.2.0. 00.00	Receita da Industria de Transformação	286.970.694	110.559.764	176.410.930
1.5.2.0. 20.00	*Receita da Industria Química*	*18.212.460*		*18.212.460*
1.5.2.0. 21.00	*Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios*	*40.653.145*		*40.653.145*
1.5.2.0. 26.00	*Receita da Industria de Produtos Alimentares*	*2.663.452*		*2.663.452*
1.5.2.0. 29.00	*Receita da Industria Editorial e Grafica*	*111.862.697*	*110.485.364*	*1.377.333*
1.5.2.0. 99.00	*Outras Receitas da Industria de Transformação*	*113.578.940*	*74.400*	*113.504.540*
1.5.3.0. 00.00	***Receita da Industria de Construção***	***1.000.000***		***1.000.000***
1.6.0.0. 00.00	Receita de Serviços	12.056.680.669	8.995.885.583	3.060.795.086
1.6.0.0. 01.00	*Serviços Comerciais*	*67.862.727*	*30.763.289*	*37.099.438*
1.6.0.0. 01.01	*Serviços de Comercialização de Medicamentos*	*213.262*		*213.262*
1.6.0.0. 01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*11.273.459*	*262.390*	*11.011.069*
1.6.0.0. 01.03	*Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuarios*	*19.024.799*		*19.024.799*
1.6.0.0. 01.06	*Serviços de Comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informatica*	*3.466.456*	*3.466.456*	
1.6.0.0. 01.07	*Receita de Utilização de Posições Orbitais*	*27.000.000*	*27.000.000*	
1.6.0.0. 01.99	*Outros Serviços Comerciais*	*6.884.751*	*34.443*	*6.850.308*
1.6.0.0. 02.00	*Serviços Financeiros*	*9.238.510.004*	*8.395.627.454*	*842.882.550*
1.6.0.0. 02.01	*Juros de Emprestimos*	*8.393.921.929*	*8.311.437.454*	*82.484.475*
1.6.0.0. 02.03	*Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais*	*85.039.807*	*84.190.000*	*849.807*
1.6.0.0. 02.09	*Outras Operacoes de Autoridade Monetaria*	*757.752.068*		*757.752.068*
1.6.0.0. 02.99	*Outros Serviços Financeiros*	*1.796.200*		*1.796.200*
1.6.0.0. 03.00	*Serviços de Transporte*	*66.998.148*		*66.998.148*
1.6.0.0. 03.01	*Serviços de Transporte Rodoviario*	*72.936*		*72.936*
1.6.0.0. 03.02	*Serviços de Transporte Ferroviario*	*60.560.312*		*60.560.312*
1.6.0.0. 03.03	*Serviços de Transporte Hidroviario*	*564.900*		*564.900*
1.6.0.0. 03.04	*Serviços de Transporte Aereo*	*5.800.000*		*5.800.000*
1.6.0.0. 04.00	*Serviços de Comunicação*	*12.784.927*		*12.784.927*
1.6.0.0. 05.00	*Serviços de Saude*	*32.567.704*	*13.380.000*	*19.187.704*
1.6.0.0. 05.01	*Serviços Hospitalares*	*32.567.704*	*13.380.000*	*19.187.704*
1.6.0.0. 07.00	*Serviços de Armazenagem*	*26.096.000*	*57.000*	*26.039.000*
1.6.0.0. 08.00	*Serviços de Processamento de Dados*	*574.790.374*	*18.862.989*	*555.927.385*
1.6.0.0. 10.00	*Serviços de Informações Estatisticas*	*10.460.987*	*10.441.227*	*19.760*
1.6.0.0. 11.00	*Serviços de Metrologia*	*97.838.378*	*1.842.132*	*95.996.246*
1.6.0.0. 11.01	*Metrologia Legal e Certificatoria Delegada*	*84.014.983*		*84.014.983*
1.6.0.0. 11.02	*Metrologia Cientifica e Industrial*	*1.965.246*	*579.000*	*1.386.246*
1.6.0.0. 11.03	*Metrologia Legal*	*5.286.165*		*5.286.165*

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Recursos de Todas as Fontes		
		Total	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.6.0.0. 11.04	*Certificação de Produtos e Serviços*	*5.980.064*	*1.263.132*	*4.716.932*
1.6.0.0. 11.05	*Informação Tecnologica*	*591.920*		*591.920*
1.6.0.0. 12.00	*Serviços Tecnologicos*	*10.497.590*	*3.728.600*	*6.768.990*
1.6.0.0. 13.00	*Serviços Administrativos*	*175.336.890*	*23.525.417*	*151.811.473*
1.6.0.0. 14.00	*Serviços de Inspeção e Fiscalização*	*18.063.596*		*18.063.596*
1.6.0.0. 15.00	*Serviços de Meteorologia*	*165.000*	*165.000*	
1.6.0.0. 16.00	*Serviços Educacionais*	*91.901.288*	*14.715.000*	*77.186.288*
1.6.0.0. 17.00	*Serviços Agropecuarios*	*1.017.187*	*70.000*	*947.187*
1.6.0.0. 18.00	*Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação*	*11.744.106*		*11.744.106*
1.6.0.0. 19.00	*Serviços Recreativos e Culturais*	*14.795.807*	*1.264.702*	*13.531.105*
1.6.0.0. 20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	*128.811.514*	*2.107.642*	*126.703.872*
1.6.0.0. 21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	*12.369.161*	*35.000*	*12.334.161*
1.6.0.0. 22.00	*Serviços de Estudos e Pesquisas*	*41.363.566*	*541.900*	*40.821.666*
1.6.0.0. 23.00	*Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferencias de Tecnologia*	*83.839.617*		*83.839.617*
1.6.0.0. 23.02	*Serviços de Registro de Marcas*	*80.936.617*		*80.936.617*
1.6.0.0. 23.03	*Serviços de Registro de Transferência de Tecnologia*	*2.903.000*		*2.903.000*
1.6.0.0. 24.00	*Serviços de Registro do Comercio*	*4.774.324*	*4.774.324*	
1.6.0.0. 25.00	*Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas*	*16.541.430*		*16.541.430*
1.6.0.0. 26.00	*Serviços de Fornecimento de Agua*	*6.710.064*		*6.710.064*
1.6.0.0. 27.00	*Serviços de Perfuração e Instalação de Poços*	*194.008*		*194.008*
1.6.0.0. 28.00	*Serviços de Geoprocessamento*	*46.152*		*46.152*
1.6.0.0. 29.00	*Serviços de Cadastramento de Fornecedores*	*2.877.509*	*2.877.509*	
1.6.0.0. 30.00	*Tarifa de Utilização de Farois*	*50.468.398*	*50.468.398*	
1.6.0.0. 31.00	*Tarifa e Adicional Sobre Tarifa Aeroportuaria*	*160.762.343*		*160.762.343*
1.6.0.0. 31.02	*Adicional Sobre Tarifa Aeroportuaria*	*160.762.343*		*160.762.343*
1.6.0.0. 32.00	*Serviços de Internamento de Mercadorias*	*130.383.367*		*130.383.367*
1.6.0.0. 33.00	*Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxilios a Navegação Aerea em Rota*	*334.400.000*		*334.400.000*
1.6.0.0. 34.00	*Serviços de Regulamentação e Exploração dos Serviços de Telecomunicações, no Regime Privado*	*1.000.000*		*1.000.000*
1.6.0.0. 35.00	*Serviços de Compensação de Variações Salariais*	*415.338.000*	*415.338.000*	
1.6.0.0. 36.00	*Prestacao de Servicos Pelo Banco Central do Brasil*	*81.000.000*		*81.000.000*
1.6.0.0. 37.00	*Operacoes de Cambio*	*69.793.973*		*69.793.973*
1.6.0.0. 38.00	*Operacoes em Moeda Estrangeira*	*3.000.000*		*3.000.000*
1.6.0.0. 99.00	*Outros Serviços*	*61.576.530*	*5.300.000*	*56.276.530*
1.7.0.0. 00.00	**Transferencias Correntes**	**234.611.725**	**151.924.957**	**82.686.768**
1.7.1.0. 00.00	***Transferencias Intragovernamentais***	***1.099.995***	***1.099.995***	
1.7.1.1. 00.00	Transferencias da União	1.099.995	1.099.995	
1.7.1.1. 01.00	*Transferencias de Recursos do Tesouro Nacional*	*1.099.995*	*1.099.995*	
1.7.1.1. 01.99	*Transferencia de Outros Recursos do Tesouro Nacional*	*1.099.995*	*1.099.995*	

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos de Todas as Fontes Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.7.3.0. 00.00	***Transferencias de Instituições Privadas***	***36.579.638***	***21.450.638***	***15.129.000***
1.7.4.0. 00.00	***Transferencias do Exterior***	***106.795.324***	***104.474.324***	***2.321.000***
1.7.5.0. 00.00	***Transferencias de Pessoas***	***15.000***		***15.000***
1.7.6.0. 00.00	***Transferencias de Convenios***	***90.121.768***	***24.900.000***	***65.221.768***
1.7.6.1. 00.00	Transferencias de Convenios da União e de Suas Entidades	24.250.000	14.250.000	10.000.000
1.7.6.2. 00.00	Transferencias de Convenios dos Estados e do Distrito Federal e Suas Entidades	56.283.768	7.950.000	48.333.768
1.7.6.3. 00.00	Transferencias de Convenios dos Municipios e de Suas Entidades	9.578.000	2.700.000	6.878.000
1.7.6.4. 00.00	Transferencias de Convenios de Instituições Privadas	10.000		10.000
1.9.0.0. 00.00	**Outras Receitas Correntes**	**14.529.754.252**	**14.015.216.184**	**514.538.068**
1.9.1.0. 00.00	***Multas e Juros de Mora***	***5.084.883.524***	***5.039.795.765***	***45.087.759***
1.9.1.1. 00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.192.855.928	2.192.855.928	
1.9.1.1. 01.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Importação*	*57.016.110*	*57.016.110*	
1.9.1.1. 02.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza*	*1.814.734.730*	*1.814.734.730*	
1.9.1.1. 02.01	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Fisicas*	*128.137.210*	*128.137.210*	
1.9.1.1. 02.02	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Juridicas*	*615.423.243*	*615.423.243*	
1.9.1.1. 02.03	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Renda Retido nas Fontes*	*1.071.174.277*	*1.071.174.277*	
1.9.1.1. 03.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre Produtos Industrializados*	*255.137.589*	*255.137.589*	
1.9.1.1. 04.00	*Multa e Juros de Mora do Imp. Sobre Operações de Credito Cambio e Seguro,ou Relativas a Tit. Ou Val. Mobil.*	*23.353.954*	*23.353.954*	
1.9.1.1. 07.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre Exportação*	*175.616*	*175.616*	
1.9.1.1. 08.00	*Multa e Juros de Mora do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural*	*37.292.929*	*37.292.929*	
1.9.1.1. 31.00	*Multa e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações*	*5.145.000*	*5.145.000*	
1.9.1.2. 00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	2.536.527.326	2.536.527.326	
1.9.1.2. 01.00	*Multa e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS*	*1.525.761.026*	*1.525.761.026*	
1.9.1.2. 07.00	*Multas e Juros de Mora da Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Financeira - CPMF*	*12.650.589*	*12.650.589*	
1.9.1.2. 31.00	*Multa e Juros de Mora das Contrib P/ os Prog de Integr. Social e de Form. Do Patr. Serv. Publico-PIS/PASEP*	*331.635.380*	*331.635.380*	
1.9.1.2. 32.00	*Multa e Juros de Mora da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Juridicas - CSLL*	*666.480.331*	*666.480.331*	
1.9.1.8. 00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	83.367.326	81.761.048	1.606.278
1.9.1.9. 00.00	Multas de Outras Origens	272.132.944	228.651.463	43.481.481
1.9.1.9. 01.00	*Multas Previstas na Legislação de Metrologia*	*11.393.872*		*11.393.872*
1.9.1.9. 06.00	*Multas do Codigo Eleitoral e Leis Conexas*	*5.631.868*	*5.631.868*	
1.9.1.9. 08.00	*Multas Previstas na Lei do Serviço Militar*	*3.638.386*	*3.638.386*	
1.9.1.9. 09.00	*Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações*	*5.000.000*	*5.000.000*	
1.9.1.9. 13.00	*Multas Previstas na Legislação Sobre Lubrificantes e Combustiveis*	*2.000.000*	*2.000.000*	
1.9.1.9. 15.00	*Multas Previstas na Legislação de Transito*	*201.110.000*	*193.110.000*	*8.000.000*
1.9.1.9. 18.00	*Multas de Alugeis*	*1.700*		*1.700*
1.9.1.9. 19.00	*Multas de Arrendamentos*	*15.000*		*15.000*

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.9.1.9. 26.00	*Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos*	*1.440.000*	*1.440.000*	
1.9.1.9. 28.00	*Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviario Interestadual e Internacional de Passageiros e Cargas*	*1.551.276*	*1.551.276*	
1.9.1.9. 99.00	*Outras Multas*	*40.350.842*	*16.279.933*	*24.070.909*
1.9.2.0. 00.00	***Indenizações e Restituições***	***1.035.356.255***	***633.693.958***	***401.662.297***
1.9.2.1. 00.00	Indenizações	491.729.947	360.740.670	130.989.277
1.9.2.1. 01.00	*Utilização de Recursos Hidricos Tratado de Itaipu*	*360.687.101*	*360.687.101*	
1.9.2.1. 01.01	*Utilização de Recursos Hidricos Tratado de Itaipu Parcelas Vincendas*	*295.122.122*	*295.122.122*	
1.9.2.1. 01.02	*Utilização de Recursos Hidricos Tratado de Itaipu Parcelas Vencidas*	*65.564.979*	*65.564.979*	
1.9.2.1. 09.00	*Outras Indenizações*	*131.042.846*	*53.569*	*130.989.277*
1.9.2.2. 00.00	Restituições	543.626.308	272.953.288	270.673.020
1.9.2.2. 01.00	*Restituição de Convenio*	*13.284*	*13.284*	
1.9.2.2. 03.00	*Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares*	*239.099.999*		*239.099.999*
1.9.2.2. 99.00	*Outras Restituições*	*304.513.025*	*272.940.004*	*31.573.021*
1.9.3.0. 00.00	***Receita da Divida Ativa***	***172.624.419***	***171.331.111***	***1.293.308***
1.9.3.1. 00.00	Receita da Divida Ativa Tributaria	171.331.111	171.331.111	
1.9.3.1. 01.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Quaisquer Natureza*	*155.274.880*	*155.274.880*	
1.9.3.1. 01.01	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Fisicas*	*23.316.531*	*23.316.531*	
1.9.3.1. 01.02	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Juridicas*	*117.896.483*	*117.896.483*	
1.9.3.1. 01.03	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Renda Retido nas Fontes*	*14.061.866*	*14.061.866*	
1.9.3.1. 02.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre Produtos Industrializados*	*10.736.605*	*10.736.605*	
1.9.3.1. 03.00	*Receita da Divida Ativa do Imp. S/oper. De Credito,cambio e Seguro, Ou Relativas a Titulos Ou Valores Mobiliar*	*254.611*	*254.611*	
1.9.3.1. 04.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural*	*2.695.518*	*2.695.518*	
1.9.3.1. 05.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre a Importação*	*2.333.856*	*2.333.856*	
1.9.3.1. 06.00	*Receita da Divida Ativa do Imposto Sobre Exportação*	*35.641*	*35.641*	
1.9.3.2. 00.00	Receita da Divida Ativa Não Tributaria	1.293.308		1.293.308
1.9.9.0. 00.00	Receitas Diversas	8.236.890.054	8.170.395.350	66.494.704
1.9.9.0. 02.00	*Receita de Honorarios de Advogados*	*181.858.410*	*181.855.321*	*3.089*
1.9.9.0. 03.00	*Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos*	*11.323.864*	*9.679.964*	*1.643.900*
1.9.9.0. 04.00	*Produto de Depositos Abandonados (dinheiro E/ou Objetos de Valor)*	*6.265.153*	*6.265.153*	
1.9.9.0. 06.00	*Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Pela Industria Cinematografica*	*1.065.000*		*1.065.000*
1.9.9.0. 16.00	*Receita de Participação do Seguro - Dpvat - Sistema Nacional de Transito*	*74.500.000*	*74.500.000*	
1.9.9.0. 17.00	*Receita Decorrente da Conta Petroleo, Derivados e Alcool*	*6.500.000.000*	*6.500.000.000*	
1.9.9.0. 99.00	*Outras Receitas*	*1.461.877.627*	*1.398.094.912*	*63.782.715*
2.0.0.0. 00.00	**Receitas de Capital**	**657.824.618.427**	**655.289.517.411**	**2.535.101.016**
2.1.0.0. 00.00	**Operações de Credito**	**622.352.717.915**	**621.419.046.915**	**933.671.000**
2.1.1.0. 00.00	***Operações de Credito Internas***	***616.959.113.871***	***616.035.442.871***	***923.671.000***

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
2.1.1.1. 00.00	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	615.902.242.871	615.902.242.871	
2.1.1.1. 01.00	*Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Divida Pública Federal*	*539.533.871.180*	*539.533.871.180*	
2.1.1.1. 02.00	*Titulos da Divida Agraria - Tda*	*280.000.000*	*280.000.000*	
2.1.1.1. 03.00	*Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações*	*76.088.371.691*	*76.088.371.691*	
2.1.1.9. 00.00	Outras Operações de Credito Internas	1.056.871.000	133.200.000	923.671.000
2.1.2.0. 00.00	***Operações de Credito Externas***	***5.393.604.044***	***5.383.604.044***	***10.000.000***
2.1.2.9. 00.00	Outras Operações de Credito Externas	5.393.604.044	5.383.604.044	10.000.000
2.2.0.0. 00.00	**Alienação de Bens**	**15.512.425.984**	**14.329.466.444**	**1.182.959.540**
2.2.1.0. 00.00	***Alienação de Bens Moveis***	***15.420.348.971***	***14.301.138.522***	***1.119.210.449***
2.2.1.1. 00.00	Alienação de Titulos Mobiliarios	14.175.489.638	14.158.781.880	16.707.758
2.2.1.2. 00.00	Alienação de Estoques	565.855.000	10.000.000	555.855.000
2.2.1.2. 01.00	*Alienação de Estoques Reguladores Vinculados a Politica de Garantia de Preços Minimos-pgpm*	*165.222.000*		*165.222.000*
2.2.1.2. 02.00	*Alienação de Estoques Estrategicos Vinculados a Politica de Garantia de Preços Minimos-pgpm*	*219.017.000*		*219.017.000*
2.2.1.2. 03.00	*Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais*	*171.616.000*		*171.616.000*
2.2.1.2. 05.00	*Alienação de Estoques por Atacado*	*10.000.000*	*10.000.000*	
2.2.1.3. 00.00	Receita de Equalização	539.432.000		539.432.000
2.2.1.3. 01.00	*Execução da Pgpm e Sustentação de Preços de Mercado- Equalização de Preços*	*539.432.000*		*539.432.000*
2.2.1.9. 00.00	Alienação de Outros Bens Moveis	139.572.333	132.356.642	7.215.691
2.2.2.0. 00.00	***Alienação de Bens Imoveis***	***92.077.013***	***28.327.922***	***63.749.091***
2.2.2.1. 00.00	Alienação de Imoveis Rurais para Colonização e Reforma Agraria	15.375.000	15.210.000	165.000
2.2.2.9. 00.00	Alienação de Outros Bens Imoveis	76.702.013	13.117.922	63.584.091
2.3.0.0. 00.00	Amortização de Emprestimos	10.941.130.513	10.527.116.237	414.014.276
2.3.0.0. 10.00	*Amortização de Emprestimos - Bea/bib*	*13.608.162*	*13.608.162*	
2.3.0.0. 30.00	*Amortização de Emprestimos - Estados e Municipios*	*4.528.790.434*	*4.528.790.434*	
2.3.0.0. 40.00	*Amortização de Emprestimos - Refinanciamento de Dividas de Medi0 e Longo Prazos*	*337.852.654*	*337.852.654*	
2.3.0.0. 50.00	*Amortização de Emprestimos - Pooc*	*1.290.708.000*	*1.290.708.000*	
2.3.0.0. 60.00	*Amortização de Emprestimos - Refinanciamento de Dividas do Clube de Paris*	*165.345.733*	*165.345.733*	
2.3.0.0. 70.00	*Outras Amortizacoes de Emprestimos*	*678.302.000*	*678.302.000*	
2.3.0.0. 70.02	*Amortizacao de Emprestimos - em Contrato*	*678.302.000*	*678.302.000*	
2.3.0.0. 99.00	*Amortização de Emprestimos Diversos*	*3.926.523.530*	*3.512.509.254*	*414.014.276*
2.4.0.0. 00.00	**Transferencias de Capital**	**41.654.688**	**41.154.688**	**500.000**
2.4.4.0. 00.00	***Transferencias do Exterior***	***14.604.688***	***14.104.688***	***500.000***
2.4.6.0. 00.00	***Transferencias de Outras Instituições Públicas***	***350.000***	***350.000***	
2.4.7.0. 00.00	***Transferencias de Convenios***	***26.700.000***	***26.700.000***	
2.4.7.1. 00.00	Transferencias de Convenios da União e de Suas Entidades	18.200.000	18.200.000	
2.4.7.2. 00.00	Transferencias de Convenios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	5.550.000	5.550.000	
2.4.7.3. 00.00	Transferencias de Convenios dos Municipios e de Suas Entidades	2.950.000	2.950.000	
2.5.0.0. 00.00	**Outras Receitas de Capital**	**8.976.689.327**	**8.972.733.127**	**3.956.200**

Quadro 4A - Demonstrativo da Receita do Orçamento Fiscal

LDO, Art. 8°, §1°, Inciso VI, (Lei 4320, de 1964, Art.2°, §1°, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Código	*Especificação*	*Total*	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*
2.5.4.0. 00.00	***Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional***	***8.972.483.000***	***8.972.483.000***	
2.5.9.0. 00.00	***Outras Receitas***	***4.206.327***	***250.127***	***3.956.200***
	Total	806.160.670.241	*798.880.461.132*	*7.280.209.109*

Quadro 4B - Demonstrativo da Receita do Orçamento da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos de Todas as Fontes	
			Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes
1.0.0.0. 00.00	**Receitas Correntes**	**131.962.103.722**	**131.385.490.969**	**576.612.753**
1.1.0.0. 00.00	**Receita Tributaria**	**128.000.000**	**128.000.000**	
1.1.2.0. 00.00	***Taxas***	***128.000.000***	***128.000.000***	
1.1.2.1. 00.00	Taxas Pelo Exercicio do Poder de Policia	128.000.000	128.000.000	
1.1.2.1. 17.00	*Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária*	*78.000.000*	*78.000.000*	
1.1.2.1. 20.00	*Taxa de Saúde Suplementar*	*50.000.000*	*50.000.000*	
1.2.0.0. 00.00	**Receita de Contribuições**	**129.837.599.979**	**129.499.895.112**	**337.704.867**
1.2.1.0. 00.00	Contribuições Sociais	129.837.599.979	129.499.895.112	337.704.867
1.2.1.0. 01.00	*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS*	*33.119.479.562*	*33.119.479.562*	
1.2.1.0. 04.00	*Cota-parte da Contribuição Sindical*	*72.665.793*	*72.665.793*	
1.2.1.0. 07.00	*Contribuição para o Fundo de Saude*	*137.600.000*		*137.600.000*
1.2.1.0. 08.00	*Contribuição da Renda Liquida de Concursos de Prognosticos para a Seguridade Social*	*445.424.366*	*445.424.366*	
1.2.1.0. 11.00	*Contribuição e Adicional Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*92.748.515*	*92.748.515*	
1.2.1.0. 11.01	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*9.533.792*	*9.533.792*	
1.2.1.0. 11.02	*Contribuição do Adicional a Receita de Concursos de Prognosticos para o Indesp*	*83.214.723*	*83.214.723*	
1.2.1.0. 13.00	*Contribuição Provisoria Sobre Movimentação Ou Transm. De Valores e de Cred. E Dir. De Nat. Financeira*	*13.099.009.101*	*13.099.009.101*	
1.2.1.0. 14.00	*Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognosticos e Premios Prescritos*	*249.660.216*	*249.660.216*	
1.2.1.0. 15.00	*Contribuições para o Custeio de Pensões Militares*	*247.811.810*	*247.811.810*	
1.2.1.0. 16.00	*Renda Liquida da Loteria Federal Instantânea*	*15.078.209*	*15.078.209*	
1.2.1.0. 29.00	*Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor*	*3.925.185.104*	*3.925.185.104*	
1.2.1.0. 30.00	*Contribuições dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social*	*62.590.818.903*	*62.590.818.903*	
1.2.1.0. 32.00	*Contribuições Rurais*	*235.417.867*	*35.313.000*	*200.104.867*
1.2.1.0. 32.01	*Contribuição Industrial Rural*	*44.771.200*	*6.716.000*	*38.055.200*
1.2.1.0. 32.03	*Adicional a Contribuição Previdenciaria*	*190.646.667*	*28.597.000*	*162.049.667*
1.2.1.0. 37.00	*Contribuições para os Programas de Integração Soc. E de Formação do Patrimonio do Servidor Publico-pis/pasep*	*8.340.884.038*	*8.340.884.038*	
1.2.1.0. 38.00	*Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Juridicas*	*7.265.816.495*	*7.265.816.495*	
1.3.0.0. 00.00	**Receita Patrimonial**	**537.499.152**	**527.174.412**	**10.324.740**
1.3.1.0. 00.00	***Receitas Imobiliarias***	***3.324.740***		***3.324.740***
1.3.1.1. 00.00	Alugueis	3.077.000		3.077.000
1.3.1.5. 00.00	Taxa de Ocupação de Imoveis	247.740		247.740
1.3.2.0. 00.00	***Receitas de Valores Mobiliarios***	***533.458.240***	***526.458.240***	***7.000.000***
1.3.2.1. 00.00	Juros de Titulos de Renda	199.221.840	197.421.840	1.800.000
1.3.2.2. 00.00	Dividendos	200.000		200.000
1.3.2.5. 00.00	Remuneração de Depositos Bancarios	5.000.000		5.000.000
1.3.2.6. 00.00	Remuneração de Depositos Especiais	319.635.360	319.635.360	
1.3.2.7. 00.00	Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	9.401.040	9.401.040	
1.3.9.0. 00.00	***Outras Receitas Patrimoniais***	***716.172***	***716.172***	

Quadro 4B - Demonstrativo da Receita do Orçamento da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
1.5.0.0. 00.00	**Receita Industrial**	**43.970.000**		**43.970.000**
1.5.2.0. 00.00	Receita da Industria de Transformação	43.970.000		43.970.000
1.5.2.0. 20.00	*Receita da Industria Quimica*	*140.000*		*140.000*
1.5.2.0. 21.00	*Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios*	*43.830.000*		*43.830.000*
1.6.0.0. 00.00	Receita de Serviços	576.784.745	423.020.353	153.764.392
1.6.0.0. 01.00	*Serviços Comerciais*	*100.000*		*100.000*
1.6.0.0. 01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*100.000*		*100.000*
1.6.0.0. 02.00	*Serviços Financeiros*	*423.020.353*	*423.020.353*	
1.6.0.0. 02.06	*Remuneração Sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Economico*	*423.020.353*	*423.020.353*	
1.6.0.0. 05.00	*Serviços de Saude*	*61.363.252*		*61.363.252*
1.6.0.0. 05.01	*Serviços Hospitalares*	*58.733.128*		*58.733.128*
1.6.0.0. 05.99	*Outros Serviços de Saude*	*2.630.124*		*2.630.124*
1.6.0.0. 13.00	*Serviços Administrativos*	*92.091.140*		*92.091.140*
1.6.0.0. 14.00	*Serviços de Inspeção e Fiscalização*	*145.000*		*145.000*
1.6.0.0. 23.00	*Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferencias de Tecnologia*	*10.000*		*10.000*
1.6.0.0. 23.02	*Serviços de Registro de Marcas*	*10.000*		*10.000*
1.6.0.0. 99.00	*Outros Serviços*	*55.000*		*55.000*
1.7.0.0. 00.00	**Transferencias Correntes**	**1.939.000**		**1.939.000**
1.7.4.0. 00.00	***Transferencias do Exterior***	***1.939.000***		***1.939.000***
1.9.0.0. 00.00	**Outras Receitas Correntes**	**836.310.846**	**807.401.092**	**28.909.754**
1.9.1.0. 00.00	***Multas e Juros de Mora***	***8.274.751***	***1.637.681***	***6.637.070***
1.9.1.8. 00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	6.637.070		6.637.070
1.9.1.9. 00.00	Multas de Outras Origens	1.637.681	1.637.681	
1.9.1.9. 27.00	*Multas e Juros Previstos em Contratos*	*1.637.681*	*1.637.681*	
1.9.2.0. 00.00	***Indenizações e Restituições***	***210.338.234***	***190.600.000***	***19.738.234***
1.9.2.1. 00.00	Indenizações	5.393.122		5.393.122
1.9.2.1. 09.00	*Outras Indenizações*	*5.393.122*		*5.393.122*
1.9.2.2. 00.00	Restituições	204.945.112	190.600.000	14.345.112
1.9.2.2. 01.00	*Restituição de Convenio*	*19.790.000*	*10.600.000*	*9.190.000*
1.9.2.2. 02.00	*Restituição de Beneficios Não Desembolsados*	*180.000.000*	*180.000.000*	
1.9.2.2. 99.00	*Outras Restituições*	*5.155.112*		*5.155.112*
1.9.9.0. 00.00	Receitas Diversas	617.697.861	615.163.411	2.534.450
1.9.9.0. 03.00	*Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos*	*6.186.642*	*6.186.642*	
1.9.9.0. 04.00	*Produto de Depositos Abandonados (dinheiro E/ou Objetos de Valor)*	*4.176.769*	*4.176.769*	
1.9.9.0. 16.00	*Receita de Participação do Seguro - Dpvat - Sistema Nacional de Transito*	*578.400.000*	*578.400.000*	
1.9.9.0. 99.00	*Outras Receitas*	*28.934.450*	*26.400.000*	*2.534.450*
2.0.0.0. 00.00	**Receitas de Capital**	**11.798.773**		**11.798.773**
2.2.0.0. 00.00	**Alienação de Bens**	**11.598.773**		**11.598.773**

Quadro 4B - Demonstrativo da Receita do Orçamento da Seguridade Social

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VI. (Lei 4320, de 1964, Art.2º, §1º, Inciso III, Anexo III)

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Recursos do Tesouro	Recursos de Todas as Fontes Rec. de Outras Fontes
2.2.1.0. 00.00	***Alienação de Bens Moveis***	***18.937***		***18.937***
2.2.1.9. 00.00	Alienação de Outros Bens Moveis	18.937		18.937
2.2.2.0. 00.00	***Alienação de Bens Imoveis***	***11.579.836***		***11.579.836***
2.2.2.9. 00.00	Alienação de Outros Bens Imoveis	11.579.836		11.579.836
2.5.0.0. 00.00	**Outras Receitas de Capital**	**200.000**		**200.000**
2.5.9.0. 00.00	***Outras Receitas***	***200.000***		***200.000***
	Total	131.973.902.495	*131.385.490.969*	*588.411.526*

Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Nacional Diretamente Arrecadados por Órgão

Quadro 5 - Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Nacional Diretamente Arrecadados por Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso IX

R$ 1,00

Recursos do Tesouro

Código	*Órgão / Unidade Orçamentária*	*Total*	*Fonte*		*Orçamento*	
			150	*180*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
01 *.000*	Câmara dos Deputados	3.255.780	3.129.109	126.671	3.255.780	
01 *.901*	**Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados**	**3.255.780**	**3.129.109**	**126.671**	**3.255.780**	
02 *.000*	Senado Federal	8.517.097	8.109.197	407.900	8.517.097	
02 *.104*	**Secretaria Especial de Editoração e Publicação**	**35.070**	**4.208**	**30.862**	**35.070**	
02 *.901*	**Fundo Especial do Senado Federal**	**462.613**	**462.613**		**462.613**	
02 *.903*	**Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal**	**1.885.014**	**1.507.976**	**377.038**	**1.885.014**	
02 *.904*	**Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicação**	**6.134.400**	**6.134.400**		**6.134.400**	
11 *.000*	Superior Tribunal de Justiça	323.423	323.423		323.423	
11 *.101*	**Superior Tribunal de Justiça**	**323.423**	**323.423**		**323.423**	
14 *.000*	Justiça Eleitoral	5.631.868	5.631.868		5.631.868	
14 *.901*	**Fundo Partidário**	**5.631.868**	**5.631.868**		**5.631.868**	
20 *.000*	Presidência da República	110.137.096	110.137.096		110.137.096	
20 *.118*	**Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**	**1.178.600**	**1.178.600**		**1.178.600**	
20 *.120*	**Arquivo Nacional**	**57.340**	**57.340**		**57.340**	
20 *.926*	**Fundo Nacional Antidrogas - Funad**	**4.120.000**	**4.120.000**		**4.120.000**	
20 *.927*	**Fundo de Imprensa Nacional**	**104.781.156**	**104.781.156**		**104.781.156**	
22 *.000*	Ministério da Agricultura e do Abastecimento	949.993.000	179.031.000	770.962.000	914.680.000	35.313.000
22 *.101*	**Ministério da Agricultura e do Abastecimento**	**47.410.000**	**47.410.000**		**12.097.000**	**35.313.000**
22 *.903*	**Fundo Geral do Cacau**	**5.000.000**	**5.000.000**		**5.000.000**	
22 *.906*	**Fundo de Defesa da Economia Cafeeira**	**897.583.000**	**126.621.000**	**770.962.000**	**897.583.000**	
24 *.000*	Ministério da Ciência e Tecnologia	5.028.588	4.486.588	542.000	5.028.588	
24 *.101*	**Ministério da Ciência e Tecnologia**	**4.486.588**	**4.486.588**		**4.486.588**	
24 *.901*	**Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**	**542.000**		**542.000**	**542.000**	
25 *.000*	Ministério da Fazenda	1.644.393.086	928.816.000	715.577.086	1.644.393.086	
25 *.902*	**Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização**	**65.500.000**	**65.500.000**		**65.500.000**	
25 *.903*	**Fundo de Compensação e Variações Salariais**	**1.189.766.000**	**724.828.000**	**464.938.000**	**1.189.766.000**	
25 *.904*	**Fundo de Estabilidade do Seguro Rural**	**1.800.000**	**1.800.000**		**1.800.000**	
25 *.913*	**Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento**	**13.804.000**	**13.804.000**		**13.804.000**	
25 *.914*	**Fundo de Garantia à Exportação - FGE**	**373.523.086**	**122.884.000**	**250.639.086**	**373.523.086**	
26 *.000*	Ministério da Educação	433.620.479	5.366.957	428.253.522	433.620.479	
26 *.101*	**Ministério da Educação**	**910.000**	**910.000**		**910.000**	
26 *.104*	**Instituto Nacional de Educação de Surdos**	**1.127**	**1.127**		**1.127**	
26 *.907*	**Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior**	**432.709.352**	**4.455.830**	**428.253.522**	**432.709.352**	
28 *.000*	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	15.215.551	15.215.551		15.215.551	
28 *.101*	**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**	**15.215.551**	**15.215.551**		**15.215.551**	
30 *.000*	Ministério da Justiça	402.842.166	402.842.166		402.842.166	
30 *.101*	**Ministério da Justiça**	**74.500.000**	**74.500.000**		**74.500.000**	

Quadro 5 - Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Nacional Diretamente Arrecadados por Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso IX

R$ 1,00

Recursos do Tesouro

Código	*Órgão / Unidade Orçamentária*	*Total*	*Fonte*		*Orçamento*	
			150	*180*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
30 .107	**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**	**126.900.000**	**126.900.000**		**126.900.000**	
30 .211	**Conselho Administrativo de Defesa Econômica**	**9.415.000**	**9.415.000**		**9.415.000**	
30 .905	**Fundo de Defesa de Direitos Difusos**	**2.280.000**	**2.280.000**		**2.280.000**	
30 .907	**Fundo Penitenciário Nacional**	**5.731.366**	**5.731.366**		**5.731.366**	
30 .908	**Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA**	**3.000.000**	**3.000.000**		**3.000.000**	
30 .909	**Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal**	**110.103.348**	**110.103.348**		**110.103.348**	
30 .910	**Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito**	**70.912.452**	**70.912.452**		**70.912.452**	
32 .000	Ministério de Minas e Energia	173.182.008	173.182.008		173.182.008	
32 .101	**Ministério de Minas e Energia**	**10.000.000**	**10.000.000**		**10.000.000**	
32 .265	**Agência Nacional de Petróleo - ANP**	**2.000.000**	**2.000.000**		**2.000.000**	
32 .266	**Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel**	**161.182.008**	**161.182.008**		**161.182.008**	
34 .000	Ministério Público da União	1.160.000	1.160.000		1.160.000	
34 .101	**Ministério Público Federal**	**500.000**	**500.000**		**500.000**	
34 .104	**Ministério Público do Trabalho**	**360.000**	**360.000**		**360.000**	
34 .105	**Escola Superior do Ministério Público da União**	**300.000**	**300.000**		**300.000**	
35 .000	Ministério das Relações Exteriores	48.000.000	48.000.000		48.000.000	
35 .101	**Ministério das Relações Exteriores**	**48.000.000**	**48.000.000**		**48.000.000**	
36 .000	Ministério da Saúde	732.800.000	732.800.000			732.800.000
36 .212	**Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS**	**78.000.000**	**78.000.000**			**78.000.000**
36 .213	**Agência Nacional de Saúde Suplementar**	**50.000.000**	**50.000.000**			**50.000.000**
36 .901	**Fundo Nacional de Saúde**	**604.800.000**	**604.800.000**			**604.800.000**
38 .000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.142.432.446	192.953.853	949.478.593		1.142.432.446
38 .901	**Fundo de Amparo ao Trabalhador**	**1.142.432.446**	**192.953.853**	**949.478.593**		**1.142.432.446**
39 .000	Ministério dos Transportes	110.673.276	1.673.276	109.000.000	110.673.276	
39 .101	**Ministério dos Transportes**	**1.551.276**	**1.551.276**		**1.551.276**	
39 .901	**Fundo da Marinha Mercante**	**109.122.000**	**122.000**	**109.000.000**	**109.122.000**	
41 .000	Ministério das Comunicações	513.909.527	513.909.527		513.909.527	
41 .231	**Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel**	**513.909.527**	**513.909.527**		**513.909.527**	
42 .000	Ministério da Cultura	880.352	880.352		880.352	
42 .902	**Fundo Nacional de Cultura**	**880.352**	**880.352**		**880.352**	
44 .000	Ministério do Meio Ambiente	118.221.248	118.221.248		118.221.248	
44 .101	**Ministério do Meio Ambiente**	**1.306.248**	**1.306.248**		**1.306.248**	
44 .201	**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**	**116.000.000**	**116.000.000**		**116.000.000**	
44 .901	**Fundo Nacional de Meio Ambiente**	**915.000**	**915.000**		**915.000**	
47 .000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.697.230	21.697.230		21.697.230	
47 .101	**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**	**21.697.230**	**21.697.230**		**21.697.230**	
49 .000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	15.210.000	15.210.000		15.210.000	

Quadro 5 - Demonstrativo dos Recursos do Tesouro Nacional Diretamente Arrecadados por Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso IX

R$ 1,00

Recursos do Tesouro

Código	*Órgão / Unidade Orçamentária*	*Total*	*Fonte*		*Orçamento*	
			150	*180*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
49 .201	**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra**	**15.210.000**	**15.210.000**		**15.210.000**	
52 .000	**Ministério da Defesa**	129.648.877	122.993.093	6.655.784	129.648.877	
52 .902	**Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas**	**14.030.005**	**14.030.005**		**14.030.005**	
52 .903	**Fundo do Serviço Militar**	**6.265.508**	**5.609.724**	**655.784**	**6.265.508**	
52 .912	**Fundo Aeroviário**	**39.200.767**	**33.200.767**	**6.000.000**	**39.200.767**	
52 .931	**Fundo Naval**	**50.468.398**	**50.468.398**		**50.468.398**	
52 .932	**Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo**	**19.684.199**	**19.684.199**		**19.684.199**	
	Total	6.586.773.098	3.605.769.542	2.981.003.556	4.676.227.652	1.910.545.446

Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
01 . 000	**Câmara dos Deputados**	**3.255.780**	**3.129.109**	**126.671**		
01 . **901**	**Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados**	**3.255.780**	**3.129.109**	**126.671**		
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*20.592*	*20.592*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*2.150.000*	*2.150.000*			
	1919.99.00 Outras Multas	*256.950*	*256.950*			
	1921.09.00 Outras Indenizações	*5.569*	*5.569*			
	1990.99.00 Outras Receitas	*998*	*998*			
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*695.000*	*695.000*			
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*126.671*		*126.671*		
02 . 000	**Senado Federal**	**8.517.097**	**8.109.197**	**407.900**		
02 . **104**	**Secretaria Especial de Editoração e Publicação**	**35.070**	**4.208**	**30.862**		
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	*30.862*		*30.862*		
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*4.208*	*4.208*			
02 . **901**	**Fundo Especial do Senado Federal**	**462.613**	**462.613**			
	1311.00.00 Alugueis	*12.913*	*12.913*			
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*203.756*	*203.756*			
	1600.01.06 Serviços de Comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informatica	*27.136*	*27.136*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*126.472*	*126.472*			
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	*74.048*	*74.048*			
	1922.01.00 Restituição de Convenio	*13.284*	*13.284*			
	1922.99.00 Outras Restituições	*5.004*	*5.004*			
02 . **903**	**Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal**	**1.885.014**	**1.507.976**	**377.038**		
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	*377.038*		*377.038*		
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*1.339.684*	*1.339.684*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*8.292*	*8.292*			
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*160.000*	*160.000*			
02 . **904**	**Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicação**	**6.134.400**	**6.134.400**			
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*60.000*	*60.000*			
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*5.700.000*	*5.700.000*			
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*74.400*	*74.400*			
	1921.09.00 Outras Indenizações	*48.000*	*48.000*			
	1922.99.00 Outras Restituições	*48.000*	*48.000*			
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*204.000*	*204.000*			
11 . 000	**Superior Tribunal de Justiça**	**323.423**	**323.423**			
11 . **101**	**Superior Tribunal de Justiça**	**323.423**	**323.423**			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*323.423*	*323.423*			
14 . 000	**Justiça Eleitoral**	**5.631.868**	**5.631.868**			

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
14 . 901	**Fundo Partidário**	**5.631.868**	**5.631.868**			
	1919.06.00 Multas do Codigo Eleitoral e Leis Conexas	*5.631.868*	*5.631.868*			
20 . 000	**Presidência da República**	**123.279.556**	**110.137.096**		**13.142.460**	
20 . 118	**Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**	**1.178.600**	**1.178.600**			
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*1.178.600*	*1.178.600*			
20 . 120	**Arquivo Nacional**	**57.340**	**57.340**			
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*16.100*	*16.100*			
	1600.01.99 Outros Serviços Comerciais	*34.443*	*34.443*			
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*1.155*	*1.155*			
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*5.642*	*5.642*			
20 . 401	**Empresa Brasileira de Comunicação S/A**	**13.142.460**			**13.142.460**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*7.400*			*7.400*	
	1600.04.00 Serviços de Comunicação	*12.714.000*			*12.714.000*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*3.500*			*3.500*	
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	*79.300*			*79.300*	
	1919.18.00 Multas de Alugeis	*1.700*			*1.700*	
	1919.99.00 Outras Multas	*900*			*900*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*12.700*			*12.700*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*19.500*			*19.500*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*121.360*			*121.360*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*36.400*			*36.400*	
	2590.00.00 Outras Receitas	*145.700*			*145.700*	
20 . 926	**Fundo Nacional Antidrogas - Funad**	**4.120.000**	**4.120.000**			
	1121.03.00 Emolumentos de Controle e Fiscalização Sobre Produtos e Insumos Quimicos	*3.300.000*	*3.300.000*			
	1990.03.00 Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos	*400.000*	*400.000*			
	1990.99.00 Outras Receitas	*420.000*	*420.000*			
20 . 927	**Fundo de Imprensa Nacional**	**104.781.156**	**104.781.156**			
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*104.781.156*	*104.781.156*			
22 . 000	**Ministério da Agricultura e do Abastecimento**	**2.164.848.000**	**179.031.000**	**770.962.000**	**672.131.000**	**542.724.000**
22 . 101	**Ministério da Agricultura e do Abastecimento**	**47.410.000**	**47.410.000**			
	1122.19.00 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	*1.956.000*	*1.956.000*			
	1210.32.01 Contribuição Industrial Rural	*6.716.000*	*6.716.000*			
	1210.32.03 Adicional a Contribuição Previdenciaria	*28.597.000*	*28.597.000*			
	1220.05.00 Contribuição Sobre Apostas em Competições Hipicas	*608.000*	*608.000*			
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*287.000*	*287.000*			

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
1490.00.00	*Outras Receitas Agropecuarias*	*113.000*	*113.000*			
1600.15.00	*Serviços de Meteorologia*	*165.000*	*165.000*			
1600.22.00	*Serviços de Estudos e Pesquisas*	*17.000*	*17.000*			
1600.99.00	*Outros Serviços*	*5.300.000*	*5.300.000*			
1919.99.00	*Outras Multas*	*3.651.000*	*3.651.000*			
22 . **202**	**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**	**38.183.000**			**36.978.000**	**1.205.000**
1311.00.00	*Alugueis*	*500.000*			*500.000*	
1312.00.00	*Arrendamentos*	*70.000*			*70.000*	
1315.00.00	*Taxa de Ocupação de Imoveis*	*204.000*			*204.000*	
1319.00.00	*Outras Receitas Imobiliarias*	*1.000*			*1.000*	
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*1.205.000*				*1.205.000*
1410.00.00	*Receita da Produção Vegetal*	*14.124.000*			*14.124.000*	
1420.00.00	*Receita da Produção Animal e Derivados*	*4.101.000*			*4.101.000*	
1490.00.00	*Outras Receitas Agropecuarias*	*176.000*			*176.000*	
1520.26.00	*Receita da Industria de Produtos Alimentares*	*700.000*			*700.000*	
1600.01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*1.395.000*			*1.395.000*	
1600.01.03	*Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuarios*	*113.000*			*113.000*	
1600.01.99	*Outros Serviços Comerciais*	*26.000*			*26.000*	
1600.08.00	*Serviços de Processamento de Dados*	*21.000*			*21.000*	
1600.12.00	*Serviços Tecnologicos*	*868.000*			*868.000*	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	*57.000*			*57.000*	
1600.17.00	*Serviços Agropecuarios*	*15.000*			*15.000*	
1600.20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	*994.000*			*994.000*	
1600.21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	*7.000*			*7.000*	
1600.22.00	*Serviços de Estudos e Pesquisas*	*2.382.000*			*2.382.000*	
1600.23.03	*Serviços de Registro de Transferência de Tecnologia*	*2.903.000*			*2.903.000*	
1600.25.00	*Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas*	*170.000*			*170.000*	
1600.99.00	*Outros Serviços*	*35.000*			*35.000*	
1919.99.00	*Outras Multas*	*321.000*			*321.000*	
1921.09.00	*Outras Indenizações*	*39.000*			*39.000*	
1922.99.00	*Outras Restituições*	*310.000*			*310.000*	
1990.99.00	*Outras Receitas*	*5.058.000*			*5.058.000*	
2219.00.00	*Alienação de Outros Bens Moveis*	*1.526.000*			*1.526.000*	
2221.00.00	*Alienação de Imoveis Rurais para Colonização e Reforma Agraria*	*165.000*			*165.000*	
2229.00.00	*Alienação de Outros Bens Imoveis*	*697.000*			*697.000*	
22 . **211**	**Companhia Nacional de Abastecimento**	**1.176.672.000**			**635.153.000**	**541.519.000**

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1311.00.00 Alugueis	*3.292.000*			*3.292.000*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*71.000*			*71.000*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*94.000*			*94.000*	
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	*2.087.000*				*2.087.000*
	1600.01.03 Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuarios	*18.240.000*			*18.240.000*	
	1600.07.00 Serviços de Armazenagem	*26.039.000*			*26.039.000*	
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	*1.286.000*			*1.286.000*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*22.182.000*			*22.182.000*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*2.763.000*			*2.763.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*436.000*			*436.000*	
	2212.01.00 Alienação de Estoques Reguladores Vinculados a Politica de Garantia de Preços Minimos-pgpm	*165.222.000*			*165.222.000*	
	2212.02.00 Alienação de Estoques Estrategicos Vinculados a Politica de Garantia de Preços Minimos-pgpm	*219.017.000*			*219.017.000*	
	2212.03.00 Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais	*171.616.000*			*171.616.000*	
	2213.01.00 Execução da Pgpm e Sustentação de Preços de Mercado- Equalização de Preços	*539.432.000*				*539.432.000*
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*483.000*			*483.000*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*4.412.000*			*4.412.000*	
22 . 903	**Fundo Geral do Cacau**	**5.000.000**	**5.000.000**			
	1311.00.00 Alugueis	*35.000*	*35.000*			
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*34.000*	*34.000*			
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*1.777.000*	*1.777.000*			
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*200.000*	*200.000*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*120.000*	*120.000*			
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*70.000*	*70.000*			
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*1.400.000*	*1.400.000*			
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*450.000*	*450.000*			
	1922.99.00 Outras Restituições	*84.000*	*84.000*			
	1990.99.00 Outras Receitas	*360.000*	*360.000*			
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*220.000*	*220.000*			
	2590.00.00 Outras Receitas	*250.000*	*250.000*			
22 . 906	**Fundo de Defesa da Economia Cafeeira**	**897.583.000**	**126.621.000**	**770.962.000**		
	1311.00.00 Alugueis	*564.000*	*564.000*			
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*60.569.000*		*60.569.000*		
	1600.02.01 Juros de Emprestimos	*32.091.000*		*32.091.000*		
	1600.07.00 Serviços de Armazenagem	*57.000*	*57.000*			

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*126.000.000*	*126.000.000*			
	2300.70.02 Amortizacao de Emprestimos - em Contrato	*678.302.000*		*678.302.000*		
24 . 000	**Ministério da Ciência e Tecnologia**	178.886.497	4.486.588	542.000	172.515.909	1.342.000
24 **. 101**	**Ministério da Ciência e Tecnologia**	**4.486.588**	**4.486.588**			
	1311.00.00 Alugueis	*7.247*	*7.247*			
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*234.290*	*234.290*			
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*37.992*	*37.992*			
	1600.11.02 Metrologia Cientifica e Industrial	*579.000*	*579.000*			
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*2.550.000*	*2.550.000*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*116.150*	*116.150*			
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*145.522*	*145.522*			
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*706.487*	*706.487*			
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*35.000*	*35.000*			
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*74.900*	*74.900*			
24 **. 201**	**Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico**	**947.913**			**277.913**	**670.000**
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	*270.000*				*270.000*
	1600.03.01 Serviços de Transporte Rodoviario	*1.500*			*1.500*	
	1600.11.04 Certificação de Produtos e Serviços	*36.000*			*36.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*3.450*			*3.450*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*3.000*			*3.000*	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*43.513*			*43.513*	
	1600.25.00 Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas	*90.450*			*90.450*	
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	*100.000*			*100.000*	
	2211.00.00 Alienação de Titulos Mobiliarios	*400.000*				*400.000*
24 **. 204**	**Comissão Nacional de Energia Nuclear**	**26.006.260**			**25.334.260**	**672.000**
	1121.10.00 Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos - TLC	*2.892.000*			*2.892.000*	
	1311.00.00 Alugueis	*409.600*			*409.600*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*672.000*				*672.000*
	1520.20.00 Receita da Industria Quimica	*235.920*			*235.920*	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	*19.320.000*			*19.320.000*	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*320.400*			*320.400*	
	1600.11.02 Metrologia Cientifica e Industrial	*521.760*			*521.760*	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*1.046.400*			*1.046.400*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*37.200*			*37.200*	
	1600.25.00 Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas	*10.980*			*10.980*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1990.99.00 Outras Receitas	*540.000*			*540.000*	
24 . 206	**Indústrias Nucleares do Brasil S.A.**	**131.340.100**			**131.340.100**	
	1520.20.00 Receita da Industria Quimica	*17.975.532*			*17.975.532*	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*107.407.864*			*107.407.864*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*5.956.704*			*5.956.704*	
24 . 207	**Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.**	**5.563.636**			**5.563.636**	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*5.563.636*			*5.563.636*	
24 . 901	**Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**	**10.542.000**		**542.000**	**10.000.000**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*10.000.000*			*10.000.000*	
	1600.02.01 Juros de Emprestimos	*152.000*		*152.000*		
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*390.000*		*390.000*		
25 . 000	**Ministério da Fazenda**	**3.398.641.467**	**928.816.000**	**715.577.086**	**993.748.034**	**760.500.347**
25 . 201	**Banco Central do Brasil**	**1.150.646.040**			**392.893.972**	**757.752.068**
	1600.02.09 Outras Operacoes de Autoridade Monetaria	*757.752.068*				*757.752.068*
	1600.36.00 Prestacao de Servicos Pelo Banco Central do Brasil	*81.000.000*			*81.000.000*	
	1600.37.00 Operacoes de Cambio	*69.793.973*			*69.793.973*	
	1600.38.00 Operacoes em Moeda Estrangeira	*3.000.000*			*3.000.000*	
	1922.03.00 Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares	*239.099.999*			*239.099.999*	
25 . 203	**Comissão de Valores Mobiliários**	**4.009.000**			**4.009.000**	
	1311.00.00 Alugueis	*3.000*			*3.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*45.000*			*45.000*	
	1919.99.00 Outras Multas	*3.800.000*			*3.800.000*	
	1932.00.00 Receita da Divida Ativa Não Tributaria	*102.000*			*102.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*59.000*			*59.000*	
25 . 207	**Serviço Federal de Processamento de Dados**	**572.795.000**			**572.795.000**	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*551.995.000*			*551.995.000*	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*19.000.000*			*19.000.000*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*1.800.000*			*1.800.000*	
25 . 208	**Superintendência de Seguros Privados**	**26.798.341**			**24.050.062**	**2.748.279**
	1311.00.00 Alugueis	*281.900*			*281.900*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*1.898.472*				*1.898.472*
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*3.000*			*3.000*	
	1600.02.03 Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais	*849.807*				*849.807*
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*83.000*			*83.000*	
	1730.00.00 Transferencias de Instituições Privadas	*15.000.000*			*15.000.000*	
	1919.99.00 Outras Multas	*8.639.162*			*8.639.162*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*43.000*			*43.000*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
25 . 902	**Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização**	**65.500.000**	**65.500.000**			
	1122.11.00 Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX	*65.500.000*	*65.500.000*			
25 . 903	**Fundo de Compensação e Variações Salariais**	**1.189.766.000**	**724.828.000**	**464.938.000**		
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*247.548.000*		*247.548.000*		
	1600.02.03 Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais	*84.190.000*		*84.190.000*		
	1600.35.00 Serviços de Compensação de Variações Salariais	*415.338.000*	*415.338.000*			
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	*81.687.000*	*81.687.000*			
	1922.99.00 Outras Restituições	*227.803.000*	*227.803.000*			
	2119.00.00 Outras Operações de Credito Internas	*133.200.000*		*133.200.000*		
25 . 904	**Fundo de Estabilidade do Seguro Rural**	**1.800.000**	**1.800.000**			
	1220.99.00 Outras Contribuições Economicas	*900.000*	*900.000*			
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*900.000*	*900.000*			
25 . 913	**Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento**	**13.804.000**	**13.804.000**			
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*13.804.000*	*13.804.000*			
25 . 914	**Fundo de Garantia à Exportação - FGE**	**373.523.086**	**122.884.000**	**250.639.086**		
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*6.285.000*		*6.285.000*		
	1990.99.00 Outras Receitas	*122.884.000*	*122.884.000*			
	2211.00.00 Alienação de Titulos Mobiliarios	*244.354.086*		*244.354.086*		
26 . 000	**Ministério da Educação**	900.543.315	5.366.957	428.253.522	463.412.660	3.510.176
26 . 101	**Ministério da Educação**	**910.000**	**910.000**			
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*910.000*	*910.000*			
26 . 104	**Instituto Nacional de Educação de Surdos**	**1.127**	**1.127**			
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*1.000*	*1.000*			
	2590.00.00 Outras Receitas	*127*	*127*			
26 . 201	**Colégio Pedro II**	**144.063**			**144.063**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*96.063*			*96.063*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*12.000*			*12.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*24.000*			*24.000*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*10.000*			*10.000*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*2.000*			*2.000*	
26 . 202	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas**	**310.445**			**310.445**	
	1311.00.00 Alugueis	*58.718*			*58.718*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*8.547*			*8.547*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*126.213*			*126.213*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*109.416*			*109.416*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*7.551*			*7.551*	
26 . 203	**Escola Técnica Federal do Amazonas**	**1.018.000**			**1.018.000**	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1311.00.00 Alugueis	*18.000*			*18.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*200.000*			*200.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*800.000*			*800.000*	
26 . 205	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos**	**245.851**			**245.851**	
	1311.00.00 Alugueis	*48.368*			*48.368*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*26.250*			*26.250*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*49.603*			*49.603*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*73.730*			*73.730*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*47.900*			*47.900*	
26 . 206	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará**	**69.160**			**69.160**	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*4.060*			*4.060*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*12.454*			*12.454*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*52.646*			*52.646*	
26 . 207	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo**	**104.387**			**104.387**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*8.742*			*8.742*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*15.663*			*15.663*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*13.982*			*13.982*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*66.000*			*66.000*	
26 . 208	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás**	**63.025**			**63.025**	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*9.619*			*9.619*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*53.156*			*53.156*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*250*			*250*	
26 . 210	**Escola Técnica Federal de Mato Grosso**	**52.814**			**52.814**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*6.119*			*6.119*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*46.695*			*46.695*	
26 . 211	**Escola Técnica Federal de Ouro Preto**	**228.668**			**228.668**	
	1311.00.00 Alugueis	*5.384*			*5.384*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*36.263*			*36.263*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*16.589*			*16.589*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*80.000*			*80.000*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*84.000*			*84.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*6.432*			*6.432*	
26 . 212	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará**	**85.390**			**85.390**	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*85.390*			*85.390*	
26 . 213	**Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba**	**203.482**			**203.482**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*51.068*			*51.068*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*339*			*339*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*7.801*			*7.801*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*143.820*			*143.820*	
	1730.00.00 Transferencias de Instituições Privadas	*454*			*454*	
26 . 214	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas**	**354.390**			**354.390**	
	1311.00.00 Alugueis	*57.598*			*57.598*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*7.398*			*7.398*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*206*			*206*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*17.615*			*17.615*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*271.573*			*271.573*	
26 . 215	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco**	**421.830**			**421.830**	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*421.830*			*421.830*	
26 . 216	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí**	**248.181**			**248.181**	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*25.681*			*25.681*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*222.500*			*222.500*	
26 . 217	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis**	**101.734**			**101.734**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*56.760*			*56.760*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*44.974*			*44.974*	
26 . 218	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte**	**95.226**			**95.226**	
	1311.00.00 Alugueis	*19.226*			*19.226*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*6.000*			*6.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*70.000*			*70.000*	
26 . 219	**Escola Técnica Federal de Santa Catarina**	**7.680**			**7.680**	
	1311.00.00 Alugueis	*7.680*			*7.680*	
26 . 220	**Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo**	**805.000**			**605.000**	**200.000**
	1312.00.00 Arrendamentos	*53.000*			*53.000*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*200.000*				*200.000*
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*200.000*			*200.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*352.000*			*352.000*	
26 . 221	**Escola Técnica Federal de Sergipe**	**108.090**			**108.090**	
	1311.00.00 Alugueis	*7.931*			*7.931*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*13.367*			*13.367*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*9.216*			*9.216*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*55.297*			*55.297*	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*22.279*			*22.279*	
26 . 222	**Escola Técnica Federal de Roraima**	**76.678**			**76.678**	
	1311.00.00 Alugueis	*10.675*			*10.675*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*42.606*			*42.606*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*23.397*			*23.397*	
26 . 231	**Universidade Federal de Alagoas**	**1.130.040**			**1.130.040**	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*800.000*			*800.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*216.000*			*216.000*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*114.040*			*114.040*	
26 . 232	**Universidade Federal da Bahia**	**11.939.498**			**11.939.498**	
	1311.00.00 Alugueis	*488.742*			*488.742*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*631.221*			*631.221*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*700*			*700*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*29.541*			*29.541*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*48.866*			*48.866*	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*38.029*			*38.029*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*3.953.437*			*3.953.437*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*2.238.871*			*2.238.871*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*369.429*			*369.429*	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	*423.000*			*423.000*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*3.715.102*			*3.715.102*	
	1919.99.00 Outras Multas	*1.471*			*1.471*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*1.089*			*1.089*	
26 . 233	**Universidade Federal do Ceará**	**4.017.242**			**3.841.242**	**176.000**
	1311.00.00 Alugueis	*149.619*			*149.619*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*176.000*				*176.000*
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*11.313*			*11.313*	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	*44.453*			*44.453*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*2.089*			*2.089*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*9.674*			*9.674*	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	*438.209*			*438.209*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*2.400.000*			*2.400.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*661.279*			*661.279*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*124.606*			*124.606*	
26 . 234	**Universidade Federal do Espírito Santo**	**3.343.605**			**3.343.605**	
	1311.00.00 Alugueis	*323.255*			*323.255*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*1.658.922*			*1.658.922*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*18.000*			*18.000*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*18.000*			*18.000*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	317.605			317.605	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	69.000			69.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	402.000			402.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	135.420			135.420	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	327.192			327.192	
	1922.99.00 Outras Restituições	46.000			46.000	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	28.211			28.211	
26 . 235	**Universidade Federal de Goiás**	**2.133.541**			**2.133.541**	
	1311.00.00 Alugueis	58.140			58.140	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	125.776			125.776	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	130			130	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	75.692			75.692	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	2.513			2.513	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	370.526			370.526	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	1.493.862			1.493.862	
	1922.99.00 Outras Restituições	6.902			6.902	
26 . 236	**Universidade Federal Fluminense**	**10.244.730**			**9.744.730**	**500.000**
	1311.00.00 Alugueis	400.000			400.000	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	500.000				500.000
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	5.000			5.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	55.080			55.080	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	314.000			314.000	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	18.000			18.000	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	180.000			180.000	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	240.000			240.000	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	83.000			83.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	5.108.267			5.108.267	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	1.091.838			1.091.838	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	109.958			109.958	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	500.000			500.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	236.987			236.987	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	907.000			907.000	
	1921.09.00 Outras Indenizações	56.000			56.000	
	1922.99.00 Outras Restituições	431.000			431.000	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	8.600			8.600	
26 . 237	**Universidade Federal de Juiz de Fora**	**4.018.699**			**3.171.699**	**847.000**

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1321.00.00 *Juros de Titulos de Renda*	847.000				847.000
	1600.13.00 *Serviços Administrativos*	1.778.069			1.778.069	
	1600.16.00 *Serviços Educacionais*	98.032			98.032	
	1600.21.00 *Serviços de Hospedagem e Alimentação*	252.648			252.648	
	1600.22.00 *Serviços de Estudos e Pesquisas*	1.042.950			1.042.950	
26 . 238	**Universidade Federal de Minas Gerais**	**29.487.797**			**29.487.797**	
	1311.00.00 *Alugueis*	685.461			685.461	
	1312.00.00 *Arrendamentos*	25.602			25.602	
	1315.00.00 *Taxa de Ocupação de Imoveis*	42.573			42.573	
	1390.00.00 *Outras Receitas Patrimoniais*	1.374.553			1.374.553	
	1420.00.00 *Receita da Produção Animal e Derivados*	19.098			19.098	
	1520.29.00 *Receita da Industria Editorial e Grafica*	462.710			462.710	
	1600.01.02 *Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	161.072			161.072	
	1600.04.00 *Serviços de Comunicação*	37.205			37.205	
	1600.05.01 *Serviços Hospitalares*	7.656.000			7.656.000	
	1600.12.00 *Serviços Tecnologicos*	116.000			116.000	
	1600.13.00 *Serviços Administrativos*	2.925.313			2.925.313	
	1600.16.00 *Serviços Educacionais*	1.118.330			1.118.330	
	1600.19.00 *Serviços Recreativos e Culturais*	199.851			199.851	
	1600.22.00 *Serviços de Estudos e Pesquisas*	1.663.500			1.663.500	
	1600.99.00 *Outros Serviços*	4.282			4.282	
	1919.99.00 *Outras Multas*	39.928			39.928	
	1922.99.00 *Outras Restituições*	956.319			956.319	
	2229.00.00 *Alienação de Outros Bens Imoveis*	12.000.000			12.000.000	
26 . 239	**Universidade Federal do Pará**	**2.671.320**			**2.671.320**	
	1311.00.00 *Alugueis*	268.000			268.000	
	1520.29.00 *Receita da Industria Editorial e Grafica*	13.320			13.320	
	1600.13.00 *Serviços Administrativos*	1.490.000			1.490.000	
	1600.16.00 *Serviços Educacionais*	650.000			650.000	
	1600.22.00 *Serviços de Estudos e Pesquisas*	250.000			250.000	
26 . 240	**Universidade Federal da Paraíba**	**1.601.014**			**1.601.014**	
	1311.00.00 *Alugueis*	153.912			153.912	
	1410.00.00 *Receita da Produção Vegetal*	36.336			36.336	
	1420.00.00 *Receita da Produção Animal e Derivados*	129.254			129.254	
	1520.21.00 *Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios*	694.962			694.962	
	1600.13.00 *Serviços Administrativos*	31.110			31.110	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*400.000*			*400.000*	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*105.854*			*105.854*	
	1919.99.00 Outras Multas	*6.770*			*6.770*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*42.816*			*42.816*	
26 . 241	**Universidade Federal do Paraná**	**9.285.521**			**9.040.521**	**245.000**
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*17.106*			*17.106*	
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	*245.000*				*245.000*
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*2.000.000*			*2.000.000*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*131.654*			*131.654*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*150.716*			*150.716*	
	1600.01.01 Serviços de Comercialização de Medicamentos	*124*			*124*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*122*			*122*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*4.092.197*			*4.092.197*	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	*122.908*			*122.908*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*1.843.256*			*1.843.256*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*86.018*			*86.018*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*5.656*			*5.656*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*478.554*			*478.554*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*860*			*860*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*111.350*			*111.350*	
26 . 242	**Universidade Federal de Pernambuco**	**12.967.903**			**12.967.903**	
	1311.00.00 Alugueis	*69.831*			*69.831*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*24.990*			*24.990*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*1.700.000*			*1.700.000*	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*452.540*			*452.540*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*2.495.735*			*2.495.735*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*218.000*			*218.000*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*26.193*			*26.193*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*7.980.614*			*7.980.614*	
26 . 243	**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**	**14.991.298**			**14.991.298**	
	1311.00.00 Alugueis	*182.548*			*182.548*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*1.529.000*			*1.529.000*	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	*10.800.000*			*10.800.000*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*1.316.725*			*1.316.725*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*505.178*			*505.178*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*657.847*			*657.847*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
26 . 244	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**	**12.161.725**			**12.161.725**	
	1311.00.00 Alugueis	*33.000*			*33.000*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*275.000*			*275.000*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*948.000*			*948.000*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*21.000*			*21.000*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*85.000*			*85.000*	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*245*			*245*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*6.207.052*			*6.207.052*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*1.718.647*			*1.718.647*	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*40.817*			*40.817*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*59.175*			*59.175*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*773.789*			*773.789*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*2.000.000*			*2.000.000*	
26 . 245	**Universidade Federal do Rio de Janeiro**	**9.276.000**			**9.276.000**	
	1311.00.00 Alugueis	*360.000*			*360.000*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*650.000*			*650.000*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*100.000*			*100.000*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*2.000*			*2.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*7.000.000*			*7.000.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*66.000*			*66.000*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*60.000*			*60.000*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*12.000*			*12.000*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*6.000*			*6.000*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*1.000*			*1.000*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*10.000*			*10.000*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*480.000*			*480.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*529.000*			*529.000*	
26 . 246	**Universidade Federal de Santa Catarina**	**3.751.617**			**3.261.617**	**490.000**
	1311.00.00 Alugueis	*980.220*			*980.220*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*35.114*			*35.114*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*490.000*				*490.000*
	1600.01.01 Serviços de Comercialização de Medicamentos	*59.008*			*59.008*	
	1600.01.99 Outros Serviços Comerciais	*36.886*			*36.886*	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*66.111*			*66.111*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*42.208*			*42.208*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*633.952*			*633.952*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	461.134			461.134	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	720.537			720.537	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	42.032			42.032	
	1600.99.00 Outros Serviços	41.482			41.482	
	1919.99.00 Outras Multas	115.048			115.048	
	1921.09.00 Outras Indenizações	838			838	
	1922.99.00 Outras Restituições	27.047			27.047	
26 . 247	**Universidade Federal de Santa Maria**	**5.348.496**			**5.348.496**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	250.000			250.000	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	800.000			800.000	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	40.000			40.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	60.000			60.000	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	25.000			25.000	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	10.000			10.000	
	1600.01.01 Serviços de Comercialização de Medicamentos	154.000			154.000	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	16.000			16.000	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	2.150.000			2.150.000	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	350.000			350.000	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	10.000			10.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	600.000			600.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	12.000			12.000	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	25.000			25.000	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	18.000			18.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	720.000			720.000	
	1922.99.00 Outras Restituições	24.000			24.000	
	1990.99.00 Outras Receitas	39.496			39.496	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	45.000			45.000	
26 . 248	**Universidade Federal Rural de Pernambuco**	**465.804**			**465.804**	
	1311.00.00 Alugueis	142.200			142.200	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	117.060			117.060	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	108.144			108.144	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	38.400			38.400	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	60.000			60.000	
26 . 249	**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**	**3.100.000**			**3.079.000**	**21.000**
	1311.00.00 Alugueis	43.072			43.072	
	1312.00.00 Arrendamentos	90.000			90.000	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	280.000			280.000	
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	21.000				21.000
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	151.611			151.611	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	12.000			12.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	62.000			62.000	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	25.000			25.000	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	65.000			65.000	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	650.000			650.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	359.000			359.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	604.413			604.413	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	550.000			550.000	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	75.000			75.000	
	1922.99.00 Outras Restituições	74.904			74.904	
	1990.02.00 Receita de Honorarios de Advogados	2.000			2.000	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	35.000			35.000	
26 . 250	**Fundação Universidade Federal de Roraima**	**689.153**			**689.153**	
	1311.00.00 Alugueis	42.732			42.732	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	569.440			569.440	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	60.000			60.000	
	1919.99.00 Outras Multas	16.981			16.981	
26 . 253	**Faculdade de Ciências Agrárias do Pará**	**828.000**			**828.000**	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	27.987			27.987	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	23.004			23.004	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	23.004			23.004	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	7.008			7.008	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	283.008			283.008	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	212.996			212.996	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	236.977			236.977	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	7.008			7.008	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	7.008			7.008	
26 . 254	**Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro**	**876.460**			**876.380**	**80**
	1311.00.00 Alugueis	26.300			26.300	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	80				80
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	430.000			430.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	238.500			238.500	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	22.980			22.980	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1921.09.00 Outras Indenizações	*150.000*			*150.000*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*4.100*			*4.100*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*4.500*			*4.500*	
26 .255	**Faculdade de Odontologia de Diamantina**	**246.630**			**246.630**	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	*40.630*			*40.630*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*81.908*			*81.908*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*124.092*			*124.092*	
26 .256	**Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**	**1.094.809**			**1.094.809**	
	1311.00.00 Alugueis	*708*			*708*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*295.066*			*295.066*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*3.000*			*3.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*661.500*			*661.500*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*122.535*			*122.535*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*12.000*			*12.000*	
26 .257	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**	**359.334**			**359.334**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*82.259*			*82.259*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*7.750*			*7.750*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*24.576*			*24.576*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*219.193*			*219.193*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*22.414*			*22.414*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*3.142*			*3.142*	
26 .258	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná**	**6.854.516**			**6.854.516**	
	1311.00.00 Alugueis	*45.104*			*45.104*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*245.767*			*245.767*	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*147.460*			*147.460*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*3.079.427*			*3.079.427*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*3.336.758*			*3.336.758*	
26 .260	**Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas**	**514.466**			**514.466**	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	*197.143*			*197.143*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*144.566*			*144.566*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*172.757*			*172.757*	
26 .261	**Escola Federal de Engenharia de Itajubá**	**282.414**			**282.414**	
	1311.00.00 Alugueis	*10.912*			*10.912*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*8.016*			*8.016*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*601*			*601*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*13.482*			*13.482*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*8.308*			*8.308*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*239.729*			*239.729*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*1.366*			*1.366*	
26 . 262	**Universidade Federal de São Paulo**	**24.072.687**			**24.072.687**	
	1311.00.00 Alugueis	*122.980*			*122.980*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*176.952*			*176.952*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*20.287.358*			*20.287.358*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*2.405.753*			*2.405.753*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*971.306*			*971.306*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*108.338*			*108.338*	
26 . 263	**Universidade Federal de Lavras**	**146.615**			**146.615**	
	1311.00.00 Alugueis	*5.172*			*5.172*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*2.479*			*2.479*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*1.947*			*1.947*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*383*			*383*	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*17.302*			*17.302*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*53.241*			*53.241*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*20.644*			*20.644*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*45.447*			*45.447*	
26 . 264	**Escola Superior de Agricultura de Mossoró**	**99.632**			**99.632**	
	1311.00.00 Alugueis	*7.200*			*7.200*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*5.940*			*5.940*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*2.832*			*2.832*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*42.060*			*42.060*	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*3.900*			*3.900*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*36.200*			*36.200*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*1.500*			*1.500*	
26 . 265	**Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão**	**100.873**			**100.873**	
	1311.00.00 Alugueis	*5.980*			*5.980*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*2.412*			*2.412*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*2.700*			*2.700*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.500*			*5.500*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*84.281*			*84.281*	
26 . 268	**Fundação Universidade Federal de Rondônia**	**839.277**			**839.277**	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*748.631*			*748.631*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.16.00 Serviços Educacionais	90.646			90.646	
26 . 269	**Fundação Universidade do Rio de Janeiro**	**3.479.104**			**3.479.104**	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	112.603			112.603	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	330.749			330.749	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	400.432			400.432	
	1990.99.00 Outras Receitas	11.623			11.623	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	11.978			11.978	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	2.611.719			2.611.719	
26 . 270	**Fundação Universidade do Amazonas**	**14.462.408**			**14.462.408**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	183.100			183.100	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	30.000			30.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	13.077.808			13.077.808	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	466.000			466.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	362.500			362.500	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	320.000			320.000	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	23.000			23.000	
26 . 271	**Fundação Universidade de Brasília**	**113.290.996**			**113.290.996**	
	1311.00.00 Alugueis	4.641.888			4.641.888	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	2.418.108			2.418.108	
	1319.00.00 Outras Receitas Imobiliarias	1.812.000			1.812.000	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	700.000			700.000	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	3.829.000			3.829.000	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	300.000			300.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	19.980.000			19.980.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	1.320.000			1.320.000	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	15.000			15.000	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	500.000			500.000	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	75.320.000			75.320.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	1.346.000			1.346.000	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	704.000			704.000	
	1600.99.00 Outros Serviços	300.000			300.000	
	1919.19.00 Multas de Arrendamentos	15.000			15.000	
	1919.99.00 Outras Multas	90.000			90.000	
26 . 272	**Fundação Universidade do Maranhão**	**6.177.572**			**6.177.572**	
	1311.00.00 Alugueis	9.991			9.991	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*26.734*			*26.734*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*7.928*			*7.928*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*747.319*			*747.319*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*3.100.232*			*3.100.232*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*1.905.060*			*1.905.060*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*11.139*			*11.139*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*103.861*			*103.861*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*251.133*			*251.133*	
	1919.99.00 Outras Multas	*2.365*			*2.365*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*2.205*			*2.205*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*9.605*			*9.605*	
26 . 273	**Fundação Universidade do Rio Grande - RS**	**2.424.000**			**2.324.000**	**100.000**
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*100.000*				*100.000*
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*89.248*			*89.248*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*32.952*			*32.952*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*843.500*			*843.500*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*361.100*			*361.100*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*997.200*			*997.200*	
26 . 274	**Fundação Universidade Federal de Uberlândia**	**5.557.519**			**4.686.423**	**871.096**
	1210.99.00 Outras Contribuições Sociais	*6.267*			*6.267*	
	1311.00.00 Alugueis	*37.262*			*37.262*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*871.096*				*871.096*
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*165*			*165*	
	1600.01.01 Serviços de Comercialização de Medicamentos	*130*			*130*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*16.760*			*16.760*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*180.117*			*180.117*	
	1600.10.00 Serviços de Informações Estatisticas	*19.760*			*19.760*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*132.149*			*132.149*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*4.215.000*			*4.215.000*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*9.280*			*9.280*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*16.428*			*16.428*	
	1990.02.00 Receita de Honorarios de Advogados	*627*			*627*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*52.478*			*52.478*	
26 . 275	**Fundação Universidade Federal do Acre**	**285.444**			**285.444**	
	1311.00.00 Alugueis	*22.276*			*22.276*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	2.400			2.400	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	51.900			51.900	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	58.176			58.176	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	56.568			56.568	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	56.444			56.444	
	1922.99.00 Outras Restituições	37.680			37.680	
26 .276	**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso**	**8.236.000**			**8.236.000**	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	903.147			903.147	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	107.203			107.203	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	338.538			338.538	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	1.070.978			1.070.978	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	60.000			60.000	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	214.407			214.407	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	2.256.926			2.256.926	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	2.256.926			2.256.926	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	165.206			165.206	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	400.000			400.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	180.554			180.554	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	282.115			282.115	
26 .277	**Fundação Universidade Federal de Ouro Preto**	**486.136**			**486.136**	
	1311.00.00 Alugueis	14.000			14.000	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	50.000			50.000	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	12.000			12.000	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	35.000			35.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	68.000			68.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	80.000			80.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	200.000			200.000	
	1922.99.00 Outras Restituições	9.136			9.136	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	18.000			18.000	
26 .278	**Fundação Universidade Federal de Pelotas**	**3.073.453**			**3.073.453**	
	1311.00.00 Alugueis	2.750			2.750	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	198.702			198.702	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	59.739			59.739	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	88.500			88.500	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	229.443			229.443	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	36.271			36.271	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	7.838			7.838	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	3.577			3.577	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.211.673			1.211.673	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	805.059			805.059	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	414.118			414.118	
	1922.99.00 Outras Restituições	15.783			15.783	
26 . 279	**Fundação Universidade Federal do Piauí**	**2.082.254**			**2.082.254**	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	150.000			150.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.842.798			1.842.798	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	60.495			60.495	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	28.961			28.961	
26 . 280	**Fundação Universidade Federal de São Carlos**	**1.472.435**			**1.472.435**	
	1311.00.00 Alugueis	1.839			1.839	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	57.126			57.126	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	491			491	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.154.937			1.154.937	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	223.042			223.042	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	35.000			35.000	
26 . 281	**Fundação Universidade Federal de Sergipe**	**1.538.114**			**1.538.114**	
	1311.00.00 Alugueis	82.087			82.087	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	282.040			282.040	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	186.972			186.972	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	90.906			90.906	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	181.096			181.096	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	713.780			713.780	
	1922.99.00 Outras Restituições	771			771	
	1990.02.00 Receita de Honorarios de Advogados	462			462	
26 . 282	**Fundação Universidade Federal de Viçosa**	**6.291.624**			**6.288.624**	**3.000**
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	67.312			67.312	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	3.000				3.000
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	1.251.328			1.251.328	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	24.256			24.256	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	310.588			310.588	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	61.081			61.081	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	39.273			39.273	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	90			90	
	1600.03.01 Serviços de Transporte Rodoviario	36			36	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.04.00 Serviços de Comunicação	33.722			33.722	
	1600.05.99 Outros Serviços de Saude	73.772			73.772	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	1.667			1.667	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.850.582			1.850.582	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	739.610			739.610	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	272			272	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	905.042			905.042	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	853.723			853.723	
	1600.99.00 Outros Serviços	76.270			76.270	
26 . 283	**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**	**2.162.963**			**2.162.963**	
	1311.00.00 Alugueis	3.800			3.800	
	1312.00.00 Arrendamentos	11.705			11.705	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	240.286			240.286	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	9.730			9.730	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.837.300			1.837.300	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	50.600			50.600	
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.562			1.562	
	1921.09.00 Outras Indenizações	3.800			3.800	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	4.180			4.180	
26 . 284	**Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre**	**255.130**			**255.130**	
	1312.00.00 Arrendamentos	22.740			22.740	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	105.192			105.192	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	106.149			106.149	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	9.049			9.049	
	1919.99.00 Outras Multas	12.000			12.000	
26 . 285	**Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei**	**261.389**			**261.389**	
	1312.00.00 Arrendamentos	21.687			21.687	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	41.946			41.946	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	74.625			74.625	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	3.011			3.011	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	9.427			9.427	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	90.000			90.000	
	1922.99.00 Outras Restituições	10.693			10.693	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	10.000			10.000	
26 . 286	**Fundação Universidade Federal do Amapá**	**958.720**			**958.720**	
	1311.00.00 Alugueis	4.760			4.760	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	9.407			9.407	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*331.174*			*331.174*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*613.379*			*613.379*	
26 . **290**	**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**	**24.000.000**			**24.000.000**	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*20.000.000*			*20.000.000*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*4.000.000*			*4.000.000*	
26 . **291**	**Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**	**10.691.567**			**10.691.567**	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*1.806.180*			*1.806.180*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*8.885.387*			*8.885.387*	
26 . **292**	**Fundação Joaquim Nabuco**	**3.730.688**			**3.730.688**	
	1311.00.00 Alugueis	*52.500*			*52.500*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*49.440*			*49.440*	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*24.000*			*24.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*46.972*			*46.972*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*2.770.062*			*2.770.062*	
	1600.18.00 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação	*70.000*			*70.000*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*245.200*			*245.200*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*463.000*			*463.000*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*3.514*			*3.514*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*6.000*			*6.000*	
26 . **294**	**Hospital de Clínicas de Porto Alegre**	**19.901.104**			**19.901.104**	
	1311.00.00 Alugueis	*1.124.474*			*1.124.474*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*301.205*			*301.205*	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	*17.032.242*			*17.032.242*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*278.146*			*278.146*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*324.725*			*324.725*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*815.991*			*815.991*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*24.321*			*24.321*	
26 . **298**	**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**	**40.000.000**			**40.000.000**	
	1210.31.00 Contribuição ao Programa de Ensino Fundamental	*40.000.000*			*40.000.000*	
26 . **301**	**Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia**	**598.280**			**598.280**	
	1311.00.00 Alugueis	*116.000*			*116.000*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*27.357*			*27.357*	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	*5.529*			*5.529*	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	*74.143*			*74.143*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*205.950*			*205.950*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*169.301*			*169.301*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
26 . 302	**Escola Agrotécnica Federal de Alegre - ES**	**371.750**			**371.750**	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*15.028*			*15.028*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*84.868*			*84.868*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*264.489*			*264.489*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*1.149*			*1.149*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*6.216*			*6.216*	
26 . 303	**Escola Agrotécnica Federal de Alegrete - RS**	**181.100**			**181.100**	
	1311.00.00 Alugueis	*3.600*			*3.600*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*12.000*			*12.000*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*24.000*			*24.000*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*30.800*			*30.800*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*20.000*			*20.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*12.700*			*12.700*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*78.000*			*78.000*	
26 . 304	**Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - TO**	**232.538**			**232.538**	
	1311.00.00 Alugueis	*1.440*			*1.440*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*805*			*805*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*17.208*			*17.208*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*50.040*			*50.040*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*51.660*			*51.660*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*4.450*			*4.450*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*105.125*			*105.125*	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*1.000*			*1.000*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*810*			*810*	
26 . 305	**Escola Agrotécnica Federal de Bambui - MG**	**893.325**			**893.325**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*6.331*			*6.331*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*11.500*			*11.500*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*273.650*			*273.650*	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	*6.000*			*6.000*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*373.100*			*373.100*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*37.350*			*37.350*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*185.000*			*185.000*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*394*			*394*	
26 . 306	**Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MG**	**169.000**			**169.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*12.643*			*12.643*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*1.693*			*1.693*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*7.732*			*7.732*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*117.933*			*117.933*	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*4.739*			*4.739*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*1.940*			*1.940*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*5.078*			*5.078*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*11.826*			*11.826*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*5.416*			*5.416*	
26 . 307	**Escola Agrotécnica Federal de Barreiros - PE**	**16.000**			**16.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*987*			*987*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*3.219*			*3.219*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*9.299*			*9.299*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*882*			*882*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*907*			*907*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*706*			*706*	
26 . 308	**Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - PE**	**59.000**			**59.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*2.500*			*2.500*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*25.000*			*25.000*	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	*500*			*500*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*500*			*500*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*500*			*500*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*30.000*			*30.000*	
26 . 309	**Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek - RS**	**281.015**			**281.015**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*1.865*			*1.865*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*1.000*			*1.000*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*4.800*			*4.800*	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*160.000*			*160.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*32.700*			*32.700*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*9.250*			*9.250*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*71.400*			*71.400*	
26 . 310	**Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MT**	**114.000**			**114.000**	
	1311.00.00 Alugueis	*1.707*			*1.707*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*2.736*			*2.736*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*1.419*			*1.419*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*51.947*			*51.947*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*55.332*			*55.332*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*859*			*859*	
26 . 311	**Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - PA**	**117.054**			**117.054**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*10.724*			*10.724*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	19.580			19.580	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	76.750			76.750	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	3.500			3.500	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	6.500			6.500	
26 .312	**Escola Agrotécnica Federal de Catu - BA**	**160.000**			**160.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	2.264			2.264	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	11.568			11.568	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	117.084			117.084	
	1520.20.00 Receita da Industria Quimica	1.008			1.008	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	2.616			2.616	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	3.480			3.480	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	12.840			12.840	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	9.140			9.140	
26 .313	**Escola Agrotécnica Federal de Colatina - ES**	**108.000**			**108.000**	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	13.340			13.340	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	51.191			51.191	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	34.127			34.127	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	2.338			2.338	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	2.595			2.595	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	1.128			1.128	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	3.281			3.281	
26 .314	**Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - SC**	**312.000**			**312.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	2.183			2.183	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	6.200			6.200	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	76.420			76.420	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	11.764			11.764	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	13.454			13.454	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	197.814			197.814	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	4.165			4.165	
26 .315	**Escola Agrotécnica Federal de Crato - CE**	**178.658**			**178.658**	
	1312.00.00 Arrendamentos	10.848			10.848	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	1.440			1.440	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	3.800			3.800	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	82.600			82.600	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	6.300			6.300	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	12.110			12.110	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.560			1.560	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	60.000			60.000	
26 . 316	**Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá - MT**	**596.147**			**596.147**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	2.000			2.000	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	24.457			24.457	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	46.000			46.000	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	150.000			150.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	5.000			5.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	302.690			302.690	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	1.000			1.000	
	1600.18.00 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação	15.000			15.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	50.000			50.000	
26 . 317	**Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - CE**	**122.212**			**122.212**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	6.899			6.899	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	5.652			5.652	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	62.000			62.000	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	5.500			5.500	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	2.261			2.261	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	38.400			38.400	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	1.500			1.500	
26 . 318	**Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes - MG**	**247.000**			**247.000**	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	1.603			1.603	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	19.742			19.742	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	609			609	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	14.024			14.024	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	62.291			62.291	
	1600.12.00 Serviços Tecnologicos	35.208			35.208	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	677			677	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	112.846			112.846	
26 . 319	**Escola Agrotécnica Federal de Januária - MG**	**418.455**			**418.455**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	600			600	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	9.550			9.550	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	124.960			124.960	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	3.000			3.000	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	214.345			214.345	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	7.500			7.500	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	54.400			54.400	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*600*			*600*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*3.500*			*3.500*	
26 . 320	**Escola Agrotécnica Federal de Machado - MG**	**199.744**			**199.744**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*3.244*			*3.244*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*33.650*			*33.650*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*64.715*			*64.715*	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	*12.400*			*12.400*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*17.451*			*17.451*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*1.775*			*1.775*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*10.350*			*10.350*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*53.550*			*53.550*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*1.509*			*1.509*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*1.100*			*1.100*	
26 . 321	**Escola Agrotécnica Federal de Manaus - AM**	**133.000**			**133.000**	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*860*			*860*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*28.211*			*28.211*	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	*16.926*			*16.926*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*62.065*			*62.065*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*22.569*			*22.569*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*2.369*			*2.369*	
26 . 322 .	**Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG**	**533.500**			**533.500**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*3.350*			*3.350*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*65.500*			*65.500*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*201.008*			*201.008*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*190.000*			*190.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.642*			*5.642*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*65.000*			*65.000*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*3.000*			*3.000*	
26 . 323	**Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina**	**2.096.480**			**2.096.480**	
	1311.00.00 Alugueis	*6.116*			*6.116*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*2.040*			*2.040*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*8.800*			*8.800*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*21.500*			*21.500*	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	*7.250*			*7.250*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.774*			*5.774*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*2.045.000*			*2.045.000*	
26 . 324	**Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba - MG**	**370.395**			**370.395**	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
1311.00.00	*Alugueis*	8.542			8.542	
1315.00.00	*Taxa de Ocupação de Imoveis*	6.025			6.025	
1410.00.00	*Receita da Produção Vegetal*	8.000			8.000	
1420.00.00	*Receita da Produção Animal e Derivados*	97.010			97.010	
1490.00.00	*Outras Receitas Agropecuarias*	8.612			8.612	
1520.26.00	*Receita da Industria de Produtos Alimentares*	99.173			99.173	
1600.05.99	*Outros Serviços de Saude*	648			648	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	5.000			5.000	
1600.16.00	*Serviços Educacionais*	130.000			130.000	
1600.17.00	*Serviços Agropecuarios*	4.060			4.060	
1600.20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	2.500			2.500	
1600.21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	825			825	
26 .325	**Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde - GO**	**177.000**			**177.000**	
1315.00.00	*Taxa de Ocupação de Imoveis*	12.119			12.119	
1410.00.00	*Receita da Produção Vegetal*	21.704			21.704	
1420.00.00	*Receita da Produção Animal e Derivados*	71.745			71.745	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	3.244			3.244	
1600.16.00	*Serviços Educacionais*	68.188			68.188	
26 .326	**Escola Agrotécnica Federal de Salinas - MG**	**224.000**			**224.000**	
1410.00.00	*Receita da Produção Vegetal*	5.031			5.031	
1420.00.00	*Receita da Produção Animal e Derivados*	90.000			90.000	
1490.00.00	*Outras Receitas Agropecuarias*	406			406	
1520.26.00	*Receita da Industria de Produtos Alimentares*	8.463			8.463	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	8.900			8.900	
1600.16.00	*Serviços Educacionais*	108.750			108.750	
1600.21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	1.800			1.800	
1922.99.00	*Outras Restituições*	650			650	
26 .327	**Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa- ES**	**158.223**			**145.223**	**13.000**
1311.00.00	*Alugueis*	2.600			2.600	
1325.00.00	*Remuneração de Depositos Bancarios*	7.357				7.357
1326.00.00	*Remuneração de Depositos Especiais*	5.643				5.643
1390.00.00	*Outras Receitas Patrimoniais*	7.122			7.122	
1410.00.00	*Receita da Produção Vegetal*	30.300			30.300	
1420.00.00	*Receita da Produção Animal e Derivados*	80.440			80.440	
1490.00.00	*Outras Receitas Agropecuarias*	2.400			2.400	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	4.256			4.256	
1600.16.00	*Serviços Educacionais*	6.770			6.770	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	3.000			3.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	7.335			7.335	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	1.000			1.000	
26 . 328	**Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE**	**55.000**			**55.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	2.760			2.760	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	1.000			1.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	20.717			20.717	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	1.275			1.275	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	1.248			1.248	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	28.000			28.000	
26 . 329	**Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista - MG**	**274.000**			**274.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	2.028			2.028	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	13.000			13.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	140.048			140.048	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	57.000			57.000	
	1600.01.03 Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuarios	23.799			23.799	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	9.584			9.584	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	28.541			28.541	
26 . 330	**Escola Agrotécnica Federal de São Luís - MA**	**64.000**			**64.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	4.545			4.545	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	4.301			4.301	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	47.498			47.498	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	7.656			7.656	
26 . 331	**Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul - RS**	**438.000**			**438.000**	
	1311.00.00 Alugueis	3.439			3.439	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	7.335			7.335	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	4.513			4.513	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	70.000			70.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	29.340			29.340	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	167.012			167.012	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	3.385			3.385	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	4.513			4.513	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	8.463			8.463	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	140.000			140.000	
26 . 332	**Escola Agrotécnica Federal de Satuba - AL**	**87.000**			**87.000**	
	1311.00.00 Alugueis	2.018			2.018	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	8.000			8.000	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	1.320			1.320	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	20.000			20.000	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	1.167			1.167	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	941			941	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	50.000			50.000	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	3.554			3.554	
26 . 333	**Escola Agrotécnica Federal de Sertão - RS**	**294.240**			**294.240**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	15.327			15.327	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	24.924			24.924	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	29.339			29.339	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	50.568			50.568	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	6.318			6.318	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	161.550			161.550	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	2.041			2.041	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	4.173			4.173	
26 . 334	**Escola Agrotécnica Federal de Sousa - PB**	**48.821**			**48.821**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	121			121	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	4.100			4.100	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	17.000			17.000	
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	3.000			3.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	2.750			2.750	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	19.250			19.250	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	2.600			2.600	
26 . 335	**Escola Agrotécnica Federal de Uberaba - MG**	**219.000**			**219.000**	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	65.038			65.038	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	76.738			76.738	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	902			902	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	11.285			11.285	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	49.500			49.500	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	15.037			15.037	
	1922.99.00 Outras Restituições	500			500	
26 . 336	**Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - MG**	**388.710**			**344.710**	**44.000**
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	3.999			3.999	
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	44.000				44.000
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	68.216			68.216	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	125.245			125.245	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	20.000			20.000	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	1.996			1.996	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	4.509			4.509	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	100.433			100.433	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	20.312			20.312	
26 . 337	**Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - GO**	**110.000**			**110.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	9.335			9.335	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	3.723			3.723	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	35.885			35.885	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	4.401			4.401	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	32.048			32.048	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	13.324			13.324	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	11.284			11.284	
26 . 338	**Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão - PE**	**101.000**			**101.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	10.900			10.900	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	6.416			6.416	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	12.000			12.000	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	11.284			11.284	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	12.400			12.400	
	1520.99.00 Outras Receitas da Industria de Transformação	12.000			12.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	12.000			12.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	12.000			12.000	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	6.000			6.000	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	6.000			6.000	
26 . 339	**Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira - AM**	**32.000**			**32.000**	
	1311.00.00 Alugueis	672			672	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	1.800			1.800	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	6.500			6.500	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	8.500			8.500	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	6.000			6.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	2.265			2.265	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	5.903			5.903	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	360			360	
26 . 340	**Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - SC**	**25.100**			**25.100**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	1.170			1.170	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	6.500			6.500	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	3.100			3.100	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	7.000			7.000	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1600.16.00 Serviços Educacionais	4.500			4.500	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	2.830			2.830	
26 .341	**Escola Agrotécnica Federal de Ceres - GO**	**350.304**			**350.304**	
	1311.00.00 Alugueis	2.444			2.444	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	6.398			6.398	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	4.000			4.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	188.578			188.578	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	8.000			8.000	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	81.600			81.600	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	11.284			11.284	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	48.000			48.000	
26 .342	**Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO**	**237.038**			**237.038**	
	1311.00.00 Alugueis	1.584			1.584	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	3.936			3.936	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	10.871			10.871	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	29.953			29.953	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	65.350			65.350	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	15.484			15.484	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	109.860			109.860	
26 .343	**Escola Agrotécnica Federal de Codó - MA**	**92.205**			**92.205**	
	1311.00.00 Alugueis	2.520			2.520	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	5.145			5.145	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	15.160			15.160	
	1600.03.01 Serviços de Transporte Rodoviario	63.000			63.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	150			150	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	5.750			5.750	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	480			480	
26 .344	**Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira - BA**	**97.000**			**97.000**	
	1312.00.00 Arrendamentos	1.320			1.320	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	1.848			1.848	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	4.320			4.320	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	44.599			44.599	
	1520.26.00 Receita da Industria de Produtos Alimentares	2.160			2.160	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	360			360	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	34.740			34.740	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	6.093			6.093	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	1.560			1.560	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
26 . 345	**Escola Agrotécnica Federal do Rio do Sul - SC**	**216.000**			**216.000**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*6.000*			*6.000*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*9.600*			*9.600*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*71.700*			*71.700*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*6.000*			*6.000*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*110.400*			*110.400*	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*300*			*300*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*12.000*			*12.000*	
26 . 346	**Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês - BA**	**55.000**			**55.000**	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*17.660*			*17.660*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*4.100*			*4.100*	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	*33.240*			*33.240*	
26 . 347	**Escola Agrotécnica Federal do Senhor do Bomfim - BA**	**167.112**			**167.112**	
	1311.00.00 Alugueis	*2.500*			*2.500*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*14.000*			*14.000*	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	*136.000*			*136.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*9.420*			*9.420*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*3.500*			*3.500*	
	1600.17.00 Serviços Agropecuarios	*1.692*			*1.692*	
26 . 907	**Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior**	**432.709.352**	**4.455.830**	**428.253.522**		
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*23.526.776*		*23.526.776*		
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*4.455.830*	*4.455.830*			
	2211.00.00 Alienação de Titulos Mobiliarios	*367.726.746*		*367.726.746*		
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*37.000.000*		*37.000.000*		
28 . 000	**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**	**935.353.863**	**15.215.551**		**334.574.760**	**585.563.552**
28 . 101	**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**	**15.215.551**	**15.215.551**			
	1600.10.00 Serviços de Informações Estatisticas	*10.441.227*	*10.441.227*			
	1600.24.00 Serviços de Registro do Comercio	*4.774.324*	*4.774.324*			
28 . 202	**Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro**	**108.742.669**			**108.559.018**	**183.651**
	1312.00.00 Arrendamentos	*337.363*			*337.363*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*183.651*				*183.651*
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*3.696*			*3.696*	
	1600.11.01 Metrologia Legal e Certificatoria Delegada	*84.014.983*			*84.014.983*	
	1600.11.02 Metrologia Cientifica e Industrial	*864.486*			*864.486*	
	1600.11.03 Metrologia Legal	*5.286.165*			*5.286.165*	
	1600.11.04 Certificação de Produtos e Serviços	*4.620.932*			*4.620.932*	
	1600.11.05 Informação Tecnologica	*51.968*			*51.968*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1919.01.00 Multas Previstas na Legislação de Metrologia	*11.393.872*			*11.393.872*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*688.335*			*688.335*	
	1932.00.00 Receita da Divida Ativa Não Tributaria	*1.145.008*			*1.145.008*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*147.276*			*147.276*	
	2590.00.00 Outras Receitas	*4.934*			*4.934*	
28 . 203	**Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI**	**86.940.926**			**83.885.686**	**3.055.240**
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*58.800*			*58.800*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*2.890.000*				*2.890.000*
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*716.595*			*716.595*	
	1600.11.05 Informação Tecnologica	*539.952*			*539.952*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*81*			*81*	
	1600.23.02 Serviços de Registro de Marcas	*80.936.617*			*80.936.617*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*58.850*			*58.850*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*21.191*			*21.191*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*1.553.600*			*1.553.600*	
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*165.240*				*165.240*
28 . 233	**Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa**	**142.130.056**			**142.130.056**	
	1311.00.00 Alugueis	*200.946*			*200.946*	
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*11.484.951*			*11.484.951*	
	1600.32.00 Serviços de Internamento de Mercadorias	*130.383.367*			*130.383.367*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*60.792*			*60.792*	
28 . 903	**Fundo Nacional de Desenvolvimento**	**562.319.661**				**562.319.661**
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*82.144.390*				*82.144.390*
	1600.02.01 Juros de Emprestimos	*78.268.904*				*78.268.904*
	2211.00.00 Alienação de Titulos Mobiliarios	*1.307.758*				*1.307.758*
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*400.598.609*				*400.598.609*
28 . 904	**Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC**	**20.005.000**				**20.005.000**
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*4.700.000*				*4.700.000*
	1600.02.99 Outros Serviços Financeiros	*305.000*				*305.000*
	2211.00.00 Alienação de Titulos Mobiliarios	*15.000.000*				*15.000.000*
30 . 000	Ministério da Justiça	403.724.190	402.842.166		882.024	
30 . 101	**Ministério da Justiça**	**74.500.000**	**74.500.000**			
	1990.16.00 Receita de Participação do Seguro - Dpvat - Sistema Nacional de Transito	*74.500.000*	*74.500.000*			
30 . 107	**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**	**126.900.000**	**126.900.000**			
	1919.15.00 Multas Previstas na Legislação de Transito	*126.900.000*	*126.900.000*			
30 . 202	**Fundação Nacional do Índio**	**882.024**			**882.024**	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*3.432*			*3.432*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.160*			*5.160*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*16.560*			*16.560*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*794.232*			*794.232*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*62.640*			*62.640*	
30 . 211	**Conselho Administrativo de Defesa Econômica**	**9.415.000**	**9.415.000**			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*9.415.000*	*9.415.000*			
30 . 905	**Fundo de Defesa de Direitos Difusos**	**2.280.000**	**2.280.000**			
	1919.26.00 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	*1.440.000*	*1.440.000*			
	1990.99.00 Outras Receitas	*840.000*	*840.000*			
30 . 907	**Fundo Penitenciário Nacional**	**5.731.366**	**5.731.366**			
	1711.01.99 Transferencia de Outros Recursos do Tesouro Nacional	*1.099.995*	*1.099.995*			
	1919.99.00 Outras Multas	*4.631.371*	*4.631.371*			
30 . 908	**Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA**	**3.000.000**	**3.000.000**			
	1990.99.00 Outras Receitas	*3.000.000*	*3.000.000*			
30 . 909	**Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal**	**110.103.348**	**110.103.348**			
	1121.04.00 Taxas do Departamento de Policia Federal	*32.325.741*	*32.325.741*			
	1121.05.00 Taxas de Migração	*67.023.357*	*67.023.357*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.580.250*	*5.580.250*			
	1990.99.00 Outras Receitas	*102.000*	*102.000*			
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*5.072.000*	*5.072.000*			
30 . 910	**Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito**	**70.912.452**	**70.912.452**			
	1600.01.06 Serviços de Comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informatica	*3.439.320*	*3.439.320*			
	1600.11.04 Certificação de Produtos e Serviços	*1.263.132*	*1.263.132*			
	1919.15.00 Multas Previstas na Legislação de Transito	*66.210.000*	*66.210.000*			
32 . 000	**Ministério de Minas e Energia**	**221.293.294**	**173.182.008**		**48.111.286**	
32 . 101	**Ministério de Minas e Energia**	**10.000.000**	**10.000.000**			
	2212.05.00 Alienação de Estoques por Atacado	*10.000.000*	*10.000.000*			
32 . 202	**Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais**	**19.400.000**			**19.400.000**	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*19.000.000*			*19.000.000*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*400.000*			*400.000*	
32 . 263	**Departamento Nacional de Produção Mineral**	**11.941.286**			**11.941.286**	
	1121.01.00 Emolumentos e Taxas de Mineração	*10.441.286*			*10.441.286*	
	1600.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	*1.500.000*			*1.500.000*	
32 . 265	**Agência Nacional de Petróleo - ANP**	**18.770.000**	**2.000.000**		**16.770.000**	
	1311.00.00 Alugueis	*1.500.000*			*1.500.000*	
	1600.25.00 Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas	*15.270.000*			*15.270.000*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1919.13.00 Multas Previstas na Legislação Sobre Lubrificantes e Combustiveis	*2.000.000*	*2.000.000*			
32 . 266	**Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel**	**161.182.008**	**161.182.008**			
	1121.16.00 Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Eletrica	*139.731.370*	*139.731.370*			
	1730.00.00 Transferencias de Instituições Privadas	*21.450.638*	*21.450.638*			
33 . 000	Ministério da Previdência e Assistência Social	124.493.197			121.693.197	2.800.000
33 . 201	**Instituto Nacional do Seguro Social**	**92.322.450**			**92.322.450**	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*92.000.000*			*92.000.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*122.450*			*122.450*	
	2590.00.00 Outras Receitas	*200.000*			*200.000*	
33 . 904	**Fundo do Regime Geral de Previdência Social**	**32.170.747**			**29.370.747**	**2.800.000**
	1311.00.00 Alugueis	*2.850.000*			*2.850.000*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*233.740*			*233.740*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*1.800.000*				*1.800.000*
	1322.00.00 Dividendos	*200.000*			*200.000*	
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	*1.000.000*				*1.000.000*
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	*6.500.000*			*6.500.000*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*5.393.122*			*5.393.122*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*2.595.112*			*2.595.112*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*18.937*			*18.937*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*11.579.836*			*11.579.836*	
34 . 000	Ministério Público da União	1.160.000	1.160.000			
34 . 101	**Ministério Público Federal**	**500.000**	**500.000**			
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*50.000*	*50.000*			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*450.000*	*450.000*			
34 . 104	**Ministério Público do Trabalho**	**360.000**	**360.000**			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*360.000*	*360.000*			
34 . 105	**Escola Superior do Ministério Público da União**	**300.000**	**300.000**			
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*300.000*	*300.000*			
35 . 000	Ministério das Relações Exteriores	48.091.454	48.000.000		91.454	
35 . 101	**Ministério das Relações Exteriores**	**48.000.000**	**48.000.000**			
	1122.01.00 Emolumentos Consulares	*48.000.000*	*48.000.000*			
35 . 201	**Fundação Alexandre de Gusmão**	**91.454**			**91.454**	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*90.000*			*90.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*1.454*			*1.454*	
36 . 000	Ministério da Saúde	797.522.837	732.800.000		60.722.837	4.000.000
36 . 201	**Fundação Oswaldo Cruz**	**47.675.627**			**47.675.627**	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1311.00.00 Alugueis	227.000			227.000	
	1520.20.00 Receita da Industria Quimica	140.000			140.000	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	43.830.000			43.830.000	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	100.000			100.000	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	1.811.627			1.811.627	
	1600.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	145.000			145.000	
	1600.23.02 Serviços de Registro de Marcas	10.000			10.000	
	1990.99.00 Outras Receitas	1.412.000			1.412.000	
36 . 211	**Fundação Nacional de Saúde**	**12.047.210**			**12.047.210**	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	14.000			14.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	91.140			91.140	
	1600.99.00 Outros Serviços	55.000			55.000	
	1918.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	137.070			137.070	
	1922.01.00 Restituição de Convenio	9.190.000			9.190.000	
	1922.99.00 Outras Restituições	2.560.000			2.560.000	
36 . 212	**Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS**	**81.000.000**	**78.000.000**			**3.000.000**
	1121.17.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	78.000.000	78.000.000			
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	3.000.000				3.000.000
36 . 213	**Agência Nacional de Saúde Suplementar**	**52.000.000**	**50.000.000**		**1.000.000**	**1.000.000**
	1121.20.00 Taxa de Saúde Suplementar	50.000.000	50.000.000			
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	1.000.000				1.000.000
	1990.99.00 Outras Receitas	1.000.000			1.000.000	
36 . 901	**Fundo Nacional de Saúde**	**604.800.000**	**604.800.000**			
	1990.16.00 Receita de Participação do Seguro - Dpvat - Sistema Nacional de Transito	578.400.000	578.400.000			
	1990.99.00 Outras Receitas	26.400.000	26.400.000			
38 . 000	**Ministério do Trabalho e Emprego**	**1.142.809.906**	**192.953.853**	**949.478.593**	**377.460**	
38 . 201	**Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho**	**377.460**			**377.460**	
	1311.00.00 Alugueis	12.876			12.876	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	135.000			135.000	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	86.400			86.400	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	47.184			47.184	
	1600.20.00 Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos	96.000			96.000	
38 . 901	**Fundo de Amparo ao Trabalhador**	**1.142.432.446**	**192.953.853**	**949.478.593**		
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	197.421.840		197.421.840		
	1326.00.00 Remuneração de Depositos Especiais	319.635.360		319.635.360		

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1327.00.00 Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	*9.401.040*		*9.401.040*		
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	*716.172*	*716.172*			
	1600.02.06 Remuneração Sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Economico	*423.020.353*		*423.020.353*		
	1919.27.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	*1.637.681*	*1.637.681*			
	1922.01.00 Restituição de Convenio	*10.600.000*	*10.600.000*			
	1922.02.00 Restituição de Beneficios Não Desembolsados	*180.000.000*	*180.000.000*			
39 . 000	**Ministério dos Transportes**	276.832.799	1.673.276	109.000.000	164.916.346	1.243.177
39 . 101	**Ministério dos Transportes**	**1.551.276**	**1.551.276**			
	1919.28.00 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviario Interestadual e Internacional de Passageiros e Cargas	*1.551.276*	*1.551.276*			
39 . 201	**Departamento Nacional de Estradas de Rodagem**	**99.996.171**			**99.996.171**	
	1311.00.00 Alugueis	*1.244.140*			*1.244.140*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*54.772.400*			*54.772.400*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.000.000*			*5.000.000*	
	1600.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	*15.000.000*			*15.000.000*	
	1919.15.00 Multas Previstas na Legislação de Transito	*8.000.000*			*8.000.000*	
	1919.99.00 Outras Multas	*439.657*			*439.657*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*15.539.974*			*15.539.974*	
39 . 202	**Companhia de Navegação do São Francisco S.A.**	**672.462**			**672.462**	
	1311.00.00 Alugueis	*75.962*			*75.962*	
	1600.03.03 Serviços de Transporte Hidroviario	*556.500*			*556.500*	
	1600.18.00 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação	*40.000*			*40.000*	
39 . 203	**Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes**	**651.228**			**10.008**	**641.220**
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*10.008*			*10.008*	
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*641.220*				*641.220*
39 . 205	**Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.**	**21.501.530**			**21.261.530**	**240.000**
	1311.00.00 Alugueis	*480.000*			*480.000*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*240.000*				*240.000*
	1600.03.02 Serviços de Transporte Ferroviario	*20.731.530*			*20.731.530*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*50.000*			*50.000*	
39 . 207	**Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.**	**85.433**			**82.438**	**2.995**
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*2.995*				*2.995*
	1600.03.02 Serviços de Transporte Ferroviario	*76.166*			*76.166*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*5.272*			*5.272*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*1.000*			*1.000*	
39 . 208	**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**	**43.252.699**			**42.893.737**	**358.962**

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1311.00.00 Alugueis	*657.721*			*657.721*	
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*358.962*				*358.962*
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*244.200*			*244.200*	
	1600.03.02 Serviços de Transporte Ferroviario	*39.752.616*			*39.752.616*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*2.239.200*			*2.239.200*	
39 . 901	**Fundo da Marinha Mercante**	**109.122.000**	**122.000**	**109.000.000**		
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*20.290.980*		*20.290.980*		
	1600.02.01 Juros de Emprestimos	*29.215.740*		*29.215.740*		
	1990.99.00 Outras Receitas	*122.000*	*122.000*			
	2300.99.00 Amortização de Emprestimos Diversos	*59.493.280*		*59.493.280*		
41 . 000	**Ministério das Comunicações**	**559.232.527**	**513.909.527**		**2.723.000**	**42.600.000**
41 . 231	**Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel**	**559.232.527**	**513.909.527**		**2.723.000**	**42.600.000**
	1121.02.00 Taxas de Fiscalização das Telecomunicações	*508.764.527*	*508.764.527*			
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*42.600.000*				*42.600.000*
	1600.11.04 Certificação de Produtos e Serviços	*60.000*			*60.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*600.000*			*600.000*	
	1600.25.00 Serviços de Informações Cientificas e Tecnologicas	*1.000.000*			*1.000.000*	
	1600.34.00 Serviços de Regulamentação e Exploração dos Serviços de Telecomunicações, no Regime Privado	*1.000.000*			*1.000.000*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*63.000*			*63.000*	
	1911.31.00 Multa e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações	*5.145.000*	*5.145.000*			
42 . 000	**Ministério da Cultura**	**4.813.973**	**880.352**		**3.907.101**	**26.520**
42 . 201	**Fundação Casa de Rui Barbosa**	**22.870**			**22.870**	
	1311.00.00 Alugueis	*7.200*			*7.200*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*9.433*			*9.433*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*2.760*			*2.760*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*2.250*			*2.250*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*1.227*			*1.227*	
42 . 202	**Fundação Biblioteca Nacional**	**385.680**			**385.680**	
	1312.00.00 Arrendamentos	*4.560*			*4.560*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*39.300*			*39.300*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*330.000*			*330.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*11.820*			*11.820*	
42 . 204	**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**	**1.984.551**			**1.984.551**	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1311.00.00 Alugueis	*391.551*			*391.551*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*70.000*			*70.000*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*3.300*			*3.300*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*1.500.000*			*1.500.000*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*9.700*			*9.700*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*10.000*			*10.000*	
42 . 205	**Fundação Nacional de Artes**	**1.540.520**			**1.514.000**	**26.520**
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	*26.520*				*26.520*
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*65.200*			*65.200*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*26.800*			*26.800*	
	1990.06.00 Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Pela Industria Cinematografica	*1.065.000*			*1.065.000*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*357.000*			*357.000*	
42 . 902	**Fundo Nacional de Cultura**	**880.352**	**880.352**			
	1990.99.00 Outras Receitas	*880.352*	*880.352*			
44 . 000	**Ministério do Meio Ambiente**	**188.680.628**	**118.221.248**		**70.459.380**	
44 . 101	**Ministério do Meio Ambiente**	**1.306.248**	**1.306.248**			
	1311.00.00 Alugueis	*139.068*	*139.068*			
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*36.000*	*36.000*			
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*12.000*	*12.000*			
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*1.119.180*	*1.119.180*			
44 . 201	**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**	**186.384.380**	**116.000.000**		**70.384.380**	
	1121.21.00 Taxa de Fiscalização Ambiental	*116.000.000*	*116.000.000*			
	1311.00.00 Alugueis	*466.500*			*466.500*	
	1312.00.00 Arrendamentos	*12.240*			*12.240*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*29.040*			*29.040*	
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	*7.107.100*			*7.107.100*	
	1490.00.00 Outras Receitas Agropecuarias	*1.072.500*			*1.072.500*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*1.324.800*			*1.324.800*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*38.029.600*			*38.029.600*	
	1600.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	*860.300*			*860.300*	
	1600.19.00 Serviços Recreativos e Culturais	*7.920.600*			*7.920.600*	
	1600.99.00 Outros Serviços	*1.422.900*			*1.422.900*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1919.99.00 Outras Multas	*9.150.000*			*9.150.000*	
	1921.09.00 Outras Indenizações	*412.800*			*412.800*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*512.100*			*512.100*	
	1932.00.00 Receita da Divida Ativa Não Tributaria	*46.300*			*46.300*	
	1990.03.00 Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos	*1.643.900*			*1.643.900*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*274.800*			*274.800*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*98.900*			*98.900*	
44 . 202	**Companhia de Desenvolvimento de Barcarena**	**75.000**			**75.000**	
	1311.00.00 Alugueis	*7.200*			*7.200*	
	1319.00.00 Outras Receitas Imobiliarias	*3.600*			*3.600*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*6.200*			*6.200*	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	*58.000*			*58.000*	
44 . 901	**Fundo Nacional de Meio Ambiente**	**915.000**	**915.000**			
	1919.99.00 Outras Multas	*915.000*	*915.000*			
47 . 000	**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**	**25.318.696**	**21.697.230**		**3.621.466**	
47 . 101	**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**	**21.697.230**	**21.697.230**			
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*1.334.408*	*1.334.408*			
	1600.08.00 Serviços de Processamento de Dados	*17.485.313*	*17.485.313*			
	1600.29.00 Serviços de Cadastramento de Fornecedores	*2.877.509*	*2.877.509*			
47 . 204	**Instituto de Pesquisa Economica Aplicada**	**426.946**			**426.946**	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*52.160*			*52.160*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*174.346*			*174.346*	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	*89.440*			*89.440*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*111.000*			*111.000*	
47 . 205	**Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica**	**2.258.528**			**2.258.528**	
	1311.00.00 Alugueis	*1.134*			*1.134*	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	*1.072.441*			*1.072.441*	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	*271.880*			*271.880*	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	*409.408*			*409.408*	
	1922.99.00 Outras Restituições	*473.235*			*473.235*	
	1990.99.00 Outras Receitas	*23.080*			*23.080*	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	*7.350*			*7.350*	
47 . 210	**Fundação Escola Nacional de Administração Pública**	**935.992**			**935.992**	
	1311.00.00 Alugueis	*45.120*			*45.120*	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	*1.620*			*1.620*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
1600.01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*22.563*			*22.563*	
1600.16.00	*Serviços Educacionais*	*554.760*			*554.760*	
1600.21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	*287.906*			*287.906*	
1921.09.00	*Outras Indenizações*	*24.023*			*24.023*	
49 . 000	**Ministério do Desenvolvimento Agrário**	**237.775.000**	**15.210.000**		**222.495.000**	**70.000**
49 . 201	**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra**	**237.775.000**	**15.210.000**		**222.495.000**	**70.000**
1122.21.00	*Taxas de Serviços Cadastrais - Incra*	*17.190.000*			*17.190.000*	
1210.32.01	*Contribuição Industrial Rural*	*38.055.200*			*38.055.200*	
1210.32.03	*Adicional a Contribuição Previdenciaria*	*162.049.667*			*162.049.667*	
1315.00.00	*Taxa de Ocupação de Imoveis*	*1.250*			*1.250*	
1600.02.01	*Juros de Emprestimos*	*70.000*				*70.000*
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	*34.883*			*34.883*	
1600.99.00	*Outros Serviços*	*21.000*			*21.000*	
1922.99.00	*Outras Restituições*	*3.093.000*			*3.093.000*	
2221.00.00	*Alienação de Imoveis Rurais para Colonização e Reforma Agraria*	*15.210.000*	*15.210.000*			
2229.00.00	*Alienação de Outros Bens Imoveis*	*2.050.000*			*2.050.000*	
51 . 000	**Ministério do Esporte e Turismo**	**19.132.481**			**1.984.492**	**17.147.989**
51 . 201	**Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo**	**2.022.277**			**1.984.492**	**37.785**
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*37.785*				*37.785*
1600.01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*866*			*866*	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	*1.841.962*			*1.841.962*	
1600.14.00	*Serviços de Inspeção e Fiscalização*	*32.837*			*32.837*	
1600.20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	*108.827*			*108.827*	
51 . 901	**Fundo Geral de Turismo - Fungetur**	**17.110.204**				**17.110.204**
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*6.755.995*				*6.755.995*
1600.02.01	*Juros de Emprestimos*	*1.636.876*				*1.636.876*
2300.99.00	*Amortização de Emprestimos Diversos*	*8.717.333*				*8.717.333*
52 . 000	**Ministério da Defesa**	**1.530.185.119**	**122.993.093**	**6.655.784**	**1.053.526.804**	**347.009.438**
52 . 211	**Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica**	**9.707.915**			**1.546.146**	**8.161.769**
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*270.000*				*270.000*
1530.00.00	*Receita da Industria de Construção*	*1.000.000*			*1.000.000*	
1600.02.01	*Juros de Emprestimos*	*2.508.695*				*2.508.695*
1600.02.99	*Outros Serviços Financeiros*	*1.491.200*				*1.491.200*
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	*450.146*			*450.146*	
1918.00.00	*Multas e Juros de Mora de Outras Receitas*	*96.000*			*96.000*	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	2300.99.00 *Amortização de Emprestimos Diversos*	3.891.874				3.891.874
52 . 222	**Fundação Osório**	**1.940.709**			**1.940.709**	
	1210.99.00 *Outras Contribuições Sociais*	554.733			554.733	
	1311.00.00 *Alugueis*	159.000			159.000	
	1600.16.00 *Serviços Educacionais*	1.226.976			1.226.976	
52 . 901	**Fundo do Ministério da Defesa**	**4.374.000**			**721.709**	**3.652.291**
	1315.00.00 *Taxa de Ocupação de Imoveis*	415.655			415.655	
	1321.00.00 *Juros de Titulos de Renda*	156.277				156.277
	1325.00.00 *Remuneração de Depositos Bancarios*	3.496.014				3.496.014
	1600.13.00 *Serviços Administrativos*	216.659			216.659	
	1921.09.00 *Outras Indenizações*	6.550			6.550	
	1990.99.00 *Outras Receitas*	80.640			80.640	
	2219.00.00 *Alienação de Outros Bens Moveis*	2.205			2.205	
52 . 902	**Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas**	**14.030.005**	**14.030.005**			
	1315.00.00 *Taxa de Ocupação de Imoveis*	530.005	530.005			
	1600.05.01 *Serviços Hospitalares*	13.380.000	13.380.000			
	1600.13.00 *Serviços Administrativos*	120.000	120.000			
52 . 903	**Fundo do Serviço Militar**	**6.265.508**	**5.609.724**	**655.784**		
	1122.15.00 *Taxa Militar*	1.971.338	1.971.338			
	1325.00.00 *Remuneração de Depositos Bancarios*	655.784		655.784		
	1919.08.00 *Multas Previstas na Lei do Serviço Militar*	3.638.386	3.638.386			
52 . 911	**Fundo Aeronáutico**	**716.009.796**			**599.009.796**	**117.000.000**
	1210.07.00 *Contribuição para o Fundo de Saude*	15.346.905			15.346.905	
	1312.00.00 *Arrendamentos*	2.000.000			2.000.000	
	1315.00.00 *Taxa de Ocupação de Imoveis*	11.000.000			11.000.000	
	1321.00.00 *Juros de Titulos de Renda*	117.000.000				117.000.000
	1600.03.04 *Serviços de Transporte Aereo*	5.800.000			5.800.000	
	1600.05.01 *Serviços Hospitalares*	5.340.548			5.340.548	
	1600.12.00 *Serviços Tecnologicos*	3.000.000			3.000.000	
	1600.21.00 *Serviços de Hospedagem e Alimentação*	500.000			500.000	
	1600.31.02 *Adicional Sobre Tarifa Aeroportuaria*	160.762.343			160.762.343	
	1600.33.00 *Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxilios a Navegação Aerea em Rota*	334.400.000			334.400.000	
	1600.99.00 *Outros Serviços*	38.000.000			38.000.000	
	1919.99.00 *Outras Multas*	360.000			360.000	
	1990.99.00 *Outras Receitas*	21.000.000			21.000.000	
	2219.00.00 *Alienação de Outros Bens Moveis*	1.000.000			1.000.000	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
2229.00.00	*Alienação de Outros Bens Imoveis*	*500.000*			*500.000*	
52 . 912	**Fundo Aeroviário**	**39.200.767**	**33.200.767**	**6.000.000**		
1210.05.00	*Contribuição para o Ensino Aeroviario*	*31.400.767*	*31.400.767*			
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*6.000.000*		*6.000.000*		
1919.99.00	*Outras Multas*	*1.800.000*	*1.800.000*			
52 . 921	**Fundo do Exército**	**285.942.249**			**270.514.562**	**15.427.687**
1121.13.00	*Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados Pelo Ministério do Exercito*	*3.600.000*			*3.600.000*	
1210.07.00	*Contribuição para o Fundo de Saude*	*137.600.000*			*137.600.000*	
1311.00.00	*Alugueis*	*3.624.000*			*3.624.000*	
1312.00.00	*Arrendamentos*	*2.400.000*			*2.400.000*	
1315.00.00	*Taxa de Ocupação de Imoveis*	*24.000.000*			*24.000.000*	
1319.00.00	*Outras Receitas Imobiliarias*	*7.200.000*			*7.200.000*	
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*15.427.687*				*15.427.687*
1600.01.02	*Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade*	*1.080.000*			*1.080.000*	
1600.01.99	*Outros Serviços Comerciais*	*3.864.000*			*3.864.000*	
1600.03.01	*Serviços de Transporte Rodoviario*	*8.400*			*8.400*	
1600.03.03	*Serviços de Transporte Hidroviario*	*8.400*			*8.400*	
1600.05.01	*Serviços Hospitalares*	*3.600.000*			*3.600.000*	
1600.08.00	*Serviços de Processamento de Dados*	*3.720.000*			*3.720.000*	
1600.12.00	*Serviços Tecnologicos*	*60.000*			*60.000*	
1600.13.00	*Serviços Administrativos*	*4.800.000*			*4.800.000*	
1600.16.00	*Serviços Educacionais*	*11.400.000*			*11.400.000*	
1600.18.00	*Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação*	*6.000*			*6.000*	
1600.19.00	*Serviços Recreativos e Culturais*	*1.860.000*			*1.860.000*	
1600.21.00	*Serviços de Hospedagem e Alimentação*	*2.400.000*			*2.400.000*	
1600.99.00	*Outros Serviços*	*14.400.000*			*14.400.000*	
1921.09.00	*Outras Indenizações*	*20.400.000*			*20.400.000*	
1922.99.00	*Outras Restituições*	*7.006.962*			*7.006.962*	
1990.99.00	*Outras Receitas*	*76.800*			*76.800*	
2219.00.00	*Alienação de Outros Bens Moveis*	*1.800.000*			*1.800.000*	
2229.00.00	*Alienação de Outros Bens Imoveis*	*15.600.000*			*15.600.000*	
52 . 931	**Fundo Naval**	**428.469.971**	**50.468.398**		**179.733.882**	**198.267.691**
1210.07.00	*Contribuição para o Fundo de Saude*	*17.295.600*			*17.295.600*	
1312.00.00	*Arrendamentos*	*1.536.000*			*1.536.000*	
1315.00.00	*Taxa de Ocupação de Imoveis*	*4.540.000*			*4.540.000*	
1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	*198.267.691*				*198.267.691*

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código	Especificação	Total	Fontes			
			150	180	250	280
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	613.170			613.170	
	1520.21.00 Receita da Industria de Produtos Farmaceuticos e Veterinarios	9.320.000			9.320.000	
	1600.01.99 Outros Serviços Comerciais	2.920.938			2.920.938	
	1600.05.01 Serviços Hospitalares	10.247.156			10.247.156	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	784.246			784.246	
	1600.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	670.459			670.459	
	1600.16.00 Serviços Educacionais	2.781.571			2.781.571	
	1600.18.00 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação	11.609.506			11.609.506	
	1600.22.00 Serviços de Estudos e Pesquisas	393.266			393.266	
	1600.30.00 Tarifa de Utilização de Farois	50.468.398	50.468.398			
	1919.99.00 Outras Multas	970.847			970.847	
	1921.09.00 Outras Indenizações	72.128.738			72.128.738	
	1990.99.00 Outras Receitas	30.976.819			30.976.819	
	2219.00.00 Alienação de Outros Bens Moveis	840.000			840.000	
	2229.00.00 Alienação de Outros Bens Imoveis	8.300.000			8.300.000	
	2590.00.00 Outras Receitas	3.805.566			3.805.566	
52 . 932	**Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo**	**24.244.199**	**19.684.199**		**60.000**	**4.500.000**
	1210.06.00 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	19.684.199	19.684.199			
	1321.00.00 Juros de Titulos de Renda	4.500.000				4.500.000
	1390.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	60.000			60.000	
53 . 000	**Ministério da Integração Nacional**	**50.799.572**			**49.248.572**	**1.551.000**
53 . 201	**Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco**	**12.421.572**			**12.172.572**	**249.000**
	1311.00.00 Alugueis	1.806.192			1.806.192	
	1312.00.00 Arrendamentos	1.200			1.200	
	1315.00.00 Taxa de Ocupação de Imoveis	6.180			6.180	
	1325.00.00 Remuneração de Depositos Bancarios	249.000				249.000
	1410.00.00 Receita da Produção Vegetal	648.000			648.000	
	1420.00.00 Receita da Produção Animal e Derivados	209.400			209.400	
	1520.29.00 Receita da Industria Editorial e Grafica	108			108	
	1600.01.02 Serviços de Comercialização de Livros, Periodicos, Material Escolar e de Publicidade	1.152			1.152	
	1600.01.03 Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuarios	648.000			648.000	
	1600.01.99 Outros Serviços Comerciais	2.484			2.484	
	1600.13.00 Serviços Administrativos	103.488			103.488	
	1600.18.00 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação	3.600			3.600	
	1600.21.00 Serviços de Hospedagem e Alimentação	948			948	
	1600.26.00 Serviços de Fornecimento de Agua	5.930.064			5.930.064	

Quadro 6 - Demonstrativo das Receitas Diretamente Arrecadadas por Órgão/Unidade Orçamentária

R$ 1,00

Código		Especificação	Total	Fontes 150	180	250	280
	1600.27.00	*Serviços de Perfuração e Instalação de Poços*	184.008			184.008	
	1600.28.00	*Serviços de Geoprocessamento*	46.152			46.152	
	1600.99.00	*Outros Serviços*	4.200			4.200	
	1918.00.00	*Multas e Juros de Mora de Outras Receitas*	43.416			43.416	
	1919.99.00	*Outras Multas*	78.780			78.780	
	1922.99.00	*Outras Restituições*	737.544			737.544	
	1990.99.00	*Outras Receitas*	13.848			13.848	
	2219.00.00	*Alienação de Outros Bens Moveis*	207.924			207.924	
	2229.00.00	*Alienação de Outros Bens Imoveis*	1.495.884			1.495.884	
53 . 202		**Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**	**18.559.000**			**18.559.000**	
	1390.00.00	*Outras Receitas Patrimoniais*	376.347			376.347	
	1600.20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	17.696.153			17.696.153	
	1990.99.00	*Outras Receitas*	486.500			486.500	
53 . 203		**Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**	**17.939.000**			**16.637.000**	**1.302.000**
	1311.00.00	*Alugueis*	59.710			59.710	
	1321.00.00	*Juros de Titulos de Renda*	1.302.000				1.302.000
	1600.20.00	*Serviços de Consultoria, Assistencia Técnica e Analise de Projetos*	12.097.600			12.097.600	
	1600.99.00	*Outros Serviços*	30.156			30.156	
	1921.09.00	*Outras Indenizações*	19.560			19.560	
	1922.99.00	*Outras Restituições*	4.429.974			4.429.974	
53 . 204		**Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**	**1.880.000**			**1.880.000**	
	1311.00.00	*Alugueis*	498.000			498.000	
	1312.00.00	*Arrendamentos*	32.160			32.160	
	1420.00.00	*Receita da Produção Animal e Derivados*	82.200			82.200	
	1600.13.00	*Serviços Administrativos*	20.000			20.000	
	1600.22.00	*Serviços de Estudos e Pesquisas*	22.728			22.728	
	1600.26.00	*Serviços de Fornecimento de Agua*	780.000			780.000	
	1600.27.00	*Serviços de Perfuração e Instalação de Poços*	10.000			10.000	
	1919.99.00	*Outras Multas*	26.000			26.000	
	1922.99.00	*Outras Restituições*	86.910			86.910	
	1990.99.00	*Outras Receitas*	22.002			22.002	
	2219.00.00	*Alienação de Outros Bens Moveis*	180.000			180.000	
	2229.00.00	*Alienação de Outros Bens Imoveis*	120.000			120.000	
		Total	13.351.146.539	3.605.769.542	2.981.003.556	4.454.285.242	2.310.088.199

Evolução da Despesa do Tesouro Nacional

Quadro 7 - Evolução da Despesa do Tesouro Nacional

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso II

Valores Correntes

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	*Execução 1997*	*Execução 1998*	*Execução 1999*	*Orçamento (LEI) 2000*	*Revisão do Orçamento 2000*	*Orçamento 2001*
DESPESAS CORRENTES	167.163.638.473	192.856.527.231	225.041.279.064	270.361.904.717	275.688.254.374	306.701.915.042
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.791.858.785	47.190.570.242	50.847.129.275	51.248.916.858	55.343.200.000	58.539.844.604
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.028.491.805	30.806.199.009	45.349.860.087	78.118.220.731	78.118.220.731	67.786.724.270
DÍVIDA INTERNA	15.921.040.285	25.426.500.768	37.013.028.615	65.378.045.812	65.378.045.812	53.228.988.538
DÍVIDA EXTERNA	5.107.451.520	5.379.698.241	8.336.831.472	12.740.174.919	12.740.174.919	14.557.735.732
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.343.287.883	114.859.757.980	128.844.289.702	140.994.767.128	142.226.833.643	180.375.346.168
DESPESAS DE CAPITAL	217.124.711.540	296.448.431.471	357.998.108.430	729.263.060.731	729.603.796.050	617.454.326.248
INVESTIMENTOS	6.574.121.211	7.279.012.496	6.228.571.323	10.944.574.677	10.919.950.805	11.148.226.706
INVERSÕES FINANCEIRAS	63.698.063.539	70.368.291.908	55.694.681.491	9.988.534.810	10.353.894.001	12.756.429.620
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	146.722.416.033	218.740.182.572	296.074.855.616	708.329.951.244	708.329.951.244	593.549.669.922
DÍVIDA INTERNA	141.662.010.671	213.085.939.421	287.030.683.561	689.924.257.987	689.924.257.987	574.208.309.036
DÍVIDA EXTERNA	5.060.405.362	5.654.243.151	9.044.172.055	18.405.693.257	18.405.693.257	19.341.360.886
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	130.110.757	60.944.495				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				5.297.923.373		6.109.710.811
Total	384.288.350.013	489.304.958.702	583.039.387.494	1.004.922.888.821	1.005.292.050.424	930.265.952.101

Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

Quadro 8 - Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

R$ 1,00

LDO, Art. 8º, §1º, Incisos IV e VIII

Recursos de Todas as Fontes

Total	*Categoria Econômica e Grupo de Despesa*	*Total*	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*
	Despesas Correntes	310.813.889.197	306.701.915.042	4.111.974.155
	Pessoal e Encargos Sociais	**59.569.590.767**	**58.539.844.604**	**1.029.746.163**
	Juros e Encargos da Dívida	**67.801.502.466**	**67.786.724.270**	**14.778.196**
938.134.572.736	**Outras Despesas Correntes**	**183.442.795.964**	**180.375.346.168**	**3.067.449.796**
	Despesas de Capital	621.199.224.482	617.454.326.248	3.744.898.234
	Investimento	**12.129.781.584**	**11.148.226.706**	**981.554.878**
	Inversões Financeiras	**14.574.227.023**	**12.756.429.620**	**1.817.797.403**
	Amortização da Dívida	**594.495.215.875**	**593.549.669.922**	**945.545.953**
	Reserva de Contingencia	6.121.459.057	6.109.710.811	11.748.246
	Total	938.134.572.736	930.265.952.101	7.868.620.635

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	*Fiscal*			*Seguridade Social*		
	Total	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*	*Total*	*Recursos do Tesouro*	*Rec. de Outras Fontes*
Despesas Correntes	176.526.555.323	173.154.637.605	3.371.917.718	134.287.333.874	133.547.277.437	740.056.437
Pessoal e Encargos Sociais	**29.495.509.910**	**28.724.721.776**	**770.788.134**	**30.074.080.857**	**29.815.122.828**	**258.958.029**
Juros e Encargos da Dívida	**67.634.043.287**	**67.619.621.267**	**14.422.020**	**167.459.179**	**167.103.003**	**356.176**
Outras Despesas Correntes	**79.397.002.126**	**76.810.294.562**	**2.586.707.564**	**104.045.793.838**	**103.565.051.606**	**480.742.232**
Despesas de Capital	615.363.246.316	611.655.384.486	3.707.861.830	5.835.978.166	5.798.941.762	37.036.404
Investimento	**9.893.012.687**	**8.945.069.861**	**947.942.826**	**2.236.768.897**	**2.203.156.845**	**33.612.052**
Inversões Financeiras	**11.176.451.408**	**9.358.654.005**	**1.817.797.403**	**3.397.775.615**	**3.397.775.615**	
Amortização da Dívida	**594.293.782.221**	**593.351.660.620**	**942.121.601**	**201.433.654**	**198.009.302**	**3.424.352**
Reserva de Contingencia	6.121.459.057	6.109.710.811	11.748.246			
Total	798.011.260.696	790.919.732.902	7.091.527.794	140.123.312.040	139.346.219.199	777.092.841

Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8°, §1°, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
Poder Legislativo		**2.870.043.018**	**2.064.594.853**	**805.448.165**	
		2.347.227.999	1.582.251.943	764.976.056	Pessoal e Encargos Sociais
		1.457.680	1.457.680		Juros e Encargos da Dívida
		449.336.376	410.430.612	38.905.764	Outras Despesas Correntes
		72.020.963	70.454.618	1.566.345	Investimento
	100	***2.565.434.563***	***2.046.048.405***	***519.386.158***	***Recursos Ordinários***
		2.062.550.101	1.582.251.943	480.298.158	Pessoal e Encargos Sociais
		440.070.829	402.549.174	37.521.655	Outras Despesas Correntes
		62.813.633	61.247.288	1.566.345	Investimento
	106	***7.990.616***		***7.990.616***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		7.990.616		7.990.616	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***31.962.464***		***31.962.464***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		31.962.464		31.962.464	Pessoal e Encargos Sociais
	144	***1.457.680***	***1.457.680***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		1.457.680	1.457.680		Juros e Encargos da Dívida
	148	***6.700.000***	***6.700.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		2.000.000	2.000.000		Outras Despesas Correntes
		4.700.000	4.700.000		Investimento
	150	***11.238.306***	***9.854.197***	***1.384.109***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		7.188.509	5.804.400	1.384.109	Outras Despesas Correntes
		4.049.797	4.049.797		Investimento
	153	***128.531.213***		***128.531.213***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		128.531.213		128.531.213	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***116.193.605***		***116.193.605***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		116.193.605		116.193.605	Pessoal e Encargos Sociais
	180	***534.571***	***534.571***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		77.038	77.038		Outras Despesas Correntes
		457.533	457.533		Investimento
01000 Câmara dos Deputados		**1.492.242.999**	**1.122.827.412**	**369.415.587**	
		1.238.242.999	889.106.521	349.136.478	Pessoal e Encargos Sociais
		232.811.973	213.532.864	19.279.109	Outras Despesas Correntes
		21.188.027	20.188.027	1.000.000	Investimento
	100	***1.349.583.225***	***1.120.955.741***	***228.627.484***	***Recursos Ordinários***
		1.098.839.005	889.106.521	209.732.484	Pessoal e Encargos Sociais
		230.377.864	212.482.864	17.895.000	Outras Despesas Correntes
		20.366.356	19.366.356	1.000.000	Investimento
	106	***3.387.025***		***3.387.025***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		3.387.025		3.387.025	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***13.548.101***		***13.548.101***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		13.548.101		13.548.101	Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	150	***3.129.109***	***1.745.000***	***1.384.109***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.434.109	1.050.000	1.384.109	Outras Despesas Correntes
		695.000	695.000		Investimento
	153	***76.511.040***		***76.511.040***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		76.511.040		76.511.040	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***45.957.828***		***45.957.828***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		45.957.828		45.957.828	Pessoal e Encargos Sociais
	180	***126.671***	***126.671***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		126.671	126.671		Investimento
02000 Senado Federal		**965.469.019**	**705.878.441**	**259.590.578**	
		744.294.000	499.403.422	244.890.578	Pessoal e Encargos Sociais
		1.457.680	1.457.680		Juros e Encargos da Dívida
		173.534.403	159.350.748	14.183.655	Outras Despesas Correntes
		46.182.936	45.666.591	516.345	Investimento
	100	***832.886.221***	***689.203.664***	***143.682.557***	***Recursos Ordinários***
		628.385.979	499.403.422	128.982.557	Pessoal e Encargos Sociais
		166.702.965	152.519.310	14.183.655	Outras Despesas Correntes
		37.797.277	37.280.932	516.345	Investimento
	106	***2.810.288***		***2.810.288***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		2.810.288		2.810.288	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***11.241.151***		***11.241.151***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		11.241.151		11.241.151	Pessoal e Encargos Sociais
	144	***1.457.680***	***1.457.680***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		1.457.680	1.457.680		Juros e Encargos da Dívida
	148	***6.700.000***	***6.700.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		2.000.000	2.000.000		Outras Despesas Correntes
		4.700.000	4.700.000		Investimento
	150	***8.109.197***	***8.109.197***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		4.754.400	4.754.400		Outras Despesas Correntes
		3.354.797	3.354.797		Investimento
	153	***52.020.173***		***52.020.173***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		52.020.173		52.020.173	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***49.836.409***		***49.836.409***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		49.836.409		49.836.409	Pessoal e Encargos Sociais
	180	***407.900***	***407.900***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		77.038	77.038		Outras Despesas Correntes
		330.862	330.862		Investimento
03000 Tribunal de Contas da União		**412.331.000**	**235.889.000**	**176.442.000**	
		364.691.000	193.742.000	170.949.000	Pessoal e Encargos Sociais
		42.990.000	37.547.000	5.443.000	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		4.650.000	4.600.000	50.000	Investimento
	100	***382.965.117***	***235.889.000***	***147.076.117***	***Recursos Ordinários***
		335.325.117	193.742.000	141.583.117	Pessoal e Encargos Sociais
		42.990.000	37.547.000	5.443.000	Outras Despesas Correntes
		4.650.000	4.600.000	50.000	Investimento
	106	***1.793.303***		***1.793.303***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.793.303		1.793.303	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***7.173.212***		***7.173.212***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		7.173.212		7.173.212	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***20.399.368***		***20.399.368***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		20.399.368		20.399.368	Pessoal e Encargos Sociais
Poder Judiciário		**9.130.858.943**	**7.336.871.088**	**1.793.987.855**	
		7.696.261.130	6.015.518.833	1.680.742.297	Pessoal e Encargos Sociais
		1.191.170.610	1.078.834.925	112.335.685	Outras Despesas Correntes
		231.202.311	230.292.438	909.873	Investimento
		12.224.892	12.224.892		Inversões Financeiras
	100	***8.056.558:884***	***7.330.915.797***	***725.643.087***	***Recursos Ordinários***
		6.627.916.362	6.015.518.833	612.397.529	Pessoal e Encargos Sociais
		1.185.215.319	1.072.879.634	112.335.685	Outras Despesas Correntes
		231.202.311	230.292.438	909.873	Investimento
		12.224.892	12.224.892		Inversões Financeiras
	106	***23.030.197***		***23.030.197***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		23.030.197		23.030.197	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***92.120.785***		***92.120.785***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		92.120.785		92.120.785	Pessoal e Encargos Sociais
	150	***5.955.291***	***5.955.291***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		5.955.291	5.955.291		Outras Despesas Correntes
	153	***400.000.000***		***400.000.000***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		400.000.000		400.000.000	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***553.193.786***		***553.193.786***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		553.193.786		553.193.786	Pessoal e Encargos Sociais
10000 Supremo Tribunal Federal		**157.920.796**	**117.721.132**	**40.199.664**	
		84.409.796	48.409.796	36.000.000	Pessoal e Encargos Sociais
		50.264.889	46.096.225	4.168.664	Outras Despesas Correntes
		23.246.111	23.215.111	31.000	Investimento
	100	***150.184.358***	***117.721.132***	***32.463.226***	***Recursos Ordinários***
		76.673.358	48.409.796	28.263.562	Pessoal e Encargos Sociais
		50.264.889	46.096.225	4.168.664	Outras Despesas Correntes
		23.246.111	23.215.111	31.000	Investimento
	106	***417.858***		***417.858***	***Recursos Ordinários - Condicionados***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		417.858		417.858	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***1.671.432***		***1.671.432***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		1.671.432		1.671.432	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***5.647.148***		***5.647.148***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		5.647.148		5.647.148	Pessoal e Encargos Sociais
11000 Superior Tribunal de Justiça		**282.585.723**	**203.967.723**	**78.618.000**	
		218.229.723	145.912.723	72.317.000	Pessoal e Encargos Sociais
		56.920.230	50.714.230	6.206.000	Outras Despesas Correntes
		7.435.770	7.340.770	95.000	Investimento
	100	***253.739.270***	***203.644.300***	***50.094.970***	***Recursos Ordinários***
		189.706.693	145.912.723	43.793.970	Pessoal e Encargos Sociais
		56.596.807	50.390.807	6.206.000	Outras Despesas Correntes
		7.435.770	7.340.770	95.000	Investimento
	106	***1.004.995***		***1.004.995***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.004.995		1.004.995	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***4.019.978***		***4.019.978***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		4.019.978		4.019.978	Pessoal e Encargos Sociais
	150	***323.423***	***323.423***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		323.423	323.423		Outras Despesas Correntes
	156	***23.498.057***		***23.498.057***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		23.498.057		23.498.057	Pessoal e Encargos Sociais
12000 Justiça Federal		**2.607.993.856**	**2.350.875.030**	**257.118.826**	
		2.038.347.043	1.815.347.043	223.000.000	Pessoal e Encargos Sociais
		478.878.332	444.962.506	33.915.826	Outras Despesas Correntes
		85.786.699	85.583.699	203.000	Investimento
		4.981.782	4.981.782		Inversões Financeiras
	100	***2.467.473.188***	***2.350.875.030***	***116.598.158***	***Recursos Ordinários***
		1.897.826.375	1.815.347.043	82.479.332	Pessoal e Encargos Sociais
		478.878.332	444.962.506	33.915.826	Outras Despesas Correntes
		85.786.699	85.583.699	203.000	Investimento
		4.981.782	4.981.782		Inversões Financeiras
	106	***2.899.429***		***2.899.429***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		2.899.429		2.899.429	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***11.597.716***		***11.597.716***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		11.597.716		11.597.716	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***126.023.523***		***126.023.523***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		126.023.523		126.023.523	Pessoal e Encargos Sociais
13000 Justiça Militar		**105.472.000**	**53.178.800**	**52.293.200**	
		89.979.000	39.230.000	50.749.000	Pessoal e Encargos Sociais
		12.974.000	11.480.000	1.494.000	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		2.519.000	2.468.800	50.200	Investimento
	100	***97.614.546***	***53.178.800***	***44.435.746***	***Recursos Ordinários***
		82.121.546	39.230.000	42.891.546	Pessoal e Encargos Sociais
		12.974.000	11.480.000	1.494.000	Outras Despesas Correntes
		2.519.000	2.468.800	50.200	Investimento
	106	***669.321***		***669.321***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		669.321		669.321	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***2.677.283***		***2.677.283***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		2.677.283		2.677.283	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***4.510.850***		***4.510.850***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		4.510.850		4.510.850	Pessoal e Encargos Sociais
14000 Justiça Eleitoral		**1.227.063.000**	**946.897.508**	**280.165.492**	
		940.337.000	679.729.521	260.607.479	Pessoal e Encargos Sociais
		234.031.695	214.727.805	19.303.890	Outras Despesas Correntes
		45.451.195	45.197.072	254.123	Investimento
		7.243.110	7.243.110		Inversões Financeiras
	100	***1.147.177.205***	***941.265.640***	***205.911.565***	***Recursos Ordinários***
		866.083.073	679.729.521	186.353.552	Pessoal e Encargos Sociais
		228.399.827	209.095.937	19.303.890	Outras Despesas Correntes
		45.451.195	45.197.072	254.123	Investimento
		7.243.110	7.243.110		Inversões Financeiras
	106	***3.165.285***		***3.165.285***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		3.165.285		3.165.285	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***12.661.138***		***12.661.138***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		12.661.138		12.661.138	Pessoal e Encargos Sociais
	150	***5.631.868***	***5.631.868***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		5.631.868	5.631.868		Outras Despesas Correntes
	156	***58.427.504***		***58.427.504***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		58.427.504		58.427.504	Pessoal e Encargos Sociais
15000 Justiça do Trabalho		**4.387.922.568**	**3.378.011.849**	**1.009.910.719**	
		4.031.070.568	3.063.446.704	967.623.864	Pessoal e Encargos Sociais
		305.446.384	263.303.279	42.143.105	Outras Despesas Correntes
		51.405.616	51.261.866	143.750	Investimento
	100	***3.617.683.871***	***3.378.011.849***	***239.672.022***	***Recursos Ordinários***
		3.260.831.871	3.063.446.704	197.385.167	Pessoal e Encargos Sociais
		305.446.384	263.303.279	42.143.105	Outras Despesas Correntes
		51.405.616	51.261.866	143.750	Investimento
	106	***13.761.629***		***13.761.629***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		13.761.629		13.761.629	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***55.046.517***		***55.046.517***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		55.046.517		55.046.517	Pessoal e Encargos Sociais
	153	***400.000.000***		***400.000.000***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		400.000.000		400.000.000	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***301.430.551***		***301.430.551***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		301.430.551		301.430.551	Pessoal e Encargos Sociais
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios		**361.901.000**	**286.219.046**	**75.681.954**	
		293.888.000	223.443.046	70.444.954	Pessoal e Encargos Sociais
		52.655.080	47.550.880	5.104.200	Outras Despesas Correntes
		15.357.920	15.225.120	132.800	Investimento
	100	***322.686.446***	***286.219.046***	***36.467.400***	***Recursos Ordinários***
		254.673.446	223.443.046	31.230.400	Pessoal e Encargos Sociais
		52.655.080	47.550.880	5.104.200	Outras Despesas Correntes
		15.357.920	15.225.120	132.800	Investimento
	106	***1.111.680***		***1.111.680***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.111.680		1.111.680	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***4.446.721***		***4.446.721***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		4.446.721		4.446.721	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***33.656.153***		***33.656.153***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		33.656.153		33.656.153	Pessoal e Encargos Sociais
Poder Executivo		**198.274.683.652**	**61.867.783.977**	**136.406.899.675**	
		2.802.619.467	2.802.619.467		Reserva de Contingencia
		46.173.883.690	19.633.603.531	26.540.280.159	Pessoal e Encargos Sociais
		1.445.755.442	1.278.296.263	167.459.179	Juros e Encargos da Dívida
		120.892.535.542	17.026.877.153	103.865.658.389	Outras Despesas Correntes
		11.813.678.310	9.579.385.631	2.234.292.679	Investimento
		11.211.150.724	7.813.375.109	3.397.775.615	Inversões Financeiras
		3.935.060.477	3.733.626.823	201.433.654	Amortização da Dívida
	100	***31.440.237.608***	***24.635.174.150***	***6.805.063.458***	***Recursos Ordinários***
		18.911.054.469	14.153.927.823	4.757.126.646	Pessoal e Encargos Sociais
		7.582.535.665	5.661.910.602	1.920.625.063	Outras Despesas Correntes
		4.025.154.647	3.897.842.898	127.311.749	Investimento
		921.492.827	921.492.827		Inversões Financeiras
	101	***2.092.322.982***	***2.092.322.982***		***Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados***
		2.092.322.982	2.092.322.982		Inversões Financeiras
	106	***232.897.750***		***232.897.750***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		232.897.750		232.897.750	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***931.591.002***		***931.591.002***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		931.591.002		931.591.002	Pessoal e Encargos Sociais
	112	***5.888.200.648***	***5.888.200.648***		***Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino***
		4.169.348.562	4.169.348.562		Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		1.662.675.996	1.662.675.996		Outras Despesas Correntes
		56.176.090	56.176.090		Investimento
	113	***982.266.794***	***966.147.794***	***16.119.000***	***Contribuição do Salário-Educação***
		897.487.345	881.368.345	16.119.000	Outras Despesas Correntes
		84.779.449	84.779.449		Investimento
	114	***249.660.216***	***249.660.216***		***Crédito Educativo***
		249.660.216	249.660.216		Inversões Financeiras
	115	***518.027.496***	***518.027.496***		***Contribuição para os Programas Especiais (PIN e Proterra)***
		23.365.821	23.365.821		Outras Despesas Correntes
		494.661.675	494.661.675		Investimento
	120	***26.557.300***	***26.557.300***		***Contribuições s/ a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais e s/os Prêmios de Conc. de Prognósticos***
		25.220.644	25.220.644		Outras Despesas Correntes
		1.336.656	1.336.656		Investimento
	121	***15.078.209***		***15.078.209***	***Renda Líquida da Loteria Federal Instantânea***
		15.078.209		15.078.209	Outras Despesas Correntes
	122	***445.424.366***		***445.424.366***	***Renda Líquida de Concursos de Prognósticos***
		445.424.366		445.424.366	Outras Despesas Correntes
	124	***58.239.460***	***58.239.460***		***Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos - Funpen***
		8.893.300	8.893.300		Outras Despesas Correntes
		49.346.160	49.346.160		Investimento
	125	***65.010.274***	***64.837.474***	***172.800***	***Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos***
		3.282.298	3.282.298		Pessoal e Encargos Sociais
		45.602.979	45.430.179	172.800	Outras Despesas Correntes
		16.124.997	16.124.997		Investimento
	126	***53.480.496***	***45.314.516***	***8.165.980***	***Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários***
		7.908.581	7.908.581		Reserva de Contingencia
		28.038.915	20.309.935	7.728.980	Pessoal e Encargos Sociais
		11.252.700	10.815.700	437.000	Outras Despesas Correntes
		6.280.300	6.280.300		Investimento
	127	***103.025.088***	***103.025.088***		***Custas Judiciais - Funpen***
		5.180.366	5.180.366		Outras Despesas Correntes
		97.844.722	97.844.722		Investimento
	128	***33.439.077***	***21.229.249***	***12.209.828***	***Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdência Privada Aberta***
		29.149.077	16.939.249	12.209.828	Pessoal e Encargos Sociais
		3.297.990	3.297.990		Outras Despesas Correntes
		992.010	992.010		Investimento
	129	***849.526.793***	***849.097.793***	***429.000***	***Recursos de Concessões e Permissões***
		8.000.273	8.000.273		Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		91.906.312	91.477.312	429.000	Outras Despesas Correntes
		749.620.208	749.620.208		Investimento
	130	***3.667.527***	***3.667.527***		***Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional***
		3.567.527	3.567.527		Outras Despesas Correntes
		100.000	100.000		Investimento
	131	***366.641.152***	***366.641.152***		***Selos de Controle, Lojas Francas - Fundaf***
		288.848.152	288.848.152		Reserva de Contingencia
		77.181.000	77.181.000		Outras Despesas Correntes
		112.000	112.000		Investimento
		500.000	500.000		Inversões Financeiras
	132	***1.914.198.920***	***1.914.198.920***		***Juros de Mora da Receita Administrada Pela SRF/SF***
		1.243.670.920	1.243.670.920		Reserva de Contingencia
		643.999.000	643.999.000		Outras Despesas Correntes
		26.529.000	26.529.000		Investimento
	133	***5.025.612***	***5.025.612***		***Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário***
		4.525.612	4.525.612		Outras Despesas Correntes
		500.000	500.000		Investimento
	135	***453.840.289***	***453.840.289***		***Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante***
		14.699.685	14.699.685		Reserva de Contingencia
		196.471.931	196.471.931		Outras Despesas Correntes
		2.055.693	2.055.693		Investimento
		240.612.980	240.612.980		Inversões Financeiras
	136	***12.376.785***	***12.376.785***		***Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas***
		12.376.785	12.376.785		Outras Despesas Correntes
	137	***27.570.049***	***27.570.049***		***Cota-Parte dos Preços de Realização dos Combustíveis Automotivos***
		15.000.000	15.000.000		Pessoal e Encargos Sociais
		12.570.049	12.570.049		Outras Despesas Correntes
	138	***790.495.959***	***789.209.319***	***1.286.640***	***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		605.728.677	604.442.037	1.286.640	Outras Despesas Correntes
		183.533.438	183.533.438		Investimento
		1.233.844	1.233.844		Inversões Financeiras
	139	***25.908.528***	***15.545.117***	***10.363.411***	***Alienação de Bens Apreendidos - Fundaf***
		25.908.528	15.545.117	10.363.411	Outras Despesas Correntes
	140	***8.340.884.038***		***8.340.884.038***	***Contribuições para os Programas PIS/Pasep***
		5.004.530.423		5.004.530.423	Outras Despesas Correntes
		3.336.353.615		3.336.353.615	Inversões Financeiras
	143	***2.989.514.524***	***2.791.505.222***	***198.009.302***	***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		2.989.514.524	2.791.505.222	198.009.302	Amortização da Dívida
	144	***1.430.977.246***	***1.263.874.243***	***167.103.003***	***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		1.430.977.246	1.263.874.243	167.103.003	Juros e Encargos da Dívida
	148	***2.838.021.259***	***2.422.875.352***	***415.145.907***	***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		527.427.028	338.809.553	188.617.475	Outras Despesas Correntes
		1.708.304.231	1.541.775.799	166.528.432	Investimento
		602.290.000	542.290.000	60.000.000	Inversões Financeiras
	149	***540.382.785***	***497.350.785***	***43.032.000***	***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		43.696.444	43.696.444		Outras Despesas Correntes
		495.264.341	453.654.341	41.610.000	Investimento
		1.422.000		1.422.000	Inversões Financeiras
	150	***3.588.575.945***	***2.624.100.932***	***964.475.013***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		210.545.862	210.545.862		Reserva de Contingencia
		222.510.330	221.710.330	800.000	Pessoal e Encargos Sociais
		2.730.424.173	1.785.793.964	944.630.209	Outras Despesas Correntes
		260.163.768	241.118.964	19.044.804	Investimento
		164.931.812	164.931.812		Inversões Financeiras
	151	***6.378.773.878***		***6.378.773.878***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		4.084.006.935		4.084.006.935	Pessoal e Encargos Sociais
		2.219.977.772		2.219.977.772	Outras Despesas Correntes
		74.789.171		74.789.171	Investimento
	153	***32.590.948.349***		***32.590.948.349***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		13.941.996.150		13.941.996.150	Pessoal e Encargos Sociais
		18.018.809.349		18.018.809.349	Outras Despesas Correntes
		630.142.850		630.142.850	Investimento
	154	***62.590.818.903***		***62.590.818.903***	***Contribuições dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social***
		62.590.818.903		62.590.818.903	Outras Despesas Correntes
	155	***10.969.726.812***		***10.969.726.812***	***Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira***
		10.969.726.812		10.969.726.812	Outras Despesas Correntes
	156	***2.278.753.542***		***2.278.753.542***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		2.278.753.542		2.278.753.542	Pessoal e Encargos Sociais
	157	***181.855.321***	***181.855.321***		***Receitas de Honorários de Advogados - Fundaf***
		124.910.381	124.910.381		Reserva de Contingencia
		33.992.940	33.992.940		Pessoal e Encargos Sociais
		19.933.000	19.933.000		Outras Despesas Correntes
		3.019.000	3.019.000		Investimento
	158	***910.287.640***	***910.287.640***		***Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF - MF***
		900.287.640	900.287.640		Reserva de Contingencia
		10.000.000	10.000.000		Outras Despesas Correntes
	162	***13.117.922***	***13.117.922***		***Reforma Patrimonial - Alienação de Bens***
		13.117.922	13.117.922		Investimento
	164	***280.000.000***	***280.000.000***		***Títulos da Dívida Agrária***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		280.000.000	280.000.000		Inversões Financeiras
	166	***445.000.000***	***445.000.000***		***Outros Recursos Vinculados***
		80.808.336	80.808.336		Outras Despesas Correntes
		364.191.664	364.191.664		Investimento
	168	***72.665.793***		***72.665.793***	***Cota-Parte da Contribuição Sindical***
		51.042.861		51.042.861	Outras Despesas Correntes
		21.622.932		21.622.932	Investimento
	178	***2.334.613.000***	***1.181.149.000***	***1.153.464.000***	***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		1.262.948.000	1.159.484.000	103.464.000	Outras Despesas Correntes
		1.071.665.000	21.665.000	1.050.000.000	Investimento
	180	***2.980.468.985***	***2.030.990.392***	***949.478.593***	***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.407.845.818	527.997.914	879.847.904	Outras Despesas Correntes
		70.630.689	1.000.000	69.630.689	Investimento
		1.501.992.478	1.501.992.478		Inversões Financeiras
	181	***51.950.000***	***51.950.000***		***Recursos de Convênios***
		11.753.978	11.753.978		Outras Despesas Correntes
		40.196.022	40.196.022		Investimento
	182	***295.000.000***	***295.000.000***		***Outros Recursos Vinculados - Condicionada***
		117.015.518	117.015.518		Outras Despesas Correntes
		177.984.482	177.984.482		Investimento
	183	***600.437.683***	***562.711.426***	***37.726.257***	***Cota - Parte de Compensações Financeiras - Condicionada***
		254.515.284	220.303.987	34.211.297	Pessoal e Encargos Sociais
		256.693.533	253.178.573	3.514.960	Outras Despesas Correntes
		88.688.299	88.688.299		Investimento
		540.567	540.567		Inversões Financeiras
	195	***118.579.012***	***118.579.012***		***Doações de Entidades Internacionais***
		101.382.996	101.382.996		Outras Despesas Correntes
		17.196.016	17.196.016		Investimento
	213	***100.450.880***	***100.450.880***		***Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Sálario-Educação***
		99.168.912	99.168.912		Outras Despesas Correntes
		1.281.968	1.281.968		Investimento
	246	***923.671.000***	***923.671.000***		***Operações de Crédito Internas - em Moeda***
		923.671.000	923.671.000		Inversões Financeiras
	249	***10.000.000***	***10.000.000***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		10.000.000	10.000.000		Investimento
	250	***4.454.285.242***	***3.690.531.401***	***763.753.841***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		11.748.246	11.748.246		Reserva de Contingencia
		616.437.885	357.479.856	258.958.029	Pessoal e Encargos Sociais
		1.107.538	751.362	356.176	Juros e Encargos da Dívida
		2.346.888.177	1.876.493.945	470.394.232	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		816.345.510	785.724.458	30.621.052	Investimento
		271.886.146	271.886.146		Inversões Financeiras
		389.871.740	386.447.388	3.424.352	Amortização da Dívida
	280	***2.310.088.199***	***2.302.688.199***	***7.400.000***	***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		413.308.278	413.308.278		Pessoal e Encargos Sociais
		13.670.658	13.670.658		Juros e Encargos da Dívida
		557.630.610	552.230.610	5.400.000	Outras Despesas Correntes
		147.564.183	145.564.183	2.000.000	Investimento
		622.240.257	622.240.257		Inversões Financeiras
		555.674.213	555.674.213		Amortização da Dívida
	281	***65.221.768***	***61.221.768***	***4.000.000***	***Recursos de Convênios***
		60.631.268	57.531.268	3.100.000	Outras Despesas Correntes
		4.590.500	3.690.500	900.000	Investimento
	295	***4.760.000***	***2.821.000***	***1.939.000***	***Doações de Entidades Internacionais***
		2.987.283	1.139.283	1.848.000	Outras Despesas Correntes
		1.772.717	1.681.717	91.000	Investimento
	296	***143.546***	***143.546***		***Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais***
		143.546	143.546		Outras Despesas Correntes
20000 Presidência da República		**1.155.996.998**	**812.966.085**	**343.030.913**	
		439.242.378	299.389.458	139.852.920	Pessoal e Encargos Sociais
		87.383.553	87.383.553		Juros e Encargos da Dívida
		253.640.923	219.507.271	34.133.652	Outras Despesas Correntes
		230.384.740	122.762.399	107.622.341	Investimento
		61.422.000		61.422.000	Inversões Financeiras
		83.923.404	83.923.404		Amortização da Dívida
	100	***592.689.424***	***471.553.725***	***121.135.699***	***Recursos Ordinários***
		259.448.777	251.879.971	7.568.806	Pessoal e Encargos Sociais
		169.664.882	148.418.868	21.246.014	Outras Despesas Correntes
		163.575.765	71.254.886	92.320.879	Investimento
	106	***313.810***		***313.810***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		313.810		313.810	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***1.255.239***		***1.255.239***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		1.255.239		1.255.239	Pessoal e Encargos Sociais
	143	***83.923.404***	***83.923.404***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		83.923.404	83.923.404		Amortização da Dívida
	144	***87.383.553***	***87.383.553***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		87.383.553	87.383.553		Juros e Encargos da Dívida
	148	***121.897.025***	***34.674.453***	***87.222.572***	***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		18.296.110	6.375.000	11.921.110	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		43.600.915	28.299.453	15.301.462	Investimento
		60.000.000		60.000.000	Inversões Financeiras
	149	***1.422.000***		***1.422.000***	***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		1.422.000		1.422.000	Inversões Financeiras
	150	***110.137.096***	***109.170.568***	***966.528***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		47.509.487	47.509.487		Pessoal e Encargos Sociais
		54.535.009	53.568.481	966.528	Outras Despesas Correntes
		8.092.600	8.092.600		Investimento
	151	***118.868.327***		***118.868.327***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		118.868.327		118.868.327	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***11.846.738***		***11.846.738***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		11.846.738		11.846.738	Pessoal e Encargos Sociais
	162	***13.117.922***	***13.117.922***		***Reforma Patrimonial - Alienação de Bens***
		13.117.922	13.117.922		Investimento
	250	***13.142.460***	***13.142.460***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		11.144.922	11.144.922		Outras Despesas Correntes
		1.997.538	1.997.538		Investimento
22000 Ministério da Agricultura e do Abastecimento		**4.873.012.314**	**4.450.701.314**	**422.311.000**	
		1.300.756.514	918.911.514	381.845.000	Pessoal e Encargos Sociais
		23.204.521	23.204.521		Juros e Encargos da Dívida
		511.885.327	471.419.327	40.466.000	Outras Despesas Correntes
		95.205.473	95.205.473		Investimento
		1.950.270.000	1.950.270.000		Inversões Financeiras
		991.690.479	991.690.479		Amortização da Dívida
	100	***1.329.795.273***	***1.239.699.314***	***90.095.959***	***Recursos Ordinários***
		969.272.473	914.172.514	55.099.959	Pessoal e Encargos Sociais
		318.177.600	283.181.600	34.996.000	Outras Despesas Correntes
		42.345.200	42.345.200		Investimento
	106	***5.870.287***		***5.870.287***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		5.870.287		5.870.287	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***23.481.148***		***23.481.148***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		23.481.148		23.481.148	Pessoal e Encargos Sociais
	143	***67.960.041***	***67.960.041***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		67.960.041	67.960.041		Amortização da Dívida
	144	***23.179.959***	***23.179.959***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		23.179.959	23.179.959		Juros e Encargos da Dívida
	148	***34.213.000***	***34.213.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		22.781.000	22.781.000		Outras Despesas Correntes
		11.432.000	11.432.000		Investimento

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	149	***1.600.000***	***1.600.000***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		1.600.000	1.600.000		Outras Despesas Correntes
	150	***179.031.000***	***179.031.000***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		73.704.000	73.704.000		Outras Despesas Correntes
		21.306.000	21.306.000		Investimento
		84.021.000	84.021.000		Inversões Financeiras
	153	***256.889.000***		***256.889.000***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		256.889.000		256.889.000	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***40.504.606***		***40.504.606***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		40.504.606		40.504.606	Pessoal e Encargos Sociais
	180	***770.962.000***	***770.962.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		770.962.000	770.962.000		Inversões Financeiras
	246	***923.671.000***	***923.671.000***		***Operações de Crédito Internas - em Moeda***
		923.671.000	923.671.000		Inversões Financeiras
	250	***672.131.000***	***666.661.000***	***5.470.000***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		4.739.000	4.739.000		Pessoal e Encargos Sociais
		24.562	24.562		Juros e Encargos da Dívida
		92.330.727	86.860.727	5.470.000	Outras Despesas Correntes
		19.122.273	19.122.273		Investimento
		171.616.000	171.616.000		Inversões Financeiras
		384.298.438	384.298.438		Amortização da Dívida
	280	***542.724.000***	***542.724.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.792.000	2.792.000		Outras Despesas Correntes
		500.000	500.000		Investimento
		539.432.000	539.432.000		Amortização da Dívida
	295	***1.000.000***	***1.000.000***		***Doações de Entidades Internacionais***
		500.000	500.000		Outras Despesas Correntes
		500.000	500.000		Investimento
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia		**2.521.058.774**	**2.410.219.925**	**110.838.849**	
		546.625.625	449.827.208	96.798.417	Pessoal e Encargos Sociais
		43.507.896	43.507.896		Juros e Encargos da Dívida
		1.348.267.763	1.334.227.331	14.040.432	Outras Despesas Correntes
		506.124.537	506.124.537		Investimento
		76.532.953	76.532.953		Amortização da Dívida
	100	***1.427.464.094***	***1.363.344.554***	***64.119.540***	***Recursos Ordinários***
		456.200.536	403.521.868	52.678.668	Pessoal e Encargos Sociais
		831.028.184	819.587.312	11.440.872	Outras Despesas Correntes
		140.235.374	140.235.374		Investimento
	106	***1.308.538***		***1.308.538***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.308.538		1.308.538	Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	110	***5.234.153***		***5.234.153***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		5.234.153		5.234.153	Pessoal e Encargos Sociais
	129	***6.750.000***	***6.750.000***		***Recursos de Concessões e Permissões***
		2.835.000	2.835.000		Outras Despesas Correntes
		3.915.000	3.915.000		Investimento
	138	***238.214.389***	***238.214.389***		***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		149.877.232	149.877.232		Outras Despesas Correntes
		88.337.157	88.337.157		Investimento
	143	***76.532.953***	***76.532.953***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		76.532.953	76.532.953		Amortização da Dívida
	144	***43.507.896***	***43.507.896***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		43.507.896	43.507.896		Juros e Encargos da Dívida
	148	***52.619.256***	***52.619.256***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		37.059.643	37.059.643		Outras Despesas Correntes
		15.559.613	15.559.613		Investimento
	149	***1.750.000***	***1.750.000***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		1.750.000	1.750.000		Outras Despesas Correntes
	150	***4.486.588***	***4.486.588***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		4.211.103	4.211.103		Outras Despesas Correntes
		275.485	275.485		Investimento
	156	***37.577.058***		***37.577.058***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		37.577.058		37.577.058	Pessoal e Encargos Sociais
	166	***100.000.000***	***100.000.000***		***Outros Recursos Vinculados***
		42.200.000	42.200.000		Outras Despesas Correntes
		57.800.000	57.800.000		Investimento
	180	***542.000***	***542.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		542.000	542.000		Outras Despesas Correntes
	181	***350.000***	***350.000***		***Recursos de Convênios***
		350.000	350.000		Outras Despesas Correntes
	182	***295.000.000***	***295.000.000***		***Outros Recursos Vinculados - Condicionada***
		117.015.518	117.015.518		Outras Despesas Correntes
		177.984.482	177.984.482		Investimento
	183	***44.305.340***	***44.305.340***		***Cota - Parte de Compensações Financeiras - Condicionada***
		44.305.340	44.305.340		Pessoal e Encargos Sociais
	195	***11.478.600***	***11.478.600***		***Doações de Entidades Internacionais***
		7.530.224	7.530.224		Outras Despesas Correntes
		3.948.376	3.948.376		Investimento
	250	***172.515.909***	***169.916.349***	***2.599.560***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.000.000	2.000.000		Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		152.446.859	149.847.299	2.599.560	Outras Despesas Correntes
		18.069.050	18.069.050		Investimento
	280	***1.342.000***	***1.342.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.342.000	1.342.000		Outras Despesas Correntes
	281	***80.000***	***80.000***		***Recursos de Convênios***
		80.000	80.000		Outras Despesas Correntes
25000 Ministério da Fazenda		**11.823.081.037**	**9.495.382.395**	**2.327.698.642**	
		2.787.919.782	2.787.919.782		Reserva de Contingencia
		4.732.645.030	2.448.981.388	2.283.663.642	Pessoal e Encargos Sociais
		46.058.000	46.058.000		Juros e Encargos da Dívida
		3.068.288.276	3.024.253.276	44.035.000	Outras Despesas Correntes
		172.792.963	172.792.963		Investimento
		989.544.986	989.544.986		Inversões Financeiras
		25.832.000	25.832.000		Amortização da Dívida
	100	***2.300.124.421***	***2.274.254.421***	***25.870.000***	***Recursos Ordinários***
		1.673.110.421	1.673.110.421		Pessoal e Encargos Sociais
		414.290.008	388.420.008	25.870.000	Outras Despesas Correntes
		13.067.992	13.067.992		Investimento
		199.656.000	199.656.000		Inversões Financeiras
	106	***30.954.141***		***30.954.141***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		30.954.141		30.954.141	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***123.816.566***		***123.816.566***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		123.816.566		123.816.566	Pessoal e Encargos Sociais
	126	***53.480.496***	***45.314.516***	***8.165.980***	***Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários***
		7.908.581	7.908.581		Reserva de Contingencia
		28.038.915	20.309.935	7.728.980	Pessoal e Encargos Sociais
		11.252.700	10.815.700	437.000	Outras Despesas Correntes
		6.280.300	6.280.300		Investimento
	128	***33.439.077***	***21.229.249***	***12.209.828***	***Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdência Privada Aberta***
		29.149.077	16.939.249	12.209.828	Pessoal e Encargos Sociais
		3.297.990	3.297.990		Outras Despesas Correntes
		992.010	992.010		Investimento
	131	***366.641.152***	***366.641.152***		***Selos de Controle, Lojas Francas - Fundaf***
		288.848.152	288.848.152		Reserva de Contingencia
		77.181.000	77.181.000		Outras Despesas Correntes
		112.000	112.000		Investimento
		500.000	500.000		Inversões Financeiras
	132	***1.914.198.920***	***1.914.198.920***		***Juros de Mora da Receita Administrada Pela SRF/SF***
		1.243.670.920	1.243.670.920		Reserva de Contingencia

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		643.999.000	643.999.000		Outras Despesas Correntes
		26.529.000	26.529.000		Investimento
	139	***15.545.117***	***15.545.117***		***Alienação de Bens Apreendidos - Fundaf***
		15.545.117	15.545.117		Outras Despesas Correntes
	143	***25.832.000***	***25.832.000***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		25.832.000	25.832.000		Amortização da Dívida
	144	***44.569.000***	***44.569.000***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		44.569.000	44.569.000		Juros e Encargos da Dívida
	148	***560.413.000***	***560.413.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		15.152.945	15.152.945		Outras Despesas Correntes
		20.820.055	20.820.055		Investimento
		524.440.000	524.440.000		Inversões Financeiras
	150	***928.816.000***	***928.816.000***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		210.545.862	210.545.862		Reserva de Contingencia
		703.466.000	703.466.000		Outras Despesas Correntes
		500.000	500.000		Investimento
		14.304.138	14.304.138		Inversões Financeiras
	151	***1.498.363.744***		***1.498.363.744***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		1.498.363.744		1.498.363.744	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***364.918.975***		***364.918.975***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		364.918.975		364.918.975	Pessoal e Encargos Sociais
	157	***181.855.321***	***181.855.321***		***Receitas de Honorários de Advogados - Fundaf***
		124.910.381	124.910.381		Reserva de Contingencia
		33.992.940	33.992.940		Pessoal e Encargos Sociais
		19.933.000	19.933.000		Outras Despesas Correntes
		3.019.000	3.019.000		Investimento
	158	***910.287.640***	***910.287.640***		***Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF - MF***
		900.287.640	900.287.640		Reserva de Contingencia
		10.000.000	10.000.000		Outras Despesas Correntes
	180	***715.577.086***	***715.577.086***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		464.938.000	464.938.000		Outras Despesas Correntes
		250.639.086	250.639.086		Inversões Financeiras
	250	***993.748.034***	***730.348.626***	***263.399.408***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		11.748.246	11.748.246		Reserva de Contingencia
		537.316.888	291.645.480	245.671.408	Pessoal e Encargos Sociais
		374.293.773	356.565.773	17.728.000	Outras Despesas Correntes
		70.389.127	70.389.127		Investimento
	280	***760.500.347***	***760.500.347***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		412.983.363	412.983.363		Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		1.489.000	1.489.000		Juros e Encargos da Dívida
		314.938.743	314.938.743		Outras Despesas Correntes
		31.083.479	31.083.479		Investimento
		5.762	5.762		Inversões Financeiras
26000 Ministério da Educação		**15.423.795.227**	**11.852.809.038**	**3.570.986.189**	
		7.315.847.260	4.782.684.216	2.533.163.044	Pessoal e Encargos Sociais
		137.538.698	137.182.522	356.176	Juros e Encargos da Dívida
		6.264.911.780	5.237.334.372	1.027.577.408	Outras Despesas Correntes
		821.460.641	814.995.432	6.465.209	Investimento
		671.653.608	671.653.608		Inversões Financeiras
		212.383.240	208.958.888	3.424.352	Amortização da Dívida
	100	***2.577.411.041***	***1.936.505.055***	***640.905.986***	***Recursos Ordinários***
		758.534.246	613.335.654	145.198.592	Pessoal e Encargos Sociais
		1.434.649.365	938.941.971	495.707.394	Outras Despesas Correntes
		384.227.430	384.227.430		Investimento
	106	***31.952.340***		***31.952.340***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		31.952.340		31.952.340	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***127.809.360***		***127.809.360***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		127.809.360		127.809.360	Pessoal e Encargos Sociais
	112	***5.888.200.648***	***5.888.200.648***		***Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino***
		4.169.348.562	4.169.348.562		Pessoal e Encargos Sociais
		1.662.675.996	1.662.675.996		Outras Despesas Correntes
		56.176.090	56.176.090		Investimento
	113	***982.266.794***	***966.147.794***	***16.119.000***	***Contribuição do Salário-Educação***
		897.487.345	881.368.345	16.119.000	Outras Despesas Correntes
		84.779.449	84.779.449		Investimento
	114	***249.660.216***	***249.660.216***		***Crédito Educativo***
		249.660.216	249.660.216		Inversões Financeiras
	121	***15.078.209***		***15.078.209***	***Renda Liquida da Loteria Federal Instantânea***
		15.078.209		15.078.209	Outras Despesas Correntes
	122	***445.424.366***		***445.424.366***	***Renda Liquida de Concursos de Prognósticos***
		445.424.366		445.424.366	Outras Despesas Correntes
	143	***208.958.888***	***208.958.888***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		208.958.888	208.958.888		Amortização da Dívida
	144	***137.182.522***	***137.182.522***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		137.182.522	137.182.522		Juros e Encargos da Dívida
	148	***298.971.586***	***298.971.586***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		117.966.184	117.966.184		Outras Despesas Correntes
		181.005.402	181.005.402		Investimento

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	149	***11.202.550***	***11.202.550***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		11.202.550	11.202.550		Investimento
	150	***5.366.957***	***5.366.957***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		5.365.842	5.365.842		Outras Despesas Correntes
		1.115	1.115		Investimento
	153	***1.552.523.185***		***1.552.523.185***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		1.552.523.185		1.552.523.185	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***675.679.567***		***675.679.567***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		675.679.567		675.679.567	Pessoal e Encargos Sociais
	178	***1.156.299.000***	***1.156.299.000***		***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		1.156.299.000	1.156.299.000		Outras Despesas Correntes
	180	***428.253.522***	***428.253.522***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		6.862.130	6.862.130		Outras Despesas Correntes
		421.391.392	421.391.392		Inversões Financeiras
	213	***100.450.880***	***100.450.880***		***Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Sálario-Educação***
		99.168.912	99.168.912		Outras Despesas Correntes
		1.281.968	1.281.968		Investimento
	249	***10.000.000***	***10.000.000***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		10.000.000	10.000.000		Investimento
	250	***463.412.660***	***401.918.484***	***61.494.176***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		356.176		356.176	Juros e Encargos da Dívida
		371.223.505	319.075.066	52.148.439	Outras Despesas Correntes
		87.806.627	82.241.418	5.565.209	Investimento
		602.000	602.000		Inversões Financeiras
		3.424.352		3.424.352	Amortização da Dívida
	280	***3.510.176***	***3.510.176***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		3.120.666	3.120.666		Outras Despesas Correntes
		389.510	389.510		Investimento
	281	***54.091.760***	***50.091.760***	***4.000.000***	***Recursos de Convênios***
		49.501.260	46.401.260	3.100.000	Outras Despesas Correntes
		4.590.500	3.690.500	900.000	Investimento
	295	***74.000***	***74.000***		***Doações de Entidades Internacionais***
		74.000	74.000		Outras Despesas Correntes
	296	***15.000***	***15.000***		***Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais***
		15.000	15.000		Outras Despesas Correntes
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		**1.079.560.460**	**1.050.906.078**	**28.654.382**	
		128.978.895	103.857.233	25.121.662	Pessoal e Encargos Sociais
		726.800	726.800		Juros e Encargos da Dívida
		280.998.063	277.465.343	3.532.720	Outras Despesas Correntes
		84.438.091	84.438.091		Investimento

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		582.269.661	582.269.661		Inversões Financeiras
		2.148.950	2.148.950		Amortização da Dívida
	100	***132.371.556***	***131.524.836***	***846.720***	***Recursos Ordinários***
		61.258.752	61.258.752		Pessoal e Encargos Sociais
		68.512.804	67.666.084	846.720	Outras Despesas Correntes
		2.600.000	2.600.000		Investimento
	106	***313.036***		***313.036***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		313.036		313.036	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***1.252.145***		***1.252.145***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		1.252.145		1.252.145	Pessoal e Encargos Sociais
	150	***15.215.551***	***15.215.551***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		14.374.551	14.374.551		Outras Despesas Correntes
		841.000	841.000		Investimento
	156	***10.269.860***		***10.269.860***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		10.269.860		10.269.860	Pessoal e Encargos Sociais
	250	***334.574.760***	***318.602.139***	***15.972.621***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		55.885.102	42.598.481	13.286.621	Pessoal e Encargos Sociais
		726.800	726.800		Juros e Encargos da Dívida
		194.982.057	192.296.057	2.686.000	Outras Despesas Correntes
		80.831.851	80.831.851		Investimento
		2.148.950	2.148.950		Amortização da Dívida
	280	***585.563.552***	***585.563.552***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		3.128.651	3.128.651		Outras Despesas Correntes
		165.240	165.240		Investimento
		582.269.661	582.269.661		Inversões Financeiras
30000 Ministério da Justiça		**3.789.497.181**	**2.875.650.888**	**913.846.293**	
		2.326.193.990	1.463.421.531	862.772.459	Pessoal e Encargos Sociais
		15.805.632	15.805.632		Juros e Encargos da Dívida
		629.526.749	593.777.472	35.749.277	Outras Despesas Correntes
		779.756.138	764.431.581	15.324.557	Investimento
		6.500.000	6.500.000		Inversões Financeiras
		31.714.672	31.714.672		Amortização da Dívida
	100	***2.347.101.505***	***2.178.390.454***	***168.711.051***	***Recursos Ordinários***
		1.572.964.956	1.444.921.531	128.043.425	Pessoal e Encargos Sociais
		304.745.826	279.342.757	25.403.069	Outras Despesas Correntes
		469.390.723	454.126.166	15.264.557	Investimento
	106	***10.912.058***		***10.912.058***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		10.912.058		10.912.058	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***43.648.234***		***43.648.234***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		43.648.234		43.648.234	Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	124	***58.239.460***	***58.239.460***		***Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos - Funpen***
		8.893.300	8.893.300		Outras Despesas Correntes
		49.346.160	49.346.160		Investimento
	127	***103.025.088***	***103.025.088***		***Custas Judiciais - Funpen***
		5.180.366	5.180.366		Outras Despesas Correntes
		97.844.722	97.844.722		Investimento
	143	***31.714.672***	***31.714.672***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		31.714.672	31.714.672		Amortização da Dívida
	144	***15.805.632***	***15.805.632***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		15.805.632	15.805.632		Juros e Encargos da Dívida
	148	***9.480.000***	***9.480.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		3.730.000	3.730.000		Outras Despesas Correntes
		5.750.000	5.750.000		Investimento
	149	***63.738.600***	***63.738.600***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		10.720.000	10.720.000		Outras Despesas Correntes
		53.018.600	53.018.600		Investimento
	150	***402.842.166***	***392.435.958***	***10.406.208***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		18.500.000	18.500.000		Pessoal e Encargos Sociais
		279.723.257	269.377.049	10.346.208	Outras Despesas Correntes
		98.118.909	98.058.909	60.000	Investimento
		6.500.000	6.500.000		Inversões Financeiras
	151	***519.859.189***		***519.859.189***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		519.859.189		519.859.189	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***160.309.553***		***160.309.553***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		160.309.553		160.309.553	Pessoal e Encargos Sociais
	181	***9.600.000***	***9.600.000***		***Recursos de Convênios***
		3.500.000	3.500.000		Outras Despesas Correntes
		6.100.000	6.100.000		Investimento
	195	***11.539.000***	***11.539.000***		***Doações de Entidades Internacionais***
		11.534.000	11.534.000		Outras Despesas Correntes
		5.000	5.000		Investimento
	250	***882.024***	***882.024***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		700.000	700.000		Outras Despesas Correntes
		182.024	182.024		Investimento
	281	***800.000***	***800.000***		***Recursos de Convênios***
		800.000	800.000		Outras Despesas Correntes
32000 Ministério de Minas e Energia		**1.122.761.591**	**1.077.058.023**	**45.703.568**	
		241.090.963	200.579.355	40.511.608	Pessoal e Encargos Sociais
		19.859.212	19.859.212		Juros e Encargos da Dívida

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		627.023.873	621.831.913	5.191.960	Outras Despesas Correntes
		135.597.895	135.597.895		Investimento
		99.189.648	99.189.648		Amortização da Dívida
	100	***55.993.380***	***55.993.380***		***Recursos Ordinários***
		54.192.731	54.192.731		Pessoal e Encargos Sociais
		649	649		Outras Despesas Correntes
		1.800.000	1.800.000		Investimento
	106	***504.793***		***504.793***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		504.793		504.793	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***2.019.171***		***2.019.171***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		2.019.171		2.019.171	Pessoal e Encargos Sociais
	129	***89.870.520***	***89.441.520***	***429.000***	***Recursos de Concessões e Permissões***
		5.000.000	5.000.000		Pessoal e Encargos Sociais
		73.670.520	73.241.520	429.000	Outras Despesas Correntes
		11.200.000	11.200.000		Investimento
	137	***27.570.049***	***27.570.049***		***Cota-Parte dos Preços de Realização dos Combustíveis Automotivos***
		15.000.000	15.000.000		Pessoal e Encargos Sociais
		12.570.049	12.570.049		Outras Despesas Correntes
	138	***242.609.375***	***241.860.575***	***748.800***	***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		216.799.929	216.051.129	748.800	Outras Despesas Correntes
		25.809.446	25.809.446		Investimento
	143	***99.189.648***	***99.189.648***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		99.189.648	99.189.648		Amortização da Dívida
	144	***19.859.212***	***19.859.212***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		19.859.212	19.859.212		Juros e Encargos da Dívida
	150	***173.182.008***	***172.682.808***	***499.200***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		12.988.316	12.988.316		Pessoal e Encargos Sociais
		148.080.572	147.581.372	499.200	Outras Despesas Correntes
		12.113.120	12.113.120		Investimento
	156	***3.776.347***		***3.776.347***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		3.776.347		3.776.347	Pessoal e Encargos Sociais
	178	***6.000.000***	***6.000.000***		***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		6.000.000	6.000.000		Investimento
	183	***352.590.790***	***314.864.533***	***37.726.257***	***Cota - Parte de Compensações Financeiras - Condicionada***
		136.620.984	102.409.687	34.211.297	Pessoal e Encargos Sociais
		146.196.105	142.681.145	3.514.960	Outras Despesas Correntes
		69.773.701	69.773.701		Investimento
	195	***1.485.012***	***1.485.012***		***Doações de Entidades Internacionais***
		1.485.012	1.485.012		Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	250	***48.111.286***	***48.111.286***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		10.988.621	10.988.621		Pessoal e Encargos Sociais
		28.221.037	28.221.037		Outras Despesas Correntes
		8.901.628	8.901.628		Investimento
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social		**81.854.679.734**		**81.854.679.734**	
		3.860.227.750		3.860.227.750	Pessoal e Encargos Sociais
		7.067.580		7.067.580	Juros e Encargos da Dívida
		77.949.542.834		77.949.542.834	Outras Despesas Correntes
		37.841.570		37.841.570	Investimento
	100	***2.370.374.903***		***2.370.374.903***	***Recursos Ordinários***
		1.405.891.926		1.405.891.926	Pessoal e Encargos Sociais
		961.208.327		961.208.327	Outras Despesas Correntes
		3.274.650		3.274.650	Investimento
	106	***33.468.667***		***33.468.667***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		33.468.667		33.468.667	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***133.874.668***		***133.874.668***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		133.874.668		133.874.668	Pessoal e Encargos Sociais
	139	***10.363.411***		***10.363.411***	***Alienação de Bens Apreendidos - Fundaf***
		10.363.411		10.363.411	Outras Despesas Correntes
	144	***7.067.580***		***7.067.580***	***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		7.067.580		7.067.580	Juros e Encargos da Dívida
	148	***25.965.335***		***25.965.335***	***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		13.567.365		13.567.365	Outras Despesas Correntes
		12.397.970		12.397.970	Investimento
	151	***294.766.943***		***294.766.943***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		292.776.943		292.776.943	Outras Despesas Correntes
		1.990.000		1.990.000	Investimento
	153	***12.295.499.067***		***12.295.499.067***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		2.079.045.033		2.079.045.033	Pessoal e Encargos Sociais
		10.198.775.084		10.198.775.084	Outras Despesas Correntes
		17.678.950		17.678.950	Investimento
	154	***62.590.818.903***		***62.590.818.903***	***Contribuições dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social***
		62.590.818.903		62.590.818.903	Outras Despesas Correntes
	155	***3.656.575.604***		***3.656.575.604***	***Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira***
		3.656.575.604		3.656.575.604	Outras Despesas Correntes
	156	***207.947.456***		***207.947.456***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		207.947.456		207.947.456	Pessoal e Encargos Sociais
	178	***103.464.000***		***103.464.000***	***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		103.464.000		103.464.000	Outras Despesas Correntes
	250	***121.693.197***		***121.693.197***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		119.193.197		119.193.197	Outras Despesas Correntes
		2.500.000		2.500.000	Investimento
	280	***2.800.000***		***2.800.000***	***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.800.000		2.800.000	Outras Despesas Correntes
34000 Ministério Público da União		**813.259.591**	**651.571.287**	**161.688.304**	
		677.070.591	520.991.069	156.079.522	Pessoal e Encargos Sociais
		102.891.867	97.356.085	5.535.782	Outras Despesas Correntes
		33.247.133	33.174.133	73.000	Investimento
		50.000	50.000		Inversões Financeiras
	100	***747.943.943***	***650.411.287***	***97.532.656***	***Recursos Ordinários***
		612.914.943	520.991.069	91.923.874	Pessoal e Encargos Sociais
		101.731.867	96.196.085	5.535.782	Outras Despesas Correntes
		33.247.133	33.174.133	73.000	Investimento
		50.000	50.000		Inversões Financeiras
	106	***1.800.559***		***1.800.559***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.800.559		1.800.559	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***7.202.235***		***7.202.235***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		7.202.235		7.202.235	Pessoal e Encargos Sociais
	150	***1.160.000***	***1.160.000***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.160.000	1.160.000		Outras Despesas Correntes
	156	***55.152.854***		***55.152.854***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		55.152.854		55.152.854	Pessoal e Encargos Sociais
35000 Ministério das Relações Exteriores		**809.264.062**	**687.937.967**	**121.326.095**	
		385.451.061	293.379.061	92.072.000	Pessoal e Encargos Sociais
		840.174	840.174		Juros e Encargos da Dívida
		404.342.987	375.088.892	29.254.095	Outras Despesas Correntes
		17.757.659	17.757.659		Investimento
		872.181	872.181		Amortização da Dívida
	100	***739.883.138***	***635.817.639***	***104.065.499***	***Recursos Ordinários***
		368.190.465	293.379.061	74.811.404	Pessoal e Encargos Sociais
		371.652.673	342.398.578	29.254.095	Outras Despesas Correntes
		40.000	40.000		Investimento
	106	***1.133.241***		***1.133.241***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.133.241		1.133.241	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***4.532.964***		***4.532.964***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		4.532.964		4.532.964	Pessoal e Encargos Sociais
	143	***872.181***	***872.181***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		872.181	872.181		Amortização da Dívida
	144	***840.174***	***840.174***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		840.174	840.174		Juros e Encargos da Dívida
	148	***2.187.973***	***2.187.973***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		2.187.973	2.187.973		Outras Despesas Correntes
	150	***48.000.000***	***48.000.000***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		30.282.341	30.282.341		Outras Despesas Correntes
		17.717.659	17.717.659		Investimento
	156	***11.594.391***		***11.594.391***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		11.594.391		11.594.391	Pessoal e Encargos Sociais
	250	***91.454***	***91.454***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		91.454	91.454		Outras Despesas Correntes
	296	***128.546***	***128.546***		***Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais***
		128.546	128.546		Outras Despesas Correntes
36000 Ministério da Saúde		**24.862.631.366**		**24.862.631.366**	
		4.486.141.827		4.486.141.827	Pessoal e Encargos Sociais
		160.035.423		160.035.423	Juros e Encargos da Dívida
		18.061.081.743		18.061.081.743	Outras Despesas Correntes
		1.957.363.071		1.957.363.071	Investimento
		198.009.302		198.009.302	Amortização da Dívida
	100	***2.476.408.751***		***2.476.408.751***	***Recursos Ordinários***
		2.396.643.147		2.396.643.147	Pessoal e Encargos Sociais
		69.545.604		69.545.604	Outras Despesas Correntes
		10.220.000		10.220.000	Investimento
	106	***26.806.382***		***26.806.382***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		26.806.382		26.806.382	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***107.225.529***		***107.225.529***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		107.225.529		107.225.529	Pessoal e Encargos Sociais
	143	***198.009.302***		***198.009.302***	***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		198.009.302		198.009.302	Amortização da Dívida
	144	***160.035.423***		***160.035.423***	***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		160.035.423		160.035.423	Juros e Encargos da Dívida
	148	***301.958.000***		***301.958.000***	***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		163.129.000		163.129.000	Outras Despesas Correntes
		138.829.000		138.829.000	Investimento
	149	***41.610.000***		***41.610.000***	***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		41.610.000		41.610.000	Investimento
	150	***732.800.000***		***732.800.000***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		714.983.000		714.983.000	Outras Despesas Correntes
		17.817.000		17.817.000	Investimento
	151	***2.000.000.000***		***2.000.000.000***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		1.927.200.829		1.927.200.829	Outras Despesas Correntes
		72.799.171		72.799.171	Investimento
	153	***9.994.915.982***		***9.994.915.982***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		1.562.417.817		1.562.417.817	Pessoal e Encargos Sociais
		7.820.034.265		7.820.034.265	Outras Despesas Correntes
		612.463.900		612.463.900	Investimento
	155	***7.313.151.208***		***7.313.151.208***	***Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira***
		7.313.151.208		7.313.151.208	Outras Despesas Correntes
	156	***393.048.952***		***393.048.952***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		393.048.952		393.048.952	Pessoal e Encargos Sociais
	178	***1.050.000.000***		***1.050.000.000***	***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		1.050.000.000		1.050.000.000	Investimento
	250	***60.722.837***		***60.722.837***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		49.189.837		49.189.837	Outras Despesas Correntes
		11.533.000		11.533.000	Investimento
	280	***4.000.000***		***4.000.000***	***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.000.000		2.000.000	Outras Despesas Correntes
		2.000.000		2.000.000	Investimento
	295	***1.939.000***		***1.939.000***	***Doações de Entidades Internacionais***
		1.848.000		1.848.000	Outras Despesas Correntes
		91.000		91.000	Investimento
38000 Ministério do Trabalho e Emprego		**10.588.818.317**	**563.473.782**	**10.025.344.535**	
		925.990.504	467.117.206	458.873.298	Pessoal e Encargos Sociais
		114.889	114.889		Juros e Encargos da Dívida
		6.215.818.319	78.117.898	6.137.700.421	Outras Despesas Correntes
		109.447.621	17.030.420	92.417.201	Investimento
		3.336.353.615		3.336.353.615	Inversões Financeiras
		1.093.369	1.093.369		Amortização da Dívida
	100	***594.186.611***	***561.888.064***	***32.298.547***	***Recursos Ordinários***
		488.926.793	467.117.206	21.809.587	Pessoal e Encargos Sociais
		88.229.398	77.740.438	10.488.960	Outras Despesas Correntes
		17.030.420	17.030.420		Investimento
	106	***5.755.417***		***5.755.417***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		5.755.417		5.755.417	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***23.021.669***		***23.021.669***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		23.021.669		23.021.669	Pessoal e Encargos Sociais
	140	***8.340.884.038***		***8.340.884.038***	***Contribuições para os Programas PIS/Pasep***
		5.004.530.423		5.004.530.423	Outras Despesas Correntes
		3.336.353.615		3.336.353.615	Inversões Financeiras
	143	***1.093.369***	***1.093.369***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
					Mobiliária Federal
		1.093.369	1.093.369		Amortização da Dívida
	144	***114.889***	***114.889***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		114.889	114.889		Juros e Encargos da Dívida
	150	***192.953.853***		***192.953.853***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		191.790.273		191.790.273	Outras Despesas Correntes
		1.163.580		1.163.580	Investimento
	153	***344.678.865***		***344.678.865***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		344.678.865		344.678.865	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***63.607.760***		***63.607.760***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		63.607.760		63.607.760	Pessoal e Encargos Sociais
	168	***72.665.793***		***72.665.793***	***Cota-Parte da Contribuição Sindical***
		51.042.861		51.042.861	Outras Despesas Correntes
		21.622.932		21.622.932	Investimento
	180	***949.478.593***		***949.478.593***	***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		879.847.904		879.847.904	Outras Despesas Correntes
		69.630.689		69.630.689	Investimento
	250	***377.460***	***377.460***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		377.460	377.460		Outras Despesas Correntes
39000 Ministério dos Transportes		**6.298.699.185**	**5.172.770.688**	**1.125.928.497**	
		14.699.685	14.699.685		Reserva de Contingencia
		1.468.393.093	378.295.488	1.090.097.605	Pessoal e Encargos Sociais
		401.112.166	401.112.166		Juros e Encargos da Dívida
		610.699.628	574.868.736	35.830.892	Outras Despesas Correntes
		2.675.712.019	2.675.712.019		Investimento
		335.937.980	335.937.980		Inversões Financeiras
		792.144.614	792.144.614		Amortização da Dívida
	100	***2.582.013.838***	***2.240.871.975***	***341.141.863***	***Recursos Ordinários***
		680.136.018	373.275.047	306.860.971	Pessoal e Encargos Sociais
		205.671.104	171.390.212	34.280.892	Outras Despesas Correntes
		1.659.881.716	1.659.881.716		Investimento
		36.325.000	36.325.000		Inversões Financeiras
	106	***13.967.994***		***13.967.994***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		13.967.994		13.967.994	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***55.871.975***		***55.871.975***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		55.871.975		55.871.975	Pessoal e Encargos Sociais
	129	***24.906.000***	***24.906.000***		***Recursos de Concessões e Permissões***
		15.400.792	15.400.792		Outras Despesas Correntes
		9.505.208	9.505.208		Investimento
	135	***447.032.685***	***447.032.685***		***Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		14.699.685	14.699.685		Reserva de Contingencia
		190.395.020	190.395.020		Outras Despesas Correntes
		1.325.000	1.325.000		Investimento
		240.612.980	240.612.980		Inversões Financeiras
	143	***792.144.614***	***792.144.614***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		792.144.614	792.144.614		Amortização da Dívida
	144	***401.112.166***	***401.112.166***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		401.112.166	401.112.166		Juros e Encargos da Dívida
	148	***991.420.449***	***991.420.449***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		21.340.000	21.340.000		Outras Despesas Correntes
		970.080.449	970.080.449		Investimento
	150	***1.673.276***	***1.673.276***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.637.165	1.637.165		Outras Despesas Correntes
		36.111	36.111		Investimento
	151	***74.969.256***		***74.969.256***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		74.969.256		74.969.256	Pessoal e Encargos Sociais
	153	***619.365.188***		***619.365.188***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		619.365.188		619.365.188	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***19.062.221***		***19.062.221***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		19.062.221		19.062.221	Pessoal e Encargos Sociais
	180	***109.000.000***	***109.000.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		50.000.000	50.000.000		Outras Despesas Correntes
		59.000.000	59.000.000		Inversões Financeiras
	250	***164.916.346***	***163.366.346***	***1.550.000***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		5.020.441	5.020.441		Pessoal e Encargos Sociais
		125.099.332	123.549.332	1.550.000	Outras Despesas Correntes
		34.796.573	34.796.573		Investimento
	280	***1.243.177***	***1.243.177***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.156.215	1.156.215		Outras Despesas Correntes
		86.962	86.962		Investimento
41000 Ministério das Comunicações		**2.070.258.513**	**1.594.515.589**	**475.742.924**	
		600.938.513	153.967.813	446.970.700	Pessoal e Encargos Sociais
		350.965.216	322.197.216	28.768.000	Outras Despesas Correntes
		1.097.354.784	1.097.350.560	4.224	Investimento
		21.000.000	21.000.000		Inversões Financeiras
	100	***54.701.213***	***36.855.013***	***17.846.200***	***Recursos Ordinários***
		54.701.213	36.855.013	17.846.200	Pessoal e Encargos Sociais
	106	***5.876.238***		***5.876.238***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		5.876.238		5.876.238	Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	110	***23.504.953***		***23.504.953***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		23.504.953		23.504.953	Pessoal e Encargos Sociais
	129	***728.000.273***	***728.000.273***		***Recursos de Concessões e Permissões***
		3.000.273	3.000.273		Pessoal e Encargos Sociais
		725.000.000	725.000.000		Investimento
	150	***513.909.527***	***487.060.303***	***26.849.224***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		114.912.527	114.112.527	800.000	Pessoal e Encargos Sociais
		348.242.216	322.197.216	26.045.000	Outras Despesas Correntes
		50.754.784	50.750.560	4.224	Investimento
	153	***392.814.181***		***392.814.181***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		392.814.181		392.814.181	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***6.129.128***		***6.129.128***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		6.129.128		6.129.128	Pessoal e Encargos Sociais
	166	***300.000.000***	***300.000.000***		***Outros Recursos Vinculados***
		300.000.000	300.000.000		Investimento
	250	***2.723.000***		***2.723.000***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.723.000		2.723.000	Outras Despesas Correntes
	280	***42.600.000***	***42.600.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		21.600.000	21.600.000		Investimento
		21.000.000	21.000.000		Inversões Financeiras
42000 Ministério da Cultura		**252.175.330**	**216.421.947**	**35.753.383**	
		102.023.565	70.991.056	31.032.509	Pessoal e Encargos Sociais
		2.550.940	2.550.940		Juros e Encargos da Dívida
		127.857.880	123.137.006	4.720.874	Outras Despesas Correntes
		19.707.120	19.707.120		Investimento
		35.825	35.825		Inversões Financeiras
	100	***188.176.904***	***165.156.329***	***23.020.575***	***Recursos Ordinários***
		89.290.757	70.991.056	18.299.701	Pessoal e Encargos Sociais
		86.862.776	82.141.902	4.720.874	Outras Despesas Correntes
		11.987.546	11.987.546		Investimento
		35.825	35.825		Inversões Financeiras
	106	***397.685***		***397.685***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		397.685		397.685	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***1.590.741***		***1.590.741***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		1.590.741		1.590.741	Pessoal e Encargos Sociais
	120	***26.557.300***	***26.557.300***		***Contribuições s/ a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais e s/os Prêmios de Conc. de Prognósticos***
		25.220.644	25.220.644		Outras Despesas Correntes
		1.336.656	1.336.656		Investimento
	130	***3.667.527***	***3.667.527***		***Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		3.567.527	3.567.527		Outras Despesas Correntes
		100.000	100.000		Investimento
	144	***2.550.940***	***2.550.940***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		2.550.940	2.550.940		Juros e Encargos da Dívida
	148	***13.675.878***	***13.675.878***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		7.757.960	7.757.960		Outras Despesas Correntes
		5.917.918	5.917.918		Investimento
	150	***880.352***	***880.352***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		880.352	880.352		Outras Despesas Correntes
	156	***10.744.382***		***10.744.382***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		10.744.382		10.744.382	Pessoal e Encargos Sociais
	250	***3.907.101***	***3.907.101***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		3.542.101	3.542.101		Outras Despesas Correntes
		365.000	365.000		Investimento
	280	***26.520***	***26.520***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		26.520	26.520		Outras Despesas Correntes
44000 Ministério do Meio Ambiente		**1.052.002.433**	**955.514.101**	**96.488.332**	
		307.326.017	218.311.400	89.014.617	Pessoal e Encargos Sociais
		16.008.061	16.008.061		Juros e Encargos da Dívida
		482.561.880	475.088.165	7.473.715	Outras Despesas Correntes
		149.291.195	149.291.195		Investimento
		63.006.214	63.006.214		Inversões Financeiras
		33.809.066	33.809.066		Amortização da Dívida
	100	***341.790.366***	***334.854.491***	***6.935.875***	***Recursos Ordinários***
		189.711.400	189.711.400		Pessoal e Encargos Sociais
		98.183.933	91.248.058	6.935.875	Outras Despesas Correntes
		38.489.904	38.489.904		Investimento
		15.405.129	15.405.129		Inversões Financeiras
	106	***1.134.170***		***1.134.170***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.134.170		1.134.170	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***4.536.680***		***4.536.680***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		4.536.680		4.536.680	Pessoal e Encargos Sociais
	138	***100.023.484***	***99.485.644***	***537.840***	***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		61.747.720	61.209.880	537.840	Outras Despesas Correntes
		37.041.920	37.041.920		Investimento
		1.233.844	1.233.844		Inversões Financeiras
	143	***33.809.066***	***33.809.066***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		33.809.066	33.809.066		Amortização da Dívida
	144	***16.008.061***	***16.008.061***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		16.008.061	16.008.061		Juros e Encargos da Dívida
	148	***59.011.218***	***59.011.218***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		34.588.720	34.588.720		Outras Despesas Correntes
		24.422.498	24.422.498		Investimento
	150	***118.221.248***	***118.221.248***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		28.600.000	28.600.000		Pessoal e Encargos Sociais
		31.218.983	31.218.983		Outras Despesas Correntes
		13.295.591	13.295.591		Investimento
		45.106.674	45.106.674		Inversões Financeiras
	153	***56.781.907***		***56.781.907***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		56.781.907		56.781.907	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***26.561.860***		***26.561.860***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		26.561.860		26.561.860	Pessoal e Encargos Sociais
	183	***129.952.593***	***129.952.593***		***Cota - Parte de Compensações Financeiras - Condicionada***
		110.497.428	110.497.428		Outras Despesas Correntes
		18.914.598	18.914.598		Investimento
		540.567	540.567		Inversões Financeiras
	195	***93.712.400***	***93.712.400***		***Doações de Entidades Internacionais***
		80.469.760	80.469.760		Outras Despesas Correntes
		13.242.640	13.242.640		Investimento
	250	***70.459.380***	***70.459.380***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		65.855.336	65.855.336		Outras Despesas Correntes
		3.884.044	3.884.044		Investimento
		720.000	720.000		Inversões Financeiras
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		**1.445.249.360**	**1.139.056.390**	**306.192.970**	
		872.250.828	584.823.858	287.426.970	Pessoal e Encargos Sociais
		39.552.432	39.552.432		Juros e Encargos da Dívida
		380.200.175	361.434.175	18.766.000	Outras Despesas Correntes
		16.445.400	16.445.400		Investimento
		136.624.000	136.624.000		Inversões Financeiras
		176.525	176.525		Amortização da Dívida
	100	***1.081.697.689***	***1.028.481.303***	***53.216.386***	***Recursos Ordinários***
		619.274.244	584.823.858	34.450.386	Pessoal e Encargos Sociais
		328.404.045	309.638.045	18.766.000	Outras Despesas Correntes
		15.245.400	15.245.400		Investimento
		118.774.000	118.774.000		Inversões Financeiras
	106	***3.553.766***		***3.553.766***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		3.553.766		3.553.766	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***14.215.063***		***14.215.063***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		14.215.063		14.215.063	Pessoal e Encargos Sociais

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	133	***5.025.612***	***5.025.612***		***Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário***
		4.525.612	4.525.612		Outras Despesas Correntes
		500.000	500.000		Investimento
	143	***176.525***	***176.525***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		176.525	176.525		Amortização da Dívida
	144	***39.552.432***	***39.552.432***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		39.552.432	39.552.432		Juros e Encargos da Dívida
	148	***33.527.822***	***33.527.822***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		14.977.822	14.977.822		Outras Despesas Correntes
		700.000	700.000		Investimento
		17.850.000	17.850.000		Inversões Financeiras
	149	***6.200.000***	***6.200.000***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		6.200.000	6.200.000		Outras Despesas Correntes
	150	***21.697.230***	***21.697.230***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		21.697.230	21.697.230		Outras Despesas Correntes
	151	***178.315.975***		***178.315.975***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		178.315.975		178.315.975	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***56.891.780***		***56.891.780***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		56.891.780		56.891.780	Pessoal e Encargos Sociais
	195	***364.000***	***364.000***		***Doações de Entidades Internacionais***
		364.000	364.000		Outras Despesas Correntes
	250	***3.621.466***	***3.621.466***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		3.621.466	3.621.466		Outras Despesas Correntes
	295	***410.000***	***410.000***		***Doações de Entidades Internacionais***
		410.000	410.000		Outras Despesas Correntes
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário		**1.847.030.843**	**1.712.092.272**	**134.938.571**	
		342.512.169	217.279.598	125.232.571	Pessoal e Encargos Sociais
		9.288.000	9.288.000		Juros e Encargos da Dívida
		235.579.426	225.873.426	9.706.000	Outras Despesas Correntes
		335.740.200	335.740.200		Investimento
		923.911.048	923.911.048		Inversões Financeiras
	100	***1.080.341.272***	***1.070.635.272***	***9.706.000***	***Recursos Ordinários***
		217.279.598	217.279.598		Pessoal e Encargos Sociais
		114.466.626	104.760.626	9.706.000	Outras Despesas Correntes
		217.539.000	217.539.000		Investimento
		531.056.048	531.056.048		Inversões Financeiras
	106	***1.647.459***		***1.647.459***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		1.647.459		1.647.459	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***6.589.835***		***6.589.835***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		6.589.835		6.589.835	Pessoal e Encargos Sociais
	144	***9.288.000***	***9.288.000***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		9.288.000	9.288.000		Juros e Encargos da Dívida
	148	***102.544.000***	***102.544.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		18.890.000	18.890.000		Outras Despesas Correntes
		83.654.000	83.654.000		Investimento
	150	***15.210.000***	***15.210.000***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		210.000	210.000		Outras Despesas Correntes
		15.000.000	15.000.000		Inversões Financeiras
	153	***89.222.462***		***89.222.462***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		89.222.462		89.222.462	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***27.772.815***		***27.772.815***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		27.772.815		27.772.815	Pessoal e Encargos Sociais
	164	***280.000.000***	***280.000.000***		***Títulos da Dívida Agrária***
		280.000.000	280.000.000		Inversões Financeiras
	178	***11.850.000***	***11.850.000***		***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		1.185.000	1.185.000		Outras Despesas Correntes
		10.665.000	10.665.000		Investimento
	250	***222.495.000***	***222.495.000***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		100.827.800	100.827.800		Outras Despesas Correntes
		23.882.200	23.882.200		Investimento
		97.785.000	97.785.000		Inversões Financeiras
	280	***70.000***	***70.000***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		70.000	70.000		Inversões Financeiras
51000 Ministério do Esporte e Turismo		**377.585.617**	**370.692.000**	**6.893.617**	
		18.546.503	12.224.998	6.321.505	Pessoal e Encargos Sociais
		188.991.371	188.419.259	572.112	Outras Despesas Correntes
		154.939.661	154.939.661		Investimento
		15.108.082	15.108.082		Inversões Financeiras
	100	***242.121.357***	***241.722.045***	***399.312***	***Recursos Ordinários***
		8.942.700	8.942.700		Pessoal e Encargos Sociais
		100.755.657	100.356.345	399.312	Outras Despesas Correntes
		132.423.000	132.423.000		Investimento
	106	***80.836***		***80.836***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		80.836		80.836	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***323.342***		***323.342***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		323.342		323.342	Pessoal e Encargos Sociais
	125	***65.010.274***	***64.837.474***	***172.800***	***Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos***
		3.282.298	3.282.298		Pessoal e Encargos Sociais
		45.602.979	45.430.179	172.800	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		16.124.997	16.124.997		Investimento
	156	***5.917.327***		***5.917.327***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		5.917.327		5.917.327	Pessoal e Encargos Sociais
	166	***45.000.000***	***45.000.000***		***Outros Recursos Vinculados***
		38.608.336	38.608.336		Outras Despesas Correntes
		6.391.664	6.391.664		Investimento
	250	***1.984.492***	***1.984.492***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.984.492	1.984.492		Outras Despesas Correntes
	280	***17.147.989***	***17.147.989***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		2.039.907	2.039.907		Outras Despesas Correntes
		15.108.082	15.108.082		Inversões Financeiras
52000 Ministério da Defesa		**20.042.359.027**	**10.839.652.294**	**9.202.706.733**	
		14.670.047.383	5.845.410.340	8.824.637.043	Pessoal e Encargos Sociais
		329.585.671	329.585.671		Juros e Encargos da Dívida
		2.555.593.451	2.192.401.267	363.192.184	Outras Despesas Correntes
		1.439.320.206	1.424.442.700	14.877.506	Investimento
		25.099.359	25.099.359		Inversões Financeiras
		1.022.712.957	1.022.712.957		Amortização da Dívida
	100	***7.481.812.196***	***7.326.468.962***	***155.343.234***	***Recursos Ordinários***
		5.771.008.632	5.771.008.632		Pessoal e Encargos Sociais
		1.376.437.628	1.224.949.057	151.488.571	Outras Despesas Correntes
		314.216.475	310.361.812	3.854.663	Investimento
		20.149.461	20.149.461		Inversões Financeiras
	106	***52.272.927***		***52.272.927***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		52.272.927		52.272.927	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***209.091.709***		***209.091.709***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		209.091.709		209.091.709	Pessoal e Encargos Sociais
	135	***6.807.604***	***6.807.604***		***Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante***
		6.076.911	6.076.911		Outras Despesas Correntes
		730.693	730.693		Investimento
	136	***12.376.785***	***12.376.785***		***Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas***
		12.376.785	12.376.785		Outras Despesas Correntes
	138	***209.648.711***	***209.648.711***		***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		177.303.796	177.303.796		Outras Despesas Correntes
		32.344.915	32.344.915		Investimento
	143	***1.006.470.744***	***1.006.470.744***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		1.006.470.744	1.006.470.744		Amortização da Dívida
	144	***317.404.013***	***317.404.013***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		317.404.013	317.404.013		Juros e Encargos da Dívida

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	148	***116.123.217***	***116.123.217***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		2.587.784	2.587.784		Outras Despesas Correntes
		113.535.433	113.535.433		Investimento
	149	***411.304.635***	***411.304.635***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		21.871.444	21.871.444		Outras Despesas Correntes
		389.433.191	389.433.191		Investimento
	150	***122.993.093***	***122.993.093***		***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		104.862.279	104.862.279		Outras Despesas Correntes
		18.130.814	18.130.814		Investimento
	151	***1.693.630.444***		***1.693.630.444***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		1.693.630.444		1.693.630.444	Pessoal e Encargos Sociais
	153	***6.792.697.192***		***6.792.697.192***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		6.792.697.192		6.792.697.192	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***76.944.771***		***76.944.771***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		76.944.771		76.944.771	Pessoal e Encargos Sociais
	180	***6.655.784***	***6.655.784***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		5.655.784	5.655.784		Outras Despesas Correntes
		1.000.000	1.000.000		Investimento
	181	***42.000.000***	***42.000.000***		***Recursos de Convênios***
		7.903.978	7.903.978		Outras Despesas Correntes
		34.096.022	34.096.022		Investimento
	183	***73.588.960***	***73.588.960***		***Cota - Parte de Compensações Financeiras - Condicionada***
		73.588.960	73.588.960		Pessoal e Encargos Sociais
	250	***1.053.526.804***	***830.800.348***	***222.726.456***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		487.833	487.833		Pessoal e Encargos Sociais
		607.782.154	396.078.541	211.703.613	Outras Despesas Correntes
		444.093.671	433.070.828	11.022.843	Investimento
		1.163.146	1.163.146		Inversões Financeiras
	280	***347.009.438***	***347.009.438***		***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		324.915	324.915		Pessoal e Encargos Sociais
		12.181.658	12.181.658		Juros e Encargos da Dívida
		222.734.908	222.734.908		Outras Despesas Correntes
		91.738.992	91.738.992		Investimento
		3.786.752	3.786.752		Inversões Financeiras
		16.242.213	16.242.213		Amortização da Dívida
	281	***10.000.000***	***10.000.000***		***Recursos de Convênios***
		10.000.000	10.000.000		Outras Despesas Correntes
53000 Ministério da Integração Nacional		**4.171.906.692**	**3.938.391.914**	**233.514.778**	
		425.583.231	203.159.741	222.423.490	Pessoal e Encargos Sociais
		105.515.794	105.515.794		Juros e Encargos da Dívida

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		241.866.011	233.078.723	8.787.288	Outras Despesas Correntes
		943.750.193	941.446.193	2.304.000	Investimento
		2.092.364.346	2.092.364.346		Inversões Financeiras
		362.827.117	362.827.117		Amortização da Dívida
	100	***695.834.733***	***690.746.031***	***5.088.702***	***Recursos Ordinários***
		203.159.741	203.159.741		Pessoal e Encargos Sociais
		138.316.709	135.532.007	2.784.702	Outras Despesas Correntes
		354.316.919	352.012.919	2.304.000	Investimento
		41.364	41.364		Inversões Financeiras
	101	***2.092.322.982***	***2.092.322.982***		***Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados***
		2.092.322.982	2.092.322.982		Inversões Financeiras
	106	***2.873.406***		***2.873.406***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		2.873.406		2.873.406	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***11.493.623***		***11.493.623***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		11.493.623		11.493.623	Pessoal e Encargos Sociais
	115	***518.027.496***	***518.027.496***		***Contribuição para os Programas Especiais (PIN e Proterra)***
		23.365.821	23.365.821		Outras Despesas Correntes
		494.661.675	494.661.675		Investimento
	143	***362.827.117***	***362.827.117***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		362.827.117	362.827.117		Amortização da Dívida
	144	***105.515.794***	***105.515.794***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		105.515.794	105.515.794		Juros e Encargos da Dívida
	148	***114.013.500***	***114.013.500***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		33.414.522	33.414.522		Outras Despesas Correntes
		80.598.978	80.598.978		Investimento
	149	***1.555.000***	***1.555.000***		***Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços***
		1.555.000	1.555.000		Outras Despesas Correntes
	153	***195.561.320***		***195.561.320***	***Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS***
		195.561.320		195.561.320	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***12.495.141***		***12.495.141***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		12.495.141		12.495.141	Pessoal e Encargos Sociais
	178	***7.000.000***	***7.000.000***		***Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado***
		2.000.000	2.000.000		Outras Despesas Correntes
		5.000.000	5.000.000		Investimento
	250	***49.248.572***	***43.845.986***	***5.402.586***	***Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados***
		41.257.668	35.855.082	5.402.586	Outras Despesas Correntes
		7.990.904	7.990.904		Investimento
	280	***1.551.000***	***951.000***	***600.000***	***Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados***
		1.551.000	951.000	600.000	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	281	***250.008***	***250.008***		***Recursos de Convênios***
		250.008	250.008		Outras Despesas Correntes
	295	***1.337.000***	***1.337.000***		***Doações de Entidades Internacionais***
		155.283	155.283		Outras Despesas Correntes
		1.181.717	1.181.717		Investimento
Outros Encargos		**724.540.147.533**	**723.423.171.188**	**1.116.976.345**	
		3.352.217.948	2.264.135.603	1.088.082.345	Pessoal e Encargos Sociais
		66.354.289.344	66.354.289.344		Juros e Encargos da Dívida
		60.909.753.436	60.880.859.436	28.894.000	Outras Despesas Correntes
		12.880.000	12.880.000		Investimento
		3.350.851.407	3.350.851.407		Inversões Financeiras
		590.560.155.398	590.560.155.398		Amortização da Dívida
	100	***20.686.737.051***	***20.516.696.512***	***170.040.539***	***Recursos Ordinários***
		2.405.282.142	2.264.135.603	141.146.539	Pessoal e Encargos Sociais
		148.527.008	148.527.008		Juros e Encargos da Dívida
		247.638.000	218.744.000	28.894.000	Outras Despesas Correntes
		12.880.000	12.880.000		Investimento
		973.000.000	973.000.000		Inversões Financeiras
		16.899.409.901	16.899.409.901		Amortização da Dívida
	101	***33.543.944.326***	***33.543.944.326***		***Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados***
		33.543.944.326	33.543.944.326		Outras Despesas Correntes
	102	***179.663.222***	***179.663.222***		***Transferência do Imposto Territorial Rural***
		179.663.222	179.663.222		Outras Despesas Correntes
	106	***9.835.903***		***9.835.903***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		9.835.903		9.835.903	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***39.343.612***		***39.343.612***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		39.343.612		39.343.612	Pessoal e Encargos Sociais
	113	***1.964.533.588***	***1.964.533.588***		***Contribuição do Salário-Educação***
		1.964.533.588	1.964.533.588		Outras Despesas Correntes
	119	***1.064.477***	***1.064.477***		***Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro***
		1.064.477	1.064.477		Outras Despesas Correntes
	125	***27.738.241***	***27.738.241***		***Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos***
		27.738.241	27.738.241		Outras Despesas Correntes
	129	***7.819.643.678***	***7.819.643.678***		***Recursos de Concessões e Permissões***
		7.819.643.678	7.819.643.678		Amortização da Dívida
	138	***3.170.702.293***	***3.170.702.293***		***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		3.170.702.293	3.170.702.293		Outras Despesas Correntes
	143	***536.544.356.656***	***536.544.356.656***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		536.544.356.656	536.544.356.656		Amortização da Dívida

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
	144	***74.655.936.765***	***74.655.936.765***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		53.969.728.069	53.969.728.069		Juros e Encargos da Dívida
		20.236.208.696	20.236.208.696		Outras Despesas Correntes
		450.000.000	450.000.000		Inversões Financeiras
	148	***1.998.500.000***	***1.998.500.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		3.500.000	3.500.000		Inversões Financeiras
		1.995.000.000	1.995.000.000		Amortização da Dívida
	151	***887.042.617***		***887.042.617***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		887.042.617		887.042.617	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***10.713.674***		***10.713.674***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		10.713.674		10.713.674	Pessoal e Encargos Sociais
	159	***4.220.635.000***	***4.220.635.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos***
		167.647.397	167.647.397		Juros e Encargos da Dívida
		100.000.000	100.000.000		Outras Despesas Correntes
		3.952.987.603	3.952.987.603		Amortização da Dívida
	160	***3.340.112.000***	***3.340.112.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito***
		1.415.760.593	1.415.760.593		Outras Despesas Correntes
		1.924.351.407	1.924.351.407		Inversões Financeiras
	163	***11.250.000.000***	***11.250.000.000***		***Reforma Patrimonial - Privatizações***
		22.500.000	22.500.000		Outras Despesas Correntes
		11.227.500.000	11.227.500.000		Amortização da Dívida
	171	***3.264.342.000***	***3.264.342.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB***
		1.255.733.838	1.255.733.838		Juros e Encargos da Dívida
		2.008.608.162	2.008.608.162		Amortização da Dívida
	173	***8.927.475.000***	***8.927.475.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios***
		1.761.296.501	1.761.296.501		Juros e Encargos da Dívida
		7.166.178.499	7.166.178.499		Amortização da Dívida
	188	***8.972.483.000***	***8.972.483.000***		***Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional***
		8.972.483.000	8.972.483.000		Juros e Encargos da Dívida
	189	***244.219.000***	***244.219.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas do Clube de Paris***
		78.873.531	78.873.531		Juros e Encargos da Dívida
		165.345.469	165.345.469		Amortização da Dívida
	197	***2.781.125.430***	***2.781.125.430***		***Recursos Destinados a Dívida Pública Federal***
		2.781.125.430	2.781.125.430		Amortização da Dívida
71000 Encargos Financeiros da União		**140.446.270.665**	**140.446.270.665**		
		64.425.345.446	64.425.345.446		Juros e Encargos da Dívida
		15.621.691.696	15.621.691.696		Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		500.000.000	500.000.000		Inversões Financeiras
		59.899.233.523	59.899.233.523		Amortização da Dívida
	100	***17.607.936.909***	***17.607.936.909***		***Recursos Ordinários***
		148.527.008	148.527.008		Juros e Encargos da Dívida
		60.000.000	60.000.000		Outras Despesas Correntes
		500.000.000	500.000.000		Inversões Financeiras
		16.899.409.901	16.899.409.901		Amortização da Dívida
	129	***7.819.643.678***	***7.819.643.678***		***Recursos de Concessões e Permissões***
		7.819.643.678	7.819.643.678		Amortização da Dívida
	143	***7.440.197.358***	***7.440.197.358***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		7.440.197.358	7.440.197.358		Amortização da Dívida
	144	***69.508.919.765***	***69.508.919.765***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		53.969.728.069	53.969.728.069		Juros e Encargos da Dívida
		15.539.191.696	15.539.191.696		Outras Despesas Correntes
	148	***1.995.000.000***	***1.995.000.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		1.995.000.000	1.995.000.000		Amortização da Dívida
	159	***3.638.494.184***	***3.638.494.184***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos***
		3.638.494.184	3.638.494.184		Amortização da Dívida
	163	***11.250.000.000***	***11.250.000.000***		***Reforma Patrimonial - Privatizações***
		22.500.000	22.500.000		Outras Despesas Correntes
		11.227.500.000	11.227.500.000		Amortização da Dívida
	171	***3.264.342.000***	***3.264.342.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB***
		1.255.733.838	1.255.733.838		Juros e Encargos da Dívida
		2.008.608.162	2.008.608.162		Amortização da Dívida
	173	***5.923.909.341***	***5.923.909.341***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios***
		5.923.909.341	5.923.909.341		Amortização da Dívida
	188	***8.972.483.000***	***8.972.483.000***		***Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional***
		8.972.483.000	8.972.483.000		Juros e Encargos da Dívida
	189	***244.219.000***	***244.219.000***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas do Clube de Paris***
		78.873.531	78.873.531		Juros e Encargos da Dívida
		165.345.469	165.345.469		Amortização da Dívida
	197	***2.781.125.430***	***2.781.125.430***		***Recursos Destinados a Dívida Pública Federal***
		2.781.125.430	2.781.125.430		Amortização da Dívida
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		**45.997.482.095**	**44.880.505.750**	**1.116.976.345**	
		3.352.217.948	2.264.135.603	1.088.082.345	Pessoal e Encargos Sociais
		42.632.384.147	42.603.490.147	28.894.000	Outras Despesas Correntes

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		12.880.000	12.880.000		Investimento
	100	***2.605.800.142***	***2.435.759.603***	***170.040.539***	***Recursos Ordinários***
		2.405.282.142	2.264.135.603	141.146.539	Pessoal e Encargos Sociais
		187.638.000	158.744.000	28.894.000	Outras Despesas Correntes
		12.880.000	12.880.000		Investimento
	101	***33.543.944.326***	***33.543.944.326***		***Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados***
		33.543.944.326	33.543.944.326		Outras Despesas Correntes
	102	***179.663.222***	***179.663.222***		***Transferência do Imposto Territorial Rural***
		179.663.222	179.663.222		Outras Despesas Correntes
	106	***9.835.903***		***9.835.903***	***Recursos Ordinários - Condicionados***
		9.835.903		9.835.903	Pessoal e Encargos Sociais
	110	***39.343.612***		***39.343.612***	***Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada***
		39.343.612		39.343.612	Pessoal e Encargos Sociais
	113	***1.964.533.588***	***1.964.533.588***		***Contribuição do Salário-Educação***
		1.964.533.588	1.964.533.588		Outras Despesas Correntes
	119	***1.064.477***	***1.064.477***		***Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro***
		1.064.477	1.064.477		Outras Despesas Correntes
	125	***27.738.241***	***27.738.241***		***Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos***
		27.738.241	27.738.241		Outras Despesas Correntes
	138	***3.170.702.293***	***3.170.702.293***		***Cota-Parte de Compensações Financeiras***
		3.170.702.293	3.170.702.293		Outras Despesas Correntes
	144	***3.557.100.000***	***3.557.100.000***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		3.557.100.000	3.557.100.000		Outras Despesas Correntes
	151	***887.042.617***		***887.042.617***	***Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas***
		887.042.617		887.042.617	Pessoal e Encargos Sociais
	156	***10.713.674***		***10.713.674***	***Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor***
		10.713.674		10.713.674	Pessoal e Encargos Sociais
74000 Operações Oficiais de Crédito		**8.992.235.475**	**8.992.235.475**		
		1.928.943.898	1.928.943.898		Juros e Encargos da Dívida
		2.655.677.593	2.655.677.593		Outras Despesas Correntes
		2.850.851.407	2.850.851.407		Inversões Financeiras
		1.556.762.577	1.556.762.577		Amortização da Dívida
	100	***473.000.000***	***473.000.000***		***Recursos Ordinários***
		473.000.000	473.000.000		Inversões Financeiras
	144	***1.589.917.000***	***1.589.917.000***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações***
		1.139.917.000	1.139.917.000		Outras Despesas Correntes
		450.000.000	450.000.000		Inversões Financeiras
	148	***3.500.000***	***3.500.000***		***Operações de Crédito Externas - em Moeda***
		3.500.000	3.500.000		Inversões Financeiras
	159	***582.140.816***	***582.140.816***		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de***

Quadro 9 - Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Poder e Órgão	*Fte*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Fonte e Grupo de Despesa*
		167.647.397	167.647.397		***Médio e Longo Prazos***
		100.000.000	100.000.000		Juros e Encargos da Dívida
		314.493.419	314.493.419		Outras Despesas Correntes
	160	***3.340.112.000***	***3.340.112.000***		Amortização da Dívida
		1.415.760.593	1.415.760.593		***Recursos das Operações Oficiais de Crédito***
		1.924.351.407	1.924.351.407		Outras Despesas Correntes
	173	***3.003.565.659***	***3.003.565.659***		Inversões Financeiras
					Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
		1.761.296.501	1.761.296.501		Juros e Encargos da Dívida
		1.242.269.158	1.242.269.158		Amortização da Dívida
75000 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal		**529.104.159.298**	**529.104.159.298**		
		529.104.159.298	529.104.159.298		Amortização da Dívida
	143	***529.104.159.298***	***529.104.159.298***		***Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal***
		529.104.159.298	529.104.159.298		Amortização da Dívida
Reserva de Contingência		**3.318.839.590**	**3.318.839.590**		
		3.318.839.590	3.318.839.590		Reserva de Contingencia
	100	***3.318.839.590***	***3.318.839.590***		***Recursos Ordinários***
		3.318.839.590	3.318.839.590		Reserva de Contingencia
90000 Reserva de Contingência		**3.318.839.590**	**3.318.839.590**		
		3.318.839.590	3.318.839.590		Reserva de Contingencia
	100	***3.318.839.590***	***3.318.839.590***		***Recursos Ordinários***
		3.318.839.590	3.318.839.590		Reserva de Contingencia

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função, Subfunção e Programa

Quadro 10 - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Total	*Função*	*Total*	*Subfunção*	*Total*	*Recursos de Todas as Fontes* *Fiscal*	*Seguridade Social*
	01 Legislativa	**2.103.609.282**	031 Ação Legislativa	**1.424.855.015**	1.424.855.015	
	02 Judiciária	**6.325.202.554**	032 Controle Externo	**193.742.000**	193.742.000	
	03 Essencial à Justiça	**789.297.302**	061 Ação Judiciária	**5.171.044.600**	5.171.044.600	
	04 Administração	**7.762.630.075**	091 Defesa da Ordem Jurídica	**525.111.069**	525.111.069	
	05 Defesa Nacional	**9.886.865.670**	092 Representação Judicial e Extrajudicial	**11.010.000**	11.010.000	
	06 Segurança Pública	**2.435.033.198**	121 Planejamento e Orçamento	**64.880.447**	64.880.447	
	07 Relações Exteriores	**715.629.707**	122 Administração Geral	**22.787.330.227**	18.092.002.289	4.695.327.938
	08 Assistência Social	**4.714.370.471**	123 Administração Financeira	**1.299.715.661**	1.299.715.661	
	09 Previdência Social	**99.570.625.337**	124 Controle Interno	**11.605.000**	11.605.000	
	10 Saúde	**22.397.836.778**	125 Normatização e Fiscalização	**566.196.976**	474.064.575	92.132.401
	11 Trabalho	**6.811.821.854**	126 Tecnologia da Informação	**2.066.507.283**	1.453.952.446	612.554.837
	12 Educação	**12.482.738.743**	127 Ordenamento Territorial	**26.026.178**	26.026.178	
938.134.572.736	13 Cultura	**216.025.327**	128 Formação de Recursos Humanos	**348.210.150**	294.808.582	53.401.568
	14 Direitos da Cidadania	**511.487.870**	129 Administração de Receitas	**176.376.000**	170.423.000	5.953.000
	15 Urbanismo	**109.005.394**	131 Comunicação Social	**224.295.421**	163.643.821	60.651.600
	16 Habitação	**1.085.020.905**	151 Defesa Aérea	**952.236.521**	952.236.521	
	17 Saneamento	**194.495.701**	152 Defesa Naval	**503.630.800**	503.630.800	
	18 Gestão Ambiental	**1.547.456.841**	153 Defesa Terrestre	**404.571.170**	404.571.170	
	19 Ciência e Tecnologia	**2.042.787.914**	181 Policiamento	**801.567.926**	801.567.926	
	20 Agricultura	**7.198.649.032**	182 Defesa Civil	**2.584.000**	280.000	2.304.000
	21 Organização Agrária	**1.484.903.360**	183 Informação e Inteligência	**25.282.398**	25.282.398	
	22 Indústria	**413.189.856**	211 Relações Diplomáticas	**87.989.059**	87.989.059	
	23 Comércio e Serviços	**2.530.816.298**	212 Cooperação Internacional	**479.771.285**	451.461.285	28.310.000
	24 Comunicações	**1.757.395.663**	241 Assistência ao Idoso	**1.435.801.183**		1.435.801.183
	25 Energia	**1.124.916.795**	242 Assistência ao Portador de Deficiência	**2.586.729.589**		2.586.729.589
	26 Transporte	**3.666.723.391**	243 Assistência à Criança e ao Adolescente	**1.829.159.009**	1.232.342.408	596.816.601
	27 Desporto e Lazer	**120.309.508**	244 Assistência Comunitária	**95.432.781**	76.432.781	19.000.000
	28 Encargos Especiais	**732.014.268.853**	271 Previdência Básica	**71.341.798.713**	11.631.000	71.330.167.713
	99 Reserva de Contingência	**6.121.459.057**	272 Previdência do Regime Estatutário	**24.793.817.199**		24.793.817.199
			273 Previdência Complementar	**323.722.122**	317.896.022	5.826.100
			274 Previdência Especial	**759.431.102**		759.431.102
			301 Atenção Básica	**3.731.148.250**		3.731.148.250
			302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	**12.868.992.636**	24.492.000	12.844.500.636
			303 Suporte Profilático e Terapêutico	**1.421.739.816**	17.419.816	1.404.320.000
			304 Vigilância Sanitária	**125.500.000**		125.500.000
			305 Vigilância Epidemiológica	**760.505.000**		760.505.000
			306 Alimentação e Nutrição	**2.178.960.412**	949.493.393	1.229.467.019
			331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	**5.554.991.586**	301.867.147	5.253.124.439
			332 Relações de Trabalho	**104.640.049**	1.965.022	102.675.027
			333 Empregabilidade	**568.193.540**	19.670.179	548.523.361

Quadro 10 - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Total	*Função*	*Total*	*Subfunção*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
			334 Fomento ao Trabalho	**1.700.000**		1.700.000
			361 Ensino Fundamental	**1.819.973.889**	1.819.973.889	
			362 Ensino Médio	**579.011.127**	579.011.127	
			363 Ensino Profissional	**772.473.591**	642.772.591	129.701.000
			364 Ensino Superior	**5.963.115.396**	5.943.235.396	19.880.000
			365 Educação Infantil	**254.466.558**	215.680.184	38.786.374
			366 Educação de Jovens e Adultos	**279.810.300**	279.810.300	
			367 Educação Especial	**34.665.272**	34.665.272	
			391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	**52.957.857**	52.957.857	
			392 Difusão Cultural	**71.263.816**	71.263.816	
			421 Custódia e Reintegração Social	**161.177.882**	156.477.882	4.700.000
			422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	**53.806.196**	28.263.200	25.542.996
			423 Assistência aos Povos Indígenas	**66.027.925**	66.027.925	
			451 Infra-estrutura Urbana	**107.468.265**	107.468.265	
			452 Serviços Urbanos	**5.465.851**	4.902.672	563.179
			453 Transportes Coletivos Urbanos	**1.128.412**	1.128.412	
			482 Habitação Urbana	**19.420.905**	19.420.905	
			511 Saneamento Básico Rural	**1.379.078.000**		1.379.078.000
			512 Saneamento Básico Urbano	**199.651.438**	5.155.737	194.495.701
			541 Preservação e Conservação Ambiental	**383.608.369**	383.608.369	
			542 Controle Ambiental	**88.896.834**	88.896.834	
			543 Recuperação de Áreas Degradadas	**5.766.159**	5.766.159	
			544 Recursos Hídricos	**662.038.203**	662.038.203	
			545 Meteorologia	**20.363.768**	20.363.768	
			571 Desenvolvimento Científico	**701.194.030**	568.837.030	132.357.000
			572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	**1.380.051.557**	1.376.311.557	3.740.000
			573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	**48.402.663**	25.656.663	22.746.000
			601 Promoção da Produção Vegetal	**1.003.285.552**	1.003.285.552	
			602 Promoção da Produção Animal	**21.862.000**	21.862.000	
			603 Defesa Sanitária Vegetal	**24.727.000**	24.727.000	
			604 Defesa Sanitária Animal	**65.609.000**	65.609.000	
			605 Abastecimento	**1.113.987.000**	1.113.987.000	
			606 Extensão Rural	**233.482.954**	233.482.954	
			607 Irrigação	**265.016.911**	265.016.911	
			631 Reforma Agrária	**1.218.596.000**	1.218.596.000	
			632 Colonização	**500.000**	500.000	
			661 Promoção Industrial	**80.453.364**	80.453.364	

Quadro 10 - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Total	*Função*	*Total*	*Subfunção*	*Recursos de Todas as Fontes*		
				Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
			662 Produção Industrial	**152.240.212**	152.240.212	
			663 Mineração	**25.448.269**	25.448.269	
			664 Propriedade Industrial	**17.990.000**	17.990.000	
			665 Normalização e Qualidade	**137.000.187**	99.837.689	37.162.498
			691 Promoção Comercial	**35.084.426**	35.084.426	
			693 Comércio Exterior	**10.956.000**	10.956.000	
			694 Serviços Financeiros	**1.800.000**	1.800.000	
			695 Turismo	**228.656.600**	228.656.600	
			722 Telecomunicações	**1.282.641.618**	1.282.641.618	
			752 Energia Elétrica	**211.775.648**	211.775.648	
			753 Petróleo	**336.059.760**	336.059.760	
			781 Transporte Aéreo	**215.930.402**	215.930.402	
			782 Transporte Rodoviário	**1.929.588.482**	1.929.588.482	
			783 Transporte Ferroviário	**623.327.247**	623.327.247	
			784 Transporte Hidroviário	**647.385.639**	647.385.639	
			811 Desporto de Rendimento	**18.933.922**	18.933.922	
			812 Desporto Comunitário	**77.371.012**	77.371.012	
			841 Refinanciamento da Dívida Interna	**519.513.186.141**	519.513.186.141	
			842 Refinanciamento da Dívida Externa	**9.590.973.157**	9.590.973.157	
			843 Serviço da Dívida Interna	**108.618.153.740**	108.618.153.740	
			844 Serviço da Dívida Externa	**24.341.900.860**	23.973.008.027	368.892.833
			845 Transferências	**44.859.654.507**	44.285.663.916	573.990.591
			846 Outros Encargos Especiais	**31.361.449.633**	27.249.462.328	4.111.987.305
			999 Reserva de Contingência	**6.121.459.057**	6.121.459.057	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Função / Subfunção	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
01 Legislativa	2.103.609.282	2.063.137.173	40.472.109
031 **Ação Legislativa**	**1.424.855.015**	1.424.855.015	
032 **Controle Externo**	**193.742.000**	193.742.000	
122 **Administração Geral**	**310.618.539**	310.618.539	
126 **Tecnologia da Informação**	**53.291.001**	53.291.001	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**5.721.618**	5.721.618	
212 **Cooperação Internacional**	**25.000**	25.000	
301 **Atenção Básica**	**40.472.109**		40.472.109
306 **Alimentação e Nutrição**	**66.258.000**	66.258.000	
331 **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**3.028.000**	3.028.000	
365 **Educação Infantil**	**5.598.000**	5.598.000	
02 Judiciária	6.325.202.554	6.211.956.996	113.245.558
061 **Ação Judiciária**	**5.171.044.600**	5.171.044.600	
122 **Administração Geral**	**585.305.440**	585.305.440	
126 **Tecnologia da Informação**	**168.808.949**	168.808.949	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**15.733.211**	15.733.211	
212 **Cooperação Internacional**	**5.000**	5.000	
301 **Atenção Básica**	**113.245.558**		113.245.558
306 **Alimentação e Nutrição**	**213.049.890**	213.049.890	
331 **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**27.362.479**	27.362.479	
365 **Educação Infantil**	**30.647.427**	30.647.427	
03 Essencial à Justiça	789.297.302	782.330.600	6.966.702
091 **Defesa da Ordem Jurídica**	**525.111.069**	525.111.069	
092 **Representação Judicial e Extrajudicial**	**10.955.000**	10.955.000	
122 **Administração Geral**	**196.458.501**	196.458.501	
126 **Tecnologia da Informação**	**12.270.096**	12.270.096	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**2.268.716**	2.268.716	
212 **Cooperação Internacional**	**12.000**	12.000	
301 **Atenção Básica**	**6.966.702**		6.966.702
306 **Alimentação e Nutrição**	**27.929.128**	27.929.128	
331 **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**3.377.493**	3.377.493	
365 **Educação Infantil**	**3.948.597**	3.948.597	
04 Administração	7.762.630.075	7.658.179.564	104.450.511
121 **Planejamento e Orçamento**	**57.182.817**	57.182.817	
122 **Administração Geral**	**4.403.313.657**	4.399.848.153	3.465.504
123 **Administração Financeira**	**1.299.715.661**	1.299.715.661	
124 **Controle Interno**	**11.605.000**	11.605.000	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção	*Recursos de Todas as Fontes*		
	Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
125 **Normatização e Fiscalização**	**426.096.400**	426.096.400	
126 **Tecnologia da Informação**	**787.067.520**	787.067.520	
127 **Ordenamento Territorial**	**1.034.000**	1.034.000	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**41.120.786**	41.120.786	
129 **Administração de Receitas**	**168.473.000**	168.473.000	
131 **Comunicação Social**	**16.708.000**	16.708.000	
212 **Cooperação Internacional**	**2.389.800**	2.389.800	
244 **Assistência Comunitária**	**2.500.000**	2.500.000	
271 **Previdência Básica**	**11.631.000**	11.631.000	
273 **Previdência Complementar**	**262.279.000**	262.279.000	
301 **Atenção Básica**	**100.985.007**		100.985.007
306 **Alimentação e Nutrição**	**102.037.107**	102.037.107	
331 **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**25.218.127**	25.218.127	
364 **Ensino Superior**	**500.000**	500.000	
365 **Educação Infantil**	**15.590.531**	15.590.531	
422 **Direitos Individuais, Coletivos e Difusos**	**1.000.000**	1.000.000	
571 **Desenvolvimento Científico**	**2.032.662**	2.032.662	
573 **Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**150.000**	150.000	
691 **Promoção Comercial**	**22.200.000**	22.200.000	
694 **Serviços Financeiros**	**1.800.000**	1.800.000	
05 Defesa Nacional	9.886.865.670	9.508.795.980	378.069.690
121 **Planejamento e Orçamento**	**18.130**	18.130	
122 **Administração Geral**	**6.320.376.856**	6.320.376.856	
125 **Normatização e Fiscalização**	**3.300.000**	3.300.000	
126 **Tecnologia da Informação**	**199.239.285**	199.239.285	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**66.058.161**	66.058.161	
131 **Comunicação Social**	**1.113.111**	1.113.111	
151 **Defesa Aérea**	**952.236.521**	952.236.521	
152 **Defesa Naval**	**503.630.800**	503.630.800	
153 **Defesa Terrestre**	**404.471.170**	404.471.170	
183 **Informação e Inteligência**	**14.565.398**	14.565.398	
212 **Cooperação Internacional**	**22.252.601**	22.252.601	
244 **Assistência Comunitária**	**3.124.822**	3.124.822	
301 **Atenção Básica**	**65.845.382**		65.845.382
302 **Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	**336.716.308**	24.492.000	312.224.308
303 **Suporte Profilático e Terapêutico**	**1.803.914**	1.803.914	
306 **Alimentação e Nutrição**	**280.088.824**	280.088.824	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Função / Subfunção		*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**136.636.048**	136.636.048	
361	**Ensino Fundamental**	**1.412.065**	1.412.065	
362	**Ensino Médio**	**1.028.389**	1.028.389	
364	**Ensino Superior**	**4.434.302**	4.434.302	
365	**Educação Infantil**	**96.188.170**	96.188.170	
366	**Educação de Jovens e Adultos**	**63.000**	63.000	
391	**Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico**	**1.640.845**	1.640.845	
423	**Assistência aos Povos Indígenas**	**47.360**	47.360	
451	**Infra-estrutura Urbana**	**1.406.134**	1.406.134	
545	**Meteorologia**	**23.000**	23.000	
571	**Desenvolvimento Científico**	**36.620.743**	36.620.743	
572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**173.951.607**	173.951.607	
661	**Promoção Industrial**	**40.010**	40.010	
662	**Produção Industrial**	**22.970.180**	22.970.180	
722	**Telecomunicações**	**7.422.482**	7.422.482	
752	**Energia Elétrica**	**118.400**	118.400	
781	**Transporte Aéreo**	**215.930.402**	215.930.402	
782	**Transporte Rodoviário**	**867.650**	867.650	
784	**Transporte Hidroviário**	**11.223.600**	11.223.600	
06	Segurança Pública	2.435.033.198	2.419.417.981	15.615.217
092	**Representação Judicial e Extrajudicial**	**55.000**	55.000	
122	**Administração Geral**	**1.529.007.720**	1.529.007.720	
125	**Normatização e Fiscalização**	**1.037.000**	1.037.000	
126	**Tecnologia da Informação**	**12.150.000**	12.150.000	
128	**Formação de Recursos Humanos**	**12.095.421**	11.923.340	172.081
131	**Comunicação Social**	**22.881.341**	22.881.341	
181	**Policiamento**	**795.567.926**	795.567.926	
182	**Defesa Civil**	**2.304.000**		2.304.000
183	**Informação e Inteligência**	**5.917.000**	5.917.000	
212	**Cooperação Internacional**	**78.978**	78.978	
243	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	**3.785.000**	3.785.000	
301	**Atenção Básica**	**13.139.136**		13.139.136
303	**Suporte Profilático e Terapêutico**	**1.937.000**	1.937.000	
306	**Alimentação e Nutrição**	**17.493.828**	17.493.828	
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**5.642.680**	5.642.680	
365	**Educação Infantil**	**6.514.368**	6.514.368	
366	**Educação de Jovens e Adultos**	**3.126.800**	3.126.800	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção		*Recursos de Todas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
571	**Desenvolvimento Científico**	**700.000**	700.000	
722	**Telecomunicações**	**1.600.000**	1.600.000	
07	Relações Exteriores	715.629.707	686.375.612	29.254.095
122	**Administração Geral**	**483.194.037**	483.194.037	
126	**Tecnologia da Informação**	**7.813.364**	7.813.364	
128	**Formação de Recursos Humanos**	**1.100.000**	1.100.000	
211	**Relações Diplomáticas**	**87.989.059**	87.989.059	
212	**Cooperação Internacional**	**89.350.000**	89.350.000	
301	**Atenção Básica**	**29.254.095**		29.254.095
306	**Alimentação e Nutrição**	**1.936.242**	1.936.242	
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**726.097**	726.097	
365	**Educação Infantil**	**335.160**	335.160	
392	**Difusão Cultural**	**8.898.653**	8.898.653	
573	**Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**1.750.000**	1.750.000	
691	**Promoção Comercial**	**3.283.000**	3.283.000	
08	Assistência Social	4.714.370.471	47.014.265	4.667.356.206
122	**Administração Geral**	**21.695.458**		21.695.458
125	**Normatização e Fiscalização**	**8.459.000**		8.459.000
126	**Tecnologia da Informação**	**5.271.988**		5.271.988
128	**Formação de Recursos Humanos**	**5.862.387**		5.862.387
131	**Comunicação Social**	**700.000**	700.000	
241	**Assistência ao Idoso**	**1.435.801.183**		1.435.801.183
242	**Assistência ao Portador de Deficiência**	**2.584.569.589**		2.584.569.589
243	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	**596.196.601**		596.196.601
244	**Assistência Comunitária**	**55.814.265**	46.314.265	9.500.000
09	Previdência Social	99.570.625.337		99.570.625.337
122	**Administração Geral**	**2.104.552.558**		2.104.552.558
125	**Normatização e Fiscalização**	**38.235.451**		38.235.451
126	**Tecnologia da Informação**	**363.370.598**		363.370.598
128	**Formação de Recursos Humanos**	**10.379.600**		10.379.600
129	**Administração de Receitas**	**5.953.000**		5.953.000
131	**Comunicação Social**	**9.751.600**		9.751.600
212	**Cooperação Internacional**	**195.000**		195.000
271	**Previdência Básica**	**71.330.167.713**		71.330.167.713
272	**Previdência do Regime Estatutário**	**24.793.817.199**		24.793.817.199
273	**Previdência Complementar**	**1.473.806**		1.473.806
274	**Previdência Especial**	**759.431.102**		759.431.102

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Função / Subfunção			*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
	301	**Atenção Básica**	**78.093.440**		78.093.440
	306	**Alimentação e Nutrição**	**37.832.209**		37.832.209
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**14.985.189**		14.985.189
	365	**Educação Infantil**	**10.233.374**		10.233.374
	665	**Normalização e Qualidade**	**12.153.498**		12.153.498
10		Saúde	22.397.836.778	13.678.902	22.384.157.876
	122	**Administração Geral**	**2.376.722.595**		2.376.722.595
	125	**Normatização e Fiscalização**	**34.300.000**		34.300.000
	126	**Tecnologia da Informação**	**173.291.000**		173.291.000
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**33.965.000**		33.965.000
	131	**Comunicação Social**	**20.500.000**		20.500.000
	212	**Cooperação Internacional**	**28.115.000**		28.115.000
	242	**Assistência ao Portador de Deficiência**	**2.160.000**		2.160.000
	243	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	**620.000**		620.000
	244	**Assistência Comunitária**	**9.500.000**		9.500.000
	273	**Previdência Complementar**	**4.352.294**		4.352.294
	301	**Atenção Básica**	**3.091.552.000**		3.091.552.000
	302	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	**12.333.268.987**		12.333.268.987
	303	**Suporte Profilático e Terapêutico**	**1.417.998.902**	13.678.902	1.404.320.000
	304	**Vigilância Sanitária**	**125.500.000**		125.500.000
	305	**Vigilância Epidemiológica**	**760.505.000**		760.505.000
	306	**Alimentação e Nutrição**	**271.362.000**		271.362.000
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**45.360.000**		45.360.000
	363	**Ensino Profissional**	**69.701.000**		69.701.000
	364	**Ensino Superior**	**19.780.000**		19.780.000
	365	**Educação Infantil**	**28.553.000**		28.553.000
	511	**Saneamento Básico Rural**	**1.379.078.000**		1.379.078.000
	571	**Desenvolvimento Científico**	**120.157.000**		120.157.000
	572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**3.740.000**		3.740.000
	573	**Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**22.746.000**		22.746.000
	665	**Normalização e Qualidade**	**25.009.000**		25.009.000
11		Trabalho	6.811.821.854	581.704.232	6.230.117.622
	122	**Administração Geral**	**667.364.002**	478.472.179	188.891.823
	125	**Normatização e Fiscalização**	**45.208.199**	34.070.249	11.137.950
	126	**Tecnologia da Informação**	**73.488.389**	2.867.138	70.621.251
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**7.624.700**	6.124.700	1.500.000
	131	**Comunicação Social**	**34.300.000**	4.300.000	30.000.000

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção		*Recursos de Todas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
212	**Cooperação Internacional**	**61.015**	61.015	
301	**Atenção Básica**	**10.488.960**		10.488.960
306	**Alimentação e Nutrição**	**8.074.704**	8.074.704	
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**5.197.760.773**	4.981.523	5.192.779.250
332	**Relações de Trabalho**	**104.640.049**	1.965.022	102.675.027
333	**Empregabilidade**	**568.193.540**	19.670.179	548.523.361
334	**Fomento ao Trabalho**	**1.700.000**		1.700.000
363	**Ensino Profissional**	**60.000.000**		60.000.000
365	**Educação Infantil**	**2.348.268**	2.348.268	
422	**Direitos Individuais, Coletivos e Difusos**	**930.000**	930.000	
571	**Desenvolvimento Científico**	**25.312.580**	13.512.580	11.800.000
573	**Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**3.651.675**	3.651.675	
665	**Normalização e Qualidade**	**675.000**	675.000	
12	Educação	12.482.738.743	11.340.549.751	1.142.188.992
122	**Administração Geral**	**348.148.678**	348.148.678	
125	**Normatização e Fiscalização**	**1.650.000**	1.650.000	
126	**Tecnologia da Informação**	**69.818.000**	69.818.000	
128	**Formação de Recursos Humanos**	**85.918.835**	85.918.835	
129	**Administração de Receitas**	**1.950.000**	1.950.000	
131	**Comunicação Social**	**10.000.000**	10.000.000	
183	**Informação e Inteligência**	**4.800.000**	4.800.000	
212	**Cooperação Internacional**	**7.216.421**	7.216.421	
243	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	**1.228.557.408**	1.228.557.408	
244	**Assistência Comunitária**	**23.516.424**	23.516.424	
301	**Atenção Básica**	**22.808.841**		22.808.841
302	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	**199.007.341**		199.007.341
306	**Alimentação e Nutrição**	**1.057.928.644**	137.655.834	920.272.810
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**62.333.393**	62.333.393	
361	**Ensino Fundamental**	**1.818.561.824**	1.818.561.824	
362	**Ensino Médio**	**577.982.738**	577.982.738	
363	**Ensino Profissional**	**642.132.591**	642.132.591	
364	**Ensino Superior**	**5.938.401.094**	5.938.301.094	100.000
365	**Educação Infantil**	**36.352.411**	36.352.411	
366	**Educação de Jovens e Adultos**	**276.620.500**	276.620.500	
367	**Educação Especial**	**34.655.172**	34.655.172	
391	**Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico**	**558.519**	558.519	
392	**Difusão Cultural**	**508.494**	508.494	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Função / Subfunção	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
423 **Assistência aos Povos Indígenas**	**200.000**	200.000	
571 **Desenvolvimento Científico**	**17.913.315**	17.913.315	
572 **Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**15.000.000**	15.000.000	
573 **Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**197.000**	197.000	
846 **Outros Encargos Especiais**	**1.100**	1.100	
13 Cultura	216.025.327	211.304.453	4.720.874
122 **Administração Geral**	**87.413.826**	87.413.826	
125 **Normatização e Fiscalização**	**550.000**	550.000	
126 **Tecnologia da Informação**	**2.496.034**	2.496.034	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**728.040**	728.040	
131 **Comunicação Social**	**1.010.000**	1.010.000	
212 **Cooperação Internacional**	**1.029.400**	1.029.400	
301 **Atenção Básica**	**4.720.874**		4.720.874
306 **Alimentação e Nutrição**	**2.793.000**	2.793.000	
331 **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**1.921.335**	1.921.335	
365 **Educação Infantil**	**737.964**	737.964	
367 **Educação Especial**	**10.100**	10.100	
391 **Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico**	**50.403.493**	50.403.493	
392 **Difusão Cultural**	**61.756.669**	61.756.669	
422 **Direitos Individuais, Coletivos e Difusos**	**100.000**	100.000	
571 **Desenvolvimento Científico**	**354.592**	354.592	
14 Direitos da Cidadania	511.487.870	472.185.172	39.302.698
122 **Administração Geral**	**197.074.987**	197.074.987	
125 **Normatização e Fiscalização**	**2.020.680**	2.020.680	
126 **Tecnologia da Informação**	**2.035.160**	2.035.160	
127 **Ordenamento Territorial**	**300.000**	300.000	
128 **Formação de Recursos Humanos**	**12.399.816**	10.877.316	1.522.500
131 **Comunicação Social**	**575.000**	175.000	400.000
181 **Policiamento**	**6.000.000**	6.000.000	
301 **Atenção Básica**	**6.737.202**		6.737.202
306 **Alimentação e Nutrição**	**5.060.469**	5.060.469	
331 **Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**2.195.842**	2.195.842	
365 **Educação Infantil**	**1.887.264**	1.887.264	
391 **Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico**	**355.000**	355.000	
392 **Difusão Cultural**	**100.000**	100.000	
421 **Custódia e Reintegração Social**	**156.677.882**	151.977.882	4.700.000
422 **Direitos Individuais, Coletivos e Difusos**	**51.776.196**	26.233.200	25.542.996

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção			*Recursos de Todas as Fontes*		
			Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
	423	**Assistência aos Povos Indígenas**	**64.555.372**	64.555.372	
	541	**Preservação e Conservação Ambiental**	**690.000**	690.000	
	543	**Recuperação de Áreas Degradadas**	**575.000**	575.000	
	571	**Desenvolvimento Científico**	**472.000**	72.000	400.000
15		Urbanismo	109.005.394	108.442.215	563.179
	451	**Infra-estrutura Urbana**	**102.411.131**	102.411.131	
	452	**Serviços Urbanos**	**5.465.851**	4.902.672	563.179
	453	**Transportes Coletivos Urbanos**	**1.128.412**	1.128.412	
16		Habitação	1.085.020.905	1.085.020.905	
	482	**Habitação Urbana**	**19.420.905**	19.420.905	
	846	**Outros Encargos Especiais**	**1.065.600.000**	1.065.600.000	
17		Saneamento	194.495.701		194.495.701
	512	**Saneamento Básico Urbano**	**194.495.701**		194.495.701
18		Gestão Ambiental	1.547.456.841	1.539.983.126	7.473.715
	121	**Planejamento e Orçamento**	**4.309.800**	4.309.800	
	122	**Administração Geral**	**272.829.722**	272.829.722	
	126	**Tecnologia da Informação**	**11.074.429**	11.074.429	
	127	**Ordenamento Territorial**	**18.754.706**	18.754.706	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**3.439.054**	3.439.054	
	131	**Comunicação Social**	**510.000**	510.000	
	182	**Defesa Civil**	**280.000**	280.000	
	212	**Cooperação Internacional**	**853.200**	853.200	
	244	**Assistência Comunitária**	**977.270**	977.270	
	301	**Atenção Básica**	**7.473.715**		7.473.715
	306	**Alimentação e Nutrição**	**6.275.845**	6.275.845	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**1.343.068**	1.343.068	
	365	**Educação Infantil**	**2.026.725**	2.026.725	
	423	**Assistência aos Povos Indígenas**	**985.193**	985.193	
	512	**Saneamento Básico Urbano**	**5.155.737**	5.155.737	
	541	**Preservação e Conservação Ambiental**	**382.918.369**	382.918.369	
	542	**Controle Ambiental**	**88.796.834**	88.796.834	
	543	**Recuperação de Áreas Degradadas**	**3.691.159**	3.691.159	
	544	**Recursos Hídricos**	**662.038.203**	662.038.203	
	545	**Meteorologia**	**950.768**	950.768	
	571	**Desenvolvimento Científico**	**7.655.508**	7.655.508	
	573	**Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**4.794.022**	4.794.022	
	601	**Promoção da Produção Vegetal**	**23.028.582**	23.028.582	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção			*Recursos de Todas as Fontes*		
			Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
	606	**Extensão Rural**	**3.026.954**	3.026.954	
	665	**Normalização e Qualidade**	**1.145.000**	1.145.000	
	691	**Promoção Comercial**	**918.426**	918.426	
	695	**Turismo**	**15.872.135**	15.872.135	
	782	**Transporte Rodoviário**	**16.332.417**	16.332.417	
19		Ciência e Tecnologia	2.042.787.914	2.031.347.042	11.440.872
	122	**Administração Geral**	**424.948.215**	424.948.215	
	126	**Tecnologia da Informação**	**1.482.775**	1.482.775	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**2.252.000**	2.252.000	
	131	**Comunicação Social**	**132.700**	132.700	
	153	**Defesa Terrestre**	**100.000**	100.000	
	212	**Cooperação Internacional**	**2.770.274**	2.770.274	
	273	**Previdência Complementar**	**70.000**	70.000	
	301	**Atenção Básica**	**11.440.872**		11.440.872
	306	**Alimentação e Nutrição**	**7.867.045**	7.867.045	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**5.455.727**	5.455.727	
	365	**Educação Infantil**	**2.502.040**	2.502.040	
	571	**Desenvolvimento Científico**	**489.975.630**	489.975.630	
	572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**1.081.092.950**	1.081.092.950	
	573	**Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**12.501.966**	12.501.966	
	662	**Produção Industrial**	**195.720**	195.720	
20		Agricultura	7.198.649.032	7.158.183.032	40.466.000
	122	**Administração Geral**	**925.346.162**	925.346.162	
	125	**Normatização e Fiscalização**	**3.971.000**	3.971.000	
	126	**Tecnologia da Informação**	**3.558.000**	3.558.000	
	127	**Ordenamento Territorial**	**5.937.472**	5.937.472	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**2.858.000**	2.858.000	
	131	**Comunicação Social**	**243.000**	243.000	
	212	**Cooperação Internacional**	**19.732.688**	19.732.688	
	273	**Previdência Complementar**	**34.800.000**	34.800.000	
	301	**Atenção Básica**	**40.466.000**		40.466.000
	306	**Alimentação e Nutrição**	**31.699.000**	31.699.000	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**5.386.000**	5.386.000	
	363	**Ensino Profissional**	**600.000**	600.000	
	365	**Educação Infantil**	**3.622.000**	3.622.000	
	423	**Assistência aos Povos Indígenas**	**240.000**	240.000	
	543	**Recuperação de Áreas Degradadas**	**1.500.000**	1.500.000	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção		*Total*	*Recursos de Todas as Fontes*	
			Fiscal	*Seguridade Social*
545	**Meteorologia**	**19.390.000**	19.390.000	
572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**100.986.000**	100.986.000	
601	**Promoção da Produção Vegetal**	**980.256.970**	980.256.970	
602	**Promoção da Produção Animal**	**21.862.000**	21.862.000	
603	**Defesa Sanitária Vegetal**	**24.727.000**	24.727.000	
604	**Defesa Sanitária Animal**	**65.609.000**	65.609.000	
605	**Abastecimento**	**1.113.987.000**	1.113.987.000	
606	**Extensão Rural**	**230.456.000**	230.456.000	
607	**Irrigação**	**265.016.911**	265.016.911	
693	**Comércio Exterior**	**1.000.000**	1.000.000	
846	**Outros Encargos Especiais**	**3.295.398.829**	3.295.398.829	
21	Organização Agrária	1.484.903.360	1.475.197.360	9.706.000
122	**Administração Geral**	**228.577.360**	228.577.360	
126	**Tecnologia da Informação**	**8.130.000**	8.130.000	
128	**Formação de Recursos Humanos**	**2.380.000**	2.380.000	
131	**Comunicação Social**	**8.000.000**	8.000.000	
301	**Atenção Básica**	**9.706.000**		9.706.000
306	**Alimentação e Nutrição**	**5.830.000**	5.830.000	
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**1.899.000**	1.899.000	
365	**Educação Infantil**	**1.285.000**	1.285.000	
631	**Reforma Agrária**	**1.218.596.000**	1.218.596.000	
632	**Colonização**	**500.000**	500.000	
22	Indústria	413.189.856	408.557.576	4.632.280
122	**Administração Geral**	**161.020.957**	161.020.957	
126	**Tecnologia da Informação**	**3.280.000**	3.280.000	
128	**Formação de Recursos Humanos**	**4.875.000**	4.875.000	
131	**Comunicação Social**	**5.000.000**	5.000.000	
212	**Cooperação Internacional**	**421.270**	421.270	
273	**Previdência Complementar**	**300.000**	300.000	
301	**Atenção Básica**	**4.632.280**		4.632.280
306	**Alimentação e Nutrição**	**3.391.640**	3.391.640	
331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**3.492.082**	3.492.082	
363	**Ensino Profissional**	**40.000**	40.000	
365	**Educação Infantil**	**725.321**	725.321	
542	**Controle Ambiental**	**100.000**	100.000	
661	**Promoção Industrial**	**80.413.354**	80.413.354	
662	**Produção Industrial**	**4.041.994**	4.041.994	

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Função / Subfunção			*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
	663	**Mineração**	**25.448.269**	25.448.269	
	664	**Propriedade Industrial**	**17.990.000**	17.990.000	
	665	**Normalização e Qualidade**	**98.017.689**	98.017.689	
23		Comércio e Serviços	2.530.816.298	2.530.416.986	399.312
	122	**Administração Geral**	**61.615.958**	61.615.958	
	125	**Normatização e Fiscalização**	**1.369.246**	1.369.246	
	126	**Tecnologia da Informação**	**8.267.416**	8.267.416	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**6.822.916**	6.822.916	
	131	**Comunicação Social**	**5.361.967**	5.361.967	
	212	**Cooperação Internacional**	**244.543**	244.543	
	301	**Atenção Básica**	**399.312**		399.312
	306	**Alimentação e Nutrição**	**328.137**	328.137	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**132.627**	132.627	
	365	**Educação Infantil**	**69.540**	69.540	
	451	**Infra-estrutura Urbana**	**3.651.000**	3.651.000	
	691	**Promoção Comercial**	**8.683.000**	8.683.000	
	693	**Comércio Exterior**	**9.956.000**	9.956.000	
	695	**Turismo**	**212.784.465**	212.784.465	
	846	**Outros Encargos Especiais**	**2.211.130.171**	2.211.130.171	
24		Comunicações	1.757.395.663	1.727.370.550	30.025.113
	122	**Administração Geral**	**313.809.643**	313.809.643	
	126	**Tecnologia da Informação**	**37.645.400**	37.645.400	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**9.150.000**	9.150.000	
	131	**Comunicação Social**	**81.325.102**	81.325.102	
	212	**Cooperação Internacional**	**3.440.000**	3.440.000	
	301	**Atenção Básica**	**30.025.113**		30.025.113
	306	**Alimentação e Nutrição**	**5.094.059**	5.094.059	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**2.157.121**	2.157.121	
	365	**Educação Infantil**	**1.130.089**	1.130.089	
	722	**Telecomunicações**	**1.273.619.136**	1.273.619.136	
25		Energia	1.124.916.795	1.118.224.835	6.691.960
	122	**Administração Geral**	**383.145.763**	383.145.763	
	126	**Tecnologia da Informação**	**29.587.915**	29.587.915	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**6.531.038**	6.531.038	
	212	**Cooperação Internacional**	**469.180**	469.180	
	273	**Previdência Complementar**	**12.168.955**	12.168.955	
	301	**Atenção Básica**	**6.691.960**		6.691.960

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Função / Subfunção			*Recursos de Todas as Fontes*		
			Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
	306	**Alimentação e Nutrição**	**8.764.812**	8.764.812	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**3.175.326**	3.175.326	
	365	**Educação Infantil**	**1.232.520**	1.232.520	
	572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**400.000**	400.000	
	662	**Produção Industrial**	**125.032.318**	125.032.318	
	752	**Energia Elétrica**	**211.657.248**	211.657.248	
	753	**Petróleo**	**336.059.760**	336.059.760	
26		Transporte	3.666.723.391	3.630.892.499	35.830.892
	121	**Planejamento e Orçamento**	**3.369.700**	3.369.700	
	122	**Administração Geral**	**378.505.232**	378.505.232	
	126	**Tecnologia da Informação**	**32.700.344**	32.700.344	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**4.032.500**	4.032.500	
	131	**Comunicação Social**	**6.183.600**	6.183.600	
	212	**Cooperação Internacional**	**22.000**	22.000	
	273	**Previdência Complementar**	**8.278.067**	8.278.067	
	301	**Atenção Básica**	**35.830.892**		35.830.892
	306	**Alimentação e Nutrição**	**17.710.807**	17.710.807	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**5.330.759**	5.330.759	
	365	**Educação Infantil**	**2.881.789**	2.881.789	
	782	**Transporte Rodoviário**	**1.912.388.415**	1.912.388.415	
	783	**Transporte Ferroviário**	**623.327.247**	623.327.247	
	784	**Transporte Hidroviário**	**636.162.039**	636.162.039	
27		Desporto e Lazer	120.309.508	120.136.708	172.800
	122	**Administração Geral**	**6.284.361**	6.284.361	
	126	**Tecnologia da Informação**	**369.620**	369.620	
	128	**Formação de Recursos Humanos**	**4.893.351**	4.893.351	
	212	**Cooperação Internacional**	**7.000**	7.000	
	301	**Atenção Básica**	**172.800**		172.800
	306	**Alimentação e Nutrição**	**155.022**	155.022	
	331	**Proteção e Benefícios ao Trabalhador**	**72.420**	72.420	
	365	**Educação Infantil**	**57.000**	57.000	
	421	**Custódia e Reintegração Social**	**4.500.000**	4.500.000	
	572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	**4.881.000**	4.881.000	
	573	**Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico**	**2.612.000**	2.612.000	
	811	**Desporto de Rendimento**	**18.933.922**	18.933.922	
	812	**Desporto Comunitário**	**77.371.012**	77.371.012	
28		Encargos Especiais	732.014.268.853	726.959.398.124	5.054.870.729

Quadro 10A - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Função detalhada por Subfunção

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Função / Subfunção			*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
	212	**Cooperação Internacional**	**301.080.915**	301.080.915	
	841	**Refinanciamento da Dívida Interna**	**519.513.186.141**	519.513.186.141	
	842	**Refinanciamento da Dívida Externa**	**9.590.973.157**	9.590.973.157	
	843	**Serviço da Dívida Interna**	**108.618.153.740**	108.618.153.740	
	844	**Serviço da Dívida Externa**	**24.341.900.860**	23.973.008.027	368.892.833
	845	**Transferências**	**44.859.654.507**	44.285.663.916	573.990.591
	846	**Outros Encargos Especiais**	**24.789.319.533**	20.677.332.228	4.111.987.305
99		Reserva de Contingência	6.121.459.057	6.121.459.057	
	999	**Reserva de Contingência**	**6.121.459.057**	6.121.459.057	
		Total	938.134.572.736	798.011.260.696	140.123.312.040

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Programa		*Recursos de Totas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0001	SAÚDE DA FAMÍLIA	**2.770.086.000**		2.770.086.000
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES	**650.853.000**		650.853.000
0003	PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS	**595.500.000**		595.500.000
0004	QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS	**466.268.000**		466.268.000
0005	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	**363.727.914**	1.803.914	361.924.000
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS	**214.744.000**		214.744.000
0007	QUALIDADE DO SANGUE	**187.000.000**		187.000.000
0008	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	**176.000.000**		176.000.000
0009	PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	**99.701.000**		99.701.000
0010	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	**117.200.000**		117.200.000
0011	PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	**198.845.937**		198.845.937
0012	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE	**118.875.000**		118.875.000
0013	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	**110.952.570**	61.570	110.891.000
0014	PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA	**87.673.000**		87.673.000
0015	PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	**62.000.000**		62.000.000
0016	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	**57.130.000**		57.130.000
0017	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	**45.410.000**		45.410.000
0018	SAÚDE MENTAL	**16.000.000**		16.000.000
0019	PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS	**24.180.000**		24.180.000
0020	CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES	**13.100.000**		13.100.000
0021	SAÚDE DA MULHER	**9.000.000**		9.000.000
0022	SAÚDE DO TRABALHADOR	**8.260.000**		8.260.000
0023	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	**11.722.573.050**		11.722.573.050
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS	**7.500.000**		7.500.000
0025	SAÚDE SUPLEMENTAR	**27.159.000**		27.159.000
0026	SAÚDE DO JOVEM	**4.970.000**		4.970.000
0027	SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO	**14.286.000**		14.286.000
0028	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES	**1.500.000**		1.500.000
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	**3.956.427.042**	3.020.035.232	936.391.810
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	**5.392.606.688**	5.392.506.688	100.000
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	**71.353.000**	71.353.000	
0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	**514.219.658**	514.219.658	
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	**677.484.664**	647.484.664	30.000.000
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	**564.153.204**	564.153.204	
0046	HOSPITAIS DE ENSINO	**204.471.631**	5.464.290	199.007.341
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	**299.311.500**	299.311.500	
0048	ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	**76.305.000**	76.305.000	
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	**37.059.272**	37.059.272	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Totas as Fontes

Programa		*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0050	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	**36.508.141**	36.508.141	
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	**16.006.212**	16.006.212	
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	**6.788.993**	6.788.993	
0055	ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	**3.600.000**	3.600.000	
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	**2.612.737.309**		2.612.737.309
0066	VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO	**1.498.131.451**		1.498.131.451
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	**279.137.730**	17.910.000	261.227.730
0068	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	**300.290.098**	1.926.027	298.364.071
0070	BRASIL JOVEM	**36.144.800**		36.144.800
0071	COMUNIDADE ATIVA	**17.566.582**	17.566.582	
0072	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**7.037.845**		7.037.845
0073	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	**7.140.000**	700.000	6.440.000
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES	**525.293**	525.293	
0075	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	**1.583.669**	1.583.669	
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS	**1.589.679**	1.589.679	
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA	**1.055.640**	1.055.640	
0078	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO	**547.062**	547.062	
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS	**585.200**	585.200	
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE	**1.010.028**	1.010.028	
0081	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	**1.624.344**	1.624.344	
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI	**1.150.000**	1.150.000	
0083	PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	**72.016.215.690**		72.016.215.690
0084	ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	**247.350.240**		247.350.240
0085	QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	**127.774.422**		127.774.422
0086	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	**5.258.798**		5.258.798
0087	GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	**17.328.550**		17.328.550
0088	INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	**706.243.502**		706.243.502
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	**24.850.723.499**		24.850.723.499
0090	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARAQUEÇABA	**1.198.867**	1.198.867	
0091	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE	**674.707**	674.707	
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ	**570.000**	570.000	
0093	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA	**2.236.000**	2.236.000	
0094	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	**5.246.335**	5.246.335	
0099	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO	**4.606.770.603**		4.606.770.603
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	**2.454.606.715**	817.739.099	1.636.867.616
0101	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	**497.485.045**		497.485.045
0102	TRABALHO LEGAL	**194.858.878**	33.198.298	161.660.580
0103	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	**26.873.900**		26.873.900

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Programa		*Recursos de Totas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0104	RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	**29.447.211**	6.911.235	22.535.976
0105	TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL	**30.270.059**	29.657.656	612.403
0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	**35.750.285**	390.285	35.360.000
0107	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	**1.415.700**	815.700	600.000
0119	SANEAMENTO BÁSICO	**1.319.030.000**		1.319.030.000
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA	**656.134**	656.134	
0121	NOSSO BAIRRO	**82.135.846**	60.355.846	21.780.000
0122	SANEAMENTO É VIDA	**71.947.598**		71.947.598
0128	MORAR MELHOR	**122.608.005**	49.343.525	73.264.480
0135	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	**845.959.000**	845.959.000	
0136	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	**226.275.000**	226.275.000	
0137	EMAN[illegible]DE ASSENTAMENTOS RURAIS	**116.633.000**	116.633.000	
0138	GER[illegible]O DA EST[illegible]FUNDIÁRIA	**17.750.000**	17.750.000	
0139	GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	**6.588.000**	6.588.000	
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	**99.516.672**	19.516.672	80.000.000
0151	TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS	**50.271.680**	50.271.680	
0152	REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	**22.650.250**	300.000	22.350.250
0153	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	**6.308.246**		6.308.246
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	**16.300.000**	11.300.000	5.000.000
0155	GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	**347.000**	347.000	
0156	COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	**2.900.000**	2.900.000	
0165	TURISMO CULTURAL	**3.400.000**	3.400.000	
0166	MÚSICA E ARTES CÊNICAS	**11.237.714**	11.237.714	
0167	BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	**22.007.900**	22.007.900	
0168	LIVRO ABERTO	**11.907.990**	11.907.990	
0169	CINEMA, SOM E VÍDEO	**11.108.114**	11.108.114	
0170	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	**26.031.678**	26.031.678	
0171	MUSEU MEMÓRIA E FUTURO	**9.840.164**	9.840.164	
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	**3.864.784**	3.864.784	
0173	GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	**2.188.834**	2.188.834	
0180	ESPORTE SOLIDÁRIO	**57.470.881**	57.370.881	100.000
0181	BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA	**20.367.922**	20.367.922	
0182	ESPORTE DIREITO DE TODOS	**56.803.723**	56.803.723	
0220	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	**603.214.470**	603.214.470	
0221	QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	**302.386.540**	302.386.540	
0222	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	**560.795.387**	560.795.387	
0223	MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS	**32.170.000**	32.170.000	
0224	DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	**15.473.348**	15.473.348	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Totas as Fontes

Programa		*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0225	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES	**51.061.741**	51.061.741	
0226	SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA	**12.531.560**	12.531.560	
0227	SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	**12.824.856**	12.824.856	
0228	NAVEGAÇÃO INTERIOR	**1.057.059**	1.057.059	
0229	CORREDOR SÃO FRANCISCO	**25.100.000**	25.100.000	
0230	CORREDOR LESTE	**265.879.000**	265.879.000	
0231	CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	**208.180.000**	208.180.000	
0232	CORREDOR SUDOESTE	**22.800.000**	22.800.000	
0233	CORREDOR MERCOSUL	**266.350.000**	266.350.000	
0234	MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA	**150.000.000**	150.000.000	
0235	CORREDOR NORDESTE	**177.525.000**	177.525.000	
0236	CORREDOR OESTE-NORTE	**115.400.000**	115.400.000	
0237	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	**225.200.000**	225.200.000	
0238	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	**43.500.000**	43.500.000	
0250	QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	**147.691.000**	147.691.000	
0251	SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES	**24.956.000**	24.956.000	
0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS	**21.566.136**	21.566.136	
0253	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	**23.558.000**	23.558.000	
0254	TELEFONIA FIXA	**29.987.000**	29.987.000	
0255	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO	**861.000**	861.000	
0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	**1.025.000.000**	1.025.000.000	
0270	PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA	**131.204.152**	131.204.152	
0271	ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	**269.261.220**	269.261.220	
0272	QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	**53.977.884**	53.977.884	
0273	ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	**71.462.032**	71.462.032	
0274	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	**30.844.000**	30.844.000	
0275	PROTEÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	**66.798.540**	66.798.540	
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	**16.868.000**	16.868.000	
0287	RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	**50.000**	50.000	
0310	GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	**4.282.413**	4.282.413	
0311	GESTÃO URBANA	**7.017.543**	2.020.259	4.997.284
0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	**895.983.000**	895.983.000	
0351	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	**1.246.647.000**	1.246.647.000	
0352	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	**3.379.998.829**	3.379.998.829	
0353	PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL	**43.400.000**	43.400.000	
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	**24.266.000**	24.266.000	
0355	PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS	**4.283.000**	4.283.000	
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	**31.431.000**	31.431.000	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Totas as Fontes

Programa		*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	**16.330.000**	16.330.000	
0358	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	**16.400.000**	16.400.000	
0359	PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	**28.674.000**	28.674.000	
0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	**12.889.000**	12.889.000	
0361	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	**11.592.000**	11.592.000	
0362	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	**19.800.000**	19.800.000	
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	**5.120.000**	5.120.000	
0364	AGRICULTURA DE PRECISÃO	**8.476.000**	8.476.000	
0365	SEGURO RURAL	**7.735.000**	7.735.000	
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER	**11.882.000**	11.882.000	
0367	PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	**7.108.000**	7.108.000	
0368	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	**8.720.000**	8.720.000	
0369	PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS	**6.277.000**	6.277.000	
0370	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	**7.300.000**	7.300.000	
0371	PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	**6.058.000**	6.058.000	
0372	DESENVOLVIMENTO DA AQÜICULTURA	**8.556.000**	8.556.000	
0373	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA	**2.000.000**	2.000.000	
0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	**1.720.000**	1.720.000	
0375	QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	**5.232.000**	5.232.000	
0376	QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	**3.031.000**	3.031.000	
0377	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	**1.503.000**	1.503.000	
0378	FOMENTO À EQÜIDEOCULTURA	**608.000**	608.000	
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	**265.016.911**	265.016.911	
0390	METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	**95.917.689**	95.917.689	
0391	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	**18.764.501**	18.764.501	
0392	PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	**10.800.000**	10.800.000	
0393	PROPRIEDADE INTELECTUAL	**17.990.000**	17.990.000	
0394	PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	**2.600.000**	2.600.000	
0395	PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA	**1.210.160**	1.210.160	
0396	DESIGN BRASIL	**1.588.000**	1.588.000	
0397	MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL	**456.517.000**	456.517.000	
0410	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO	**42.410.043**	42.410.043	
0411	GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	**7.682.000**	7.682.000	
0412	DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR	**22.127.000**	22.127.000	
0413	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO	**5.500.000**	5.500.000	
0414	MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO	**39.953.339**	17.447.000	22.506.339
0415	JOVEM EMPREENDEDOR	**4.948.616**		4.948.616
0416	CULTURA EXPORTADORA	**3.248.000**	3.248.000	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Totas as Fontes

Programa		*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0417	BRASIL 500 ANOS	**14.966.000**	14.966.000	
0418	DEFESA COMERCIAL	**1.681.000**	1.681.000	
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	**40.690.000**	40.690.000	
0421	FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	**2.233.330.171**	2.233.330.171	
0422	TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL	**2.706.000**	2.706.000	
0423	TURISMO NO NORDESTE	**11.307.000**	11.307.000	
0424	TURISMO NO SUL	**11.147.000**	11.147.000	
0425	TURISMO NO SUDESTE	**10.860.000**	10.860.000	
0460	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA	**427.910.942**	427.910.942	
0461	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	**262.756.833**	262.756.833	
0462	CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	**132.580.844**	132.580.844	
0463	INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE	**424.540.551**	424.540.551	
0464	NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	**146.841.775**	146.841.775	
0465	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II	**101.390.273**	101.390.273	
0466	BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA	**63.959.206**	62.759.206	1.200.000
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR	**14.347.473**	14.347.473	
0468	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSSISTEMAS	**25.859.569**	25.859.569	
0469	APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA	**13.678.902**	13.678.902	
0470	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO	**14.133.297**	14.133.297	
0471	SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO	**10.647.825**	10.647.825	
0472	PROANTAR	**2.563.134**	2.563.134	
0473	GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**14.876.482**	14.876.482	
0474	RECURSOS DO MAR	**1.568.100**	1.568.100	
0475	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	**1.095.000**	1.095.000	
0476	PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	**5.731.384**	5.731.384	
0477	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	**6.377.952**	6.377.952	
0479	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO SETOR PETROLÍFERO	**151.120.500**	151.120.500	
0495	PROÁGUA - GESTÃO	**97.900.767**	97.900.767	
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	**165.211.410**	165.211.410	
0497	ÁGUAS DO BRASIL	**40.760.216**	40.760.216	
0498	PANTANAL	**30.122.828**	30.122.828	
0499	PARQUES DO BRASIL	**73.141.022**	73.141.022	
0500	TURISMO VERDE	**12.104.742**	12.104.742	
0501	QUALIDADE AMBIENTAL	**94.886.005**	94.886.005	
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL	**69.281.285**	69.281.285	
0503	PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS	**32.311.863**	32.311.863	
0504	SEGURANÇA NUCLEAR	**11.944.200**	11.944.200	
0505	FLORESTAR	**17.173.163**	17.173.163	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Programa		*Recursos de Totas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS	**34.730.516**	34.730.516	
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO	**14.608.503**	14.608.503	
0508	BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA	**20.509.209**	20.509.209	
0509	PROBEM DA AMAZÔNIA	**8.379.634**	8.379.634	
0510	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS	**2.273.768**	2.273.768	
0511	GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	**28.890.038**	28.890.038	
0512	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	**13.563.248**	13.563.248	
0513	NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL	**4.495.864**	4.495.864	
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS	**4.737.743**	4.737.743	
0515	PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	**296.573.991**	296.573.991	
0516	BRASIL JOGA LIMPO	**20.630.410**	20.630.410	
0517	PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.	**24.298.297**	24.298.297	
0518	DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PRODEAGRO	**29.703.648**	29.703.648	
0519	DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL	**81.878.748**	81.878.748	
0520	TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO	**300.000.000**	300.000.000	
0550	CONTROLE EXTERNO	**241.382.000**	235.889.000	5.493.000
0551	ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	**719.120.761**	704.420.761	14.700.000
0553	ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	**1.143.106.521**	1.122.827.412	20.279.109
0565	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO STF	**121.920.796**	117.721.132	4.199.664
0566	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	**54.723.000**	53.178.800	1.544.200
0567	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	**291.456.046**	286.219.046	5.237.000
0568	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	**210.203.000**	203.902.000	6.301.000
0569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	**1.732.525.000**	1.698.406.174	34.118.826
0570	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	**906.712.521**	887.154.508	19.558.013
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	**3.007.662.191**	2.965.375.336	42.286.855
0580	DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	**10.955.000**	10.955.000	
0581	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	**657.180.069**	651.571.287	5.608.782
0620	ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO	**360.695.118**	360.695.118	
0621	ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA	**355.934.070**	355.934.070	
0622	ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA	**377.713.419**	377.713.419	
0623	PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO	**301.533.732**	301.533.732	
0624	SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO	**210.918.814**		210.918.814
0625	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	**49.036.773**	49.036.773	
0626	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	**204.040.377**	204.040.377	
0627	TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	**117.939.674**	117.939.674	
0628	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	**122.983.289**	122.983.289	
0629	TECNOLOGIA DE USO NAVAL	**70.044.876**	70.044.876	
0630	DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	**46.680.645**	46.680.645	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Programa		*Recursos de Totas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0631	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	**204.444.393**	204.444.393	
0632	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	**386.027.932**	386.027.932	
0633	ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	**46.575.307**	46.575.307	
0634	SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA	**52.917.938**		52.917.938
0635	SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA	**48.441.659**	54.103	48.387.556
0636	ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE CIVIL	**42.000.000**	42.000.000	
0637	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	**24.492.000**	24.492.000	
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	**12.368.832**	12.368.832	
0639	SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO	**12.548.600**	12.548.600	
0640	ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	**6.172.054**	6.172.054	
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL	**15.482.030**	15.482.030	
0642	TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	**4.472.111**	4.472.111	
0643	CALHA NORTE	**5.763.000**	5.763.000	
0644	CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS	**1.500.000**	1.500.000	
0645	ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA MARINHA À SOCIEDADE CIVIL	**108.000**	108.000	
0646	ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA AERONÁUTICA À SOCIEDADE CIVIL	**160.044**	160.044	
0660	EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO	**145.693.452**	145.693.452	
0661	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	**166.418.248**	166.418.248	
0662	COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	**31.070.441**	31.070.441	
0663	SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS	**133.809.820**	133.809.820	
0664	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	**152.220.000**	152.220.000	
0665	NACIONAL ANTIDROGAS	**10.001.219**	10.001.219	
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO	**518.192.000**	513.692.000	4.500.000
0667	DEFESA CIVIL	**2.476.081**		2.476.081
0668	PAZ NAS ESCOLAS	**5.185.000**	5.185.000	
0669	CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS	**15.000.000**	15.000.000	
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS	**10.415.000**	10.415.000	
0671	RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA	**150.000**	150.000	
0680	RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	**252.321.086**	252.321.086	
0681	GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	**169.028.793**	140.718.793	28.310.000
0682	DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR	**8.400.000**	8.400.000	
0683	GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	**2.686.626**	2.686.626	
0684	COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL	**2.650.000**	2.650.000	
0685	ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	**1.000.000**	1.000.000	
0686	ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR	**580.000**	580.000	
0695	DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	**3.626.050**	3.626.050	
0696	ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS	**657.074**	507.074	150.000
0697	DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	**2.907.300**	2.907.300	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Programa		*Recursos de Totas as Fontes*		
		Total	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0698	GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA	**844.000**	844.000	
0699	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	**878.600**	878.600	
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	**20.993.527.850**	17.151.968.717	3.841.559.133
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO	**210.089.000**	210.089.000	
0752	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	**117.592.778**	81.041.178	36.551.600
0753	DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS	**54.024.302**	54.024.302	
0754	GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS	**220.000**	220.000	
0755	DESENVOLVIMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	**15.491.980**	11.631.000	3.860.980
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA	**5.000.000**	5.000.000	
0757	GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	**5.926.203**	5.926.203	
0759	NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO	**1.530.000**	1.530.000	
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	**758.402.117**	758.402.117	
0771	GESTÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA	**338.090.000**	338.090.000	
0772	ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA	**99.856.000**	99.856.000	
0773	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	**189.443.000**	189.443.000	
0774	FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	**530.440.000**	530.440.000	
0775	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO	**22.952.000**	22.952.000	
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	**75.456.000**	75.456.000	
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	**13.954.000**	13.954.000	
0778	DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	**10.591.000**	10.591.000	
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO	**2.552.400**	2.552.400	
0780	GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	**1.488.000**	1.488.000	
0782	GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	**11.600.000**	11.600.000	
0790	CENSO 2000	**51.022.400**	51.022.400	
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	**95.359.915**	77.795.315	17.564.600
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA	**35.226.000**	35.226.000	
0793	QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	**19.851.000**	5.801.000	14.050.000
0794	GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	**22.938.000**	22.938.000	
0795	INTEGRAÇÃO ENTRE PLANO E ORÇAMENTO	**22.304.400**	22.304.400	
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	**35.346.000**	35.346.000	
0797	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	**18.954.000**	18.954.000	
0798	REDUÇÃO DE CUSTOS NA AQUISIÇÃO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS	**16.723.000**	16.723.000	
0799	CARTOGRAFIA NACIONAL	**3.532.600**	3.532.600	
0800	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	**16.591.184**	16.591.184	
0801	DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES	**1.813.000**	1.813.000	
0802	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS	**4.735.000**	4.735.000	
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO	**202.961.000**	202.961.000	
0804	BRASIL EM AÇÃO	**2.008.000**	2.008.000	

Quadro 10B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso VIII

R$ 1,00

Recursos de Totas as Fontes

Programa		*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*
0808	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE	**9.464.700**	9.464.700	
0810	PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-HABITAT	**3.424.256**	2.861.077	563.179
0812	BRASIL CLASSE MUNDIAL	**2.110.000**	2.110.000	
0813	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	**20.287.308**	20.287.308	
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**2.274.470.070**	1.498.836.380	775.633.690
0902	OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	**5.437.676.597**	2.101.322.982	3.336.353.615
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	**43.418.955.226**	43.189.897.319	229.057.907
0904	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	**1.312.961.040**	968.028.356	344.932.684
0905	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	**108.850.658.183**	108.850.658.183	
0906	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	**24.341.900.860**	23.973.008.027	368.892.833
0907	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	**519.513.186.141**	519.513.186.141	
0908	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	**9.590.973.157**	9.590.973.157	
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	**17.939.268.423**	17.939.268.423	
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**6.121.459.057**	6.121.459.057	
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA	**290.000**	290.000	
5006	FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE	**3.786.560**	3.786.560	
9998	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA DO NORDESTE	**60.000.000**	60.000.000	
	Total	938.134.572.736	*798.011.260.696*	*140.123.312.040*

Demonstrativo das Fontes de Recursos por Grupo de Despesa

Quadro 11 - Demonstrativo das Fontes de Recursos por Grupo de Despesa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Código	*Fonte*	*Total (*)*	*Pessoal e Encargos Sociais*	*Juros e Encargos da Dívida*	*Outras Despesas Correntes*	*Investimentos*	*Inversões Financeiras*	*Amortização da Dívida*
100	Recursos Ordinários	66.067.807.696	30.006.803.074	148.527.008	9.455.459.813	4.332.050.591	1.906.717.719	16.899.409.901
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	35.636.267.308			33.543.944.326		2.092.322.982	
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	179.663.222			179.663.222			
106	Recursos Ordinários - Condicionados	273.754.466	273.754.466					
110	Receita da Contribuiçao para o Plano da Seguridade - Inativos - Condicionada	1.095.017.863	1.095.017.863					
112	Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.888.200.648	4.169.348.562		1.662.675.996	56.176.090		
113	Contribuição do Salário-Educação	2.946.800.382			2.862.020.933	84.779.449		
114	Crédito Educativo	249.660.216					249.660.216	
115	Contribuição para os Programas Especiais (PIN e Proterra)	518.027.496			23.365.821	494.661.675		
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	1.064.477			1.064.477			
120	Contribuições s/ a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais e s/os Prêmios de Conc. de Prognósticos	26.557.300			25.220.644	1.336.656		
121	Renda Líquida da Loteria Federal Instantânea	15.078.209			15.078.209			
122	Renda Líquida de Concursos de Prognósticos	445.424.366			445.424.366			
124	Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos - Funpen	58.239.460			8.893.300	49.346.160		
125	Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	92.748.515	3.282.298		73.341.220	16.124.997		
126	Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários	53.480.496	28.038.915		11.252.700	6.280.300		
127	Custas Judiciais - Funpen	103.025.088			5.180.366	97.844.722		
128	Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdência Privada Aberta	33.439.077	29.149.077		3.297.990	992.010		
129	Recursos de Concessões e Permissões	8.669.170.471	8.000.273		91.906.312	749.620.208		7.819.643.678
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	3.667.527			3.567.527	100.000		
131	Selos de Controle, Lojas Francas - Fundaf	366.641.152			77.181.000	112.000	500.000	
132	Juros de Mora da Receita Administrada Pela SRF/SF	1.914.198.920			643.999.000	26.529.000		
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	5.025.612			4.525.612	500.000		
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	453.840.289			196.471.931	2.055.693	240.612.980	
136	Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas	12.376.785			12.376.785			
137	Cota-Parte dos Preços de Realização dos Combustíveis Automotivos	27.570.049	15.000.000		12.570.049			
138	Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.961.198.252			3.776.430.970	183.533.438	1.233.844	
139	Alienação de Bens Apreendidos - Fundaf	25.908.528			25.908.528			
140	Contribuições para os Programas PIS/Pasep	8.340.884.038			5.004.530.423		3.336.353.615	
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	539.533.871.180						539.533.871.180
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras	76.088.371.691		55.402.162.995	20.236.208.696		450.000.000	

Quadro 11 - Demonstrativo das Fontes de Recursos por Grupo de Despesa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XIII

R$ 1,00

Código	Fonte	Recursos de Todas as Fontes						
		Total (*)	*Pessoal e Encargos Sociais*	*Juros e Encargos da Dívida*	*Outras Despesas Correntes*	*Investimentos*	*Inversões Financeiras*	*Amortização da Dívida*
	Aplicações							
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.843.221.259			529.427.028	1.713.004.231	605.790.000	1.995.000.000
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	540.382.785			43.696.444	495.264.341	1.422.000	
150	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.605.769.542	222.510.330		2.743.567.973	264.213.565	164.931.812	
151	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	7.265.816.495	4.971.049.552		2.219.977.772	74.789.171		
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	33.119.479.562	14.470.527.363		18.018.809.349	630.142.850		
154	Contribuições dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social	62.590.818.903			62.590.818.903			
155	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	10.969.726.812			10.969.726.812			
156	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor	2.958.854.607	2.958.854.607					
157	Receitas de Honorários de Advogados - Fundaf	181.855.321	33.992.940		19.933.000	3.019.000		
158	Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF - MF	910.287.640			10.000.000			
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	4.220.635.000		167.647.397	100.000.000			3.952.987.603
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	3.340.112.000			1.415.760.593		1.924.351.407	
162	Reforma Patrimonial - Alienação de Bens	13.117.922				13.117.922		
163	Reforma Patrimonial - Privatizações	11.250.000.000			22.500.000			11.227.500.000
164	Títulos da Dívida Agrária	280.000.000					280.000.000	
166	Outros Recursos Vinculados	445.000.000			80.808.336	364.191.664		
168	Cota-Parte da Contribuição Sindical	72.665.793			51.042.861	21.622.932		
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	3.264.342.000		1.255.733.838				2.008.608.162
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	8.927.475.000		1.761.296.501				7.166.178.499
178	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado	2.334.613.000			1.262.948.000	1.071.665.000		
180	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	2.981.003.556			1.407.922.856	71.088.222	1.501.992.478	
181	Recursos de Convênios	51.950.000			11.753.978	40.196.022		
182	Outros Recursos Vinculados - Condicionada	295.000.000			117.015.518	177.984.482		
183	Cota - Parte de Compensações Financeiras - Condicionada	600.437.683	254.515.284		256.693.533	88.688.299	540.567	
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.972.483.000		8.972.483.000				
189	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas do Clube de Paris	244.219.000		78.873.531				165.345.469
195	Doações de Entidades Internacionais	118.579.012			101.382.996	17.196.016		
197	Recursos Destinados a Dívida Pública Federal	2.781.125.430						2.781.125.430
213	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Sálario-Educação	100.450.880			99.168.912	1.281.968		
246	Operações de Crédito Internas - em Moeda	923.671.000					923.671.000	
249	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	10.000.000				10.000.000		
250	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	4.454.285.242	616.437.885	1.107.538	2.346.888.177	816.345.510	271.886.146	389.871.740
280	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	2.310.088.199	413.308.278	13.670.658	557.630.610	147.564.183	622.240.257	555.674.213

Quadro 11 - Demonstrativo das Fontes de Recursos por Grupo de Despesa

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XIII

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Código	*Fonte*	*Total (*)*	*Pessoal e Encargos Sociais*	*Juros e Encargos da Dívida*	*Outras Despesas Correntes*	*Investimentos*	*Inversões Financeiras*	*Amortização da Dívida*
281	Recursos de Convênios	65.221.768			60.631.268	4.590.500		
295	Doações de Entidades Internacionais	4.760.000			2.987.283	1.772.717		
296	Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	143.546			143.546			
	(*) Inclui Reserva de Contingência *Total*	938.134.572.736	59.569.590.767	67.801.502.466	183.442.795.964	12.129.781.584	14.574.227.023	594.495.215.875

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

Quadro 12 - Demonstrativo de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Construção da Base de Cálculo de Recursos	
A) Receita de Impostos(1.110.00.00)	**81.851.161.665**
A1) Imposto sobre a Importação	8.567.476.057
A2) Imposto sobre a Exportação	872.647
A3) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	322.033.516
A4) Imposto sobre a Renda	50.541.269.124
A5) Imposto sobre Produtos Industrializados	19.202.830.244
A6) Imposto sobre Op. de Crédito, Câmbio e Seguro	3.216.680.077
B) Exclusões	**49.138.935.836**
B1) Desvinculação Orçamentária	*16.370.232.333*
B2) Parcela da Arrecadação dos Impostos transferida para Estados, Distrito Federal e Municípios.	*32.768.703.503*
Transferência do Imposto Territorial Rural - ITR - CF Art. 158,II.	161.016.758
Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - CF Art. 159,I,a.	14.994.981.364
Fundo de Participação dos Municípios - FPM - CF Art. 159,I,b.	15.692.422.357
Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI - CF Art.159,II.	1.920.283.024
C) Receita de Impostos Deduzidas as Transferências Constituicionais(A - B) - Base de Cálculos	**32.712.225.829**

Programação em Educação

A) Programação em Educação

Subfunções de Educação	*Fonte 108/112*	*Outras Fontes*	*Total*
361 - Ensino Fundamental	659.806.290	1.160.167.599	*1.819.973.889*
362 - Ensino Médio	58.091.947	520.919.180	*579.011.127*
363 - Ensino Profissional	433.298.194	317.330.695	*750.628.889*
364 - Ensino Superior	4.569.898.054	683.870.912	*5.253.768.966*
365 - Educação Infantil		5.373.000	*5.373.000*
366 - Educação de Jovens e Adultos		279.192.300	*279.192.300*
367 - Educação Especial	27.514.846	7.150.426	*34.665.272*
Outras Subfunções na Educação			
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológic	197.000		*197.000*
423 - Assistência aos Povos Indígenas		200.000	*200.000*
122 - Administração Geral		1.000.000	*1.000.000*
125 - Normatização e Fiscalização	1.650.000		*1.650.000*
129 - Administração de Receitas	1.950.000		*1.950.000*
183 - Informação e Inteligência	4.800.000		*4.800.000*
571 - Desenvolvimento Científico	5.008.721	11.888.818	*16.897.539*
244 - Assistência Comunitária	217.424	23.299.000	*23.516.424*
126 - Tecnologia da Informação	23.518.000	34.500.000	*58.018.000*
128 - Formação de Recursos Humanos	17.364.862	53.387.088	*70.751.950*
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		72.162.112	*72.162.112*
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		1.228.557.408	*1.228.557.408*
	5.803.315.338	*4.398.998.538*	**10.202.313.876**

Resumo da Aplicação

Aplicação	*a Programar segundo a Constituição Federal*	*Valor Constitucional*	*Valor Programado*	*% Programada*
- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18 % da Receita de Impostos Deduzidos as Transferências Constitucionais conforme Art. 212	5.888.200.649	10.202.313.876	31.188 %
- Erradicação do Analfabetismo e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	30 % da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino conforme ADTC Art. 60	1.766.460.194	2.963.298.806	50,326 %

Quadro 12 A - Demonstrativo da Despesa na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212) por Programa, Fonte e Órgão

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

(Quadro Síntese)

Total	*Programa*	*Valor*	*Fonte*	*Valor*	*Órgão*	*Valor*
	0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	88.601.000	100 - Recursos Ordinários	1.244.660.285	26 - M. da Educação	10.063.498.522
	0011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	1.700.000	112 - Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.803.315.338	30 - M. da Justiça	3.126.800
	0012 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE	1.180.000	113 - Contribuição do Salário-Educação	966.147.794	36 - M. da Saúde	72.681.000
	0023 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	11.200.000	148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	344.422.586	38 - M. Trabalho e Emprego	60.000.000
	0040 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA	3.020.035.232	149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	11.202.550	42 - M. da Cultura	10.100
	0041 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	4.689.592.613	150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	4.037.927	47 - M. do Planej.Orç.e Gestão	557.000
	0042 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	71.353.000	151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	14.080.000	52 - M. da Defesa	2.440.454
	0043 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	514.219.658	153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13.150.000		
	0044 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	667.594.351	178 - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Condicionado	1.156.299.000		
	0045 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	564.153.204	180 - Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	60.000.000		
10.202.313.876	0046 - HOSPITAIS DE ENSINO	72.162.112	213 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Sálario-Educação	100.450.880		
	0047 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	291.065.500	249 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	10.000.000		
	0048 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	76.305.000	250 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	416.956.791		
	0049 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	37.059.272	280 - Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	3.409.965		
	0050 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	36.508.141	281 - Recursos de Convênios	54.091.760		
	0051 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	14.239.000	295 - Doações de Entidades Internacionais	74.000		
	0055 - ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.600.000	296 - Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	15.000		
	0067 - ATENÇÃO À CRIANÇA	17.910.000				
	0150 - ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	400.000				
	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000				
	0461 - EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	16.368.539				
	0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	2.440.454				
	0660 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO	3.126.800				
	0668 - PAZ NAS ESCOLAS	1.400.000				

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26		Ministério da Educação	10.063.498.522							
	0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	3.020.035.232							
		Atividades								
26 12 361	0040 4001 0000	**Funcionamento do Ensino Fundamental**	571.047							
26 12 361	0040 4001 0001	Funcionamento do Ensino Fundamental - No Estado de Minas Gerais (26274)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	80.000
					F	4 Investimento	90	0	112	20.000
26 12 361	0040 4001 0003	Funcionamento do Ensino Fundamental - No Estado do Rio de Janeiro (26201)		241.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	241.000
26 12 361	0040 4001 0005	Funcionamento do Ensino Fundamental - No Estado do Acre (26275)		61.624	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	26.686
					F	4 Investimento	90	0	250	34.938
26 12 361	0040 4001 0007	Funcionamento do Ensino Fundamental - No Estado do Rio de Janeiro (26249)		35.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	35.000
26 12 361	0040 4001 0011	Funcionamento do Ensino Fundamental - No Estado de Pernambuco (26242)		7.500	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.500
26 12 361	0040 4001 0015	Funcionamento do Ensino Fundamental - No Estado de Minas Gerais (26238)		125.923	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	125.923
26 12 361	0040 4041 0000	**Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino**	39.600.000							
26 12 361	0040 4041 0001	Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino - Nacional (26298)		39.600.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	39.600.000
26 12 361	0040 4045 0000	**Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental**	28.179.101							
26 12 361	0040 4045 0003	Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental - Nacional (26298)		28.179.101	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	113	28.179.101
26 12 361	0040 4046 0000	**Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores do Ensino Fundamental**	508.277.561							
26 12 361	0040 4046 0003	Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores do Ensino Fundamental - Nacional (26298)		508.277.561	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	75.515.204
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	113	333.993.445
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	213	98.768.912
26 12 361	0040 4085 0000	**Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental**	53.000.000							
26 12 361	0040 4085 0001	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Nacional (26298)		53.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	5.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	100.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	113	10.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	113	8.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	113	26.500.000
					F	4 Investimento	90	0	113	3.400.000
26 12 361	0040 6121 0000	**Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA**	204.011.000							
26 12 361	0040 6121 0001	Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA - Na Região Norte (26298)		38.261.200	F	3 Outras Despesas Correntes	30	1	113	13.852.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	1	113	20.085.000
					F	4 Investimento	30	1	113	2.468.500
					F	4 Investimento	40	1	113	1.855.700
26 12 361	0040 6121 0003	Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA - Na Região Nordeste (26298)		143.658.100	F	3 Outras Despesas Correntes	30	1	112	33.822.082
					F	3 Outras Despesas Correntes	30	1	113	1.675.318
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	1	112	30.533.482

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Recursos de Todas as Fontes: Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	1	113	60.786.518
					F	4 Investimento	30	1	112	6.723.600
					F	4 Investimento	40	1	112	1.675.318
					F	4 Investimento	40	1	113	8.441.782
26 12 361	0040 6121 0005	Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA - Na Região Centro-Oeste (26298)		22.091.700	F	3 Outras Despesas Correntes	30	1	113	10.440.800
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	1	113	8.277.800
					F	4 Investimento	30	1	113	2.013.000
					F	4 Investimento	40	1	113	1.360.100
26 12 361	0040 6125 0000	**Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal**	**123.197.100**							
26 12 361	0040 6125 0001	Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal - Na Região Sul (26298)		33.848.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	14.657.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	14.034.400
					F	4 Investimento	30	0	113	2.884.200
					F	4 Investimento	40	0	113	2.272.400
26 12 361	0040 6125 0003	Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal - Na Região Sudeste (26298)		86.939.800	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	18.599.606
					F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	24.007.694
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	30.667.700
					F	4 Investimento	30	0	113	8.368.500
					F	4 Investimento	40	0	113	5.296.300
26 12 361	0040 6125 0005	Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal - No Distrito Federal (26298)		2.409.300	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	2.008.700
					F	4 Investimento	30	0	113	400.600
		Projetos								
26 12 361	0040 3693 0000	**Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA II**	**119.999.999**							
26 12 361	0040 3693 0001	Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA II - Na Região Norte (26298)		45.313.076	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	148	4.620.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	148	1.280.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	590.000
					F	4 Investimento	30	0	148	35.534.000
					F	4 Investimento	40	0	148	689.076
					F	4 Investimento	90	0	148	2.600.000
26 12 361	0040 3693 0003	Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA II - Na Região Nordeste (26298)		32.351.154	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	148	9.605.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	148	5.440.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	1.060.000
					F	4 Investimento	30	0	148	2.068.000
					F	4 Investimento	40	0	148	1.378.154
					F	4 Investimento	90	0	148	12.800.000
26 12 361	0040 3693 0005	Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA II - Na Região Centro-Oeste (26298)		42.335.769	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	148	3.340.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	148	1.580.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	16.508.846
					F	4 Investimento	30	0	148	17.376.154

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	4 Investimento	40	0	148	850.769
					F	4 Investimento	90	0	148	2.680.000
26 12 361	0040 3699 0000	**Veículos para Transporte Escolar**	39.242.000							
26 12 361	0040 3699 0163	Veículos para Transporte Escolar - Nacional (26298)		39.242.000	F	4 Investimento	40	0	112	13.441.665
					F	4 Investimento	40	0	113	24.518.367
					F	4 Investimento	40	0	213	1.281.968
		Operações Especiais								
26 12 243	0040 0615 0000	**Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533)**	1.228.557.408							
26 12 243	0040 0615 0003	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - Nacional (26298)		126.880.361	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	62.500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	64.380.361
26 12 243	0040 0615 0009	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Amazonas (26298)		2.502.393	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	2.502.393
26 12 243	0040 0615 0015	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Espírito Santo (26298)		4.324.837	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	4.324.837
26 12 243	0040 0615 0017	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Goiás (26298)		905.121	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	905.121
26 12 243	0040 0615 0021	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Minas Gerais (26298)		16.494.057	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	16.494.057
26 12 243	0040 0615 0023	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Mato Grosso do Sul (26298)		301.707	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	301.707
26 12 243	0040 0615 0025	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Mato Grosso (26298)		2.816.302	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	2.816.302
26 12 243	0040 0615 0035	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Paraná (26298)		1.206.828	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	1.206.828
26 12 243	0040 0615 0037	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Rio de Janeiro (26298)		3.216.729	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	3.216.729
26 12 243	0040 0615 0043	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Rio Grande		2.012.119	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	2.012.119

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		do Sul (26298)								
26 12 243	0040 0615 0045	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Santa Catarina (26298)*		1.004.950	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	1.004.950
26 12 243	0040 0615 0049	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de São Paulo (26298)*		2.715.365	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	2.715.365
26 12 243	0040 0615 0055	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Acre - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		3.100.113	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	3.100.113
26 12 243	0040 0615 0057	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Alagoas - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		63.296.809	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	63.296.809
26 12 243	0040 0615 0059	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado da Bahia - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		347.502.204	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	347.502.204
26 12 243	0040 0615 0061	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Ceará - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		89.579.633	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	89.579.633
26 12 243	0040 0615 0063	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Maranhão - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		97.295.848	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	97.295.848
26 12 243	0040 0615 0065	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Pará - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		33.982.006	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	33.982.006
26 12 243	0040 0615 0067	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado da Paraíba - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		84.946.497	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	84.946.497
26 12 243	0040 0615 0069	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Pernambuco - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento*		132.827.910	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	132.827.910

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Humano) (26298)								
26 12 243	0040 0615 0071	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Piauí - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		12.366.384	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	12.366.384
26 12 243	0040 0615 0073	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Rio Grande do Norte - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		52.514.548	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	52.514.548
26 12 243	0040 0615 0075	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Rondônia - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		4.633.136	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	4.633.136
26 12 243	0040 0615 0077	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Roraima - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		3.270.449	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	3.270.449
26 12 243	0040 0615 0079	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Sergipe - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		32.431.949	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	32.431.949
26 12 243	0040 0615 0081	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Tocantins - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		10.809.514	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	10.809.514
26 12 243	0040 0615 0113	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Amazonas - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		10.676.763	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	10.676.763
26 12 243	0040 0615 0115	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Amapá - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		959.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	959.000
26 12 243	0040 0615 0117	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Espírito Santo - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		1.561.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	1.561.000
26 12 243	0040 0615 0119	Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima		3.603.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	3.603.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Goiás - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)								
26 12 243	0040 0615 0121	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Minas Gerais - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)*		70.373.876	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	70.373.876
26 12 243	0040 0615 0123	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de Mato Grosso - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)*		2.882.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	2.882.000
26 12 243	0040 0615 0125	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Paraná - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)*		5.350.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	5.350.000
26 12 243	0040 0615 0127	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado do Rio Grande do Sul - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)*		120.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	120.000
26 12 243	0040 0615 0129	*Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei nº 9.533) - No Estado de São Paulo - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)*		94.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	178	94.000
26 12 361	0040 0304 0000	***Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF***	**675.400.016**							
26 12 361	0040 0304 0019	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - No Estado de Alagoas (26298)*		10.886.735	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	3.045.369
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	7.841.366
26 12 361	0040 0304 0021	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - No Estado do Piauí (26298)*		28.695.537	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	10.336.665
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	18.358.872
26 12 361	0040 0304 0027	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de [illegible]o Magistério - FUNDEF - No Estado do Pará (26298)*		119.410.778	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	35.275.615
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	84.135.163
26 12 361	0040 0304 0029	*[illegible]adrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - No Estado do Maranhão (26298)*		178.456.090	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	48.449.022
					F	3 Outras Despesas Correntes	40			130.007.068

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 361	0040 0304 0031	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - No Estado do Ceará (26298)*		65.024.994	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	17.375.695
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	47.649.299
26 12 361	0040 0304 0033	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - No Estado da Bahia (26298)*		272.925.882	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	97.155.781
					F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	1.788.887
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	173.981.214
	0041	*DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO*	4.689.408.613							
		Atividades								
26 12 364	**0041 2321 0000**	***Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino***	**2.544.517**							
26 12 364	0041 2321 0001	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Pernambuco (26248)*		80.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	40.000
					F	4 Investimento	90	0	112	40.000
26 12 364	0041 2321 0003	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26274)*		200.000	F	4 Investimento	90	0	112	200.000
26 12 364	0041 2321 0005	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Sergipe (26281)*		60.000	F	4 Investimento	90	0	112	60.000
26 12 364	0041 2321 0007	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Piauí (26279)*		196.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	36.000
					F	4 Investimento	90	0	112	160.000
26 12 364	0041 2321 0009	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26255)*		20.000	F	4 Investimento	90	0	112	20.000
26 12 364	0041 2321 0011	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)*		62.000	F	4 Investimento	90	0	112	12.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 2321 0017	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Amapá (26286)*		43.617	F	4 Investimento	90	0	112	43.617
26 12 364	0041 2321 0019	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de São Paulo (26262)*		38.900	F	4 Investimento	90	0	250	38.900
26 12 364	0041 2321 0021	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Paraná (26241)*		270.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	270.000
26 12 364	0041 2321 0023	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)*		15.000	F	4 Investimento	90	0	112	15.000
26 12 364	0041 2321 0025	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Distrito Federal (26271)*		50.000	F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 2321 0027	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)*		5.000	F	4 Investimento	90	0	250	5.000
26 12 364	0041 2321 0029	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26237)*		214.000	F	4 Investimento	90	0	100	214.000
26 12 364	0041 2321 0031	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino*		20.000	F	4 Investimento	90	0	112	20.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Recursos de Todas as Fontes Valor
		Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro (26245)								
26 12 364	0041 2321 0033	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)*		100.000	F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 2321 0035	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)*		600.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	150.000
					F	4 Investimento	90	0	112	200.000
					F	4 Investimento	90	0	250	150.000
26 12 364	0041 2321 0037	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26294)*		100.000	S	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 2321 0039	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26260)*		70.000	F	4 Investimento	90	0	112	70.000
26 12 364	0041 2321 0041	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)*		150.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 2321 0043	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado da Bahia (26301)*		50.000	F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 2321 0045	*Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Pernambuco (26242)*		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 2327 0000	***Ensino de Graduação à Distância***	**252.000**							
26 12 364	0041 2327 0001	*Ensino de Graduação à Distância - No Estado do Paraná (26241)*		45.000	F	4 Investimento	90	0	112	45.000
26 12 364	0041 2327 0005	*Ensino de Graduação à Distância - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)*		7.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	7.000
26 12 364	0041 2327 0007	*Ensino de Graduação à Distância - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)*		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 4008 0000	***Manutenção de Acervo Bibliográfico***	**2.597.781**							
26 12 364	0041 4008 0001	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Pernambuco (26248)*		90.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	90.000
26 12 364	0041 4008 0003	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Paraná (26241)*		180.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	180.000
26 12 364	0041 4008 0005	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26274)*		300.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 4008 0007	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Sergipe (26281)*		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0041 4008 0009	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26285)*		56.625	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	22.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	34.625
26 12 364	0041 4008 0011	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26255)*		3.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.000
26 12 364	0041 4008 0013	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio de Janeiro (26236)*		233.876	F	4 Investimento	90	0	250	233.876
26 12 364	0041 4008 0015	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26277)*		180.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	80.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 4008 0017	*Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)*		12.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	12.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0041 4008 0019	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Alagoas (26231)		106.700	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	106.700
26 12 364	0041 4008 0021	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26257)		5.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.000
26 12 364	0041 4008 0023	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		35.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	35.000
26 12 364	0041 4008 0025	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		5.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.000
26 12 364	0041 4008 0027	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26261)		13.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.000
					F	4 Investimento	90	0	112	5.000
26 12 364	0041 4008 0031	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26254)		140.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	130.000
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
26 12 364	0041 4008 0033	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado da Paraíba (26240)		135.637	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	135.637
26 12 364	0041 4008 0035	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26260)		89.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	89.000
26 12 364	0041 4008 0037	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Distrito Federal (26271)		90.000	F	4 Investimento	90	0	250	90.000
26 12 364	0041 4008 0039	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio de Janeiro (26269)		100.000	F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 4008 0041	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Espírito Santo (26234)		209.370	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	181.370
					F	4 Investimento	90	0	112	28.000
26 12 364	0041 4008 0043	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio Grande do Norte (26264)		2.200	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.100
					F	4 Investimento	90	0	112	1.100
26 12 364	0041 4008 0045	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio de Janeiro (26245)		80.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	80.000
26 12 364	0041 4008 0047	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		43.400	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	43.400
26 12 364	0041 4008 0049	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Minas Gerais (26237)		214.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	214.000
26 12 364	0041 4008 0051	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	30.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 364	0041 4008 0053	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Rondônia (26268)		50.973	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.973
26 12 364	0041 4008 0055	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado de Pernambuco (26242)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 4008 0057	Manutenção de Acervo Bibliográfico - No Estado da Bahia (26301)		3.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.000
26 12 364	0041 4009 0000	**Funcionamento de Cursos de Graduação**	**4.575.514.322**							
26 12 364	0041 4009 0001	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Pernambuco (26248)		38.966.056	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.883.937
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	32.683.893
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.945.962
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	236.403
					F	4 Investimento	90	0	112	92.860
					F	4 Investimento	90	0	250	123.001

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0041 4009 0003	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Paraná (26241)		155.995.482	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	7.005.845
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	126.256.567
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	14.530.570
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.507.500
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	245.000
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	3.969.000
					F	4 Investimento	90	0	281	431.000
26 12 364	0041 4009 0005	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Pará (26253)		17.677.087	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	818.333
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	14.387.064
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	250	1.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.782.690
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	474.000
					F	4 Investimento	90	0	112	114.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 4009 0007	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26256)		28.745.514	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.329.336
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	24.125.534
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.434.835
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	290.809
					F	4 Investimento	90	0	112	6.000
					F	4 Investimento	90	0	250	559.000
26 12 364	0041 4009 0009	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26274)		124.145.329	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	6.124.373
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	104.018.865
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	9.884.772
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.349.019
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	500.000
					F	4 Investimento	90	0	112	220.300
					F	4 Investimento	90	0	250	1.048.000
26 12 364	0041 4009 0011	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Piauí (26279)		63.897.419	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	3.088.542
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	54.413.201
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.883.422
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	512.254
					F	4 Investimento	90	0	250	1.000.000
26 12 364	0041 4009 0013	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Sergipe (26281)		46.615.403	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.315.555
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	37.911.940
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.500.970
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	646.938
					F	4 Investimento	90	0	112	240.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0041 4009 0015	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26269)		46.228.817	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.279.027
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	37.149.434
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.468.252
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.002.104
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.280.000
26 12 364	0041 4009 0017	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Amazonas (26270)		79.307.998	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	3.264.380
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	53.288.035
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.692.245
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	13.063.338
					F	4 Investimento	90	0	250	1.000.000
26 12 364	0041 4009 0019	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26238)		225.550.373	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	9.565.906
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	177.977.006
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	21.887.587
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	7.084.874
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	7.008.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.527.000
					F	4 Investimento	90	0	281	500.000
26 12 364	0041 4009 0021	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26263)		30.423.047	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.289.232
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	24.544.528
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.238.084
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	28.787
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	1.035.035
					F	4 Investimento	90	0	112	250.000
					F	4 Investimento	90	0	250	37.381
26 12 364	0041 4009 0023	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26285)		14.520.142	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	734.291
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	12.577.268
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.146.896
					F	4 Investimento	90	0	112	30.000
					F	4 Investimento	90	0	250	31.687
26 12 364	0041 4009 0025	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26255)		3.821.896	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	137.268
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.672.825
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	765.173
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	122.630
					F	4 Investimento	90	0	250	124.000
26 12 364	0041 4009 0027	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26236)		201.277.279	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	9.724.610
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	168.685.233
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	14.695.589

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	6.288.096
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	500.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.383.751
26 12 364	0041 4009 0029	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Alagoas (26231)		77.873.607	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	3.216.980
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	67.163.533
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	6.446.094
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	561.391
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
					F	4 Investimento	90	0	250	425.609
26 12 364	0041 4009 0031	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26257)		27.238.455	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.325.575
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	22.641.892
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.412.258
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	39.730
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	600.000
					F	4 Investimento	90	0	112	80.000
					F	4 Investimento	90	0	250	139.000
26 12 364	0041 4009 0033	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)		56.337.502	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.591.868
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	47.489.381
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.000.773
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.150.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	5.480
					F	4 Investimento	90	0	250	1.000.000
26 12 364	0041 4009 0035	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Paraná (26258)		61.461.207	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.311.969
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	39.179.193
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.615.529
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	5.354.516
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	3.000.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.500.000
					F	4 Investimento	90	0	281	1.500.000
26 12 364	0041 4009 0037	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)		89.707.007	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	4.379.963
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	79.466.307
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.207.237
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	103.500
					F	4 Investimento	90	0	112	300.000
					F	4 Investimento	90	0	250	250.000
26 12 364	0041 4009 0039	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de São Paulo (26280)		54.802.156	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.344.798
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	44.701.389

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	6.186.266
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.002.435
					F	4 Investimento	90	0	112	97.268
					F	4 Investimento	90	0	250	470.000
26 12 364	0041 4009 0041	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		62.994.826	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.849.605
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	51.675.914
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	6.018.406
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.163.044
					F	4 Investimento	90	0	112	15.000
					F	4 Investimento	90	0	250	272.857
26 12 364	0041 4009 0043	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26261)		16.200.815	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	692.223
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	13.400.919
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.850.259
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	32.414
					F	4 Investimento	90	0	112	25.000
					F	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 364	0041 4009 0045	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Maranhão (26272)		76.222.940	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	3.624.328
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	56.701.608
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.279.432
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.115.572
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	4.800.000
					F	4 Investimento	90	0	250	700.000
					F	5 Inversões Financeiras	90	0	250	2.000
26 12 364	0041 4009 0047	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26277)		33.698.221	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.612.130
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	28.365.063
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.271.167
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	294.861
					F	4 Investimento	90	0	112	75.000
					F	4 Investimento	90	0	250	80.000
26 12 364	0041 4009 0049	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Acre (26275)		33.095.891	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.735.576
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	28.545.706
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.482.744
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	175.807
					F	4 Investimento	90	0	112	99.284
					F	4 Investimento	90	0	250	56.774
26 12 364	0041 4009 0051	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		121.220.200	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	5.659.819
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	104.107.356
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	9.229.529

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.483.496
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	640.000
26 12 364	0041 4009 0053	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26282)		87.634.669	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	3.957.796
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	72.958.515
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.949.734
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.362.900
					F	4 Investimento	90	0	112	480.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.925.724
26 12 364	0041 4009 0055	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Goiás (26235)		97.907.338	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	5.518.110
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	79.671.992
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.290.695
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	719.608
					F	4 Investimento	90	0	112	293.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.413.933
26 12 364	0041 4009 0057	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de São Paulo (26262)		94.806.246	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	4.236.847
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	79.575.271
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.280.790
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.806.318
					F	4 Investimento	90	0	112	200.000
					F	4 Investimento	90	0	250	707.020
26 12 364	0041 4009 0059	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26254)		36.173.350	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.159.742
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	31.442.119
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.078.279
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	325.660
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	295	74.000
					F	4 Investimento	90	0	112	67.150
					F	4 Investimento	90	0	250	26.400
26 12 364	0041 4009 0061	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Ceará (26233)		144.305.677	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	6.927.814
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	119.870.459
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	14.022.977
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.058.427
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	200.000
					F	4 Investimento	90	0	280	176.000
26 12 364	0041 4009 0063	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Maranhão (26265)		13.562.044	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	691.456
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	12.719.579
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	150.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.009
26 12 364	0041 4009 0065	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado da Bahia (26232)		158.397.889	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	9.152.255
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	121.309.056
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	16.491.796
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	9.252.104
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	2.142.678
26 12 364	0041 4009 0067	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26249)		57.352.014	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.625.747
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	46.258.149
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.523.118
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.374.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	21.000
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	500.000
26 12 364	0041 4009 0071	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado da Paraíba (26240)		212.613.366	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	10.872.879
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	184.743.100
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.608.423
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	981.964
					F	4 Investimento	90	0	112	207.000
					F	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 364	0041 4009 0073	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Mato Grosso (26276)		98.481.025	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	4.811.530
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	77.569.006
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	9.116.489
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	5.334.000
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.600.000
26 12 364	0041 4009 0075	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26284)		8.088.858	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	276.546
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	5.425.340
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.523.842
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	43.130
					F	4 Investimento	90	0	112	620.000
					F	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 364	0041 4009 0077	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26260)		10.416.145	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	459.993
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	7.733.720
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.605.966
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	372.466
					F	4 Investimento	90	0	112	129.000
					F	4 Investimento	90	0	250	115.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0041 4009 0079	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado da Bahia (26301)		20.575.826	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.058.625
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	17.348.733
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.168.468
26 12 364	0041 4009 0081	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Distrito Federal (26271)		319.374.823	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	9.854.248
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	186.232.371
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.726.208
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	100.151.996
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	6.710.000
					F	5 Inversões Financeiras	90	0	250	600.000
26 12 364	0041 4009 0083	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Pernambuco (26242)		142.937.579	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	6.301.481
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	113.348.988
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.538.607
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	6.248.503
					F	4 Investimento	90	0	112	500.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.000.000
26 12 364	0041 4009 0085	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Santa Catarina (26246)		189.876.165	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	9.721.819
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	159.795.657
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	17.464.858
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.979.946
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	413.885
					F	4 Investimento	90	0	112	400.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 4009 0087	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Roraima (26250)		16.222.965	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	699.273
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	13.337.364
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.543.167
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	305.840
					F	4 Investimento	90	0	112	85.000
					F	4 Investimento	90	0	250	252.321
26 12 364	0041 4009 0089	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Espírito Santo (26234)		90.637.772	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	4.376.380
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	75.485.446
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.086.138
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.617.485
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.012.323
26 12 364	0041 4009 0091	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Norte (26264)		13.933.657	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	758.665
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	12.265.819
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	795.141

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	76.132
					F	4 Investimento	90	0	112	14.400
					F	4 Investimento	90	0	250	23.500
26 12 364	0041 4009 0093	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26245)		415.089.308	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	19.655.766
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	360.765.611
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	25.861.931
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	7.586.000
					F	4 Investimento	90	0	112	20.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.200.000
26 12 364	0041 4009 0095	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais (26237)		66.942.665	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	3.043.410
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	54.388.133
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.422.423
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.088.699
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	800.000
					F	4 Investimento	90	0	280	100.000
26 12 364	0041 4009 0097	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Pará (26239)		134.881.374	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	6.283.467
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	111.048.352
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	14.528.235
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.321.320
					F	4 Investimento	90	0	112	400.000
					F	4 Investimento	90	0	250	300.000
26 12 364	0041 4009 0099	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		188.945.083	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	8.922.258
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	159.077.228
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	18.245.597
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.500.000
26 12 364	0041 4009 0101	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		135.630.070	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	6.647.196
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	119.017.329
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	250	3.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.708.972
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	253.573
					F	4 Investimento	90	0	250	1.000.000
26 12 364	0041 4009 0103	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Rondônia (26268)		23.281.591	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	938.109
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	19.411.605
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	3.570
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.109.030

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	475.270
					F	4 Investimento	90	0	250	344.007
26 12 364	0041 4009 0105	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Amapá (26286)		9.422.154	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	391.416
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	7.025.257
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.046.761
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	958.720
26 12 364	0041 4027 0000	**Apoio a Entidades de Ensino Superior Federais**	**8.200.000**							
26 12 364	0041 4027 0001	Apoio a Entidades de Ensino Superior Federais - Nacional (26101)		8.200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	3.700.000
					F	4 Investimento	30	0	100	3.200.000
					F	4 Investimento	90	0	100	1.300.000
26 12 364	0041 4036 0000	**Flexibilização da Gestão e Responsabilização por Resultado**	**58.848.573**							
26 12 364	0041 4036 0001	Flexibilização da Gestão e Responsabilização por Resultado - Nacional (26101)		58.848.573	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	48.848.573
					F	4 Investimento	90	0	100	10.000.000
		Projetos								
26 12 364	0041 3076 0000	**Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior**	**20.570.541**							
26 12 364	0041 3076 0001	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26274)		400.000	F	4 Investimento	90	0	250	400.000
26 12 364	0041 3076 0003	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná (26241)		90.000	F	4 Investimento	90	0	112	90.000
26 12 364	0041 3076 0005	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco (26248)		100.000	F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 3076 0009	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26261)		80.000	F	4 Investimento	90	0	112	30.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 3076 0011	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal (26271)		2.000.000	F	4 Investimento	90	0	250	2.000.000
26 12 364	0041 3076 0013	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		600.000	F	4 Investimento	90	0	250	600.000
26 12 364	0041 3076 0015	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro (26245)		50.000	F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 3076 0017	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26238)		12.000.000	F	4 Investimento	90	0	250	12.000.000
26 12 364	0041 3076 0019	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26260)		80.000	F	4 Investimento	90	0	112	80.000
26 12 364	0041 3076 0021	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)		566.482	F	4 Investimento	90	0	250	566.482
26 12 364	0041 3076 0023	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino		1.400.000	F	4 Investimento	90	0	112	200.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Superior - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)			F	4 Investimento	90	0	250	1.200.000
26 12 364	0041 3076 0047	*Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul (26294)*		1.800.000	F	4 Investimento	90	0	250	1.800.000
26 12 364	0041 3076 0049	*Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)*		5.838	F	4 Investimento	90	0	250	5.838
26 12 364	0041 3076 0051	*Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26255)*		30.000	F	4 Investimento	90	0	112	30.000
26 12 364	0041 3076 0053	*Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26285)*		41.946	F	4 Investimento	90	0	250	41.946
26 12 364	0041 3076 0055	*Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro (26256)*		1.120.000	F	4 Investimento	90	0	112	1.100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 364	0041 3076 0057	*Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26277)*		206.275	F	4 Investimento	90	0	112	95.000
					F	4 Investimento	90	0	250	111.275
26 12 364	0041 3082 0000	***Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior***	**7.041.879**							
26 12 364	0041 3082 0001	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná (26241)*		900.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	900.000
26 12 364	0041 3082 0003	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26274)*		400.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	400.000
26 12 364	0041 3082 0005	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco (26248)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 3082 0007	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo (26262)*		97.013	F	4 Investimento	90	0	250	97.013
26 12 364	0041 3082 0009	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26261)*		78.385	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	112	28.385
26 12 364	0041 3082 0011	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal (26271)*		1.800.000	F	4 Investimento	90	0	250	1.800.000
26 12 364	0041 3082 0013	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)*		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	200.000
26 12 364	0041 3082 0015	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro (26245)*		130.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	112	30.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 3082 0017	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26237)*		500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	500.000
26 12 364	0041 3082 0019	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26238)*		500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	400.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 3082 0021	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior -*		566.481	F	4 Investimento	90	0	250	566.481

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)								
26 12 364	0041 3082 0023	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)*		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
26 12 364	0041 3082 0025	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)*		700.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	400.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 3082 0027	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	100.000
26 12 364	0041 3082 0029	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (26255)*		60.000	F	4 Investimento	90	0	112	60.000
26 12 364	0041 3082 0033	*Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco (26242)*		900.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	900.000
26 12 364	0041 3114 0000	***Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino***	**12.839.000**							
26 12 364	0041 3114 0003	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26274)*		50.000	F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 364	0041 3114 0005	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Pernambuco (26248)*		230.000	F	4 Investimento	90	0	112	230.000
26 12 364	0041 3114 0007	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Paraná (26241)*		180.000	F	4 Investimento	90	0	112	180.000
26 12 364	0041 3114 0011	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Roraima (26250)*		43.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	18.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	5.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 364	0041 3114 0013	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro (26245)*		330.000	F	4 Investimento	90	0	112	30.000
					F	4 Investimento	90	0	250	300.000
26 12 364	0041 3114 0015	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)*		1.600.000	F	4 Investimento	90	0	250	1.600.000
26 12 364	0041 3114 0017	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26237)*		86.000	F	4 Investimento	90	0	112	86.000
26 12 364	0041 3114 0023	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26294)*		10.000.000	F	4 Investimento	90	0	249	10.000.000
26 12 364	0041 3114 0025	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)*		80.000	F	4 Investimento	90	0	112	80.000
26 12 364	0041 3114 0027	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de*		40.000	F	4 Investimento	90	0	112	40.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26255)								
26 12 364	0041 3114 0029	*Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Pernambuco (26242)*		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 364	0041 3714 0000	***Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino***	1.000.000							
26 12 364	0041 3714 0049	*Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino - Nacional (26101)*		1.000.000	F	4 Investimento	90	0	149	1.000.000
	0042	*ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS*	71.353.000							
		Atividades								
26 12 128	0042 2337 0000	***Apoio a Instituições de Ensino para Implementação do Referencial de Formação de Professores do Ensino Fundamental***	100.000							
26 12 128	0042 2337 0003	*Apoio a Instituições de Ensino para Implementação do Referencial de Formação de Professores do Ensino Fundamental - Nacional (26298)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	113	100.000
26 12 361	0042 4050 0000	***Veiculação de Programas de Educação à Distância***	10.770.000							
26 12 361	0042 4050 0005	*Veiculação de Programas de Educação à Distância - Nacional (26101)*		10.770.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	10.770.000
26 12 361	0042 4088 0000	***Correção do Fluxo Escolar - Aceleração da Aprendizagem***	4.000.000							
26 12 361	0042 4088 0001	*Correção do Fluxo Escolar - Aceleração da Aprendizagem - Nacional (26298)*		4.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	1.600.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	2.400.000
		Projetos								
26 12 126	0042 3697 0000	***Equipamentos de Informática para o Centro de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e Escolas***	34.500.000							
26 12 126	0042 3697 0003	*Equipamentos de Informática para o Centro de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e Escolas - Nacional (26298)*		34.500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	2.500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	1.500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	113	9.000.000
					F	4 Investimento	90	0	113	21.500.000
26 12 128	0042 3160 0000	***Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias no Ensino Fundamental***	3.088.000							
26 12 128	0042 3160 0005	*Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias no Ensino Fundamental - Nacional (26298)*		3.088.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	113	3.088.000
26 12 128	0042 3203 0000	***Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para Atuação em Escolas com Classes Multisseriadas***	100.000							
26 12 128	0042 3203 0003	*Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para Atuação em Escolas com Classes Multisseriadas - Nacional (26298)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	100.000
26 12 128	0042 3205 0000	***Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental para Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais***	12.000.000							
26 12 128	0042 3205 0003	*Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental para Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - Nacional (26298)*		12.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	5.600.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	6.400.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 128	0042 7859 0000	**Capacitação de Recursos Humanos para a Educação à Distância**	**1.681.000**							
26 12 128	0042 7859 0001	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação à Distância - Nacional (26101)		1.681.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	1.681.000
26 12 361	0042 1181 0000	**Equipamentos para TV Escola**	**500.000**							
26 12 361	0042 1181 0003	Equipamentos para TV Escola - Nacional (26101)		500.000	F	4 Investimento	90	0	100	500.000
26 12 361	0042 7619 0000	**Edição e Distribuição de Material Impresso de Apoio à Educação à Distância e ao Uso de Novas Tecnologias na Educação**	**4.614.000**							
26 12 361	0042 7619 0003	Edição e Distribuição de Material Impresso de Apoio à Educação à Distância e ao Uso de Novas Tecnologias na Educação - Nacional (26101)		4.614.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	4.614.000
	0043	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	514.030.658							
		Atividades								
26 12 364	0043 2317 0000	**Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-Graduação**	**19.000.000**							
26 12 364	0043 2317 0003	Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-Graduação - Nacional (26291)		19.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	17.100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	1.900.000
26 12 364	0043 4005 0000	**Funcionamento da Residência Médica**	**56.699.568**							
26 12 364	0043 4005 0063	Funcionamento da Residência Médica - Nacional (26101)		56.699.568	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	56.699.568
26 12 364	0043 4006 0000	**Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação**	**17.547.590**							
26 12 364	0043 4006 0001	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Pará (26253)		66.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	66.000
26 12 364	0043 4006 0003	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Paraná (26241)		270.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	270.000
26 12 364	0043 4006 0005	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26256)		84.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	49.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	35.000
26 12 364	0043 4006 0007	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26274)		500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
					F	4 Investimento	90	0	112	200.000
					F	4 Investimento	90	0	281	100.000
26 12 364	0043 4006 0009	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Piauí (26279)		56.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	56.000
26 12 364	0043 4006 0011	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Sergipe (26281)		70.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	70.000
26 12 364	0043 4006 0013	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Amazonas (26270)		60.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	60.000
26 12 364	0043 4006 0015	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26263)		609.303	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	67.338
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	541.965
26 12 364	0043 4006 0017	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26285)		28.704	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.011
					F	4 Investimento	90	0	250	10.693
26 12 364	0043 4006 0019	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26236)		391.209	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	83.868
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	229.384
					F	4 Investimento	90	0	250	77.957

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

R$ 1,00

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0043 4006 0021	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Alagoas (26231)		290.378	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	290.378
26 12 364	0043 4006 0023	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26257)		290.300	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	280.300
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
26 12 364	0043 4006 0025	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)		12.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	12.000
26 12 364	0043 4006 0027	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		720.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	720.000
26 12 364	0043 4006 0029	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Pernambuco (26248)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 364	0043 4006 0031	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)		695.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	497.000
					F	4 Investimento	90	0	112	8.000
					F	4 Investimento	90	0	250	190.000
26 12 364	0043 4006 0033	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Maranhão (26272)		1.780.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.680.000
26 12 364	0043 4006 0035	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		379.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	350.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	19.000
					F	4 Investimento	90	0	250	10.000
26 12 364	0043 4006 0037	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26261)		284.160	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	254.160
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
26 12 364	0043 4006 0039	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Santa Catarina (26246)		132.160	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	132.160
26 12 364	0043 4006 0041	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26254)		52.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	52.000
26 12 364	0043 4006 0043	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Mato Grosso (26276)		282.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	282.000
26 12 364	0043 4006 0045	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de São Paulo (26262)		40.682	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	40.682
26 12 364	0043 4006 0047	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Goiás (26235)		158.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	158.000
26 12 364	0043 4006 0049	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado da Bahia (26232)		419.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	419.000
26 12 364	0043 4006 0051	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26282)		890.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	590.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	300.000
26 12 364	0043 4006 0053	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26249)		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
26 12 364	0043 4006 0055	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado da Paraíba (26240)		93.137	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	93.137
26 12 364	0043 4006 0057	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Pará (26239)		500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	500.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0043 4006 0059	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Pernambuco (26242)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
26 12 364	0043 4006 0061	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26260)		40.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	40.000
26 12 364	0043 4006 0063	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Distrito Federal (26271)		110.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	30.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 364	0043 4006 0065	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Espírito Santo (26234)		222.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	210.000
					F	4 Investimento	90	0	112	12.000
26 12 364	0043 4006 0067	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26269)		475.600	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	399.600
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	76.000
26 12 364	0043 4006 0069	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio de Janeiro (26245)		1.050.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.050.000
26 12 364	0043 4006 0071	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26237)		150.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	150.000
26 12 364	0043 4006 0073	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		5.250.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	1.150.000
26 12 364	0043 4006 0075	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		135.300	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	135.300
26 12 364	0043 4006 0077	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26238)		7.348	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.348
26 12 364	0043 4006 0079	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26277)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	70.000
					F	4 Investimento	90	0	112	30.000
26 12 364	0043 4006 0081	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Minas Gerais (26255)		8.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.000
26 12 364	0043 4006 0083	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Paraná (26258)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
26 12 364	0043 4006 0085	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Rio Grande do Norte (26264)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0043 4006 0087	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado de Rondônia (26268)		248.309	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	248.309
26 12 364	0043 4006 0089	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Amapá (26286)		28.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	28.000
26 12 364	0043 4011 0000	**Avaliação da Pós-Graduação**	**3.805.058**							
26 12 364	0043 4011 0001	Avaliação da Pós-Graduação - Nacional (26291)		3.805.058	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.441.625
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	200.058
					F	4 Investimento	90	0	112	163.375

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0043 4012 0000	**Avaliação e Credenciamento de Cursos e de Instituições para Residência Médica**	1.114.068							
26 12 364	0043 4012 0001	Avaliação e Credenciamento de Cursos e de Instituições para Residência Médica - Nacional (26291)		1.114.068	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.114.068
26 12 364	0043 4019 0000	**Fomento à Pós-Graduação**	22.321.254							
26 12 364	0043 4019 0001	Fomento à Pós-Graduação - Nacional (26291)		22.321.254	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	2.124.401
					F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	250	1.116.250
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	975.507
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	250	526.627
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.044.325
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.805.384
					F	4 Investimento	30	0	112	1.734.763
					F	4 Investimento	30	0	250	980.307
					F	4 Investimento	50	0	112	10.915
					F	4 Investimento	50	0	250	101.201
					F	4 Investimento	90	0	112	4.464.322
					F	4 Investimento	90	0	250	2.437.252
26 12 364	0043 4020 0000	**Concessão de Bolsas de Pós-Graduação no País e no Exterior**	390.328.914							
26 12 364	0043 4020 0001	Concessão de Bolsas de Pós-Graduação no País e no Exterior - Nacional (26291)		390.328.914	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	74.220.174
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	696.531
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	23.047.036
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	292.365.173
26 12 364	0043 6465 0000	**Ensino de Pós-Graduação à Distância**	214.206							
26 12 364	0043 6465 0001	Ensino de Pós-Graduação à Distância - No Estado de São Paulo (26262)		10.206	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.206
26 12 364	0043 6465 0003	Ensino de Pós-Graduação à Distância - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		4.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	4.000
26 12 364	0043 6465 0005	Ensino de Pós-Graduação à Distância - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
		Projetos								
26 12 364	0043 3099 0000	**Implantação de Centros Regionais de Formação para a Pesquisa e o Desenvolvimento da Pós-Graduação**	3.000.000							
26 12 364	0043 3099 0001	Implantação de Centros Regionais de Formação para a Pesquisa e o Desenvolvimento da Pós-Graduação - Nacional (26291)		3.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	3.000.000
	0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	637.410.351							
		Atividades								
26 12 244	0044 2319 0000	**Prestação de Serviços à Comunidade**	57.978							
26 12 244	0044 2319 0003	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado da Paraiba (26213)		1.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.000
26 12 244	0044 2319 0011	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado de Sergipe (26221)		7.287	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.287

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 244	0044 2319 0015	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado do Rio de Janeiro (26205)		44.691	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	44.691
26 12 244	0044 2319 0017	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado de Santa Catarina (26340)		5.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.000
26 12 363	0044 2992 0000	**Funcionamento da Educação Profissional**	**464.158.681**							
26 12 363	0044 2992 0001	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Espírito Santo (26313)		3.551.957	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	169.108
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.384.116
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	896.053
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.080
					F	4 Investimento	90	0	112	101.600
26 12 363	0044 2992 0003	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Bahia (26346)		2.444.809	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	89.423
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.660.577
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	674.259
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	550
					F	4 Investimento	50	0	112	20.000
26 12 363	0044 2992 0005	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Bahia (26312)		3.211.555	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	129.137
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.271.645
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	799.173
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.600
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
26 12 363	0044 2992 0007	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26274)		159.700	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	112	59.700
26 12 363	0044 2992 0009	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26217)		12.116.364	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	638.259
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	10.049.069
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.316.302
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	61.734
					F	4 Investimento	90	0	112	11.000
					F	4 Investimento	90	0	250	40.000
26 12 363	0044 2992 0011	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Espírito Santo (26302)		5.031.218	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	218.785
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	3.617.488
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	917.791
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	181.750
					F	4 Investimento	40	0	112	45.404
					F	4 Investimento	40	0	250	50.000
26 12 363	0044 2992 0013	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Goiás (26325)		3.638.701	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	141.197
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.557.184
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	877.550
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.770
					F	4 Investimento	90	0	112	61.000
26 12 363	0044 2992 0015	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Goiás (26341)		2.814.224	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	104.230

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.978.992
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	527.002
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	204.000
26 12 363	0044 2992 0017	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26333)		3.401.146	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	135.448
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.196.808
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	753.978
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	294.240
					F	4 Investimento	90	0	112	20.672
26 12 363	0044 2992 0019	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26256)		785.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	685.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 363	0044 2992 0023	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Amazonas (26203)		11.897.649	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	578.407
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	9.127.243
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.645.349
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	310.180
					F	4 Investimento	90	0	112	85.000
					F	4 Investimento	90	0	250	151.470
26 12 363	0044 2992 0025	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Pará (26311)		3.963.024	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	158.010
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.605.513
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	846.447
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	101.175
					F	4 Investimento	90	0	112	236.000
					F	4 Investimento	90	0	250	15.879
26 12 363	0044 2992 0027	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Alagoas (26332)		3.370.211	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	130.257
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.342.672
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	779.427
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	29.000
					F	4 Investimento	90	0	112	88.855
26 12 363	0044 2992 0029	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26257)		1.649.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.479.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	95.000
					F	4 Investimento	90	0	112	55.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 363	0044 2992 0033	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26214)		18.329.241	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	939.191
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	13.844.137
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	250	2.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.166.523
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	237.390
					F	4 Investimento	90	0	112	25.000
					F	4 Investimento	90	0	250	115.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 363	0044 2992 0035	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26318)		4.327.699	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	154.289
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.658.619
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.272.321
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.470
					F	4 Investimento	90	0	112	120.000
					F	4 Investimento	90	0	250	120.000
26 12 363	0044 2992 0037	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26211)		8.094.016	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	355.609
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	6.466.465
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	993.274
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	120.668
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	108.000
26 12 363	0044 2992 0039	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Ceará (26206)		15.016.011	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	723.887
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	12.104.918
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.086.514
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	692
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	500
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	281	49.500
26 12 363	0044 2992 0041	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26314)		3.153.189	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	124.277
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.046.553
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	800.359
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	122.000
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
26 12 363	0044 2992 0043	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Goiás (26208)		15.448.451	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	779.272
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	12.341.761
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.294.393
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	3.025
					F	4 Investimento	90	0	112	30.000
26 12 363	0044 2992 0045	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26213)		19.983.431	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.071.614
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	16.736.876
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.029.323
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	127.982
					F	4 Investimento	90	0	112	17.636
26 12 363	0044 2992 0047	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26308)		3.838.025	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	172.110
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.804.099
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	700.816
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	59.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	4 Investimento	90	0	112	102.000
26 12 363	0044 2992 0049	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26236)		372.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	372.000
26 12 363	0044 2992 0051	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26303)		2.808.758	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	109.751
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.845.761
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	715.146
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	138.100
26 12 363	0044 2992 0053	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26254)		163.800	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	155.800
					F	4 Investimento	90	0	112	8.000
26 12 363	0044 2992 0055	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Rondônia (26342)		2.997.552	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	128.004
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.099.639
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	677.285
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	57.586
					F	4 Investimento	90	0	112	25.538
					F	4 Investimento	90	0	250	9.500
26 12 363	0044 2992 0057	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26219)		19.097.473	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	853.562
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	15.013.274
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.815.253
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	7.680
					F	4 Investimento	90	0	112	407.704
26 12 363	0044 2992 0061	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Amazonas (26339)		2.558.606	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	98.589
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.689.701
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	678.316
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	32.000
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
26 12 363	0044 2992 0065	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26320)		4.127.972	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	162.585
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.643.144
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.150.499
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	21.744
					F	4 Investimento	90	0	112	140.000
					F	4 Investimento	90	0	250	10.000
26 12 363	0044 2992 0067	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Espírito Santo (26327)		4.466.902	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	178.366
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.908.328
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.124.985
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	42.223
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	13.000
					F	4 Investimento	90	0	112	200.000
26 12 363	0044 2992 0069	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de São Paulo (26220)		13.394.453	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	622.032

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

R$ 1,00

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	9.992.383
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.422.088
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	206.050
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	102.000
					F	4 Investimento	90	0	250	49.900
26 12 363	0044 2992 0071	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)		325.200	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	292.680
					F	4 Investimento	90	0	112	32.520
26 12 363	0044 2992 0073	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26319)		3.542.190	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	141.817
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.141.839
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	900.079
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	108.455
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	150.000
26 12 363	0044 2992 0075	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26246)		935.500	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	935.500
26 12 363	0044 2992 0077	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Maranhão (26330)		3.603.339	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	136.030
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.553.606
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	903.063
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	640
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
26 12 363	0044 2992 0079	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Mato Grosso (26210)		11.794.127	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	628.651
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	10.119.493
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.010.897
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	529
					F	4 Investimento	90	0	250	34.557
26 12 363	0044 2992 0081	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Piauí (26216)		11.196.350	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	506.871
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	8.542.981
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.876.067
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	120.431
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
					F	4 Investimento	90	0	250	90.000
26 12 363	0044 2992 0083	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26338)		3.435.489	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	128.831
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.347.903
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	827.755
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	101.000
					F	4 Investimento	90	0	112	30.000
26 12 363	0044 2992 0085	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26309)		4.077.071	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	159.456
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.545.838

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.050.762
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	261.015
					F	4 Investimento	90	0	112	40.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 363	0044 2992 0087	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		1.011.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	951.000
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
26 12 363	0044 2992 0089	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Maranhão (26343)		2.257.319	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	72.533
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.327.467
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	708.517
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	71.000
					F	4 Investimento	90	0	112	76.597
					F	4 Investimento	90	0	250	1.205
26 12 363	0044 2992 0091	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26305)		4.743.097	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	157.536
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.469.130
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.239.004
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	442.296
					F	4 Investimento	90	0	112	87.102
					F	4 Investimento	90	0	250	348.029
26 12 363	0044 2992 0093	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		800.414	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	488.200
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	282.214
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 363	0044 2992 0095	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26331)		3.946.498	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	139.935
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.461.607
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	991.956
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	243.000
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 363	0044 2992 0097	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26306)		4.965.101	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	271.897
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	3.666.028
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	976.486
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.690
26 12 363	0044 2992 0099	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26336)		3.934.358	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	150.724
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.606.942
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	927.241
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	110.189
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	440
					F	4 Investimento	90	0	112	49.262
					F	4 Investimento	90	0	250	46.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	4 Investimento	90	0	280	43.560
26 12 363	0044 2992 0101	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Tocantins (26304)		2.788.060	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	119.560
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.980.090
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	649.084
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	19.326
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 363	0044 2992 0109	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26307)		3.547.521	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	154.161
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.538.615
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	722.745
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	16.000
					F	4 Investimento	90	0	112	116.000
26 12 363	0044 2992 0111	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Mato Grosso (26310)		3.695.010	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	156.606
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.593.060
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	908.444
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	5.500
					F	4 Investimento	90	0	112	31.400
26 12 363	0044 2992 0113	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26329)		3.918.823	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	165.405
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.795.085
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	817.333
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	86.740
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
					F	4 Investimento	90	0	250	44.260
26 12 363	0044 2992 0115	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Norte (26218)		19.588.228	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.002.980
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	16.451.612
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.890.710
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	92.926
					F	4 Investimento	90	0	112	150.000
26 12 363	0044 2992 0117	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Bahia (26301)		959.780	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	755.500
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	152.280
					F	4 Investimento	90	0	250	52.000
26 12 363	0044 2992 0119	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26345)		3.882.563	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	120.921
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.262.417
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.367.065
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.160
					F	4 Investimento	90	0	112	80.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 363	0044 2992 0121	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Pará (26212)		16.995.193	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	844.635
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	12.654.125

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.335.043
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	41.390
					F	4 Investimento	90	0	112	90.000
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 363	0044 2992 0125	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Amazonas (26321)		4.076.137	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	155.039
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.548.146
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.139.952
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	133.000
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
26 12 363	0044 2992 0127	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26340)		3.454.761	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	150.343
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.442.505
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	861.662
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	251
26 12 363	0044 2992 0129	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de São Paulo (26262)		25.409	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	25.409
26 12 363	0044 2992 0131	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Maranhão (26265)		2.189.909	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.043.389
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	41.520
					F	4 Investimento	90	0	112	105.000
26 12 363	0044 2992 0133	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Bahia (26344)		2.559.797	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	83.304
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.602.164
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	776.329
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	97.000
					F	4 Investimento	90	0	112	1.000
26 12 363	0044 2992 0135	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26282)		447.100	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	427.100
					F	4 Investimento	90	0	112	20.000
26 12 363	0044 2992 0137	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26215)		23.313.582	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	1.115.598
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	18.767.735
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.008.419
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	271.830
					F	4 Investimento	90	0	250	150.000
26 12 363	0044 2992 0141	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Sergipe (26221)		9.357.108	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	460.337
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	7.317.914
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.442.484
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	40.091
					F	4 Investimento	90	0	112	55.473
					F	4 Investimento	90	0	250	40.809
26 12 363	0044 2992 0143	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Ceará (26317)		3.594.728	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	165.715
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.710.512
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	657.278

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.223
					F	4 Investimento	90	0	112	60.000
26 12 363	0044 2992 0145	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Ceará (26315)		2.936.898	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	132.058
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.110.674
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	582.181
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	58.658
					F	4 Investimento	90	0	112	23.327
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 363	0044 2992 0147	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26326)		3.309.985	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	129.705
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.304.068
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	753.712
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	72.500
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
26 12 363	0044 2992 0149	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Alagoas (26202)		19.525.311	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	676.119
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	15.826.717
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.741.797
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	79.940
					F	4 Investimento	90	0	112	123.903
					F	4 Investimento	90	0	250	76.835
26 12 363	0044 2992 0151	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Roraima (26222)		6.556.738	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	339.994
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	5.540.214
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	599.852
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	76.678
26 12 363	0044 2992 0153	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26324)		3.761.365	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	154.146
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.427.809
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.008.995
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	170.415
26 12 363	0044 2992 0155	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26322)		4.150.117	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	159.343
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.606.061
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	951.213
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	305.650
					F	4 Investimento	90	0	112	3.000
					F	4 Investimento	90	0	250	124.850
26 12 363	0044 2992 0157	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26334)		3.250.829	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	152.814
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.407.683
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	617.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	12.489
					F	4 Investimento	90	0	112	55.843

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	4 Investimento	90	0	250	5.000
26 12 363	0044 2992 0159	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Espírito Santo (26207)		15.252.819	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	668.700
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	11.474.558
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.006.674
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.044
					F	4 Investimento	90	0	250	101.843
26 12 363	0044 2992 0161	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26205)		19.091.021	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	881.633
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	15.624.799
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.388.738
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	45.851
					F	4 Investimento	90	0	112	150.000
26 12 363	0044 2992 0163	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Sergipe (26328)		3.362.605	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	137.020
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.220.245
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	870.340
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	55.000
					F	4 Investimento	90	0	112	80.000
26 12 363	0044 2992 0165	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		984.200	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	984.200
26 12 363	0044 2992 0167	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26335)		4.856.220	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	226.824
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	3.469.418
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.013.978
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	68.000
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	28.000
26 12 363	0044 2992 0169	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado da Bahia (26347)		1.959.688	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	56.655
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.020.560
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	667.152
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	167.112
					F	4 Investimento	90	0	112	48.209
26 12 363	0044 2992 0171	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		471.300	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	291.300
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	150.000
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 363	0044 2992 0173	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Mato Grosso (26316)		4.064.406	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	129.347
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.296.863
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	942.049
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	406.147
					F	4 Investimento	90	0	112	100.000
					F	4 Investimento	90	0	250	190.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 363	0044 2992 0175	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26238)		711.640	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	711.640
26 12 363	0044 2992 0177	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Goiás (26337)		4.152.419	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	167.441
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	2.724.665
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.000.313
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	110.000
					F	4 Investimento	90	0	112	150.000
26 12 363	0044 2992 0181	Funcionamento da Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26323)		4.588.221	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	9.495
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	1.752.227
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	722.019
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	2.096.480
					F	4 Investimento	90	0	112	8.000
26 12 363	0044 4033 0000	**Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional**	**9.000.136**							
26 12 363	0044 4033 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional - Nacional (26101)		9.000.136	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	6.000.136
					F	4 Investimento	90	0	100	3.000.000
		Projetos								
26 12 128	0044 3048 0000	**Capacitação de Docentes para a Educação Profissional**	**1.273.252**							
26 12 128	0044 3048 0001	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado do Ceará (26315)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 128	0044 3048 0003	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Sergipe (26221)		96.774	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	71.784
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	24.990
26 12 128	0044 3048 0009	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Goiás (26325)		40.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	40.000
26 12 128	0044 3048 0013	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26213)		82.135	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	62.135
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	20.000
26 12 128	0044 3048 0017	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26211)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 128	0044 3048 0019	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26219)		180.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	180.000
26 12 128	0044 3048 0023	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de São Paulo (26220)		80.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	67.600
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	12.400
26 12 128	0044 3048 0027	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26319)		7.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.000
26 12 128	0044 3048 0037	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26329)		25.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	15.000
26 12 128	0044 3048 0039	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26324)		4.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.000
26 12 128	0044 3048 0041	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de		149.372	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	149.372

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Roraima (26222)								
26 12 128	0044 3048 0043	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado da Bahia (26301)		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
26 12 128	0044 3048 0045	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26205)		111.971	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	111.971
26 12 128	0044 3048 0047	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Goiás (26208)		135.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	135.000
26 12 128	0044 3048 0051	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado do Ceará (26206)		165.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	165.000
26 12 128	0044 3048 0053	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26320)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	20.000
26 12 128	0044 3048 0055	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26306)		15.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.000
26 12 128	0044 3048 0059	Capacitação de Docentes para a Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26340)		72.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	72.000
26 12 128	0044 3676 0000	**Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP**	**6.261.232**							
26 12 128	0044 3676 0001	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP - Nacional (26101)		6.261.232	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	5.261.232
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	1.000.000
26 12 363	0044 3049 0000	**Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional**	**12.735.498**							
26 12 363	0044 3049 0003	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26213)		28.818	F	4 Investimento	90	0	112	8.818
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 363	0044 3049 0009	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado de São Paulo (26220)		150.000	F	4 Investimento	90	0	250	100.000
					F	4 Investimento	90	0	280	50.000
26 12 363	0044 3049 0011	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26324)		78.680	F	4 Investimento	90	0	112	46.700
					F	4 Investimento	90	0	250	31.980
26 12 363	0044 3049 0013	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26205)		200.000	F	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 363	0044 3049 0015	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - Nacional (26101)		12.003.000	F	4 Investimento	90	0	149	10.202.550
					F	4 Investimento	90	3	100	1.800.450
26 12 363	0044 3049 0017	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado da Bahia (26301)		200.000	F	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 363	0044 3049 0019	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26306)		70.000	F	4 Investimento	90	0	112	70.000
26 12 363	0044 3049 0021	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26340)		5.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 363	0044 3051 0000	**Produção de Pesquisas Voltadas à Educação Profissional**	**62.604**							
26 12 363	0044 3051 0001	Produção de Pesquisas Voltadas à Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26211)		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
26 12 363	0044 3051 0003	Produção de Pesquisas Voltadas à Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26213)		11.500	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	6.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	5.500
26 12 363	0044 3051 0005	Produção de Pesquisas Voltadas à Educação Profissional - No Estado de Goiás (26208)		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
26 12 363	0044 3051 0011	Produção de Pesquisas Voltadas à Educação Profissional - No Estado do Rio de Janeiro (26205)		27.104	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	27.104
26 12 363	0044 3051 0013	Produção de Pesquisas Voltadas à Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26340)		4.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.000
26 12 363	0044 3052 0000	**Promoção de Cursos de Extensão**	**127.980**							
26 12 363	0044 3052 0005	Promoção de Cursos de Extensão - No Estado de Goiás (26325)		15.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.000
26 12 363	0044 3052 0009	Promoção de Cursos de Extensão - No Estado da Paraíba (26213)		4.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.000
26 12 363	0044 3052 0023	Promoção de Cursos de Extensão - No Estado do Rio de Janeiro (26205)		35.512	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	35.512
26 12 363	0044 3052 0025	Promoção de Cursos de Extensão - No Estado do Ceará (26206)		68.468	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	68.468
26 12 363	0044 3052 0027	Promoção de Cursos de Extensão - No Estado de Santa Catarina (26340)		5.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.000
26 12 363	0044 3053 0000	**Veículos de Transporte Escolar para a Educação Profissional**	**90.000**							
26 12 363	0044 3053 0011	Veículos de Transporte Escolar para a Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26320)		45.000	F	4 Investimento	90	0	250	45.000
26 12 363	0044 3053 0013	Veículos de Transporte Escolar para a Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26340)		20.000	F	4 Investimento	90	0	112	20.000
26 12 363	0044 3053 0015	Veículos de Transporte Escolar para a Educação Profissional - No Estado de Mato Grosso (26310)		25.000	F	4 Investimento	90	0	112	25.000
26 12 363	0044 3208 0000	**Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional**	**929.058**							
26 12 363	0044 3208 0003	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26213)		35.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	15.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	20.000
26 12 363	0044 3208 0005	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Goiás (26208)		40.000	F	4 Investimento	90	0	250	40.000
26 12 363	0044 3208 0007	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de São Paulo (26220)		86.950	F	4 Investimento	90	0	250	70.000
					F	4 Investimento	90	0	280	16.950
26 12 363	0044 3208 0013	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26324)		50.801	F	4 Investimento	90	0	112	20.801
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 363	0044 3208 0019	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26323)		22.000	F	4 Investimento	90	0	112	22.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 363	0044 3208 0021	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26306)		95.000	F	4 Investimento	90	0	112	95.000
26 12 363	0044 3208 0023	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Pernambuco (26338)		150.000	F	4 Investimento	90	0	112	150.000
26 12 363	0044 3208 0025	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26336)		65.663	F	4 Investimento	90	0	112	20.142
					F	4 Investimento	90	0	250	45.521
26 12 363	0044 3208 0027	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Goiás (26337)		250.000	F	4 Investimento	90	0	112	250.000
26 12 363	0044 3208 0029	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Goiás (26341)		43.304	F	4 Investimento	90	0	250	43.304
26 12 363	0044 3208 0031	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Rondônia (26342)		6.500	F	4 Investimento	90	0	112	6.500
26 12 363	0044 3208 0033	Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Santa Catarina (26345)		83.840	F	4 Investimento	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	33.840
26 12 363	0044 3209 0000	**Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional**	**534.700**							
26 12 363	0044 3209 0003	Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado da Paraíba (26213)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	10.000
26 12 363	0044 3209 0005	Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Goiás (26208)		129.000	F	4 Investimento	90	0	112	129.000
26 12 363	0044 3209 0009	Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de São Paulo (26220)		197.700	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	166.650
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	31.050
26 12 363	0044 3209 0013	Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26329)		70.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	60.000
26 12 363	0044 3209 0019	Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26324)		48.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	48.000
26 12 363	0044 3209 0021	Reforma das Instalações Físicas de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado de Minas Gerais (26306)		70.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
					F	4 Investimento	90	0	112	50.000
26 12 363	0044 3681 0000	**Estudos e Pesquisas Técnico-Pedagógicas e de Modelos de Gestão - PROEP**	**3.347.083**							
26 12 363	0044 3681 0001	Estudos e Pesquisas Técnico-Pedagógicas e de Modelos de Gestão - PROEP - Nacional (26101)		3.347.083	F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	1.100.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	2	100	2.247.083
26 12 363	0044 3685 0000	**Implementação da Reforma da Educação Profissional - PROEP**	**10.000.000**							
26 12 363	0044 3685 0001	Implementação da Reforma da Educação Profissional - PROEP - Nacional (26101)		10.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	7.370.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	2	100	2.630.000
26 12 363	0044 3687 0000	**Implementação do Sistema de Informação da Educação Profissional - PROEP**	**1.658.666**							
26 12 363	0044 3687 0001	Implementação do Sistema de Informação da Educação Profissional - PROEP - Nacional (26101)		1.658.666	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	829.333
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	829.333

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 363	0044 3688 0000	**Implementação de Planos Estaduais de Educação Profissional - PROEP**	**6.916.000**							
26 12 363	0044 3688 0001	Implementação de Planos Estaduais de Educação Profissional - PROEP - Nacional (26101)		6.916.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	148	4.960.600
					F	3 Outras Despesas Correntes	30	2	100	800.000
					F	4 Investimento	30	0	148	875.400
					F	4 Investimento	30	2	100	280.000
26 12 363	0044 7109 0000	**Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP**	**120.257.483**							
26 12 363	0044 7109 0001	Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP - Nacional (26101)		120.257.483	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	148	4.661.647
					F	3 Outras Despesas Correntes	30	2	100	2.013.263
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	148	4.612.176
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	2	100	1.991.862
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	3.410.931
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	2	100	1.473.032
					F	4 Investimento	30	0	148	26.413.445
					F	4 Investimento	30	2	100	11.407.362
					F	4 Investimento	50	0	148	26.135.600
					F	4 Investimento	50	2	100	11.287.388
					F	4 Investimento	90	0	148	18.501.893
					F	4 Investimento	90	2	100	8.348.884
	0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	564.153.204							
		Atividades								
26 12 362	0045 2991 0000	**Funcionamento do Ensino Médio**	**57.041.204**							
26 12 362	0045 2991 0001	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado de Pernambuco (26248)		249.600	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	212.460
					F	4 Investimento	90	0	112	37.140
26 12 362	0045 2991 0003	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Paraná (26241)		282.300	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	282.300
26 12 362	0045 2991 0005	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Piauí (26279)		932.400	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	812.400
					F	4 Investimento	90	0	112	120.000
26 12 362	0045 2991 0007	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio de Janeiro (26256)		130.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	130.000
26 12 362	0045 2991 0009	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio de Janeiro (26201)		49.279.829	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	2.929.966
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	40.847.115
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	250	2.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.215.685
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	142.063
					F	4 Investimento	90	0	112	143.000
26 12 362	0045 2991 0011	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado de Minas Gerais (26257)		619.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	549.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	5.000
					F	4 Investimento	90	0	112	45.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 362	0045 2991 0013	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Paraná (26258)		1.900.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.900.000
26 12 362	0045 2991 0015	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio de Janeiro (26236)		372.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	372.000
26 12 362	0045 2991 0017	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
26 12 362	0045 2991 0019	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Maranhão (26272)		185.300	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	155.300
					F	4 Investimento	90	0	112	30.000
26 12 362	0045 2991 0021	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		9.900	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	9.900
26 12 362	0045 2991 0023	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio de Janeiro (26249)		527.300	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	377.300
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	130.000
					F	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 362	0045 2991 0025	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado da Paraíba (26240)		973.597	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	804.955
					F	4 Investimento	90	0	112	168.642
26 12 362	0045 2991 0027	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado de Pernambuco (26242)		7.500	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	7.500
26 12 362	0045 2991 0031	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado de Minas Gerais (26237)		463.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	463.000
26 12 362	0045 2991 0033	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		125.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	25.000
					F	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 362	0045 2991 0035	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado de Minas Gerais (26238)		209.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	169.000
					F	4 Investimento	90	0	250	40.000
26 12 362	0045 2991 0037	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado de Mato Grosso (26210)		430.478	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	414.250
					F	4 Investimento	90	0	250	16.228
26 12 362	0045 2991 0039	Funcionamento do Ensino Médio - No Estado da Bahia (26301)		145.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	145.000
		Projetos								
26 12 128	0045 3677 0000	**Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Médio - PROMED**	**14.714.466**							
26 12 128	0045 3677 0001	Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Médio - PROMED - Nacional (26101)		14.714.466	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	275.659
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	2.480.931
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	3.380.646
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	2	100	8.577.230
26 12 362	0045 1327 0000	**Expansão e Melhoria da Rede Escolar**	**400.000.000**							
26 12 362	0045 1327 0001	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado de Rondônia - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		8.508.557	F	4 Investimento	30	0	100	8.508.557
26 12 362	0045 1327 0003	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado do Acre - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		7.005.014	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	3.502.507
					F	4 Investimento	30	0	100	3.502.507
26 12 362	0045 1327 0005	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado de Tocantins - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		6.511.461	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	1.953.438
					F	4 Investimento	30	0	100	4.558.023
26 12 362	0045 1327 0007	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado do Maranhão - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		28.691.687	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	5.738.337
					F	4 Investimento	30	0	100	22.953.350

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 362	0045 1327 0009	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado do Piauí - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		17.978.759	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	7.191.504
					F	4 Investimento	30	0	100	10.787.255
26 12 362	0045 1327 0011	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado do Ceará - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		74.338.893	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	22.301.668
					F	4 Investimento	30	0	100	52.037.225
26 12 362	0045 1327 0013	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado do Rio Grande do Norte - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		17.605.372	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	10.563.223
					F	4 Investimento	30	0	100	7.042.149
26 12 362	0045 1327 0015	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado da Paraíba - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		24.258.768	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	7.277.630
					F	4 Investimento	30	0	100	16.981.138
26 12 362	0045 1327 0017	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado de Pernambuco - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		56.692.773	F	4 Investimento	30	0	100	56.692.773
26 12 362	0045 1327 0019	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado de Alagoas - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		30.092.840	F	4 Investimento	30	0	100	30.092.840
26 12 362	0045 1327 0021	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado de Sergipe - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		18.355.592	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	5.506.678
					F	4 Investimento	30	0	100	12.848.914
26 12 362	0045 1327 0023	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado da Bahia - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		65.586.031	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	19.675.809
					F	4 Investimento	30	0	100	45.910.222
26 12 362	0045 1327 0025	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - No Estado do Pará - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26101)		44.374.253	F	4 Investimento	30	0	100	44.374.253
26 12 362	0045 3679 0000	**Apoio ao Desenvolvimento Curricular e de Projetos Pedagógicos nas Escolas de Ensino Médio - PROMED**	**13.486.630**							
26 12 362	0045 3679 0001	Apoio ao Desenvolvimento Curricular e de Projetos Pedagógicos nas Escolas de Ensino Médio - PROMED - Nacional (26101)		13.486.630	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	8.709.007
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	4.777.623
26 12 362	0045 3680 0000	**Estudos e Pesquisas para Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED**	**8.253.548**							
26 12 362	0045 3680 0001	Estudos e Pesquisas para Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED - Nacional (26101)		8.253.548	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	2.819.546
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	313.282
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	5.120.720
26 12 362	0045 3682 0000	**Expansão e Melhoria da Rede Escolar - PROMED**	**52.496.785**							
26 12 362	0045 3682 0001	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - PROMED - Nacional (26101)		52.496.785	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	148	19.393.874
					F	4 Investimento	30	0	148	33.102.911
26 12 362	0045 3686 0000	**Implementação da Reforma do Ensino Médio - PROMED**	**18.160.571**							
26 12 362	0045 3686 0001	Implementação da Reforma do Ensino Médio - PROMED - Nacional (26101)		18.160.571	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	3.831.433
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	2	100	8.040.417
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	5.675.534
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	2	100	613.187
	0046	HOSPITAIS DE ENSINO	72.162.112							

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Atividades								
26 12 302	0046 4086 0000	**Funcionamento de Hospitais de Ensino**	42.162.112							
26 12 302	0046 4086 0001	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Paraná (26241)		1.500.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.200.000
					S	4 Investimento	90	0	250	300.000
26 12 302	0046 4086 0005	Funcionamento de Hospitais de Ensino - Nacional (26236)		240.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	240.000
26 12 302	0046 4086 0009	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		2.460.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	460.000
					S	4 Investimento	90	0	250	2.000.000
26 12 302	0046 4086 0011	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26254)		430.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	390.000
					S	4 Investimento	90	0	250	40.000
26 12 302	0046 4086 0013	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Ceará (26233)		438.209	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	400.000
					S	4 Investimento	90	0	250	38.209
26 12 302	0046 4086 0015	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de São Paulo (26262)		20.262.533	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	20.262.533
26 12 302	0046 4086 0017	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de Mato Grosso (26276)		1.070.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	428.000
					S	4 Investimento	90	0	250	642.000
26 12 302	0046 4086 0021	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado da Paraíba (26240)		50.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	25.000
					S	4 Investimento	90	0	250	25.000
26 12 302	0046 4086 0025	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Distrito Federal (26271)		300.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	100.000
					S	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 302	0046 4086 0027	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26238)		7.656.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	7.106.000
					S	4 Investimento	90	0	250	550.000
26 12 302	0046 4086 0029	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Amazonas (26270)		4.000.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	3.100.000
					S	4 Investimento	90	0	281	900.000
26 12 302	0046 4086 0031	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de Sergipe (26281)		282.040	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	282.040
26 12 302	0046 4086 0035	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Espírito Santo (26234)		386.605	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	386.605
26 12 302	0046 4086 0041	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de Pernambuco (26242)		1.700.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.500.000
					S	4 Investimento	90	0	250	200.000
26 12 302	0046 4086 0043	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		1.316.725	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	516.725
					S	4 Investimento	90	0	250	800.000
26 12 302	0046 4086 0055	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado do Rio de Janeiro (26269)		20.000	S	4 Investimento	90	0	250	20.000
26 12 302	0046 4086 0059	Funcionamento de Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais (26274)		50.000	S	4 Investimento	90	0	250	50.000
26 12 302	0046 4509 0000	**Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino**	30.000.000							
26 12 302	0046 4509 0001	Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino - Nacional (26101)		30.000.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	30.000.000
	0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	291.065.500							
		Atividades								
26 12 366	0047 2047 0000	**Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos**	52.848.000							
26 12 366	0047 2047 0001	Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos - Nacional - PADH (Plano de		41.106.000	F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	100	41.106.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

R$ 1,00

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)								
26 12 366	0047 2047 0003	*Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos - Nacional - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)*		11.742.000	F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	178	11.742.000
26 12 366	0047 2333 0000	***Fomento a Projetos Especiais para Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos***	15.000.000							
26 12 366	0047 2333 0001	*Fomento a Projetos Especiais para Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Nacional (26298)*		15.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	6.900.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	5.850.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	113	2.250.000
26 12 366	0047 2335 0000	***Material Didático-pedagógico para Educação de Jovens e Adultos***	10.000.000							
26 12 366	0047 2335 0001	*Material Didático-pedagógico para Educação de Jovens e Adultos - Nacional (26298)*		10.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	4.600.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	3.900.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	113	1.500.000
		Projetos								
26 12 128	0047 3098 0000	***Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos***	15.000.000							
26 12 128	0047 3098 0001	*Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos - Nacional (26298)*		15.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	113	6.900.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	5.850.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	113	2.250.000
		Operações Especiais								
26 12 366	0047 0081 0000	***Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos***	198.217.500							
26 12 366	0047 0081 0001	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Acre - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		4.514.900	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	3.834.100
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	680.800
26 12 366	0047 0081 0003	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Pará - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		43.012.300	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	23.634.800
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	19.377.500
26 12 366	0047 0081 0005	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Rondônia - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		8.059.200	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	6.663.100
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	1.396.100
26 12 366	0047 0081 0007	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Roraima - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		1.547.900	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	1.419.100
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	128.800
26 12 366	0047 0081 0009	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Tocantins - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		1.230.500	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	75.900
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	1.154.600
26 12 366	0047 0081 0011	*Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Alagoas - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)*		7.406.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	4.013.500
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	3.392.500

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 366	0047 0081 0013	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado da Bahia - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		1.552.500	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	1.552.500
26 12 366	0047 0081 0015	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Ceará - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		27.912.800	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	9.779.600
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	18.133.200
26 12 366	0047 0081 0017	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Maranhão - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		16.511.700	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	7.649.800
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	8.861.900
26 12 366	0047 0081 0019	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado da Paraíba - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		9.855.500	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	7.196.700
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	2.658.800
26 12 366	0047 0081 0021	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Pernambuco - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		30.021.900	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	13.372.200
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	16.649.700
26 12 366	0047 0081 0023	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Piauí - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		6.113.400	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	4.473.500
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	1.639.900
26 12 366	0047 0081 0025	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Rio Grande do Norte - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		16.403.600	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	11.343.600
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	5.060.000
26 12 366	0047 0081 0027	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Sergipe - PADH (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) (26298)		8.075.300	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	5.209.500
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	2.865.800
26 12 366	0047 0081 0029	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Amazonas - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		5.171.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	5.171.000
26 12 366	0047 0081 0031	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Amapá - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		1.142.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	1.142.000
26 12 366	0047 0081 0033	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Espírito Santo - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		2.526.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	2.526.000
26 12 366	0047 0081 0035	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Goiás - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		1.640.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	1.640.000
26 12 366	0047 0081 0037	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e		2.282.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	2.282.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Adultos - No Estado de Minas Gerais - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)								
26 12 366	0047 0081 0039	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de Mato Grosso - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		837.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	837.000
26 12 366	0047 0081 0041	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado do Paraná - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		2.112.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	2.112.000
26 12 366	0047 0081 0043	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos - No Estado de São Paulo - PISM (Plano de Infra-Estrutura Social Básica para Microrregiões Carentes) (26298)		290.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	178	290.000
	0048	ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	76.305.000							
		Atividades								
26 12 126	0048 4014 0000	**Censo Escolar da Educação Básica**	7.872.000							
26 12 126	0048 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional (26290)		7.872.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	1.500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	2.300.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.072.000
26 12 126	0048 4021 0000	**Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED**	3.178.000							
26 12 126	0048 4021 0001	Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED - Nacional (26290)		3.178.000	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	1.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.178.000
26 12 126	0048 4022 0000	**Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB**	7.038.000							
26 12 126	0048 4022 0001	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB - Nacional (26290)		7.038.000	F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	60.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	6.918.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	60.000
26 12 126	0048 6503 0000	**Censo do Ensino Superior**	3.430.000							
26 12 126	0048 6503 0001	Censo do Ensino Superior - Nacional (26290)		3.430.000	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	2.930.000
26 12 183	0048 4000 0000	**Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais**	4.800.000							
26 12 183	0048 4000 0003	Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais - Nacional (26290)		4.800.000	F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	160.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	2.968.600
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.334.400
					F	4 Investimento	90	0	112	337.000
26 12 362	0048 4017 0000	**Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM**	28.360.000							
26 12 362	0048 4017 0001	Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Nacional (26290)		28.360.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.600.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	23.760.000
26 12 364	0048 4016 0000	**Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão**	19.627.000							

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0048 4016 0001	*Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão - Nacional (26290)*		19.627.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	19.627.000
		Projetos								
26 12 126	0048 3090 0000	***Censos, Exames e Avaliações Especiais***	**2.000.000**							
26 12 126	0048 3090 0003	*Censos, Exames e Avaliações Especiais - Nacional (26290)*		2.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	200.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.800.000
	0049	*DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL*	37.049.172							
		Atividades								
26 12 128	0049 6123 0000	***Capacitação de Profissionais para a Educação Especial***	**597.000**							
26 12 128	0049 6123 0001	*Capacitação de Profissionais para a Educação Especial - Nacional (26298)*		300.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	50.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	100.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	150.000
26 12 128	0049 6123 0003	*Capacitação de Profissionais para a Educação Especial - Nacional (26104)*		297.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	297.000
26 12 128	0049 6139 0000	***Qualificação de Docentes para a Educação Especial***	**2.000.000**							
26 12 128	0049 6139 0001	*Qualificação de Docentes para a Educação Especial - Nacional (26298)*		2.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	700.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	800.000
26 12 128	0049 6141 0000	***Qualificação do Portador de Deficiência para Inserção no Mercado de Trabalho***	**100.000**							
26 12 128	0049 6141 0001	*Qualificação do Portador de Deficiência para Inserção no Mercado de Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro (26104)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 367	0049 4098 0000	***Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial***	**16.934.100**							
26 12 367	0049 4098 0001	*Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - Nacional (26298)*		16.934.100	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	1.300.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	1.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	2.700.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	112	2.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	534.100
					F	4 Investimento	30	0	112	1.900.000
					F	4 Investimento	40	0	112	2.350.000
					F	4 Investimento	50	0	112	4.550.000
					F	4 Investimento	90	0	112	600.000
26 12 367	0049 6113 0000	***Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial***	**2.000.000**							
26 12 367	0049 6113 0001	*Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial - Nacional (26298)*		2.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	400.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	600.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	1.000.000
26 12 367	0049 6127 0000	***Funcionamento da Educação Especial***	**14.455.185**							
26 12 367	0049 6127 0001	*Funcionamento da Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro (26104)*		8.206.567	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	6.398.262
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.787.178
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	150	12

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
					F	4 Investimento	90	0	112	20.000
					F	4 Investimento	90	0	150	1.115
26 12 367	0049 6127 0003	Funcionamento da Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro (26105)		6.248.618	F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	100	240.937
					F	1 Pessoal e Encargos Sociais	90	0	112	4.421.944
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.495.737
					F	4 Investimento	90	0	112	90.000
26 12 367	**0049 6135 0000**	**Produção e Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille**	**365.887**							
26 12 367	0049 6135 0001	Produção e Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille - Nacional (26105)		365.887	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	285.887
					F	4 Investimento	90	0	112	80.000
26 12 367	**0049 6137 0000**	**Promoção de Eventos para a Educação Especial**	**400.000**							
26 12 367	0049 6137 0001	Promoção de Eventos para a Educação Especial - Nacional (26298)		400.000	F	3 Outras Despesas Correntes	50	0	112	400.000
26 12 573	**0049 6131 0000**	**Produção e Disseminação de Conhecimento sobre Educação Especial**	**197.000**							
26 12 573	0049 6131 0001	Produção e Disseminação de Conhecimento sobre Educação Especial - Nacional (26105)		70.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
					F	4 Investimento	90	0	112	20.000
26 12 573	0049 6131 0003	Produção e Disseminação de Conhecimento sobre Educação Especial - Nacional (26104)		127.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	87.000
					F	4 Investimento	90	0	112	40.000
	0050	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	36.508.141							
		Atividades								
26 12 244	**0050 2329 0000**	**Serviços Sociais à Comunidade**	**23.458.446**							
26 12 244	0050 2329 0001	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado de Pernambuco (26248)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 244	0050 2329 0003	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado de Minas Gerais (26274)		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	10.000
26 12 244	0050 2329 0011	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado do Amapá (26286)		4.846	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.846
26 12 244	0050 2329 0013	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		40.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	27.000
					F	4 Investimento	90	0	250	13.000
26 12 244	0050 2329 0015	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		84.600	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	84.600
26 12 244	0050 2329 0017	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado de Santa Catarina (26246)		23.249.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	23.249.000
26 12 244	0050 2329 0041	Serviços Sociais à Comunidade - No Estado de Pernambuco (26242)		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
26 12 364	**0050 4004 0000**	**Funcionamento da Extensão Universitária**	**8.591.348**							
26 12 364	0050 4004 0001	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Pernambuco (26248)		47.800	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	47.800
26 12 364	0050 4004 0003	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Pará (26253)		104.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	104.000
26 12 364	0050 4004 0005	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Paraná (26241)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 364	0050 4004 0007	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro (26256)		127.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	60.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	67.000
26 12 364	0050 4004 0009	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26274)		60.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0050 4004 0011	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26263)		94.600	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	94.600
26 12 364	0050 4004 0013	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Sergipe (26281)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0050 4004 0015	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Piauí (26279)		250.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	200.000
26 12 364	0050 4004 0017	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Amazonas (26270)		250.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	250.000
26 12 364	0050 4004 0019	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26285)		60.967	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	51.540
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	9.427
26 12 364	0050 4004 0021	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro (26236)		1.059.759	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	137.734
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	668.663
					F	4 Investimento	90	0	250	253.362
26 12 364	0050 4004 0023	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Paraná (26258)		60.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	60.000
26 12 364	0050 4004 0025	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)		60.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	60.000
26 12 364	0050 4004 0027	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26277)		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
26 12 364	0050 4004 0029	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Alagoas (26231)		57.960	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	57.960
26 12 364	0050 4004 0031	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)		286.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	286.000
26 12 364	0050 4004 0033	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Sul (26247)		240.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	240.000
26 12 364	0050 4004 0035	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Maranhão (26272)		380.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	280.000
26 12 364	0050 4004 0037	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		120.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	120.000
26 12 364	0050 4004 0039	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de São Paulo (26262)		41.396	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	41.396
26 12 364	0050 4004 0043	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26282)		265.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	265.000
26 12 364	0050 4004 0045	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Acre (26275)		51.881	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	33.956
					F	4 Investimento	90	0	250	17.925
26 12 364	0050 4004 0047	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Santa Catarina (26246)		546.142	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	85.008
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	461.134
26 12 364	0050 4004 0049	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26254)		25.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	25.000
26 12 364	0050 4004 0051	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Mato Grosso (26276)		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
26 12 364	0050 4004 0053	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Amapá (26286)		14.539	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	14.539
26 12 364	0050 4004 0055	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Maranhão (26265)		56.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	47.656
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	8.344
26 12 364	0050 4004 0057	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Goiás (26235)		78.086	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	78.086
26 12 364	0050 4004 0059	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado da Bahia (26232)		197.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	197.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

R$ 1,00

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0050 4004 0061	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26261)		5.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	5.000
26 12 364	0050 4004 0063	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Roraima (26250)		105.992	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	13.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	77.992
					F	4 Investimento	90	0	250	15.000
26 12 364	0050 4004 0065	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado da Paraíba (26240)		73.165	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	73.165
26 12 364	0050 4004 0067	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Pernambuco (26242)		48.690	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	48.690
26 12 364	0050 4004 0069	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro (26249)		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
26 12 364	0050 4004 0071	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Espírito Santo (26234)		75.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	75.000
26 12 364	0050 4004 0073	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Pará (26239)		35.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	35.000
26 12 364	0050 4004 0075	Funcionamento da Extensão Universitária - No Distrito Federal (26271)		230.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	150.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 364	0050 4004 0077	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro (26269)		53.800	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	52.800
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.000
26 12 364	0050 4004 0079	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)		1.100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	500.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	500.000
					F	4 Investimento	90	0	250	100.000
26 12 364	0050 4004 0081	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26260)		40.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	40.000
26 12 364	0050 4004 0083	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio de Janeiro (26245)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	200.000
26 12 364	0050 4004 0085	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Rondônia (26268)		44.871	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	44.871
26 12 364	0050 4004 0087	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26238)		1.478.700	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	828.700
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	385.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	250.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	296	15.000
26 12 364	0050 4004 0089	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		150.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	150.000
26 12 364	0050 4004 0091	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26237)		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
26 12 364	0050 4004 0095	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26255)		8.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	8.000
26 12 364	0050 4004 0097	Funcionamento da Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26257)		40.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	40.000
		Projetos								
26 12 364	0050 3077 0000	**Cursos de Extensão Universitária**	**4.227.347**							
26 12 364	0050 3077 0001	Cursos de Extensão Universitária - No Estado de Pernambuco (26248)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0050 3077 0003	Cursos de Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26274)		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	10.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 364	0050 3077 0005	Cursos de Extensão Universitária - No Estado de Sergipe (26281)		3.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.000
26 12 364	0050 3077 0007	Cursos de Extensão Universitária - No Estado do Piauí (26279)		14.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	14.000
26 12 364	0050 3077 0009	Cursos de Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26254)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0050 3077 0013	Cursos de Extensão Universitária - No Estado de Minas Gerais (26257)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0050 3077 0017	Cursos de Extensão Universitária - No Estado do Amapá (26286)		4.847	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	4.847
26 12 364	0050 3077 0023	Cursos de Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		40.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	27.000
					F	4 Investimento	90	0	250	13.000
26 12 364	0050 3077 0025	Cursos de Extensão Universitária - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		76.100	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	76.100
26 12 364	0050 3077 0029	Cursos de Extensão Universitária - No Estado de Pernambuco (26242)		4.019.400	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	4.019.400
26 12 364	0050 3081 0000	**Promoção de Eventos Culturais e Científicos**	**231.000**							
26 12 364	0050 3081 0001	Promoção de Eventos Culturais e Científicos - No Estado de Pernambuco (26248)		20.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
26 12 364	0050 3081 0003	Promoção de Eventos Culturais e Científicos - No Estado de Minas Gerais (26274)		70.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	20.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
26 12 364	0050 3081 0005	Promoção de Eventos Culturais e Científicos - No Estado de Sergipe (26281)		3.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.000
26 12 364	0050 3081 0007	Promoção de Eventos Culturais e Científicos - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)		44.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	30.000
					F	4 Investimento	90	0	250	14.000
26 12 364	0050 3081 0009	Promoção de Eventos Culturais e Científicos - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)		84.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	84.000
26 12 364	0050 3081 0011	Promoção de Eventos Culturais e Científicos - No Estado de Pernambuco (26242)		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000
	0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	14.239.000							
		Atividades								
26 12 122	0051 2014 0000	**Formulação de Políticas e Emissão de Atos Normativos para a Educação Nacional**	**1.000.000**							
26 12 122	0051 2014 0001	Formulação de Políticas e Emissão de Atos Normativos para a Educação Nacional - Nacional (26101)		1.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	1.000.000
26 12 361	0051 4024 0000	**Gerenciamento das Políticas do Ensino Fundamental**	**3.500.000**							
26 12 361	0051 4024 0001	Gerenciamento das Políticas do Ensino Fundamental - Nacional (26101)		3.500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	72	0	100	2.000.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	1.500.000
26 12 361	0051 4081 0000	**Gerenciamento das Políticas da Educação a Distância**	**3.300.000**							
26 12 361	0051 4081 0001	Gerenciamento das Políticas da Educação a Distância - Nacional (26101)		3.300.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	3.300.000
26 12 363	0051 4025 0000	**Gerenciamento das Políticas do Ensino Médio e Tecnológico**	**2.210.000**							
26 12 363	0051 4025 0001	Gerenciamento das Políticas do Ensino Médio e Tecnológico - Nacional (26101)		2.210.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	1.300.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	150	910.000
26 12 364	0051 4083 0000	**Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior**	**3.200.000**							
26 12 364	0051 4083 0001	Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional (26101)		3.200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	3.200.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
26 12 367	0051 4082 0000	**Gerenciamento das Políticas da Educação Especial**	**500.000**							
26 12 367	0051 4082 0001	Gerenciamento das Políticas da Educação Especial - Nacional (26101)		500.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	450.000
					F	4 Investimento	90	0	100	50.000
		Projetos								
26 12 571	0051 3127 0000	**Estudos e Pesquisas Educacionais**	**529.000**							
26 12 571	0051 3127 0001	Estudos e Pesquisas Educacionais - Nacional (26290)		529.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	529.000
	0055	ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.600.000							
		Atividades								
26 12 125	0055 4051 0000	**Inspeção em Empresas e Escolas da Rede Privada quanto aos Procedimentos Concernentes à Manutenção Direta ou Indireta do Ensino Fundamental**	**1.650.000**							
26 12 125	0055 4051 0001	Inspeção em Empresas e Escolas da Rede Privada quanto aos Procedimentos Concernentes à Manutenção Direta ou Indireta do Ensino Fundamental - Nacional (26298)		1.650.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.650.000
26 12 129	0055 4029 0000	**Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação**	**1.950.000**							
26 12 129	0055 4029 0001	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação - Nacional (26298)		1.950.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.950.000
	0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	17.910.000							
		Atividades								
26 12 365	0067 2331 0000	**Aquisição e Distribuição de Material Didático para Educação Infantil**	**5.373.000**							
26 12 365	0067 2331 0001	Aquisição e Distribuição de Material Didático para Educação Infantil - Nacional (26298)		5.373.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	100	80.595
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	100	5.292.405
		Projetos								
26 12 128	0067 3097 0000	**Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para Implementação dos Referenciais Curriculares Nacionais**	**12.537.000**							
26 12 128	0067 3097 0001	Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para Implementação dos Referenciais Curriculares Nacionais - Nacional (26298)		12.537.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	188.055
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	12.348.945
	0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	400.000							
		Atividades								
26 12 423	0150 4047 0000	**Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena**	**200.000**							
26 12 423	0150 4047 0001	Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena - Nacional (26298)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	213	120.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	213	80.000
		Projetos								
26 12 128	0150 3089 0000	**Capacitação de Professores para a Educação Indígena**	**200.000**							
26 12 128	0150 3089 0001	Capacitação de Professores para a Educação Indígena - Nacional (26298)		200.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	213	120.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	213	80.000
	0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000							
		Projetos								
26 12 128	0172 3204 0000	**Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para Atuação nas**	**100.000**							

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		Áreas Remanescentes de Quilombos								
26 12 128	0172 3204 0001	*Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para Atuação nas Áreas Remanescentes de Quilombos - Nacional (26298)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	113	100.000
	0461	*EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO*	16.368.539							
		Projetos								
26 12 571	0461 3080 0000	***Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados***	**16.368.539**							
26 12 571	0461 3080 0001	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Pará (26253)*		594.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	374.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	220.000
26 12 571	0461 3080 0003	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Pernambuco (26248)*		81.650	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	43.250
					F	4 Investimento	90	0	250	38.400
26 12 571	0461 3080 0005	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro (26256)*		108.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	85.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	23.000
26 12 571	0461 3080 0007	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26274)*		3.954.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	347.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	2.507.000
					F	4 Investimento	90	0	281	1.100.000
26 12 571	0461 3080 0009	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Sergipe (26281)*		282.040	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	282.040
26 12 571	0461 3080 0013	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26255)*		66.687	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	66.687
26 12 571	0461 3080 0019	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26257)*		42.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	32.000
					F	4 Investimento	90	0	112	10.000
26 12 571	0461 3080 0021	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26282)*		1.306.358	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	1.003.358
					F	4 Investimento	90	0	250	300.000
					F	4 Investimento	90	0	280	3.000
26 12 571	0461 3080 0027	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de São Paulo (26262)*		146.779	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	66.376
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	74.866
					F	4 Investimento	90	0	250	5.537
26 12 571	0461 3080 0029	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio Grande do Sul (26278)*		126.758	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	124.758
					F	4 Investimento	90	0	250	2.000
26 12 571	0461 3080 0031	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Paraná (26241)*		150.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	130.000
					F	4 Investimento	90	0	112	20.000
26 12 571	0461 3080 0033	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Distrito Federal (26271)*		80.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	50.000
					F	4 Investimento	90	0	250	30.000
26 12 571	0461 3080 0035	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Maranhão (26272)*		227.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	77.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	150.000
26 12 571	0461 3080 0037	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados -*		240.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	240.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		No Estado do Rio Grande do Sul (26247)								
26 12 571	0461 3080 0039	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio Grande do Norte (26264)*		16.200	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	16.200
26 12 571	0461 3080 0041	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Mato Grosso (26276)*		64.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	64.000
26 12 571	0461 3080 0043	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26237)*		1.790.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	90.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	1.053.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	280	647.000
26 12 571	0461 3080 0045	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio Grande do Norte (26243)*		384.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	384.000
26 12 571	0461 3080 0047	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26238)*		3.262.873	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	262.873
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	3.000.000
26 12 571	0461 3080 0049	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Amazonas (26270)*		320.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	320.000
26 12 571	0461 3080 0051	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Goiás (26235)*		241.106	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	234.106
					F	4 Investimento	90	0	112	7.000
26 12 571	0461 3080 0053	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Mato Grosso do Sul (26283)*		869.800	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	632.000
					F	4 Investimento	90	0	112	27.800
					F	4 Investimento	90	0	250	210.000
26 12 571	0461 3080 0055	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26254)*		260.000	F	3 Outras Despesas Correntes	9			49.320
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	260	80
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	281	155.600
					F	4 Investimento	90	0	250	45.000
					F	4 Investimento	90	0	281	10.000
26 12 571	0461 3080 0057	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio Grande do Sul (26273)*		12.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	12.000
26 12 571	0461 3080 0061	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Piauí (26279)*		57.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	57.000
26 12 571	0461 3080 0067	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Espírito Santo (26234)*		94.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	94.000
26 12 571	0461 3080 0069	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio de Janeiro (26236)*		50.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	50.000
26 12 571	0461 3080 0075	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Pernambuco (26242)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 571	0461 3080 0077	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Rio Grande do Sul (26244)*		1.124.725	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	250	344.000
					F	4 Investimento	90	0	250	780.725
26 12 571	0461 3080 0079	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados -*		10.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	10.000

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
		No Estado do Rio de Janeiro (26245)								
26 12 571	0461 3080 0081	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Santa Catarina (26246)*		100.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	100.000
26 12 571	0461 3080 0089	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26260)*		12.000	F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	250	3.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.000
					F	4 Investimento	90	0	112	1.000
					F	4 Investimento	90	0	250	5.000
26 12 571	0461 3080 0091	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26261)*		3.000	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	3.000
26 12 571	0461 3080 0109	*Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado de Minas Gerais (26285)*		192.563	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	112	102.563
					F	4 Investimento	90	0	250	90.000
	0668	*PAZ NAS ESCOLAS*	1.400.000							
		Projetos								
26 12 128	0668 5396 0000	***Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas***	**1.000.000**							
26 12 128	0668 5396 0001	*Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas - Nacional (26298)*		1.000.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	600.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	400.000
26 12 361	0668 7113 0000	***Edição, Copiagem e Distribuição de Material Didático para Atuação no Combate à Violência nas Escolas***	**400.000**							
26 12 361	0668 7113 0001	*Edição, Copiagem e Distribuição de Material Didático para Atuação no Combate à Violência nas Escolas - Nacional (26298)*		400.000	F	3 Outras Despesas Correntes	30	0	112	240.000
					F	3 Outras Despesas Correntes	40	0	112	160.000
30		**Ministério da Justiça**	**3.126.800**							
	0660	*EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO*	3.126.800							
		Projetos								
30 06 366	0660 1769 0000	***Estudos para Inserção Curricular de Educação para o Trânsito no Sistema de Ensino***	**3.126.800**							
30 06 366	0660 1769 0005	*Estudos para Inserção Curricular de Educação para o Trânsito no Sistema de Ensino - Nacional (30101)*		3.126.800	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	150	3.126.800
36		**Ministério da Saúde**	**72.681.000**							
	0009	*PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM*	58.601.000							
		Projetos								
36 10 363	0009 3881 0000	***Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde***	**57.001.000**							
36 10 363	0009 3881 0001	*Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde - Nacional (36901)*		57.001.000	S	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	5.300.000
					S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	38.921.000
					S	3 Outras Despesas Correntes	90	2	153	12.750.000
					S	4 Investimento	90	0	148	30.000
36 10 363	0009 3922 0000	***Modernização de Escolas Técnicas de Saúde***	**1.600.000**							

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
36 10 363	0009 3022 0001	Modernização de Escolas Técnicas de Saúde - Nacional (36901)		1.600.000	S	3 Outras Despesas Correntes	72	0	148	900.000
					S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	148	300.000
					S	3 Outras Despesas Correntes	90	2	153	400.000
	0011	PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	1.700.000							
		Atividades								
36 10 364	0011 4374 0000	**Residência Médica no Instituto Nacional do Câncer**	**1.700.000**							
36 10 364	0011 4374 0001	Residência Médica no Instituto Nacional do Câncer - No Estado do Rio de Janeiro (36901)		1.700.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	151	1.700.000
	0012	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE	1.180.000							
		Atividades								
36 10 364	0012 4373 0000	**Residência Médica na Fundação Oswaldo Cruz**	**1.180.000**							
36 10 364	0012 4373 0001	Residência Médica na Fundação Oswaldo Cruz - Nacional (36201)		1.180.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	151	1.180.000
	0023	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	11.200.000							
		Atividades								
36 10 364	0023 4375 0000	**Residência Médica nos Hospitais da Rede Própria do Ministério da Saúde**	**11.200.000**							
36 10 364	0023 4375 0001	Residência Médica nos Hospitais da Rede Própria do Ministério da Saúde - No Rio de Janeiro (36901)		11.200.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	0	151	11.200.000
38		**Ministério do Trabalho e Emprego**	**60.000.000**							
	0009	PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	30.000.000							
		Projetos								
38 11 363	0009 5429 0000	**Profissionalização de Trabalhadores na Área de Enfermagem - PROFAE**	**30.000.000**							
38 11 363	0009 5429 0001	Profissionalização de Trabalhadores na Área de Enfermagem - PROFAE - Nacional (38901)		30.000.000	S	3 Outras Despesas Correntes	90	2	180	30.000.000
	0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	30.000.000							
		Projetos								
38 11 363	0044 5430 0000	**Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP/FAT**	**3.738.768**							
38 11 363	0044 5430 0001	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP/FAT - Nacional (38901)		3.738.768	S	3 Outras Despesas Correntes	90	2	180	3.738.768
38 11 363	0044 5606 0000	**Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP/FAT**	**26.261.232**							
38 11 363	0044 5606 0003	Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP/FAT - Nacional (38901)		26.261.232	S	4 Investimento	90	2	180	26.261.232
42		**Ministério da Cultura**	**10.100**							
	0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.100							
		Projetos								
42 13 367	0049 1519 0000	**Gravação de Livros e Textos para Audição de Portadores de Deficiência Visual**	**10.100**							
42 13 367	0049 1519 0001	Gravação de Livros e Textos para Audição de Portadores de Deficiência Visual - Nacional (42201)		10.100	F	3 Outras Despesas Correntes	90	0	100	10.100

Quadro 12 B - Demonstrativo da Programação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso X

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Funcional	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Valor	Valor Localização	Esf	Grupo de Despesa	Mod	IU	Fte	Valor
47		**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**	**557.000**							
	0041	*DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO*	*184.000*							
		Atividades								
47 12 364	0041 2233 0000	***Ensino de Graduação em Estatística e Geociências***	***184.000***							
47 12 364	0041 2233 0001	*Ensino de Graduação em Estatística e Geociências - No Município do Rio de Janeiro - RJ (47205)*		*184.000*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***100***	*184.000*
	0043	*DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO*	*189.000*							
		Atividades								
47 12 364	0043 2234 0000	***Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências***	***189.000***							
47 12 364	0043 2234 0001	*Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências - No Município do Rio de Janeiro - RJ (47205)*		*189.000*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***100***	*189.000*
	0044	*DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*	*184.000*							
		Atividades								
47 12 362	0044 2232 0000	***Ensino Técnico de Estatística e Geociências***	***184.000***							
47 12 362	0044 2232 0001	*Ensino Técnico de Estatística e Geociências - No Município do Rio de Janeiro - RJ (47205)*		*184.000*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***100***	*184.000*
52		**Ministério da Defesa**	**2.440.454**							
	0638	*ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO*	*2.440.454*							
		Atividades								
52 05 361	0638 2777 0000	***Ensino Fundamental nos Colégios Militares***	***840.330***							
52 05 361	0638 2777 0005	*Ensino Fundamental nos Colégios Militares - Nacional (52121)*		*840.330*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***100***	*672.230*
					F	*4 Investimento*	*90*	*0*	***100***	*168.100*
52 05 361	0638 2795 0000	***Ensino Fundamental na Fundação Osório***	***571.735***							
52 05 361	0638 2795 0001	*Ensino Fundamental na Fundação Osório - Nacional (52222)*		*571.735*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***100***	*138.683*
					F	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***250***	*393.052*
					F	*4 Investimento*	*90*	*0*	***250***	*40.000*
52 05 362	0638 2778 0000	***Ensino Médio na Fundação Osório***	***312.769***							
52 05 362	0638 2778 0001	*Ensino Médio na Fundação Osório - Nacional (52222)*		*312.769*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***250***	*272.769*
					F	*4 Investimento*	*90*	*0*	***250***	*40.000*
52 05 362	0638 2779 0000	***Ensino Médio nos Colégios Militares***	***715.620***							
52 05 362	0638 2779 0001	*Ensino Médio nos Colégios Militares - Nacional (52121)*		*715.620*	*F*	*3 Outras Despesas Correntes*	*90*	*0*	***100***	*570.095*
					F	*4 Investimento*	*90*	*0*	***100***	*145.525*

Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

000 - NACIONAL

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
		0379			IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	**10.814.519**	*10.814.519*		
					Atividades	**3.688.272**	*3.688.272*		
20	607	0379	2820	0000	*Manutenção da Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum*	**224.825**	*224.825*		
20	607	0379	2820	*0003*	*Nacional*	*224.825*	224.825		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2824	0000	*Estudo de Suporte Técnico Operacional*	**3.463.447**	*3.463.447*		
20	607	0379	2824	*0005*	*Nacional*	*3.463.447*	3.463.447		3 Outras Despesas Correntes
					Projetos	**7.126.247**	*7.126.247*		
20	607	0379	1439	0000	*Estudo para Implementação de Pólos de Bioindústria para o Desenvolvimento da Irrigação*	**1.462.000**	*1.462.000*		
20	607	0379	1439	*0001*	*Nacional*	*1.462.000*	1.462.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1441	0000	*Implantação de Sistema para a Redução de Perdas em Agricultura Irrigada*	**1.264.247**	*1.264.247*		
20	607	0379	1441	*0001*	*Nacional*	*1.264.247*	1.264.247		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	0000	*Emancipação de Perímetros de Irrigação*	**4.200.000**	*4.200.000*		
20	607	0379	1854	*0161*	*Nacional*	*4.200.000*	4.200.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1869	0000	*Promoção de Oportunidades de Investimentos*	**200.000**	*200.000*		
20	607	0379	1869	*0003*	*Nacional*	*200.000*	200.000		3 Outras Despesas Correntes
					Total	**10.814.519**	**10.814.519**		

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

200 - REGIÃO NORDESTE

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
		0379			IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	**207.779.713**	*207.779.713*		
					Atividades	**18.595.198**	*18.595.198*		
20	607	0379	2820	0000	*Manutenção da Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum*	**14.972.761**	*14.972.761*		
20	607	0379	2820	*0005*	*Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos no Estado do Piauí*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0007*	*Perímetro de Irrigação Platos de Guadalupe no Estado do Piauí*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0009*	*No Estado do Piauí*	*138.000*	138.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0011*	*Perímetro de Irrigação Baixada Maranhense no Estado do Maranhão*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0013*	*Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo no Estado do Maranhão*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0015*	*Perímetro de Irrigação Várzea do Flores no Estado do Maranhão*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0017*	*Perímetro de Irrigação Jaguaribe- Apodi no Estado Ceará*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0019*	*Perímetro de Irrigação Araras Norte no Estado do Ceará*	*100.000*	100.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0021*	*No Estado do Ceará*	*301.000*	301.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0023*	*No Estado do Rio Grande do Norte*	*36.000*	36.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0025*	*No Estado da Paraíba*	*102.000*	102.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0027*	*No Estado de Pernambuco*	*149.000*	149.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0029*	*No Estado da Bahia*	*155.000*	155.000		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0031*	*Perímetros de Irrigação do Complexo Itaparica na Região Nordeste*	*9.552.308*	9.552.308		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2820	*0035*	*Perímetro de Irrigação do Complexo Itaparica no Estado da Bahia*	*3.839.453*	3.839.453		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	2824	0000	*Estudo de Suporte Técnico Operacional*	**3.622.437**	*3.622.437*		
20	607	0379	2824	*0003*	*Na Região Nordeste*	*3.622.437*	3.622.437		3 Outras Despesas Correntes
					Projetos	**189.184.515**	*189.184.515*		
20	607	0379	1047	0000	*Estudos de Modernização da Irrigação*	**454.813**	*454.813*		
20	607	0379	1047	*0001*	*Na Região Nordeste*	*21.936*	21.936		3 Outras Despesas Correntes
						432.877	432.877		4 Investimento
20	607	0379	1185	0000	*Formação de Agentes de Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Irrigação*	**118.566**	*118.566*		
20	607	0379	1185	*0001*	*Na Região Nordeste*	*118.566*	118.566		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1836	0000	*Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum*	**160.253.231**	*160.253.231*		
20	607	0379	1836	*0007*	*No Estado de Pernambuco*	*109.437*	109.437		3 Outras Despesas Correntes
						672.256	672.256		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0011*	*No Estado de Alagoas*	*302.611*	302.611		3 Outras Despesas Correntes
						706.092	706.092		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0023*	*Perímetro de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense no Estado do Maranhão*	*2.612.000*	2.612.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0027*	*Perímetro de Irrigação Várzea do Flores no Estado do Maranhão*	*326.500*	326.500		4 Investimento

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI, (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

200 - REGIÃO NORDESTE

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
20	607	0379	1836	*0033*	*Perímetro de Irrigação Jaguaribe- Apodi no Estado do Ceará*	*1.214.580*	1.214.580		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0035*	*Perímetro de Irrigação Baixo Acarau no Estado do Ceará*	*12.300.000*	12.300.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0037*	*Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas no Estado do Ceará*	*14.200.000*	14.200.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0039*	*Perímetro de Irrigação Araras Norte no Estado do Ceará*	*1.354.800*	1.354.800		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0041*	*Canal Adutor Sistema Curema-mae D Agua no Estado da Paraíba*	*2.612.000*	2.612.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0043*	*Irrigação em Serra Talhada no Estado de Pernambuco*	*737.237*	737.237		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0045*	*Projeto Mesa de Pedra no Estado do Piauí*	*632.400*	632.400		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0047*	*Projeto Várzea de Sousa no Estado da Paraíba*	*7.400.000*	7.400.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0051*	*Adutora Serra da Batateira no Estado da Bahia*	*5.600.000*	5.600.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0073*	*Projeto Jacaré- Curituba no Estado de Sergipe*	*10.100.000*	10.100.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0075*	*Projeto Pindorama no Estado de Alagoas*	*4.300.000*	4.300.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0077*	*Projeto Pão-de-açúcar/Olho d' Água das Flores no Estado de Alagoas*	*7.400.000*	7.400.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0087*	*Perímetro de Irrigação Marituba no Estado de Alagoas*	*1.180.842*	1.180.842		3 Outras Despesas Correntes
						7.719.158	7.719.158		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0089*	*Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê no Estado da Bahia*	*511.409*	511.409		3 Outras Despesas Correntes
						25.134.429	25.134.429		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0091*	*Perímetro de Irrigação Salitre no Estado da Bahia*	*612.000*	612.000		3 Outras Despesas Correntes
						20.849.392	20.849.392		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0093*	*Perímetro de Irrigação Pontal no Estado de Pernambuco*	*649.377*	649.377		3 Outras Despesas Correntes
						22.050.623	22.050.623		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0097*	*Perímetro de Irrigação Vale do Iuiú*	*278.304*	278.304		3 Outras Despesas Correntes
						5.287.784	5.287.784		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0099*	*Brejos da Barra no Estado da Bahia*	*300.000*	300.000		3 Outras Despesas Correntes
						2.100.000	2.100.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0101*	*Projeto de Irrigação Mendubin no Estado do Rio Grande do Norte*	*1.000.000*	1.000.000		4 Investimento
20	607	0379	1854	0000	*Emancipação de Perímetros de Irrigação*	**21.693.040**	*21.693.040*		
20	607	0379	1854	*0021*	*Perímetro de Irrigação Mirorós no Estado da Bahia*	*244.875*	244.875		3 Outras Despesas Correntes
						356.114	356.114		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0023*	*Perímetro de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul no Estado da Bahia*	*248.140*	248.140		3 Outras Despesas Correntes
						190.771	190.771		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0025*	*Perímetro de Irrigação Barreiras no Estado da Bahia*	*1.352.472*	1.352.472		3 Outras Despesas Correntes
						571.828	571.828		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0027*	*Perímetro de Irrigação Formoso 'A' no Estado da Bahia*	*480.048*	480.048		3 Outras Despesas Correntes
						1.158.800	1.158.800		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0029*	*Perímetro de Irrigação Formosinho no Estado da Bahia*	*79.339*	79.339		3 Outras Despesas Correntes
						148.558	148.558		4 Investimento

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

200 - REGIÃO NORDESTE

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
20	607	0379	1854	*0031*	*Perímetro de Irrigação Formoso 'H' no Estado da Bahia*	*647.101*	647.101		3 Outras Despesas Correntes
						1.438.400	1.438.400		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0033*	*Perímetro de Irrigação Ceraíma no Estado da Bahia*	*19.590*	19.590		3 Outras Despesas Correntes
						44.998	44.998		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0035*	*Perímetro de Irrigação Estreito 'I/III' no Estado da Bahia*	*313.440*	313.440		3 Outras Despesas Correntes
						171.543	171.543		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0037*	*Perímetro de Irrigação Estreito 'IV' no Estado da Bahia*	*1.258.036*	1.258.036		3 Outras Despesas Correntes
						335.193	335.193		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0039*	*Perímetro de Irrigação Curaçá no Estado da Bahia*	*241.910*	241.910		3 Outras Despesas Correntes
						706.031	706.031		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0041*	*Perímetro de Irrigação Maniçoba no Estado da Bahia*	*264.465*	264.465		3 Outras Despesas Correntes
						720.311	720.311		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0043*	*Perímetro de Irrigação Tourão no Estado da Bahia*	*83.556*	83.556		3 Outras Despesas Correntes
						406.194	406.194		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0045*	*Perímetro de Irrigação Mandacaru no Estado da Bahia*	*57.434*	57.434		3 Outras Despesas Correntes
						152.832	152.832		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0047*	*Perímetro de Irrigação Bebedouro no Estado de Pernambuco*	*65.300*	65.300		3 Outras Despesas Correntes
						395.065	395.065		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0049*	*Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho no Estado de Pernambuco*	*514.160*	514.160		3 Outras Despesas Correntes
						2.000.688	2.000.688		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0057*	*Perímetro de Irrigação Betume no Estado de Sergipe*	*228.550*	228.550		3 Outras Despesas Correntes
						464.374	464.374		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0067*	*Perímetro de Irrigação Cotinguiba/Pindoba no Estado de Sergipe*	*163.250*	163.250		3 Outras Despesas Correntes
						355.030	355.030		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0071*	*Perímetro de Irrigação Boacica no Estado de Alagoas*	*365.680*	365.680		3 Outras Despesas Correntes
						417.267	417.267		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0073*	*Perímetro de Irrigação Itiúba no Estado de Alagoas*	*140.395*	140.395		3 Outras Despesas Correntes
						66.857	66.857		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0081*	*No Estado do Piauí*	*1.290.165*	1.290.165		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0095*	*No Estado do Ceará*	*852.670*	852.670		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0121*	*No Estado do Rio Grande do Norte*	*221.171*	221.171		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0129*	*No Estado da Paraíba*	*368.619*	368.619		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0137*	*No Estado de Pernambuco*	*516.066*	516.066		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0147*	*No Estado da Bahia*	*368.619*	368.619		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0155*	*Perímetro de Irrigação Baixo Acarau no Estado do Ceará*	*607.135*	607.135		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1854	*0157*	*Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas no Estado do Ceará*	*600.000*	600.000		3 Outras Despesas Correntes

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

200 - REGIÃO NORDESTE

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
20	607	0379	1856	0000	*Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis*	6.664.865	6.664.865		
20	607	0379	1856	0005	*No Estado da Bahia*	15.430	15.430		3 Outras Despesas Correntes
						245.315	245.315		4 Investimento
20	607	0379	1856	0007	*Projeto Pontal Sobradinho no Estado de Pernambuco*	48.106	48.106		3 Outras Despesas Correntes
						809.508	809.508		4 Investimento
20	607	0379	1856	0009	*No Estado da Bahia*	141.357	141.357		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1856	0011	*Perímetro de Irrigação Vale do Iuiú no Estado da Bahia*	199.000	199.000		3 Outras Despesas Correntes
						1.401.000	1.401.000		4 Investimento
20	607	0379	1856	0027	*Perímetro de Irrigação Marituba no Estado de Alagoas*	4.571	4.571		3 Outras Despesas Correntes
						800.578	800.578		4 Investimento
20	607	0379	1856	0029	*Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê no Estado da Bahia*	36.000	36.000		3 Outras Despesas Correntes
						1.164.000	1.164.000		4 Investimento
20	607	0379	1856	0031	*Perímetro de Irrigação Salitre no Estado da Bahia*	54.000	54.000		3 Outras Despesas Correntes
						1.746.000	1.746.000		4 Investimento
					Total	207.779.713	207.779.713		

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8°, §1°, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

300 - REGIÃO SUDESTE

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
		0379			IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	**7.495.920**	*7.495.920*		
					Projetos	**7.495.920**	*7.495.920*		
20	607	0379	1047	0000	*Estudos de Modernização da Irrigação*	**882.187**	*882.187*		
20	607	0379	1047	*0003*	*No Estado de Minas Gerais*	*133.347*	133.347		3 Outras Despesas Correntes
						748.840	748.840		4 Investimento
20	607	0379	1836	0000	*Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum*	**566.622**	*566.622*		
20	607	0379	1836	*0003*	*No Estado de Minas Gerais*	*79.327*	79.327		3 Outras Despesas Correntes
						487.295	487.295		4 Investimento
20	607	0379	1854	0000	*Emancipação de Perímetros de Irrigação*	**5.076.111**	*5.076.111*		
20	607	0379	1854	*0015*	*Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais*	*1.918.657*	1.918.657		3 Outras Despesas Correntes
						2.128.054	2.128.054		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0017*	*Perímetro de Irrigação Gorutuba no Estado de Minas Gerais*	*195.900*	195.900		3 Outras Despesas Correntes
						702.900	702.900		4 Investimento
20	607	0379	1854	*0019*	*Perímetro de Irrigação Pirapora no Estado de Minas Gerais*	*130.600*	130.600		4 Investimento
20	607	0379	1856	0000	*Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis*	**971.000**	*971.000*		
20	607	0379	1856	*0003*	*Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais*	*30.000*	30.000		3 Outras Despesas Correntes
						941.000	941.000		4 Investimento
					Total	**7.495.920**	**7.495.920**		

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

400 - REGIÃO SUL

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
		0379			IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	**5.141.296**	*5.141.296*		
					Projetos	**5.141.296**	*5.141.296*		
20	607	0379	1836	0000	*Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum*	**41.296**	*41.296*		
20	607	0379	1836	*0069*	*Projeto Sombrio no Estado de Santa Catarina*	*41.296*	41.296		4 Investimento
20	607	0379	1856	0000	*Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis*	**5.100.000**	*5.100.000*		
20	607	0379	1856	*0019*	*Projeto Bacias Hidrográficas - Metade Sul no Estado do Rio Grande do Sul*	*5.100.000*	5.100.000		4 Investimento
					Total	**5.141.296**	**5.141.296**		

Quadro 13 - Demonstrativo dos Recursos Destinados à Irrigação por Região

LDO, Art. 8º, §1º, Inciso XI. (ADCT, Art. 42)

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

500 - REGIÃO CENTRO-OESTE

Funcional		*Programática*			*Título*	*Total*	*Fiscal*	*Seguridade Social*	*Grupo de Despesa*
		0379			IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	**33.785.463**	*33.785.463*		
					Projetos	**33.785.463**	*33.785.463*		
20	607	0379	1836	0000	*Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum*	**31.413.143**	*31.413.143*		
20	607	0379	1836	*0063*	*Projeto Pinar no Estado do Mato Grosso*	*7.000.000*	7.000.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0065*	*Projeto Três Barras no Estado de Goiás*	*3.500.000*	3.500.000		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0067*	*Projeto Flores de Goiás no Estado de Goiás*	*7.875.400*	7.875.400		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0071*	*Projeto Luis Alves do Araguaia no Estado de Goiás*	*6.402.111*	6.402.111		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0079*	*Projeto Santa Terezinha no Estado do Mato Grosso do Sul*	*3.553.639*	3.553.639		4 Investimento
20	607	0379	1836	*0085*	*Projeto Corumbá no Estado do Mato Grosso do Sul*	*3.081.993*	3.081.993		4 Investimento
20	607	0379	1856	0000	*Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis*	**2.372.320**	*2.372.320*		
20	607	0379	1856	*0015*	*Projeto Pronor[illegible] Mato Grosso*	*1.186.160*	1.186.160		3 Outras Despesas Correntes
20	607	0379	1856	*0017*	*Projeto Propare[illegible]ão do Mato Grosso*	*1.186.160*	1.186.160		3 Outras Despesas Correntes
					Total	33.785.463	33.785.463		

Legislação da Receita e da Despesa

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LEI	4320	17/03/1964
LEI	5172	25/10/1966
DECRETO-LEI	1735	20/12/1979
DECRETO-LEI	1754	30/12/1979
DECRETO-LEI	1755	31/12/1979
DECRETO-LEI	1939	20/05/1982
LEI	7348	24/07/1985
DECRETO-LEI	2284	10/03/1986
LEI	7800	10/07/1989
LEI	8074	31/07/1990
LEI	8193	18/06/1991
LEI	8211	22/07/1991
LEI	8440	10/07/1992
LEI	8446	21/07/1992
LEI	8448	21/07/1992
LEI	8447	21/07/1992
LEI	8449	23/07/1992
EMENDA CONSTITUCIONAL	3	17/03/1993
LEI COMPLEMENTAR	77	13/07/1993
EMENDA CONSTITUCIONAL	1	02/03/1994
LEI COMPLEMENTAR	81	14/04/1994
LEI	8868	15/04/1994
LEI	8876	03/05/1994
LEI	8880	28/05/1994
LEI	8901	01/07/1994
LEI	8935	21/11/1994
LEI	8974	06/01/1995
LEI	8980	20/01/1995
LEI	8981	23/01/1995
LEI	8984	08/02/1995
LEI	8985	08/02/1995
LEI	8987	14/02/1995
LEI	9028	13/04/1995
LEI	9029	17/04/1995
EMENDA CONSTITUCIONAL	5	16/08/1995
EMENDA CONSTITUCIONAL	7	16/08/1995
EMENDA CONSTITUCIONAL	6	16/08/1995
EMENDA CONSTITUCIONAL	8	16/08/1995
LEI COMPLEMENTAR	83	13/09/1995
LEI	9096	20/09/1995
LEI	9099	27/09/1995
EMENDA CONSTITUCIONAL	9	10/11/1995
LEI	9265	13/02/1996
LEI COMPLEMENTAR	85	16/02/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	10	04/03/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	11	02/05/1996
LEI	9278	13/05/1996
LEI	9293	16/07/1996
LEI	9296	25/07/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	12	15/08/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	15	13/09/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	14	13/09/1996
LEI	9424	26/12/1996
LEI	9443	15/03/1997
LEI	8876	03/05/1997
EMENDA CONSTITUCIONAL	16	05/06/1997
EMENDA CONSTITUCIONAL	21	18/03/1999

RECEITAS CORRENTES

RECEITA TRIBUTARIA

IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

LEI	2145	29/12/1953
LEI	2993	06/12/1956
LEI	3244	14/08/1957
DECRETO	42820	16/12/1957
DECRETO	43713	17/05/1958
DECRETO LEGISLATIVO	14	25/08/1960
DECRETO	48911	31/08/1960
LEI	4131	03/09/1962
LEI	4863	29/11/1965
LEI	5142	20/10/1966
DECRETO-LEI	37	18/11/1966
DECRETO-LEI	46	18/11/1966
DECRETO-LEI	63	21/11/1966
LEI	5240	31/01/1967
DECRETO-LEI	169	14/02/1967
DECRETO-LEI	221	28/02/1967
DECRETO-LEI	288	28/02/1967
DECRETO-LEI	264	28/02/1967
DECRETO	60518	30/03/1967
DECRETO-LEI	333	12/10/1967
LEI	5341	27/10/1967
DECRETO-LEI	340	22/12/1967
DECRETO-LEI	355	06/08/1968
DECRETO-LEI	356	15/08/1968
LEI	5541	28/11/1968
DECRETO	63871	20/12/1968
DECRETO-LEI	398	30/12/1968
DECRETO-LEI	399	30/12/1968
DECRETO	64002	17/01/1969
DECRETO-LEI	491	05/03/1969
DECRETO-LEI	567	07/05/1969
DECRETO-LEI	569	07/05/1969
DECRETO-LEI	606	02/06/1969
DECRETO-LEI	608	04/06/1969
DECRETO-LEI	615	09/06/1969
DECRETO-LEI	730	05/08/1969
DECRETO-LEI	751	08/08/1969
DECRETO-LEI	756	11/08/1969
DECRETO-LEI	833	08/09/1969
DECRETO-LEI	1082	05/02/1970
DECRETO-LEI	1111	10/07/1970
DECRETO-LEI	1119	11/08/1970
DECRETO	67527	11/11/1970
DECRETO-LEI	1154	01/03/1971
DECRETO-LEI	1160	17/03/1971
DECRETO-LEI	1169	29/04/1971
DECRETO-LEI	1181	16/07/1971
DECRETO-LEI	1189	24/09/1971
DECRETO-LEI	1217	09/05/1972
DECRETO-LEI	1236	28/08/1972
DECRETO-LEI	1248	29/11/1972
DECRETO-LEI	1293	13/12/1973
DECRETO-LEI	1295	21/12/1973

DECRETO-LEI	1299	28/12/1973
DECRETO-LEI	1306	10/01/1974
DECRETO-LEI	1334	25/06/1974
DECRETO-LEI	1364	28/11/1974
DECRETO-LEI	1366	29/11/1974
LEI	6175	10/12/1974
DECRETO-LEI	1403	23/05/1975
DECRETO	75772	26/05/1975
DECRETO	76084	05/08/1975
DECRETO-LEI	1416	25/08/1975
DECRETO-LEI	1421	09/10/1975
DECRETO-LEI	1427	02/12/1975
DECRETO-LEI	1435	16/12/1975
DECRETO	76801	16/12/1975
DECRETO-LEI	1436	17/12/1975
DECRETO-LEI	1455	07/04/1976
DECRETO	77437	14/04/1976
DECRETO-LEI	1470	04/06/1976
DECRETO	77745	04/06/1976
DECRETO-LEI	1488	11/11/1976
DECRETO	78887	06/12/1976
DECRETO-LEI	1501	20/12/1976
DECRETO-LEI	1504	23/12/1976
DECRETO-LEI	1509	27/12/1976
DECRETO-LEI	1522	02/02/1977
DECRETO	79709	20/05/1977
DECRETO-LEI	1559	29/06/1977
DECRETO-LEI	1565	29/07/1977
DECRETO-LEI	1581	03/11/1977
DECRETO-LEI	1585	30/11/1977
DECRETO-LEI	1589	19/12/1977
DECRETO-LEI	1588	19/12/1977
DECRETO-LEI	1594	22/12/1977
DECRETO	81481	28/03/1978
LEI	6562	18/09/1978
DECRETO	83070	23/01/1979
DECRETO-LEI	1685	25/06/1979
DECRETO-LEI	1703	18/10/1979
DECRETO-LEI	1753	31/12/1979
DECRETO-LEI	1772	26/02/1980
DECRETO-LEI	1775	12/03/1980
DECRETO-LEI	1797	09/07/1980
DECRETO-LEI	1804	03/09/1980
DECRETO-LEI	1836	23/12/1980
DECRETO-LEI	1856	10/02/1981
DECRETO	86728	14/12/1981
DECRETO-LEI	1894	16/12/1981
DECRETO-LEI	1955	23/08/1982
DECRETO-LEI	1956	30/08/1982
DECRETO-LEI	1964	18/10/1982
DECRETO-LEI	1977	20/12/1982
DECRETO-LEI	2006	06/01/1983
DECRETO-LEI	2011	18/01/1983
DECRETO-LEI	2018	22/03/1983
DECRETO-LEI	2044	07/07/1983
DECRETO-LEI	2051	03/08/1983
DECRETO-LEI	2071	20/12/1983
DECRETO-LEI	2108	27/02/1984
DECRETO-LEI	2110	03/04/1984
DECRETO-LEI	2120	14/05/1984
DECRETO-LEI	2151	05/07/1984
DECRETO-LEI	2162	19/09/1984
DECRETO-LEI	2168	29/10/1984
DECRETO-LEI	2180	04/12/1984
DECRETO	90783	28/12/1984
DECRETO-LEI	2247	21/02/1985
DECRETO	91030	05/03/1985
DECRETO	92187	20/12/1985
DECRETO	92560	16/04/1986
DECRETO-LEI	2309	22/12/1986
LEI	7565	23/12/1986
DECRETO-LEI	2415	12/02/1988
DECRETO-LEI	2433	19/05/1988
DECRETO-LEI	2434	19/05/1988
DECRETO-LEI	2452	29/07/1988
DECRETO-LEI	2471	01/09/1988
DECRETO-LEI	2472	01/09/1988
DECRETO-LEI	2477	22/09/1988
DECRETO	96759	22/09/1988
LEI	7683	02/12/1988
DECRETO	97621	10/04/1989
DECRETO	98097	30/08/1989
LEI	7810	30/08/1989
LEI	7988	28/12/1989
DECRETO	98810	09/01/1990
LEI	8003	14/03/1990
LEI	8007	22/03/1990
LEI	8010	29/03/1990
LEI	8032	12/04/1990
DECRETO	99546	25/09/1990
LEI	8085	23/10/1990
DECRETO	S/N	31/05/1991
DECRETO	174	10/07/1991
LEI	8210	19/07/1991
LEI	8256	25/11/1991
LEI	8387	30/12/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI	8402	08/01/1992
DECRETO	517	08/05/1992
DECRETO	636	24/08/1992
DECRETO	846	25/06/1993
DECRETO	946	05/10/1993
DECRETO	949	05/10/1993
DECRETO	1343	23/12/1994
LEI	8961	23/12/1994
DECRETO	1433	30/03/1995
DECRETO	1490	16/05/1995
LEI	9001	16/05/1995
DECRETO	1550	07/07/1995
DECRETO	1678	18/10/1995
DECRETO	1707	17/11/1995
DECRETO	1724	04/12/1995
DECRETO	1763	26/12/1995
DECRETO	1789	12/01/1996
DECRETO	1848	29/03/1996
DECRETO	1885	26/04/1996
DECRETO	1890	30/04/1996
DECRETO	1936	20/06/1996
DECRETO	1987	20/08/1996
DECRETO	1989	28/08/1996
DECRETO	2072	14/11/1996
DECRETO	2091	10/12/1996
LEI	9359	12/12/1996
LEI	9440	14/03/1997
LEI	9449	14/03/1997
DECRETO	2179	18/03/1997

DECRETO	2307	20/08/1997
DECRETO	2376	12/11/1997
DECRETO	2412	03/12/1997
LEI	9532	10/12/1997
DECRETO	2498	13/02/1998
DECRETO	2770	09/03/1998
LEI	9643	26/05/1998
DECRETO	2621	09/06/1998
DECRETO	2624	12/06/1998
DECRETO	2637	25/06/1998
DECRETO	2638	29/06/1998
DECRETO	2876	14/12/1998
DECRETO	2960	12/02/1999
LEI	9817	24/08/1999
DECRETO	3312	24/12/1999

IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO

LEI	1779	22/12/1952
LEI	3302	04/11/1957
DECRETO	42822	16/12/1957
LEI	5025	10/06/1966
DECRETO-LEI	288	28/02/1967
DECRETO	65347	13/10/1969
DECRETO-LEI	1158	16/03/1971
DECRETO-LEI	1163	31/03/1971
DECRETO-LEI	1235	21/08/1972
DECRETO-LEI	1248	29/11/1972
DECRETO	71866	26/02/1973
DECRETO-LEI	1291	11/12/1973
DECRETO-LEI	1578	11/10/1977
DECRETO-LEI	1949	13/07/1982
DECRETO-LEI	2197	26/12/1984
DECRETO	91030	05/03/1985
DECRETO-LEI	2376	25/11/1987
DECRETO-LEI	2435	19/05/1988
DECRETO-LEI	2452	29/07/1988
DECRETO	96759	22/09/1988
DECRETO	98054	15/08/1989
LEI	8008	22/03/1990
LEI	8396	02/01/1992
LEI	8402	08/01/1992
DECRETO	660	25/09/1992
DECRETO	661	25/09/1992
DECRETO	846	25/06/1993
DECRETO	949	05/10/1993
LEI	9004	16/03/1995
LEI	9362	13/12/1996
DECRETO	2179	18/03/1997
DECRETO	2412	03/12/1997
DECRETO	2637	25/06/1998
LEI	9716	26/11/1998
DECRETO	2876	14/12/1998
MP	1892-28	28/07/1999
DECRETO	3312	24/12/1999

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

LEI	4947	06/04/1966
DECRETO	59566	14/11/1966
DECRETO-LEI	57	18/11/1966
DECRETO	59900	30/12/1966
DECRETO-LEI	1128	13/10/1970
DECRETO-LEI	1146	31/12/1970
LEI	5672	02/07/1971
DECRETO-LEI	1640	20/11/1978
LEI	6746	10/12/1979
DECRETO	84685	06/05/1980
DECRETO-LEI	1989	28/12/1982
DECRETO-LEI	2066	27/10/1983
DECRETO-LEI	2103	30/12/1983
LEI	8022	12/04/1990
LEI	8171	17/01/1991
DECRETO	433	24/01/1992
DECRETO	578	24/06/1992
LEI	8540	22/12/1992
LEI	8629	25/02/1993
LEI	8850	28/01/1994
EMENDA CONSTITUCIONAL	1	01/03/1994
LEI	1861	25/03/1994
LEI	9321	05/12/1996
LEI	9393	19/12/1996

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

DECRETO	5	01/08/1934
DECRETO-LEI	5844	23/09/1943
DECRETO-LEI	6340	11/03/1944
DECRETO-LEI	7747	16/07/1945
DECRETO-LEI	7798	30/07/1945
DECRETO-LEI	7885	21/08/1945
LEI	1474	26/11/1951
LEI	1772	18/12/1952
LEI	2354	29/11/1954
LEI	2862	04/09/1956
LEI	3470	28/11/1958
LEI	3830	25/11/1960
LEI	4131	03/09/1962
LEI	4154	28/11/1962
LEI	4239	27/06/1963
DECRETO	53787	20/03/1964
LEI	4390	29/08/1964
LEI	4481	14/11/1964
LEI	4506	30/11/1964
LEI	4663	03/06/1965
LEI	4728	14/07/1965
DECRETO	56792	26/08/1965
LEI	4864	29/11/1965
LEI	4862	29/11/1965
LEI	5025	10/06/1966
LEI	5106	02/09/1966
LEI	5122	28/09/1966
LEI	5174	27/10/1966
DECRETO-LEI	62	21/11/1966
DECRETO-LEI	70	21/11/1966
DECRETO-LEI	94	30/12/1966
DECRETO-LEI	157	10/02/1967
DECRETO-LEI	204	20/02/1967
DECRETO-LEI	238	28/02/1967
DECRETO-LEI	308	28/02/1967
DECRETO-LEI	221	28/02/1967
DECRETO-LEI	291	28/02/1967

DECRETO-LEI	349	24/01/1968
DECRETO-LEI	352	17/06/1968
DECRETO-LEI	403	30/12/1968
DECRETO-LEI	401	30/12/1968
DECRETO-LEI	433	23/01/1969
DECRETO-LEI	461	10/02/1969
DECRETO-LEI	484	03/03/1969
DECRETO-LEI	491	05/03/1969
DECRETO-LEI	519	07/04/1969
DECRETO-LEI	509	07/04/1969
DECRETO-LEI	527	11/04/1969
DECRETO-LEI	545	18/04/1969
DECRETO-LEI	568	07/05/1969
DECRETO-LEI	614	06/06/1969
DECRETO-LEI	623	11/06/1969
DECRETO-LEI	711	29/07/1969
DECRETO-LEI	756	11/08/1969
DECRETO-LEI	770	19/08/1969
DECRETO-LEI	880	18/09/1969
DECRETO	66118	26/01/1970
DECRETO-LEI	1089	02/03/1970
DECRETO-LEI	1090	10/03/1970
DECRETO-LEI	1096	23/03/1970
DECRETO	66547	11/05/1970
DECRETO-LEI	1106	16/06/1970
DECRETO-LEI	1109	26/06/1970
LEI	5589	03/07/1970
DECRETO-LEI	1118	10/08/1970
LEI COMPLEMENTAR	7	07/09/1970
DECRETO-LEI	1124	08/09/1970
DECRETO	67527	11/11/1970
DECRETO-LEI	1134	16/11/1970
DECRETO-LEI	1158	16/03/1971
DECRETO-LEI	1165	01/04/1971
DECRETO	68702	03/06/1971
DECRETO	68703	03/06/1971
DECRETO-LEI	1173	07/06/1971
DECRETO-LEI	1179	06/07/1971
DECRETO-LEI	1182	16/07/1971
DECRETO-LEI	1188	21/09/1971
DECRETO-LEI	1189	24/09/1971
DECRETO-LEI	1191	27/10/1971
LEI	5768	20/12/1971
DECRETO-LEI	1196	23/12/1971
DECRETO-LEI	1198	27/12/1971
DECRETO-LEI	1240	11/10/1972
DECRETO-LEI	1248	29/11/1972
DECRETO-LEI	1253	29/12/1972
DECRETO-LEI	1260	26/02/1973
DECRETO-LEI	1274	30/05/1973
DECRETO-LEI	1300	28/12/1973
DECRETO-LEI	1301	31/12/1973
DECRETO-LEI	1302	31/12/1973
DECRETO-LEI	1304	08/01/1974
DECRETO-LEI	1307	16/01/1974
DECRETO-LEI	1323	03/04/1974
DECRETO-LEI	1328	20/05/1974
DECRETO-LEI	1330	31/05/1974
DECRETO-LEI	1338	23/07/1974
LEI	6099	12/09/1974
DECRETO-LEI	1345	19/09/1974
DECRETO-LEI	1346	25/09/1974
DECRETO-LEI	1351	24/10/1974
DECRETO-LEI	1358	12/11/1974
DECRETO-LEI	1370	09/12/1974
DECRETO-LEI	1375	11/12/1974
DECRETO-LEI	1376	12/12/1974
DECRETO-LEI	1381	23/12/1974
DECRETO-LEI	1382	26/12/1974
DECRETO-LEI	1401	07/05/1975
DECRETO-LEI	1408	07/07/1975
DECRETO-LEI	1418	03/09/1975
DECRETO-LEI	1423	23/10/1975
LEI	6264	18/11/1975
DECRETO-LEI	1429	02/12/1975
DECRETO-LEI	1431	05/12/1975
LEI	6297	15/12/1975
DECRETO-LEI	1439	30/12/1975
DECRETO-LEI	1444	03/02/1976
DECRETO-LEI	1452	30/03/1976
DECRETO-LEI	1454	07/04/1976
DECRETO-LEI	1455	07/04/1976
LEI	6321	14/04/1976
DECRETO-LEI	1471	15/06/1976
DECRETO-LEI	1479	31/08/1976
DECRETO	78379	06/09/1976
DECRETO-LEI	1493	07/12/1976
DECRETO-LEI	1494	07/12/1976
DECRETO-LEI	1499	20/12/1976
DECRETO-LEI	1503	23/12/1976
DECRETO-LEI	1506	23/12/1976
DECRETO-LEI	1510	27/12/1976
DECRETO-LEI	1514	30/12/1976
DECRETO-LEI	1516	31/12/1976
DECRETO-LEI	1531	30/03/1977
DECRETO-LEI	1532	30/03/1977
DECRETO-LEI	1563	29/07/1977
DECRETO-LEI	1564	29/07/1977
DECRETO-LEI	1567	01/08/1977
DECRETO-LEI	1579	11/10/1977
LEI	6468	14/11/1977
DECRETO-LEI	1584	29/11/1977
DECRETO-LEI	1587	19/12/1977
DECRETO-LEI	1594	22/12/1977
DECRETO-LEI	1595	22/12/1977
DECRETO-LEI	1598	26/12/1977
DECRETO	81194	09/01/1978
DECRETO-LEI	1601	18/01/1978
DECRETO-LEI	1602	20/01/1978
DECRETO-LEI	1608	28/02/1978
DECRETO-LEI	1624	03/05/1978
DECRETO-LEI	1625	09/05/1978
LEI	6542	28/06/1978
DECRETO-LEI	1633	09/08/1978
LEI	6562	18/09/1978
DECRETO-LEI	1642	07/12/1978
DECRETO-LEI	1641	07/12/1978
DECRETO-LEI	1643	07/12/1978
DECRETO-LEI	1644	11/12/1978
DECRETO-LEI	1648	18/12/1978
DECRETO-LEI	1647	18/12/1978
DECRETO-LEI	1653	27/12/1978
DECRETO-LEI	1654	29/12/1978
DECRETO-LEI	1662	02/02/1979
DECRETO-LEI	1672	16/02/1979
DECRETO-LEI	1682	07/05/1979

DECRETO-LEI	1688	26/07/1979
DECRETO-LEI	1695	18/09/1979
DECRETO-LEI	1705	23/10/1979
DECRETO-LEI	1704	23/10/1979
DECRETO-LEI	1706	23/10/1979
DECRETO-LEI	1721	03/12/1979
DECRETO-LEI	1730	17/12/1979
DECRETO-LEI	1734	20/12/1979
DECRETO-LEI	1733	20/12/1979
DECRETO-LEI	1741	27/12/1979
DECRETO-LEI	1752	31/12/1979
DECRETO-LEI	1780	14/04/1980
DECRETO-LEI	1782	16/04/1980
DECRETO-LEI	1790	09/06/1980
DECRETO-LEI	1802	29/08/1980
DECRETO-LEI	1825	22/12/1980
DECRETO-LEI	1841	29/12/1980
DECRETO-LEI	1851	27/01/1981
DECRETO-LEI	1870	06/05/1981
DECRETO-LEI	1885	29/09/1981
DECRETO-LEI	1887	29/10/1981
DECRETO-LEI	1892	16/12/1981
DECRETO-LEI	1895	16/12/1981
DECRETO-LEI	1898	21/12/1981
DECRETO-LEI	1929	08/03/1982
DECRETO-LEI	1930	18/03/1982
DECRETO-LEI	1932	30/03/1982
DECRETO-LEI	1950	14/07/1982
DECRETO-LEI	1967	23/11/1982
DECRETO-LEI	1968	23/11/1982
DECRETO-LEI	1973	30/11/1982
DECRETO-LEI	1978	21/12/1982
DECRETO-LEI	1979	22/12/1982
DECRETO-LEI	1980	22/12/1982
DECRETO-LEI	1986	28/12/1982
DECRETO-LEI	1987	28/12/1982
DECRETO-LEI	1994	29/12/1982
DECRETO-LEI	2014	21/02/1983
DECRETO-LEI	2018	22/03/1983
DECRETO-LEI	2021	18/05/1983
DECRETO-LEI	2027	09/06/1983
DECRETO-LEI	2028	09/06/1983
DECRETO-LEI	2031	09/06/1983
DECRETO-LEI	2030	09/06/1983
DECRETO-LEI	2029	09/06/1983
DECRETO-LEI	2034	21/06/1983
DECRETO-LEI	2041	30/06/1983
DECRETO-LEI	2046	20/07/1983
DECRETO-LEI	2054	16/08/1983
DECRETO-LEI	2057	23/08/1983
DECRETO-LEI	2058	23/08/1983
DECRETO-LEI	2065	26/10/1983
LEI	7132	26/10/1983
DECRETO-LEI	2072	20/12/1983
DECRETO-LEI	2075	20/12/1983
DECRETO-LEI	2073	20/12/1983
DECRETO-LEI	2089	27/12/1983
DECRETO-LEI	2124	13/06/1984
DECRETO-LEI	2127	20/06/1984
DECRETO-LEI	2133	26/06/1984
DECRETO-LEI	2134	26/06/1984
DECRETO-LEI	2152	18/07/1984
LEI	7238	29/10/1984
DECRETO-LEI	2181	10/12/1984
DECRETO-LEI	2182	11/12/1984
DECRETO-LEI	2232	21/01/1985
DECRETO-LEI	2250	26/02/1985
DECRETO	91294	31/05/1985
LEI	7329	27/06/1985
LEI	7418	16/12/1985
DECRETO	92181	19/12/1985
LEI	7450	23/12/1985
LEI	7482	04/06/1986
LEI	7505	02/07/1986
DECRETO-LEI	2285	23/07/1986
DECRETO-LEI	2287	23/07/1986
DECRETO-LEI	2286	23/07/1986
LEI	7536	15/09/1986
DECRETO-LEI	2292	21/11/1986
DECRETO-LEI	2303	21/11/1986
DECRETO-LEI	2297	21/11/1986
DECRETO-LEI	2296	21/11/1986
DECRETO-LEI	2308	19/12/1986
DECRETO-LEI	2313	23/12/1986
DECRETO-LEI	2314	23/12/1986
DECRETO-LEI	2323	26/02/1987
DECRETO	94075	05/03/1987
DECRETO-LEI	2325	08/04/1987
DECRETO-LEI	2326	14/04/1987
DECRETO-LEI	2332	09/06/1987
DECRETO	94424	11/06/1987
DECRETO-LEI	2341	29/06/1987
DECRETO-LEI	2350	31/07/1987
DECRETO	94766	11/08/1987
DECRETO-LEI	2354	24/08/1987
DECRETO-LEI	2356	28/08/1987
DECRETO	95247	17/11/1987
DECRETO-LEI	2376	25/11/1987
DECRETO-LEI	2396	21/12/1987
DECRETO-LEI	2397	21/12/1987
DECRETO-LEI	2394	21/12/1987
DECRETO-LEI	2412	10/02/1988
DECRETO-LEI	2413	10/02/1988
DECRETO-LEI	2419	10/03/1988
DECRETO-LEI	2425	07/04/1988
DECRETO-LEI	2426	07/04/1988
DECRETO-LEI	2429	14/04/1988
DECRETO-LEI	2428	14/04/1988
DECRETO-LEI	2436	24/05/1988
DECRETO-LEI	2445	29/06/1988
DECRETO-LEI	2452	29/07/1988
DECRETO-LEI	2458	25/08/1988
DECRETO-LEI	2462	30/08/1988
DECRETO-LEI	2461	30/08/1988
DECRETO-LEI	2468	01/09/1988
DECRETO-LEI	2469	01/09/1988
DECRETO-LEI	2477	22/09/1988
LEI	7683	02/12/1988
LEI	7691	15/12/1988
LEI	7689	15/12/1988
LEI	7713	22/12/1988
LEI	7714	29/12/1988
LEI	7730	31/01/1989
LEI	7738	09/03/1989
LEI	7739	16/03/1989
LEI	7751	14/04/1989

LEI	7766	11/05/1989
LEI	7768	16/05/1989
LEI	7772	08/06/1989
LEI	7777	19/06/1989
LEI	7782	27/06/1989
LEI	7799	10/07/1989
LEI	7827	27/09/1989
LEI	7918	07/12/1989
LEI	7959	21/12/1989
LEI	7964	22/12/1989
LEI	7968	22/12/1989
LEI	7975	26/12/1989
LEI	7988	28/12/1989
LEI	8003	14/03/1990
LEI	8012	04/04/1990
LEI	8014	06/04/1990
LEI	8023	12/04/1990
LEI	8021	12/04/1990
LEI	8034	12/04/1990
DECRETO	99268	31/05/1990
DECRETO	99374	09/07/1990
LEI	8069	13/07/1990
LEI	8134	27/12/1990
LEI	8166	11/01/1991
LEI	8167	16/01/1991
LEI	8177	01/03/1991
LEI	8181	28/03/1991
DECRETO	101	17/04/1991
DECRETO	153	25/06/1991
LEI	8200	28/06/1991
LEI	8218	29/08/1991
LEI	8242	12/10/1991
LEI	8248	23/10/1991
LEI	8249	24/10/1991
LEI	8253	31/10/1991
DECRETO	332	04/11/1991
DECRETO	349	21/11/1991
LEI	8269	16/12/1991
DECRETO	372	23/12/1991
LEI	8313	23/12/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI	8396	02/01/1992
LEI	8402	08/01/1992
EMENDA CONSTITUCIONAL	1	31/03/1992
DECRETO	542	26/05/1992
LEI	8429	02/06/1992
DECRETO	567	11/06/1992
DECRETO	646	09/09/1992
LEI	8541	23/12/1992
DECRETO	736	28/01/1993
DECRETO	756	19/02/1993
DECRETO	792	02/04/1993
DECRETO	794	05/04/1993
LEI	8661	02/06/1993
DECRETO	846	25/06/1993
LEI	8668	25/06/1993
DECRETO	916	08/09/1993
DECRETO	949	05/10/1993
LEI	8724	29/10/1993
LEI	8846	20/01/1994
LEI	8848	28/01/1994
LEI	8850	28/01/1994
LEI	8849	28/01/1994
DECRETO	1095	25/03/1994
LEI	8866	11/04/1994
LEI	8880	28/05/1994
DECRETO	1359	30/12/1994
LEI	8981	20/01/1995
LEI	9003	16/03/1995
DECRETO	1493	17/05/1995
DECRETO	1494	17/05/1995
LEI	9069	26/05/1995
LEI	9064	20/06/1995
LEI	9065	20/06/1995
LEI	9089	31/08/1995
DECRETO	1333	07/12/1995
DECRETO	1735	07/12/1995
DECRETO	1760	26/12/1995
LEI	9250	26/12/1995
LEI	9249	26/12/1995
DECRETO LEGISLATIVO	4	28/02/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	10	04/03/1996
DECRETO	1976	06/08/1996
LEI	9316	22/11/1996
LEI	9323	05/12/1996
LEI	9430	27/12/1996
DECRETO	2116	08/01/1997
DECRETO	2132	22/01/1997
DECRETO	2259	20/06/1997
LEI	9481	13/08/1997
LEI	9493	10/09/1997
EMENDA CONSTITUCIONAL	17	22/11/1997
LEI	9530	10/12/1997
DECRETO	2465	19/01/1998
DECRETO	2554	17/04/1998
LEI	9701	17/11/1998
LEI	9703	17/11/1998
LEI	9718	27/11/1998
LEI	9779	20/01/1999
DECRETO	3000	26/03/1999
MP	1943-55	26/07/2000
MP	2033-34	27/07/2000
MP	2037-20	28/07/2000

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

LEI	4388	28/08/1964
LEI	4502	30/11/1964
LEI	4503	30/11/1964
LEI	4663	03/06/1965
LEI	4862	29/11/1965
LEI	4863	29/11/1965
LEI	5094	30/08/1966
DECRETO-LEI	34	18/11/1966
DECRETO-LEI	104	13/01/1967
LEI	5325	02/10/1967
DECRETO-LEI	491	05/03/1969
DECRETO-LEI	1117	10/08/1970
DECRETO-LEI	1118	10/08/1970
DECRETO-LEI	1119	11/08/1970
DECRETO-LEI	1122	01/09/1970
DECRETO-LEI	1133	16/11/1970
DECRETO-LEI	1136	07/12/1970
DECRETO-LEI	1154	01/03/1971
DECRETO-LEI	1157	12/03/1971

DECRETO-LEI	1165	01/04/1971
DECRETO-LEI	1189	24/09/1971
DECRETO-LEI	1199	27/12/1971
DECRETO-LEI	1211	01/03/1972
DECRETO-LEI	1217	09/05/1972
DECRETO-LEI	1234	25/07/1972
LEI	5799	31/08/1972
DECRETO-LEI	1276	01/06/1973
DECRETO-LEI	1287	18/10/1973
DECRETO-LEI	1292	11/12/1973
DECRETO-LEI	1306	10/01/1974
LEI	6099	12/09/1974
DECRETO-LEI	1355	06/11/1974
DECRETO-LEI	1357	25/11/1974
DECRETO-LEI	1366	29/11/1974
DECRETO-LEI	1374	11/12/1974
DECRETO-LEI	1386	31/12/1974
DECRETO-LEI	1398	20/03/1975
DECRETO-LEI	1403	23/05/1975
DECRETO-LEI	1407	03/07/1975
DECRETO-LEI	1426	02/12/1975
DECRETO-LEI	1437	17/12/1975
DECRETO	77117	06/02/1976
DECRETO-LEI	1450	24/03/1976
DECRETO-LEI	1485	25/10/1976
DECRETO-LEI	1492	06/12/1976
DECRETO-LEI	1500	20/12/1976
DECRETO-LEI	1502	22/12/1976
DECRETO-LEI	1509	27/12/1976
DECRETO-LEI	1522	02/02/1977
DECRETO-LEI	1547	18/04/1977
DECRETO-LEI	1575	23/09/1977
DECRETO-LEI	1577	10/10/1977
DECRETO-LEI	1581	03/11/1977
DECRETO-LEI	1585	30/11/1977
DECRETO-LEI	1586	06/12/1977
DECRETO-LEI	1593	21/12/1977
DECRETO-LEI	1594	22/12/1977
DECRETO-LEI	1627	02/06/1978
DECRETO-LEI	1633	09/08/1978
DECRETO-LEI	1658	24/01/1979
DECRETO-LEI	1662	02/02/1979
DECRETO-LEI	1686	26/06/1979
DECRETO-LEI	1722	03/12/1979
DECRETO-LEI	1724	07/12/1979
DECRETO-LEI	1736	20/12/1979
DECRETO-LEI	1772	26/02/1980
DECRETO-LEI	1843	29/12/1980
DECRETO-LEI	1856	10/02/1981
LEI	6950	04/11/1981
DECRETO-LEI	1894	16/12/1981
DECRETO-LEI	1935	20/04/1982
DECRETO-LEI	1956	30/08/1982
DECRETO-LEI	1964	18/10/1982
DECRETO-LEI	1988	28/12/1982
DECRETO-LEI	2011	18/01/1983
DECRETO-LEI	2018	22/03/1983
DECRETO-LEI	2044	07/07/1983
DECRETO	88556	01/08/1983
DECRETO-LEI	2051	03/08/1983
LEI	7132	26/10/1983
DECRETO	2108	27/02/1984
DECRETO-LEI	2110	03/04/1984
DECRETO-LEI	2151	05/07/1984
DECRETO-LEI	2168	29/10/1984
DECRETO-LEI	2180	04/12/1984
DECRETO-LEI	2247	21/02/1985
DECRETO	91030	05/03/1985
DECRETO	93235	08/09/1985
LEI	7416	10/12/1985
DECRETO	92187	20/12/1985
LEI	7450	23/12/1985
DECRETO	93596	21/11/1986
DECRETO-LEI	2303	21/11/1986
DECRETO	93646	03/12/1986
DECRETO-LEI	2305	10/12/1986
LEI	7554	16/12/1986
DECRETO-LEI	2316	23/12/1986
DECRETO-LEI	2362	21/10/1987
DECRETO-LEI	2381	09/12/1987
DECRETO-LEI	2415	12/02/1988
DECRETO-LEI	2434	19/05/1988
DECRETO-LEI	2444	29/06/1988
DECRETO-LEI	2445	29/06/1988
DECRETO-LEI	2451	29/07/1988
DECRETO-LEI	2450	29/07/1988
DECRETO-LEI	2452	29/07/1988
DECRETO-LEI	2459	25/08/1988
DECRETO-LEI	2471	01/09/1988
DECRETO-LEI	2470	01/09/1988
LEI	7683	05/12/1988
LEI	7691	15/12/1988
LEI	7739	16/03/1989
DECRETO	97821	07/06/1989
LEI	7798	10/07/1989
LEI	7799	10/07/1989
DECRETO	97976	18/07/1989
DECRETO	98097	30/08/1989
LEI	7810	30/08/1989
LEI	7827	27/09/1989
LEI COMPLEMENTAR	61	26/12/1989
LEI	7988	28/12/1989
DECRETO	98810	09/01/1990
DECRETO	99061	07/03/1990
LEI	8000	13/03/1990
LEI	8003	14/03/1990
DECRETO	99181	15/03/1990
LEI	8008	22/03/1990
LEI	8007	22/03/1990
LEI	8010	29/03/1990
LEI	8012	04/04/1990
LEI	8032	12/04/1990
DECRETO	99349	27/06/1990
LEI	8058	02/07/1990
DECRETO	99446	10/08/1990
LEI	8133	27/12/1990
DECRETO	S/N	25/04/1991
LEI	8191	11/06/1991
DECRETO	S/N	13/06/1991
DECRETO	S/N	15/06/1991
DECRETO	151	25/06/1991
LEI	8210	19/07/1991
DECRETO	192	20/08/1991
LEI	8218	29/08/1991
LEI	8248	23/10/1991
DECRETO	328	01/11/1991

LEI	8256	25/11/1991
LEI	8387	30/12/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI	8393	30/12/1991
LEI	8402	08/01/1992
DECRETO	453	26/02/1992
DECRETO	458	27/02/1992
DECRETO	517	08/05/1992
DECRETO	766	03/03/1993
LEI	8643	31/03/1993
DECRETO	792	02/04/1993
DECRETO	783	20/04/1993
LEI	8661	02/06/1993
DECRETO	846	25/06/1993
DECRETO	949	05/10/1993
LEI	8850	28/01/1994
DECRETO	1217	11/08/1994
LEI	8989	24/02/1995
LEI	9000	16/03/1995
DECRETO	1471	27/04/1995
DECRETO	1490	15/05/1995
LEI	9144	08/12/1995
DECRETO	1885	26/04/1996
DECRETO	1936	20/06/1996
DECRETO	2092	10/12/1996
LEI	9359	12/12/1996
LEI	9363	13/12/1996
LEI	9424	24/12/1996
LEI	9493	10/07/1997
DECRETO	2292	04/08/1997
LEI	9643	26/05/1998
DECRETO	2637	25/06/1998
DECRETO	2706	03/08/1998
LEI	9703	17/11/1998
DECRETO	2876	14/12/1998
DECRETO	2917	30/12/1998
DECRETO	2944	21/01/1999
DECRETO	2980	03/03/1999
DECRETO	2995	19/03/1999
DECRETO	3050	06/05/1999
DECRETO	3062	17/05/1999
DECRETO	3069	27/05/1999
DECRETO	3102	30/06/1999
DECRETO	3123	23/07/1999
LEI	9826	24/08/1999

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CREDITO, CAMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS

LEI	5143	20/10/1966
LEI	5172	25/10/1966
DECRETO-LEI	914	07/10/1969
DECRETO-LEI	1188	21/09/1971
DECRETO	70235	06/03/1972
DECRETO-LEI	1269	18/04/1973
DECRETO-LEI	1304	08/01/1974
LEI	6205	29/04/1975
LEI	6313	16/12/1975
DECRETO-LEI	1678	22/02/1979
DECRETO-LEI	1783	18/04/1980
DECRETO-LEI	1844	30/12/1980
DECRETO-LEI	2288	23/07/1986
DECRETO-LEI	2303	21/11/1986
DECRETO-LEI	2376	25/11/1987
DECRETO-LEI	2390	18/12/1987
DECRETO-LEI	2407	05/01/1988
DECRETO-LEI	2434	19/05/1988
DECRETO-LEI	2452	29/07/1988
DECRETO LEI	2473	08/09/1988
LEI	7766	11/05/1989
LEI	7799	10/07/1989
LEI	7827	27/09/1989
LEI	8012	04/04/1990
LEI	8033	12/04/1990
LEI	8088	31/10/1990
LEI	8218	29/08/1991
DECRETO	329	01/11/1991
LEI	8313	23/12/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI	8402	08/01/1992
EMENDA CONSTITUCIONAL	1	31/03/1992
LEI	8668	25/06/1993
DECRETO	949	05/10/1993
LEI	8850	29/01/1994
LEI	8853	07/02/1994
LEI	8895	27/05/1994
LEI	8894	21/06/1994
LEI	8896	22/06/1994
DECRETO	1817	08/02/1996
DECRETO	1821	28/02/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	10	04/03/1996
DECRETO	2219	02/05/1997
LEI	9532	10/12/1997
DECRETO	2452	06/01/1998
LEI	9718	27/11/1998
DECRETO	2913	29/12/1998
LEI	9779	19/01/1999
DECRETO	3079	02/06/1999

EMOLUMENTOS E TAXAS DE MINERAÇÃO

DECRETO-LEI	227	28/02/1967
DECRETO	62934	02/07/1968
LEI	6567	24/09/1978
LEI	7805	18/08/1989
LEI	7886	20/11/1989
LEI	8876	02/05/1994
LEI	9314	14/11/1996
DECRETO	3358	02/02/2000
LEI	9827	27/08/2000

TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

LEI	5070	07/07/1966
DECRETO-LEI	1995	29/12/1982
DECRETO	95744	23/02/1988
DECRETO LEI	2473	08/09/1988
LEI	7680	02/12/1988
LEI	9691	22/07/1998

EMOLUMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SOBRE

PRODUTOS E INSUMOS QUÍMICOS

LEI	9017	30/03/1995
DECRETO	1646	26/09/1995
DECRETO	2793	01/10/1998

TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

LEI	7102	20/06/1983
DECRETO	89056	24/11/1983
LEI	9017	30/03/1995
DECRETO	1592	10/08/1995

TAXAS DE MIGRAÇÃO

LEI	6815	19/08/1980
LEI	6964	09/12/1981
DECRETO	86715	10/12/1981
DECRETO	2381	12/11/1997

TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIOATIVOS E SUAS INSTALAÇÕES - TLC

LEI	9765	17/12/1998

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCITO

DECRETO-LEI	2025	30/05/1983
DECRETO LEGISLATIVO	70	27/09/1983
DECRETO	2998	23/03/1999
LEI	9932	20/12/1999

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

LEI	7940	20/12/1989
LEI	8981	20/01/1995
LEI	9065	20/06/1995
MP	2031-33	27/07/2000

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA

LEI	7689	15/12/1988
LEI	7713	22/12/1988
LEI	7944	20/12/1989
LEI	8003	14/03/1990
LEI	8981	20/01/1995
LEI	9532	10/10/1997
LEI	9932	20/12/1999

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

LEI	8987	13/02/1995
LEI	9074	07/07/1995
LEI	9427	26/12/1996
LEI COMPLEMENTAR	90	01/10/1997
DECRETO	2410	28/11/1997

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LEI	9782	26/01/1999
MP	2039	28/06/2000

TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECRETO	3327	05/01/2000
LEI	9961	28/01/2000

TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

LEI	9960	28/01/2000
DECRETO	3408	10/04/2000

TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

LEI	9960	28/01/2000
DECRETO	3408	10/05/2000

TAXA DE SERVIÇOS METROLÓGICOS

LEI	9933	20/12/1999

EMOLUMENTOS CONSULARES

DECRETO-LEI	1330	07/06/1939
DECRETO-LEI	3168	02/04/1941
DECRETO	7611	12/08/1941
DECRETO-LEI	5099	16/12/1942
DECRETO-LEI	5569	10/06/1943
DECRETO-LEI	6465	02/05/1944
DECRETO-LEI	8853	24/01/1946
DECRETO-LEI	9101	27/01/1946
DECRETO	23776	30/09/1947
LEI	6815	19/08/1980
LEI	6964	09/12/1981
LEI	8522	11/12/1992

EMOLUMENTOS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

DECRETO-LEI	115	25/01/1967
LEI	8522	11/12/1992

TAXA JUDICIARIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

DECRETO-LEI	115	25/01/1967
DECRETO-LEI	246	28/02/1967
LEI	6811	08/07/1980

CUSTAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

LEI	357	29/12/1936
DECRETO LEI	8554	04/01/1946
DECRETO-LEI	115	25/01/1967
DECRETO-LEI	246	28/02/1967
LEI	6355	08/09/1976
LEI	6811	08/07/1980
LEI	8185	14/05/1991
LEI	8522	11/12/1992

CUSTAS JUDICIAIS

LEI	5010	30/06/1966
DECRETO-LEI	253	28/02/1967
DECRETO-LEI	229	28/02/1967
LEI	6355	08/09/1976
RESOLUÇÃO SF	112	11/01/1982
LEI	8069	13/07/1990
LEI	8185	14/05/1991
LEI	8213	24/07/1991
LEI	8237	30/09/1991
LEI	8245	18/10/1991
LEI	9289	04/07/1996
INS/SRF	44	02/08/1996
LEI	9441	14/03/1997

MONTEPIO CIVIL

LEI	436	23/05/1937
DECRETO-LEI	196	22/01/1938
DECRETO-LEI	736	23/09/1938
DECRETO-LEI	2961	20/01/1941
DECRETO-LEI	3864	24/11/1941
DECRETO-LEI	6280	17/02/1944
DECRETO-LEI	7060	21/11/1944
DECRETO-LEI	7565	21/05/1945
DECRETO-LEI	7610	05/06/1945
DECRETO-LEI	8919	26/01/1946
DECRETO-LEI	9595	16/08/1946
DECRETO-LEI	9798	09/09/1946
DECRETO-LEI	9830	11/09/1946
LEI	488	15/11/1948
LEI	2192	06/03/1954
LEI	3058	22/12/1956
LEI	4242	18/07/1963
LEI	4477	12/11/1964
DECRETO-LEI	81	21/12/1966
LEI	5552	04/12/1968
LEI	6220	07/07/1975
LEI	6554	21/08/1978
LEI	6810	07/07/1980
LEI	7034	05/10/1982
LEI	7143	23/11/1983

TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX

LEI	9716	26/11/1998

EMOLUMENTOS E TAXAS PROCESSUAIS

LEI	8884	11/06/1994
LEI	9781	19/01/1999
DECRETO	2978	02/03/1999

TAXA MILITAR

DECRETO-LEI	1187	04/04/1939
DECRETO	8981	12/03/1942
DECRETO	9424	20/05/1942
LEI	4375	17/08/1964
LEI	4754	18/08/1965
DECRETO	57654	20/01/1966
DECRETO	64992	14/08/1969
DECRETO-LEI	1786	20/05/1980
DECRETO	627	07/08/1992

TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

DECRETO	82110	14/08/1978
DECRETO-LEI	1899	21/12/1981
DECRETO LEGISLATIVO	45	02/06/1982

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS - INCRA

DECRETO-LEI	57	18/11/1966
LEI	6746	10/12/1979
DECRETO-LEI	1989	28/12/1982
LEI	8847	28/01/1994

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

DECRETO-LEI	2397	21/12/1987
DECRETO-LEI	2463	30/08/1988
DECRETO LEGISLATIVO	77	15/12/1988
LEI	7730	31/01/1989
LEI	7787	30/06/1989
LEI	7827	27/09/1989
LEI	7894	24/11/1989
LEI	8147	28/12/1990
LEI	8218	29/08/1991
LEI COMPLEMENTAR	70	30/12/1991
LEI	8696	27/08/1993
LEI	8850	28/01/1994
LEI	8879	21/05/1994
LEI	8981	23/01/1995
LEI	9065	21/06/1995
LEI COMPLEMENTAR	85	16/02/1996
LEI	9363	13/12/1996
DECRETO	2191	03/04/1997
DECRETO	2256	17/06/1997
LEI	9476	23/07/1997
LEI	9528	10/12/1997

LEI	9703	17/11/1998
LEI	9718	27/11/1998
MP	2037-20	28/07/2000

CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

DECRETO-LEI	503	18/03/1969
DECRETO-LEI	1422	23/10/1975
DECRETO	87043	22/03/1982
DECRETO	88374	07/06/1983
DECRETO	91781	15/10/1985
LEI	8879	12/04/1994
EMENDA CONSTITUCIONAL	14	12/09/1996
LEI	9601	21/01/1998
LEI	9766	18/12/1998
DECRETO	3142	16/08/1999

COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DECRETO-LEI	1402	05/07/1939
DECRETO-LEI	2377	08/07/1940
LEI	4589	11/12/1964
DECRETO-LEI	27	14/11/1966
DECRETO-LEI	1166	15/04/1971
DECRETO-LEI	1175	11/06/1971
DECRETO-LEGISLATIVO	046	01/07/1971
LEI	6181	11/12/1974
DECRETO	78339	31/08/1976
LEI	6386	09/12/1976
LEI	7047	01/12/1982
DECRETO-LEI	2066	27/10/1983
DECRETO-LEI	2103	30/12/1983
DECRETO-LEGISLATIVO	6	02/05/1984
DECRETO-LEI	2377	30/11/1987
LEI	8906	04/07/1994

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO

DECRETO-LEI	270	28/02/1967
LEI	5989	17/12/1973
DECRETO-LEI	1305	08/01/1974
DECRETO	76590	11/11/1975
DECRETO-LEI	1800	08/08/1980
DECRETO-LEI	2237	24/01/1985
LEI	9943	14/03/1997

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

DECRETO-LEI	7365	08/03/1945
LEI	5461	25/06/1968
DECRETO-LEI	828	05/09/1969
DECRETO-LEI	1027	21/10/1969
DECRETO-LEI	1800	18/08/1980
DECRETO-LEI	1861	25/02/1981
DECRETO	94536	29/06/1987
DECRETO LEGISLATIVO	30	18/09/1990
DECRETO	968	29/10/1993
LEI	9528	10/12/1997
LEI	9720	30/11/1998

CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE

LEI	8237	30/09/1991

CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS

DECRETO-LEI	204	27/02/1967
DECRETO-LEI	594	27/05/1969
DECRETO-LEI	717	30/07/1969
DECRETO	66118	26/01/1970
DECRETO	68702	03/06/1971
DECRETO	68703	03/06/1971
LEI	6168	09/12/1974
LEI	6717	12/11/1979
DECRETO-LEI	1923	20/01/1982
LEI	7856	24/10/1989
DECRETO	99555	01/10/1990
LEI	8212	24/07/1991
LEI	8313	23/12/1991
LEI	8436	25/06/1992
LEI	8879	21/05/1994
LEI	9312	05/11/1996
DECRETO	2290	04/08/1997
ATO DECLARATÓRIO	70	19/12/1997
LEI	9615	29/04/1998
DECRETO	2574	29/04/1998
LEI	9649	27/05/1998
LEI	9981	14/07/2000

CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS

LEI	8167	16/01/1991
DECRETO	101	17/04/1991

CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS PRÊMIOS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS

DECRETO	2290	04/08/1997

CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES DE CREDITO E DIREITOS DE NATUR. FINANCEIRA

EMENDA CONSTITUCIONAL	12	15/08/1996
LEI	9311	24/10/1996
LEI	9317	05/12/1996
DECRETO	2191	03/04/1997
LEI	9539	12/12/1997
EMENDA CONSTITUCIONAL	21	20/03/1999

CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS E PRÊMIOS PRESCRISTOS

LEI	9288	01/07/1996

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES

LEI	429	29/04/1937
DECRETO-LEI	196	22/01/1938
DECRETO-LEI	736	23/09/1938
LEI	2192	06/03/1954
LEI	2314	03/09/1954
LEI	3765	04/05/1960
DECRETO	49096	10/10/1960
LEI	4863	29/11/1965
DECRETO-LEI	81	21/12/1966
LEI	5475	23/07/1968
LEI	5552	04/12/1968
DECRETO	64992	14/08/1969
LEI	5619	03/11/1970
LEI	5787	27/06/1972
LEI	6220	07/07/1975
DECRETO-LEI	1449	13/02/1976
DECRETO	79917	08/07/1977
DECRETO-LEI	1603	22/02/1978
DECRETO LEGISLATIVO	62	08/08/1980
LEI	6880	09/12/1980
LEI	7289	18/12/1984
LEI	8237	30/09/1991
LEI	8460	17/09/1992
DECRETO	906	30/08/1993
DECRETO	1961	19/07/1996

CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS PARA O FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

LEI	7347	24/07/1985
LEI	9008	21/03/1995

CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

LEI	8112	11/12/1990
LEI	8162	08/01/1991
LEI	8688	21/07/1993
LEI	9732	11/12/1998
LEI	9783	28/01/1999
LEI	9796	05/05/1999
DECRETO	3112	06/07/1999

CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

LEI	3807	26/08/1960
DECRETO-LEI	66	21/11/1966
LEI	5890	08/06/1973
LEI	6439	01/09/1977
DECRETO-LEI	1816	10/12/1980
DECRETO-LEI	1867	25/03/1981
DECRETO-LEI	1910	29/12/1981
LEI	7004	24/06/1982
DECRETO-LEI	1966	01/11/1982
DECRETO	88443	29/06/1983
LEI	7175	14/12/1983
DECRETO-LEI	2087	22/12/1983
DECRETO-LEI	2088	22/12/1983
DECRETO	89312	23/01/1984
DECRETO-LEI	2113	18/04/1984
LEI	7186	24/04/1984
DECRETO-LEI	2171	13/11/1984
LEI	7356	30/08/1985
LEI	7485	06/06/1986
LEI	7577	23/12/1986
LEI	7578	23/12/1986
LEI	7604	26/05/1987
LEI	7621	09/10/1987
LEI	7636	17/12/1987
LEI	7637	17/12/1987
DECRETO-LEI	2430	20/04/1988
LEI	7704	21/12/1988
LEI	7787	03/07/1989
LEI	7853	25/10/1989
LEI	7856	25/10/1989
LEI	7998	11/01/1990
LEI	8012	04/04/1990
LEI	8080	19/09/1990
LEI	8112	11/12/1990
LEI	8114	12/12/1990
LEI	8162	08/01/1991
DECRETO	18	01/02/1991
LEI	8186	21/05/1991
LEI	8212	24/07/1991
LEI	8213	24/07/1991
LEI	8218	29/08/1991
DECRETO	320	01/11/1991
LEI	8315	23/12/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI COMPLEMENTAR	70	31/12/1991
LEI	8398	07/01/1992
DECRETO	436	28/01/1992
DECRETO	503	23/04/1992
LEI	8422	13/05/1992
LEI	8436	25/06/1992
LEI	8444	20/07/1992
LEI	8540	22/12/1992
LEI	8620	05/01/1993
LEI	8619	05/01/1993
LEI	8647	13/04/1993
LEI	8688	21/07/1993
LEI COMPLEMENTAR	77	22/07/1993
LEI	8694	13/08/1993
DECRETO	894	16/08/1993
LEI	8696	26/08/1993
LEI	8742	08/12/1993
DECRETO	1030	29/12/1993
LEI	8850	28/01/1994
DECRETO	1058	21/02/1994
LEI	8861	25/03/1994
LEI	8866	11/04/1994
DECRETO	1198	14/07/1994
LEI	9032	28/04/1995
LEI	9063	20/06/1995
LEI COMPLEMENTAR	85	16/02/1996
DECRETO	1826	29/02/1996

Setembro de 2000 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO Sábado 2 00459

LEI	9429	26/12/1996
LEI	9528	10/12/1997
LEI	9711	20/11/1998
LEI	9717	27/11/1998
LEI	9720	30/11/1998
LEI	9732	11/12/1998
DECRETO	3099	28/04/1999
DECRETO	3048	06/05/1999

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL

LEI	9424	24/12/1996
DECRETO	3142	16/08/1999

CONTRIBUIÇÕES RURAIS

LEI	2613	23/09/1955
DECRETO-LEI	582	15/05/1969
DECRETO-LEI	1146	31/12/1970
LEI COMPLEMENTAR	11	25/05/1971
DECRETO-LEI	1487	10/11/1976
DECRETO	84685	06/05/1980
DECRETO-LEI	1989	28/12/1982
DECRETO-LEI	2377	30/11/1987
LEI	8847	28/01/1994
LEI	8850	28/01/1994
EMENDA CONSTITUCIONAL	1	01/03/1994
LEI	9321	05/12/1996
LEI	9393	19/12/1996

CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

LEI COMPLEMENTAR	7	07/09/1970
DECRETO-LEI	1125	17/09/1970
LEI COMPLEMENTAR	8	03/12/1970
DECRETO	71618	26/12/1972
LEI COMPLEMENTAR	17	12/12/1973
LEI COMPLEMENTAR	19	25/06/1974
DECRETO	74333	30/06/1974
LEI COMPLEMENTAR	26	11/09/1975
DECRETO	76342	26/09/1975
DECRETO	78276	17/08/1976
DECRETO	79459	30/03/1977
LEI	6858	24/11/1980
DECRETO-LEI	2052	03/08/1983
DECRETO-LEI	2445	29/06/1988
DECRETO-LEI	2449	21/07/1988
LEI	7691	15/12/1988
LEI	7764	02/05/1989
LEI	7799	10/07/1989
LEI	7998	11/01/1990
LEI	8012	04/04/1990
LEI	8019	11/04/1990
LEI	8177	01/03/1991
DECRETO	104	22/04/1991
DECRETO	S/N	07/05/1991
LEI	8218	29/08/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI	8398	07/01/1992
LEI	8678	13/07/1993
DECRETO	894	16/08/1993
LEI	8696	26/08/1993
LEI	8844	20/01/1994
LEI	8850	28/01/1994
LEI	8894	22/06/1994
LEI	8896	22/06/1994
LEI	8895	22/06/1994
LEI	8904	04/07/1994
LEI	9004	16/03/1995
LEI	9069	29/06/1995
LEI	9363	13/12/1996
LEI	9365	17/12/1996
DECRETO	2170	04/03/1997
DECRETO	2256	17/06/1997
LEI	9532	10/12/1997
LEI	9701	17/11/1998
LEI	9703	17/11/1998
LEI	9715	25/11/1998
LEI	9718	27/11/1998
MP	2037-20	28/07/2000

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

LEI	7689	15/12/1988
LEI	7738	09/03/1989
LEI	7787	30/06/1989
LEI	7799	10/07/1989
LEI	7856	24/10/1989
LEI	7988	28/12/1989
LEI	8003	14/03/1990
LEI	8034	12/04/1990
LEI	8114	12/12/1990
LEI	8200	28/06/1991
LEI	8218	29/08/1991
DECRETO	332	04/11/1991
LEI COMPLEMENTAR	70	30/12/1991
LEI	8383	30/12/1991
EMENDA CONSTITUCIONAL	1	31/03/1992
LEI	8541	23/12/1992
LEI	8696	26/08/1993
LEI	9069	29/06/1995
LEI	9249	26/12/1995
EMENDA CONSTITUCIONAL	10	04/03/1996
LEI	9532	10/12/1997
LEI	9703	17/11/1998
LEI	9718	27/11/1998
DECRETO	3000	26/03/1999
MP	2037-20	28/07/2000

CONTRIBUIÇÃO PARA SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP

MP	1961-24	26/06/2000

CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN

DECRETO-LEI	1106	16/06/1970
DECRETO-LEI	1127	12/10/1970
DECRETO	67372	12/10/1970
DECRETO-LEI	1243	30/10/1972
LEI	5938	19/11/1973
DECRETO-LEI	1376	12/12/1974
DECRETO-LEI	1701	18/10/1979
DECRETO	91237	08/05/1985
DECRETO	97850	20/06/1989
LEI	8167	16/01/1991
DECRETO	101	17/04/1991
DECRETO	153	26/06/1991
DECRETO	853	05/07/1993
DECRETO	1735	08/12/1995

CONTRIBUIÇÃO PARA O PROG. DE REDIST. DE TERRAS E DE ESTIMULO A AGROIND. DO NORTE E DO NORD. - PROTERRA

DECRETO-LEI	1179	06/07/1971
DECRETO-LEI	1376	12/12/1974
DECRETO-LEI	1701	18/10/1979
DECRETO	91237	08/05/1985
DECRETO	97850	20/06/1989
LEI	8167	16/01/1991
DECRETO	101	17/04/1991
DECRETO	853	05/07/1993
LEI	9126	13/11/1995
DECRETO	1735	08/12/1995
IN/SRF	030	01/03/1999

CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

LEI	4502	30/11/1964
DECRETO-LEI	34	18/11/1966
DECRETO-LEI	1437	17/12/1975
DECRETO-LEI	1455	07/04/1976
DECRETO	79966	14/07/1977
DECRETO	91030	05/03/1985
DECRETO-LEI	2261	12/03/1985
DECRETO	92433	03/03/1986
DECRETO-LEI	2357	28/08/1987
DECRETO-LEI	2411	21/01/1988
DECRETO	99426	31/07/1990
DECRETO	2037	15/10/1996
DECRETO	98135	12/09/1998
IN/SRF	128	04/11/1998
IN/SRF	029	01/03/1999
IN/SRF	032	01/03/1999
IN/SRF	031	01/03/1999

CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS

DECRETO-LEI	1129	13/10/1970
DECRETO-LEI	1515	30/12/1976
LEI	7291	19/12/1984
DECRETO	96993	17/10/1988
DECRETO	599	09/07/1992

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL

DECRETO-LEI	1900	21/12/1981
DECRETO LEGISLATIVO	049	09/06/1982
LEI	8313	23/12/1991
LEI	8401	08/01/1992
DECRETO	567	11/06/1992

COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVEIS

LEI	4452	05/11/1964
DECRETO-LEI	1556	07/07/1977
DECRETO-LEI	1785	13/05/1980

COTA-PARTE DA MARGEM DE REVENDA DOS COMBUSTÍVEIS

LEI	4452	05/11/1964
PORTARIA CNP-PD	2	14/02/1979
PORTARIA CNP-PD	3	09/03/1979
IN-SRF	75	20/06/1980

COTAS DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE A EXPORTAÇÃO

DECRETO-LEI	2295	21/11/1986
LEI	7739	16/03/1989
DECRETO	1030	29/12/1993
LEI	9004	16/03/1995
LEI COMPLEMENTAR	85	15/02/1996
LEI	9363	13/12/1996

ADICIONAL SOBRE AS TARIFAS DE PASSAGENS AÉREAS DOMESTICAS

DECRETO	76590	11/11/1975
DECRETO-LEI	1800	18/08/1980
DECRETO	98996	02/03/1990

COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE

DECRETO-LEI	1801	18/08/1980
DECRETO-LEI	1845	30/12/1980
DECRETO-LEI	2035	21/06/1983
DECRETO-LEI	2055	17/08/1983
DECRETO-LEI	2157	14/08/1984
LEI	7597	14/04/1987
DECRETO-LEI	2404	23/12/1987
DECRETO-LEI	2414	12/02/1988
DECRETO-LEI	2480	03/10/1988
DECRETO	97945	11/07/1989
LEI	8010	29/03/1990
LEI	8032	12/04/1990
DECRETO	429	17/01/1992
DECRETO	949	05/10/1993
DECRETO	1642	25/09/1995
MP	1960-64	26/07/2000

COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

LEI	7525	22/07/1986
LEI	7990	28/12/1989
LEI	8001	13/03/1990
DECRETO	1	11/01/1991
LEI	8213	24/07/1991
DECRETO	507	23/04/1992
LEI	8666	21/06/1993
LEI COMPLEMENTAR	77	13/07/1993
LEI	8870	16/04/1994
LEI	9433	08/01/1997
LEI	9648	27/05/1998
LEI	9478	08/06/1998
DECRETO	2705	03/08/1998
LEI	9984	17/07/2000

RECEITA PATRIMONIAL
RECEITAS IMOBILIÁRIAS

DECRETO	14595	31/12/1920
DECRETO	14596	31/12/1920
DECRETO-LEI	2490	16/08/1940
DECRETO-LEI	3438	17/07/1941
DECRETO-LEI	3964	20/12/1941
DECRETO-LEI	4120	21/02/1942
DECRETO-LEI	5666	15/07/1943
DECRETO-LEI	6874	15/09/1944
DECRETO	16604	19/09/1944
DECRETO-LEI	7916	30/08/1945
DECRETO-LEI	9669	29/08/1946
DECRETO-LEI	9760	05/09/1946
LEI	6015	31/12/1973
DECRETO-LEI	1390	29/01/1975
DECRETO-LEI	1561	13/07/1977
LEI	6766	01/12/1979
DECRETO-LEI	1876	15/07/1981
LEI	7450	23/12/1985
DECRETO-LEI	2303	21/11/1986
DECRETO-LEI	2323	26/02/1987
DECRETO-LEI	2398	21/12/1987
DECRETO	95760	01/03/1988
DECRETO-LEI	2422	30/03/1988
LEI	8025	12/04/1990

RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

DECRETO-LEI	1521	26/01/1977
DECRETO-LEI	1557	14/06/1977
LEI	6432	12/07/1977
DECRETO-LEI	1566	01/08/1977
LEI	8668	25/06/1993
LEI	8685	20/07/1993
DECRETO	1031	29/12/1993
LEI	8894	21/06/1994
DECRETO	1259	29/09/1994
LEI	9015	30/03/1995
DECRETO	1612	28/08/1995
DECRETO	1814	08/02/1996
DECRETO	1821	28/02/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	10	04/03/1996
LEI	9366	16/12/1996
DECRETO	2219	02/05/1997
LEI	9457	05/05/1997
DECRETO	2452	06/01/1998

JUROS DE TÍTULOS DE RENDA

DECRETO	20923	08/01/1932
DECRETO	69846	28/12/1971
LEI	7448	23/12/1985
DECRETO	968	29/10/1993

REMUNERAÇÃO DE DEPOSITO BANCÁRIO

DECRETO-LEI	1290	03/12/1973
DECRETO	93872	23/12/1986
LEI	9322	05/12/1996

REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS

LEI	8019	11/04/1990
LEI	8352	28/12/1991

REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS

LEI	7998	11/01/1990

RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

LEI	5070	07/07/1966
LEI	8987	13/02/1995
LEI	9295	19/07/1996
DECRETO	2056	04/11/1996

RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS

LEI	8977	06/01/1995
LEI	8987	13/02/1995
DECRETO	1720	28/11/1995
DECRETO	1817	28/11/1995

RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIO

LEI	8987	12/02/1995

RECEITA DE OUTORGA DE SERVIÇO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

LEI	8987	13/02/1995

LEI	9478	06/08/1997
DECRETO	2705	03/08/1998
LEI	9847	26/10/1999

RECEITA DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQÜENCIA

LEI	9472	16/07/1997

RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTRNAC. DE PASSAGEI

LEI	8987	13/02/1995
DECRETO	2521	20/03/1998

RECEITA DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO

LEI	8666	21/06/1993
LEI	8987	13/02/1995

OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS

DECRETO-LEI	867	17/11/1938
DECRETO	3604	14/01/1939
DECRETO	6732	18/01/1941
DECRETO	11527	08/02/1943
DECRETO-LEI	5666	15/07/1943
DECRETO-LEI	9760	05/09/1946
DECRETO-LEI	9813	09/09/1946
DECRETO-LEI	9897	17/09/1946
LEI	6015	31/12/1973
DECRETO-LEI	1561	13/07/1977
LEI	6766	19/12/1979
LEI	7450	23/12/1985
DECRETO-LEI	2303	21/11/1986
DECRETO-LEI	2323	26/02/1987
DECRETO-LEI	2398	21/12/1987
DECRETO	95760	01/03/1988
DECRETO-LEI	2422	30/03/1988
LEI	8036	11/05/1990
LEI	8212	24/07/1991
LEI	8443	16/07/1992
LEI	8490	19/11/1992
LEI	8625	12/02/1993
LEI	9004	16/03/1995

RECEITA AGROPECUÁRIA

RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL

DECRETO	86179	08/07/1981

RECEITA DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS

LEI	6088	16/07/1974
DECRETO	86179	08/07/1981

RECEITA INDUSTRIAL

LEI	4320	17/03/1964

RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

LEI	4118	27/08/1962
LEI	4320	17/03/1964

RECEITA DA INDUSTRIA QUÍMICA

LEI	4118	27/08/1962
LEI	4320	17/03/1964
DECRETO-LEI	2464	31/08/1988

RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA

DECRETO	5963	16/07/1940
LEI	592	23/12/1948
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	58	10/11/1972
DECRETO	73610	11/02/1974
ATO DO SENADO FEDERAL	13	19/09/1974
DECRETO	666	02/10/1992
LEI	9082	26/07/1995

RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO

LEI	6715	12/11/1979

RECEITA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS

DECRETO	75985	17/07/1975
LEI	6439	01/09/1977
LEI	7783	28/06/1989
DECRETO	109	02/05/1991

SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE

LEI	4617	14/04/1965
DECRETO	91575	27/08/1985
DECRETO	968	29/10/1993

SERVIÇOS FINANCEIROS

DECRETO	57870	25/02/1966
LEI	5000	24/05/1966
LEI	5969	11/12/1973
DECRETO-LEI	1312	15/02/1974
LEI	6336	09/12/1976
DECRETO	79897	30/06/1977
LEI	6685	03/09/1979
DECRETO-LEI	2164	19/09/1984
DECRETO-LEI	2349	29/07/1987
DECRETO-LEI	2406	05/01/1988

LEI	9017	30/03/1995
DECRETO	1646	27/09/1995

SERVIÇOS FINANCEIROS DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

LEI	5969	11/12/1973
LEI	6685	03/09/1979
LEI	7890	23/11/1989
DECRETO	99364	03/07/1990
LEI	8171	17/01/1991
LEI	8929	22/08/1994
DECRETO	2233	23/05/1997

SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

LEI	4617	14/04/1965

SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECRETO	84640	17/04/1980

SERVIÇO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

LEI	2599	13/09/1955
LEI	4617	14/04/1965
DECRETO	91575	27/08/1985

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO

LEI	6301	15/12/1975

SERVIÇOS DE SAÚDE

DECRETO	69846	28/12/1971
DECRETO	69859	29/12/1971
DECRETO	72344	08/06/1973
DECRETO	73617	12/02/1974
DECRETO	84485	22/02/1980
RSF	163	03/05/1983
INS	1	07/01/1994

SERVIÇOS HOSPITALARES

DECRETO-LEI	8373	14/12/1945
LEI	4617	14/04/1965
DECRETO	69846	29/12/1971
DECRETO	92512	02/04/1986
LEI	8237	30/09/1991

SERVIÇOS DE REGISTRO DE ANÁLISE DE CONTROLE DE PRODUTOS SUJEITOS AS NORMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LEI	6360	23/09/1976

SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

LEI	5615	13/10/1970
RESOLUÇÃO SF	58	10/11/1972
ATO/SF	14	19/09/1974
ATO/SF	18	27/11/1976

SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO

DECRETO	46429	14/07/1959
LEI	4905	17/12/1965
LEI	5177	01/12/1966
DECRETO-LEI	1027	21/10/1969

SERVIÇO DE METROLOGIA E CERTIFICAÇÃO

LEI	5966	11/12/1973

SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

DECRETO	1257	03/02/1893
LEI	813	23/12/1901
DECRETO	4050	13/01/1920
DECRETO-LEI	592	04/08/1938
DECRETO-LEI	778	08/10/1938
DECRETO	14167	03/12/1943
DECRETO-LEI	6067	03/12/1943
DECRETO	14168	03/12/1943
DECRETO-LEI	7397	19/03/1945
LEI	1920	25/07/1953
LEI	2187	16/02/1954
LEI	3062	22/12/1956
LEI	3782	22/07/1960
LEI	4048	29/12/1961
DECRETO-LEI	239	28/02/1967
DECRETO	66111	23/01/1970
LEI	7232	30/10/1984
DECRETO	97753	17/05/1989
DECRETO	99188	17/03/1990
LEI	8078	11/09/1990
DECRETO	171	05/07/1991
DECRETO	1753	20/12/1995

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DECRETO-LEI	1870	14/12/1939
DECRETO-LEI	2436	22/07/1940
DECRETO-LEI	8223	07/12/1945
LEI	5988	14/12/1973
DECRETO	76085	06/08/1975
LEI	6661	21/06/1979
DECRETO	88376	10/06/1983
DECRETO	675	30/10/1992
LEI	8490	19/11/1992
LEI	8666	21/06/1993

SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

LEI	9017	30/03/1995

SERVIÇOS DE METEOROLOGIA

LEI DELEGADA	08	11/10/1962

SERVIÇOS EDUCACIONAIS

LEI	378	13/01/1937
DECRETO	76085	06/08/1975
DECRETO	89588	26/04/1984

SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

LEI	199	23/01/1936
DECRETO	2500	16/03/1938
DECRETO-LEI	982	23/12/1938
DECRETO	4438	26/07/1939
DECRETO-LEI	3265	12/05/1941
DECRETO-LEI	4200	25/03/1942
LEI DELEGADA	8	10/10/1962
LEI DELEGADA	9	11/10/1962
LEI	4617	15/04/1965
LEI	4714	29/06/1965
LEI	6198	26/12/1974
LEI	6507	19/12/1977
DECRETO	81771	07/06/1978
DECRETO	82110	14/08/1978
LEI	6894	16/12/1980
DECRETO	86179	06/07/1981
LEI	6934	13/07/1981
DECRETO	86955	18/02/1982
DECRETO	91575	27/08/1985
DECRETO	599	09/07/1992
LEI	8490	19/12/1992
DECRETO	675	30/12/1992

SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS

DECRETO	91575	27/08/1985

SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS

DECRETO	86179	06/07/1981
DECRETO	599	18/10/1990
LEI	8167	16/01/1991
DECRETO-LEI	101	10/04/1991

SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

DECRETO-LEI	8373	14/12/1945
LEI	4617	15/04/1965
DECRETO	91575	27/08/1985

SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS

DECRETO	86179	06/07/1981

SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERENCIAS DE TECNOLOGIA

DECRETO	75374	14/02/1975

SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO

LEI	6454	24/10/1977
DECRETO-LEI	2056	19/08/1983
LEI	7695	20/12/1988
DECRETO	171	05/07/1991

SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICA E TECNOLÓGICAS

LEI	4118	27/08/1962

SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

LEI	6087	16/07/1974

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS

LEI	6087	16/07/1974

SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO

LEI	6087	16/07/1974

TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS

DECRETO-LEI	5406	14/04/1943
LEI	4202	06/02/1963
DECRETO-LEI	34	18/11/1966
DECRETO-LEI	1023	21/10/1969
DECRETO	70198	24/02/1972
DECRETO	91848	29/10/1985
DECRETO	878	22/07/1993

TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA

DECRETO-LEI	270	28/02/1967
LEI	5862	12/12/1972
DECRETO	71820	07/02/1973
LEI	5989	17/12/1973
LEI	6009	26/12/1973
DECRETO-LEI	1305	08/01/1974
LEI	6085	15/07/1974
DECRETO-LEI	1678	22/02/1979
DECRETO-LEI	2060	12/09/1983
DECRETO	89121	06/12/1983
LEI	7700	21/12/1988

LEI	7920	12/12/1989
LEI	8399	07/01/1992
DECRETO	1642	25/09/1995
LEI	9825	23/08/1999

TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA

DECRETO-LEI	1896	17/12/1981
LEI	7920	12/12/1989

SERVIÇO DE REGULAMENTAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, REGIME PRIVADO

LEI	9472	16/07/1997

SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

DECRETO-LEI	2406	05/01/1988
LEI	8004	14/03/1990
LEI	8100	05/12/1990
LEI	8692	28/07/1993
MP	1981-50	28/07/2000

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

LEI	4320	17/03/1964
LEI	5000	24/05/1966
DECRETO-LEI	1312	15/02/1974
DECRETO-LEI	2376	25/11/1987
LEI COMPLEMENTAR	77	13/07/1993

OUTRAS RECEITAS CORRENTES
MULTAS E JUROS DE MORA

DECRETO	4536	21/01/1922
DECRETO	15783	08/11/1922
DECRETO	5426	07/01/1928
DECRETO-LEI	538	07/07/1938
LEI	5438	20/05/1968
DECRETO-LEI	352	17/06/1968
LEI	5534	14/11/1968
DECRETO-LEI	1027	21/10/1969
LEI	6276	08/12/1975
DECRETO-LEI	1786	20/05/1980
LEI	6822	22/09/1980
LEI	7029	13/09/1982
DECRETO-LEI	2056	19/08/1983
DECRETO-LEI	2063	06/10/1983
DECRETO-LEI	2170	05/11/1984
LEI	7487	10/06/1986
LEI	7889	23/11/1989
LEI	8022	12/04/1990
DECRETO	87	15/04/1991
LEI	8218	29/08/1991
LEI	8383	30/12/1991
LEI	8374	30/12/1991
LEI	8696	26/08/1993
LEI	8918	14/07/1994
LEI	8936	25/11/1994
LEI	9430	27/12/1996
LEI	9636	15/05/1998
LEI	9817	23/08/1999

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

DECRETO	19412	19/11/1930
DECRETO	19503	17/12/1930
DECRETO	19584	13/01/1931
DECRETO	19648	30/01/1931
LEI	4320	17/03/1964
LEI	4617	15/04/1965
LEI	6301	15/12/1975
DECRETO	88503	12/07/1983
DECRETO	91575	27/08/1985
LEI	7565	19/12/1986
LEI	8029	12/04/1990
LEI	8112	11/12/1990
LEI	8237	30/09/1991
LEI	8245	18/10/1991

RECEITA DA DIVIDA ATIVA

DECRETO	4536	21/01/1922
DECRETO	5426	07/01/1928
DECRETO-LEI	960	17/12/1938
DECRETO-LEI	1052	17/01/1939
LEI	3937	09/08/1961
LEI	4320	17/03/1964
DECRETO-LEI	147	03/02/1967
LEI	5421	25/04/1968
DECRETO-LEI	352	17/06/1968
LEI	5554	06/12/1968
DECRETO-LEI	1025	21/10/1969
DECRETO-LEI	1569	08/08/1977
DECRETO-LEI	1645	11/12/1978
DECRETO-LEI	1687	18/07/1979
DECRETO-LEI	1735	20/12/1979
LEI	6830	22/09/1980
DECRETO-LEI	2081	22/12/1983
DECRETO-LEI	2163	19/09/1984
DECRETO-LEI	2169	29/10/1984
DECRETO-LEI	2176	29/11/1984
LEI	7450	23/12/1985
DECRETO-LEI	2331	28/05/1987
LEI	8022	12/04/1990
DECRETO	325	01/11/1991
LEI	8397	06/01/1992
LEI COMPLEMENTAR	73	10/02/1993
LEI COMPLEMENTAR	75	20/05/1993
LEI	9289	04/07/1996
LEI	9467	10/07/1997

RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS

LEI	4439	27/10/1964
DECRETO-LEI	147	03/02/1967
LEI	5421	25/04/1968

DECRETO-LEI	1025	21/10/1969
LEI	6301	15/12/1975
DECRETO-LEI	1569	08/08/1977
DECRETO-LEI	1645	11/12/1978
DECRETO-LEI	1735	20/12/1979
LEI	7711	22/12/1988
DECRETO	98135	12/09/1989
LEI	8906	04/07/1994

RECEITA DECORRENTE DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS

DECRETO-LEI	1455	07/04/1976
LEI	7450	23/12/1985
DECRETO-LEI	2411	21/01/1988
DECRETO	98125	06/09/1989
LEI	8666	21/06/1993

REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZAÇÃO

LEI	8029	12/04/1990
DECRETO	786	29/03/1993
DECRETO	1068	02/03/1994
DECRETO	S/N	08/08/1994
RSF	53	18/08/1994
DECRETO	1642	25/09/1995
DECRETO	2039	15/10/1996
DECRETO	2061	05/11/1996
LEI	9447	14/03/1997
LEI	9472	16/07/1997
LEI	9491	09/09/1997
MP	2044-54	28/07/2000

PRODUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR)

LEI	370	04/01/1937
LEI	2313	03/09/1954
DECRETO	40395	27/11/1956
LEI	8846	24/01/1994

RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO DPVAT

LEI	6194	19/12/1974

RECEITAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CREDITO

LEI	4595	31/12/1964
LEI COMPLEMENTAR	12	08/11/1971
DECRETO-LEI	1312	15/02/1974
DECRETO-LEI	1336	18/07/1974
DECRETO-LEI	1558	17/06/1977
DECRETO-LEI	1754	31/12/1979
DECRETO	88206	29/03/1983
DECRETO-LEI	2047	20/07/1983
DECRETO-LEI	2048	26/07/1983
DECRETO-LEI	2115	25/04/1984
DECRETO-LEI	2132	26/06/1984
DECRETO-LEI	2178	04/12/1984
DECRETO-LEI	2277	02/04/1985
DECRETO	93872	23/12/1986
DECRETO	94443	12/06/1987
LEI	7614	14/07/1987
DECRETO-LEI	2376	25/11/1987
LEI	7862	30/10/1989
LEI	7908	06/12/1989
LEI	8018	11/04/1990
LEI	8187	01/06/1991
DECRETO	175	10/07/1991
LEI	8427	27/05/1992
LEI	8443	16/07/1992
RESOLUÇÃO SF	98	23/12/1992
LEI	8666	21/06/1993
LEI	8709	23/09/1993
DECRETO	1031	29/12/1993
LEI	8894	21/06/1994
DECRETO	1612	28/08/1995
LEI	9126	10/11/1995
LEI	9143	08/12/1995
RSF	7	08/02/1996
DECRETO	1821	28/02/1996
EMENDA CONSTITUCIONAL	10	04/03/1996
RSF	28	07/05/1996
LEI	9275	09/05/1996
LEI	9438	26/02/1997
DECRETO	2219	02/05/1997
LEI	9485	01/09/1997
LEI	9486	01/09/1997
MP	1974-82	28/07/2000

ALIENAÇÃO DE BENS

DECRETO-LEI	9760	05/09/1946
LEI	4947	06/04/1966
DECRETO	79	19/12/1966
LEI	6383	07/12/1976
DECRETO-LEI	1640	20/11/1978
DECRETO-LEI	1684	18/06/1979
LEI	6985	13/04/1982
LEI	6987	13/04/1982
DECRETO	99188	17/03/1990
LEI	8011	04/04/1990
LEI	8025	12/04/1990
DECRETO	99209	16/04/1990
DECRETO	99266	28/05/1990
LEI	8057	29/06/1990
LEI	8068	13/07/1990
DECRETO	99464	16/08/1990
DECRETO	99664	01/11/1990
DECRETO	99666	01/11/1990
DECRETO	99665	01/11/1990
DECRETO	99741	28/11/1990
LEI	8171	17/02/1991
DECRETO	75	01/04/1991
DECRETO	106	26/04/1991
DECRETO	124	20/05/1991
DECRETO	S/N	28/06/1991
DECRETO	172	08/07/1991
LEI	8218	29/08/1991

LEI	8249	24/10/1991
LEI	8250	24/10/1991
DECRETO	647	09/09/1992
LEI	8846	24/02/1994
LEI	8906	04/07/1994
LEI	9099	26/05/1995
DECRETO	1686	26/10/1995
LEI	9636	15/05/1998

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

LEI	4320	17/03/1964
LEI	4380	21/08/1964
LEI	4728	14/07/1965
LEI COMPLEMENTAR	12	08/11/1971

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

LEI	4320	17/03/1964
LEI	6404	15/12/1976
LEI	9096	19/09/1995
MP	1957-38	26/07/2000

RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

LEI	4595	31/12/1964
DECRETO-LEI	2376	25/11/1987
LEI	7908	06/12/1989
LEI	8177	01/03/1991
LEI	8660	28/05/1993
LEI	8696	27/08/1993
LEI	9491	09/09/1997

RECEITA DECORRENTE DA CONTA PETRâLEO, DERIVADOS E µLCOOL

LEI	4452	05/11/1964
LEI	9478	06/08/1997

FUNDO AERONÁUTICO

Decreto-lei	8.373/1945	14/12/1945
Decreto	37.045/1955	16/03/1955
Decreto	37.545/1955	30/06/1955
Decreto	40.402/1956	22/11/1956
Lei Ordinária	3.000/1956	13/12/1956
Decreto	41.148/1957	13/03/1957
Lei Ordinária	3.244/1957	14/08/1957
Decreto	51.747/1963	22/02/1963
Decreto	64.409/1969	25/04/1969
Decreto	65.523/1969	21/10/1969
Decreto	71.246/1972	13/10/1972
Decreto-lei	1.252/1972	22/12/1972
Decreto	71.731/1973	19/01/1973
Decreto Legislativo	5/1973	09/04/1973
Decreto	72.086/1973	13/04/1973
Decreto	73.070/1973	01/11/1973
Portaria M. Acronáutica /Ministro	12/1975	14/03/1975
Decreto	76.590/1975	11/11/1975
Portaria M. Acronáutica /Ministro	1.547/1979	11/12/1979
Lei Ordinária	6.787/1980	26/05/1980
Decreto	84.905/1980	14/07/1980
Decreto	89.165/1983	09/02/1983
Decreto	89.120/1983	06/12/1983
Portaria M. Acronáutica /Ministro	762/1985	09/10/1985
Portaria M. Acronáutica /Ministro	817/1986	23/09/1986
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	98.996/1990	05/03/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Informação M. Acronáutica /Secret. Orçamento e Finanças /Assessoria Jurídica	s/nº/1996	01/04/1996
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	676/1996	05/08/1996
Aviso M. da Acronáutica /Gabinete do Ministro/GM4	019/1996	29/10/1996
Parecer M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº. Federal /CGFOR/ Departº Gerenc. Informação	21/1997	05/11/1997
Memorando-Circular M. Planejatº /Secret.Orçatº Federal /Depart. Gerenciamento da Informação	223/1997	06/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Planejatº e Orçatº /Secret. de Orçatº Federal /Secretário	52/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	345/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Portaria M. Defesa /Comando da Acronáutica /Comandante	101/2000	22/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Decreto	23.139/1947	02/06/1947
Decreto	69.846/1971	28/12/1971
Decreto-lei	1.754/1979	31/12/1979
Decreto-lei	1.755/1979	31/12/1979
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Lei Ordinária	9.238/1995	22/12/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999

Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Lei Ordinária	9.892/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

SUBSISTEMA ACOMPANHAR PESSOAL - SAP

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Decreto	347/1991	21/11/1991
Decreto	1.412/1995	07/03/1995
Instrução Normativa M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /Secretário	1/1995	09/06/1995
Decreto	1.659/1995	05/10/1995
Decreto	1.736/1995	07/12/1995
Memorando-Circular M. Planejat°/Secret.Orçat° Federal /Depart. Gerenciamento da Informação	014/1996	14/02/1996
Nota Téc. M. Adm. Fed. Reforma Estado /Secret. Recursos Humanos /Dep. Informação Adm.Sist. Rec. H.	03/1996	08/03/1996
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	978/1996	29/03/1996
Decisão Tribunal de Contas da União /Plenário	0723-43/97-P	29/10/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Portaria Normativa M. Orçat° e Gestão /Secret. Estado Admin. Patrim. /Sec. Rec. Humanos	3/1999	03/03/1999
Decreto	3.061/1999	14/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	9/1999	09/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	52/1999	12/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	172/1999	30/12/1999
Resolução M. Desenvolvit°, Indústria e Comércio Exterior/ Conselho Nac. Desestatização - Presidente	26/2000	06/06/2000
Lei Ordinária	9.984/2000	17/07/2000
Lei Ordinária	9.990/2000	21/07/2000
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Parecer Tribunal Contas União	475.107/98-5	27/07/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Recursos Humanos /Secretário	1.159/2000	03/08/2000

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR -FAT

Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	23/1985	15/02/1985
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	09/1987	22/06/1987
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	239/1988	05/10/1988
Telex M. Fazenda /Secret. Planejt°, Orçamento e Modernização	1.242/1988	09/11/1988
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	272/1989	24/04/1989
Lei Ordinária	7.998/1990	11/01/1990
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Medida Provisória	134/1990	15/02/1990
Medida Provisória	147/1990	13/03/1990
Lei Ordinária	8.019/1990	11/04/1990
Lei Ordinária	8.028/1990	12/04/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	2/1990	21/06/1990
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	1/1990	21/06/1990
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	7/1990	28/09/1990
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	6/1990	28/09/1990
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	9/1990	31/12/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	19/1991	03/07/1991
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	21/1991	09/10/1991
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	23/1991	09/10/1991
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	22/1991	09/10/1991
Lei Ordinária	8.352/1991	28/12/1991
Lei Ordinária	8.398/1992	07/01/1992
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	25/1992	11/03/1992
Lei Ordinária	8.458/1992	11/09/1992
Mensagem SIAFI M. Educação /Secretaria de Controle Interno	924004/1993	17/02/1993
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	41/1993	12/05/1993
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	40/1993	12/05/1993
Medida Provisória	331/1993	30/06/1993
Decreto	858/1993	05/07/1993
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	48/1993	14/07/1993
Medida Provisória	337/1993	28/07/1993
Lei Ordinária	8.694/1993	12/08/1993
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	53/1993	26/10/1993
Lei Ordinária	8.727/1993	05/11/1993
Lei Ordinária	8.736/1993	29/12/1993
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	59/1994	25/03/1994
Medida Provisória	681/1994	27/10/1994
Medida Provisória	684/1994	31/10/1994

Medida Provisória	743/1994	02/12/1994
Medida Provisória	802/1994	30/12/1994
Medida Provisória	865/1995	27/01/1995
Medida Provisória	918/1995	24/02/1995
Medida Provisória	935/1995	07/03/1995
Lei Ordinária	9.004/1995	16/03/1995
Medida Provisória	964/1995	29/03/1995
Medida Provisória	956/1995	30/03/1995
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	81/1995	19/04/1995
Medida Provisória	989/1995	28/04/1995
Medida Provisória	981/1995	28/04/1995
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	82/1995	03/05/1995
Medida Provisória	1.013/1995	26/05/1995
Medida Provisória	1.007/1995	26/05/1995
Medida Provisória	1.030/1995	27/06/1995
Medida Provisória	1.036/1995	27/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	013.430/93-9	26/07/1995
Medida Provisória	1.055/1995	27/07/1995
Medida Provisória	1.061/1995	27/07/1995
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	88/1995	04/08/1995
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	87/1995	04/08/1995
Medida Provisória	1.082/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.088/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.120/1995	22/09/1995
Medida Provisória	1.114/1995	22/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.152/1995	24/10/1995
Medida Provisória	1.147/1995	24/10/1995
Medida Provisória	1.178/1995	01/11/1995
Parecer M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /COEDE /Dept° Programas Sociais	141/1995	03/11/1995
Medida Provisória	1.183/1995	23/11/1995
Medida Provisória	1.188/1995	23/11/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Coord. Geral Normas	47/1995	27/11/1995
Medida Provisória	1.212/1995	28/11/1995
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal	39/1995	28/11/1995
Lei Ordinária	9.138/1995	29/11/1995
Medida Provisória	1.213/1995	30/11/1995
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Arrecadação	41/1995	11/12/1995
Medida Provisória	1.219/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.249/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.224/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.256/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.286/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.285/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.261/1996	12/01/1996
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996
Medida Provisória	1.295/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.325/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.324/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.313/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.312/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.300/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.335/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.365/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.364/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.353/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.352/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.340/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.366/1996	14/03/1996
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	1.377/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.408/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.382/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Medida Provisória	1.423/1996	09/05/1996
Lei Ordinária	9.275/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.427/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.447/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.454/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.457/1996	16/05/1996
Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Tributação	1/1996	21/05/1996
Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Tributação	12/1996	23/05/1996
Medida Provisória	1.471/1996	05/06/1996
Medida Provisória	1.475/1996	05/06/1996
Medida Provisória	1.494/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.502/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.495/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret.Orçat° Federal / Depart° Área Social	71/1996	13/06/1996
Nota Téc. M. Fazenda /Secretaria Federal de Controle /Secretário	009/1996	02/07/1996
Medida Provisória	1.471-21/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.475-16/1996	04/07/1996
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Coord. Geral Normas	20/1996	08/07/1996
Medida Provisória	1.494-9/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.502-6/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.495-8/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Coord. Geral Normas	22/1996	15/07/1996
Medida Provisória	1.471-22/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.475-17/1996	01/08/1996
Ofício M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Secretário	047/1996	07/08/1996
Medida Provisória	1.502-7/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.471-23/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.475-18/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.485-29/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.502-8/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.495-10/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.494-11/1996	05/09/1996
Memorando M. Fazenda /Secret. Federal Controle /CASCI/SEADE/GAB	2074/1996	13/09/1996
Medida Provisória	1.471-24/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.475-19/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.485-30/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.504-7/1996	02/10/1996

Medida Provisória	1.502-9/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.494-12/1996	08/10/1996
Medida Provisória	1.471-25/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.475-20/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.525/1996	30/10/1996
Medida Provisória	1.504-8/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.471-26/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.475-21/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.495-13/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.525-1/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.504-9/1996	29/11/1996
Lei Ordinária	9.322/1996	05/12/1996
Lei Ordinária	9.365/1996	16/12/1996
Medida Provisória	1.546/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.558/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.475-22/1996	19/12/1996
Lei Ordinária	9.430/1996	27/12/1996
Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.558-3/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.475-23/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.546-16/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.558-4/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.475-24/1997	24/02/1997
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.558-5/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.475-25/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.546-18/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.558-6/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.537-37/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.475-26/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.546-19/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.558-7/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.475-27/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.546-20/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.558-8/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.475-28/1997	12/06/1997
Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçatº Federal/Secretário	06/1997	30/06/1997
Medida Provisória	1.546-21/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.558-9/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.537-40/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.475-29/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.579-10/1997	23/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.537-41/1997	07/08/1997
Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Tributação	21/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.546-22/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.475-30/1997	08/08/1997
Memorando-Circular M. Planejatº Orçatº /Secret.Orçatº Federal /Secretário-Adjunto	12/1997	11/08/1997
Medida Provisória	1.579-11/1997	21/08/1997
Medida Provisória	1.546-23/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.537-42/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.475-31/1997	09/09/1997
Lei Ordinária	9.493/1997	10/09/1997
Medida Provisória	1.579-12/1997	18/09/1997
Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.537-43/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.475-32/1997	09/10/1997
Medida Provisória	1.579-13/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.537-44/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.546-25/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Parecer Tribunal Contas União	012.696/96-0	05/11/1997
Medida Provisória	1.475-33/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Medida Provisória	1.579-14/1997	13/11/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Medida Provisória	1.546-26/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.537-45/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.475-34/1997	04/12/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Mensagem Presidente República	1.516/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.579-15/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.617-46/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.623-27/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.475-35/1997	31/12/1997
Decreto	2.451/1998	05/01/1998
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.579-16/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.623-28/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.475-36/1998	29/01/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.579-17/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.623-29/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.475-37/1998	27/02/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.579-18/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.617-49/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.642-41/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.623-30/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.475-38/1998	27/03/1998
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	437/1998	30/03/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.579-19/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.651-42/1998	07/04/1998
Medida Provisória	1.623-31/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.617-50/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.475-39/1998	28/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.579-20/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.617-51/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.659/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.623-32/1998	12/05/1998
Lei Ordinária	9.649/1998	27/05/1998
Medida Provisória	1.579-21/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.475-40/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998

Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.623-33/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.659-1/1998	10/06/1998
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	180/1998	25/06/1998
Medida Provisória	1.579-22/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.475-41/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.683-2/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.674-53/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.676-34/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.475-42/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.579-23/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.687-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.676-35/1998	29/07/1998
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	187/1998	12/08/1998
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	189/1998	12/08/1998
Medida Provisória	1.579-24/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.475-43/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.683-4/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.687-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.716/1998	08/09/1998
Medida Provisória	1.579-25/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.475-44/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.674-56/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.683-5/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.687-4/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.716-1/1998	08/10/1998
Medida Provisória	1.579-26/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.475-45/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.683-6/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.676-38/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.687-5/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.726/1998	03/11/1998
Lei Ordinária	9.701/1998	17/11/1998
Medida Provisória	1.579-27/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.475-46/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.683-7/1998	25/11/1998
Lei Ordinária	9.715/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.687-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.709-4/1998	27/11/1998
Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Medida Provisória	1.756-8/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.779-5/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.732-47/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.735-28/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	345/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.735-29/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.756-9/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.732-48/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.779-6/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Lei Ordinária	9.779/1999	19/01/1999
Decreto	2.949/1999	27/01/1999
Medida Provisória	1.807/1999	28/01/1999
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	6/1999	29/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.732-49/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.779-7/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.735-30/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.756-10/1999	11/02/1999
Decreto	2.961/1999	19/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Medida Provisória	1.807-1/1999	25/02/1999
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Medida Provisória	1.735-31/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.756-11/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.732-50/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.779-8/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.807-2/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.735-32/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.779-9/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.732-51/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.756-12/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Medida Provisória	1.807-3/1999	22/04/1999
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	207/1999	29/04/1999
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	206/1999	29/04/1999
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	208/1999	29/04/1999
Medida Provisória	1.735-33/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.756-13/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.732-52/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.779-10/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.807-4/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.735-34/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.756-14/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.732-53/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.779-11/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.807-5/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.858-6/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.902-54/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.879-12/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.837-35/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999

Medida Provisória	1.881-15/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Decreto	3.101/1999	30/06/1999
Medida Provisória	1.837-36/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.879-13/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.881-16/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.902-55/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.683-3/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.858-7/1999	29/07/1999
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	215/1999	05/08/1999
Medida Provisória	1.837-37/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.879-14/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.902-56/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.881-17/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.858-8/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.837-38/1999	22/09/1999
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	218/1999	22/09/1999
Resolução M. Trabalho /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	217/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.858-9/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.902-57/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.879-15/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.881-18/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.921/1999	30/09/1999
Medida Provisória	1.922/1999	05/10/1999
Medida Provisória	1.837-39/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.881-19/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.902-58/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.879-16/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.858-10/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.921-1/1999	28/10/1999
Medida Provisória	1.922-1/1999	04/11/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Medida Provisória	1.837-40/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Lei Ordinária	9.872/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.902-59/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.879-17/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.881-20/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.858-11/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.921-2/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.936-41/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.952-18/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.966-3/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.954-21/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.998-60/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.991-12/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.966-4/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.954-22/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.936-42/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.952-19/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.991-13/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.998-61/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.936-43/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.952-20/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.966-5/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.954-23/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.998-62/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.991-14/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.954-24/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.936-44/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.966-6/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.952-21/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.991-15/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.998-63/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.936-45/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.966-7/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.954-25/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.952-22/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.991-16/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.998-64/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.966-8/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.954-26/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.952-23/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.991-17/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.998-65/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.966-9/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.954-27/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.952-24/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.998-66/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.991-18/2000	09/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000

Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.966-10/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.954-28/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.952-25/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.037-19/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.038-67/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Resolução M. Trabalho e Emprego /Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	237/2000	05/07/2000
Portaria M. Fazenda, Interino	224/2000	20/07/2000
Portaria M. Fazenda, Interino	228/2000	20/07/2000

FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL

Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Coord. Geral Normas	32/1995	08/08/1995
Emenda Constitucional	10/1996	04/03/1996
Informação M. Aeronáutica /Secret. Orçamento e Finanças /Assessoria Jurídica	s/n°/1996	01/04/1996
Lei Ordinária	9.275/1996	09/05/1996
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	676/1996	05/08/1996
Aviso M. da Aeronáutica /Gabinete do Ministro/GM4	019/1996	29/10/1996
Nota Téc. Conj.Cong. Nacional /Sen Fed /Com. Mista Orçat° /Asses. Orçt° Fisc. Financ./Cons Orçat°	8/1996	04/11/1996
Decreto	2.214/1997	25/04/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	93/1997	28/04/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	120/1997	09/06/1997
Nota Téc. Cong. Nacional /Senado Federal /Comis. Mista Planos Orçat° /Consultoria Orçamento	35/1997	21/08/1997
Nota Téc. Cong. Nacional /Senado Federal /Comis. Mista Planos Orçat° /Consultoria Orçamento	37/1997	03/09/1997
Nota Téc. Cong. Nacional /Senado Federal /Comis. Mista Planos Orçat° /Consultoria Orçamento	34/1997	03/09/1997
Parecer M. Planejat° e Orçat° / Secret. Orçat°. Federal /CGFOR/ Depart° Gerenc. Informação	21/1997	05/11/1997
Memorando-Circular M. Planejat° /Secret.Orçat° Federal /Depart. Gerenciamento da Informação	223/1997	06/11/1997
Emenda Constitucional	17/1997	22/11/1997
Nota Téc. Cong. Nacional /Câmara Deputados /Asses. Orçat° Fiscalização Financeira	2/1998	29/01/1998
Parecer Tribunal Contas União	010.929/96-7	16/09/1998
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000

FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FAZ

Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	01/1974	22/10/1974
Lei Ordinária	6.168/1974	09/12/1974
Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	02/1975	05/02/1975
Decreto	75.508/1975	18/03/1975
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	48/1975	30/04/1975
Decreto-lei	1.405/1975	28/06/1975
Decreto	75.975/1975	17/07/1975
Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	07/1975	13/08/1975
Decreto Legislativo	72/1975	29/08/1975
Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	14/1975	23/10/1975
Decreto	77.116/1976	06/02/1976
Decreto	78.307/1976	24/08/1976
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	397/1976	17/11/1976
Resolução Presidência República - PR /Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	01/1977	20/04/1977
Lei Ordinária	6.430/1977	07/07/1977
Resolução Presidência República - PR /Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	02/1977	27/07/1977
Resolução Presidência República - PR /Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	04/1977	28/07/1977
Resolução Presidência República - PR /Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	01/1978	22/02/1978
Exposição Motivos Interminist. Presidência República /PR /Sec. Planejamento /M. Trabalho e outros	62/1979	17/05/1979
Lei Ordinária	6.717/1979	12/11/1979
Resolução Presidência República - PR /Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	02/1980	03/12/1980
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	54-A/1981	20/02/1981
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	130/1981	26/05/1981
Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	04/1981	29/05/1981
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	712/1981	22/12/1981
Exposição Motivos - M.Fazenda	675/1981	29/12/1981
Decreto-lei	1.923/1982	20/01/1982
Decreto	86.885/1982	28/01/1982
Decreto Legislativo	76/1982	11/08/1982
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	234/1982	10/11/1982
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	129/1983	31/05/1983
Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	07/1983	05/10/1983

Resolução Presidência República - PR /Secretaria Planejamento /Conselho Desenvolvimento Social	01/1984	16/04/1984
Portaria M. Educação /Ministro	86/1986	03/02/1986
Exposição Motivos Conjunta M. Previd. Assis. Social/Presid.da República /PR /Sec. Planejamento/PR	06/1986	13/02/1986
Portaria M. Educação /Ministro	188/1986	17/05/1986
Exposição Motivos Conjunta M. Fazenda - MF e M. Previdência Assistência Social	07/1986	11/06/1986
Exposição Motivos - PR /Secretaria Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	26/1986	12/06/1986
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	264/1986	05/08/1986
Exposição Motivos - PR /Secretaria de Planejt° /Conselho Desenv. Social /M. Educ. Cultura e outros	55/1986	05/09/1986
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	342/1986	17/11/1986
Decreto	94.537/1987	30/06/1987
Decreto-lei	2.463/1988	30/08/1988
Constituição Federal 1988	195/III/1988	05/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Decreto Legislativo	77/1988	15/12/1988
Lei Ordinária	7.856/1989	24/10/1989
Lei Ordinária	7.921/1989	12/12/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.212/1991	24/07/1991
Lei Ordinária	8.446/1992	21/07/1992
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Lei Ordinária	9.275/1996	09/05/1996
Nota Téc. M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Dep. Programas Econômicos	s/n°/1996	28/06/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.823/1999	29/04/1999
Medida Provisória	1.823-1/1999	27/05/1999
Medida Provisória	1.823-2/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.864-3/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.864-4/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.864-5/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.864-6/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.864-7/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.864-8/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.944-9/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.944-10/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.944-11/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.944-12/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.944-13/2000	30/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	1.944-14/2000	27/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.944-15/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.944-16/2000	26/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	308/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP)

Lei Complementar	8/1970	03/12/1970
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	183/1971	27/04/1971
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	196/1971	30/11/1971
Decreto	71.618/1972	26/12/1972
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	254/1973	15/03/1973
Lei Complementar	19/1974	25/06/1974

FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS

Lei Ordinária	4.380/1964	21/08/1964
Lei Ordinária	4.595/1964	31/12/1964
Lei Ordinária	4.728/1965	14/07/1965
Lei Ordinária	4.864/1965	30/11/1965
Lei Ordinária	5.049/1966	29/06/1966
Decreto-lei	19/1966	30/08/1966
Lei Ordinária	5.107/1966	13/09/1966
Lei Ordinária	5.127/1966	30/09/1966
Decreto-lei	73/1966	21/11/1966
Decreto-lei	70/1966	21/11/1966
Decreto-lei	262/1967	28/02/1967
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - Conselho Administração/RC	25/1967	16/06/1967
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	30/1967	23/08/1967
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	2/1967	16/10/1967
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	5/1967	10/11/1967
Decreto	61.867/1967	07/12/1967
Circular BNH /Superint. dos Agentes Financeiros	1/1968	04/01/1968
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	1/1968	09/01/1968
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	2/1968	11/01/1968
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	3/1968	11/01/1968
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	6/1968	01/02/1968
Lei Ordinária	5.455/1968	20/06/1968
Decreto	63.182/1968	27/08/1968
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	16/1968	14/10/1968
Circular BNH / Carteira de Fundos e	11/1968	14/10/1968

Garantias		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	35/1968	28/11/1968
BNH - Conselho Administração		
Decreto-lei	391/1968	30/12/1968
Decreto	64.024/1969	27/01/1969
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	10/1969.	16/04/1969
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	15/1969.	20/06/1969
Garantias		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	36/1969	18/11/1969
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	75/1969	08/12/1969
Habitação /Diretoria - RD		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	81/1969	15/12/1969
Habitação /Diretoria - RD		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	04/1970.	13/05/1970
Garantias		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	24/1971	22/04/1971
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	23/1971	22/04/1971
BNH - Conselho Administração		
Lei Ordinária	5.670/1971	02/07/1971
Decreto-lei	1.188/1971	21/09/1971
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	27/1971	05/10/1971
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	56/1971	05/10/1971
BNH - Conselho Administração		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	25/1971.	22/10/1971
Garantias		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	68/1971	22/10/1971
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	62/1971	27/10/1971
Habitação /Diretoria - RD		
Lei Ordinária	5.725/1971	27/10/1971
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	31/1971	11/11/1971
BNH - Conselho Administração		
Lei Ordinária	5.741/1971	01/12/1971
Lei Ordinária	5.762/1971	14/12/1971
Lei Ordinária	5.764/1971	16/12/1971
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	20/1972	20/04/1972
Habitação /Diretoria - RD		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	2/1973	03/01/1973
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	02/1973.	03/01/1973
Garantias		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	1/1973	23/01/1973
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	81/1973	28/09/1973
Habitação /Diretoria - RD		
Lei Ordinária	6.015/1973	31/12/1973
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	36/1974	//1974
BNH - Conselho Administração		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	5/1974	08/04/1974
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	05/1974.	08/04/1974
Garantias		
Lei Ordinária	6.045/1974	15/05/1974
Lei Ordinária	6.071/1974	03/07/1974
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	11/1974	13/08/1974
Garantias		
Decreto-lei	1.358/1974	12/11/1974
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	01/1975.	03/01/1975
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	1/1975	03/01/1975
Garantias		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	8/1975	04/03/1975
Habitação /Diretoria - RD		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	10/1975	17/06/1975
BNH - Conselho Administração		
Decreto	76.085/1975	06/08/1975
Lei Ordinária	6.245/1975	02/10/1975
Lei Ordinária	6.273/1975	28/11/1975
Decreto-lei	1.431/1975	05/12/1975
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	2/1976	23/01/1976
Habitação /Diretoria - RD		
Decreto	77.450/1976	19/04/1976
Decreto Legislativo	14/1976	20/04/1976
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	20/1976	04/05/1976
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	386/1976	21/07/1976
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	311/1976	20/10/1976
Decreto-lei	1.491/1976	01/12/1976
Decreto-lei	1.494/1976	09/12/1976
Circular M. Fazenda /Superintendência de..	76/1977	23/03/1977
Seguros Privados		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	2/1977	27/04/1977
BNH - Conselho Administração/RC		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	1/1977..	27/04/1977
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	2/1977.	27/04/1977
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	1/1977...	27/04/1977
BNH - Conselho Administração/RC		
Resolução Câmara dos Deputados.....	44/1977	18/05/1977
/Presidente		
Lei Ordinária	6.423/1977	17/06/1977
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	10/1977	24/06/1977
Habitação /Diretoria - RD		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	21/1977	30/09/1977
Habitação /Diretoria - RD		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	24/1977	11/10/1977
Habitação /Diretoria - RD		
Resolução M. Interior /Banco Nacional.....	33/1977	13/12/1977
Habitação /Diretoria - RD		
Decreto-lei	1.596/1977	22/12/1977
Decreto-lei	1.608/1978	28/02/1978
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	5/1978	28/02/1978
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	05/1978.	28/02/1978
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	10/1978...	27/07/1978
Garantias		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	494/1978	18/10/1978
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	506/1978	18/10/1978
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	29/1978.	26/11/1978
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	1/1979	24/01/1979
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	01/1979.	24/01/1979
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	02/1979.	09/02/1979
Garantias		
Circular BNH / Carteira de Fundos e.....	2/1979	09/02/1979

Garantias		
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	6/1979	16/02/1979
Circular BNH / Carteira de Fundos e..... Garantias	5/1979	05/04/1979
Circular BNH / Carteira de Fundos e..... Garantias	05/1979.	05/04/1979
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	534/1979	18/04/1979
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	16/1979	07/05/1979
Decreto Legislativo	18/1979	16/05/1979
Circular BNH / Carteira de Fundos e..... Garantias	9/1979	06/06/1979
Circular BNH / Carteira de Fundos e..... Garantias	09/1979.	06/06/1979
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	23/1979	25/06/1979
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	4/1979.	30/07/1979
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - BNH (substitui a Resoluções BNH - RC e RD	4/1979	30/07/1979
Circular BNH / Carteira de Fundos e..... Garantias	13/1979.	07/08/1979
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	568/1979	20/09/1979
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	24/1979.	06/11/1979
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - BNH (substitui a Resoluções BNH - RC e RD	24/1979	06/11/1979
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	25/1979	06/11/1979
Lei Ordinária	6.748/1979	10/12/1979
Lei Ordinária	6.758/1979	17/12/1979
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	55/1980	03/03/1980
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	73/1980	26/05/1980
Lei Ordinária	6.792/1980	11/06/1980
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	81/1980	19/08/1980
Portaria M. Fazenda / Gabinete do..... Ministro /Ministro	90/1980	22/08/1980
Lei Ordinária	6.855/1980	18/11/1980
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras.... Garantias	1/1981	06/01/1981
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras.... Garantias	01/1981.	06/01/1981
Decreto-lei	1.851/1981	27/01/1981
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	106/1981	30/03/1981
Lei Ordinária	6.899/1981	08/04/1981
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	114/1981	03/08/1981
Decreto Legislativo	37/1981	17/08/1981
Lei Ordinária	6.941/1981	14/09/1981
Decreto-lei	1.887/1981	29/10/1981
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	715/1981	21/12/1981
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	135/1982	16/02/1982
Decreto-lei	1.930/1982	18/03/1982
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	141/1982	06/05/1982
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	155/1982	22/06/1982
Resolução Senado Federal.....	19/1982	29/06/1982
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	157/1982.	08/07/1982
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	158/1982.	08/07/1982
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - BNH (substitui a Resoluções BNH - RC e RD	157/1982	08/07/1982
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - BNH (substitui a Resoluções BNH - RC e RD	158/1982	08/07/1982
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	161/1982	18/08/1982
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras.... Garantias	8/1982	27/08/1982
Decreto-lei	1.968/1982	23/11/1982
Decreto-lei	1.975/1982	20/12/1982
Decreto	88.293/1983	09/05/1983
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	182/1983	18/05/1983
Decreto-lei	2.021/1983	18/05/1983
Decreto	88.371/1983	07/06/1983
Decreto-lei	2.034/1983	20/06/1983
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	190/1983	07/07/1983
Decreto-lei	2.045/1983	13/07/1983
Decreto-lei	2.046/1983	20/07/1983
Decreto-lei	2.058/1983	23/08/1983
Decreto Legislativo	68/1983	19/09/1983
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	193/1983	20/09/1983
Resolução Congresso Nacional.....	01/1983	20/10/1983
Decreto-lei	2.065/1983	26/10/1983
Decreto Legislativo	91/1983	10/11/1983
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	201/1983	16/11/1983
Decreto Legislativo	99/1983	30/11/1983
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	203/1983	28/12/1983
Decreto	89.284/1984	10/01/1984
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	1/1984	12/01/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	3/1984	31/01/1984
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	856/1984	21/03/1984
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	4/1984	21/03/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	62/1984	06/04/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	6/1984	06/04/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	63/1984	06/04/1984
Resolução Senado Federal.....	22/1984	05/05/1984
Lei Ordinária	7.196/1984	13/06/1984
Decreto-lei	2.127/1984	20/06/1984
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras.... Garantias	11/1984.	20/06/1984

Decreto-lei	2.155/1984	30/07/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	16/1984	16/08/1984
Decreto-lei	2.164/1984	19/09/1984
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - Conselho Administração/RC	14/1984	27/09/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	18/1984	03/10/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	19/1984	17/10/1984
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	21/1984	25/10/1984
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras Garantias	22/1984	14/11/1984
Decreto Legislativo	54/1984	03/12/1984
Circular BNH / Carteira Operações / Supervisão dos Agentes Financeiros Poup e Empréstimo	40/1984	07/12/1984
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras Garantias	24/1984.	07/12/1984
Decreto-lei	2.182/1984	11/12/1984
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - Conselho Administração	41/1985	01/03/1985
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras Garantias	02/1985.	06/03/1985
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	37/1985.	11/03/1985
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - Conselho Administração	37/1985	11/03/1985
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	42/1985	13/03/1985
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras Garantias	06/1985.	14/03/1985
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	41/1985	01/04/1985
Circular BNH / Carteira Operações / Supervisão dos Agentes Financeiros Poup e Empréstimo	16/1985	07/05/1985
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras Garantias	07/1985.	08/05/1985
Circular BNH /Depart° Seguros e Outras Garantias	18/1985	08/05/1985
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.020/1985	05/06/1985
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - Conselho Administração	46/1985	26/06/1985
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	47/1985	28/06/1985
Resolução Senado Federal	80/1985	14/08/1985
Resolução Senado Federal	131/1985	19/11/1985
Lei Ordinária	7.450/1985	23/12/1985
Decreto	92.349/1986	29/01/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.090/1986	30/01/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.097/1986	16/02/1986
Decreto-lei	2.284/1986	10/03/1986
Decreto	92.492/1986	25/03/1986
Resolução M. Interior /Banco Nacional Habitação /Diretoria - RD	58/1986	23/04/1986
Decreto	92.591/1986	25/04/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.136/1986	15/05/1986
Decreto	92.698/1986	21/05/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.041/1986	19/06/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.140/1986	26/06/1986
Decreto-lei	2.287/1986	23/07/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.052/1986	24/07/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.057/1986	13/08/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.063/1986	27/08/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.073/1986	30/09/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.082/1986	30/10/1986
Decreto-lei	2.297/1986	21/11/1986
Decreto	93.598/1986	21/11/1986
Decreto-lei	2.301/1986	21/11/1986
Decreto-lei	2.291/1986	21/11/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.218/1986	24/11/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.220/1986	24/11/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.219/1986	24/11/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.221/1986	24/11/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.098/1986	12/12/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.099/1986	17/12/1986
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.241/1986	30/12/1986
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.111/1987	21/01/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.110/1987	21/01/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.112/1987	21/01/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.253/1987	28/01/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.231/1987	28/01/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.254/1987	28/01/1987
Decreto	94.060/1987	26/02/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.134/1987	26/02/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.135/1987	27/02/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.143/1987	18/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.285/1987	19/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.298/1987	19/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.283/1987	19/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.290/1987	19/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.276/1987	20/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.277/1987	20/03/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.291/1987	24/03/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.150/1987	24/03/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.154/1987	25/03/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.161/1987	20/04/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.162/1987	24/04/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.177/1987	03/06/1987
Decreto-lei	2.335/1987	12/06/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.310/1987	18/06/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.330/1987	18/06/1987
Portaria M. Fazenda / Gabinete do	270/1987	27/07/1987

Ministro /Ministro		
Decreto-lei	2.349/1987	29/07/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.343/1987	30/07/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.368/1987	30/07/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.339/1987	30/07/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.361/1987	30/07/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.214/1987	04/08/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.374/1987	13/08/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.385/1987	27/08/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.225/1987	09/09/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.241/1987	21/10/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.407/1987	29/10/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.408/1987	29/10/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.420/1987	25/11/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.260/1987	27/11/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.262/1987	04/12/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.427/1987	14/12/1987
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.265/1987	16/12/1987
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	27/1987	17/12/1987
de Seguros Privados		
Circular M. Fazenda /Superintendência de	25/1987	18/12/1987
Seguros Privados		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.281/1987	23/12/1987
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.278/1988	05/01/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.456/1988	05/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.447/1988	05/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.445/1988	05/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.277/1988	05/01/1988
Decreto-lei	2.406/1988	05/01/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.448/1988	05/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.446/1988	05/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.444/1988	05/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.282/1988	20/01/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.443/1988	27/01/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.287/1988	27/01/1988
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.297/1988	02/03/1988
Decreto	95.924/1988	14/04/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.477/1988	28/04/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Portaria M. Habitação e Urbanismo	48/1988	11/05/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.494/1988	29/06/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.331/1988	13/07/1988
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.341/1988	08/09/1988
Decreto-lei	2.476/1988	16/09/1988
Resolução Tribunal de Contas da União	118/1988	19/09/1988
Decreto	96.727/1988	20/09/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.518/1988	21/09/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.520/1988	21/09/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.519/1988	21/09/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.362/1988	30/09/1988
Ato das Disposições Constitucionais	36/1988	05/10/1988
Transitórias / Constituição Federal 1988		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.367/1988	12/10/1988
Circular M. Fazenda /Superintendência de	23/1988	27/10/1988
Seguros Privados		
Circular M. Fazenda /Superintendência de	2/1988	02/11/1988
Seguros Privados		
Medida Provisória	14/1988	03/11/1988
Lei Ordinária	7.684/1988	02/12/1988
Lei Ordinária	7.682/1988	02/12/1988
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.393/1988	07/12/1988
Decreto	97.222/1988	14/12/1988
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.396/1988	14/12/1988
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.333/1988	21/12/1988
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.397/1988	22/12/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.546/1988	22/12/1988
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.566/1989	15/01/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.571/1989	25/01/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Lei Ordinária	7.730/1989	31/01/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.437/1989	01/02/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.448/1989	14/02/1989
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.578/1989	22/02/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.582/1989	22/02/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Lei Ordinária	7.737/1989	28/02/1989
Decreto	97.548/1989	01/03/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.457/1989	09/03/1989
Lei Ordinária	7.739/1989	26/03/1989
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.597/1989	29/03/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Medida Provisória	44/1989	30/03/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.469/1989	05/04/1989
Lei Ordinária	7.764/1989	02/05/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.478/1989	03/05/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.479/1989	09/05/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.486/1989	19/05/1989
Lei Ordinária	7.774/1989	08/06/1989
Decreto Legislativo	23/1989	09/06/1989
Decreto Legislativo	44/1989	14/06/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.495/1989	15/06/1989
Decreto	97.840/1989	19/06/1989
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.611/1989	23/06/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.610/1989	23/06/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	1.612/1989	28/06/1989
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.506/1989	07/07/1989
Lei Ordinária	7.799/1989	10/07/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.511/1989	13/07/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.515/1989	20/07/1989

Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.521/1989	09/08/1989
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.520/1989	10/08/1989
Medida Provisória	90/1989	26/09/1989
Lei Ordinária	7.839/1989	12/10/1989
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.647/1989	18/10/1989
Circular M. Fazenda /Superintendência de Seguros Privados	24/1989	31/10/1989
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.663/1989	29/11/1989
Lei Ordinária	7.976/1989	27/12/1989
Lei Ordinária	7.989/1989	28/12/1989
Circular M. Fazenda /Superintendência de Seguros Privados	30/1989	29/12/1989
Decreto	98.813/1990	10/01/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.667/1990	17/01/1990
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Medida Provisória	133/1990	14/02/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.583/1990	14/02/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.582/1990	15/02/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.685/1990	21/02/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.585/1990	21/02/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.593/1990	08/03/1990
Lei Ordinária	8.003/1990	14/03/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.598/1990	14/03/1990
Lei Ordinária	8.004/1990	14/03/1990
Lei Ordinária	8.011/1990	04/04/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.698/1990	04/04/1990
Medida Provisória	177/1990	12/04/1990
Lei Ordinária	8.031/1990	12/04/1990
Lei Ordinária	8.024/1990	12/04/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.671/1990	16/04/1990
Lei Ordinária	8.036/1990	11/05/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.708/1990	14/05/1990
Medida Provisória	323/1990	26/05/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.715/1990	29/05/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.701/1990	29/05/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.714/1990	29/05/1990
Medida Provisória	188/1990	30/05/1990
Medida Provisória	190/1990	31/05/1990
Medida Provisória	191/1990	06/06/1990
Medida Provisória	193/1990	25/06/1990
Medida Provisória	196/1990	30/06/1990
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	380/1990	03/07/1990
Medida Provisória	197/1990	24/07/1990
Medida Provisória	198/1990	26/07/1990
Medida Provisória	199/1990	26/07/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.786/1990	27/07/1990
Medida Provisória	200/1990	27/07/1990
Medida Provisória	202/1990	01/08/1990
Medida Provisória	212/1990	29/08/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.742/1990	29/08/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.744/1990	30/08/1990
Medida Provisória	217/1990	31/08/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.811/1990	10/09/1990
Decreto	99.531/1990	17/09/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.820/1990	20/09/1990
Medida Provisória	237/1990	28/09/1990
Lei Ordinária	8.088/1990	30/10/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.834/1990	31/10/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.758/1990	31/10/1990
Medida Provisória	260/1990	01/11/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.850/1990	22/11/1990
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.772/1990	28/11/1990
Lei Ordinária	8.100/1990	05/12/1990
Medida Provisória	278/1990	12/12/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.866/1990	14/12/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.865/1990	14/12/1990
Medida Provisória	286/1990	14/12/1990
Lei Ordinária	8.127/1990	20/12/1990
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.876/1990	26/12/1990
Medida Provisória	294/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.178/1991	01/03/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.921/1991	26/03/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.927/1991	01/04/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.940/1991	17/04/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.939/1991	17/04/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	271/1991	25/04/1991
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	271/1991.	25/04/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.950/1991	26/04/1991
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.835/1991	26/06/1991
Decreto-lei	00/1991	04/07/1991
Decreto	00/04.07.1991	04/07/1991
Medida Provisória	298/1991	29/07/1991
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	07/1991	21/08/1991
Lei Ordinária	8.218/1991	29/08/1991
Lei Ordinária	8.237/1991	30/09/1991
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	993/1991	02/10/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.060/1991	10/10/1991
Lei Ordinária	8.245/1991	21/10/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.084/1991	08/11/1991
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.884/1991	14/11/1991
Lei Ordinária	8.383/1991	30/12/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.111/1991	30/12/1991
Lei Ordinária	8.388/1991	30/12/1991
Lei Ordinária	8.406/1992	09/01/1992
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.126/1992	24/01/1992
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.137/1992	13/02/1992
Resolução M. Econ. Faz. Planejat° /Superintendência de Seguros Privados	01/1992	10/04/1992
Circular M. Fazenda /Superintendência de Seguros Privados	8/1992	16/04/1992
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.922/1992.	30/04/1992
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.923/1992	30/04/1992
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	1.922/1992	30/04/1992

Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.924/1992	30/04/1992
Resolução M. Interior /Banco Nacional..... Habitação /Diretoria - RD	143/1992	06/05/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	04/1992	06/05/1992
Lei Ordinária	8.419/1992	07/05/1992
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.947/1992	15/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	10/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	25/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	23/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	20/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	18/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	16/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	14/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	12/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	09/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	26/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	24/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	21/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	19/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	17/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	15/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	13/1992	17/07/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	11/1992	17/07/1992
de Seguros Privados		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.201/1992	21/07/1992
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	21/1992	31/08/1992
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	24/1992	31/08/1992
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	20/1992	31/08/1992
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	25/1992	31/08/1992
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	22/1992	31/08/1992
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.239/1992	07/10/1992
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.277/1993	12/02/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.288/1993	10/03/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.293/1993	24/03/1993
Lei Ordinária	8.646/1993	07/04/1993
Medida Provisória	318/1993	24/04/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do..... Ministro /Ministro	193/1993	28/04/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.980/1993	30/04/1993
Medida Provisória	319/1993	30/04/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.979/1993	30/04/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	1.981/1993	30/04/1993
Medida Provisória	320/1993	13/05/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.308/1993	19/05/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.310/1993	21/05/1993
Medida Provisória	324/1993	11/06/1993
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	6/1993	17/06/1993
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	05/1993	23/06/1993
Lei Ordinária	8.668/1993	25/06/1993
Medida Provisória	328/1993	25/06/1993
Lei Ordinária	8.677/1993	13/07/1993
Lei Ordinária	8.678/1993	13/07/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.337/1993	14/07/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.011/1993	21/07/1993
Lei Ordinária	8.692/1993	28/07/1993
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	06/1993	10/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	27/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	31/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	29/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	26/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	32/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	30/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	28/1993	12/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	113/1993	27/08/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	34/1993	16/09/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	38/1993	16/09/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	36/1993	16/09/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	33/1993	16/09/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	37/1993	16/09/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	35/1993	16/09/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	39/1993	21/09/1993
Medida Provisória	353/1993	23/09/1993
Lei Ordinária	8.709/1993	23/09/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.336/1993	23/09/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.019/1993	18/10/1993
Medida Provisória	362/1993	25/10/1993
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	02/1993	28/10/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	569-2/1993	28/10/1993

Ministro /Ministro		
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	569/1993	28/10/1993
Ministro /Ministro		
Lei Ordinária	8.727/1993	05/11/1993
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.379/1993	11/11/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.029/1993	25/11/1993
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.385/1993	26/11/1993
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	43/1993	09/12/1993
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	41/1993	12/12/1993
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.035/1993	17/12/1993
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.395/1993	21/12/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.051/1994	09/02/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.050/1994	09/02/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Medida Provisória	432/1994	09/02/1994
Medida Provisória	433/1994	26/02/1994
Medida Provisória	434/1994	27/02/1994
Decreto	1.068/1994	02/03/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.059/1994	23/03/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular M. Fazenda /Superintendência de.	6/1994	29/03/1994
Seguros Privados		
Medida Provisória	457/1994	29/03/1994
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	01/1994	30/03/1994
de Seguros Privados		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	45/1994	06/04/1994
BNH - Conselho Administração		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.418/1994	06/04/1994
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	46/1994	06/04/1994
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	44/1994	06/04/1994
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.061/1994	08/04/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	47/1994	26/04/1994
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.067/1994	27/04/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Medida Provisória	482/1994	28/04/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.068/1994	28/04/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	256-2/1994	03/05/1994
Ministro /Ministro		
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	256/1994	03/05/1994
Ministro /Ministro		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.075/1994	26/05/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Lei Ordinária	8.880/1994	27/05/1994
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	03/1994	17/06/1994
de Seguros Privados		
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	06/1994	22/06/1994
de Seguros Privados		
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	07/1994	22/06/1994
de Seguros Privados		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.084/1994	30/06/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.435/1994	30/06/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.082/1994	30/06/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Medida Provisória	542/1994	30/06/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.088/1994	30/06/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Decreto	1.198/1994	05/07/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.091/1994	14/07/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.096/1994	27/07/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.093/1994	27/07/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.097/1994	27/07/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.458/1994	01/08/1994
Circular M. Fazenda /Superintendência de.	16/1994	03/08/1994
Seguros Privados		
Circular M. Fazenda /Superintendência de.	17/1994	08/08/1994
Seguros Privados		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.466/1994	17/08/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.106/1994	31/08/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.475/1994	31/08/1994
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	10/1994	06/09/1994
de Seguros Privados		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.108/1994	12/09/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.483/1994	13/09/1994
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	49/1994	27/09/1994
BNH - Conselho Administração		
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	516/1994	30/09/1994
Ministro /Ministro		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.118/1994	19/10/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.499/1994	20/10/1994
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.497/1994	20/10/1994
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.500/1994	26/10/1994
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.502/1994	26/10/1994
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.503/1994	27/10/1994
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	52/1994	03/11/1994
BNH - Conselho Administração		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	51/1994	03/11/1994
BNH - Conselho Administração		
Portaria M. Fazenda /Superintendência de..	238/1994	08/11/1994
Seguros Privados		
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional	11/1994	22/11/1994
de Seguros Privados		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.122/1994	30/11/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.121/1994	30/11/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução Banco Nacional Habitação -.....	53/1994	14/12/1994
BNH - Conselho Administração		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.130/1994	21/12/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.525/1994	21/12/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.131/1994	21/12/1994
Brasil /Conselho Monetário Nacional		
Resolução M. Econ. Faz. Planejat°	13/1994	22/12/1994
/Superintendência de Seguros Privados		
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	673/1994	22/12/1994
Ministro /Ministro		
Resolução M. Econ. Faz. Planejat°	14/1994	22/12/1994
/Superintendência de Seguros Privados		

Medida Provisória	799/1994	30/12/1994
Portaria M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	24/1995	//1995
Medida Provisória	813/1995	01/01/1995
Lei Ordinária	8.978/1995	09/01/1995
Medida Provisória	841/1995	19/01/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.540/1995	25/01/1995
Medida Provisória	865/1995	27/01/1995
Medida Provisória	863/1995	27/01/1995
Medida Provisória	886/1995	30/01/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	5/1995	23/02/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.551/1995	22/03/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	6/1995	23/03/1995
Lei Ordinária	9.012/1995	30/03/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	7/1995	03/04/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	8/1995	18/04/1995
Portaria M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	98/1995	18/04/1995
Lei Ordinária	9.036/1995	05/05/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	442/1995	05/05/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.162/1995	31/05/1995
Lei Ordinária	9.069/1995	29/06/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.173/1995	30/06/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.168/1995	30/06/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.169/1995	30/06/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	12/1995	17/07/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	14/1995	31/07/1995
Portaria M. Fazenda / Gabinete do..... Ministro /Ministro	207/1995	18/08/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.607/1995	23/08/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.190/1995	23/08/1995
Medida Provisória	1.092/1995	25/08/1995
Portaria M. Fazenda / Gabinete do..... Ministro /Ministro	222/1995	30/08/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.197/1995	31/08/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.193/1995	31/08/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.609/1995	31/08/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.613/1995	05/09/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.199/1995	05/09/1995
Portaria M. Fazenda / Gabinete do..... Ministro /Ministro	221/1995	13/09/1995
Medida Provisória	1.124/1995	26/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil	61/1995..	18/10/1995
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	61/1995	18/10/1995
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	62/1995	18/10/1995
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	13/1995	25/10/1995
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	12/1995	25/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.170/1995	03/11/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.208/1995	03/11/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.636/1995	17/11/1995
Medida Provisória	1.182/1995	17/11/1995
Medida Provisória	1.193/1995	24/11/1995
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	19/1995	12/12/1995
Medida Provisória	1.247/1995	14/12/1995
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.649/1995	27/12/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.786/1996	//1996
Portaria M. Fazenda / Gabinete do..... Ministro /Ministro	2/1996	04/01/1996
Medida Provisória	1.284/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.454-14/1996	16/01/1996
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.657/1996	17/01/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	161/1996	06/02/1996
Medida Provisória	1.323/1996	09/02/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	191/1996	12/02/1996
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.665/1996	16/02/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	262/1996	29/02/1996
Medida Provisória	1.363/1996	12/03/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	334/1996	18/03/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	366/1996	20/03/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	372/1996	21/03/1996
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.264/1996	28/03/1996
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.261/1996	28/03/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	432/1996	03/04/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	438/1996	03/04/1996
Medida Provisória	1.405/1996	11/04/1996
Circular M. Fazenda /Superintendência de.. Seguros Privados	4/1996	17/04/1996
Resolução M. Econ. Faz. Plancjat° ..... /Superintendência de Seguros Privados	05/1996	30/04/1996
Resolução M. Econ. Faz. Plancjat° ..... /Superintendência de Seguros Privados	06/1996	30/04/1996
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	04/1996	30/04/1996
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	05/1996.	30/04/1996
Decreto	1.893/1996	03/05/1996
Lei Ordinária	9.276/1996	09/05/1996
Resolução Banco Nacional Habitação -..... BNH - Conselho Administração	63/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.445/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.478/1996	05/06/1996

Medida Provisória	1.493/1996	07/06/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	881/1996	07/06/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	303/1996	11/06/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	924/1996	12/06/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	944/1996	13/06/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	941/1996	13/06/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	500/1996	15/06/1996
Decreto	1.937/1996	21/06/1996
Medida Provisória	1.510/1996	26/06/1996
Resolução M. Econ. Faz. Planejat° /Superintendência de Seguros Privados	07/1996	30/06/1996
Medida Provisória	1.478-13/1996	04/07/1996
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	183/1996	05/07/1996
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	184/1996	05/07/1996
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.478-14/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.417/1996	20/08/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.449/1996	26/08/1996
Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.552/1996	12/09/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.616/1996	23/09/1996
Medida Provisória	1.520/1996	24/09/1996
Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.520-1/1996	24/10/1996
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	235/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.520-2/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.493-12/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.545-13/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.545/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.520-3/1996	19/12/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	2.216/96	27/12/1996
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	72/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.545-14/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.520-4/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.545-15/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.520-5/1997	14/02/1997
Lei Ordinária	9.443/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.520-6/1997	14/03/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.379/1997	09/04/1997
Medida Provisória	1.520-7/1997	15/04/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.379-2/1997	24/04/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.375/1997	24/04/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.386/1997	14/05/1997
Medida Provisória	1.520-8/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.481-49/1997	15/05/1997
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.757/1997	23/05/1997
Medida Provisória	1.520-9/1997	12/06/1997
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.022/1997	01/07/1997
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.765/1997	02/07/1997
Lei Ordinária	9.467/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.520-10/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.520-11/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.481-52/1997	08/08/1997
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral.. Fazenda Nacional	1.425/1997	01/09/1997
Lei Ordinária	9.491/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.520-12/1997	09/09/1997
Lei Ordinária	9.494/1997	10/09/1997
Medida Provisória	1.520-13/1997	09/10/1997
Medida Provisória	1.594/1997	21/10/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	281/1997	27/10/1997
Medida Provisória	1.520-14/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.442/1997	12/11/1997
Lei Ordinária	9.514/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.594-1/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.520-15/1997	04/12/1997
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.791/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.613-2/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.634/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.635-16/1997	12/12/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.458/1997	17/12/1997
Decreto	2.451/1998	05/01/1998
Medida Provisória	1.613-3/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.635-17/1998	13/01/1998
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.799/1998	14/01/1998
Lei Ordinária	9.601/1998	21/01/1998
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.802/1998	04/02/1998
Medida Provisória	1.613-4/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.635-18/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.613-5/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.635-19/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.634-3/1998	13/03/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.480/1998	25/03/1998
Medida Provisória	1.613-6/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.635-20/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.634-4/1998	09/04/1998
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	07/1998	23/04/1998
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	09/1998	23/04/1998
Resolução M. Fazenda /Conselho Nacional de Seguros Privados	08/1998	23/04/1998
Medida Provisória	1.613-7/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.635-21/1998	12/05/1998
Lei Ordinária	9.635/1998	15/05/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do.. Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.499/1998	28/05/1998

Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	132/1998	04/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Medida Provisória	1.635-22/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.634-6/1998	10/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.671/1998	24/06/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.519/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.696-23/1998	30/06/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.522/1998	16/07/1998
Medida Provisória	1.691-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.696-24/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.691-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.696-25/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.716/1998	08/09/1998
Medida Provisória	1.710-1/1998	08/09/1998
Medida Provisória	1.691-4/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.696-26/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.716-1/1998	08/10/1998
Medida Provisória	1.696-27/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.691-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.696-28/1998	27/11/1998
Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.572/1998	09/12/1998
Medida Provisória	1.763-61/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.762-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.768-29/1998	14/12/1998
Resolução M. Trabalho /FGTS - Conselho Curador /Presidente	304/1998	15/12/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.578/1998	23/12/1998
Decreto	2.918/1998	30/12/1998
Medida Provisória	1.768-30/1999	13/01/1999
Decreto	2.949/1999	27/01/1999
Decreto	2.954/1999	29/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.768-31/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.762-9/1999	11/02/1999
Decreto	2.961/1999	19/02/1999
Medida Provisória	1.807-1/1999	25/02/1999
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Medida Provisória	1.768-32/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.762-10/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.768-33/1999	08/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.604/1999	23/04/1999
Medida Provisória	1.823/1999	29/04/1999
Medida Provisória	1.768-34/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.827/1999	27/05/1999
Medida Provisória	1.768-35/1999	02/06/1999
Resolução M. Trabalho /FGTS - Conselho Curador /Presidente	316/1999	22/06/1999
Medida Provisória	1.827-1/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.877-36/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.865-2/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.865-3/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.877-37/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.877-38/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.865-4/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.865-5/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.877-39/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.877-40/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.865-6/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.865-7/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.877-41/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.981-42/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.972-8/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.972-9/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.981-43/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.981-44/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.972-10/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.972-11/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.981-45/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.981-46/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.972-12/2000	06/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	1.981-47/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.972-13/2000	04/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.981-48/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.972-14/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.972-15/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.981-49/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	203/2000	07/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	243/2000	28/07/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	250/2000	03/08/2000

FUNDO DE CUSTEIO DE PROGRAMAS DE HABITAÇÃO POPULAR - FEHAP

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Emenda Constitucional	3/1993	17/03/1993
Lei Complementar	17/1993	13/07/1993
Decreto	1.020/1993	27/12/1993
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998

FUNDO AEROVIÁRIO

Decreto-lei	4.048/1942	22/01/1942
Decreto-lei	4.936/1942	07/11/1942
Decreto-lei	6.246/1944	05/02/1944
Lei Ordinária	4.452/1964	05/11/1964
Decreto-lei	61/1966	21/11/1966
Decreto-lei	270/1967	28/02/1967
Decreto	62.105/1968	11/01/1968
Decreto-lei	555/1969	25/04/1969
Decreto-lei	683/1969	15/07/1969
Decreto-lei	859/1969	11/09/1969
Decreto-lei	1.076/1970	23/01/1970
Lei Ordinária	5.989/1973	17/12/1973
Lei Ordinária	6.009/1973	26/12/1973
Decreto-lei	1.305/1974	08/01/1974
Decreto Legislativo	10/1974	18/04/1974
Decreto	75.691/1975	05/05/1975
Portaria M. Acronáutica /Ministro	78/1975	19/08/1975
Decreto	76.590/1975	11/11/1975
Decreto-lei	1.490/1976	30/11/1976
Decreto-lei	1.785/1980	14/05/1980
Instrução Normativa M. Fazenda - MF	61/1980	04/06/1980
/Secretaria Receita Federal - MF/SRF		
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980
Decreto-lei	2.060/1983	12/09/1983
Decreto	89.121/1983	06/12/1983
Portaria M. Acronáutica /Ministro	1.696/1984	03/12/1984
Decreto-lei	2.237/1985	25/01/1985
Decreto	91.783/1985	18/10/1985
Lei Ordinária	7.635/1987	14/12/1987
Ato das Disposições Constitucionais	36/1988	05/10/1988
Transitórias / Constituição Federal 1988		
Lei Ordinária	7.839/1989	12/10/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	98.996/1990	05/03/1990
Decreto	99.255/1990	16/05/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Aviso M. da Acronáutica /Gabinete do	99/1995	20/10/1995
Ministro/GM4		
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°	46/1995	08/11/1995
Federal /Coord. Geral Normas		
Nota Presidência República - PR / Casa	4.096/1995	15/12/1995
Civil /Subchefia para Assuntos Jurídicos		
Ofício M. Planejat° e Orçat° /Secret.	7/1996	23/01/1996
Orçat° Federal /Secretário		
Informação M. Acronáutica /Secret.	s/n°/1996	01/04/1996
Orçamento e Finanças /Assessoria Jurídica		
Lei Ordinária	9.276/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.510/1996	26/06/1996
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do	676/1996	05/08/1996
Ministro		
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Aviso M. da Acronáutica /Gabinete do	019/1996	29/10/1996
Ministro/GM4		
Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.493-12/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.545/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.545-14/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.545-15/1997	13/02/1997
Lei Ordinária	9.443/1997	14/03/1997
Parecer M. Planejat° e Orçat° / Secret.	21/1997	05/11/1997
Orçat°. Federal /CGFOR/ Depart° Gerenc.		
Informação		
Memorando-Circular M. Planejat°	223/1997	06/11/1997
/Secret.Orçat° Federal /Depart.		
Gerenciamento da Informação		
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro	3.150/1998	05/06/1998
Nacional /Coord. Geral Programação		
Financeira		
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro	3.263/1998	10/06/1998
Nacional /Coord. Geral Programação		
Financeira		
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro	34/1999	03/02/1999
Nacional /Secretário		
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Portaria M. Defesa /Comando da	18/GC-2/2000	14/01/2000
Acronáutica /Comandante		
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Portaria M. Defesa /Comando da	101/2000	22/02/2000
Acronáutica /Comandante		
Portaria M. Defesa/ Comando	203/2000	29/02/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil		
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Portaria M. Defesa/ Comando	491/2000	05/05/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/		
Subdepart° de Infra-Estrutura		
Portaria M. Defesa/ Comando	511/2000	09/05/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/		
Subdepart° de Infra-Estrutura		
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando	525/2000	15/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		
/Subdepart° de Planejamento		
Portaria M. Defesa /Comando	540/2000	17/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		
/Subdepart° de Planejamento		
Portaria M. Defesa /Comando	541/2000	18/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		
/Subdepart° de Planejamento		
Portaria M. Defesa /Comando	581/2000	23/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		
/Subdepart° de Planejamento		
Portaria M. Defesa /Comando	580/2000	23/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		
/Subdepart° de Planejamento		
Portaria M. Defesa /Comando	587/2000	23/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		
/Subdepart° de Planejamento		
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando	592/2000	25/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil		

/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 591/2000 25/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 612/2000 30/05/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa/ Comando 624/2000 31/05/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa /Comando 640/2000 01/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 641/2000 01/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 643/2000 05/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa/ Comando 902/2000 05/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa/ Comando 899/2000 05/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa /Comando 890/2000 05/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 642/2000 05/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa/ Comando 900/2000 05/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa/ Comando 898/2000 05/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa /Comando 644/2000 05/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 701/2000 06/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 925/2000 06/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 702/2000 06/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 704/2000 07/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 706/2000 07/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 705/2000 07/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Medida Provisória 1.999-19/2000 08/06/2000
Portaria M. Defesa/ Comando 712/2000 09/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa/ Comando 715/2000 09/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa/ Comando 711/2000 09/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa/ Comando 716/2000 09/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa/ Comando 714/2000 09/06/2000
Acronáutica/ Depart° Aviação Civil/
Subdepart° de Infra-Estrutura
Portaria M. Defesa /Comando 720/2000 12/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 730/2000 13/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 743/2000 16/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 746/2000 16/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 744/2000 16/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 745/2000 16/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 780/2000 21/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 782/2000 21/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 781/2000 21/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 785/2000 26/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 792/2000 28/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 791/2000 28/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Medida Provisória 2.049-20/2000 29/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando 794/2000 29/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 793/2000 29/06/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 803/2000 03/07/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 805/2000 03/07/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento
Portaria M. Defesa /Comando 806/2000 04/07/2000
Acronáutica /Depart° de Aviação Civil
/Subdepart° de Planejamento

Portaria M. Defesa/ Comando Aeronáutica/ Depart° Aviação Civil/ Subdepart° de Infra-Estrutura	896/2000	05/07/2000
Portaria M. Defesa/ Comando Aeronáutica/ Depart° Aviação Civil/ Subdepart° de Infra-Estrutura	895/2000	05/07/2000
Portaria M. Defesa/ Comando Aeronáutica/ Depart° Aviação Civil/ Subdepart° de Infra-Estrutura	922/2000	05/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	927/2000	06/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	926/2000	06/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	928/2000	07/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	930/2000	07/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	935/2000	10/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	932/2000	10/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	937/2000	11/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	958/2000	18/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	1.012/2000	20/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	1.010/2000	20/07/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000
Portaria M. Defesa/ Comando Aeronáutica/ Depart° Aviação Civil/ Subdepart° de Infra-Estrutura	713/2000	09/06/2090

FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA - FUNCAFÉ

Decreto-lei	2.295/1986	21/11/1986
Decreto	94.874/1987	15/09/1987
Decreto-lei	2.440/1988	03/06/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	415-A/1990	13/07/1990
Parecer M. Econ. Faz.Planejat° / Depart° de Orçat° União /Coord. Normas, Assuntos Téc. E Legislação	20/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	676/1992	03/11/1992
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	194/1993	28/04/1993
Decreto	943/1993	30/09/1993
Lei Ordinária	9.138/1995	29/11/1995
Lei Ordinária	9.239/1995	22/12/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Medida Provisória	1.457/1996	16/05/1996
Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.504-7/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.504-8/1996	31/10/1996
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.333/1996	05/11/1996
Medida Provisória	1.504-9/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.634/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.634-1/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.634-2/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.634-3/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.634-4/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.634-5/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.634-6/1998	10/06/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.514/1998	25/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.694-7/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.676-35/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.694-8/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.715/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do	2.554/1998	24/09/1998

Brasil		
Medida Provisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.694-10/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.676-38/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.694-11/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Lei Ordinária	9.715/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.715-3/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.694-12/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.598/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	47/1999	12/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.633/1999	17/08/1999
Medida Provisória	1.918/1999	23/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.635/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Decreto	3.152/1999	26/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	60/1999	21/09/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.648/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.918-1/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.918-2/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Lei Ordinária	9.866/1999	09/11/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	11/2000	29/02/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.722/2000	24/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	31/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Decreto	3.527/2000	28/07/2000

FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS - FDDD

Lei Ordinária	7.347/1985	24/07/1985
Lei Ordinária	7.913/1989	07/12/1989
Lei Ordinária	8.078/1990	11/09/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Decreto	407/1991	27/12/1991
Decreto	861/1993	09/07/1993
Lei Ordinária	8.884/1994	11/07/1994
Medida Provisória	683/1994	31/10/1994
Decreto	1.306/1994	09/11/1994
Medida Provisória	735/1994	30/11/1994
Medida Provisória	788/1994	28/12/1994
Medida Provisória	854/1995	26/01/1995
Medida Provisória	913/1995	24/02/1995
Lei Ordinária	9.008/1995	21/03/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	39/1995	18/10/1995
Mensagem Presidente República	1.358/1995	05/12/1995

Lei Ordinária	9.240/1995	22/12/1995
Portaria M. Justiça /Ministro	11/1996	05/01/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Decreto	2.181/1997	20/03/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.649/1998	27/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.689-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.689-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.689-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.689-4/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.689-5/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.689-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.760-7/1998	14/12/1998
Resolução M. Justiça /Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos /Presidente	7/1999	25/06/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO - FGE

Lei Ordinária	6.704/1979	26/10/1979
Medida Provisória	1.583/1997	27/08/1997
Medida Provisória	1.583-1/1997	25/09/1997
Medida Provisória	1.583-2/1997	23/10/1997
Decreto	2.369/1997	10/11/1997
Medida Provisória	1.583-3/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.610-4/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.610-5/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.610-6/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.610-7/1998	05/03/1998
Decreto	02/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.610-8/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.610-9/1998	29/04/1998
Lei Ordinária	9.649/1998	27/05/1998
Medida Provisória	1.610-10/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.610-11/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.610-12/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.610-13/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.610-14/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.610-15/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.610-16/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.689-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.738-17	14/12/1998
Medida Provisória	1.760-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.738-18/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.738-19/1999	11/02/1999
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Medida Provisória	1.738-20/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.738-21/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.738-22/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.738-23/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.840-24/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.840-25/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Lei Ordinária	9.818/1999	23/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO/2001

Projeto de Lei - Poder Executivo - Minuta	s/nº/2000	27/03/2000
Mensagem Presidente República	500/2000	13/04/2000
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº/2000	13/04/2000
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	86/2000	13/04/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO - FDEPM

Decreto-lei	4.048/1942	22/01/1942
Decreto-lei	4.936/1942	07/11/1942
Decreto-lei	6.246/1944	05/02/1944
Lei Ordinária	5.461/1968	25/06/1968
Decreto-lei	828/1969	05/09/1969
Decreto	65.331/1969	10/10/1969
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	61/1980	04/06/1980
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto Legislativo	30/1990	18/09/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	968/1993	29/10/1993
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.694-10/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.694-11/1998	27/10/1998

Medida Provisória	1.694-12/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Decreto	00/27.10.1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

FUNDO DA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - FGR

Lei Ordinária	5.655/1971	20/05/1971
Decreto	69.721/1971	09/12/1971
Decreto	70.147/1972	17/02/1972
Lei Ordinária	5.898/1973	05/07/1973
Lei Ordinária	5.993/1973	17/12/1973
Decreto-lei	1.383/1974	26/12/1974
Decreto Legislativo	38/1975	28/04/1975
Decreto-lei	1.849/1981	13/01/1981
Decreto Legislativo	36/1981	12/08/1981
Decreto-lei	2.432/1988	17/05/1988
Decreto Legislativo	35/1989	16/06/1989
Lei Ordinária	8.631/1993	05/03/1993
Decreto	774/1993	18/03/1993
Lei Ordinária	8.724/1993	28/10/1993
Lei Ordinária	9.069/1995	29/06/1995
Decreto	1.771/1996	03/01/1996
Medida Provisória	1.560/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.560-1/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.560-2/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.560-3/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.560-4/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.560-5/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.560-6/1997	13/06/1997
Medida Provisória	1.560-7/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.580/1997	23/07/1997
Medida Provisória	1.560-8/1997	12/08/1997
Medida Provisória	1.581/1997	14/08/1997
Medida Provisória	1.580-1/1997	21/08/1997
Lei Ordinária	9.496/1997	11/09/1997
Medida Provisória	1.580-2/1997	18/09/1997
Medida Provisória	1.580-3/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.580-4/1997	13/11/1997
Medida Provisória	1.580-5/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.580-6/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.580-7/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.580-8/1998	05/03/1998
Lei Ordinária	9.619/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.701-11/1998	01/07/1998
Medida Provisória	1.701-12/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.701-13/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.701-14/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.701-15/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.701-16/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.772-17/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.772-18/1999	13/01/1999
Resolução M. Minas e Energia /Agência Nacional de Energia Elétrica /Diretor-Geral	23/1999	05/02/1999
Medida Provisória	1.772-19/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.772-20/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.772-21/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.819-1/1999	30/04/1999
Medida Provisória	1.772-22/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.772-23/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.889-24/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.889-25/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.889-26/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.889-27/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.889-28/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.889-29/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.957-30/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.957-31/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.957-32/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.957-33/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.957-34/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.957-35/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.957-36/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.957-37/2000	26/06/2000

FUNDO DE DIREITO AUTORAL - FUNDIAUT

Lei Ordinária	5.988/1973	14/12/1973
Decreto	76.275/1975	15/09/1975
Portaria M. Educação /Ministro	248/1976	09/04/1976
Resolução M. Educação e Cultura /Conselho Nacional de Direito Autoral	4/1976	17/08/1976
Decreto	78.336/1976	31/08/1976
Decreto	84.252/1979	28/11/1979
Lei Ordinária	6.800/1980	26/06/1980
Lei Ordinária	7.123/1983	13/09/1983

Decreto	91.873/1985	05/11/1985
Portaria M. Cultura /Conselho Nacional Direito Autoral	1/1987	25/02/1987
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.480-21/1996	29/08/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Decreto	9.610/1998	20/02/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

FUNDO DE MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUND. E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	60/1988	05/10/1988
Emenda Constitucional	14/1996	12/09/1996
Medida Provisória	1.518-2/1996	19/09/1996
Mensagem Presidente República	886/1996	19/09/1996
Exposição Motivos - M. Educação e Desporto	112/1996	19/09/1996
Medida Provisória	1.518/1996	19/09/1996
Medida Provisória	1.518-1/1996	17/10/1996
Medida Provisória	1.518-3/1996	12/12/1996
Lei Ordinária	9.394/1996	20/12/1996
Lei Ordinária	9.424/1996	24/12/1996
Medida Provisória	1.565/1997	09/01/1997
Medida Provisória	1.565-1/1997	05/02/1997
Medida Provisória	1.565-2/1997	06/03/1997
Medida Provisória	1.565-4/1997	30/04/1997
Medida Provisória	1.565-5/1997	28/05/1997
Medida Provisória	1.565-6/1997	27/06/1997
Medida Provisória	1.565-7/1997	25/07/1997
Decreto	2.264/1997	27/07/1997
Medida Provisória	1.565-8/1997	26/08/1997
Medida Provisória	1.565-9/1997	25/09/1997
Medida Provisória	1.565-10/1997	23/10/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	355/1997	29/10/1997
Medida Provisória	1.565-11/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.607-12/1997	11/12/1997
Portaria M. Educação e Desporto /Ministro	2.223/1997	17/12/1997
Decreto	2.440/1997	23/12/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	354/1997	30/12/1997
Medida Provisória	1.607-13/1998	08/01/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1998	02/02/1998
Medida Provisória	1.607-14/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.607-15/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.643/1998	17/03/1998
Portaria M. Educação e Desporto /Ministro	276/1998	31/03/1998
Medida Provisória	1.607-16/1998	02/04/1998
Decreto	2.552/1998	16/04/1998
Medida Provisória	1.643-1/1998	16/04/1998
Portaria M. Educação e Desporto /Ministro	319/1998	16/04/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	152/1998	27/04/1998
Medida Provisória	1.607-17/1998	29/04/1998
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	21/1998	29/04/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	104/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.643-2/1998	14/05/1998
Medida Provisória	1.661-3/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.607-18/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.668/1998	16/06/1998
Medida Provisória	1.688/1998	16/06/1998
Medida Provisória	1.661-4/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.607-19/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.688-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.661-5/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.607-20/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.688-2/1998	29/07/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	333/1998	19/08/1998
Medida Provisória	1.661-6/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.607-21/1998	25/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	348/1998	26/08/1998
Medida Provisória	1.688-3/1998	27/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	377/1998	21/09/1998
Medida Provisória	1.607-22/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.661-7/1998	24/09/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	247/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.688-4/1998	25/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	380/1998	25/09/1998
Parecer Tribunal Contas União	000.417/98-0	30/09/1998
Medida Provisória	1.661-8/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.607-23/1998	22/10/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	427/1998	23/10/1998
Medida Provisória	1.688-5/1998	26/10/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	431/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.607-24/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.661-9/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.688-6/1998	25/11/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	489/1998	25/11/1998
Parecer Tribunal Contas União	001560/98-0	02/12/1998
Resolução Senado Federal	93/1998	08/12/1998
Medida Provisória	1.759-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.745-10/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.745-11/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.759-8/1999	13/01/1999
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	4/1999	21/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	25/1999	27/01/1999
Portaria M. Educação /Ministro	131/1999	02/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

Medida Provisória	1.759-9/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.745-12/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	48/1999	24/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	50/1999	25/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	73/1999	10/03/1999
Medida Provisória	1.759-10/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.745-13/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.816/1999	18/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	96/1999	26/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	95/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.745-14/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.816-1/1999	15/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	151/1999	23/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	170/1999	26/04/1999
Medida Provisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.745-15/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.816-2/1999	13/05/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	208/1999	26/05/1999
Medida Provisória	1.759-13/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.745-16/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.816-3/1999	10/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.913-4/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.884-17/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	305/1999	14/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	311/1999	26/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	310/1999	26/07/1999
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	286/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.884-18/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.913-5/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.884-19/1999	26/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	359/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.913-6/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	360/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	393/1999	17/09/1999
Resolução Senado Federal	38/1999	23/09/1999
Medida Provisória	1.884-20/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.913-7/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	403/1999	27/09/1999
Parecer Tribunal Contas União	010.490/1999-0	06/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	443/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.884-21/1999	22/10/1999
Lei Ordinária	9.846/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.913-8/1999	26/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	452/1999	28/10/1999
Medida Provisória	1.884-22/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.913-9/1999	25/11/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	489/1999	29/11/1999
Medida Provisória	1.977-10/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.992-23/1999	14/12/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	536/1999	23/12/1999
Medida Provisória	1.977-11/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.992-24/2000	13/01/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.977-12/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.992-25/2000	11/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	63/2000	23/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	66/2000	28/02/2000
Medida Provisória	1.977-13/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.992-26/2000	10/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	100/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.977-14/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	210/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.977-15/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Medida Provisória	1.977-16/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Medida Provisória	1.977-17/2000	29/06/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	354/2000	26/07/2000

FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL - FESERUR

Decreto-lei	73/1966	21/11/1966
Decreto	60.459/1967	13/03/1967
Decreto	65.065/1969	27/08/1969
Decreto	65.318/1969	10/10/1969
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995

Medida Provisória	1.247/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.284/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.323/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.363/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.405/1996	11/04/1996
Lei Ordinária	9.276/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.445/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.493/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.493-12/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.545/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.545-13/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.545-14/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.545-15/1997	13/02/1997
Lei Ordinária	9.443/1997	14/03/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Decreto	2.728/1998	10/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	308/2000	29/06/2000
Resolução M. Fazenda / Superintendência de Seguros Privados	30/2000	03/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Lei Ordinária	4.024/1961	20/12/1961
Lei Ordinária	5.525/1968	05/11/1968
Lei Ordinária	5.537/1968	21/11/1968
Decreto	63.943/1968	30/12/1968
Decreto	63.946/1968	30/12/1968
Decreto-lei	872/1969	15/09/1969
Decreto	68.592/1971	06/05/1971
Decreto	68.702/1971	03/06/1971
Decreto	68.703/1971	03/06/1971
Lei Ordinária	5.692/1971	11/08/1971
Portaria M. Educação /Ministro	677/1971	09/11/1971
Decreto	70.066/1972	26/01/1972
Decreto	73.857/1974	14/03/1974
Decreto	76.877/1975	22/12/1975
Portaria M. Educação /Ministro	299/1976	11/05/1976
Portaria M. Educação /Ministro	655/1981	04/12/1981
Portaria M. Educação /Ministro	654/1981	04/12/1981
Decreto	87.062/1982	29/03/1982
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.180/1990	15/03/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Medida Provisória	194/1990	29/06/1990
Parecer M. Econ. Faz.Planejat° / Depart° de Orçat° União /Coord. Normas, Assuntos Téc. E Legislação	008/1990	04/09/1990
Decreto	99.678/1990	08/11/1990
Lei Ordinária	8.150/1990	28/12/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Instrução Normativa M. Educação /Fundo Nacional Desenvol. Educação /Sec. Executiva	01/1991	08/03/1991
Decreto	114/1991	08/05/1991
Decreto	723/1993	18/01/1993
Decreto	734/1993	28/01/1993
Parecer Tribunal Contas União	399.191/91-7	30/11/1993
Resolução M. Educação e Cultura /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	6/1994	22/02/1994
Medida Provisória	426/1994	09/12/1994
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Medida Provisória	1.457/1996	16/05/1996
Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.518/1996	19/09/1996
Medida Provisória	1.518-2/1996	19/09/1996
Medida Provisória	1.504-7/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.518-1/1996	17/10/1996
Medida Provisória	1.504-8/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.504-9/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.518-3/1996	12/12/1996
Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
Lei Ordinária	9.424/1996	24/12/1996
Medida Provisória	1.565/1997	09/01/1997
Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.565-1/1997	05/02/1997
Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.549-27/1997	14/02/1997
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Medida Provisória	1.565-2/1997	06/03/1997
Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.565-4/1997	30/04/1997
Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.565-5/1997	28/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.565-6/1997	27/06/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.565-7/1997	25/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.565-8/1997	26/08/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.565-9/1997	25/09/1997

Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.565-10/1997	23/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.565-11/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.607-12/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.634/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.607-13/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.634-1/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.607-14/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.634-2/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.607-15/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.634-3/1998	13/03/1998
Decreto	2.520/1998	20/03/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.607-16/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.634-4/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.607-17/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.634-5/1998	12/05/1998
Lei Ordinária	9.649/1998	27/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.607-18/1998	28/05/1998
Decreto	2.609/1998	02/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.634-6/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.607-19/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.694-7/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.607-20/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.694-8/1998	30/07/1998
Medida Provisória	2.728/1998	10/08/1998
Medida Provisória	1.607-21/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Resolução M. Educação e Desporto /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	18/1998	21/09/1998
Medida Provisória	1.607-22/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.694-10/1998	28/09/1998
Parecer Tribunal Contas União	009.668/97-7	22/10/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	008.824/97-5	22/10/1998
Medida Provisória	1.607-23/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.694-11/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.607-24/1998	19/11/1998
Decreto	04/25.11.1998	25/11/1998
Resolução M. Educação e Cultura /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	21/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.694-12/1998	27/11/1998
Parecer Tribunal Contas União	001560/98-0	02/12/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.784/1998	14/12/1998
Instrução Normativa M. Educação /Fundo Nacional Desenvol. Educação /Sec. Executiva	01/1998	15/12/1998
Instrução Normativa M. Educação /Fundo Nacional Desenvol. Educação /Sec. Executiva	02/1998	17/12/1998
Lei Ordinária	9.766/1998	19/12/1998
Decreto	2.935/1999	11/01/1999
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.784-1/1999	13/01/1999
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	4/1999	21/01/1999
Resolução M. Educação e Cultura /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	3/1999	21/01/1999
Decreto	2.948/1999	27/01/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.784-2/1999	11/02/1999
Portaria M. Educação /Ministro	318/1999	26/02/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.784-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.784-4/1999	08/04/1999
Atos M. da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Secretaria-Executiva	s/nº/1999	15/04/1999
Decreto	3.034/1999	27/04/1999
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.784-5/1999	06/05/1999
Parecer Tribunal Contas União	930.055/98-5	19/05/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.784-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.853-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	17/1999	01/07/1999
Decreto	3.117/1999	13/07/1999
Medida Provisória	1.853-8/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Decreto	3.142/1999	16/08/1999
Medida Provisória	1.853-9/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.853-10/1999	24/09/1999

Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Portaria M. Educação /Ministro	1.421/1999	30/09/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.853-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.856/1999	29/10/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.853-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Portaria Fundo Nacional Desenv. Educação /Secretaria Executiva	259/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.979-13/1999	10/12/1999
Decreto	01/15.12.1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Decreto	03/16.12.1999	15/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.979-14/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.979-15/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	8/2000	08/03/2000
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	7/2000	08/03/2000
Medida Provisória	1.979-16/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000
Parecer Tribunal Contas União	002.363/2000-6	05/04/2000
Medida Provisória	1.979-17/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	11/2000	02/05/2000
Medida Provisória	1.979-18/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.979-19/2000	02/06/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.979-20/2000	29/06/2000
Instrução Normativa M. Previdência e Assistência Social / Instituto Nacional do Seguro Social	28/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

PRECATÓRIOS / SENTENÇAS JUDICIAIS

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Lei Ordinária	4.348/1964	26/06/1964
Lei Ordinária	5.021/1966	09/06/1966
Lei Ordinária	5.172/1966	25/10/1966
Lei Ordinária	7.347/1985	24/07/1985
Medida Provisória	173/1990	18/03/1990
Medida Provisória	181/1990	17/04/1990
Medida Provisória	182/1990	23/04/1990
Lei Ordinária	8.213/1991	24/07/1991
Decreto	322/1991	01/11/1991
Lei Ordinária	8.437/1992	30/06/1992
Medida Provisória	375/1993	23/11/1993
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	978/1996	29/03/1996
Lei Ordinária	9.430/1996	27/12/1996
Medida Provisória	1.570/1997	26/03/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1997	03/04/1997
Medida Provisória	1.570-1/1997	24/04/1997
Decreto	2.214/1997	25/04/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	93/1997	28/04/1997
Medida Provisória	1.570-2/1997	23/05/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	119/1997	03/06/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	120/1997	09/06/1997
Medida Provisória	1.570-3/1997	20/06/1997
Lei Ordinária	9.469/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.570-4/1997	22/07/1997
Medida Provisória	1.570-5/1997	21/08/1997
Lei Ordinária	9.494/1997	10/09/1997
Decreto	2.346/1997	10/10/1997
Resolução Senado Federal	117/1997	21/11/1997
Ação Declaratória de Constitucionalidade Supremo Tribunal Federal	4/1998	13/02/1998
Aviso Presidente República /PR /Advocacia-Geral da União /Secretaria Geral	080/1998	16/02/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	4/1998	13/03/1998
Aviso Circular Presidência República /PR /Casa Civil /Gabinete	05/1998	17/04/1998
Ofício-Circ. Presidência República /PR /Advocacia-Geral da União	002/1998	11/05/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	31/1998	23/07/1998
Decreto	2.839/1998	06/11/1998
Medida Provisória	1.798/1999	13/01/1999
Decreto	2.949/1999	27/01/1999
Medida Provisória	1.798-1/1999	11/02/1999
Decreto	2.961/1999	19/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Medida Provisória	1.798-2/1999	11/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	1/1999	25/03/1999
Decreto	3.001/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.798-3/1999	08/04/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Medida Provisória	1.798-4/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.798-5/1999	02/06/1999

Medida Provisória	1.906-6/1999	29/06/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.906-7/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.906-8/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.906-9/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.906-10/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.906-11/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.984-12/1999	10/12/1999
Decreto	3.320/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.984-13/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.984-14/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.984-15/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.984-16/2000	06/04/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	77/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.984-17/2000	04/05/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	93/2000	10/05/2000
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	10/2000	11/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	4/2000	19/05/2000
Medida Provisória	1.984-18/2000	01/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	268/2000	08/06/2000
Artigos Publicados	s/n°-1/2000	12/06/2000
Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Medida Provisória	1.984-19/2000	29/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	7/2000	06/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

FUNDO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Lei Ordinária	4.117/1962	27/08/1962
Decreto	53.352/1963	26/12/1963
Decreto	59.698/1966	09/12/1966
Portaria M. Comunicações /Ministro	481/1972	09/11/1972
Portaria M. Comunicações /Ministro	482/1972	09/11/1972
Lei Ordinária	6.127/1974	06/11/1974
Decreto-lei	2.186/1984	20/12/1984
Medida Provisória	1.110/1995	30/08/1995
Medida Provisória	1.142/1995	29/09/1995
Medida Provisória	1.175/1995	27/10/1995
Medida Provisória	1.209/1995	28/11/1995
Medida Provisória	1.244/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.281/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.320/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.360/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.402/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.442/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.490/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.490-11/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.490-12/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.490-13/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.490-14/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.490-15/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.490-16/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.542/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.542-18/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.542-19/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.542-20/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.542-21/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.542-22/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.542-23/1997	10/06/1997
Lei Ordinária	9.472/1997	07/07/1997
Medida Provisória	1.542-24/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.542-25/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.542-26/1997	07/09/1997
Medida Provisória	1.542-27/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.542-28/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.542-29/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.621-30/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.621-31/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.621-32/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.621-33/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.621-34/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.621-35/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.621-36/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.699-37/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.699-38/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.699-39/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.699-40/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.699-41/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.699-42/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.770-43/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.770-44/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.770-45/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.770-46/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.770-47/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.770-48/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.770-49/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.863-50/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.863-51/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.863-52/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.863-53/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.863-54/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.863-55/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.973-56/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.973-57/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.973-58/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.973-59/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.973-60/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.973-61/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.973-62/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.973-63/2000	29/06/2000

FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FISTEL

Lei Ordinária	4.117/1962	27/08/1962
Lei Ordinária	5.070/1966	06/07/1966
Decreto	60.430/1967	11/03/1967
Lei Ordinária	5.303/1967	03/07/1967
Decreto	92.202/1985	24/12/1985
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	502/1992	23/04/1992

Portaria M. Transportes /Ministro	111/1992	22/06/1992
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal/Secretário	s/n°/1995	01/08/1995
Exposição Motivos Interminist. M. Comunicações /M. Planejat° e Orçamento	50/1995	27/09/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Coord. Geral Normas	37/1995	03/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Depart. Informação	140/1995	05/10/1995
Decreto-lei	1.995/1995	30/12/1995
Informe M. Planejat° e Orçat°/Secret. Orçat° Federal/Diretoria Programa Infra-Estrutura	02/1996	15/02/1996
Lei Ordinária	9.276/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.510/1996	26/06/1996
Parecer M. Fazenda /Secretaria Federal de. Controle /Secret. Adjunta p/ Assuntos Administ. Especial	17/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Lei Ordinária	9.295/1996	19/07/1996
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Exposição Motivos Interminist. M. Comunicações /M. Fazenda/M. Planejt° Orçamento	s/n°/1996	02/09/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/n°/1997	//1997
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/n°/1997-1	//1997
Lei Ordinária	9.472/1997	07/07/1997
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal/Secretário	s/n°/1997	12/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Comunicações	209/1998	13/08/1998
Medida Provisória	1.785/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.785-1/1999	28/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.785-2/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.785-3/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.785-4/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.857-7/1999	29/06/1999
Lei Ordinária	9.823/1999	23/08/1999
Medida Provisória	1.857-8/1999	27/08/1999
Resolução Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	199/1999	16/12/1999
Lei Ordinária	9.994/2000	24/07/2000

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Lei Ordinária	2.004/1953	03/10/1953
Lei Ordinária	4.770/1965	15/09/1965
Emenda Constitucional	18/1965	01/12/1965
Decreto	57.383/1965	03/12/1965
Lei Ordinária	5.172/1966	25/10/1966
Ato Complementar Presidente da República	27/1966	08/12/1966
Ato Complementar Presidente da República	31/1966	28/12/1966
Decreto	59.900/1966	30/12/1966
Constituição Federal 1967	25/1926	14/01/1967
Ato Complementar Presidente da República	34/1967	30/01/1967
Decreto-lei	199/1967	25/02/1967
Ato Complementar Presidente da República	35/1967	28/02/1967
Decreto-lei	380/1968	23/12/1968
Ato Complementar Presidente da República	40/1968	30/12/1968
Decreto-lei	406/1968	31/12/1968
Decreto-lei	468/1969	14/02/1969
Decreto-lei	835/1969	08/09/1969
Emenda Constitucional	1/1969	17/10/1969
Decreto	66.254/1970	24/02/1970
Lei Complementar	8/1970	03/12/1970
Decreto	68.135/1971	29/01/1971
Lei Ordinária	5.692/1971	11/08/1971
Decreto	69.680/1971	06/12/1971
Decreto	69.775/1971	13/12/1971
Resolução Tribunal de Contas da União	111/1971	13/12/1971
Decreto-lei	1.216/1972	09/05/1972
Resolução Tribunal de Contas da União	137/1973	06/12/1973
Lei Complementar	24/1975	07/01/1975
Decreto	76.186/1975	03/09/1975
Decreto-lei	1.466/1976	10/05/1976
Decreto	77.565/1976	10/05/1976
Decreto Legislativo	58/1976	15/06/1976
Resolução Tribunal de Contas da União	183/1976	14/12/1976
Lei Ordinária	6.536/1978	16/06/1978
Decreto	83.556/1979	07/06/1979
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980
Decreto-lei	1.881/1981	27/08/1981
Lei Ordinária	7.453/1985	27/12/1985
Lei Ordinária	7.525/1986	22/07/1986
Decreto	93.449/1986	22/10/1986
Lei Ordinária	7.635/1987	14/12/1987
Resolução Tribunal de Contas da União	118/1988	19/09/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
Lei Complementar	59/1988	22/12/1988
Lei Ordinária	7.711/1988	22/12/1988
Lei Complementar	62/1989	28/12/1989
Lei Ordinária	8.212/1991	24/07/1991
Decreto	356/1991	07/12/1991
Lei Ordinária	8.443/1992	16/07/1992
Decreto	612/1992	21/07/1992
Lei Complementar	71/1992	03/09/1992
Lei Complementar	72/1993	29/01/1993
Lei Complementar	74/1993	30/04/1993
Lei Complementar	77/1993	13/07/1993
Decreto	894/1993	16/08/1993
Parecer Tribunal Contas União	020.442/94-7	13/12/1994
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	307/1995	01/12/1995
Lei Ordinária	9.424/1996	24/12/1996
Decreto	2.109/1996	26/12/1996
Decreto	2.173/1997	05/03/1997

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	355/1997	29/10/1997
Emenda Constitucional	17/1997	22/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Lei Complementar	91/1997	22/12/1997
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	018/1997	23/12/1997
Medida Provisória	1.608-12/1998	05/03/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	152/1998	27/04/1998
Lei Ordinária	9.639/1998	25/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	333/1998	19/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	377/1998	21/09/1998
Medida Provisória	1.707-3/1998	28/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	427/1998	23/10/1998
Ordem Serviço Conj. M. Prev. Assist. Social /Inst. Nac. Seg. Social /Proc.Geral /Dir.Adm.Patrimonial	89/1998	09/11/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	48/1999	24/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	96/1999	26/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	151/1999	23/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	310/1999	26/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	360/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	393/1999	17/09/1999
Medida Provisória	1.891-8/1999	24/09/1999
Resolução Senado Federal	42/1999	07/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	443/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.891-9/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.969-11/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.891-10/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	66/2000	28/02/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	100/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	210/2000	27/04/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	354/2000	26/07/2000

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS/PASEP - PIS/PASEP

Medida Provisória	1.998-65/2000	11/05/.200
Lei Complementar	7/1970	07/09/1970
Decreto-lei	1.125/1970	17/09/1970
Decreto Legislativo	66/1970	02/10/1970
Lei Complementar	8/1970	03/12/1970
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	174/1971	25/02/1971
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	183/1971	27/04/1971
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	196/1971	30/11/1971
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	216/1972	23/03/1972
Decreto	71.618/1972	26/12/1972
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	254/1973	15/03/1973
Lei Complementar	17/1973	12/12/1973
Lei Complementar	19/1974	25/06/1974
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	298/1974	30/07/1974
Decreto	74.333/1974	30/07/1974
Lei Complementar	26/1975	11/09/1975
Decreto	76.342/1975	26/09/1975
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	343/1975	01/10/1975
Decreto	78.276/1976	17/08/1976
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	409/1976	23/12/1976
Decreto	79.459/1977	30/03/1977
Lei Ordinária	6.419/1977	02/06/1977
Decreto	82.343/1978	28/09/1978
Decreto	83.556/1979	07/06/1979
Decreto	84.129/1979	29/10/1979
Resolução M. Fazenda /Conselho Diretor do PIS-PASEP	02/1980	19/08/1980
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	303/1980	21/08/1980
Lei Ordinária	6.858/1980	24/11/1980
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	142/1982	15/07/1982
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	778/1982	16/12/1982
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	839/1983	09/06/1983
Decreto-lei	2.052/1983	03/08/1983
Decreto-lei	2.245/1985	14/02/1985
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	23/1985	15/02/1985
Lei Ordinária	7.450/1985	23/12/1985
Decreto	93.200/1986	01/09/1986
Decreto	94.442/1987	12/06/1987
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de	09/1987	22/06/1987

Orçat° Finanças		
Decreto-lei	2.445/1988	29/06/1988
Decreto-lei	2.449/1988	21/07/1988
Decreto-lei	2.470/1988	01/09/1988
Constituição Federal 1988	239/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.691/1988	15/12/1988
Lei Ordinária	7.713/1988	22/12/1988
Lei Ordinária	7.714/1988	29/12/1988
Lei Ordinária	7.730/1989	31/01/1989
Lei Ordinária	7.738/1989	09/03/1989
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral...	272/1989	24/04/1989
Fazenda Nacional		
Lei Ordinária	7.764/1989	02/05/1989
Lei Ordinária	7.894/1989	24/11/1989
Lei Ordinária	8.128/1990	20/12/1990
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Decreto	104/1996	22/04/1991
Lei Ordinária	8.398/1992	07/01/1992
Resolução M. Fazenda /Conselho Diretor...	02/1992	17/12/1992
do PIS-PASEP		
Lei Complementar	77/1993	13/07/1993
Decreto	931/1993	15/09/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Medida Provisória	681/1994	27/10/1994
Medida Provisória	684/1994	31/10/1994
Medida Provisória	743/1994	02/12/1994
Medida Provisória	802/1994	30/12/1994
Medida Provisória	865/1995	27/01/1995
Medida Provisória	918/1995	24/02/1995
Medida Provisória	956/1995	30/03/1995
Medida Provisória	981/1995	28/04/1995
Resolução M. Fazenda /Conselho Diretor...	01/1995	11/05/1995
do PIS-PASEP		
Medida Provisória	1.007/1995	26/05/1995
Medida Provisória	1.030/1995	27/06/1995
Medida Provisória	1.055/1995	27/07/1995
Medida Provisória	1.082/1995	25/08/1995
Decreto	1.608/1995	28/08/1995
Medida Provisória	1.114/1995	22/09/1995
Resolução Senado Federal	49/1995	09/10/1995
Medida Provisória	1.147/1995	24/10/1995
Medida Provisória	1.183/1995	23/11/1995
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret...	39/1995	28/11/1995
Receita Federal		
Lei Ordinária	9.138/1995	29/11/1995
Medida Provisória	1.219/1995	14/12/1995
Resolução Senado Federal	69/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.256/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.295/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.335/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.377/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.423/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.471/1996	05/06/1996
Medida Provisória	1.471-21/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.471-22/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.471-23/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.471-24/1996	26/09/1996
Resolução M. Fazenda /Conselho Diretor...	01/1996	15/10/1996
do PIS-PASEP		
Medida Provisória	1.471-25/1996	24/10/1996
Lei Ordinária	9.311/1996	24/10/1996
Norma Execução MF /Secret.Tesouro	12/1996	14/11/1996
Nacional /Coordenação Geral		
Contabilidade		
Medida Provisória	1.471-26/1996	22/11/1996
Lei Ordinária	9.365/1996	16/12/1996
Resolução M. Fazenda /Conselho Diretor...	03/1997	30/06/1997
do PIS-PASEP		
Resolução M. Fazenda /Conselho Diretor...	04/1997	30/06/1997
do PIS-PASEP		
Resolução Senado Federal	117/1997	21/11/1997
Lei Ordinária	9.701/1998	17/11/1998
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.732-51/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.732-52/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.732-53/1999	02/06/1999
Instrução Normativa M. Fazenda - MF	66/1999	14/06/1999
/Secretaria Receita Federal - MF/SRF		
Medida Provisória	1.902-54/1999	29/06/1999
Balanço Patrimonial M.Fazenda	s/n°/1999	30/06/1999
/Conselho Direct. Fundo Participação		
PIS/PASEP		
Medida Provisória	1.902-55/1999	28/07/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.630/1999	12/08/1999
Brasil		
Medida Provisória	1.902-56/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.902-57/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.921/1999	30/09/1999
Medida Provisória	1.902-58/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.921-1/1999	28/10/1999
Medida Provisória	1.902-59/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.921-2/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.966-3/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.998-60/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.966-4/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.998-61/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.966-5/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.998-62/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.966-6/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.998-63/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.966-7/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.998-64/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.966-8/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.966-9/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.998-66/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.966-10/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.038-67/2000	28/06/2000

FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE (FUNDO DE AVAL) - FGPC

Medida Provisória	1.601/1997	11/11/1997
Lei Ordinária	9.531/1997	10/12/1997
Decreto	2.509/1998	06/03/1998
Medida Provisória	1.629-11/1998	13/03/1998
Memorando M. Planejat° Orçat°	023/1998	20/03/1998
/Secret.Orçat° Federal /Depart° Programas		
Econômicos		
Decreto	00/31.03.1998	30/03/1998
Medida Provisória	1.629-12/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.629-13/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.629-14/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.700-15/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.700-16/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.700-17/1998	28/08/1998

Medida Provisória	1.700-18/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.700-19/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.700-20/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.771-21/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.771-22/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.771-23/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.771-24/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.771-25/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.771-26/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.771-27/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.892-28/1999	29/06/1999
Decreto	3.113/1999	06/07/1999
Medida Provisória	1.892-29/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.892-30/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.892-31/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.892-32/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.892-33/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.994-34/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.994-35/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Medida Provisória	1.994-36/2000	11/02/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	12/2000	29/02/2000
Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.994-37/2000	10/03/2000
Medida Provisória	2.017-2/2000	16/03/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.994-38/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.994-39/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.994-40/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.034-41/2000	27/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000

FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL - FUNIN

Decreto	73.610/1974	11/02/1974
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.365/1990	03/07/1990
Decreto	99.517/1990	10/09/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	666/1992	01/10/1992
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Lei Ordinária	9.240/1995	22/12/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Decreto	00/17.11.1999	16/11/1999
Lei Ordinária	9.895/1999	14/12/1999

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

Lei Ordinária	4.504/1964	30/11/1964
Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
Lei Ordinária	7.827/1989	27/09/1989
Decreto	98.339/1989	27/10/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Portaria Interminist. M. Econ. Faz. Planejat° /PR/Secret. Desenv. Regional	36/1992	06/02/1992
Medida Provisória	886/1995	30/01/1995
Medida Provisória	1.052/1995	29/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Lei Ordinária	9.126/1995	10/11/1995
Lei Ordinária	9.138/1995	29/11/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	307/1995	01/12/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996
Lei Ordinária	9.275/1996	09/05/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	355/1997	29/10/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	152/1998	27/04/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	11/1998	27/05/1998
Lei Ordinária	9.649/1998	27/05/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	12/1998	27/05/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Medida Provisória	1.676-35/1998	29/07/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	14/1998	05/08/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	20/1998	05/08/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	19/1998	05/08/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	18/1998	05/08/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	16/1998	05/08/1998
Resolução M. Planejat° Orçat° /Sec. Polit. Regionais / Fundo Constit. de Financ. do Centro-Oeste	15/1998	05/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	333/1998	19/08/1998

Medida Provisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.715/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	427/1998	23/10/1998
Medida Provisória	1.676-38/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Medida Provisória	1.727/1998	06/11/1998
Lei Ordinária	9.715/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.715-3/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.727-1/1998	08/12/1998
Medida Provisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.727-2/1999	07/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.806-3/1999	28/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.780-6/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	48/1999	24/02/1999
Medida Provisória	1.806-4/1999	25/02/1999
Decreto	2.966/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.806-5/1999	25/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	96/1999	26/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Medida Provisória	1.806-6/1999	22/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	151/1999	23/04/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.806-7/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.806-8/1999	17/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.846-9/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	310/1999	26/07/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.846-10/1999	29/07/1999
Decreto	3.130/1999	09/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.846-11/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	360/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	393/1999	17/09/1999
Medida Provisória	1.920/1999	21/09/1999
Medida Provisória	1.846-12/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Balanço Patrimonial M.Fazenda /Conselho Direl. Fundo Participação PIS/PASEP	00/1999	05/10/1999
Medida Provisória	1.920-1/1999	21/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	443/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.846-13/1999	26/10/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Medida Provisória	1.920-2/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.846-14/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.988-15/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.001-3/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.001-4/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	2.001-5/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Resolução M. Integração Regional / Fundo Constitucional Financiat° Centro-Oeste / Conselho Deliberat	53/2000	16/02/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000
Medida Provisória	2.001-6/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.001-7/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Despacho M.Integração Nacional / Fundo Constitucional Financiat° Centro-Oeste / Conselho Delibertivo	s/n°/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.001-8/2000	11/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.001-9/2000	09/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	308/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.050-10/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000

FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM (FUNDO FISCAL DE INVESTIMENTO

Decreto-lei	1.419/1975	11/09/1975
Decreto Legislativo	90/1975	29/10/1975

Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	381/1976	24/06/1976
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	385/1976	21/07/1976
Decreto-lei	1.478/1976	26/08/1976
Resolução Conselho Desenvolvimento Econômico /Secretaria-Geral	06/1978	31/01/1978
Portaria M. Transportes /Ministro	102/1978	08/02/1978
Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979
Lei Ordinária	7.134/1983	26/10/1983
Decreto	91.158/1985	18/03/1985
Decreto-lei	2.304/1986	21/11/1986
Decreto	93.607/1986	21/11/1986
Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	78/1988	11/05/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Decreto	96.943/1988	12/10/1988
Decreto	97.444/1989	12/01/1989
Medida Provisória	102/1989	09/11/1989
Lei Ordinária	7.918/1989	07/12/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.034/1990	12/04/1990
Lei Ordinária	8.167/1991	16/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Nota Téc. MEFP/SNP/DOU /Serv. Acomp. Anál. Arrecadação /Coord. Estudos Prog. Receita	05/1991	27/02/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Nota Téc. M. Econ. Faz. Planejat° /Secret. Nac. Planejamento /Depart° Orçat° União	s/n°/1991	01/03/1991
Nota Téc. MEFP/SNP/DOU /Serv. Acomp. Anál. Arrecadação /Coord. Estudos Prog. Receita	10/1991	16/04/1991
Decreto	101/1996	17/04/1991
Decreto	153/1991	25/06/1991
Portaria Presidência República - PR / Secretaria Desenvolvimento Regional - SDR	202/1991	18/07/1991
Deliberação Normativa Presidênica da República /Sec. Desenv. Regional /Inst. Bras.Turismo-Diretoria	307/1992	23/03/1992
Decreto	853/1993	02/07/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	567/1993	27/10/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	204/1994	12/04/1994
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	227/1994	23/12/1994
Medida Provisória	1.052/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.105/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.137/1995	26/09/1995
Medida Provisória	1.170/1995	26/10/1995
Mensagem Presidente República	1.197/1995	10/11/1995
Lei Ordinária	9.126/1995	10/11/1995
Decreto	1.733/1995	07/12/1995
Decreto	1.735/1995	07/12/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal/Secretário	s/n°/1996	10/01/1996
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	12/1996	24/04/1996
Decreto	1.920/1996	29/05/1996
Parecer Tribunal Contas União	005.708/94-0	15/10/1996
Ofício M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Secretário	79/1996	01/11/1996
Medida Provisória	1.562/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.562-1/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.562-2/1997	14/02/1997
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Medida Provisória	1.562-3/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.562-4/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.562-5/1997	15/05/1997
Decreto	2.232/1997	23/05/1997
Medida Provisória	1.562-6/1997	12/06/1997
Decreto	2.259/1997	20/06/1997
Medida Provisória	1.562-7/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.562-8/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.562-9/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.562-10/1997	10/10/1997
Medida Provisória	1.562-11/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Medida Provisória	1.562-12/1997	04/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	017.215/93-5/2	10/12/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.614-13/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.614-14/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.614-15/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.614-16/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.614-17/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.614-18/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.614-19/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.614-20/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.614-21/1998	27/07/1998
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	90/1998	31/07/1998
Medida Provisória	1.614-22/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.614-23/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.614-24/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.614-25/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.740-26/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.740-27/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.740-28/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.740-29/1999	11/03/1999
Parecer Tribunal Contas União	008.881/95-2	24/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.740-30/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.740-31/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.740-32/1999	02/06/1999
Lei Ordinária	9.808/1999	20/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999

Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	133/2000	25/04/2000
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FUNRES (FUNDO FISCAL DE INVESTIMENTO

Ato Complementar Presidente da República	40/1968	30/12/1968
Decreto-lei	880/1969	18/09/1969
Decreto	66.547/1970	11/05/1970
Decreto-lei	1.345/1974	19/09/1974
Decreto Legislativo	45/1975	24/08/1975
Decreto-lei	1.563/1977	29/07/1977
Portaria M. Transportes /Ministro	102/1978	08/02/1978
Decreto-lei	1.653/1978	27/12/1978
Decreto Legislativo	17/1979	11/05/1979
Decreto-lei	1.734/1979	20/12/1979
Decreto	84.342/1979	26/12/1979
Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979
Resolução Tribunal de Contas da União	206/1980	//1980
Decreto	87.508/1982	23/08/1982
Lei Ordinária	7.134/1983	26/10/1983
Decreto-lei	2.134/1984	26/06/1984
Decreto-lei	2.250/1985	26/02/1985
Decreto	91.158/1985	18/03/1985
Decreto-lei	2.298/1986	21/11/1986
Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	92/1988	//1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	135/1990	//1990
Lei Ordinária	8.034/1990	12/04/1990
Lei Ordinária	8.167/1991	16/01/1991
Nota Téc. MEFP/SNP/DOU /Serv. Acomp. Anál. Arrecadação /Coord. Estudos Prog. Receita	05/1991	27/02/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Nota Téc. M. Econ. Faz. Planejat° /Secret. Nac. Planejamento /Depart° Orçat° União	s/n°/1991	01/03/1991
Nota Téc. MEFP/SNP/DOU /Serv. Acomp. Anál. Arrecadação /Coord. Estudos Prog. Receita	10/1991	16/04/1991
Decreto	101/1996	17/04/1991
Decreto	153/1991	25/06/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	10/1992	10/01/1992
Decreto	853/1993	02/07/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	567/1993	27/10/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	204/1994	12/04/1994
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	227/1994	23/12/1994
Medida Provisória	1.052/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.078/1995	28/07/1995
Medida Provisória	1.105/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.137/1995	26/09/1995
Medida Provisória	1.170/1995	26/10/1995
Mensagem Presidente República	1.197/1995	10/11/1995
Lei Ordinária	9.126/1995	10/11/1995
Decisão Tribunal de Contas da União / Plenário	657/1995	06/12/1995
Decreto	1.733/1995	07/12/1995
Decreto	1.735/1995	07/12/1995
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret.Orçat° Federal /Depart° Programas Econômicos	051/1995	27/12/1995
Parecer Tribunal Contas União	017.215/93-5	28/12/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal/Secretário	s/n°/1996	10/01/1996
Decreto	1.920/1996	29/05/1996
Ofício M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Secretário	79/1996	01/11/1996
Medida Provisória	1.562/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.562-1/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.562-2/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.562-3/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.562-4/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.562-5/1997	15/05/1997
Decreto	2.232/1997	23/05/1997
Medida Provisória	1.562-6/1997	12/06/1997
Decreto	2.259/1997	20/06/1997
Medida Provisória	1.562-7/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.562-8/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.562-9/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.562-10/1997	10/10/1997
Medida Provisória	1.562-11/1997	06/11/1997
Decisão Tribunal de Contas da União / Plenário	782/1997	12/11/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Medida Provisória	1.562-12/1997	04/12/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.614-13/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.614-14/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.614-15/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.614-16/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.614-17/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.614-18/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.614-19/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.614-20/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.614-21/1998	27/07/1998
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	90/1998	31/07/1998
Medida Provisória	1.614-22/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.614-23/1998	24/09/1998

Medida Provisória	1.614-24/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.614-25/1998	19/11/1998
Parecer Tribunal Contas União	013.499/97-1	25/11/1998
Medida Provisória	1.740-26/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.740-27/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.740-28/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.740-29/1999	11/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.740-30/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.740-31/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.740-32/1999	02/06/1999
Portaria PR/Secret. Especial Políticas Regionais /Conselho de Governo	59/1999	16/06/1999
Lei Ordinária	9.808/1999	20/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	133/2000	25/04/2000
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR (FUNDO FISCAL DE INVESTIMENTO

Decreto-lei	1.419/1975	11/09/1975
Decreto Legislativo	90/1975	29/10/1975
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	381/1976	24/06/1976
Decreto-lei	1.478/1976	26/08/1976
Resolução Conselho Desenvolvimento Econômico /Secretaria-Geral	06/1978	31/01/1978
Portaria M. Transportes /Ministro	102/1978	08/02/1978
Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979
Lei Ordinária	7.134/1983	26/10/1983
Decreto	91.158/1985	18/03/1985
Decreto-lei	2.304/1986	21/11/1986
Decreto	93.607/1986	21/11/1986
Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	78/1988	11/05/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Medida Provisória	102/1989	09/11/1989
Lei Ordinária	7.918/1989	07/12/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.034/1990	12/04/1990
Lei Ordinária	8.167/1991	16/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Nota Téc. MEFP/SNP/DOU /Serv. Acomp. Anál. Arrecadação /Coord. Estudos Prog. Receita	05/1991	27/02/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Nota Téc. M. Econ. Faz. Planejat° /Secret. Nac. Planejamento /Depart° Orçat° União	s/n°/1991	01/03/1991
Nota Téc. MEFP/SNP/DOU /Serv. Acomp. Anál. Arrecadação /Coord. Estudos Prog. Receita	10/1991	16/04/1991
Decreto	101/1996	17/04/1991
Decreto	153/1991	25/06/1991
Deliberação Normativa Presidência da República /Sec. Desenv. Regional /Inst. Bras.Turismo-Diretoria	307/1992	23/03/1992
Decreto	853/1993	02/07/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	567/1993	27/10/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	204/1994	12/04/1994
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	227/1994	23/12/1994
Medida Provisória	1.052/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.105/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.137/1995	26/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.170/1995	26/10/1995
Mensagem Presidente República	1.197/1995	10/11/1995
Lei Ordinária	9.126/1995	10/11/1995
Decreto	1.733/1995	07/12/1995
Decreto	1.735/1995	07/12/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal/Secretário	s/n°/1996	10/01/1996
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	12/1996	24/04/1996
Decreto	1.920/1996	29/05/1996
Ofício M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Secretário	79/1996	01/11/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.562/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.562-1/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.562-2/1997	14/02/1997
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Medida Provisória	1.562-3/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.562-4/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.562-5/1997	15/05/1997
Decreto	2.232/1997	23/05/1997
Medida Provisória	1.562-6/1997	12/06/1997
Decreto	2.259/1997	20/06/1997
Medida Provisória	1.562-7/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.562-8/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.562-9/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.562-10/1997	10/10/1997
Medida Provisória	1.562-11/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Medida Provisória	1.562-12/1997	04/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	017.215/93-5/2	10/12/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997

Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.614-13/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.614-14/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.614-15/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.614-16/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.614-17/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.614-18/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.614-19/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.614-20/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.614-21/1998	27/07/1998
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	90/1998	31/07/1998
Medida Provisória	1.614-22/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.614-23/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.614-24/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.614-25/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.740-26/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.740-27/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.740-28/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.740-29/1999	11/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.740-30/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.740-31/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.740-32/1999	02/06/1999
Lei Ordinária	9.808/1999	20/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	133/2000	25/04/2000
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.889/1991	01/02/1991
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.903/1991	26/02/1991
Decreto	103/1996	22/04/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	01/1991	10/09/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	03/1991	10/09/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	02/1991	10/09/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	04/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	10/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	09/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho	08/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	07/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	06/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	05/1991	10/10/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	11/1991	18/11/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	13/1991	18/11/1991
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	12/1991	18/11/1991
Decreto	437/1992	28/01/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	14/1992	29/01/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	15/1992	29/01/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	16/1992	26/03/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	18/1992	26/03/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	17/1992	26/03/1992
Decreto	525/1992	19/05/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente	19/1992	20/05/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo Desenvolvimento Social /Conselho	22/1992	20/05/1992

Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	21/1992	20/05/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	20/1992	20/05/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	23/1992	21/07/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	26/1992	21/07/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	25/1992	21/07/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	24/1992	21/07/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.209/1992	05/08/1992
Decreto	640/1992	26/08/1992
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	27/1992	31/08/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	28/1992	21/12/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	29/1992	21/12/1992
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	30/1993	02/03/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	31/1993	11/05/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Medida Provisória	320/1993	13/05/1993
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	32/1993	20/05/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	33/1993	25/05/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	35/1993	25/05/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	34/1993	25/05/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Medida Provisória	324/1993	11/06/1993
Lei Ordinária	8.677/1993	13/07/1993
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	36/1993	28/09/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.373/1993	21/10/1993
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	37/1993	25/11/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	42/1993	25/11/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	41/1993	25/11/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	40/1993	25/11/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	39/1993	25/11/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	38/1993	25/11/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	43/1993	16/12/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	45/1993	16/12/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	44/1993	16/12/1993
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	46/1994	27/01/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	47/1994	27/01/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	48/1994	24/02/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	49/1994	24/02/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Decreto	1.081/1994	08/03/1994
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	51/1994	24/03/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	50/1994	25/03/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	52/1994	27/07/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	53/1994	08/11/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	55/1994	08/11/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	54/1994	08/11/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	56/1994	23/12/1994
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	57/1995	30/08/1995
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	61/1995	30/08/1995
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	60/1995	30/08/1995
Desenvolvimento Social /Conselho		
Curador /Presidente		
Resolução M. Ação Social /Fundo.....	59/1995	30/08/1995

Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 58/1995 30/08/1995
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 63/1995 21/12/1995
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 62/1995 21/12/1995
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 66/1996 31/01/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 64/1996 31/01/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 65/1996 31/01/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 67/1996 31/10/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 68/1996 31/10/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 70/1996 12/12/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 72/1996 12/12/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 69/1996 12/12/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 71/1996 12/12/1996
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 73/1997 30/07/1997
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 75/1997 30/07/1997
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 74/1997 30/07/1997
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 76/1997 30/07/1997
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 77/1997 26/12/1997
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 79/1998 31/03/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 81/1998 31/03/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 78/1998 31/03/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 80/1998 31/03/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 82/1998 30/06/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 83/1998 30/06/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Resolução M. Ação Social /Fundo..... 84/1998 09/12/1998
Desenvolvimento Social /Conselho Curador /Presidente
Medida Provisória 1.823/1999 29/04/1999
Medida Provisória 1.823-1/1999 27/05/1999
Medida Provisória 1.823-2/1999 24/06/1999
Medida Provisória 1.864-3/1999 29/06/1999
Medida Provisória 1.864-4/1999 27/07/1999
Medida Provisória 1.864-5/1999 25/08/1999
Medida Provisória 1.864-6/1999 22/09/1999
Medida Provisória 1.864-7/1999 21/10/1999
Medida Provisória 1.864-8/1999 18/11/1999
Medida Provisória 1.944-9/1999 09/12/1999
Medida Provisória 1.944-10/2000 06/01/2000
Medida Provisória 1.944-11/2000 03/02/2000
Medida Provisória 1.944-12/2000 02/03/2000
Medida Provisória 1.944-13/2000 30/03/2000
Medida Provisória 1.944-14/2000 27/04/2000
Medida Provisória 1.944-15/2000 26/05/2000
Medida Provisória 1.944-16/2000 26/06/2000

FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - FND

Lei Ordinária 8.018/1990 11/04/1990
Lei Ordinária 8.031/1990 12/04/1990
Decreto 99.463/1990 16/08/1990
Decreto 99.464/1990 16/08/1990
Resolução Banco Nacional 3/1990 10/12/1990
Desenvolvimento Econômico Social /Conselho Administração
Decreto 215/1991 17/09/1991
Lei Ordinária 8.250/1991 25/10/1991
Decreto 423/1992 14/01/1992
Decreto 700/1992 15/12/1992
Decreto 712/1992 23/12/1992
Decreto 724/1993 19/01/1993
Decreto 786/1993 29/03/1993
Decreto 798/1993 16/04/1993
Medida Provisória 327/1993 24/06/1993
Medida Provisória 334/1993 23/07/1993
Medida Provisória 345/1993 25/08/1993
Lei Ordinária 8.696/1993 26/08/1993
Medida Provisória 353/1993 23/09/1993
Medida Provisória 362/1993 25/10/1993
Medida Provisória 376/1993 24/11/1993
Medida Provisória 392/1993 23/12/1993
Medida Provisória 415/1994 21/01/1994
Medida Provisória 432/1994 09/02/1994
Decreto 1.068/1994 02/03/1994
Decreto 1.073/1994 04/03/1994
Medida Provisória 455/1994 25/03/1994
Medida Provisória 470/1994 11/04/1994
Medida Provisória 479/1994 22/04/1994
Medida Provisória 506/1994 24/05/1994

Medida Provisória	533/1994	23/06/1994
Medida Provisória	557/1994	26/07/1994
Decreto	1.204/1994	29/07/1994
Decreto	1.227/1994	22/08/1994
Medida Provisória	588/1994	25/08/1994
Medida Provisória	630/1994	23/09/1994
Medida Provisória	670/1994	21/10/1994
Medida Provisória	718/1994	18/11/1994
Medida Provisória	772/1994	20/12/1994
Medida Provisória	841/1995	19/01/1995
Medida Provisória	901/1995	16/02/1995
Medida Provisória	945/1995	15/03/1995
Medida Provisória	970/1995	12/04/1995
Medida Provisória	995/1995	11/05/1995
Decreto	1.510/1995	01/06/1995
Medida Provisória	1.021/1995	08/06/1995
Decreto	1.539/1995	27/06/1995
Medida Provisória	1.044/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.070/1995	28/07/1995
Medida Provisória	1.097/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.129/1995	26/09/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.203/1995	26/09/1995
Medida Provisória	1.135/1995	26/09/1995
Decreto	1.647/1995	27/09/1995
Decreto	1.677/1995	18/10/1995
Medida Provisória	1.162/1995	27/10/1995
Medida Provisória	1.197/1995	24/11/1995
Medida Provisória	1.238/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.233/1995	15/12/1995
Medida Provisória	1.270/1996	13/01/1996
Medida Provisória	1.309/1996	09/02/1996
Decreto	1.818/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.314/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.349/1996	12/03/1996
Decreto	1.977/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	1.391/1996	12/04/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Medida Provisória	1.433/1996	10/05/1996
M[illegible]visória	1.457/1996	16/05/1996
Medida Provisória	1.481/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Medida Provisória	1.481-38/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.481-39/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Decreto	1.980/1996	09/08/1996
Medida Provisória	1.481-40/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.481-41/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.504-7/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.481-42/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.486-33/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.504-8/1996	31/10/1996
Decreto	2.077/1996	21/11/1996
Medida Provisória	1.481-43/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.504-9/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.481-44/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.481-45/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.538-37/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.481-46/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.538-38/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.481-47/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.538-39/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.481-48/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.538-40/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.481-49/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.481-50/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.538-42/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.481-51/1997	11/07/1997
Decreto	2.274/1997	16/07/1997
Medida Provisória	1.580/1997	23/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.481-52/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.580-1/1997	21/08/1997
Medida Provisória	1.538-44/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Lei Ordinária	9.491/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.580-2/1997	18/09/1997
Medida Provisória	1.538-45/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.580-3/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.594/1997	21/10/1997
Resolução M. Planejamento e Orçamento /Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	14/1997	28/10/1997
Medida Provisória	1.538-46/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.580-4/1997	13/11/1997
Medida Provisória	1.594-1/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.538-47/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.580-5/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.613-2/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.618-48/1997	12/12/1997
Decreto	2.422/1997	16/12/1997
Decreto	2.430/1997	17/12/1997
Medida Provisória	1.613-3/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.580-6/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.618-49/1998	13/01/1998
Decreto	2.469/1998	21/01/1998
Medida Provisória	1.613-4/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.580-7/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.618-50/1998	12/02/1998
Decreto	2.504/1998	26/02/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.580-8/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.613-5/1998	05/03/1998
Decreto	00/16.03.1998	13/03/1998
Decreto	02/1998	13/03/1998
Decreto	01/16.03.1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.618-51/1998	13/03/1998
Decreto	00/17.03.1998	16/03/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998

Medida Provisória	1.613-6/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.618-52/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.655/1998	20/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.613-7/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.618-53/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.654-24/1998	14/05/1998
Lei Ordinária	9.635/1998	15/05/1998
Decreto	2.594/1998	15/05/1998
Medida Provisória	1.655-1/1998	21/05/1998
Medida Provisória	1.615/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.618-54/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.618/1998	10/06/1998
Decreto	2.628/1998	15/06/1998
Medida Provisória	1.655-2/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.682-3/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.697-55/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.682-4/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.682-5/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.682-6/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.682-7/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.682-8/1998	25/11/1998
Decreto	00/01.12.1998	30/11/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.755-9/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.755-11/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.755-12/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.755-13/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.755-14/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.755-15/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.868-16/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.868-17/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.868-18/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	365/1999	01/09/1999
Medida Provisória	1.850-9/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.868-19/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.850-10/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.868-20/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.850-11/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.868-21/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.942-12/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.985-22/1999	10/12/1999
Decreto	3.286/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.942-13/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.985-23/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.942-14/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.985-24/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.942-15/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.985-25/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.942-16/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000
Decreto	3.401/2000	03/04/2000
Medida Provisória	1.985-26/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.942-17/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.985-27/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.942-18/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.985-28/2000	01/06/2000
Resolução M. Desenvolvit°, Indústria e Comércio Exterior/ Conselho Nac. Desestatização - Presidente	26/2000	06/06/2000
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.942-19/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.985-29/2000	29/06/2000
Resolução M. Desenvolvit°, Indústria e Comércio Exterior/ Conselho Nac. Desestatização - Presidente	28/2000	07/07/2000

FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD

Lei Ordinária	6.368/1976	21/10/1976
Decreto	1.646/1995	26/09/1995
Decreto	2.036/1996	14/10/1996
Decreto	2.632/1998	19/06/1998
Medida Provisória	1.689-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.689-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.689-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.689-4/1998	25/09/1998
Decreto	2.792/1998	01/10/1998
Decreto	2.793/1998	01/10/1998
Medida Provisória	1.713-1/1998	01/10/1998
Medida Provisória	1.689-5/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.713-2/1998	29/10/1998
Medida Provisória	1.689-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.713-3/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.780-4/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.760-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.794-8/1998	31/12/1998
Medida Provisória	1.780-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.794-9/1999	28/01/1999
Portaria Conjunta Presidência da República /Casa Militar /M. Fazenda	14/1999	05/02/1999
Medida Provisória	1.780-6/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.794-10/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.780-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.794-11/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.780-8/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.794-12/1999	22/04/1999

Medida Provisória	1.780-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.794-13/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.780-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.794-14/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.909-15/1999	29/06/1999
Lei Ordinária	9.804/1999	30/06/1999
Medida Provisória	1.909-16/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Decreto	02/05.11.1999	04/11/1999
Portaria Presidencia República - PR / Secretaria Nacional Antidrogas	20/1999	24/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (APÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988)

Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.711/1988	22/12/1988
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	40/1989	31/08/1989
Lei Complementar	62/1989	28/12/1989
Lei Ordinária	8.212/1991	24/07/1991
Decreto	356/1991	07/12/1991
Lei Ordinária	8.443/1992	16/07/1992
Decreto	612/1992	21/07/1992
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	4/1994	27/07/1994
Parecer Tribunal Contas União	020.442/94-7	13/12/1994
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	6/1994	13/12/1994
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	307/1995	01/12/1995
Lei Ordinária	9.424/1996	24/12/1996
Decreto	2.109/1996	26/12/1996
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	355/1997	29/10/1997
Emenda Constitucional	17/1997	22/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Lei Complementar	91/1997	22/12/1997
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	018/1997	23/12/1997
Medida Provisória	1.608-12/1998	05/03/1998
Lei Ordinária	9.639/1998	25/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.688/1998	16/06/1998
Medida Provisória	1.668/1998	16/06/1998
Medida Provisória	1.688-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.688-2/1998	29/07/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	333/1998	19/08/1998
Medida Provisória	1.688-3/1998	27/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	377/1998	21/09/1998
Medida Provisória	1.688-4/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.707-3/1998	28/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	427/1998	23/10/1998
Medida Provisória	1.688-5/1998	26/10/1998
Ordem Serviço Conj. M. Prev. Assist. Social /Inst. Nac. Seg. Social /Proc.Geral /Dir.Adm.Patrimonial	89/1998	09/11/1998
Medida Provisória	1.688-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.759-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.759-8/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.759-9/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	48/1999	24/02/1999
Medida Provisória	1.759-10/1999	11/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	96/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	151/1999	23/04/1999
Medida Provisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.759-13/1999	02/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	310/1999	26/07/1999
Medida Provisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Resolução Senado Federal	29/1999	05/08/1999
Medida Provisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	360/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	393/1999	17/09/1999
Resolução Senado Federal	38/1999	23/09/1999
Medida Provisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.891-8/1999	24/09/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	443/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.891-9/1999	22/10/1999
Lei Ordinária	9.846/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.969-11/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.891-10/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	66/2000	28/02/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	100/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	210/2000	27/04/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	354/2000	26/07/2000

FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC

Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil /Conselho Monetário Nacional	2.197/1995	31/08/1995
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	6/1997	10/01/1997
Medida Provisória	1.604-33/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.604-34/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.604-35/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.604-36/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.604-37/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.604-38/1998	22/10/1998
Carta-Circular Banco Central do Brasil / Departº de Operações Bancárias	2.821/1998	03/11/1998
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	134/1999	11/06/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.871/1999	02/09/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.928/1999	09/09/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.949/1999	05/11/1999

FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRARIA - BANCO DA TERRA

Lei Complementar	93/1998	04/02/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Decreto	3.115/1999	09/07/1999
Lei Ordinária	9.809/1999	21/07/1999
Decreto	3.172/1999	15/09/1999
Medida Provisória	1.901-30/1999	24/09/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	10/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	9/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	8/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	7/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	6/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	14/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	13/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	12/1999	06/10/1999
Resolução M. Ext. Política Fundiária /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	11/1999	06/10/1999
Medida Provisória	1.901-31/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.901-32/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	27/2000	04/05/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	31/2000	04/05/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	30/2000	04/05/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	29/2000	04/05/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	28/2000	04/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.001-9/2000	09/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.050-10/2000	29/06/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	34/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	44/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	42/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	40/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	38/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	36/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	35/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	43/2000	05/07/2000

Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de.... Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	41/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de.... Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	39/2000	05/07/2000
Resolução M. Desen. Agrário /Fundo de.... Terras Refor. Agrária -Banco da Terra /Cons. Curador	37/2000	05/07/2000

LEI 4.320 DE 1964

Decreto-lei	2.416/1940	17/07/1940
Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Lei Ordinária	4.489/1964	19/11/1964
Decreto	59.649/1966	02/12/1966
Decreto	62.115/1968	15/01/1968
Portaria M. Planejat° e Coord. Geral ..... /Ministro	172/1968	30/07/1968
Decreto-lei	836/1969	08/09/1969
Portaria M. Planejat° e Coord. Geral ..... /Ministro	9/1974	28/01/1974
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	20/1974	10/07/1974
Manual Técnico Publicados sem..... aprovação em Portarias	s/n°/1975-77	7/-7/1975
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Subsecret Orçat°, Finanças /Subsecretário	04/1975	12/03/1975
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	25/1976	14/06/1976
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Ministro	64/1976	12/08/1976
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	26/1976	27/08/1976
Lei Ordinária	6.397/1976	10/12/1976
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	27/1977	02/08/1977
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Ministro	38/1978	05/06/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	15/1978	20/06/1978
Instrução PR/Secret.Planejat° ..... /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	19/1978	22/08/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	20/1978	22/08/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Ministro	93/1978	06/12/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	34/1978	07/12/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	35/1978	07/12/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	39/1978	18/12/1978
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	007/1979	06/03/1979
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	20/1979	23/08/1979
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	23/1979	24/09/1979
Decreto-lei	1.735/1979	20/11/1979
Decreto Legislativo	51/1980	25/06/1980
Lei Ordinária	6.830/1980	22/09/1980
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	25/1980	22/10/1980
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	36/1980	17/12/1980
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	38/1980	17/12/1980
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	3/1981	16/01/1981
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	6/1981	30/04/1981
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	1/1982	18/01/1982
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	4/1982	05/04/1982
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	6/1982	09/06/1982
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	12/1982	06/08/1982
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Ministro	129/1982	11/08/1982
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	32/1982	23/12/1982
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	8/1983	06/05/1983
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	10/1983	31/05/1983
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	19/1983	29/08/1983
Portaria Presidência República - PR..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat°	032/1983	29/11/1983

Finanças		
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	3/1984	06/02/1984
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	08/1985	04/02/1985
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Ministro	22/1985	05/02/1985
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Ministro	20/1985	05/02/1985
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	9/1985	05/02/1985
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / ..... Secretaria de Planejamento	23/1985	15/02/1985
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	45/1985	24/12/1985
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	21/1986	07/08/1986
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	42/1986	18/12/1986
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	4/1987	26/05/1987
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	09/1987	22/06/1987
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	24/1987	03/09/1987
Decreto-lei	2.376/1987	25/11/1987
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	55/1987	11/12/1987
Lei Ordinária	7.635/1987	14/12/1987
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	57/1987	18/12/1987
Decreto-lei	2.443/1988	24/06/1988
Decreto-lei	2.456/1988	22/08/1988
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	73/1988	24/11/1988
Lei Ordinária	7.800/1989	10/07/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	36/1989	01/08/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	35/1989	01/08/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	37/1989	02/08/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	39/1989	24/08/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	40/1989	31/08/1989
Nota PR/ Secretaria Planejamento ..... /Secret. Orçat° Federal /Gabinete	s/n°/1989	01/09/1989
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR... /Secret. Orçat° Finanças /Secretário	003/1989	12/09/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	41/1989	27/09/1989
Lei Ordinária	7.862/1989	30/10/1989
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	3/1990	21/02/1990
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	04/1990	21/02/1990
Lei Ordinária	8.074/1990	31/07/1990
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro .	576/1990	10/10/1990
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° ..... /Secretaria Nacional Planejamento	23/1991	26/02/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° ..... /Secretaria Nacional Planejamento	22/1991	26/02/1991
Lei Ordinária	8.211/1991	22/07/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° ..... /Secretaria Nacional Planejamento	383/1991	09/08/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° ..... /Secretaria Nacional Planejamento	405/1991	26/08/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° ..... /Secretaria Nacional Planejamento	406/1991	26/08/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° / Secret.... Nacional Planejat° /Depart. Orçat° União /Diretor	01/1992..	27/02/1992
Instrução Normativa M. Economia, ... Fazenda e Planejat° /Depart° Orçat° da União /Diretor	01/1992	27/02/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° ..... /Secretaria Nacional Planejamento	210/1992	13/07/1992
Lei Ordinária	8.447/1992	21/07/1992
Instrução Normativa M. Economia, ... Fazenda e Planejat° /Depart° Orçat° da União /Diretor	2/1992	23/09/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° / Secret.... Nacional Planejat° /Depart. Orçat° União /Diretor	4/1992	23/09/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° / Secret.... Nacional Planejat° /Depart. Orçat° União /Diretor	5/1992	01/10/1992
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat°, Orçat° e Coord. /Ministro	472/1993	21/07/1993
Lei Ordinária	8.694/1993	12/08/1993
Medida Provisória	394/1993	28/12/1993
Medida Provisória	416/1994	28/01/1994
Medida Provisória	435/1994	28/02/1994
Medida Provisória	459/1994	30/03/1994
Medida Provisória	484/1994	29/04/1994
Medida Provisória	510/1994	27/05/1994
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat°, Orçat° e Coord. /Ministro	143/1994	06/06/1994
Medida Provisória	536/1994	28/06/1994
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat°, Orçat°, Coord. /Secret. Orçat° Federal	2/1994	22/07/1994
Medida Provisória	561/1994	28/07/1994

Nota Téc. Secret. Planejat° Orçat° ..... Coord./PR /Secret. Orçt° Federal /Depart° Área Social	031/1994	02/08/1994
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat°, Orçat°, Coord. /Secret. Orçat° Federal	3/1994	05/08/1994
Medida Provisória	592/1994	25/08/1994
Lei Ordinária	8.931/1994	22/09/1994
Medida Provisória	629/1994	23/09/1994
Nota PR/ Secret. Planej. Orç. Coord. ..... /Secret. Orç. Federal /Dep. Prog, Normas /Coord. Geral Normas	50/1994	05/10/1994
Medida Provisória	669/1994	21/10/1994
Medida Provisória	717/1994	18/11/1994
Medida Provisória	771/1994	20/12/1994
Medida Provisória	832/1995	19/01/1995
Medida Provisória	893/1995	16/02/1995
Medida Provisória	940/1995	16/03/1995
Lei Ordinária	9.027/1995	12/04/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	104/1995	05/05/1995
Lei Ordinária	9.082/1995	25/07/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	100/1995	24/11/1995
Decreto	1.792/1996	15/01/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	1/1996	19/01/1996
Lei Ordinária	9.293/1996	15/07/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	8/1996	23/07/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	9/1996	07/08/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	19/1996	17/10/1996
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret. .... Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	18/1996	18/10/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	28/1996	29/11/1996
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	119/1997	30/01/1997
Fax M. Planejamento e Orçamento ..... /Secret. Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	s/n°/1997	22/07/1997
Lei Ordinária	9.473/1997	22/07/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	16/1997	13/08/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	18/1997	27/08/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	42/1997	09/12/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	3/1998	02/02/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	8/1998	30/03/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	38/1998	24/08/1998
Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	117/1998	12/11/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	51/1998	16/11/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	62/1998	23/12/1998
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de..... Orçat° Federal	6/1999	20/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de..... Orçat° Federal	5/1999	20/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	56/1999	27/05/1999
Instrução Normativa M. Fazenda - MF..... /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	66/1999	14/06/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão ..... /Secret. Orçat° Federal /Secretário	14/1999	30/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão ..... /Secret. Orçat° Federal /Secretário	13/1999	30/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão ..... /Secret. Orçat° Federal /Secretário	15/1999	30/08/1999
Decreto	3.262/1999	25/11/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão ..... /Secret. Orçat° Federal /Secretário	22/1999	08/12/1999
Proposta de Emenda à Constituição	s/n°/2000	//2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão ..... /Secret. Orçat° Federal /Secretário	3/2000	18/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União..	22/2000	13/06/2000

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais..... Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.827/1989	27/09/1989
Decreto	98.339/1989	27/10/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.167/1991	16/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Portaria Interminist. M. Econ. Faz. ..... Planejat° /PR/Secret. Desenv. Regional	36/1992	06/02/1992
Medida Provisória	1.052/1995	29/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Lei Ordinária	9.126/1995	10/11/1995
Lei Ordinária	9.138/1995	29/11/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro..... Nacional /Secretário	307/1995	01/12/1995
Resolução M. Fazenda /Banco Central do... Brasil	2.238/1996	31/01/1996
Lei Ordinária	9.275/1996	09/05/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.562-1/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.562-2/1997	14/02/1997
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Medida Provisória	1.562-3/1997	14/03/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro..... Nacional /Secretário	355/1997	29/10/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro..... Nacional /Secretário	152/1998	27/04/1998
Medida Provisória	1.659/1998	12/05/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Medida Provisória	1.659-1/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.683-2/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.676-35/1998	29/07/1998
Parecer Tribunal Contas União	275.154/95-5	17/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro..... Nacional /Secretário	333/1998	19/08/1998

Medida Provisória	1.683-4/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.715/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.683-5/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	427/1998	23/10/1998
Medida Provisória	1.683-6/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.676-38/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Medida Provisória	1.727/1998	06/11/1998
Medida Provisória	1.683-7/1998	25/11/1998
Lei Ordinária	9.715/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.715-3/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.727-1/1998	08/12/1998
Medida Provisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.756-8/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.727-2/1999	07/01/1999
Medida Provisória	1.756-9/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.806-3/1999	28/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.756-10/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	48/1999	24/02/1999
Medida Provisória	1.806-4/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.756-11/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.806-5/1999	25/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	96/1999	26/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.756-12/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Medida Provisória	1.806-6/1999	22/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	151/1999	23/04/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.756-13/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.806-7/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.756-14/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.806-8/1999	17/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.881-15/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.846-9/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	310/1999	26/07/1999
Medida Provisória	1.881-16/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.846-10/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.683-3/1999	29/07/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Medida Provisória	1.881-17/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.846-11/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	360/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	393/1999	17/09/1999
Medida Provisória	1.920/1999	21/09/1999
Medida Provisória	1.881-18/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.846-12/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	443/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.920-1/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.881-19/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.846-13/1999	26/10/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Medida Provisória	1.920-2/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.881-20/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.846-14/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.954-21/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.988-15/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.001-3/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.954-22/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.001-4/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.954-23/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	2.001-5/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.954-24/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	2.001-6/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.954-25/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.001-7/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.954-26/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.001-8/2000	11/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.954-27/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.001-9/2000	09/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.954-28/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro	308/2000	29/06/2000

Nacional /Secretário		
Medida Provisória	2.050-10/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000

FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL - FUNCEGRAF

Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
Decreto-lei	900/1969	29/09/1969
Resolução Senado Federal	58/1972	15/09/1972
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	13/1974	19/09/1974
Resolução Senado Federal	57/1976	03/09/1976
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	10/1979	30/01/1979
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto Legislativo	27/1990	14/09/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Resolução Senado Federal	31/1994	13/04/1994
Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	13/1997	30/01/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

FUNDO DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS - FEMFA

Decreto-lei	1.754/1979	31/12/1979
Decreto-lei	1.755/1979	31/12/1979
Lei Ordinária	7.448/1985	20/12/1985
Decreto	92.222/1985	27/12/1985
Portaria Presidência República - PR / Estado Maior Forças Armadas /Ministro	697/1986	28/02/1986
Portaria Presidência República - PR / Estado Maior Forças Armadas /Ministro	1.192/1986	16/04/1986
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Depart° Programas Especiais	6/1996	06/02/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Decreto	2.602/1998	22/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	52/1998	19/11/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Decreto	00/03.08.1999	02/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000

LEI ORÇAMENTÁRIA 1999

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Decreto	825/1993	28/05/1993
Decreto	1.924/1996	07/06/1996
Lei Complementar	87/1996	13/09/1996
Decreto	2.019/1996	01/10/1996
Lei Ordinária	9.311/1996	24/10/1996
Lei Ordinária	9.424/1996	24/12/1996
Decreto	2.185/1997	24/03/1997
Memorando-Circular M. Planejat° Orçat° /Secret.Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	14/1997	19/08/1997
Decreto	2.388/1997	17/11/1997
Decreto	2.417/1997	11/12/1997
Lei Ordinária	9.539/1997	12/12/1997
Decreto	2.449/1997	30/12/1997
Nota Téc. M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Dep. Programas Econômicos	1/1998	28/01/1998
Nota Téc. M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Dep. Programas Econômicos	001/1998	28/01/1998
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	1/1998	02/02/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1998	02/02/1998
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret.Orçat° Federal /Depart° Programas Econômicos	023/1998	20/03/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	8/1998	30/03/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	14/1998	15/04/1998
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	923/1998	20/04/1998
Medida Provisória	1.512-22/1998	23/04/1998

Medida Provisória	1.512-23/1998	21/05/1998
Medida Provisória	1.668/1998	16/06/1998
Medida Provisória	1.512-24/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.688-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.692-25/1998	30/06/1998
Lei Ordinária	9.692/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.688-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.692-26/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.688-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.692-27/1998	28/08/1998
Mensagem Presidente República	1.049/1998	31/08/1998
Medida Provisória	1.716/1998	08/09/1998
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejat° e Orçat°	238/1998	11/09/1998
Medida Provisória	1.688-4/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.692-28/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.716-1/1998	08/10/1998
Medida Provisória	1.688-5/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.692-29/1998	27/10/1998
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/n°/1998	09/11/1998
Mensagem Presidente República	1.342/1998	09/11/1998
Medida Provisória	1.688-6/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.702-31/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.692-30/1998	27/11/1998
Lei Ordinária	9.717/1998	27/11/1998
Mensagem Presidente República	1.543/1998	11/12/1998
Medida Provisória	1.759-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.773-32/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.751-60/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.764-31/1998	14/12/1998
Lei Ordinária	9.727/1998	16/12/1998
Lei Ordinária	9.726/1998	16/12/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	62/1998	23/12/1998
Decreto	2.912/1998	29/12/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	345/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.789/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.795/1999	01/01/1999
Medida Provisória	1.751-61/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.773-33/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.764-32/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.759-8/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.799-1/1999	21/01/1999
Resolução M. Educação e Cultura /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	3/1999	21/01/1999
Decreto	2.949/1999	27/01/1999
Medida Provisória	1.789-1/1999	28/01/1999
Lei Ordinária	9.783/1999	28/01/1999
Lei Complementar	96/1999	31/01/1999
Decreto	00/10.02.1999	09/02/1999
Medida Provisória	1.810/1999	09/02/1999
Medida Provisória	1.808/1999	09/02/1999
Decreto	01/10.02.1999	09/02/1999
Medida Provisória	1.751-62/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.773-34/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.764-33/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.759-9/1999	11/02/1999
Instrução Normativa M. Orçat° e Gestão /Secret. Estado Administ. Patrimônio	1/1999	17/02/1999
Medida Provisória	1.799-2/1999	18/02/1999
Decreto	2.961/1999	19/02/1999
Mensagem Presidente República	246/1999	23/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Medida Provisória	1.789-2/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.813-1/1999	26/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	58/1999	01/03/1999
Decreto	01/08.03.1999	05/03/1999
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Exposição Motivos Conjunta M. do Orçamento e Gestão/ M. Fazenda	00/1999	10/03/1999
Medida Provisória	1.751-63/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.810-1/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.809-1/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.773-35/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.764-34/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.759-10/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.799-3/1999	18/03/1999
Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999
Medida Provisória	1.817/1999	19/03/1999
Medida Provisória	1.789-3/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.813-2/1999	25/03/1999
Decreto	00/30.03.1999	29/03/1999
Decreto	3.005/1999	29/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	106/1999	31/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secretaria Executiva	111/1999	31/03/1999
Decreto	00/09.04.1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.821/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.810-2/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.809-2/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.773-36/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.764-35/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.751-64/1999	08/04/1999
Decreto	00/14.04.1999	13/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	3/1999	14/04/1999
Medida Provisória	1.799-4/1999	15/04/1999
Medida Provisória	1.817-1/1999	19/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Decreto	00/23.04.1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.822/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.813-3/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.789-4/1999	22/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999
Decreto	00/05.05.1999	04/05/1999
Medida Provisória	1.751-65/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999

Medida Provisória	1.773-37/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.764-36/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.809-3/1999	06/05/1999
Decreto	3.048/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.821-1/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.810-3/1999	06/05/1999
Mensagem Presidente República	634/1999	10/05/1999
Medida Provisória	1.799-5/1999	13/05/1999
Decreto	00/17.05.1999	14/05/1999
Medida Provisória	1.817-2/1999	19/05/1999
Decreto	00/21.05.1999	20/05/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Secret. de Orçatº Federal	6/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.822-1/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.813-4/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.789-5/1999	20/05/1999
Decreto	00/24.05.1999	21/05/1999
Medida Provisória	1.826/1999	21/05/1999
Decreto	01/24.05.1999	21/05/1999
Decreto	00/31.05.1999	28/05/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	217/1999	28/05/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Secretaria Executiva	235/1999	31/05/1999
Medida Provisória	1.751-66/1999	02/06/1999
Lei Ordinária	9.806/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.821-2/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.810-4/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.809-4/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.773-38/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.764-37/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.759-13/1999	02/06/1999
Mensagem Presidente República	773/1999	09/06/1999
Lei Complementar	97/1999	09/06/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Secret. de Orçatº Federal	9/1999	09/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Decreto	3.086/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.789-6/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.822-2/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.817-3/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.813-5/1999	17/06/1999
Decreto	00/22.06.1999	21/06/1999
Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Medida Provisória	1.826-1/1999	22/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	251/1999	22/06/1999
Decreto	02/24.06.1999	23/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.832-2/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	261/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.900-39/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.886-38/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.852-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.843-5/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.842-5/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.839-6/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.838-4/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.834-3/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.833-3/1999	29/06/1999
Decreto	00/01.07.1999	30/06/1999
Mensagem Presidente República	921/1999	30/06/1999
Lei Ordinária	9.802/1999	30/06/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.615/1999	30/06/1999
Decreto	02/01.07.1999	30/06/1999
Decreto	01/01.07.1999	30/06/1999
Decreto	00/05.07.1999	02/07/1999
Lei Ordinária	9.805/1999	02/07/1999
Mensagem Presidente República	931/1999	06/07/1999
Mensagem Presidente República	936/1999	06/07/1999
Mensagem Presidente República	932/1999	06/07/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Ministro	75/1999	12/07/1999
Lei Ordinária	9.807/1999	13/07/1999
Decreto	00/15/07/1999	14/07/1999
Decreto	02/15.07.1999	14/07/1999
Decreto	01/15.07.1999	14/07/1999
Decreto	00/19.07.1999	16/07/1999
Mensagem Presidente República	954/1999	16/07/1999
Mensagem Presidente República	953/1999	16/07/1999
Mensagem Presidente República	951/1999	16/07/1999
Mensagem Presidente República	962/1999	19/07/1999
Mensagem Presidente República	964/1999	19/07/1999
Mensagem Presidente República	963/1999	19/07/1999
Lei Ordinária	9.809/1999	21/07/1999
Lei Ordinária	9.810/1999	21/07/1999
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejtº, Orçatº e Gestão	277/1999	22/07/1999
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	283/1999	22/07/1999
Decreto	00/23.07.1999	23/07/1999
Decreto	00/26.07.1999	23/07/1999
Decreto	01/26/07/1999	26/07/1999
Decreto	01/27/07/1999	26/07/1999
Decreto	01/28.07.1999	27/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	312/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.843-6/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.839-7/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.833-4/1999	27/07/1999
Decreto	02/28.07.1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.852-8/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.842-6/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.834-4/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.832-3/1999	27/07/1999
Mensagem Presidente República	1.015/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999
Mensagem Presidente República	1.017/1999	28/07/1999
Decreto	00/27.07.1999	28/07/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Ministro	84/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999

Mensagem Presidente República	1.016/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.900-40/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.838-5/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.886-39/1999	29/07/1999
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	85/1999	30/07/1999
Decreto	00/30.07.1999	30/07/1999
Decreto	00/03.08.1999	02/08/1999
Decreto	04/03.08.1999	02/08/1999
Decreto	02/03.08.1999	02/08/1999
Decreto	01/03.08.1999	02/08/1999
Decreto	05/03.08.1999	02/08/1999
Decreto	03/03.08.1999	02/08/1999
Mensagem Presidente República	1.086/1999	03/08/1999
Mensagem Presidente República	1.088/1999	03/08/1999
Mensagem Presidente República	1.090/1999	05/08/1999
Mensagem Presidente República	1.092/1999	05/08/1999
Mensagem Presidente República	1.089/1999	05/08/1999
Mensagem Presidente República	1.091/1999	05/08/1999
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Secretaria Executiva	162/1999	06/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	97/1999	09/08/1999
Decreto	3.134/1999	10/08/1999
Decreto	00/11.08.1999	10/08/1999
Decreto	3.133/1999	10/08/1999
Decreto	00/12/08/1999	11/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	48/1999	12/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	53/1999	12/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	50/1999	12/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	54/1999	12/08/1999
Decreto	00/13/08/1999	13/08/1999
Mensagem Presidente República	1.113/1999	13/08/1999
Mensagem Presidente República	1.114/1999	13/08/1999
Decreto	02/17.08.1999	16/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Decreto	07/20.08.1999	19/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	117/1999	19/08/1999
Mensagem Presidente República	1.133/1999	19/08/1999
Decreto	05/20.08.1999	19/08/1999
Mensagem Presidente República	1.134/1999	19/08/1999
Mensagem Presidente República	1.132/1999	19/08/1999
Decreto	08/20.08.1999	19/08/1999
Decreto	06/20.08.1999	19/08/1999
Mensagem Presidente República	1.137/1999	20/08/1999
Decreto	01/24.08.1999	23/08/1999
Lei Ordinária	9.815/1999	23/08/1999
Decreto	00/24.08.1999	23/08/1999
Decreto	02/24.08.1999	23/08/1999
Mensagem Presidente República	1.154/1999	24/08/1999
Mensagem Presidente República	1.155/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.832-4/1999	25/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.636/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.843-7/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.839-8/1999	25/08/1999
Decreto	00/26.08.1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.852-9/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.842-7/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.833-5/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Mensagem Presidente República	1.237/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Mensagem Presidente República	1.235/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	361/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.900-41/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.886-40/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.838-6/1999	27/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	15/1999	30/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	14/1999	30/08/1999
Decreto	00/01.09.1999	31/08/1999
Medida Provisória	1.919/1999	31/08/1999
Decreto	3.160/1999	01/09/1999
Decreto	00/09.09.1999	09/09/1999
Decreto	01/09.09.1999	09/09/1999
Mensagem Presidente República	1.280/1999	10/09/1999
Portaria Presidência República - PR / Secret. Especial de Desevolvimento Urbano	51/1999	10/09/1999
Portaria Presidência República - PR / Secret. Especial de Desevolvimento Urbano	50/1999	10/09/1999
Mensagem Presidente República	1.285/1999	14/09/1999
Mensagem Presidente República	1.290/1999	14/09/1999
Mensagem Presidente República	1.289/1999	14/09/1999
Decreto	00/16.09.1999	15/09/1999
Decreto	3.172/1999	15/09/1999
Decreto	02/16.09.1999	15/09/1999
Decreto	01/16.09.1999	15/09/1999
Decreto	3.170/1999	15/09/1999
Decreto	00/17.09.1999	16/09/1999
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	329/1999	16/09/1999
Mensagem Presidente República	1.307/1999	16/09/1999
Mensagem Presidente República	1.303/1999	16/09/1999
Mensagem Presidente República	1.302/1999	16/09/1999
Decreto	3.173/1999	16/09/1999
Mensagem Presidente República	1.306/1999	16/09/1999
Mensagem Presidente República	1.312/1999	20/09/1999
Mensagem Presidente República	1.315/1999	21/09/1999
Decreto	05/22.09.1999	21/09/1999
Mensagem Presidente República	1.316/1999	21/09/1999
Medida Provisória	1.839-9/1999	22/09/1999
Lei Ordinária	9.834/1999	22/09/1999
Decreto	3.180/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.843-8/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.832-5/1999	22/09/1999
Lei Ordinária	9.835/1999	22/09/1999
Lei Ordinária	9.833/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.852-10/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.842-8/1999	22/09/1999
Mensagem Presidente República	1.346/1999	23/09/1999

Mensagem Presidente República	1.345/1999	23/09/1999
Decreto	00/27.09.1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.900-42/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.886-41/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.838-7/1999	24/09/1999
Decreto	09/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	07/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	05/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	02/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	01/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	10/27.09.1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.833-6/1999	24/09/1999
Decreto	08/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	06/27.09.1999	24/09/1999
Decreto	04/27.09.1999	24/09/1999
Lei Ordinária	9.838/1999	27/09/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	399/1999	27/09/1999
Mensagem Presidente República	1.409/1999	28/09/1999
Mensagem Presidente República	1.422/1999	28/09/1999
Mensagem Presidente República	1.414/1999	28/09/1999
Mensagem Presidente República	1.412/1999	28/09/1999
Mensagem Presidente República	1.410/1999	28/09/1999
Mensagem Presidente República	1.415/1999	28/09/1999
Mensagem Presidente República	1.413/1999	28/09/1999
Decreto	00/30.09.1999	29/09/1999
Mensagem Presidente República	1.423/1999	29/09/1999
Mensagem Presidente República	1.421/1999	29/09/1999
Mensagem Presidente República	1.424/1999	29/09/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secretaria Executiva	432/1999	30/09/1999
Mensagem Presidente República	1435/1999	04/10/1999
Decreto	02/06.10.1999	05/10/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	66/1999	05/10/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	63/1999	05/10/1999
Decreto	04/06.10.1999	05/10/1999
Decreto	00/06.10.1999	05/10/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999
Mensagem Presidente República	1.437/1999	05/10/1999
Decreto	03/06.10.1999	05/10/1999
Decreto	00/07.10.1999	06/10/1999
Decreto	04/07.10.1999	06/10/1999
Decreto	03/07.10.1999	06/10/1999
Decreto	02/07.10.1999	06/10/1999
Decreto	01/07.10.1999	06/10/1999
Mensagem Presidente República	1.475/1999	14/10/1999
Mensagem Presidente República	1.478/1999	18/10/1999
Lei Ordinária	9.844/1999	18/10/1999
Mensagem Presidente República	1.479/1999	18/10/1999
Lei Ordinária	9.843/1999	18/10/1999
Mensagem Presidente República	1.490/1999	20/10/1999
Mensagem Presidente República	1.492/1999	20/10/1999
Mensagem Presidente República	1.491/1999	20/10/1999
Medida Provisória	1.832-6/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.852-11/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.842-9/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.839-10/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.843-9/1999	21/10/1999
Decreto	01/25.10.1999	22/10/1999
Decreto	3.219/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.833-7/1999	22/10/1999
Decreto	03/25.10.1999	22/10/1999
Decreto	02/25.10.1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Decreto	04/25.10.1999	22/10/1999
Decreto	00/27.10.1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.846/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.900-43/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.838-8/1999	26/10/1999
Mensagem Presidente República	1.558/1999	26/10/1999
Mensagem Presidente República	1.556/1999	26/10/1999
Decreto	01/27.10.1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.848/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.893-71/1999	26/10/1999
Mensagem Presidente República	1.559/1999	26/10/1999
Mensagem Presidente República	1.557/1999	26/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	450/1999	27/10/1999
Medida Provisória	1.927/1999	28/10/1999
Medida Provisória	1.927-1/1999	28/10/1999
Lei Ordinária	9.855/1999	28/10/1999
Mensagem Presidente República	1.598/1999	29/10/1999
Lei Ordinária	9.856/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.639/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.638/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.637/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.636/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.635/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.634/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.633/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.632/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.631/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.630/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.629/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.628/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.627/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.626/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.625/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.623/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.620/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.618/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.613/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.611/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.609/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.607/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.604/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.603/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.602/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.600/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.596/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.624/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.621/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.619/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.617/1999	29/10/1999

Mensagem Presidente República	1.616/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.615/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.614/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.612/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.610/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.608/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.606/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.605/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.601/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.599/1999	29/10/1999
Mensagem Presidente República	1.597/1999	29/10/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	147/1999	01/11/1999
Decreto	00/05.11.1999	04/11/1999
Lei Ordinária	9.858/1999	04/11/1999
Mensagem Presidente República	1.653/1999	04/11/1999
Mensagem Presidente República	1.652/1999	04/11/1999
Mensagem Presidente República	1.651/1999	04/11/1999
Decreto	04/05.11.1999	04/11/1999
Decreto	03/05.11.1999	04/11/1999
Decreto	02/05.11.1999	04/11/1999
Decreto	01/05.11.1999	04/11/1999
Decreto	3.232/1999	05/11/1999
Decreto	01/09.11.1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.865/1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.864/1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.863/1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.862/1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.861/1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.860/1999	08/11/1999
Lei Ordinária	9.859/1999	08/11/1999
Decreto	3.234/1999	08/11/1999
Mensagem Presidente República	1.660/1999	08/11/1999
Mensagem Presidente República	1.659/1999	08/11/1999
Mensagem Presidente República	1.658/1999	08/11/1999
Mensagem Presidente República	1.657/1999	08/11/1999
Decreto	3.235/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.980-13/1999	10/11/1999
Decreto	3.239/1999	11/11/1999
Mensagem Presidente República	1.685/1999	12/11/1999
Lei Ordinária	9.869/1999	12/11/1999
Decreto	00/17.11.1999	16/11/1999
Decreto	00/19.11.1999	18/11/1999
Decreto	3.254/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.852-12/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.843-10/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.842-10/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.839-11/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.832-7/1999	18/11/1999
Decreto	02/19.11.1999	18/11/1999
Decreto	01/19.11.1999	18/11/1999
Decreto	00/24.11.1999	23/11/1999
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	439/1999	23/11/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	156/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.833-8/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Decreto	3.259/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Decreto	00/26.11.1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.893-72/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.838-9/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.928/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.900-44/1999	25/11/1999
Decreto	3.279/2000	07/12/1999
Lei Ordinária	9.885/1999	07/12/1999
Mensagem Presidente República	1.815/1999	07/12/1999
Lei Ordinária	9.886/1999	07/12/1999
Lei Ordinária	9.884/1999	07/12/1999
Mensagem Presidente República	1.824/1999	08/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Subsecret. Planejat°, Orçat° e Administração	340/1999	08/12/1999
Mensagem Presidente República	1.826/1999	08/12/1999
Mensagem Presidente República	1.823/1999	08/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	22/1999	08/12/1999
Mensagem Presidente República	1.825/1999	08/12/1999
Mensagem Presidente República	1.866/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.938-11/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.935-9/1999	09/12/1999
Mensagem Presidente República	1.867/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.967-2/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.937-10/1999	09/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	162/1999	10/12/1999
Lei Ordinária	9.893/1999	10/12/1999
Lei Ordinária	9.891/1999	10/12/1999
Lei Ordinária	9.889/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.983-45/1999	10/12/1999
Lei Ordinária	9.892/1999	10/12/1999
Lei Ordinária	9.890/1999	10/12/1999
Decreto	3.283/1999	10/12/1999
Decreto	01/15.12.1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.909/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.907/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.905/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.903/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.901/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.899/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.897/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.895/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Decreto	03/15.12.1999	14/12/1999
Decreto	02/15.12.1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.910/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.908/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.906/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.904/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.902/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.900/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.898/1999	14/12/1999
Lei Ordinária	9.896/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.003-1/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Decreto	00/16.12.1999	15/12/1999
Decreto	03/16.12.1999	15/12/1999
Decreto	0/16.12.1999	15/12/1999
Decreto	04/16.12.1999	15/12/1999
Decreto	02/16.12.1999	15/12/1999

Decreto	3.301/1999	21/12/1999
Decreto	3.300/1999	21/12/1999
Decreto	3.313/1999	28/12/1999
Decreto	3.314/1999	29/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	175/1999	30/12/1999
Medida Provisória	2.012-2/1999	30/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	174/1999	30/12/1999
Decreto	3.320/1999	30/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.937-11/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.967-3/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.935-10/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.938-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secretaria Executiva	47/2000	31/01/2000
Medida Provisória	1.937-12/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.967-4/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.935-11/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.938-13/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000
Artigos Publicados	s/n°/2000	13/02/2000
Medida Provisória	1.937-13/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.935-12/2000	02/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	81/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.967-5/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.938-14/2000	02/03/2000
Decreto	02/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.937-14/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.935-13/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.967-6/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Mensagem Presidente República	493/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.967-7/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.935-14/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.967-8/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.935-15/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.995-79/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	1.967-9/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.935-16/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000

FUNDO DO EXÉRCITO

Lei Ordinária	4.617/1965	15/04/1965
Decreto	56.534/1965	05/07/1965
Decreto	57.659/1966	21/01/1966
Decreto	64.717/1969	18/06/1969
Decreto	65.192/1969	18/09/1969
Lei Ordinária	5.651/1970	11/12/1970
Decreto-lei	1.310/1974	08/02/1974
Decreto	73.823/1974	12/03/1974
Decreto Legislativo	20/1974	24/04/1974
Decreto	76.295/1975	18/09/1975
Decreto	77.095/1976	30/01/1976
Decreto-lei	1.590/1977	19/12/1977
Decreto Legislativo	21/1978	26/04/1978
Lei Ordinária	6.695/1979	08/10/1979
Portaria M. Exército /Ministro	2.980/1979	07/12/1979
Lei Ordinária	6.855/1980	18/11/1980
Decreto	91.575/1985	27/08/1985
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Decreto	98.044/1989	15/08/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	005.750/95-4	13/03/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	345/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Parecer Tribunal Contas União	004.254/1999-6	19/05/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PÚBLICAÇÃO

Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
Decreto-lei	900/1969	29/09/1969
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	17/1995	19/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Resolução Senado Federal	009/1997	29/01/1997
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	13/1997	30/01/1997

FUNDO DO SERVIÇO MILITAR

Lei Ordinária	4.357/1964	16/07/1964
Decreto	57.654/1966	20/01/1966
Resolução Senado Federal	93/1976	11/10/1976
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Parecer Presidência República /PR / Estado-Maior das Forças Armadas /Consultoria Jurídica	25/1991	22/11/1991
Aviso Presidência República /PR /Estado-Maior das Forças Armadas	1.668/1992	14/05/1992
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	695/1992	26/06/1992
Nota M. Econ. Faz. Planejat° /Secret. Nac. Planejamento /Depart° Orçat° União /Coord. Normas	11/1992	07/07/1992
Parecer M. Econ. Faz.Planejat° /Secret. Nac. Planejamento /Depart° Orçat° Federal /CGPRE/COPRE	41/1992	09/07/1992
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	345/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

Resolução Senado Federal	58/1972	15/09/1972
Resolução Senado Federal	57/1976	03/09/1976
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	18/1976	24/11/1976
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	9/1980	21/05/1980
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto Legislativo	27/1990	14/09/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Resolução Senado Federal	31/1994	13/04/1994
Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Resolução Senado Federal	009/1997	29/01/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

PESSOAL (GERAL)

Lei Ordinária	1.316/1951	20/01/1951
Lei Ordinária	4.328/1964	30/04/1964
Decreto-lei	368/1968	19/12/1968
Lei Ordinária	5.787/1972	27/06/1972
Decreto	73.987/1974	24/04/1974
Lei Ordinária	6.880/1980	09/12/1980
Decreto-lei	2.267/1985	13/03/1985
Decreto	94.666/1987	23/07/1987
Constituição Federal 1988	39/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.834/1989	06/10/1989
Lei Ordinária	7.855/1989	24/10/1989
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	22/1991	27/02/1991
Lei Ordinária	8.237/1991	30/09/1991
Parecer Tribunal Contas União	019.553/90-0	13/04/1993

Memorando-Circular PR/ Sec. Planejamento /Secret. Orçatº Federal /Coord.Geral Normas /Dep P. Normas	02/1994	16/02/1994
Parecer Tribunal Contas União	010.481/94-0	25/11/1994
Parecer Tribunal Contas União	009.991/94-8	16/02/1995
Mensagem Presidente República	1.098/1995	19/10/1995
Decreto	2.029/1996	11/10/1996
Portaria M. Administ. Federal e Reforma... Estado /Secret. de Recursos Humanos	2.768/1997	29/08/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Embargo Declaratório Supremo Tribunal... Federal	22.307-7/1998	11/03/1998
Parecer Tribunal Contas União	018.576/94-0	07/04/1998
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	150/1998	30/04/1998
Emenda Constitucional	20/1998	06/05/1998
Portaria M. Administ. Federal e Reforma... Estado /Ministro	1.147/1998	08/05/1998
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Decisão Tribunal de Contas da União /... Administrativa	438/1998	15/07/1998
Parecer Tribunal Contas União	008.950/96-2	09/09/1998
Parecer Tribunal Contas União	002.579/96-0	15/09/1998
Parecer Tribunal Contas União	007.221/94-0	29/09/1998
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	166/1998	01/10/1998
Decreto	2.798/1998	08/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	017.693/96-9	13/10/1998
Portaria Normativa M. Administ. Federal .. e Reforma Estado/ Secretaria Recursos Humanos	2/1998	14/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	016.802/96-9	14/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	029.041/91-0	21/10/1998
Decreto	2.809/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.684-47/1998	26/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	000.740/96-9	27/10/1998
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	174/1998	04/11/1998
Parecer Tribunal Contas União	012.998/95-8	12/11/1998
Parecer Tribunal Contas União	005.630/96-7	12/11/1998
Parecer Tribunal Contas União	014171/94-5	19/11/1998
Medida Provisória	1.684-48/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.672-35/1998	25/11/1998
Lei Ordinária	9.717/1998	27/11/1998
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	1012232/1997-	03/12/1998
Portaria Banco Central do Brasil /Presidente	7.966/1998	07/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	005.751/98-5	09/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	001.191/98-5	09/12/1998
Medida Provisória	1.757-49/1998	14/12/1998
Portaria M. Administ. Federal e Reforma... Estado /Ministro	3.454/1998	15/12/1998
Lei Ordinária	9.775/1998	21/12/1998
Decreto	2.908/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.798/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.757-50/1999	13/01/1999
Decreto	2.947/1999	26/01/1999
Lei Ordinária	9.783/1999	28/01/1999
Lei Or...	9.784/1999	29/01/1999
Med... ria	1.757-51/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.798-1/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.748-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.775-8/1999	11/02/1999
Parecer Tribunal Contas União	002.204/86-0	23/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Secret. Administ. e do Patrimônio da União	182/1999	25/02/1999
Parecer Tribunal Contas União	011.426/96-9	03/03/1999
Decreto	2.983/1999	05/03/1999
Exposição Motivos Conjunta M. do Orçamento e Gestão/ M. Fazenda	00/1999	10/03/1999
Medida Pro...	1.798-2/1999	11/03/1999
Parecer Pres... epública /Advocacia. Geral da União /GQ	189/1999	24/03/1999
Decreto	3.005/1999	29/03/1999
Medida Provisória	1.798-3/1999	08/04/1999
Decreto	3.025/1999	12/04/1999
Decreto	3.035/1999	27/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	002.043/97-1	28/04/1999
Medida Provisória	1.798-4/1999	06/05/1999
Parecer Tribunal Contas União	018.971/96-2	12/05/1999
Medida Provisória	1.798-5/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e... Gestão Fiscal	35/1999	15/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e... Gestão Fiscal	36/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.906-6/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Decreto	3.114/1999	06/07/1999
Parecer Tribunal Contas União	001.725/1996-3	20/07/1999
Medida Provisória	1.906-7/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Parecer Tribunal Contas União	018.734/1994-8	19/08/1999
Portaria Normativa M. Planejtº Orçatº e ... Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.906-8/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e... Gestão Fiscal	59/1999	09/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.906-9/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.906-10/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Decreto	3.224/1999	28/10/1999
Mensagem Presidente República	1.662/1999	08/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.906-11/1999	25/11/1999
Portaria M. Planejatº, Orçatº e Gestão /Ministro	157/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.984-12/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Recomendação Comissão de Controle e... Gestão Fiscal	081/1999	21/12/1999
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	213/1999	31/12/1999
Medida Provisória	1.984-13/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.984-14/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Lei Ordinária	9.962/2000	22/02/2000
Mensagem Presidente República	247/2000	22/02/2000
Medida Provisória	1.984-15/2000	09/03/2000

Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.984-16/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.984-17/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	9/2000	05/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.984-18/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.984-19/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Lei Ordinária	9.988/2000	19/07/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Recursos Humanos /Secretário	1.159/2000	03/08/2000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO/1999

Mensagem Presidente República	348/1998	20/03/1998
Exposição Motivos - M. Planejamento e Orçamento	32/1998	20/03/1998
Mensagem Presidente República	879/1998	27/07/1998
Lei Ordinária	9.692/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.716/1998	08/09/1998
Medida Provisória	1.716-1/1998	08/10/1998
Medida Provisória	1.817/1999	19/03/1999
Medida Provisória	1.817-1/1999	19/04/1999
Medida Provisória	1.817-2/1999	19/05/1999
Medida Provisória	1.817-3/1999	17/06/1999
Mensagem Presidente República	805/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.838-4/1999	29/06/1999
Mensagem Presidente República	839/1999	29/06/1999
Mensagem Presidente República	1.058/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.838-5/1999	29/07/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.641/1999	25/08/1999
Mensagem Presidente República	1.238/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.838-6/1999	27/08/1999
Mensagem Presidente República	1.383/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.838-7/1999	24/09/1999
Mensagem Presidente República	1.560/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.838-8/1999	26/10/1999
Mensagem Presidente República	1.755/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.838-9/1999	25/11/1999
Mensagem Presidente República	1.834/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.937-10/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.937-11/2000	06/01/2000
Mensagem Presidente República	9/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.937-12/2000	03/02/2000
Mensagem Presidente República	149/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.937-13/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.937-14/2000	30/03/2000
Mensagem Presidente República	402/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Mensagem Presidente República	493/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Mensagem Presidente República	791/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Mensagem Presidente República	839/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Mensagem Presidente República	900/2000	28/06/2000

PROGRAMA DE ESTABILIDADE FISCAL 1999 - 2000

Lei Ordinária	3.469/1958	28/11/1958
Consulta Pública M. Planejat° e Orçamento / Ministro	01/1998	07/12/1998

PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA - PGRM

Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000

FUNDO ESPECIAL DE DESENVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO - FUNDAF

Decreto	24.057/1947	14/11/1947
Decreto-lei	1.437/1975	17/12/1975
Decreto-lei	1.455/1976	07/04/1976
Decreto Legislativo	76/1976	19/04/1976
Decreto Legislativo	12/1976	19/04/1976
Decreto Legislativo	44/1976	26/05/1976
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	196/1976	03/06/1976
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	26/1976	15/09/1976
Decreto	78.450/1976	22/09/1976
Decreto-lei	1.504/1976	23/12/1976
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	3/1977	17/01/1977
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	17/1977	16/03/1977
Decreto Legislativo	20/1977	29/04/1977
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	233/1977	18/05/1977
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	266/1977	01/06/1977
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	45/1997	12/07/1977
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	31/1981	30/04/1981
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	7/1982	04/03/1982
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	33/1982	24/05/1982
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	190/1982	02/09/1982
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	105/1982	20/12/1982
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	244/1983	09/09/1983
Lei Ordinária	7.450/1985	23/12/1985
Decreto-lei	2.411/1988	21/01/1988
Decreto Legislativo	58/1988	26/08/1988
Decreto-lei	2.472/1988	01/09/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.711/1988	22/12/1988
Decreto	97.667/1989	19/04/1989

Decreto Legislativo	40/1989	13/06/1989
Decreto	98.125/1989	08/09/1989
Decreto	98.135/1989	12/09/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	98.967/1990	21/02/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Decreto Legislativo	22/1990	27/08/1990
Medida Provisória	287/1990	14/12/1990
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Arrecadação	5/1990	26/12/1990
Decreto	11/1996	21/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	866/1991	06/09/1991
Instrução Normativa M. Fazenda /Delegacia Receita Federal	71/1991	09/09/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	1.032/1991	31/10/1991
Lei Ordinária	8.383/1991	30/12/1991
Lei Ordinária	8.387/1991	31/12/1991
Instrução Normativa M. Fazenda /Delegacia Receita Federal	25/1993	24/02/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	168/1993	13/04/1993
Decreto	839/1993	18/06/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	276/1993	23/06/1993
Medida Provisória	542/1994	30/06/1994
Medida Provisória	566/1994	29/07/1994
Medida Provisória	596/1994	26/08/1994
Decreto	1.250/1994	21/09/1994
Medida Provisória	635/1994	27/09/1994
Medida Provisória	681/1994	27/10/1994
Medida Provisória	731/1994	25/11/1994
Medida Provisória	785/1994	23/12/1994
Medida Provisória	812/1994	30/12/1994
Medida Provisória	851/1995	20/01/1995
Lei Ordinária	8.981/1995	23/01/1995
Medida Provisória	911/1995	21/02/1995
Medida Provisória	953/1995	23/03/1995
Medida Provisória	978/1995	20/04/1995
Medida Provisória	1.004/1995	22/05/1995
Medida Provisória	1.027/1995	21/06/1995
Lei Ordinária	9.069/1995	29/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.247/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.284/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.323/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.363/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.405/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.445/1996	10/05/1996
Decreto	1.910/1996	21/05/1996
Medida Provisória	1.493/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Decreto	2.017/1996	01/10/1996
Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Decreto	2.037/1996	16/10/1996
Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.493-12/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.545/1996	18/12/1996
Lei Ordinária	9.430/1996	27/12/1996
Medida Provisória	1.545-14/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.545-15/1997	13/02/1997
Lei Ordinária	9.443/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997
Decreto	00/11.02.1998	11/02/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda /Secret. Regional da Receita Federal - Fortaleza	28/1998	02/07/1998
Medida Provisória	1.725/1998	29/10/1998
Lei Ordinária	9.716/1998	26/11/1998
Medida Provisória	1.971-7/1999	11/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.915/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.915-1/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.915-2/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.915-3/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.915-4/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.915-5/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.971-6/1999	10/12/1999
Decreto	02/16.12.1999	15/12/1999
Medida Provisória	1.971-8/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.971-9/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.971-10/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.971-11/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.971-12/2000	01/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/2000	13/06/2000
Medida Provisória	1.971-13/2000	29/06/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

DESPESA - CRÉDITOS ADICIONAIS

Lei Ordinária	4.305/1963	23/12/1963
Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Lei Ordinária	4.900/1965	10/12/1965
Decreto-lei	1.076/1970	23/01/1970
Decreto	68.071/1971	15/01/1971
Decreto	71.600/1972	22/12/1972
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	1/1975	06/01/1975
Decreto-lei	2.312/1986	23/12/1986
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	62/1986	30/12/1986
Constituição Federal 1988	166/1988	05/10/1988
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	784/1991	20/08/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Secretaria Nacional Planejamento	404/1991	22/08/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	964/1991	09/10/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	124/1992	10/02/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	129/1992	17/02/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	201/1992	09/03/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° / Secret.	3/1992	09/04/1992

Nacional Planejat° /Depart. Orçat° União /Diretor		
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	541/1992	20/07/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	545/1992	22/07/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Ministro	390/1993	25/05/1993
Decreto	825/1993	28/05/1993
Norma Execução MF /Secret.Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	2/1993	02/06/1993
Norma Execução MF /Secret.Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	4/1993	19/07/1993
Memorando-Circular PR/Sec. Planejat°, Orçat°, Coord. /Sec. Orçat° Federal/ Secret.-Adjunta	004/1994	23/05/1994
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	1/1995	01/02/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	31/1995	02/02/1995
Medida Provisória	910/1995	21/02/1995
Lei Ordinária	9.112/1995	10/10/1995
Decreto	1.792/1996	15/01/1996
Decreto	1.819/1996	16/02/1996
Decreto	1.924/1996	07/06/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	5/1996	14/06/1996
Decreto	2.019/1996	01/10/1996
Norma Execução MF /Secret.Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	3/1996	14/11/1996
Instrução de Serviço M. Planejat° e Orçat°/Secret. Orçat° Federal/Depart. Gerenc.Informação/C Normas	001/1997	01/01/1997
Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejat° /Depart° Orçat° da União /Diretor	1/1997	01/01/1997
Decreto	2.185/1997	24/03/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1997	03/04/1997
Decreto	2.383/1997	12/11/1997
Decreto	2.388/1997	17/11/1997
Decreto	2.449/1997	30/12/1997
Decreto	2.451/1998	05/01/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	04/1998	13/03/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	4/1998	13/03/1998
Decreto	2.580/1998	06/05/1998
Decreto	2.634/1998	24/06/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	31/1998	23/07/1998
Decreto	2.773/1998	08/09/1998
Medida Provisória	1.661-8/1998	22/10/1998
Decreto	2.839/1998	06/11/1998
Medida Provisória	1.661-9/1998	19/11/1998
Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Medida Provisória	1.745-10/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.745-11/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.745-12/1999	11/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Medida Provisória	1.745-13/1999	11/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	1/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.745-14/1999	08/04/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Medida Provisória	1.745-15/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.745-16/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.884-17/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.884-18/1999	28/07/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.884-19/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.884-20/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.884-21/1999	22/10/1999
Decreto	3.235/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.884-22/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.992-23/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.992-24/2000	13/01/2000
Publicações Diversas	s/n°/2000	27/01/2000
Medida Provisória	1.992-25/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.992-26/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Mensagem Presidente República	671/2000	11/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	4/2000	19/05/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	7/2000	06/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

FUNDOS ESPECIAIS - NORMAS GERAIS

Decreto	20.923/1932	08/01/1932
Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Lei Ordinária	4.728/1965	14/07/1965
Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
Decreto-lei	900/1969	29/09/1969
Publicações Diversas	sn/1971	01/12/1971
Decreto-lei	1.552/1977	20/05/1977
Decreto-lei	1.754/1979	31/12/1979
Decreto-lei	1.755/1979	31/12/1979
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Ministro	069/1980	28/04/1980
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980
Decreto	86.212/1981	15/07/1981
Decreto	90.752/1984	26/12/1984
Decreto	93.872/1986	23/12/1986
Lei Ordinária	7.635/1987	14/12/1987
Decreto-lei	2.456/1988	22/08/1988
Constituição Federal 1988	165/9/1988	05/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Resolução Senado Federal	31/1994	13/04/1994
Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°, Federal/Secretário	s/n°/1995	01/08/1995
Decreto	1.672/1995	11/10/1995

Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral..	1.114/1995	23/10/1995
Fazenda Nacional		
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da...	438/1995	30/10/1995
Fazenda Nacional		
Nota Presidência República - PR / Casa.....	4.096/1995	15/12/1995
Civil /Subchefia para Assuntos Jurídicos		
Nota Presidência República - PR / Casa.....	62/1996	05/01/1996
Civil /Subchefia para Assuntos Jurídicos		
Nota Presidência República - PR / Casa.....	184/1996	19/01/1996
Civil /Subchefia para Assuntos Jurídicos		
Instrução Normativa Tribunal de Contas...	12/1996	24/04/1996
da União - TCU		
Parecer Presidência República /Advocacia.	119/1997	30/01/1997
Geral da União /GQ		
Parecer Tribunal Contas União	004.637/96-8	02/04/1997
Decreto Legislativo	75/1997	30/06/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.634/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.634-1/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.634-2/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.634-3/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.634-4/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.634-5/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.634-6/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.694-7/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.694-8/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.694-10/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.694-11/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.694-12/1998	27/11/1998
Lei Ordinária	9.717/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do.....	345/1998	29/12/1998
Ministro /Ministro		
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e	117/1999	15/04/1999
Gestão		
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Parecer Tribunal Contas União	004.254/1999-6	19/05/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro.....	251/1999	22/06/1999
Nacional /Secretário		
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Portaria M. Orçatº e Gestão /Ministro	84/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro.....	331/1999	04/08/1999
Nacional /Secretário		
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Artigos Publicados	s/nº/2000	13/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.021/2000	03/04/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	2.021-1/2000	02/05/2000
Portaria M. Planejatº, Orçatº e Gestão	98/2000	18/05/2000
/Ministro		
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.021-2/2000	01/06/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.021-3/2000	29/06/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais.....	36/1988	05/10/1988
Transitórias / Constituição Federal 1988		
Lei Ordinária	7.827/1989	27/09/1989
Decreto	98.339/1989	27/10/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Portaria Interminist. M. Econ. Faz.	36/1992	06/02/1992
Planejatº /PR/Secret. Desenv. Regional		
Medida Provisória	1.052/1995	29/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Lei Ordinária	9.126/1995	10/11/1995
Lei Ordinária	9.138/1995	29/11/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro.....	307/1995	01/12/1995
Nacional /Secretário		
Resolução M. Fazenda /Banco Central do...	2.238/1996	31/01/1996
Brasil		
Lei Ordinária	9.275/1996	09/05/1996

Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	355/1997	29/10/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	152/1998	27/04/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Medida Provisória	1.676-35/1998	29/07/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	333/1998	19/08/1998
Medida Provisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.715/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	427/1998	23/10/1998
Medida Provisória	1.676-38/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Medida Provisória	1.727/1998	06/11/1998
Lei Ordinária	9.715/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.715-3/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.727-1/1998	08/12/1998
Medida Provisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.727-2/1999	07/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.806-3/1999	28/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	48/1999	24/02/1999
Medida Provisória	1.806-4/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.806-5/1999	25/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	96/1999	26/03/1999
Parecer Tribunal Contas União	003.021/97-1	31/03/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Medida Provisória	1.806-6/1999	22/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	151/1999	23/04/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.806-7/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.806-8/1999	17/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	255/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.846-9/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	310/1999	26/07/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.846-10/1999	29/07/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.846-11/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	360/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	393/1999	17/09/1999
Medida Provisória	1.920/1999	21/09/1999
Medida Provisória	1.846-12/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.920-1/1999	21/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	443/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.846-13/1999	26/10/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Medida Provisória	1.920-2/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.846-14/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.988-15/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.001-3/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.001-4/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Medida Provisória	2.001-5/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000
Medida Provisória	2.001-6/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.001-7/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.001-8/2000	11/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.001-9/2000	09/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.050-10/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	308/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000

FUNDO ESPECIAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - FEEPE

Decreto	66.967/1970	27/07/1970
Decreto	71.407/1972	20/11/1972

Portaria M. Educação /Ministro	55/1973	22/01/1973
Portaria M. Educação /Ministro	731/1973	31/12/1973
Portaria M. Educação /Ministro	250/1975	23/04/1975
Decreto	87.062/1982	29/03/1982
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Medida Provisória	1.784/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.784-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.784-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.784-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.784-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.784-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.784-6/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.853-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.853-8/1999	27/07/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.853-9/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.853-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.853-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.853-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.979-13/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.979-14/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.979-15/2000	10/02/2000
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	7/2000	08/03/2000
Medida Provisória	1.979-16/2000	09/03/2000
Parecer Tribunal Contas União	002.363/2000-6	05/04/2000
Medida Provisória	1.979-17/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.979-18/2000	04/05/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.979-19/2000	02/06/2000
Medida Provisória	1.979-20/2000	29/06/2000

DESPESA - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (A PARTIR DE 2000)

Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal - Minuta	01/1997.	01/03/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal - Minuta	02/1997	01/04/1997
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	01/1998	14/05/1998
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	02/1998	20/05/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal - Minuta	02/1998	29/05/1998
Memorando-Circular M. Planejat° /Secret.Orçat° Federal /Coord. Geral de Normas	02/1998	15/06/1998
Subsídios para palestras	06/1998	22/07/1998
Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral de Normas	01/1998	16/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-1/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-8/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-6/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-48/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-46/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-44/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-42/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-40/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-39/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-37/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-35/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-33/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-31/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-3/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-28/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-26/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-24/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-22/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-20/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-19/1998	29/09/1998

Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-17/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-15/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-13/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-11/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-0/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-9/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-7/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-5/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-47/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-45/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-43/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-41/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-4/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-38/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-36/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-34/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-32/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-30/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-29/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-27/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-25/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-23/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-21/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-2/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-18/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-16/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-14/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-12/1998	29/09/1998
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão.. /Secret. de Orçat°. Federal e Secret. Planejt° Avaliação	15-10/1998	29/09/1998
Memorando M. Planejat° Orçat° ..... /Secret.Orçat° Federal /Secret.Planejat° Avaliação	367/1998	29/10/1998
Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	117/1998	12/11/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de ... Orçat° Federal /Secretário	51/1998	16/11/1998
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	56/1999	27/05/1999

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - DÍVIDA - INGRESSO E CONTRAPARTIDA

Lei Ordinária	2.936/1956	31/10/1956
Lei Ordinária	3.470/1958	28/11/1958
Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Decreto-lei	1.312/1974	15/02/1974
Instrução PR/Secret.Planejat° ..... /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978
Instrução PR/Secret.Planejat° ..... /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	001/1979	07/06/1979
Decreto-lei	1.735/1979	20/11/1979
Decreto-lei	1.754/1979	31/12/1979
Instrução PR/Secret.Planejat° ..... /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	001/1980	02/06/1980
Decreto-lei	1.849/1981	13/01/1981
Instrução PR/Secret.Planejat° ..... /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	001/1981	08/06/1981
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	001/1983	06/01/1983
Lei Ordinária	7.134/1983	26/10/1983
Portaria Presidência República - PR ..... /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat°	005/1986	08/04/1986

Finanças		
Decreto	93.872/1986	23/12/1986
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	002/1987	22/05/1987
Decreto	94.442/1987	12/06/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	1.460/1988	01/02/1988
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	15/1989	29/03/1989
Lei Ordinária	7.862/1989	30/10/1989
Resolução Senado Federal	96/1989	15/12/1989
Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	s/n°/1990	01/05/1990
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Secretaria Nacional Planejamento	311/1991	05/07/1991
Decreto	348/1991	21/11/1991
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Secretaria Nacional Planejamento	184/1992	30/06/1992
Lei Ordinária	8.727/1993	05/11/1993
Decreto	1.104/1994	05/04/1994
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.066/1994	22/04/1994
Lei Ordinária	9.027/1995	12/04/1995
Decreto	1.647/1995	27/09/1995
Resolução Senado Federal	69/1995	14/12/1995
Comunicado Banco Central do Brasil / Depart° da Dívida Pública	4.934/1995	20/12/1995
Decreto	1.785/1996	11/01/1996
Decreto	1.907/1996	17/01/1996
Resolução Senado Federal	19/1996	27/03/1996
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Carta-Circular Banco Central do Brasil / Depart° de Capitais Estrangeiros	2.771/1997	20/11/1997
Lei Ordinária	9.558/1997	17/12/1997
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.461/1997	26/12/1997
Medida Provisória	1.655/1998	20/04/1998
Medida Provisória	1.512-22/1998	23/04/1998
Medida Provisória	1.655-1/1998	21/05/1998
Medida Provisória	1.512-23/1998	21/05/1998
Resolução Senado Federal	46/1998	04/06/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Medida Provisória	1.655-2/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.512-24/1998	18/06/1998
Lei Ordinária	9.665/1998	19/06/1998
Medida Provisória	1.682-3/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.692-25/1998	30/06/1998
Resolução Senado Federal	74/1998	01/07/1998
Resolução Senado Federal	76/1998	01/07/1998
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	155/1998	08/07/1998
Medida Provisória	1.682-4/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.692-26/1998	30/07/1998
Comunicado Banco Central do Brasil / Depart° da Dívida Pública	6.304/1998	07/08/1998
Medida Provisória	1.682-5/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.692-27/1998	28/08/1998
Decreto	2.769/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.715/1998	03/09/1998
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejat° e Orçat°	238/1998	11/09/1998
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	1/1998	16/09/1998
Medida Provisória	1.682-6/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.692-28/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Medida Provisória	1.682-7/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.692-29/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Resolução Senado Federal	84/1998	04/11/1998
Resolução Senado Federal	86/1998	04/11/1998
Resolução Senado Federal	85/1998	04/11/1998
Medida Provisória	1.682-8/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.692-30/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.715-3/1998	27/11/1998
Consulta Pública M. Planejat° e Orçamento / Ministro	01/1998	07/12/1998
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	43/1998	08/12/1998
Medida Provisória	1.764-31/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.755-9/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Resolução Senado Federal	101/1998	15/12/1998
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejat° e Orçat°	340/1998	23/12/1998
Medida Provisória	1.764-32/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Decreto	00/10.02.1999	09/02/1999
Medida Provisória	1.810/1999	09/02/1999
Medida Provisória	1.764-33/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.755-11/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Medida Provisória	1.811/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.764-34/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.755-12/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.810-1/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.811-1/1999	25/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	1/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.755-13/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.764-35/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.810-2/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Medida Provisória	1.811-2/1999	22/04/1999
Resolução Senado Federal	13/1999	29/04/1999
Medida Provisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.810-3/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.755-14/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.764-36/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.811-3/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.759-13/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999

Medida Provisória	1.755-15/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.764-37/1999	02/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	37/1999	15/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	40/1999	15/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	38/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.811-4/1999	17/06/1999
Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Medida Provisória	1.891-5/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.886-38/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.868-16/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.886-39/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.891-6/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.868-17/1999	29/07/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	51/1999	12/08/1999
Parecer Tribunal Contas União	015.462/1997-8	25/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.891-7/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.868-18/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.886-40/1999	27/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	56/1999	09/09/1999
Mensagem Presidente República	1.304/1999	16/09/1999
Resolução Senado Federal	37/1999	17/09/1999
Medida Provisória	1.920/1999	21/09/1999
Decreto	3.180/1999	22/09/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.653/1999	23/09/1999
Medida Provisória	1.868-19/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.891-8/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.886-41/1999	24/09/1999
Resolução Senado Federal	41/1999	07/10/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.935/1999	11/10/1999
Medida Provisória	1.920-1/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.891-9/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.868-20/1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.848/1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.846/1999	26/10/1999
Resolução Senado Federal	53/1999	28/10/1999
Resolução Senado Federal	56/1999	05/11/1999
Resolução Senado Federal	55/1999	05/11/1999
Resolução Senado Federal	57/1999	05/11/1999
Medida Provisória	1.969-11/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.920-2/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.891-10/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.868-21/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.985-22/1999	10/12/1999
Medida Provisória	2.001-3/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.985-23/2000	11/01/2000
Medida Provisória	2.001-4/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	33/2000	08/02/2000
Medida Provisória	1.985-24/2000	10/02/2000
Medida Provisória	2.001-5/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.985-25/2000	09/03/2000
Medida Provisória	2.001-6/2000	10/03/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	14/2000	14/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.985-26/2000	06/04/2000
Medida Provisória	2.001-7/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.985-27/2000	04/05/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Medida Provisória	2.001-8/2000	11/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.985-28/2000	01/06/2000
Medida Provisória	2.001-9/2000	09/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.050-10/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.985-29/2000	29/06/2000
Decreto	3.540/2000	11/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Mensagem Presidente República	1.069/2000	03/08/2000
Mensagem Presidente República	1.070/2000	03/08/2000
Artigos Publicados	s/nº-2/2000	04/08/2000

FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO - FUNTREDE

Decreto	68.924/1971	15/07/1971
Portaria M. Fazenda /Centro Treinamento	72/1972	11/06/1972

Desenvolvimento Pessoal /Secretário Executivo		
Decreto	73.115/1973	08/11/1973
Decreto	76.085/1975	06/08/1975
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	169/1976	18/05/1976
Portaria M. Fazenda /Escola Adminst. Fazendária /Diretoria-Geral	198/1979	21/06/1979
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Lei Ordinária	8.173/199.	01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	80/1991	05/04/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.247/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.284/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.323/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.363/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.405/1996	11/04/1996
Lei Ordinária	9.276/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.445/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.493/1996	1996
Medida Provisória	1.493-7/19	1996
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.493-12/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.545/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.545-14/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.545-15/1997	13/02/1997
Lei Ordinária	9.443/1997	14/03/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL - FUNSEN

Lei Ordinária	7.432/1985	18/12/1985
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto Legislativo	27/1990	14/09/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Resolução Senado Federal	31/1994	13/04/1994
Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Ato Comissão Diretora do Senado Federal	13/1997	30/01/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

METAS PARA INFLAÇÃO / METAS FISCAIS / RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Exposição Motivos - M. Planejamento e Orçamento	538/1996	26/12/1996
Lei Ordinária	9.496/1997	11/09/1997
Resolução Senado Federal	78/1998	01/07/1998
Comunicado Banco Central do Brasil /Depart° da Dívida Pública	6.304/1998	07/08/1998
Decreto	2.773/1998	08/09/1998
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	12/1998	29/09/1998
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	25/1998	19/11/1998
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Comunicado Banco Central do Brasil /Depart° da Dívida Pública	6.749/1999	18/05/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.615/1999	30/06/1999
Decreto	3.160/1999	01/09/1999
Decreto	3.170/1999	15/09/1999
Decreto	3.173/1999	16/09/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.935/1999	11/10/1999
Decreto	3.254/1999	18/11/1999
Decreto	3.259/1999	23/11/1999
Decreto	3.301/1999	21/12/1999
Decreto	3.313/1999	28/12/1999
Decreto	3.359/2000	07/02/2000
Mensagem Presidente República	630/2000	04/05/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.526/2000	27/06/2000

FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Projeto de Lei - Poder Executivo	s/n°/1997	//1997
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/n°/1997-1	//1997
Lei Ordinária	9.472/1997	07/07/1997
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Comunicações	209/1998	13/08/1998

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS

Projeto de Lei - Poder Executivo	s/n°/1997-1	//1997
Lei Ordinária	9.472/1997	07/07/1997

LEI ORÇAMENTÁRIA 2000

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	141/1995	16/06/1995
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	923/1998	20/04/1998
Medida Provisória	1.668/1998	16/06/1998
Medida Provisória	1.688-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.688-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.688-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.688-4/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.688-5/1998	26/10/1998
Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	117/1998	12/11/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	51/1998	16/11/1998
Medida Provisória	1.688-6/1998	25/11/1998
Lei Ordinária	9.717/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.759-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.759-8/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.759-9/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.759-10/1999	11/03/1999
Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999
Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	4/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	5/1999	20/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	6/1999	20/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	56/1999	27/05/1999
Medida Provisória	1.759-13/1999	02/06/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	8/1999	04/06/1999
Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Medida Provisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	43/1999	29/06/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.615/1999	30/06/1999
Medida Provisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	13/1999	30/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	15/1999	30/08/1999
Mensagem Presidente República	1.264/1999	31/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999
Medida Provisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Lei Ordinária	9.846/1999	26/10/1999
Resolução Congresso Nacional	3/1999	27/10/1999
Medida Provisória	1.928/1999	25/11/1999
Lei Ordinária	9.883/1999	07/12/1999
Medida Provisória	2.003-1/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.012-2/1999	30/12/1999
Decreto	3.320/1999	30/12/1999
Portaria M. Trabalho e Emprego /Ministro	2.125/1999	31/12/1999
Portaria M. Trabalho e Emprego /Ministro	2.127/1999	31/12/1999
Medida Provisória	2.016/2000	04/01/2000
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Decreto	3.330/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.980-14/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.983-46/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Publicações Diversas	s/n°/2000	27/01/2000
Lei Ordinária	9.961/2000	28/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	2.016-1/2000	03/02/2000
Decreto	3.359/2000	07/02/2000
Medida Provisória	2.018/2000	09/02/2000
Medida Provisória	1.983-47/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.980-15/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Artigos Publicados	s/n°/2000	13/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	66/2000	28/02/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	9/2000	29/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	2.016-2/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Resolução M. Saúde /Agência Nacional de Saúde Suplementar / Diretoria Colegiada	10/2000	03/03/2000
Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	7/2000	08/03/2000
Medida Provisória	1.980-16/2000	09/03/2000
Medida Provisória	2.018-1/2000	09/03/2000
Decreto	02/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.983-48/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	100/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.938-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.016-3/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.980-17/2000	06/04/2000
Medida Provisória	2.018-2/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.983-49/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Mensagem Presidente República	493/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Medida Provisória	2.023-50/2000	20/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	210/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.938-16/2000	27/04/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	77/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000

Medida Provisória	2.016-4/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.980-18/2000	04/05/2000
Medida Provisória	2.018-3/2000	04/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	93/2000	10/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Mensagem Presidente República	671/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	10/2000	11/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	98/2000	18/05/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Medida Provisória	2.023-51/2000	23/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.938-17/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.016-5/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	27/2000	30/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Executiva/ Depart° Coord. Contr. Empr. Estatais	1/2000	31/05/2000
Medida Provisória	2.018-4/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.980-19/2000	01/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	107/2000	02/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	110/2000	06/06/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	268/2000	08/06/2000
Decreto	000/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	6/2000	09/06/2000
Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/2000	13/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	32/2000	13/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Medida Provisória	2.028/2000	20/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	128/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	280/2000	21/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	183/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.023-52/2000	21/06/2000
Medida Provisória	1.938-18/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.016-6/2000	27/06/2000
Mensagem Presidente República	881/2000	27/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	34/2000	27/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	135/2000	27/06/2000
Mensagem Presidente República	884/2000	27/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	36/2000	27/06/2000
Decreto	3.526/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.044-53/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.047-1/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Medida Provisória	1.980-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	308/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.018-5/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	202/2000	06/07/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão	7/2000	06/07/2000
/Secret. Orçat° Federal /Secretário		
Decreto	000/12.07.2000	11/07/2000
Mensagem Presidente República	957/2000	13/07/2000
Decreto	002/24.07.2000	21/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	352/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	356/2000	27/07/2000
Portaria M. Fazenda, Interino	229/2000	29/07/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Executiva/ Depart° Coord. Contr. Empr. Estatais	2/2000	31/07/2000
Decreto	000/02.08.2000	01/08/2000
Mensagem Presidente República	1.078/2000	07/08/2000

DESPESA - RESTOS A PAGAR

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Decreto	62.115/1968	15/01/1968
Decreto-lei	836/1969	08/09/1969
Decreto-lei	1.815/1980	09/12/1980
Decreto	90.752/1984	26/12/1984
Decreto	93.872/1986	23/12/1986
Exposição Motivos M. Saúde	1/1996	16/01/1996
Exposição Motivos Interministerial M. Planejt° e Orçamento /M. Fazenda	112/1997	11/03/1997
Decreto	2.214/1997	25/04/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	93/1997	28/04/1997
Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	s/n/1997	08/05/1997
Fax M. Fazenda - M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /COFIN	00/1997	12/05/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	120/1997	09/06/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Decreto	2.450/1997	30/12/1997
Decreto	2.451/1998	05/01/1998
Decreto	2.580/1998	06/05/1998
Decreto	2.634/1998	24/06/1998
Decreto	2.773/1998	08/09/1998

Decreto	2.834/1998	30/10/1998
Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Decreto	2.903/1998	28/12/1998
Decreto	2.921/1998	30/12/1998
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Portaria Presidência República - PR / Secret. Especial de Desevolvimento Urbano	1/1999	16/03/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Portaria Presidência República - PR / Secret. Especial de Desevolvimento Urbano	51/1999	10/09/1999
Decreto	3.173/1999	16/09/1999
Decreto	3.254/1999	18/11/1999
Decreto	3.259/1999	23/11/1999
Exposição Motivos Interministerial M. Integração Nacional/ M.Fazenda/ M.Planejt°, Orçat° e Gestão	40/1999	01/12/1999
Decreto	3.279/2000	07/12/1999
Decreto	3.300/1999	21/12/1999
Decreto	3.301/1999	21/12/1999
Decreto	3.313/1999	28/12/1999
Decreto	3.320/1999	30/12/1999
Decreto	3.331/2000	07/01/2000
Decreto	3.337/2000	13/01/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000

PESSOAL - PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PDV

Parecer M. Fazenda /Procur.-Geral Fazenda Nacional /Coord.-Geral Repres.Judicial Fazenda Nacional	1.278/1998	31/08/1988
Medida Provisória	1.525/1996	30/10/1996
Medida Provisória	1.525-1/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.558/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.558-3/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.558-4/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.558-5/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.558-6/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.558-7/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.558-8/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.558-9/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.579-10/1997	23/07/1997
Medida Provisória	1.579-11/1997	21/08/1997
Medida Provisória	1.579-12/1997	18/09/1997
Medida Provisória	1.579-13/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.579-14/1997	13/11/1997
Medida Provisória	1.579-15/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.579-16/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.579-17/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.579-18/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.579-19/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.579-20/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.579-21/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.579-22/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.579-23/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.579-24/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.579-25/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.579-26/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.579-27/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.735-28/1998	14/12/1998
Instrução Normativa M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /Secretário	165/1998	31/12/1998
Instrução Normativa M. Fazenda - MF /Secretaria Receita Federal - MF/SRF	4/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.735-29/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.735-30/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.735-31/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.735-32/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.735-33/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.735-34/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.837-35/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.837-36/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.837-37/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.837-38/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.917-2/1999	24/09/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	45/1999	27/09/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	44/1999	27/09/1999
Medida Provisória	1.837-39/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.917-3/1999	26/10/1999
Decreto	3.235/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.917-4/1999	25/11/1999
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal	096/1999	26/11/1999
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal	095/1999	26/11/1999
Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Medida Provisória	2.017-2/2000	16/03/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	22/2000	30/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Recursos Humanos /Secretário	997/2000	13/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000

PESSOAL - BENEFÍCIOS / VANTAGENS - AUXÍLIO-TRANSPORTE

Lei Ordinária	7.418/1985	16/12/1985
Decreto	92.180/1985	19/12/1985
Instrução Normativa M. Extraordinário p/ Assuntos de Adminstração /Ministro	177/1986	12/02/1986
Lei Ordinária	7.619/1987	30/09/1987
Decreto	95.247/1987	17/11/1987
Instrução Normativa Presidência República - PR /Secret. de Administração	13/1990	12/11/1990

Federal /Secretário		
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Norma Execução MF /Secret.Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	14/1996	14/11/1996
Medida Provisória	1.636/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.636-1/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.636-2/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.636-3/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.636-4/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.636-5/1998	12/05/1998
Instrução Normativa Presidência República - PR / Secret. de Administração Pública /Secretário	207/1988	01/06/1998
Medida Provisória	1.636-6/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.680-7/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.680-8/1998	29/07/1998
Decreto	2.703/1998	03/08/1998
Medida Provisória	1.680-9/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.680-10/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.680-11/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.680-12/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.783/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.753-13/1998	14/12/1998
Decreto	2.880/1998	15/12/1998
Medida Provisória	1.783-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.753-14/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.753-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.783-2/1999	11/02/1999
Decreto	2.963/1999	24/02/1999
Medida Provisória	1.753-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.783-3/1999	11/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.783-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.753-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.753-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.783-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.783-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.753-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.855-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.880-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.855-21/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.880-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.855-22/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.880-9/1999	26/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	387/1999	15/09/1999
Medida Provisória	1.855-23/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.880-10/1999	24/09/1999
Decreto	3.184/1999	27/09/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	8/1999	07/10/1999
Medida Provisória	1.855-24/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.880-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.855-25/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.880-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.953-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.990-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.953-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.990-27/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.953-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.990-28/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.953-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.990-29/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.953-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.990-30/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.953-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.990-31/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.953-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.990-32/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.953-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.033-33/2000	27/06/2000

LEI ORÇAMENTÁRIA - DESPESA (GERAL)

Constituição Federal 1988	37/IX/1988	01/05/1088
Decreto	48.298/1960	17/06/1960
Decreto	48.297/1960	17/06/1960
Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Lei Ordinária	4.489/1964	19/11/1964
Lei Ordinária	4.900/1965	10/12/1965
Ato Complementar Presidente da República	18/1966	29/07/1966
Decreto-lei	836/1969	08/09/1969
Portaria M. Fazenda /Inspetoria Geral de Finanças	15/1970	28/01/1970
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR/Secret. Planejt° e Coord.Geral	264/1971	30/07/1971
Decreto-lei	1.205/1972	31/01/1972
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejat° e Coord. Geral	161/1973	06/07/1973
Lei Ordinária	6.397/1976	10/12/1976
Decreto-lei	1.735/1979	20/11/1979
Decreto-lei	1.815/1980	09/12/1980
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	08/1985	04/02/1985
Decreto-lei	2.312/1986	23/12/1986
Decreto	93.872/1986	23/12/1986
Lei Ordinária	7.862/1989	30/10/1989
Mensagem Presidente República	721/1989	30/10/1989
Lei Ordinária	7.976/1989	27/12/1989
Decreto	99.167/1990	13/03/1990
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° /Depart° Orçat° União /PR/Secret. Adm. Federal /Dept° Rec.Humanos	01/1990	07/08/1990
Instrução Normativa M. Economia Fazenda e Planejat° - MEFP / Departamento do Tesouro Nacional - DTN	10/1991	02/10/1991
Decreto	322/1991	01/11/1991
Decreto	347/1991	21/11/1991
Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejat° /Depart° Orçat° da União /Diretor	01/1992	27/02/1992
Portaria M. Econ. Faz. Planejat° / Secret. Nacional Planejat° /Depart. Orçat° União /Diretor	4/1992	23/09/1992
Publicações Diversas	s/n°/1993	07/09/1993
Decreto	977/1993	10/11/1993
Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Tributação	35/1993	17/11/1993
Lei Ordinária	8.745/1993	09/12/1993

Lei Ordinária	8.852/1994	04/02/1994
Nota Téc. Secret. Planejat° Orçat° Coord./PR /Secret. Orçt° Federal /Depart° Área Social	031/1994	02/08/1994
Nota PR/ Secret. Planej. Orç. Coord. /Secret. Orç. Federal /Dep. Prog. Normas /Coord. Geral Normas	50/1994	05/10/1994
Ofício-Circ. Conj. PR/ Sec. Administ. Federa/SRH e PR/ Sec. Planejat° Coord /Secret.Orçat° Federal	56/1994	16/11/1994
Lei Complementar	82/1995	27/03/1995
Decreto	1.647/1995	27/09/1995
Decreto	1.672/1995	11/10/1995
Ofício-Circ. M. Administ. Fed. Refor. Estado /Sec. R. Humanos e M. Planet° Orç./ Sec.Orçat° Federal	68/1995	08/12/1995
Decreto	1.819/1996	16/02/1996
Medida Provisória	1.458/1996	16/05/1996
Medida Provisória	1.505/1996	13/06/1996
Medida Provisória	1.505-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.505-5/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.505-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.505-7/1996	02/10/1996
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	18/1996	18/10/1996
Medida Provisória	1.505-8/1996	31/10/1996
Decreto	2.050/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.505-9/1996	29/11/1996
Ofício-Circ. M. Administ. Fed. Refor. Estado /Sec. R. Humanos e M. Planet° Orç./ Sec.Orçat° Federal	58/1996	16/12/1996
Medida Provisória	1.554/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.554-12/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.554-13/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.554-14/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.554-15/1997	15/05/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	119/1997	03/06/1997
Medida Provisória	1.554-16/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.554-17/1997	11/07/1997
Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	s/n°/1997	22/07/1997
Medida Provisória	1.554-18/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.554-19/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.554-20/1997	09/10/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	37/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.554-21/1997	06/11/1997
Norma Execução Conj. MF /Secretaria Tesouro Nacional /Coord. Geral Contabilidade e Outros	4/1997	30/11/1997
Medida Provisória	1.554-22/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.554-23/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.554-24/1998	29/01/1998
Medida Provisória	1.554-25/1998	26/02/1998
Medida Provisória	1.554-26/1998	26/03/1998
Medida Provisória	1.512-22/1998	23/04/1998
Medida Provisória	1.554-27/1998	23/04/1998
Medida Provisória	1.512-23/1998	21/05/1998
Medida Provisória	1.554-28/1998	21/05/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Medida Provisória	1.512-24/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.554-29/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.672-30/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.692-25/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.672-31/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.692-26/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.672-32/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.692-27/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.672-33/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.692-28/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.672-34/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.692-29/1998	27/10/1998
Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Decreto	2.839/1998	06/11/1998
Medida Provisória	1.672-35/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.692-30/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.748-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.764-31/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.748-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.764-32/1999	13/01/1999
Lei Complementar	96/1999	31/01/1999
Medida Provisória	1.764-33/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.748-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.748-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.764-34/1999	11/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Subsecret. de. Assuntos Administrativos	48/1999	24/03/1999
Medida Provisória	1.764-35/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.748-40/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Medida Provisória	1.764-36/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.748-41/1999	06/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	5/1999	20/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	6/1999	20/05/1999
Parecer M. Fazenda /Procur.-Geral Fazenda Nacional /Coord.-Geral Sistema Tributação	603/99	21/05/1999
Medida Provisória	1.764-37/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.748-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.886-38/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.887-43/1999	29/06/1999
Informação M. Fazenda /Secret. Receita Federal /Coordenação-Geral do Sistema de Tributação	39/1999	13/07/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.887-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.886-39/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Decreto	3.134/1999	10/08/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.641/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.887-45/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.886-40/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	59/1999	09/09/1999
Lei Ordinária	9.836/1999	23/09/1999
Medida Provisória	1.887-46/1999	24/09/1999

Medida Provisória	1.886-41/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.917-2/1999	24/09/1999
Lei Ordinária	9.848/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.917-3/1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.849/1999	26/10/1999
Decreto	3.262/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.917-4/1999	25/11/1999
Lei Ordinária	9.883/1999	07/12/1999
Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Medida Provisória	2.007/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.015-1/1999	30/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	172/1999	30/12/1999
Proposta de Emenda à Constituição	s/n°/2000	//2000
Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Lei Ordinária	9.960/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	98/2000	18/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	4/2000	19/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União /GM	006/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Medida Provisória	2.029/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.045-1/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000
Decreto	3.540/2000	11/07/2000
Mensagem Presidente República	966/2000	17/07/2000
Lei Ordinária	9.984/2000	17/07/2000
Lei Ordinária	9.989/2000	21/07/2000
Lei Ordinária	9.993/2000	24/07/2000
Lei Ordinária	9.992/2000	24/07/2000
Lei Ordinária	9.994/2000	24/07/2000
Portaria Interminist. M. Planejat° e Orçat° / M.Defesa	4.803/2000	07/08/2000

LEI ORÇAMENTÁRIA - RECEITA

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Lei Ordinária	4.900/1965	10/12/1965
Decreto-lei	1.755/1979	31/12/1979
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secretaria de Planejamento	183/1980	18/03/1980
Decreto-lei	1.785/1980	14/05/1980
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	32/1982	23/12/1982
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	001/1983	06/01/1983
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	10/1983	31/05/1983
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	9/1985	05/02/1985
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	010/1985	13/02/1985
Decreto-lei	2.312/1986	23/12/1986
Decreto	93.872/1986	23/12/1986
Decreto-lei	2.376/1987	25/11/1987
Lei Ordinária	7.635/1987	14/12/1987
Nota PR/ Secretaria Planejamento /Secret. Orçat° Federal /Gabinete	s/n°/1989	01/09/1989
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR /Secret. Orçat° Finanças /Secretário	003/1989	12/09/1989
Lei Ordinária	7.862/1989	30/10/1989
Lei Ordinária	8.212/1991	24/07/1991
Comunicação Interna Circular M. Economia, Fazenda Planejt°/Dept° Orçamt°s União/Coord. Normas	008/1991	13/09/1991
Parecer Presidência República /PR /Secretaria de Planejat° /Secret. Orçat° Federal /DPGN /CG-REC	003/1993	26/05/1993
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR /Secret. Orçat° Federal /CG-LON	09/1993	02/07/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	387/1993	14/07/1993
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	527/1993	24/09/1993
Medida Provisória	394/1993	28/12/1993
Medida Provisória	416/1994	28/01/1994
Medida Provisória	435/1994	28/02/1994
Medida Provisória	459/1994	30/03/1994
Medida Provisória	484/1994	29/04/1994
Medida Provisória	510/1994	27/05/1994
Medida Provisória	536/1994	28/06/1994
Medida Provisória	561/1994	28/07/1994
Medida Provisória	592/1994	25/08/1994
Medida Provisória	629/1994	23/09/1994
Medida Provisória	669/1994	21/10/1994
Medida Provisória	717/1994	18/11/1994
Medida Provisória	771/1994	20/12/1994
Medida Provisória	832/1995	19/01/1995
Medida Provisória	893/1995	16/02/1995
Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
Medida Provisória	940/1995	16/03/1995
Lei Complementar	82/1995	27/03/1995
Lei Ordinária	9.027/1995	12/04/1995
Informação M. Aeronáutica /Secret. Orçamento e Finanças /Assessoria Jurídica	s/n°/1996	01/04/1996
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	676/1996	05/08/1996
Emenda Constitucional	12/1996	15/08/1996
Lei Ordinária	9.311/1996	24/10/1996
Aviso M. da Aeronáutica /Gabinete do Ministro/GM4	019/1996	29/10/1996
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União /GQ	119/1997	30/01/1997
Parecer Tribunal Contas União	004.637/96-8	02/04/1997

Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	s/n/1997	08/05/1997
Fax M. Fazenda - M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /COFIN	00/1997	12/05/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	135/1997	24/06/1997
Memorando-Circular M. Planejat° Orçat°. /Secret.Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	14/1997	19/08/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	37/1997	30/10/1997
Parecer M. Planejat° e Orçat° / Secret. Orçat°. Federal /CGFOR/ Depart° Gerenc. Informação	21/1997	05/11/1997
Memorando-Circular M. Planejat° /Secret.Orçat° Federal /Depart. Gerenciamento da Informação	223/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Lei Ordinária	9.539/1997	12/12/1997
Decreto	2.451/1998	05/01/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	2/1998	16/01/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1998	02/02/1998
Decreto	2.493/1998	09/02/1998
Comunicado Banco Central do Brasil /Depart° de Operações Bancárias	1.640/1998	12/02/1998
Memorando M. Planejat° Orçat° /Consultoria Jurídica	020/1998	26/02/1998
Decreto	2.580/1998	06/05/1998
Decreto	2.634/1998	24/06/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	28/1998	30/06/1998
Lei Ordinária	9.716/1998	26/11/1998
Medida Provisória	1.792/1998	30/12/1998
Medida Provisória	1.792-1/1999	28/01/1999
Lei Complementar	96/1999	31/01/1999
Medida Provisória	1.792-2/1999	25/02/1999
Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999
Medida Provisória	1.792-3/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.792-4/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Parecer Tribunal Contas União	004.254/1999-6	19/05/1999
Medida Provisória	1.792-5/1999	20/05/1999
Parecer M. Fazenda /Procur.-Geral Fazenda Nacional /Coord.-Geral Sistema Tributação	603/99	21/05/1999
Medida Provisória	1.759-13/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.792-6/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.903-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Informação M. Fazenda /Secret. Receita Federal /Coordenação-Geral do Sistema de Tributação	39/1999	13/07/1999
Medida Provisória	1.903-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Lei Ordinária	9.825/1999	23/08/1999
Medida Provisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999
Lei Ordinária	9.846/1999	26/10/1999
Medida Provisória	2.007/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.015-1/1999	30/12/1999
Lei Ordinária	9.960/2000	28/01/2000
Decreto	3.381/2000	13/03/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
Lei Ordinária	9.984/2000	17/07/2000

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Medida Provisória	1.784/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.784-1/1999	13/01/1999
Resolução M. Educação e Cultura /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	3/1999	21/01/1999
Medida Provisória	1.784-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.784-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.784-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.784-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.784-6/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.853-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.853-8/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.853-9/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.853-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.853-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.853-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.979-13/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.979-14/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.979-15/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.979-16/2000	09/03/2000
Parecer Tribunal Contas União	002.363/2000-6	05/04/2000
Medida Provisória	1.979-17/2000	06/04/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.979-18/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.979-19/2000	02/06/2000
Medida Provisória	1.979-20/2000	29/06/2000

PESSOAL - VANTAGEM DE 28,86%

Embargo Declaratório Supremo Tribunal Federal	22.307-7/1998	11/03/1998
Medida Provisória	1.704/1998	30/06/1998
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	2.179/1998	28/07/1998
Medida Provisória	1.704-1/1998	30/07/1998
Decreto	2.693/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.704-2/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.704-3/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.704-4/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.704-5/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.775-6/1998	14/12/1998
Decreto	2.892/1998	22/12/1998
Medida Provisória	1.775-7/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.775-8/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.812-9/1999	26/02/1999
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Medida Provisória	1.812-10/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.812-11/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.812-12/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.812-13/1999	17/06/1999

Medida Provisória	1.904-14/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.904-15/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.904-16/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.904-17/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.917-2/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.917-3/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.904-18/1999	26/10/1999
Decreto	3.235/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.917-4/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.904-19/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.962-20/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.962-21/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Medida Provisória	1.962-22/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.962-23/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.962-24/2000	30/03/2000
Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União	3/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.962-25/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Medida Provisória	1.962-26/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.962-27/2000	27/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Lei Ordinária	8.031/1990	12/04/1990
Decreto	99.464/1990	16/08/1990
Decreto	99.463/1990	16/08/1990
Decreto	00/05.03.1991	05/03/1991
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	157/1991	21/08/1991
Decreto	215/1991	17/09/1991
Medida Provisória	299/1991	01/10/1991
Lei Ordinária	8.250/1991	25/10/1991
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	175/1992	06/02/1992
Decreto	00/26.03.1992	25/03/1992
Decreto	01/26.03.1992	25/03/1992
Decreto	700/1992	15/12/1992
Decreto	712/1992	23/12/1992
Decreto	724/1993	19/01/1993
Decreto	786/1993	29/03/1993
Decreto	798/1993	16/04/1993
Decreto	801/1993	20/04/1993
Medida Provisória	327/1993	24/06/1993
Medida Provisória	334/1993	23/07/1993
Medida Provisória	345/1993	25/08/1993
Lei Ordinária	8.696/1993	26/08/1993
Medida Provisória	353/1993	23/09/1993
Medida Provisória	362/1993	25/10/1993
Medida Provisória	376/1993	24/11/1993
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.034/1993	17/12/1993
Medida Provisória	392/1993	23/12/1993
Medida Provisória	415/1994	21/01/1994
Medida Provisória	432/1994	09/02/1994
Medida Provisória	455/1994	25/03/1994
Medida Provisória	479/1994	22/04/1994
Medida Provisória	506/1994	24/05/1994
Medida Provisória	533/1994	23/06/1994
Medida Provisória	557/1994	26/07/1994
Decreto	1.204/1994	29/07/1994
Decreto	1.227/1994	22/08/1994
Medida Provisória	588/1994	25/08/1994
Medida Provisória	630/1994	23/09/1994
Medida Provisória	670/1994	21/10/1994
Medida Provisória	718/1994	18/11/1994
Medida Provisória	772/1994	20/12/1994
Decreto	1.361/1995	01/01/1995
Medida Provisória	841/1995	19/01/1995
Medida Provisória	901/1995	16/02/1995
Medida Provisória	945/1995	15/03/1995
Medida Provisória	970/1995	12/04/1995
Decreto	1.481/1995	03/05/1995
Decreto	1.485/1995	09/05/1995
Medida Provisória	995/1995	11/05/1995
Decreto	1.503/1995	25/05/1995
Decreto	1.510/1995	01/06/1995
Medida Provisória	1.021/1995	08/06/1995
Decreto	1.539/1995	27/06/1995
Medida Provisória	1.044/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.070/1995	28/07/1995
Medida Provisória	1.097/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.129/1995	26/09/1995
Decreto	1.647/1995	27/09/1995
Decreto	1.677/1995	18/10/1995
Medida Provisória	1.162/1995	27/10/1995
Medida Provisória	1.197/1995	24/11/1995
Medida Provisória	1.233/1995	15/12/1995
Decreto	1.785/1996	11/01/1996
Medida Provisória	1.270/1996	13/01/1996
Decreto	1.907/1996	17/01/1996
Medida Provisória	1.309/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.349/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.391/1996	12/04/1996
Medida Provisória	1.433/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.481/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.481-38/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.481-39/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.481-40/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.520/1996	24/09/1996
Medida Provisória	1.481-41/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.520-1/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.481-42/1996	24/10/1996
Decreto	2.077/1996	21/11/1996
Medida Provisória	1.520-2/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.481-43/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.481-44/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.520-3/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.520-4/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.481-45/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.481-46/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.520-5/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.481-47/1997	14/03/1997

Medida Provisória	1.520-6/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.481-48/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.520-7/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.520-8/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.481-49/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.520-9/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.481-50/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.520-10/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.481-51/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.580/1997	23/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.520-11/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.481-52/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.580-1/1997	21/08/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Lei Ordinária	9.491/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.520-12/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.580-2/1997	18/09/1997
Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.520-13/1997	09/10/1997
Medida Provisória	1.580-3/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.594/1997	21/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.520-14/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.580-4/1997	13/11/1997
Medida Provisória	1.594-1/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.520-15/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.613-2/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.580-5/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.635-16/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.613-3/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.580-6/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.635-17/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.613-4/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.580-7/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.635-18/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.613-5/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.580-8/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.635-19/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.613-6/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Lei Ordinária	9.619/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.635-20/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.613-7/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.635-21/1998	12/05/1998
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	279/1998	14/05/1998
Lei Ordinária	9.635/1998	15/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.635-22/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.655-2/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.682-3/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.696-23/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.701-11/1998	01/07/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.682-4/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.701-12/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.696-24/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.682-5/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.701-13/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.696-25/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.682-6/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.701-14/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.696-26/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.682-7/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.701-15/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.696-27/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.682-8/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.701-16/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.696-28/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.768-29/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.755-9/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.772-17/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.786/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.768-30/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.772-18/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.800/1999	27/01/1999
Medida Provisória	1.786-1/1999	28/01/1999
Medida Provisória	1.755-11/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.772-19/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.768-31/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.786-2/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.800-1/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.755-12/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.772-20/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.768-32/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.786-3/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.800-2/1999	25/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Decreto	3.019/1999	06/04/1999
Medida Provisória	1.755-13/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.772-21/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.768-33/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.786-4/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.800-3/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.755-14/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.772-22/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.768-34/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.786-5/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.800-4/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.755-15/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.772-23/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.768-35/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.800-5/1999	17/06/1999

Medida Provisória	1.786-6/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.841-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.868-16/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.850-6/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.889-24/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.877-36/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.877-37/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.841-8/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.850-7/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.889-25/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.868-17/1999	29/07/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	49/1999	12/08/1999
Decreto	00/23.08.1999	2[illegible]
Lei Ordinária	9.819/1999	23/08/1999
Medida Provisória	1.877-38/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.850-8/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.889-26/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.868-18/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.877-39/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.868-19/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.889-27/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.850-9/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.877-40/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.850-10/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.889-28/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.868-20/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.877-41/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.850-11/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.889-29/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.868-21/1999	25/11/1999
Decreto	3.277/1999	07/12/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.942-12/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.957-30/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.985-22/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.981-42/1999	10/12/1999
Decreto	3.286/1999	14/12/1999
Decreto	3.292/1999	15/12/1999
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.942-13/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.981-43/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.985-23/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.942-14/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.981-44/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.985-24/2000	10/02/2000
Decreto	3.367/2000	22/02/2000
Medida Provisória	1.942-15/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.981-45/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.985-25/2000	09/03/2000
Decreto	3.393/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.942-16/2000	30/03/2000
Decreto	3.401/2000	03/04/2000
Medida Provisória	1.985-26/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.981-46/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.942-17/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.985-27/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.981-47/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.942-18/2000	26/05/2000
Decreto	3.489/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.985-28/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.981-48/2000	01/06/2000
Resolução M. Desenvolvit°, Indústria e Comércio Exterior/ Conselho Nac. Desestatização - Presidente	26/2000	06/06/2000
Ato Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	339/2000	21/06/2000
Medida Provisória	1.942-19/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.985-29/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.981-49/2000	29/06/2000
Decreto	3.540/2000	11/07/2000

ORGANISMOS INTERNACIONAIS - PARTICIPAÇÕES EM

Medida Provisória	1.789/1998	29/12/1998
Medida Provisória	1.789-1/1999	28/01/1999
Medida Provisória	1.789-2/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.789-3/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.789-4/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.789-5/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.789-6/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.852-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.852-8/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.852-9/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.852-10/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.852-11/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.980-13/1999	10/11/1999
Medida Provisória	1.852-12/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.980-14/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.980-15/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.980-16/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.980-17/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.980-18/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.980-19/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.980-20/2000	29/06/2000

PESSOAL - GRATIFICAÇÕES (CARREIRAS)GDP,GDD,GDC,GDCT,GDJ,GDI,GAF,GP,GDAF,GDAC

(CARREIRAS)GDP,GDD,GDC,GDCT,GDJ,GDI,GAF,GP,GDAF,GDAC

Decreto	59.835/1966	21/12/1966
Decreto-lei	1.709/1979	31/10/1979
Decreto-lei	2.121/1984	16/05/1984
Decreto-lei	2.123/1984	05/06/1984
Decreto-lei	2.333/1987	11/06/1987
Decreto	97.567/1989	19/04/1989
Decreto	98.987/1990	21/02/1990
Lei Ordinária	8.216/1991	13/08/1991
Lei Ordinária	8.270/1991	17/12/1991
Lei Delegada	13/1992	27/08/1992
Lei Ordinária	8.477/1992	29/10/1992
Lei Ordinária	8.538/1992	21/12/1992
Lei Ordinária	8.676/1993	13/07/1993
Medida Provisória	745/1994	02/12/1994
Medida Provisória	804/1994	30/12/1994
Medida Provisória	867/1995	27/01/1995

Medida Provisória	920/1995	24/02/1995
Medida Provisória	957/1995	30/03/1995
Medida Provisória	982/1995	28/04/1995
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Administ. Federal Reforma Estado	156/1995	03/05/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	404/1995	12/05/1995
Instrução Normativa M. Planejat° e Orçat°. /Instituto de Planejat° Econômico Social	01/1995	26/05/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	15/1995	26/05/1995
Portaria Presidência Repúblia - PR /Secretaria-Geral /Secret. Controle Interno	005/1995	26/05/1995
Instrução Normativa Instituto Planejat° Economico e Social	1/1995	26/05/1995
Medida Provisória	1.014/1995	29/05/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	18/1995	05/06/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	513/1995	07/06/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	512/1995	07/06/1995
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Secretaria Executiva	1.773/1995	14/06/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	141/1995	16/06/1995
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	22/1995	20/06/1995
Medida Provisória	1.037/1995	27/06/1995
Portaria Interminist. M. Relações Exteriores /. Adm. Federal, Reforma do Estado	14/1995	14/07/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	170/1995	27/07/1995
Medida Provisória	1.062/1995	27/07/1995
Portaria Presidência Repúblia - PR /Secretaria-Geral /Secret. Controle Interno	007/1995	21/08/1995
Medida Provisória	1.089/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.121/1995	22/09/1995
Quadros	s/n°/1995	01/10/1995
Medida Provisória	1.153/1995	24/10/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	89/1995	30/10/1995
Medida Provisória	1.189/1995	23/11/1995
Medida Provisória	1.225/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.262/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.301/1996	09/02/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Planejamento e Avalição	4/1996	29/02/1996
Medida Provisória	1.341/1996	12/03/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	161/1996	28/03/1996
Medida Provisória	1.383/1996	11/04/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	2/1996	29/04/1996
Medida Provisória	1.449/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.497/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.497-20/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.497-21/1996	08/08/1996
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	203/1996	19/08/1996
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal/Secretário	s/n°-/1996	01/09/1996
Medida Provisória	1.497-22/1996	05/09/1996
Decreto	2.017/1996	01/10/1996
Medida Provisória	1.497-23/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.497-24/1996	31/10/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	21/1996	05/11/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	22/1996	11/11/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	1.124/1996	28/11/1996
Medida Provisória	1.497-25/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.548/1996	18/12/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Planejamento e Avalição	5/1996	23/12/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Planejamento e Avalição	1/1997	07/01/1997
Medida Provisória	1.548-27/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.548-28/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.548-29/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.548-30/1997	11/04/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	6/1997	05/05/1997
Medida Provisória	1.548-31/1997	09/05/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	108/1997	15/05/1997
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado /Secret. Recursos Humanos /Secretário	9/1997	21/05/1997
Medida Provisória	1.548-32/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.548-33/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.548-34/1997	07/08/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Planejamento e Avalição	5/1997	28/08/1997
Medida Provisória	1.548-35/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.587-1/1997	12/09/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	30/1997	26/09/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	29/1997	26/09/1997
Medida Provisória	1.548-36/1997	02/10/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	34/1997	03/10/1997
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado /Secret. Recursos Humanos /Secretário	18/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.548-37/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.548-38/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.625-39/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.624-38/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.625-40/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.625-41/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.625-42/1998	13/03/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	6/1998	27/03/1998
Lei Ordinária	9.620/1998	02/04/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	11/1998	03/04/1998
Lei Ordinária	9.625/1998	07/04/1998
Mensagem Presidente República	408/1998	07/04/1998
Lei Ordinária	9.638/1998	20/05/1998
Lei Ordinária	9.641/1998	25/05/1998
Lei Ordinária	9.647/1998	26/05/1998
Lei Ordinária	9.651/1998	27/05/1998

Lei Ordinária	9.657/1998	03/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	293/1998	09/07/1998
Decreto	2.665/1998	10/07/1998
Portaria Interminist. M. Adm. Fed. Reforma Estado /M. Fazenda /M. Planejt°. Orçamento	29/1998	31/07/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	44/1998	30/09/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	46/1998	01/10/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secretaria Executiva	324-A/1998	09/10/1998
Portaria Interminist. Presidência República - PR/Casa Militar/ M. Adm.Federal Ref. Estado	42/1998	15/12/1998
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	3.472/1998	16/12/1998
Medida Provisória	1.971-7/1999	11/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	11/1999	25/01/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secretaria Executiva	163/1999	16/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. Administ. e do Patrimônio da União	45/1999	24/06/1999
Portaria Banco Central do Brasil /Presidente	9.569/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.915/1999	29/06/1999
Parecer Tribunal Contas União	006.069/96-7	16/07/1999
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	195/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.915-1/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.915-2/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.915-3/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	17/1999	30/09/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	018/1999	07/10/1999
Medida Provisória	1.915-4/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.893-71/1999	26/10/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secretaria Executiva	926/1999	04/11/1999
Medida Provisória	1.915-5/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.893-72/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.971-6/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999
Publicações Diversas	s/n°/1999	15/12/1999
Lei Ordinária	9.953/2000	04/01/2000
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	212/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.971-8/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	28/2000	28/02/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Planejt° e Invest°s Estratégicos	1/2000	29/02/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	29/2000	01/03/2000
Medida Provisória	1.971-9/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000
Decreto	3.390/2000	23/03/2000
Medida Provisória	2.020/2000	24/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle /Secretário	415/2000	31/03/2000
Medida Provisória	1.971-10/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda /Secret. Receita Federal	625/2000	12/04/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	001/2000	14/04/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secretaria Executiva	236/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.971-11/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.971-12/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.995-79/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.048-26/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.971-13/2000	29/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	37/2000	21/07/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	38/2000	21/07/2000
Decreto	3.527/2000	28/07/2000

CONVÊNIOS / ACORDOS / AJUSTES / INSTRUMENTOS SIMILARES

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Secretaria de Orçat° Finanças	6/1981	30/04/1981
Lei Ordinária	8.150/1990	28/12/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Comunicação Interna Circular M. Economia, Fazenda Planejt°/Dept° Orçamt°s União/Coord. Normas	008/1991	13/09/1991
Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejat° /Depart° Orçat° da União /Diretor	01/1992	27/02/1992
Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejat° /Depart° Orçat° da União /Diretor	2/1992	23/09/1992
Parecer Presidência República /PR /Secretaria de Planejat° /Secret. Orçat° Federal /DPGN /CG-REC	003/1993	26/05/1993
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR /Secret. Orçat° Federal /CG-LON	09/1993	02/07/1993
Parecer Tribunal Contas União	001.214/93-4	08/11/1995
Orientação Normativa M. Fazenda /Secretaria Federal de Controle /Secretário	3/1995	19/12/1995
Decreto	1.819/1996	16/02/1996
Parecer Tribunal Contas União	525.061/93-2	26/06/1996
Norma Execução MF /Secret.Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	10/1996	14/11/1996
Instrução Normativa M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /Secretário	9/1996	14/11/1996
Memorando-Circular M. Planejat° Orçat°, /Secret.Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	14/1997	19/08/1997

Parecer Tribunal Contas União	014.682/97-4	26/11/1997
Decreto	2.417/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.626-49/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.626-50/1998	13/03/1998
Parecer Tribunal Contas União	015.763/95-1	01/04/1998
Medida Provisória	1.626-51/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.626-52/1998	12/05/1998
Decreto	2.622/1998	09/06/1998
Medida Provisória	1.626-53/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.677-54/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.677-55/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.677-56/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.677-57/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.677-58/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.677-59/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.751-60/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.751-61/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.751-62/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.751-63/1999	11/03/1999
Portaria Presidência República - PR / Secret. Especial de Desevolvimento Urbano	1/1999	16/03/1999
Medida Provisória	1.751-64/1999	08/04/1999
Decreto	3.027/1999	13/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999
Medida Provisória	1.751-65/1999	06/05/1999
Parecer Tribunal Contas União	012.700/96-7	19/05/1999
Medida Provisória	1.751-66/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.893-71/1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.854/1999	27/10/1999
Medida Provisória	1.893-72/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Medida Provisória	1.995-79/2000	08/06/2000
Decreto	3.524/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000

DESPESA - SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Decreto	62.115/1968	15/01/1968
Decreto-lei	1.815/1980	09/12/1980
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Comunicação Interna Circular M. Economia, Fazenda Planejt°/Dept° Orçamt°s União/Coord. Normas	008/1991	13/09/1991
Parecer Presidência República /PR /Secretaria de Planejat° /Secret. Orçat° Federal /DPGN /CG-REC	003/1993	26/05/1993
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR /Secret. Orçat° Federal /CG-LON	09/1993	02/07/1993
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1997	03/04/1997
Memorando-Circular M. Planejat° Orçat° /Secret.Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	14/1997	19/08/1997
Decreto	2.773/1998	08/09/1998
Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	1/1999	25/03/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Decreto	3.232/1999	05/11/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

DESPESA - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Decreto	322/1991	01/11/1991
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

SUPERÁVIT FINANCEIRO

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	4/1998	13/03/1998
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	1/1999	25/03/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	7/2000	06/07/2000

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Exposição Motivos Conjunta M. do Orçamento e Gestão/ M. Fazenda	00/1999	10/03/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

DESPESA - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Lei Ordinária	4.320/1964	17/03/1964
Decreto	71.467/1972	01/12/1972
Decreto	72.223/1973	11/05/1973
Lei Ordinária	9.789/1999	23/02/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999

Lei Ordinária	9.969/2000	11/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	7/2000	06/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO - FFAP

Decreto Legislativo	11/1962	12/09/1962
Lei Delegada	8/1962	11/10/1962
Decreto	1.973/1962	31/12/1962
Resolução M. Agricultura /Conselho do Fundo Federal Agropecuário	1/1963	04/04/1963
Decreto	52.092/1963	04/06/1963
Resolução M. Agricultura /Conselho do Fundo Federal Agropecuário	1/1964	22/01/1964
Decreto	55.618/1965	22/01/1965
Lei Ordinária	5.025/1966	10/06/1966
Decreto-lei	59/1966	21/11/1966
Decreto	66.687/1970	10/06/1970
Lei Ordinária	5.764/1971	16/12/1971
Decreto	70.482/1972	09/05/1972
Decreto	70.675/1972	06/06/1972
Resolução M. Agricultura /Conselho do Fundo Federal Agropecuário	4/1972	07/12/1972
Decreto	75.058/1974	06/12/1974
Portaria M. Agricultura	61/1997	14/12/1977
Decreto-lei	1.755/1979	31/12/1979
Decreto-lei	1.899/1981	21/12/1981
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Decreto	96.993/1988	17/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.621/1990	19/10/1990
Decreto Legislativo	66/1990	18/12/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	599/1992	09/07/1992
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Ofício M. Agricultura Abast. Reforma Agraria -MAARA/FFAP/COF/SPO/SE/ -Coord. Fundo Fed. Agropecuário	078/1995	07/12/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Decreto	3.152/1999	26/08/1999

FONTE DE RECURSOS - GRUPO DE; (RECEITA)

Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	s/n°/1975-77	7/-7/1975
Instrução PR/Secret.Planejat° /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978
Instrução PR/Secret.Planejat° /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	001/1979	07/06/1979
Instrução PR/Secret.Planejat° /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	001/1980	02/06/1980
Instrução PR/Secret.Planejat° /Inst.Planejt° Econ. Social/Inst. Program.Orçat° /Diretoria Orçamento	001/1981	08/06/1981
Decreto-lei	2.376/1987	25/11/1987
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° e Coord. /Secret.de Orçat° Finanças	009/1988	29/03/1988
Nota PR/ Secretaria Planejamento /Secret. Orçat° Federal /Gabinete	s/n°/1989	01/09/1989
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR /Secret. Orçat° Finanças /Secretário	003/1989	12/09/1989
Lei Ordinária	7.862/1989	30/10/1989
Medida Provisória	394/1993	28/12/1993
Medida Provisória	416/1994	28/01/1994
Medida Provisória	459/1994	30/03/1994
Medida Provisória	484/1994	29/04/1994
Medida Provisória	510/1994	27/05/1994
Medida Provisória	536/1994	28/06/1994
Medida Provisória	561/1994	28/07/1994
Medida Provisória	592/1994	25/08/1994
Medida Provisória	629/1994	23/09/1994
Medida Provisória	669/1994	21/10/1994
Medida Provisória	717/1994	18/11/1994
Medida Provisória	771/1994	20/12/1994
Medida Provisória	832/1995	19/01/1995
Medida Provisória	893/1995	16/02/1995
Medida Provisória	940/1995	16/03/1995
Lei Ordinária	9.027/1995	12/04/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	28/1996	29/11/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	18/1997	31/03/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	3/1997	03/04/1997
Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçat° Federal /Secretário-Adjunto	s/n/1997	08/05/1997
Fax M. Fazenda - M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /COFIN	00/1997	12/05/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	18/1997	27/08/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	42/1997	09/12/1997
Decreto	2.493/1998	09/02/1998
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	1/1999	25/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	3/1999	14/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	15/1999	30/08/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	56/1999	09/09/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999

Decreto	3.232/1999	05/11/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	3/2000	18/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	98/2000	18/05/2000
Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/2000	13/06/2000
Decreto	3.526/2000	27/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	34/2000	27/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	7/2000	06/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

FUNDO GERAL DE TURISMO - FUNGETUR(LEI N° 8.181, 28/03/91 - RATIFICADO)

Decreto-lei	55/1966	18/11/1966
Decreto-lei	81/1966	21/12/1966
Decreto	60.224/1967	16/02/1967
Decreto-lei	1.191/1971	27/10/1971
Decreto-lei	1.439/1975	30/12/1975
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	365/1976	07/04/1976
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	411/1976	23/12/1976
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	467/1978	23/02/1978
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.181/1991	28/03/1991
Deliberação Normativa Presidênica da República /Sec. Desenv. Regional /Inst. Bras.Turismo-Diretoria	297/1991	04/11/1991
Decreto	448/1992	14/02/1992
Deliberação Normativa Presidênica da República /Sec. Desenv. Regional /Inst. Bras.Turismo-Diretoria	306/1992	23/03/1992
Deliberação Normativa Presidênica da República /Sec. Desenv. Regional /Inst. Bras.Turismo-Diretoria	307/1992	23/03/1992
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO/2000

Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Mensagem Presidente República	496/1999	15/04/1999
Quadro Comparativo da Lei de Diretrizes Orçamentárias	1/1999	15/04/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	38/1999	15/06/1999
Mensagem Presidente República	1.055/1999	28/07/1999
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Publicações Diversas	s/n°/2000	27/01/2000
Mensagem Presidente República	493/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Mensagem Presidente República	791/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Mensagem Presidente República	839/2000	20/06/2000
Mensagem Presidente República	900/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000

PLANO PLURIANUAL - PPA 2000/2003

Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	117/1998	12/11/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	51/1998	16/11/1998
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	56/1999	27/05/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	8/1999	04/06/1999
Mensagem Presidente República	1.265/1999	31/08/1999
Mensagem Presidente República	975/2000	21/07/2000
Lei Ordinária	9.989/2000	21/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

TRANSFERÊNCIA / MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Decreto-lei	836/1969	08/09/1969
Decreto-lei	1.205/1972	31/01/1972
Decreto-lei	2.312/1986	23/12/1986
Lei Ordinária	8.150/1990	28/12/1990
Parecer Tribunal Contas União	001.214/93-4	08/11/1995
Decreto	1.819/1996	16/02/1996
Parecer Tribunal Contas União	525.061/93-2	26/06/1996
Medida Provisória	1.626-49/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.626-50/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.626-51/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.626-52/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.626-53/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.677-54/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.677-55/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.677-56/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.677-57/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.677-58/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.677-59/1998	25/11/1998
Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Medida Provisória	1.751-60/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.751-61/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.751-62/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.751-63/1999	11/03/1999

Medida Provisória	1.751-64/1999	08/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999
Medida Provisória	1.751-65/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.751-66/1999	02/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.893-71/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.893-72/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.995-79/2000	08/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	7/2000	06/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Portaria Interminist. M. Planejat° e Orçat° / M.Defesa	4.803/2000	07/08/2000

FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA

Resolução M. Educação /Fundo Nac. Desevolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	4/1999	21/01/1999
Mensagem Presidente República	1.411/1999	28/09/1999

FUNDO GERAL DO CACAU - FUNGECAU

Decreto Legislativo	66/1970	02/10/1970
Decreto	86.179/1981	06/07/1981
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto Legislativo	66/1990	18/12/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Decreto	3.152/1999	26/08/1999
Decreto	3.527/2000	28/07/2000

PROGRAMA EMERGENCIAL DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA.

Medida Provisória	1.573-9/1997	03/07/1997
Medida Provisória	1.573-13/1997	01/10/1997
Medida Provisória	1.595-14/1997	10/11/1997
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/1999	18/05/1999
Decreto	00/24.05.1999	21/05/1999
Medida Provisória	1.826/1999	21/05/1999
Decreto	02/24.05.1999	21/05/1999
Medida Provisória	1.826-1/1999	22/06/1999
Medida Provisória	1.832-2/1999	29/06/1999
Lei Ordinária	9.896/1999	14/12/1999

PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

Medida Provisória	1.823/1999	29/04/1999
Medida Provisória	1.823-1/1999	27/05/1999
Medida Provisória	1.823-2/1999	24/06/1999
Medida Provisória	1.864-3/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.864-4/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.864-5/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.864-6/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.864-7/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.864-8/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.944-9/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.944-10/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.944-11/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.944-12/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.944-13/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.944-14/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.944-15/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.944-16/2000	26/06/2000

LEI ORÇAMENTÁRIA 2001

Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	117/1998	12/11/1998
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	51/1998	16/11/1998
Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	56/1999	27/05/1999
Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.615/1999	30/06/1999
Lei Ordinária	9.883/1999	07/12/1999
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat°. Federal /Secretário	10/1999	17/12/1999
Decreto	3.330/2000	06/01/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	10/2000	29/02/2000
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	98/2000	18/05/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	5/2000	30/05/2000

Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	35/2000	27/06/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000

SEGURIDADE SOCIAL

Lei Ordinária	8.212/1991	24/07/1991
Medida Provisória	935/1995	07/03/1995
Medida Provisória	964/1995	29/03/1995
Medida Provisória	989/1995	28/04/1995
Medida Provisória	1.013/1995	26/05/1995
Medida Provisória	1.036/1995	27/06/1995
Medida Provisória	1.061/1995	27/07/1995
Medida Provisória	1.088/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.120/1995	22/09/1995
Medida Provisória	1.152/1995	24/10/1995
Medida Provisória	1.188/1995	23/11/1995
Medida Provisória	1.224/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.261/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.300/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.340/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.382/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.427/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.475/1996	05/06/1996
Medida Provisória	1.475-16/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.475-17/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.475-18/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.475-19/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.475-20/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.475-21/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.475-22/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.475-23/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.475-24/1997	24/02/1997
Medida Provisória	1.475-25/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.475-26/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.475-27/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.475-28/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.475-29/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.475-30/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.475-31/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.475-32/1997	09/10/1997
Medida Provisória	1.475-33/1997	06/11/1997
Decreto	2.383/1997	12/11/1997
Medida Provisória	1.475-34/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.475-35/1997	31/12/1997
Medida Provisória	1.475-36/1998	29/01/1998
Medida Provisória	1.475-37/1998	27/02/1998
Medida Provisória	1.475-38/1998	27/03/1998
Medida Provisória	1.475-39/1998	28/04/1998
Medida Provisória	1.475-40/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.926/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.926-1/1999	23/11/1999
Medida Provisória	2.002-2/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.011-3/1999	30/12/1999
Medida Provisória	2.011-4/2000	28/01/2000
Medida Provisória	2.011-5/2000	25/02/2000
Medida Provisória	2.011-6/2000	28/03/2000
Medida Provisória	2.011-7/2000	27/04/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	581/2000	23/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	587/2000	23/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	591/2000	25/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	592/2000	25/05/2000
Medida Provisória	2.011-8/2000	26/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	612/2000	30/05/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	640/2000	01/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	641/2000	01/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	644/2000	05/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	890/2000	05/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	701/2000	06/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	925/2000	06/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	702/2000	06/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	705/2000	07/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	706/2000	07/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	720/2000	12/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	730/2000	13/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	744/2000	16/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	745/2000	16/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	782/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.011-9/2000	26/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Aeronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	791/2000	28/06/2000

Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	793/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	794/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	805/2000	03/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	926/2000	06/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	928/2000	07/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	930/2000	07/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	932/2000	10/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	935/2000	10/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	958/2000	18/07/2000
Portaria M. Defesa /Comando Acronáutica /Depart° de Aviação Civil /Subdepart° de Planejamento	1.012/2000	20/07/2000
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	250/2000	03/08/2000

FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

Lei Ordinária	8.742/1993	08/12/1993
Decreto	1.605/1995	25/08/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Coord. Geral Normas	36/1995	31/08/1995
Ofício-Circ. M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat°. Federal /Secretário	12/1995	18/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Documento M. Previdência Assist. Social /Coordenação de Orçamento /Coord. Geral Orçt° e Finanças	s/n°/1995	09/11/1995
Decreto	1.744/1995	11/12/1995
Informação M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Departamento de Programas Sociais	016/1995	14/12/1995
Informação M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Departamento de Programas Sociais	s/n°/1996	01/06/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União /GQ	119/1997	30/01/1997
Decreto	2.173/1997	05/03/1997
Decreto	2.298/1997	13/08/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Secretaria Assistência Social	35/1997	26/12/1997
Lei Ordinária	9.604/1998	05/02/1998
Decreto	2.609/1998	02/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Decreto	2.728/1998	10/08/1998
Resolução M. Educação e Desporto /Fundo Nac. Desenvolv. Educação /Cons. Deliberativo /Presidente	18/1998	21/09/1998
Medida Provisória	1.599-50/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.599-51/1998	18/11/1998
Lei Ordinária	9.720/1998	30/11/1998
Decreto	2.971/1999	26/02/1999
Decreto	3.065/1999	21/05/1999
Decreto	00/05.07.1999	02/07/1999
Decreto	3.117/1999	13/07/1999
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Secretaria Assistência Social	160/1999	16/07/1999
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Secretaria Executiva	162/1999	06/08/1999
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Secretaria Assistência Social	164/1999	13/08/1999
Lei Ordinária	9.834/1999	22/09/1999
Lei Ordinária	9.856/1999	29/10/1999
Medida Provisória	1.969-11/1999	09/11/1999
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Secretaria Executiva	77/2000	29/07/2000

PESSOAL - REMUNERAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS / ENTIDADES SOB CONTROLE DA UNIÃO

Constituição Federal 1988	37/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.733/1989	14/02/1989
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Parecer Tribunal Contas União	019.553/90-0	13/04/1993
Lei Ordinária	9.292/1996	12/07/1996
Decreto	1.957/1996	12/07/1996
Medida Provisória	1.760-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.794-8/1998	31/12/1998
Medida Provisória	1.794-9/1999	28/01/1999
Medida Provisória	1.794-10/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.794-11/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.794-12/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.794-13/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.794-14/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.909-15/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.909-16/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.909-17/1999	27/08/1999

Medida Provisória	1.909-18/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.909-19/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.909-20/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.964-21/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.964-22/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.964-23/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.964-24/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.964-25/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.964-26/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.964-27/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.964-28/2000	27/06/2000

PESSOAL - BENEFÍCIOS / VANTAGENS - AUXÍLIO NATALIDADE /SALÁRIO-FAMÍLIA E AUXÍLIO FUNERAL

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Ofício-Circ. PR /Secret. Administ. Federal / Subsecretaria Recursos Humanos /Subsecretário	48/1993	08/12/1993
Medida Provisória	893/1995	16/02/1995

PESSOAL - BENEFÍCIOS / VANTAGENS - AUXÍLIO RECLUSÃO

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Instrução Normativa M. Orçat° e Gestão /Secret. Estado Administ. Patrimônio	5/1999	28/04/1999

PESSOAL - BENEFÍCIOS / VANTAGENS - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Constituição Federal 1988	196/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	6/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	227/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Tributação	35/1993	17/11/1993
Decreto	2.383/1997	12/11/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

PESSOAL - BENEFÍCIOS / VANTAGENS - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

Decreto	93.408/1986	10/10/1986
Instrução Normativa Presidência República - PR / Secret. de Administração Pública /Secretário	208/1988	22/07/1987
Instrução Normativa Presidência República - PR / Secret. de Administração Pública /Secretário	196/1987	22/07/1987
Constituição Federal 1988	205/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	7/XXV/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	6/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	206, I a IV/198	05/10/1988
Constituição Federal 1988	227/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	208/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.069/1990	13/07/1990
Decreto	977/1993	10/11/1993
Instrução Normativa Presidência República - PR /Secret. de Administração Federal /Secretário	12/1993	28/12/1993
Portaria Presidência República - PR / Secret. de Administ. Federal /Ministro	82/1994	11/01/1994
Norma Execução MF /Secret.Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	14/1996	14/11/1996
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

PESSOAL - BENEFÍCIOS / VANTAGENS - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	660/1981	22/07/1981
Decreto	99.548/1990	25/09/1990
Lei Ordinária	8.460/1992	17/12/1992
Decreto	969/1993	03/11/1993
Decreto	1.028/1993	29/12/1993
Lei Ordinária	8.889/1994	21/06/1994
Decreto	1.181/1994	06/07/1994
Medida Provisória	1.522/1996	11/10/1996
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Secret. de Orçat° Federal /Secretário	19/1996	17/10/1996
Mensagem (SIAFI) M. Fazenda /Secret. Tesouro Nacional /CCONT	087225/1996	17/10/1996
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	18/1996	18/10/1996
Decreto	2.050/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Medida Provisória	1.522-2/1996	12/12/1996
Medida Provisória	1.522-3/1997	09/01/1997
Medida Provisória	1.522-4/1997	05/02/1997
Medida Provisória	1.522-5/1997	06/03/1997
Medida Provisória	1.522-6/1997	03/04/1997
Medida Provisória	1.573-7/1997	02/05/1997
Medida Provisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Medida Provisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Medida Provisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Medida Provisória	1.573-12/1997	29/09/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Exposição Motivos - M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	003.082/95-4	17/05/2000
Parecer Tribunal Contas União	001.429/2000-5	12/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP

Decreto	2.769/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.715/1998	03/09/1998
Medida Provisória	1.661-7/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Medida Provisória	1.661-8/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Medida Provisória	1.661-9/1998	19/11/1998

Medida Provisória	1.715-3/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.745-10/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Decreto	2.936/1999	11/01/1999
Medida Provisória	1.745-11/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.745-12/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.745-13/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.745-14/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.745-15/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.745-16/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.781-10/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.884-17/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.884-18/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.838-5/1999	29/07/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Medida Provisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.884-19/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.838-6/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.884-20/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.838-7/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.884-21/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.838-8/1999	26/10/1999
Lei Ordinária	9.866/1999	09/11/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Medida Provisória	1.884-22/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.898-16/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.838-9/1999	25/11/1999
Decreto	3.263/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.937-10/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.992-23/1999	14/12/1999
Portaria M. Trabalho e Emprego /Ministro	2.127/1999	31/12/1999
Portaria M. Trabalho e Emprego /Ministro	2.125/1999	31/12/1999
Medida Provisória	1.937-11/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.961-18/2000	06/01/2000
Decreto	3.334/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.992-24/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.961-19/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.937-12/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.992-25/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.937-13/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.992-26/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.937-14/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Decreto	3.469/2000	18/05/2000
Medida Provisória	1.961-23/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.992-29/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.030-30/2000	20/06/2000
Medida Provisória	1.961-24/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000

FUNDO NACIONAL DE CULTURA - FNC

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Mensagem Presidente República	813/1991	23/12/1991
Lei Ordinária	8.313/1991	23/12/1991
Decreto	455/1992	26/02/1992
Instrução Presidência República - PR /Secret. da Cultura /Secretário	1/1992	30/09/1992
Decreto	745/1993	05/02/1993
Decreto	800/1993	20/04/1993
Decreto	841/1993	22/06/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Lei Ordinária	8.849/1994	28/01/1994
Medida Provisória	423/1994	03/02/1994
Medida Provisória	444/1994	05/03/1994
Decreto	1.095/1994	23/03/1994
Medida Provisória	467/1994	05/04/1994
Medida Provisória	492/1994	05/05/1994
Medida Provisória	520/1994	03/06/1994
Medida Provisória	544/1994	01/07/1994
Medida Provisória	568/1994	02/08/1994
Decreto	1.234/1994	31/08/1994
Medida Provisória	599/1994	01/09/1994
Medida Provisória	638/1994	29/09/1994
Medida Provisória	680/1994	27/10/1994
Medida Provisória	729/1994	25/11/1994
Medida Provisória	783/1994	23/12/1994
Decreto	1.359/1994	30/12/1994
Medida Provisória	849/1995	20/01/1995
Medida Provisória	909/1995	21/02/1995
Medida Provisória	952/1995	23/03/1995
Decreto	1.442/1995	05/04/1995
Medida Provisória	977/1995	20/04/1995
Decreto	1.494/1995	17/05/1995
Decreto	1.493/1995	17/05/1995
Medida Provisória	1.003/1995	19/05/1995
Lei Ordinária	9.064/1995	20/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	41/1995	26/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Nota Presidência República - PR / Casa Civil /Subchefia para Assuntos Jurídicos	62/1996	05/01/1996
Ofício M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Secretário	007/1996	23/01/1996
Medida Provisória	1.486-29/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.486-30/1996	08/08/1996
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	202/1996	19/08/1996
Medida Provisória	1.486-31/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.486-32/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.486-33/1996	31/10/1996
Lei Ordinária	9.312/1996	05/11/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996

Medida Provisória	1.486-34/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.538/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.538-36/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.538-37/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.538-38/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.538-39/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.538-40/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.538-41/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.538-42/1997	10/07/1997
Decreto	2.290/1997	04/08/1997
Medida Provisória	1.538-43/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.538-44/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.589/1997	24/09/1997
Medida Provisória	1.538-45/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.589-1/1997	23/10/1997
Medida Provisória	1.538-46/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Medida Provisória	1.589-2/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.538-47/1997	27/11/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.611-3/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.634/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.618-48/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.636/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.611-4/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.634-1/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.618-49/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.636-1/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.611-5/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.634-2/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.618-50/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.636-2/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.611-6/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.634-3/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.618-51/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.636-3/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.611-7/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.634-4/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.618-52/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.636-4/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.611-8/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.634-5/1998	12/05/1998
Decreto	2.585/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.618-53/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.636-5/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.611-9/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Medida Provisória	1.636-6/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.618-54/1998	10/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.634-6/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.611-10/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.680-7/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.697-55/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.694-7/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.611-11/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.697-56/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.680-8/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.694-8/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.611-12/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.697-57/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.680-9/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.611-13/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.697-58/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.680-10/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.694-10/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.611-14/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.697-59/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.680-11/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.694-11/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.611-15/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.697-60/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.680-12/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.694-12/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.753-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.739-16/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.763-61/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.739-17/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.763-62/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.753-14/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.753-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.739-18/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.763-63/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.739-19/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.763-64/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.753-16/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.753-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.739-20/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.763-65/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.739-21/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.763-66/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.753-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.753-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.739-22/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.763-67/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.855-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.871-23/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.862-68/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.862-69/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.855-21/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.871-24/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.862-70/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.855-22/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.871-25/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.862-71/1999	22/09/1999
Medida Provisória	1.855-23/1999	22/09/1999
Decreto	3.183/1999	23/09/1999

Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.871-26/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.862-72/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.855-24/1999	21/10/1999
Medida Provisória	1.871-27/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.855-25/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.862-73/1999	18/11/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Lei Ordinária	9.874/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.974-74/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.990-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Decreto	03/16.12.1999	15/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.974-75/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.990-27/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.974-76/2000	10/02/2000
Medida Provisória	1.990-28/2000	11/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Decreto	3.377/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.974-77/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.990-29/2000	10/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.974-78/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.990-30/2000	11/04/2000
Portaria M. Cultura/ Sec. Executiva /Subsecret. de Planejt°, Orçat° e Administração	17/2000	13/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.974-79/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.990-31/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.974-80/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.990-32/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.033-33/2000	27/06/2000
Medida Provisória	1.974-81/2000	29/06/2000

FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Portaria M. Defesa /Ministro	2.144/1999	29/10/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

ORGANISMOS MULTILATERAIS / AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS DE CRÉDITO

Carta-Circular Banco Central do Brasil /Depart° de Capitais Estrangeiros	2.771/1997	20/11/1997
Resolução Senado Federal	93/1998	08/12/1998
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Lei Ordinária	9.984/2000	17/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Resolução M. Planejamento e Orçamento /Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	13/1995	29/06/1995
Resolução M. Planej° Orçamento /Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais	2/1996	30/01/1996
Decreto	2.453/1998	06/01/1998
Decreto	2.912/1998	29/12/1998
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Decreto	3.133/1999	10/08/1999

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2° - FND

Decreto-lei	2.288/1986	23/07/1986
Decreto	93.538/1986	06/11/1986
Decreto	84.194/1987	08/04/1987
Decreto-lei	2.329/1987	20/05/1987
Decreto	94.403/1987	05/06/1987
Decreto-lei	2.340/1987	26/06/1987
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	1.362/1987	30/07/1987
Decreto-lei	2.383/1987	17/12/1987
Decreto-lei	2.449/1988	21/07/1988
Decreto Legislativo	50/1988	26/08/1988
Decreto	96.905/1988	03/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.738/1989	09/03/1989
Lei Ordinária	7.764/1989	02/05/1989
Decreto	98.339/1989	27/10/1989
Lei Ordinária	7.862/1989	30/10/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.177/1991	01/03/1991
Decreto	193/1991	21/08/1991
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	157/1991	21/08/1991
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	1.947/1992	29/07/1992
Decreto	764/1993	04/03/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Instrução M. Fazenda /Comissão de Valores Mobiliários	222/1994	21/10/1994
Medida Provisória	841/1995	19/01/1995
Decreto	1.378/1995	27/01/1995
Medida Provisória	945/1995	15/03/1995
Lei Ordinária	9.006/1995	17/03/1995

Medida Provisória	970/1995	12/04/1995
Medida Provisória	995/1995	11/05/1995
Medida Provisória	1.021/1995	08/06/1995
Medida Provisória	1.044/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.070/1995	28/07/1995
Medida Provisória	1.097/1995	25/08/1995
Lei Ordinária	9.094/1995	14/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.349/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.481-38/1996	04/07/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.504-9/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.481-46/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.481-47/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.481-49/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.655/1998	20/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.655-1/1998	21/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.655-2/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.559-27/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.682-3/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.682-4/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.682-5/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.682-6/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.694-10/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.682-7/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.694-11/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.682-8/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.694-12/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.755-9/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.755-11/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.755-12/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Medida Provisória	1.755-13/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Medida Provisória	1.755-14/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.755-15/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.766-19/1999	02/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	251/1999	22/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.868-16/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.868-17/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.868-18/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	365/1999	01/09/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.868-19/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	45/1999	27/09/1999
Decreto	3.211/1999	18/10/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.868-20/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.888-25/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.868-21/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.985-22/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Medida Provisória	1.993-26/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Medida Provisória	1.985-23/2000	11/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.985-24/2000	10/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000

Medida Provisória	1.985-25/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.985-26/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	207/2000	24/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.985-27/2000	04/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	248/2000	24/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.985-28/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.985-29/2000	29/06/2000
Balancete Patrimonial M.Desenvt°. Indúst.C Exterior /Fundo Nac.Desenvt° Econ.Soc. /Fundo Nac. Desenv	s/n°/2000	30/06/2000

FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM

Decreto-lei	3.100/1941	07/03/1941
Decreto-lei	3.595/1941	05/09/1941
Lei Ordinária	3.244/1957	14/08/1957
Lei Ordinária	3.381/1958	24/04/1958
Decreto	45.270/1959	22/01/1959
Decreto	47.812/1960	25/02/1960
Decreto	48.180/1960	10/05/1960
Decreto-lei	37/1966	18/11/1966
Decreto-lei	123/1967	31/01/1967
Decreto-lei	244/1967	28/02/1967
Decreto-lei	325/1967	03/05/1967
Decreto	60.883/1967	01/06/1967
Decreto Legislativo	27/1967	28/06/1967
Decreto-lei	432/1969	23/01/1969
Decreto-lei	756/1969	11/08/1969
Decreto-lei	790/1969	27/08/1969
Decreto-lei	1.016/1969	21/10/1969
Decreto	67.527/1970	12/11/1970
Decreto-lei	1.142/1970	30/12/1970
Decreto	68.904/1971	12/07/1971
Decreto-lei	1.311/1974	11/02/1974
Lei Ordinária	6.418/1977	30/05/1977
Decreto-lei	1.626/1978	01/06/1978
Portaria Interminist. M. Transportes / M. Fazenda	754/1978	30/11/1978
Decreto-lei	1.801/1980	18/08/1980
Decreto Legislativo	127/1980	27/11/1980
Decreto-lei	1.845/1980	30/12/1980
Decreto Legislativo	28/1981	06/08/1981
Decreto	88.420/1983	21/06/1983
Decreto-lei	2.035/1983	22/06/1983
Decreto-lei	2.055/1983	19/08/1983
Portaria M. Transportes /Ministro	789/1983	11/10/1983
Decreto-lei	2.157/1984	14/08/1984
Lei Ordinária	7.597/1987	14/04/1987
Decreto-lei	2.404/1987	23/12/1987
Decreto-lei	2.414/1988	12/02/1988
Portaria Interminist. M. Transportes / M. Fazenda	196/88	20/04/1988
Portaria M. Transportes /Ministro	211/1988	28/04/1988
Portaria M. Transportes /Ministro	210/1988	28/04/1988
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	1.515/1988	20/09/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Decreto Legislativo	76/1988	13/12/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.032/1990	12/04/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	502/1992	23/04/1992
Portaria M. Transportes /Ministro	993/1993	13/12/1993
Medida Provisória	684/1994	31/10/1994
Medida Provisória	743/1994	02/12/1994
Medida Provisória	802/1994	30/12/1994
Medida Provisória	865/1995	27/01/1995
Medida Provisória	918/1995	24/02/1995
Medida Provisória	956/1995	30/03/1995
Medida Provisória	981/1995	28/04/1995
Medida Provisória	1.007/1995	26/05/1995
Medida Provisória	1.030/1995	27/06/1995
Medida Provisória	1.055/1995	27/07/1995
Medida Provisória	1.082/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.109/1995	29/08/1995
Medida Provisória	1.114/1995	22/09/1995
Medida Provisória	1.141/1995	28/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Medida Provisória	1.147/1995	24/10/1995
Medida Provisória	1.174/1995	27/10/1995
Medida Provisória	1.183/1995	23/11/1995
Medida Provisória	1.208/1995	24/11/1995
Medida Provisória	1.217/1995	13/12/1995
Medida Provisória	1.243/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.219/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.254/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.280/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.256/1996	12/01/1996
Nota Presidência República - PR / Casa Civil /Subchefia para Assuntos Jurídicos	184/1996	19/01/1996
Medida Provisória	1.295/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.293/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.319/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.335/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.333/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.359/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.377/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.375/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.401/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.423/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.421/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.453/1996	10/05/1996
Medida Provisória	1.471/1996	05/06/1996
Medida Provisória	1.469/1996	05/06/1996
Medida Provisória	1.501/1996	07/06/1996
Medida Provisória	1.469-7/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.471-21/1996	04/07/1996
Medida Provisória	1.501-11/1996	09/07/1996

Medida Provisória	1.471-22/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.469-8/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.501-12/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.471-23/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.469-9/1996	29/08/1996
Medida Provisória	1.501-13/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.471-24/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.469-10/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.501-14/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.471-25/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.469-11/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.501-15/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.471-26/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.469-12/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.501-16/1996	29/11/1996
Lei Ordinária	9.365/1996	16/12/1996
Medida Provisória	1.551/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.469-13/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.562/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.551-18/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.562-1/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.469-14/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.551-19/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.469-15/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.562-2/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.551-20/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.469-16/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.562-3/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.551-21/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.469-17/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.562-4/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.551-22/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.469-18/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.562-5/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.551-23/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.469-19/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.562-6/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.551-24/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.469-20/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.562-7/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.551-25/1997	07/08/1997
Medida Provisória	1.469-21/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.562-8/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.551-26/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.469-22/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.562-9/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.551-27/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.469-23/1997	09/10/1997
Medida Provisória	1.562-10/1997	10/10/1997
Medida Provisória	1.551-28/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.469-24/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.562-11/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.551-29/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.469-25/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.562-12/1997	04/12/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.614-13/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.627-30/1997	12/12/1997
Medida Provisória	1.469-26/1997	31/12/1997
Medida Provisória	1.614-14/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.627-31/1998	13/01/1998
Medida Provisória	1.469-27/1998	29/01/1998
Medida Provisória	1.614-15/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.627-32/1998	12/02/1998
Medida Provisória	1.469-28/1998	27/02/1998
Medida Provisória	1.614-16/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.627-33/1998	13/03/1998
Lei Ordinária	9.644/1998	26/03/1998
Medida Provisória	1.469-29/1998	27/03/1998
Medida Provisória	1.614-17/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.627-34/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.614-18/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.627-35/1998	12/05/1998
Medida Provisória	1.614-19/1998	28/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.627-36/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.614-20/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.693-37/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.614-21/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.693-38/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.614-22/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.693-39/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.614-23/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.693-40/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.614-24/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.693-41/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.614-25/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.693-42/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.765-43/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.740-26/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.740-27/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.765-44/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.765-45/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.740-28/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.740-29/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.765-46/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.765-47/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.740-30/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.740-31/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.765-48/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.765-49/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.740-32/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.897-50/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.897-51/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.897-52/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.897-53/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.921/1999	30/09/1999
Medida Provisória	1.897-54/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.921-1/1999	28/10/1999
Medida Provisória	1.921-2/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.897-55/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.960-56/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.966-3/1999	09/12/1999
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.966-4/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.960-57/2000	06/01/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.966-5/2000	03/02/2000

Medida Provisória	1.960-58/2000	03/02/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Medida Provisória	1.966-6/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.960-59/2000	02/03/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	1.966-7/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.960-60/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.960-61/2000	27/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.966-8/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.960-62/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.966-9/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.960-63/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.966-10/2000	26/06/2000

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT(LEI 8.172, 18/01//91)

Decreto-lei	719/1969	31/07/1969
Decreto	68.748/1971	15/06/1971
Decreto	75.472/1975	12/03/1975
Decreto	79.286/1977	16/02/1977
Decreto	91.582/1985	30/08/1985
Decreto	92.104/1985	10/12/1985
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	99.618/1990	17/10/1990
Lei Ordinária	8.090/1990	14/11/1990
Lei Ordinária	8.172/1991	18/01/1991
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	992/1993	25/11/1993
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Decreto	2.851/1998	30/11/1998
Resolução M. Ciência e Tecnologia /Financiadora de Estudos e Projetos /Diretoria Executiva	287/1998	21/12/1998
Resolução M. Ciência e Tecnologia /Financiadora de Estudos e Projetos /Diretoria Executiva	16/1999	01/02/1999
Resolução M. Ciência e Tecnologia /Financiadora de Estudos e Projetos /Diretoria Executiva	15/1999	01/02/1999
Resolução M. Ciência e Tecnologia /Financiadora de Estudos e Projetos /Diretoria Executiva	17/1999	01/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Lei Ordinária	9.869/1999	12/11/1999
Decreto	3.318/1999	30/12/1999
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Medida Provisória	2.021/2000	03/04/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	2.021-1/2000	02/05/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	2.021-2/2000	01/06/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.021-3/2000	29/06/2000
Lei Ordinária	9.991/2000	24/07/2000
Despacho M. Ciência Tecnologia / Financiadora Estudos e Projetos / Superint. Área Financ. Administ.	s/nº/2000	24/07/2000
Lei Ordinária	9.993/2000	24/07/2000
Lei Ordinária	9.992/2000	24/07/2000
Lei Ordinária	9.994/2000	24/07/2000

FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - FNMA

Lei Ordinária	7.797/1989	10/07/1989
Decreto	98.161/1989	21/09/1989
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Portaria Interminist. Presidencia República/PR /Secret. Planejtaº /M. Interior	38/1990	13/02/1990
Medida Provisória	150/1990	15/03/1990
Lei Ordinária	8.028/1990	12/04/1990
Decreto	99.244/1990	10/05/1990
Decreto	99.249/1990	11/05/1990
Portaria Presidência República - PR /Secretaria do Meio Ambiente /Secretário	25/1990	28/05/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Instrução Normativa M. Fazenda /Delegacia Receita Federal	81/1991	23/05/1991
Portaria Presidência República - PR /Secretaria do Meio Ambiente /Secretário	71/1991	30/08/1991
Projeto de Lei - Senado Federal	2.546-B/1992	25/02/1992
Resolução Presidência República - PR /Secretaria do Meio Ambiente /Secretário	1/1992	26/06/1992
Lei Ordinária	8.490/1992	19/11/1992
Nota Téc. Secret. Planej. Orç. Coord./PR /Secret. Orçatº Federal /Coord. Normatiz Orient. Técnica	19/1992	15/12/1992
Decreto	1.205/1994	01/08/1994
Decreto	1.235/1994	02/09/1994
Ofício M. Meio Ambiente Rec. Híd. e da Amaz. Legal /Sub.Planejº e Orçamento-SPO/SECEX	089/1995	28/09/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.649/1998	27/05/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação	3.263/1998	10/06/1998

Financeira		
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Decreto	3.179/1999	21/09/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.524/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS

Decreto-lei	701/1969	24/07/1969
Decreto	64.867/1969	24/07/1969
Decreto	66.162/1970	03/02/1970
Portaria M. Saúde /Ministro	87/1970	06/03/1970
Decreto	66.580/1970	15/05/1970
Decreto	66.623/1970	22/05/1970
Portaria M. Saúde /Ministro	1/1977.	06/01/1977
Lei Ordinária	6.437/1977	20/08/1977
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.080/1990	19/09/1990
Lei Ordinária	8.142/1990	28/12/1990
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	8.270/1991	17/12/1991
Decreto	806/1993	24/04/1993
Lei Ordinária	8.689/1993	27/07/1993
Lei Ordinária	8.694/1993	12/08/1993
Decreto	987/1993	17/11/1993
Portaria M. Saúde /Ministro	1.421/1993	26/11/1993
Lei Ordinária	8.765/1993	21/12/1993
Lei Ordinária	8.853/1994	07/02/1994
Medida Provisória	489/1994	29/04/1994
Decreto	1.232/1994	30/08/1994
Mensagem Presidente República	933/1995	31/08/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Ofício M. Saúde /Secret. Executiva /Secretário	373/1995	13/12/1995
Ofício M. Público Federal /Proc. Rep. no DF /Procurador	116/1995	29/12/1995
Nota M. Planejat° e Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	02/1996	16/01/1996
Lei Ordinária	9.276/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.510/1996	26/06/1996
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Emenda Constitucional	12/1996	15/08/1996
Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Lei Ordinária	9.311/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Decreto	2.283/1997	24/07/1997
Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Decreto	2.529/1998	25/03/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Parecer Tribunal Contas União	010.929/96-7	16/09/1998
Portaria M. Saúde /Secretaria Executiva	363/1998	09/11/1998
Decreto	06/25.12.1998	25/12/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Portaria M. Saúde /Secretaria Executiva	345/1999	12/04/1999
Decreto	00/05.05.1999	04/05/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.801-14/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.908-15/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.908-16/1999	28/07/1999
Decreto	00/12/08/1999	11/08/1999
Decreto	08/20.08.1999	19/08/1999
Medida Provisória	1.908-17/1999	27/08/1999
Decreto	05/22.09.1999	21/09/1999
Medida Provisória	1.908-18/1999	24/09/1999
Lei Ordinária	9.838/1999	27/09/1999
Medida Provisória	1.908-19/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.908-20/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.928/1999	25/11/1999
Medida Provisória	2.003-1/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.012-2/1999	30/12/1999
Lei Ordinária	9.961/2000	28/01/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO (2°) - FUNSET

Lei Ordinária	9.503/1997	23/09/1997
Lei Ordinária	9.602/1998	21/01/1998
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret.Orçat° Federal /Depart° Programas Especiais /COLEG	01/1998	03/04/1998
Decreto	2.613/1998	03/06/1998
Decreto	3.067/1999	21/05/1999
Decreto	00/07.10.1999	06/10/1999

FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA

Lei Ordinária	8.069/1990	13/07/1990
Lei Ordinária	8.242/1991	12/10/1991
Decreto	794/1993	05/04/1993
Memorando PR/ Sec. Planejat°, Orçt°. Coordenação /Sec. Orç. Federal /Depart° Área Social	053/1993	09/08/1993
Decreto	1.041/1994	11/01/1994
Decreto	1.196/1994	14/07/1994
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997
Lei Ordinária	9.532/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.811/1999	28/07/1999
Resolução M. Justiça /Conselho Nacional Direitos da Criança e do Adolescente	62/2000	17/02/2000

FUNDO NAVAL

Decreto	20.923/1932	08/01/1932

Decreto-lei	7.365/1945	08/03/1945
Lei Ordinária	1.383/1951	13/06/1951
Lei Ordinária	2.973/1956	26/11/1956
Lei Ordinária	3.244/1957	14/08/1957
Decreto	46.429/1959	15/07/1959
Decreto	50.636/1961	20/05/1961
Lei Ordinária	5.177/1966	01/12/1966
Decreto-lei	221/1967	28/02/1967
Lei Ordinária	5.357/1967	17/11/1967
Decreto-lei	1.027/1969	21/10/1969
Decreto	70.198/1972	24/02/1972
Lei Ordinária	6.276/1975	08/12/1975
Decreto	78.402/1976	10/09/1976
Portaria Tribunal de Contas da União	1.489/1979	28/08/1979
Portaria Presidência República - PR /Secret. de Planejat° /Ministro	21/1985	05/02/1985
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Portaria Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.782-6/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.799-6/1999	10/06/1999
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Decreto	00/30.09.1999	29/09/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.907-12/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.911-12/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.999-19/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
Portaria M. Defesa /Ministro	4.478/2000	24/07/2000

PESSOAL - PROGRESSÃO FUNCIONAL /PROMOÇÃO

Lei Ordinária	5.645/1970	10/12/1970
Decreto	84.669/1980	29/04/1980
Decreto	87.257/1982	07/06/1982
Decreto	89.310/1984	19/01/1984
Decreto	93.838/1986	19/12/1986
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.116/1990	13/12/1990
Decreto	004/13.05.1991	10/05/1991
Lei Ordinária	8.460/1992	17/12/1992
Lei Ordinária	8.627/1993	19/02/1993
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	011.426/96-9	03/03/1999
Medida Provisória	1.815/1999	05/03/1999
Medida Provisória	1.815-1/1999	06/04/1999
Medida Provisória	1.815-2/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.815-3/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.909-15/1999	29/06/1999

FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES-FIM DA POLICIA FEDERAL - FUNAPOL

Lei Complementar	89/1997	18/02/1997
Decreto	2.381/1997	12/12/1997
Portaria M. Justiça /Ministro	723/1998	20/10/1998
Decreto	02/05.11.1999	04/11/1999
Medida Provisória	2.028/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.047-1/2000	28/06/2000

PESSOAL - CONCURSO /POSSE /EXERÍCIO /CURSO DE FORMAÇÃO / ESTÁGIO PROBATÓRIO

Constituição Federal 1988	39/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	41/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Decreto	1.658/1995	05/10/1995
Medida Provisória	1.480-20/1996	01/08/1996
Medida Provisória	1.480-22/1996	26/09/1996
Medida Provisória	1.480-23/1996	24/10/1996
Medida Provisória	1.480-24/1996	22/11/1996
Medida Provisória	1.480-25/1996	19/12/1996
Medida Provisória	1.480-26/1997	17/01/1997
Medida Provisória	1.480-27/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.480-28/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.480-29/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.480-30/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.480-31/1997	12/06/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	956/1998	24/03/1998
Lei Ordinária	9.624/1998	02/04/1998
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	293/1998	09/07/1998
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União /GQ	196/1999	03/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	92/1999	09/08/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Portaria Banco Central do Brasil /Presidente	10.298/1999	06/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	41/2000	04/02/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	3/2000	06/02/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Parecer Tribunal Contas União	003.082/95-4	17/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000
Medida Provisória	1.480-19/1996	01/04/6460

PESSOAL - FÉRIAS

Constituição Federal 1988	7/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.216/1991	13/08/1991
Ofício-Circ. Conj. PR/ Sec. Administ. Federa/SRH e PR/ Sec. Planejat° Coord /Secret.Orçat° Federal	56/1994	16/11/1994
Ofício-Circ. M. Administ. Fed. Refor. Estado /Sec. R. Humanos e M. Planet° Orç./ Sec.Orçat° Federal	68/1995	08/12/1995
Lei Ordinária	9.525/1997	03/12/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	700.502/95-5	27/05/1999
Decreto	00/28.07.1999	27/07/1999
Despacho Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional / Procurador-Geral	s/n°/1999	03/08/1999
Decreto	00/20.09.1999	17/09/1999

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)

Lei Complementar	17/1973	12/12/1973
Lei Complementar	19/1974	25/06/1974

FUNDO ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS PARTIDOS POLÍTICOS (FUNDO PARTIDÁRIO) - FUNPAR

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	17/§3°/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.173/1991	30/01/1991
Lei Ordinária	9.096/1995	17/09/1995
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Lei Ordinária	9.693/1998	27/07/1998

FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN

Lei Ordinária	7.209/1984	11/07/1984
Nota M. Econ. Faz. Planejat° /Secret. Nac. Planejamento /Depart° Orçat° União /Coord. Técnica	021/1990	28/09/1990
Lei Complementar	79/1994	07/01/1994
Decreto	1.093/1994	23/03/1994
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Memorando M. Planejat° Orçat° /Secret. Orçat° Federal /Coord. Geral Normas	73/1995	01/12/1995
Decreto	1.796/1996	24/01/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Decreto	07/26.11.1998	26/11/1998
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União /GM	009/2000	13/07/2000

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resolução Câmara dos Deputados /Presidente	18/1971	26/11/1971
Resolução Câmara dos Deputados /Presidente	68/1978	05/05/1978
Resolução Câmara dos Deputados /Presidente	70/1978	19/06/1978
Resolução Câmara dos Deputados /Presidente	22/1979	29/06/1979
Lei Ordinária	7.999/1990	31/01/1990
Decreto Legislativo	9/1990	21/05/1990
Lei Ordinária	8.175/1991	31/01/1991
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Lei Ordinária	9.530/1997	10/12/1997
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Memorando M. Fazenda /Secret.Tesouro Nacional /Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional /Secretário	34/1999	03/02/1999

DESPESA - CONTENÇÃO DE

Lei Ordinária	4.900/1965	10/12/1965
Decreto-lei	1.678/1979	22/02/1979

Decreto	99.188/1990	17/03/1990
Decreto	322/1991	01/11/1991
Decreto	718/1993	07/01/1993
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	34/1995	03/03/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	84/1995	11/04/1995
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	87/1995	12/04/1995
Decreto	2.214/1997	25/04/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	93/1997	28/04/1997
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	120/1997	09/06/1997
Decreto	2.261/1997	25/06/1997
Portaria M. Planejat° e Orçat° /Ministro	50/1997	24/10/1997
Lei Ordinária	9.692/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.716/1998	08/09/1998
Decreto	2.773/1998	08/09/1998
Medida Provisória	1.716-1/1998	08/10/1998
Decreto	2.834/1998	30/10/1998
Decreto	2.949/1999	27/01/1999
Decreto	2.961/1999	19/02/1999
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Decreto	3.005/1999	29/03/1999
Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Secret. de Orçat° Federal	9/1999	09/06/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	75/1999	12/07/1999
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	277/1999	22/07/1999
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	283/1999	22/07/1999
Portaria M. Orçat° e Gestão /Ministro	84/1999	28/07/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	97/1999	09/08/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	117/1999	19/08/1999
Decreto	3.160/1999	01/09/1999
Decreto	3.172/1999	15/09/1999
Decreto	3.173/1999	16/09/1999
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	329/1999	16/09/1999
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	147/1999	01/11/1999
Decreto	3.232/1999	05/11/1999
Decreto	3.234/1999	08/11/1999
Decreto	3.235/1999	09/11/1999
Decreto	3.254/1999	18/11/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	156/1999	23/11/1999
Portaria M. Fazenda / Gabinete do Ministro /Ministro	439/1999	23/11/1999
Decreto	3.259/1999	23/11/1999
Decreto	3.279/2000	07/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	162/1999	10/12/1999
Decreto	3.300/1999	21/12/1999
Decreto	3.301/1999	21/12/1999
Decreto	3.313/1999	28/12/1999
Decreto	3.314/1999	29/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	174/1999	30/12/1999
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	175/1999	30/12/1999
Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	27/2000	30/05/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	107/2000	02/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	110/2000	06/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Secret. Orçat° Federal /Secretário	6/2000	09/06/2000
Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	32/2000	13/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/2000	13/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	128/2000	20/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	183/2000	21/06/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	135/2000	27/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	36/2000	27/06/2000
Decreto	3.526/2000	27/06/2000
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Planejt°, Orçat° e Gestão	202/2000	06/07/2000
Mensagem Presidente República	966/2000	17/07/2000
Lei Ordinária	9.995/2000	25/07/2000
Portaria M. Fazenda, Interino	229/2000	29/07/2000

DOAÇÕES = OPERAÇÕES EXTERNAS DE NATUREZA FINANCEIRA, NÃO-REEMBOLSÁVEL

Resolução Senado Federal	96/1989	15/12/1989
Resolução Senado Federal	23/1996	11/04/1996
Resolução Senado Federal	46/1998	04/06/1998
Resolução Senado Federal	41/1999	07/10/1999

FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - FADPMF

Decreto	94.442/1987	12/06/1987
Medida Provisória	542/1994	30/06/1994
Medida Provisória	566/1994	29/07/1994
Medida Provisória	596/1994	26/08/1994
Decreto	1.250/1994	21/09/1994
Medida Provisória	635/1994	27/09/1994
Medida Provisória	681/1994	27/10/1994
Decreto	1.312/1994	18/11/1994
Medida Provisória	731/1994	25/11/1994
Medida Provisória	785/1994	23/12/1994
Medida Provisória	851/1995	20/01/1995
Medida Provisória	911/1995	21/02/1995
Medida Provisória	953/1995	23/03/1995
Medida Provisória	978/1995	20/04/1995
Medida Provisória	1.004/1995	22/05/1995
Medida Provisória	1.027/1995	21/06/1995
Lei Ordinária	9.069/1995	29/06/1995
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Medida Provisória	1.457/1996	16/05/1996

Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Decreto	1.980/1996	09/08/1996
Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.504-7/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.504-8/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.504-9/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
Decreto	2.308/1997	21/08/1997
Medida Provisória	1.580-1/1997	21/08/1997
Medida Provisória	1.583/1997	27/08/1997
Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Medida Provisória	1.580-2/1997	18/09/1997
Medida Provisória	1.583-1/1997	25/09/1997
Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Medida Provisória	1.580-3/1997	17/10/1997
Medida Provisória	1.594/1997	21/10/1997
Medida Provisória	1.583-2/1997	23/10/1997
Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Medida Provisória	1.580-4/1997	13/11/1997
Medida Provisória	1.594-1/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.583-3/1997	20/11/1997
Medida Provisória	1.553-22/1997	27/11/1997
Medida Provisória	1.610-4/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.580-5/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.613-2/1997	11/12/1997
Medida Provisória	1.580-6/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.613-3/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.610-5/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.610-6/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.580-7/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.613-4/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.580-8/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.610-7/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.613-5/1998	05/03/1998
Decreto	02/1998	13/03/1998
Medida Provisória	1.629-11/1998	13/03/1998
Decreto	00/31.03.1998	30/03/1998
Medida Provisória	1.613-6/1998	02/04/1998
Lei Ordinária	9.619/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.610-8/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.629-12/1998	09/04/1998
Medida Provisória	1.613-7/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.610-9/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.629-13/1998	12/05/1998
Lei Ordinária	9.635/1998	15/05/1998
Medida Provisória	1.615-29/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.610-10/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.629-14/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.610-11/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.700-15/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.610-12/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.700-16/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.610-13/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.700-17/1998	28/08/1998
Medida Provisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.610-14/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.700-18/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.610-15/1998	22/10/1998
Medida Provisória	1.700-19/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.610-16/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.615-35/1998	19/11/1998
Medida Provisória	1.700-20/1998	27/11/1998
Medida Provisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.738-17	14/12/1998
Medida Provisória	1.771-21/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.738-18/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.771-22/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.738-19/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.771-23/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.800-1/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.738-20/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.771-24/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.800-2/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.738-21/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.771-25/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.800-3/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.771-26/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.738-22/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.800-4/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.771-27/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.738-23/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.741-42/1999	02/06/1999
Decreto	3.082/1999	10/06/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Medida Provisória	1.800-5/1999	17/06/1999
Medida Provisória	1.850-6/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.892-28/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.840-24/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.840-25/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.850-7/1999	27/07/1999
Medida Provisória	1.892-29/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Lei Ordinária	9.818/1999	23/08/1999
Medida Provisória	1.850-8/1999	25/08/1999
Medida Provisória	1.892-30/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999
Medida Provisória	1.850-9/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.892-31/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.850-10/1999	22/10/1999

Medida Provisória	1.892-32/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Medida Provisória	1.850-11/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.892-33/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.873-48/1999	23/11/1999
Medida Provisória	1.942-12/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.994-34/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.942-13/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.994-35/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.942-14/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.994-36/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.942-15/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.994-37/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.942-16/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.994-38/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.942-17/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.994-39/2000	11/05/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.942-18/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.994-40/2000	08/06/2000
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.942-19/2000	26/06/2000
Medida Provisória	2.034-41/2000	27/06/2000

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Constituição Federal 1988	21/XIV/1988	05/10/1988
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Decreto	3.169/1999	14/09/1999

FUNDO PREVIDENCIÁRIO - LEI Nº 9.717, DE 27/11/98

Lei Ordinária	9.717/1998	27/11/1998
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.652/1999	23/09/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.651/1999	23/09/1999
Resolução M. Fazenda /Banco Central do Brasil	2.661/1999	28/10/1999
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000

PESSOAL - VENCIMENTO / VENCIMENTOS / REMUNERAÇÃO - DEFINIÇÃO

Decreto-lei	1.445/1939	27/07/1939
Decreto-lei	81/1966	21/12/1966
Decreto-lei	177/1967	16/02/1967
Lei Ordinária	5.368/1967	01/12/1967
Lei Ordinária	5.552/1968	04/12/1968
Decreto-lei	376/1968	20/12/1968
Decreto-lei	1.073/1970	09/01/1970
Decreto-lei	1.325/1974	26/04/1974
Decreto-lei	1.445/1976	13/02/1976
Decreto-lei	1.574/1977	19/09/1977
Decreto-lei	1.604/1978	22/02/1978
Decreto-lei	1.660/1979	24/01/1979
Decreto-lei	1.698/1979	03/10/1979
Decreto-lei	1.820/1980	11/12/1980
Decreto	86.600/1981	17/11/1981
Decreto-lei	1.902/1981	22/12/1981
Decreto	86.795/1981	28/12/1981
Decreto-lei	2.079/1983	20/12/1983
Decreto-lei	2.130/1984	25/06/1984
Decreto	90.641/1984	10/12/1984
Decreto-lei	2.204/1984	27/12/1984
Decreto-lei	2.211/1984	31/12/1984
Decreto-lei	2.228/1985	17/01/1985
Decreto-lei	2.268/1985	13/03/1985
Lei Ordinária	7.333/1985	02/07/1985
Constituição Federal 1988	37/XI/XII/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	39/1988	05/10/1988
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	17/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	39/§1º/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	7.830/1989	28/09/1989
Lei Ordinária	7.923/1989	12/12/1989
Lei Ordinária	7.973/1989	22/12/1989
Lei Ordinária	7.974/1989	22/12/1989
Lei Ordinária	7.995/1990	09/01/1990
Medida Provisória	210/1990	22/08/1990
Medida Provisória	232/1990	21/09/1990
Medida Provisória	255/1990	24/10/1990
Medida Provisória	272/1990	23/11/1990
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.116/1990	13/12/1990
Lei Ordinária	8.162/1991	08/01/1991
Lei Ordinária	8.216/1991	13/08/1991
Lei Ordinária	8.237/1991	30/09/1991
Lei Ordinária	8.270/1991	17/12/1991
Lei Ordinária	8.390/1991	30/12/1991
Lei Ordinária	8.417/1992	24/04/1992
Lei Ordinária	8.460/1992	17/12/1992
Lei Ordinária	8.622/1993	19/01/1993
Lei Ordinária	8.645/1993	02/04/1993
Lei Ordinária	8.659/1993	27/05/1993
Lei Ordinária	8.676/1993	13/07/1993
Lei Ordinária	8.852/1994	04/02/1994
Portaria Interminist. M. Fazenda / PR / Secret. Administração Federal	1/1994	10/03/1994
Lei Ordinária	8.880/1994	27/05/1994
Portaria Presidência República - PR / Secret. de Administ. Federal /Ministro	2.380/1994	26/07/1994
Portaria Interminist. M. Fazenda / M. Administ. Federal Reforma Estado	26/1995	20/01/1995
Decreto	1.412/1995	07/03/1995
Lei Ordinária	9.030/1995	13/03/1995
Decreto	1.502/1995	25/05/1995
Medida Provisória	1.011/1995	26/05/1995
Decreto	1.515/1995	06/06/1995
Decreto	1.534/1995	27/06/1995

Decreto	1.903/1996	10/05/1996
Decreto	1.955/1996	11/07/1996
Lei Ordinária	9.367/1996	16/12/1996
Parecer Tribunal Contas União	003.117/95-2	06/08/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	146/1998	30/03/1998
Lei Ordinária	9.624/1998	02/04/1998
Lei Ordinária	9.630/1998	23/04/1998
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	150/1998	30/04/1998
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Lei Complementar	96/1999	31/01/1999
Orientação Normativa M. Planejt°, Orçat° e Gestão /Secret. Recursos Humanos	10/1999	01/10/1999
Parecer Tribunal Contas União	010.337/99-7	03/11/1999
Parecer Tribunal Contas União	853.047/1997-9	16/11/1999
Parecer Tribunal Contas União	003.082/95-4	17/05/2000
Medida Provisória	1.955-69/2000	26/06/2000

SERVIÇOS DE PUBLICIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Decreto	99.188/1990	17/03/1990
Decreto	196/1991	21/08/1991
Decreto	198/1991	21/08/1991
Decreto	195/1991	21/08/1991
Decreto	197/1991	21/08/1991
Decreto	537/1992	22/05/1992
Decreto	785/1993	27/03/1993
Decreto	921/1993	10/09/1993
Decreto	2.004/1996	11/09/1996

PESSOAL - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Constituição Federal 1988	37/IX/1988	01/05/1088
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.745/1993	09/12/1993
Medida Provisória	1.368/1996	21/03/1996
Medida Provisória	1.411/1996	18/04/1996
Medida Provisória	1.458/1996	16/05/1996
Medida Provisória	1.505/1996	13/06/1996
Medida Provisória	1.505-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.505-5/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.505-6/1996	05/09/1996
Medida Provisória	1.505-7/1996	02/10/1996
Medida Provisória	1.505-8/1996	31/10/1996
Medida Provisória	1.505-9/1996	29/11/1996
Medida Provisória	1.554/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.554-11/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.554-12/1997	14/02/1997
Medida Provisória	1.554-13/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.554-14/1997	15/04/1997
Medida Provisória	1.554-15/1997	15/05/1997
Medida Provisória	1.554-16/1997	12/06/1997
Medida Provisória	1.554-17/1997	11/07/1997
Medida Provisória	1.554-18/1997	08/08/1997
Medida Provisória	1.554-19/1997	09/09/1997
Medida Provisória	1.554-20/1997	09/10/1997
Medida Provisória	1.554-21/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.554-23/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.554-22/1997	04/12/1997
Medida Provisória	1.554-24/1998	29/01/1998
Medida Provisória	1.554-25/1998	26/02/1998
Medida Provisória	1.554-26/1998	26/03/1998
Medida Provisória	1.554-27/1998	23/04/1998
Medida Provisória	1.554-28/1998	21/05/1998
Medida Provisória	1.554-29/1998	18/06/1998
Medida Provisória	1.672-30/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.672-31/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.672-32/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.672-33/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.672-34/1998	26/10/1998
Medida Provisória	1.672-35/1998	25/11/1998
Medida Provisória	1.748-36/1998	14/12/1998
Medida Provisória	1.748-37/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.748-38/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.748-39/1999	11/03/1999
Medida Provisória	1.748-40/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.748-41/1999	06/05/1999
Medida Provisória	1.748-42/1999	02/06/1999
Medida Provisória	1.887-43/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.887-44/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.887-45/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.887-46/1999	24/09/1999
Lei Ordinária	9.849/1999	26/10/1999

FUNDO DE AVAL PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - FUNPROGER

Medida Provisória	1.922/1999	05/10/1999
Medida Provisória	1.922-1/1999	04/11/1999
Lei Ordinária	9.872/1999	23/11/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000

DESPESA - SUBVENÇÕES SOCIAIS

Decreto-lei	836/1969	08/09/1969

PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA

Publicações Diversas	sn/1993	01/06/1993

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA - PRONAC

Lei Ordinária	8.313/1991	23/12/1991

PESSOAL - LICENÇA-PRÊMIO

Lei Ordinária	5.413/1968	10/04/1968
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	106/1995	06/01/1995
Medida Provisória	1.522/1996	11/10/1996
Medida Provisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Medida Provisória	1.522-2/1996	12/12/1996
Medida Provisória	1.522-3/1997	09/01/1997
Medida Provisória	1.522-4/1997	05/02/1997
Medida Provisória	1.522-5/1997	06/03/1997

Medida Provisória	1.522-6/1997	03/04/1997
Medida Provisória	1.573-7/1997	02/05/1997
Medida Provisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Medida Provisória	1.573-9/1997	03/07/1997
Medida Provisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Medida Provisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Medida Provisória	1.573-12/1997	29/09/1997
Medida Provisória	1.573-13/1997	01/10/1997
Medida Provisória	1.595-14/1997	10/11/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	927.740/98-2	05/04/2000
Decisão Tribunal de Contas da União /Plenário	254/2000	05/04/2000

FUNDO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR - FAH

Decreto-lei	9.846/1946	12/09/1946
Decreto	22.099/1946	18/11/1946
Decreto	37.764/1955	10/08/1955

PESSOAL - REALIZAÇÃO DE HORA EXTRA /FALTAS /ABANDONO DE CARGO

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	003.897/99-0	11/08/1999
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	214/2000	11/01/2000
Decreto	3.406/2000	06/04/2000
Decreto	3.545/2000	14/07/2000

FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (ART. 68 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

Constituição Federal 1988	195/I/a/II/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	250/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	201/1988	05/10/1988
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000

FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC

Portaria M. Saúde /Ministro	531/1999	30/04/1999
Portaria M. Saúde /Secret. Assistência à Saúde	135/2000	27/04/2000

PESSOAL - ADICIONAL/ CONTAGEM POR TEMPO DE SERVIÇO

Lei Ordinária	7.709/1988	22/12/1988
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.162/1991	08/01/1991
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.624/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.909-15/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.909-16/1999	28/07/1999
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	197/1999	10/08/1999
Medida Provisória	1.909-17/1999	27/08/1999
Resolução Senado Federal	35/1999	02/09/1999
Medida Provisória	1.909-18/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.909-19/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.909-20/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.964-21/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.964-22/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.964-23/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.964-24/2000	02/03/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	13/2000	14/03/2000
Medida Provisória	1.964-25/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.964-26/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.962-25/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.962-26/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.964-27/2000	26/05/2000
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	15/2000	31/05/2000
Medida Provisória	1.964-28/2000	27/06/2000
Medida Provisória	1.962-27/2000	27/06/2000

PESSOAL - RECONDUÇÃO / READMISSÃO / REVERSÃO /REMOÇÃO /READAPTAÇÃO /REINTEGRAÇÃO /DISPONIBILIDADE /VACÂNCIA/ESTABILIDADE

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.216/1991	13/08/1991
Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado /Ministro	05/1996	23/02/1996
Portaria M. Administ. Federal e Reforma Estado /Ministro	3.634/1997	12/11/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	196/1999	03/08/1999
Decreto	3.151/1999	23/08/1999
Medida Provisória	1.964-27/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.964-28/2000	27/06/2000

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (ART. 165, § 9°, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988)

Projeto de Lei Complementar	04/2000	//2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Artigos Publicados	s/n°-3/2000	17/05/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	26/2000	30/05/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	28/2000	13/06/2000
Artigos Publicados	s/n°-2/2000	04/08/2000

PESSOAL - REMOÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / REMOÇÃO /CESSÃO DE SERVIDOR /REQUISIÇÃO

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.270/1991	17/12/1991
Decreto	492/1992	09/04/1992
Decreto	925/1993	10/09/1993
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.624/1998	02/04/1998
Instrução Normativa M. Orçat° e Gestão	2/1999	11/03/1999

/Secret. Estado Administ. Patrimônio		
Decreto	3.009/1999	30/03/1999
Decreto	3.042/1999	04/05/1999
Decreto	3.319/1999	30/12/1999

PESSOAL - PLANOS ECONÔMICOS (SENTENÇAS JUDICIAIS)

Decreto-lei	2.335/1987	12/06/1987
Decreto-lei	2.336/1987	15/06/1987
Decreto-lei	2.425/1988	07/04/1988
Medida Provisória	32/1989	15/01/1989
Lei Ordinária	7.730/1989	31/01/1989
Medida Provisória	154/1990	15/03/1990
Lei Ordinária	8.030/1990	30/04/1990
Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Parecer Tribunal Contas União	800.100/97-2	17/03/1999
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GM	005/2000	26/04/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	77/2000	27/04/2000
Portaria M. Planejat°, Orçat° e Gestão /Ministro	93/2000	10/05/2000
Ofício-Circ. M. Planejat°, Orçat° e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	10/2000	11/05/2000
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GM	010/2000	04/08/2000

PESSOAL - DEMAIS LICENÇAS

Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	151/1998	20/05/1998
Medida Provisória	1.909-15/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.909-16/1999	28/07/1999
Portaria Normativa M. Planejt° Orçat° e Gestão /Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.909-17/1999	27/08/1999
Decreto	00/20.09.1999	17/09/1999
Medida Provisória	1.909-18/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.909-19/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.909-20/1999	25/11/1999
Medida Provisória	1.964-21/1999	09/12/1999
Medida Provisória	1.964-22/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.964-23/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.964-24/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.964-25/2000	30/03/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.964-26/2000	28/04/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.964-27/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.964-28/2000	27/06/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000

PESSOAL - DEMAIS GRATIFICAÇÕES (DAÍ/ DAS/DI/ FG, ETC)

Decreto-lei	2.191/1984	26/12/1984
Constituição Federal 1988	40/1988	05/10/1988
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	19/1990	06/06/1990
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.216/1991	13/08/1991
Lei Ordinária	8.460/1992	17/12/1992
Lei Ordinária	8.622/1993	19/01/1993
Lei Ordinária	8.911/1994	11/07/1994
Ofício-Circ. PR /Secret. Administ. Federal. / Secretário de Recursos Humanos / Secretário	42/1994	30/08/1994
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado /Secret. Recursos Humanos /Secretário	55/1996	03/12/1996
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado /Secret. Recursos Humanos /Secretário	9/1997	21/05/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	146/1998	30/03/1998
Lei Ordinária	9.624/1998	02/04/1998
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Decreto	3.134/1999	10/08/1999
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Ministro	5.302/2000	28/04/2000
Portaria M. Previdência e Assistência Social /Ministro	7.409/2000	01/08/2000

PESSOAL - QUINTOS / DÉCIMOS - INCORPORAÇÃO

Ofício-Circ. PR /Secret. Administ. Federal. / Secretário de Recursos Humanos / Secretário	42/1994	30/08/1994
Parecer Tribunal Contas União	649.028/93-7	16/02/1995
Medida Provisória	1.095/1995	25/08/1995
Medida Provisória	1.127/1995	26/09/1995
Medida Provisória	1.160/1995	26/10/1995
Medida Provisória	1.195/1995	24/11/1995
Medida Provisória	1.231/1995	14/12/1995
Medida Provisória	1.268/1996	12/01/1996
Medida Provisória	1.307/1996	09/02/1996
Medida Provisória	1.347/1996	12/03/1996
Medida Provisória	1.389/1996	11/04/1996
Medida Provisória	1.432/1996	09/05/1996
Medida Provisória	1.480-25/1996	19/12/1996
Parecer Tribunal Contas União	003.117/95-2	06/08/1997
Lei Ordinária	9.527/1997	10/12/1997
Lei Ordinária	9.624/1998	02/04/1998
Parecer Tribunal Contas União	650.051/96-3	23/02/1999
Parecer Presidência República /Advocacia. Geral da União /GQ	203/1999	06/12/1999

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Medida Provisória	1.923/1999	06/10/1999
Medida Provisória	1.923-1/1999	04/11/1999
Medida Provisória	1.931-2/1999	01/12/1999
Medida Provisória	2.004-3/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.004-4/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.004-5/2000	11/02/2000
Medida Provisória	2.004-6/2000	10/03/2000
Lei Ordinária	9.964/2000	10/04/2000
Decreto	3.431/2000	24/04/2000

PESSOAL - BENEFÍCIOS / PREVIDENCIÁRIOS

Constituição Federal 1988	40/1988	05/10/1988
Lei Ordinária	8.112/1990	11/12/1990
Lei Ordinária	8.647/1993	13/04/1993
Ação Direta de Inconstitucionalidade Supremo Tribunal Federal	1.135-9/1995	27/04/1995
Parecer M. Fazenda /Procur.-Geral, Fazenda Nacional /Coord.-Geral Sistema Tributação	0550/99	12/05/1999
Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000
Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000
Medida Provisória	1.969-15/2000	30/03/2000
Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000
Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Medida Provisória	2.022-18/2000	21/06/2000
Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FNSP

Medida Provisória	2.029/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.028/2000	20/06/2000
Medida Provisória	2.045-1/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.047-1/2000	28/06/2000

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. Marluce Pinto
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. (Vago)
4. Ney Suassuna	4. (Vago)
5. Amir Lando	5. (Vago)
PFL	
1. Geraldo Althoff	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Paulo Souto	3. Djalma Bessa
4. Juvêncio da Fonseca	4. Freitas Neto
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Antero Paes de Barros
2. Osmar Dias	2. Luzia Toledo
3. José Roberto Arruda	3. Romero Jucá
Bloco de Oposição	
1. Lauro Campos	1. José Eduardo Dutra
2. Heloísa Helena	2. Marina Silva
3. Jefferson Peres	3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265
311-4552

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 – 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE
- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS
- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: (3515)

CCJ
- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE
- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC
- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI
- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE
- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
			8.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2361/2355	6.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES –PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	PAULO HARTUNG–PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.	ERNANDES AMORIM	RO	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.
(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas — Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho — Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605 — Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO [illegible] ASS [illegible] OS SOCIAIS - CAS

Pre[illegible]ente: C[illegible] R DIAS

Vice-Presidente: H[illegible] SA HELENA

(29 titulares e [illegible] uplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
[illegible]OZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1346	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE–PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA – PT	AL	[illegible]197/3199	4. JOSÉ EDUARDO OUTRA – PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA – PT	AC	[illegible]3/3493	5. JEFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515
Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

2.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Presidente: SENADORA MARLUCE PINTO
Vice-Presidente: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
Relatora: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Presidente: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
Vice-Presidente:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSAMO ALVES	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PT)	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HÉLOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*) — Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: Altair Gonçalves Soares — Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612 — Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	PMDB - 3		
PEDRO SIMON	RS-3230/32	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
AMIR LANDO	RO-3130/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
RENAN CALHEIROS	AL-2261/68	3 – IRIS REZENDE	GO-203
	PFL - 2		
JOSÉ JORGE	PE-3245/46	1 – JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-30
ÉDISON LOBÃO	MA-2311/17	2 – BELLO PARGA	MA-30
	PSDB - 1		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2012/14	1 – LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1		
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 – JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL - altairgs@senado.gov.b

Criada conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.
Atualizada em 14/8/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337		DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	3. LAURO CAMPOS – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	4. TIÃO VIANA – PT	AM	2061/2067
			5. JEFFERSON PERES – PDT		

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.
(3) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.
(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças–feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604
Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

4.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

Presidente:
(9 titulares)

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES – PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Presidente: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
Relator: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(6 titulares e 6 suplentes)

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA MAGUITO VILELA	RS- 1207/1607 GO- 3149/50	1- AGNELO ALVES 2- GERSON CAMATA	2461/67 3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

IÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
ONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
11-3121
L: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	ÂGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777
Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES
Vice-Presidente: ALBERTO SILVA
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607
Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas
Atualizada em :27/03/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E C ITROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUC
Vice-Presidente: ROMEU TU
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLEN	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO F IRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE POSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3216/3216	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519
Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

II – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

(Art. 58 CF)

1) DESTINADA A ACOMPANHAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, O ATENDIMENTO FEITO JUNTO AOS DESABRIGADOS, FLAGELADOS E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DAS ENCHENTES E DESMORONAMENTOS QUE OCORREM NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS: Presidente: ROBERTO FREIRE Vice-Presidente: TEOTONIO VILELA FILHO Relator: CLODOALDO TORRES

PMDB
Renan Calheiros (AL)
Ramez Tebet (MS)

PFL
José Jorge (PE)

PSDB
Teotonio Vilela Filho (AL)

PPS
Roberto Freire (PE)

PTB
Clodoaldo Torres (PE)

PT
Heloísa Helena (AL)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFICIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER*	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 269	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http//www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas) e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.

Preço por exemplar: R$ 65,00

Taxa de Postagem: R$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esse CD-ROM:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 592 PÁGINAS